

Plano Diretor Participativo do Município de Tiradentes/MG

Perfil Municipal Volume I

Abril/2014

Fundação João Pinheiro

Presidente: Marilena Chaves

Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camilo de Oliveira Pena – CEPP

Diretora: Juliana Chiari

Equipe técnica

Coordenação	Maria Izabel Marques do Valle
Evolução histórica do município	Maria do Carmo Andrade Gomes
Dimensão físico-territorial e mobilidade urbana	Denise de Almada Horta Madsen
	Maria Izabel Marques do Valle
	Paulo Frederico Hald Madsen
	Délio Araújo Cunha
	Sálvio Ferreira de Lemos
Meio ambiente	Paulo Frederico Hald Madsen
	Délio Araújo Cunha
Demografia	Danielle Ramos de Miranda Pereira
Desenvolvimento econômico	Maria das Graças Duarte Lemos
Turismo	João Batista Rezende
	Eduardo Teixeira Leite
	Nelson Antônio Quadros V Filho
	Patrícia Albano Mauricio da Rocha
Cultura, esporte e lazer	Vera Lucia Voll
	Roberto Chafik Abu Kamel
Desenvolvimento social	Marta Procópio de Oliveira
	Patrícia Albano Mauricio da Rocha
Segurança pública	Maria de Fátima Almeida Barbosa Gomes
	Vera Lígia Costa Westin
Diagnóstico institucional da estrutura organizacional da prefeitura	Laura da Veiga
Ambiente institucional da política urbana	Giovanni José Caixeta
Participação social	Marco Antônio Peroni
Cartografia básica	Altamir Abreu Fialho
	Marco Antonio Peroni
	Roberto Chafik Abu Kamel
	Sálvio Ferreira de Lemos
	Sílvio Campos Horta
	Délio Cunha

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Apoio operacional	Graciela Teixeira Gonzalez Luzia Oliva Barros
Assistente de pesquisa	Fernando Antônio Rodrigues de Paula
Estagiários	Maria Clara Sousa Mendes Douglas Augusto Oliveira Cabido Julia Espeschit Rodrigues Fernanda Mara Gonçalves Larissa de Paolis da Silva Lucas Felicetti Rezende Úrsula Andréa Ribeiro Campos Gislene Aparecida de Andrade Cruz
Apoio administrativo	

Sumário

APRESENTAÇÃO	1
1 CARACTERIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL	4
1.1 Localização.....	4
1.2 Clima	7
1.3 Geologia	9
1.4 Relevo	10
1.5 Hidrografia	11
1.6 Vegetação	13
1.7 Saneamento	15
1.7.1 Sistema de abastecimento de água.....	15
1.7.2 Sistema de esgotamento sanitário.....	17
1.8 Energia elétrica.....	18
1.9 Comunicação.....	19
2 PERFIL DEMOGRÁFICO DE TIRADENTES	23
3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO.....	36
3.1 Introdução.....	36
3.2 A cidade e o centro histórico de Tiradentes	37
3.2.1 A consagração como patrimônio cultural nacional nos anos 30: Tiradentes, a cidade histórica	37
3.2.2 Retratos da ruína e do abandono entre os anos 1940 e 1960: Tiradentes, a cidade morta	38
3.2.3 Os primeiros imigrantes, os novos atores públicos e suas iniciativas nos anos 1970: Tiradentes, a cidade redescoberta.....	40
3.2.4 Enobrecimento, revitalização e mudança do perfil dos moradores nos anos 1980 e 1990: Tiradentes, a cidade turística.....	46

3.2.5	Elitização e espetacularização nas décadas de 2000 e 2010: Tiradentes, a cidade segregada.....	51
3.3	Memórias em risco, patrimônios ameaçados: a Serra de São José, o acervo documental da cidade e o legado musical da Orquestra e Banda Ramalho	55
3.3.1	A Serra de São José.....	55
3.3.2	O patrimônio documental.....	56
3.3.3	A Orquestra e Banda Ramalho	58
4	DIMENSÃO FÍSICO-TERRITORIAL	61
4.1	Introdução.....	61
4.2	Uso e ocupação do solo	62
4.2.1	O território municipal – áreas urbanas e áreas rurais.....	62
4.2.2	A sede municipal	64
4.2.3	Áreas urbanas de Cesar de Pina e Aguas Santas	72
4.2.4	Distritos de Elvas e Caixa D'Água da Esperança.....	72
4.2.5	Percepção da comunidade quanto aos processos de ocupação e uso do solo	73
4.3	Mobilidade e acessibilidade	76
4.3.1	Percepção da comunidade quanto a mobilidade e acessibilidade	81
4.4	Planos anteriores	83
4.4.1	Círculo do Ouro – Campo das Vertentes: Plano de Organização Espacial e Preservação do Centro Histórico de Tiradentes	83
4.4.2	Plano de Mobilidade Urbana de Tiradentes	87
4.5	Instrumentos jurídicos existentes	92
4.5.1	Critérios e Normas de Proteção para o Sítio Histórico de Tiradentes.	92
4.5.2	Legislação municipal.....	97
4.6	Recomendações.....	104

4.6.1	Ocupação e uso do solo	107
4.6.2	Mobilidade e acessibilidade	112
5	MEIO AMBIENTE	117
5.1	Introdução.....	117
5.2	Aspectos representativos para indicadores ambientais.....	117
5.2.1	Paisagem.....	117
5.2.2	Unidades de Conservação.....	118
5.2.3	Qualidade do ar	121
5.2.4	Situação da cobertura vegetal e fauna silvestre.....	122
5.2.5	Qualidade das águas superficiais e subterrâneas.....	123
5.2.6	Características do relevo regional.....	127
5.3	Aspectos dos sistemas de saneamento	128
5.3.1	Água potável.....	128
5.3.2	Esgotos: coleta e tratamento	129
5.3.3	Lixo e resíduos sólidos: coleta e destinação final.....	130
5.3.4	Drenagem urbana, escoamento superficial e superfícies de inundação.	
	132
5.3.5	Problemas ambientais, comportamentais e de saúde pública.....	132
5.3.6	Poluição sonora, pressão sobre a infraestrutura e riscos em geral ..	132
5.4	Outros aspectos que interferem na qualidade ambiental	134
5.5	Síntese das principais reivindicações detectadas no processo participativo	135
5.6	Conclusões.....	136
6	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	138
6.1	Situação da economia local sob a ótica do PIB e do VA	139
6.2	Geração de emprego e renda	143

6.3	As finanças públicas municipais	145
6.4	Produção agropecuária municipal.....	148
6.5	Conclusões.....	150
6.6	Conjunto de tabelas e gráficos.....	152
7	TURISMO	175
7.1	Análise institucional da política de turismo nos níveis federal e estadual	175
7.1.1	O arranjo institucional do Sistema Nacional de Gestão do Turismo .	175
7.1.2	A política de turismo do estado de Minas Gerais e seus principais programas	195
7.1.3	A atuação da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur/MG)	195
7.1.4	O ICMS Turístico	203
7.1.5	As linhas de financiamento	204
7.2	Caracterização geral do turismo em Tiradentes.....	205
7.2.1	A oferta turística de Tiradentes	205
7.2.2	Aspectos da demanda e comercialização turística de Tiradentes	234
7.2.3	Impactos socioambientais causados pelo turismo	239
7.3	Estrutura administrativa e gestão do turismo no nível local.....	242
7.4	Conclusões.....	248
8	CULTURA, ESPORTE E LAZER	254
8.1	Cultura.....	254
8.1.1	A política nacional de cultura e seus desdobramentos nos níveis estadual e municipal	254
8.1.2	A política de cultura em Tiradentes.....	259
8.1.3	A dimensão simbólica da cultura em Tiradentes	261

8.1.4	A dimensão cidadã da cultura em Tiradentes	295
8.1.5	A dimensão econômica da cultura e a economia criativa em Tiradentes	299
8.1.6	Conclusões.....	305
8.2	Esporte e Lazer	307
8.2.1	A política nacional e estadual de esporte e lazer	307
8.2.2	A política municipal de esporte e lazer.....	310
8.2.3	Conclusões.....	312
8.3	Anexos	314
8.3.1	Anexo I - Modelo de Gestão do Sistema Nacional de Cultura	314
8.3.2	Anexo II – Propostas da Conferencia Intermunicipal de Cultura realizada em Tiradentes	316
9	DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	321
9.1	Proteção social, políticas sociais descentralizadas e o papel da administração municipal	321
9.2	Desenvolvimento humano em Tiradentes	327
9.3	Educação.....	331
9.3.1	Um panorama sobre mudanças nas políticas educacionais.....	331
9.3.2	Quadro da educação em Tiradentes.....	335
9.3.3	Gestão local da educação	345
9.3.4	Considerações e recomendações.....	349
9.4	Saúde	351
9.4.1	O Sistema Único de Saúde.....	351
9.4.2	A saúde em Tiradentes.....	359
9.4.3	Os números da saúde em Tiradentes	367
9.4.4	Manifestações das oficinas de participação popular	383

9.4.5	Conclusões.....	385
9.5	Assistência social	386
9.5.1	A política de assistência social	386
9.5.2	A política de assistência social em Tiradentes	392
9.5.3	Os números da assistência social em Tiradentes	397
9.5.4	Manifestações das oficinas de participação popular	411
9.5.5	Conclusões.....	412
9.6	Habitação	413
9.6.1	A política habitacional no Brasil	413
9.6.2	A Institucionalidade da política habitacional em Tiradentes	417
9.6.3	Características socioespaciais de Tiradentes	419
9.6.4	Déficit habitacional.....	422
9.6.5	Inadequação habitacional	427
9.6.6	Conclusões.....	429
10	SEGURANÇA PÚBLICA.....	432
10.1	Introdução.....	432
10.2	Segurança pública	434
10.2.1	Criminalidade em Tiradentes	436
10.2.2	Estrutura e estratégias para o combate e prevenção da criminalidade no município	440
10.2.3	Prefeitura, conselhos municipais e segurança pública em Tiradentes	449
10.2.4	Segurança do patrimônio histórico no município.....	456
10.3	Estrutura para acesso das pessoas naturais e jurídicas do município à justiça e para o cumprimento de pena.....	458
10.4	Defesa civil em Tiradentes.....	460

10.4.1 Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes	462
10.4.2 Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais	465
10.5 Conclusões.....	468
11 AMBIENTE INSTITUCIONAL DA POLÍTICA URBANA E DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA	472
11.1 O Plano Diretor no contexto pós-constitucional.....	472
11.1.1 A redefinição da política urbana no contexto federal.....	472
11.1.2 O papel do governo de Minas Gerais em relação à política de desenvolvimento urbano.....	480
11.1.3 O processo de participação comunitária e controle social.....	498
11.2 A prática da gestão urbana e do planejamento municipal de Tiradentes	501
11.2.1 A Lei Orgânica do município de Tiradentes	501
11.2.2 Recomendações.....	505
11.3.1 Recomendações relativas aos programas, ações e atividades nos níveis federal e estadual	505
11.3.2 Recomendações concernentes à prática da gestão urbana e do planejamento municipal	507
11.3.3 Recomendações relativas ao processo de participação comunitária e controle social	508
11.4 Diagnóstico institucional da estrutura do município de Tiradentes ...	509
11.4.1 Questões relevantes apontadas na estrutura vigente	509
11.4.2 Comentários relativo à estrutura organizacional	511
11.4.3 Recomendações relativas a recursos humanos e materiais.....	513
REFERÊNCIAS	516
Perfil demográfico de Tiradentes	516
Evolução histórica do município.....	516

Dimensão físico-territorial	517
Meio ambiente	519
Desenvolvimento econômico	519
Turismo	520
Cultura, esporte e lazer.....	522
Desenvolvimento social	524
Segurança pública.....	527
Ambiente institucional da política urbana e diagnóstico institucional da estrutura organizacional da prefeitura	530

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1 Consumo de energia elétrica por tipo de consumo no município de Tiradentes/MG – 2000/2011 (kwh).....	20
Tabela 1.2 Número de consumidores de energia elétrica por tipo de consumo no município de Tiradentes/MG – 2000/2010 (kwh).....	21
Tabela 1.3 Consumo de energia elétrica por consumidor e tipo de consumo no município de Tiradentes/MG – 2000/2010 (kwh).....	22
Tabela 2.1 População Residente e Taxa Média de Crescimento Geométrico Anual de Tiradentes e demais regiões, por Situação do Domicílio – 2000 e 2010	23
Tabela 2.2 População Residente e Taxa Média de Crescimento Geométrico Anual dos municípios da Microrregião São João del Rey - MG –2000/2010.....	24
Tabela 2.3 População Total e População em Idade Ativa (PIA) nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG - 2000/2010	28
Tabela 2.4 Taxa de Fecundidade nos municípios da Microrregião São João del Rey, MG - 2000/2010.....	29
Tabela 2.5 Informações sobre Nascimento no município de Tiradentes/MG - 2000-2008	30
Tabela 2.6 Taxa de Mortalidade Infantil nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG 2000/2010.....	31
Tabela 2.7 Taxa de Mortalidade até 5 anos de idade nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG - 2000/2010.....	32
Tabela 2.8 Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10, no município de Tiradentes - MG – 2008	33
Tabela 2.9 Esperança de vida ao nascer nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG - 2000/2010	34
Tabela 2.10 Probabilidade de sobrevivência até os 60 anos de idade nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG - 2000/2010	35
Tabela 5.1 Abrangência da Área de Proteção Ambiental - APA Serra de São José no contexto das áreas municipais e sua abrangência.....	121

Tabela 6.1 Produto Interno Bruto (PIB) total dos municípios da Microrregião Geográfica de São João del Rey , 2001-2011, em R\$1.000,00 de 2013.....	153
Tabela 6.2 Taxa aritmética de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Tiradentes e municípios da microrregião de São João del Rey entre 2001 e 2011 ...	154
Tabela 6.3 Valor Adicionado Total nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em R\$ 1.000,00 de 2013.....	155
Tabela 6.4 Valor Adicionado da Agropecuária nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em R\$ 1.000,00 de 2013	156
Tabela 6.5 Valor Adicionado da Indústria nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em R\$ 1.000,00 de dezembro 2013	157
Tabela 6.6 Valor Adicionado dos Serviços nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em R\$ 1.000,00 de 2013	158
Tabela 6.7 Valor Adicionado Total nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em 2010/2011, R\$ 1.000,00 de 2013	159
Tabela 6.8 Valor Adicionado (VA) por setores econômicos de Tiradentes e municípios da Microrregião de São João del Rey, em percentual.....	160
Tabela 6.9 Número de estabelecimentos no setor de turismo, Tiradentes/MG 2006-2012	161
Tabela 6.10 Taxa de emprego formal de Tiradentes/MG e microrregião de São João del Rey, 2000-2010	162
Tabela 6.11 Número de empregados no setor do turismo e renda média mensal, em valores correntes, dos trabalhadores no setor de turismo (R\$), Tiradentes, 2006-2012..	163
Tabela 6.12 Renda média per capita de Tiradentes e microrregião de São João del Rey, 2000/2010 em R\$ de dez/2010.....	164
Tabela 6.13 Principais indicadores de receita municipal de Tiradentes, 2007-2013, em R\$1000,00 de 2013	165
Tabela 6.14 Indicadores da Receita Tributária da microrregião de São João del Rey, 2010-2012, em valores de 2013	166

Tabela 6.15 Receita Líquida per capita de Tiradentes e microrregião de São João del Rey, em R\$ de 2013/ hab 2001-2011	167
Tabela 6.16 Índice de Desenvolvimento Tributário e Econômico (IDTE) de Tiradentes e microrregião de São João del Rey, 2000-2011	168
Tabela 6.17 Efetivo dos rebanhos e produção deTiradentes/MG, 2004-2012.....	169
Tabela 6.18 Área colhida, produção e rendimento das lavouras temporárias e permanentes de Tiradentes/MG - 2008-2012	170
Tabela 7.1 Renda média nominal mensal dos trabalhadores no setor de turismo de Tiradentes, da região Central de Minas gerais e no estado de Minas Gerais (R\$)....	232
Tabela 9.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes em Tiradentes/MG – 1991, 2000, 2010.....	328
Tabela 9.2 Porcentagem da renda apropriada por estratos da população de Tiradentes/MG – 1991, 2000, 2010.....	328
Tabela 9.3 Vulnerabilidade social em Tiradentes/MG 1991, 2000, 2010.....	330
Tabela. 9.4 Taxas de analfabetismo em Minas Gerais e em Tiradentes/MG - 2000 e 2010	336
Tabela 9.5 Número de matrículas no sistema de ensino do município Tiradentes, 2012	337
Tabela 9.6 Taxa de distorção idade-série nas escolas do ensino público básico do município de Tiradentes, 2010.....	338
Tabela 9.7 Taxa de abandono dos estudantes na rede de ensino público básico da Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2011	340
Tabela 9.8 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB da rede pública dos anos iniciais do fundamental nos municípios da microrregião de São João del Rey, Minas Gerais e Brasil - 2005-2011	342
Tabela 9.9 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB da rede pública dos anos finais do ensino fundamental nos municípios da microrregião de São João del Rey, Minas Gerais e Brasil - 2005-2011	343

Tabela 9.10 Metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB de 1º ao 5º anos do Ensino Público Fundamental em Tiradentes/MG, 2013.....	343
Tabela 9.11 Gastos em educação do município de Tiradentes/MG 2000-2011	344
Tabela 9.12 Número de estabelecimentos de saúde, por tipo e esfera administrativa segundo o DATASUS – Tiradentes/MG – 2013	368
Tabela 9.13 Número de estabelecimentos de saúde, por tipo e esfera administrativa segundo o Departamento de Saúde da prefeitura - Tiradentes/MG – 2013	368
Tabela 9.14 Número de internações hospitalares por local de residência na Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2009-2013.....	369
Tabela 9.15 Número de internações hospitalares em Tiradentes/MG segundo o caráter de atendimento, grupo de procedimento e complexidade – 2011 a 2013.....	370
Tabela 9.16 Estrutura percentual das internações, por causa (capítulo CID 10) e faixa etária, em Tiradentes - 2013	371
Tabela 9.17 Ocupações na área da saúde, segundo CBO2002-MG - Tiradentes - 2013	373
Tabela 9.18 Equipamentos ambulatoriais existentes em Tiradentes - dez/2013	374
Tabela 9.19 Taxa de mortalidade infantil na microrregião geográfica de São João del Rey, 2009 a 2011	375
Tabela 9.20 Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram sete ou mais consultas de pré-natal na microrregião geográfica de São João del Rey – 2005 a 2011.	
.....	376
Tabela 9.21 Mortalidade proporcional, por local de residência, segundo capítulo 010/CID e faixa etária, em Tiradentes/MG – 2011	379
Tabela 9.22 Proporção de óbitos por causas mal definidas na microrregião geográfica de São João del Rey – 2005 a 2011	381
Tabela 9.23 População atendida pelo Programa Saúde da Família (PSF) na Microrregião de São João del Rey – 2005 - 2011	383
Tabela 9.24 Informações Básicas dos municípios da Microrregião de São João del Rey	398

Tabela 9.25 Número de famílias pobres na Microrregião de São João del Rey, segundo o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal e o Perfil do Programa Bolsa Família	399
Tabela 9.26 Indicadores de renda, pobreza e desigualdade nos municípios da Microrregião de São João del Rey/MG - 2010	400
Tabela 9.27 Porcentagem da renda apropriada por estratos da população nos municípios da Microrregião de São João del Rey/MG – 2010.....	401
Tabela 9.28 Aspectos relacionados à vulnerabilidade social nos municípios da Microrregião de São João del Rey/MG – 2010.....	402
Tabela 9.29 População Economicamente Ativa (PEA) e População Ocupada (PO), por faixa etária, na semana de referência em Tiradentes/MG - 2010.....	404
Tabela 9.30 Número médio de famílias beneficiárias do PBF nos municípios da Microrregião de São João del Rey – 2007 a 2013	405
Tabela 9.31 Transferência de renda e co-financiamento federal em Tiradentes/MG e Nazareno/MG – 2013.....	411
Tabela 9.31 Domicílios Recenseados de Tiradentes/MG, em números absolutos e percentuais –2010	421
Tabela 9.32 Déficit Habitacional Urbano e Rural – Tiradentes, São João del Rey, Minas Gerais – Ano 2010	423
Tabela 9.33 Déficit Habitacional Total e Relativo - Tiradentes, São João del Rey, Minas Gerais – Ano 2010.....	424
Tabela 9.34 Déficit Habitacional Total para Domicílios com rendimento de 0 a 3 salários mínimos. Ano – 2010.....	425
Tabela 9.35 Componentes do déficit habitacional – Minas Gerais, microrregião de São João del Rey, Tiradentes – 2010	427
Tabela 9.36 Número de domicílios urbanos inadequados segundo algum componente total com rendimento 0-3 salários mínimos – Ano 2010.....	428
Tabela 9.37 Número total de domicílios inadequados segundo infraestrutura urbana – abastecimento de água, esgoto, luz e coleta de lixo – 2010	429

Tabela 10.1 Taxas de criminalidade (anual por 100 mil habitantes) – Tiradentes/MG - 2001 -2010 (1)	437
Tabela 10.2 Taxa anual por 100 mil habitantes de crimes violentos (1) em Minas Gerais – 2001 – 2010	440
Tabela 10.3 Gastos per capita e esforço orçamentário com segurança pública em Tiradentes/MG – 2001 a 2010	451
Tabela 10.4 Ocorrências da Região da atuação do 2º Pelotão de Bombeiros Militar e de Tiradentes, por grupo de natureza – 2011 – 2013.....	468

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Pirâmide Etária da População de Tiradentes - MG – 2000	25
Gráfico 2.2 Pirâmide Etária da População de Tiradentes - MG – 2010	26
Gráfico 2.3 Razão de Dependência no município de Tiradentes - MG - 1991/2000/2010.....	27
Gráfico 6.1 Distribuição do número de estabelecimentos por setor do turismo, Tiradentes/MG 2012	171
Gráfico 6.2 Distribuição do número de empregados por setor do turismo, Tiradentes/MG, 2012	172
Gráfico 6.3 Evolução das Receitas Tributárias de Tiradentes/MG 2007-2013, em R\$1.000 de 2013	173
Gráfico 6.4 Evolução da Receita Corrente de Tiradentes/MG, 2007-2013, em R\$1.000 de 2013.....	174
Gráfico 8.1 Filmes e Frequência de Público no ano de 2013 no Centro Cultural Yves Alves, de Tiradentes/MG	269
Gráfico 8.2 Frequência média de alunos nos cursos ofertados no Centro Cultural Yves Alves no ano de 2013 – Tiradentes/MG	270
Gráfico 9.1 Taxa de distorção idade-série no ensino público básico da Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2010	339
Gráfico 9.2 Taxa de aprovação do ensino público básico na Microrregião Geográfica de São João del Rey - 2011.....	340
Gráfico 9.3 Nota média padronizada (N) da Prova Brasil do ensino público fundamental na Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2011	341
Gráfico 9.4 População residente por grupos de idade em 2000 e 2010 Tiradentes/MG.. ..	367
Gráfico 9.5 Proporção de nascidos vivos com baixo peso na Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2009 a 2011	377

Gráfico 9.6 Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes) em Tiradentes/MG – 2000 a 2011	378
Gráfico 9.7 Cobertura vacinal segundo principais imunobiológicos em Tiradentes/MG – 2002 a 2011.....	382
Gráfico 9.8 Número médio de famílias beneficiárias do PBF – Tiradentes/MG - 2007 a 2013.	406
Gráfico 9.9 Índice de Gestão Descentralizada – IGDM do Programa Bolsa Família - PBF nos municípios da microrregião geográfica de São João del Rey – 2007 a 2012....	407
Gráfico 9.10 Índice de Gestão Descentralizada – IGDM do Programa Bolsa Família - PBF do município de Tiradentes/MG (IGD M) 2007 a 2013	407
Gráfico 9.11 Índice de Gestão Descentralizada (IGD M) e seus componentes em Tiradentes/MG - 2007 a 2013	408
Gráfico 9.12 Taxa de frequência escolar nos municípios da Microrregião Geográfica de São João del Rey/MG - 2007 a 2012	409
Gráfico 9.13 Número médio de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC – Tiradentes/MG – 2007 a 2013.....	410
Gráfico 9.14 Proporção entre déficit habitacional total e déficit habitacional para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos – 2010	425
Gráfico 9.15 Inadequação Habitacional em infraestrutura urbana – iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo - 2010	429
Gráfico 10.1 Taxa anual por 100 mil habitantes de crimes violentos por categoria em Tiradentes/MG - 2001 - 2010	438
Gráfico 10.2 Taxa anual por 100 mil habitantes de crimes violentos e de menor potencial ofensivo em Tiradentes/MG - 2000 - 2010	439

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5.1 Instrumentos e ferramentas de apoio a gestão de recursos hídricos em Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - GD - em Minas Gerais - 2013	126
Quadro 7.1 Classificação da oferta turística de Tiradentes/MG – INVITUR – Categoria C: Atrativos turísticos - 2014	212
Quadro 7.2 Descrição dos projetos em desenvolvimento no Departamento de Turismo de Tiradentes/MG – agosto de 2013.....	247
Quadro 9.1 Requisitos necessários ou suficientes ao CRAS dos municípios de “pequeno porte I” segundo o Ministério do Desenvolvimento Social	390
Quadro 10.1 Estrutura territorial integrada das policias civil e militar do estado de Minas Gerais da 13 ª Região Integrada de Segurança Pública (13ª RISP)	442
Quadro 10.2 Efetivo de militares por fração existente na 190ª Companhia de Polícia Militar de Minas Gerais – julho 2013.....	443
Quadro 10.3 Distâncias geográficas aproximadas entre a sede do 1º Pelotão do 190ª Companhia de Polícia Militar, em Tiradentes/MG, suas frações, outras frações da própria Companhia e outras unidades da Policia Militar de Minas Gerais	444
Quadro 11.1 Quantitativo de servidores por local de trabalho na Prefeitura de Tiradentes/MG - 2013	514

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 Mapa rodoviário de acesso à cidade de Tiradentes/MG.....	5
Figura 1.2 Mapa da Mesorregião Campo das Vertentes/MG	6
Figura 1.3 Mapa da divisão administrativa do município de Tiradentes/MG	7
Figura 1.4 Mapa hipsométrico da região de Tiradentes/MG.....	11
Figura 1.5 Mapa da vegetação da região de Tiradentes/MG.....	11
Figura 4.1 Setores da sede municipal de Tiradentes/MG para aplicação dos critérios e normas de proteção para o sítio histórico – 1997.....	93
Figura 5.1 Foto panorâmica do sítio urbano de Tiradentes/MG com a Serra de São José ao fundo	118
Figura 5.2 Área de Proteção Ambiental - APA Serra de São José no contexto dos limites municipais de Tiradentes/MG	121
Figura 5.3 Abrangência da Bacia do Rio Grande e suas sub-bacias em Minas Gerais	124
Figura 5.4 Municípios da Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio das Mortes em Minas Gerais - GD2.....	125
Figura 7.1 Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes – Minas Gerais – 2014	199
Figura 7.2 Croqui do acesso rodoviário a Tiradentes/MG	207
Figura 7.3 Relógio de Sol da Matriz de santo Antônio, que aparece ao fundo	216
Figura 7.4 A popular "Maria-Fumaça" - Locomotiva 42 na Estação Ferroviária de Tiradentes/MG	216
Figura 7.5 Chafariz São José em Tiradentes/MG	217
Figura 11.1 Estrutura organizacional da prefeitura de Tiradentes/MG – 2013.....	510

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Perfil Municipal de Tiradentes, como parte integrante e fundamento do Plano Diretor Participativo, em elaboração por meio de contrato entre a Fundação João Pinheiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT), tendo a prefeitura municipal como interveniente. Compreende os resultados das pesquisas documentais, das entrevistas realizadas e dos trabalhos de campo, cotejados com as oito oficinas participativas realizadas em todo o território municipal, compondo um panorama da situação atual do município quanto a uso e ocupação do território, meio ambiente, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, cultura, turismo e capacidade institucional para a implantação e monitoramento do Plano Diretor e sua legislação complementar. Aponta, também, para um conjunto de sugestões em cada tema, as quais orientarão a formulação das propostas do Plano Diretor, de forma a instituir no município um instrumento de planejamento com o objetivo de orientar o crescimento municipal em bases sustentáveis, tendo como princípios a sustentabilidade ambiental e social, a participação social, a intersetorialidade de políticas públicas, o referenciamento no território, tanto urbano como rural e a gestão democrática.

O processo de construção envolveu o poder público, setores econômicos, culturais, ambientais, sociais e a participação da população, buscando fornecer as bases para que este plano se torne efetivamente um guia para o desenvolvimento sustentável do município, tornando real o desejo coletivo de um município socialmente justo, economicamente próspero, culturalmente diverso e politicamente democrático.

Está organizado em 11 capítulos, sendo o primeiro relativo à caracterização física e biótica de Tiradentes, a partir de sua localização e ocupação. São abordados os aspectos relacionados ao clima, geologia, relevo, hidrografia, vegetação e a caracterização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no município.

No segundo capítulo, é traçado um perfil demográfico de Tiradentes, com a análise dos dados de crescimento populacional, entre outros diversos indicadores demográficos.

O terceiro capítulo trata da evolução histórica do município. São analisados os períodos posteriores ao seu tombamento como patrimônio histórico nacional e a sua evolução como cenário turístico.

A dimensão físico-territorial é tratada no quarto capítulo. São abordados o uso e ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais, as questões relativas à mobilidade e à acessibilidade, bem como esses aspectos sob o ponto de vista dos munícipes. Os planos afetos ao município já realizados são analisados, bem como os instrumentos jurídicos existentes, tanto com relação à preservação de sítios históricos quanto à legislação municipal. As recomendações acerca das questões analisadas são feitas ao final.

O quinto capítulo visa fornecer um quadro geral da situação ambiental de Tiradentes, tanto no que diz respeito à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, como da degradação, poluição e exploração inadequada desses mesmos recursos. O diagnóstico é apresentado segundo os aspectos relacionados aos principais indicadores ambientais, tais como: a paisagem, as unidades de conservação, a qualidade do ar, a situação da cobertura vegetal e da fauna silvestre, a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, características do relevo regional, dos solos, clima e aptidão agrícola e aspectos do sistema de saneamento ambiental.

No sexto capítulo é abordado o desenvolvimento econômico local. Analisa-se a situação da economia local, a geração de emprego e renda, as finanças públicas municipais, a produção agropecuária e são feitas recomendação e proposições.

No sétimo capítulo, o turismo é abordado a partir da análise institucional da política de turismo nos níveis federal e estadual. São analisadas a oferta turística de Tiradentes – atrativos e equipamentos – a demanda turística local e a comercialização do produto “Tiradentes”. A atividade é analisada sob a ótica dos munícipes, com a análise dos impactos sociais e econômicos da atividade. É analisada ainda a estrutura administrativa municipal para a gestão local do turismo e os planos e projetos para o setor. Recomendações são feitas ao final.

O oitavo capítulo analisa a cultura, os esportes e o lazer em Tiradentes. A partir do entendimento da política nacional de cultura, é traçado o diagnóstico da cultura no município sob as dimensões simbólica, econômica e cidadã, destacando o enfoque da economia criativa. Em relação ao esporte e lazer, é analisada a política nacional e estadual de esporte e lazer, bem como a situação da política municipal do setor.

O desenvolvimento social de Tiradentes é analisado no nono capítulo. A partir de um diagnóstico das políticas nacional e estadual, são analisadas as políticas locais de educação, saúde, assistência social e habitação.

No décimo capítulo, são analisadas as questões relativas à segurança pública e defesa civil, estrutura de acesso à justiça e para o cumprimento de pena. São abordados os dados da segurança e da criminalidade em Tiradentes, a estrutura e estratégias para o combate e prevenção da criminalidade no município, bem como a segurança do patrimônio histórico no município.

O ambiente institucional da política urbana e o diagnóstico institucional da estrutura organizacional da prefeitura são feitos no décimo-primeiro capítulo. A análise conceitual de “plano diretor” no contexto pós-constitucional, a redefinição da política urbana no contexto federal e o papel do governo de Minas Gerais em relação à política de desenvolvimento urbano fundamentam o diagnóstico, bem como os comandos de participação comunitária e controle social. A situação local do ambiente institucional municipal é feita, bem como análise da Lei Orgânica municipal sob o enfoque da política urbana. As recomendações são feitas ao final.

Cabe ressaltar que este Perfil Municipal, por seu caráter intermediário no desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor, pode ainda sofrer adaptações ou complementações, em caso de relevância para o processo coletivo de construção do Plano Diretor.

Agradecemos o apoio do IHGT, da prefeitura municipal, da Comissão Especial de Acompanhamento e, em especial, a todos os cidadãos o acolhimento à nossa equipe e a participação no processo coletivo de construção do Plano Diretor.

1 CARACTERIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL

1.1 Localização

Tiradentes possui superfície de 83,04 km² e o acesso à sede do município é feito pela rodovia MG-450, a partir do entroncamento com a BR-265, ou então pela rodovia MG-430, a partir do entroncamento com a BR-383. Está distante da capital mineira 190 quilômetros e a 10 quilômetros da cidade-polo regional São João del Rey. A distância aproximada a cidades do interior de Minas Gerais às capitais mais próximas e a centros regionais de São Paulo encontra-se no quadro 1.1.

Quadro 1.1 Distância em quilômetros entre Tiradentes/MG e cidades selecionadas

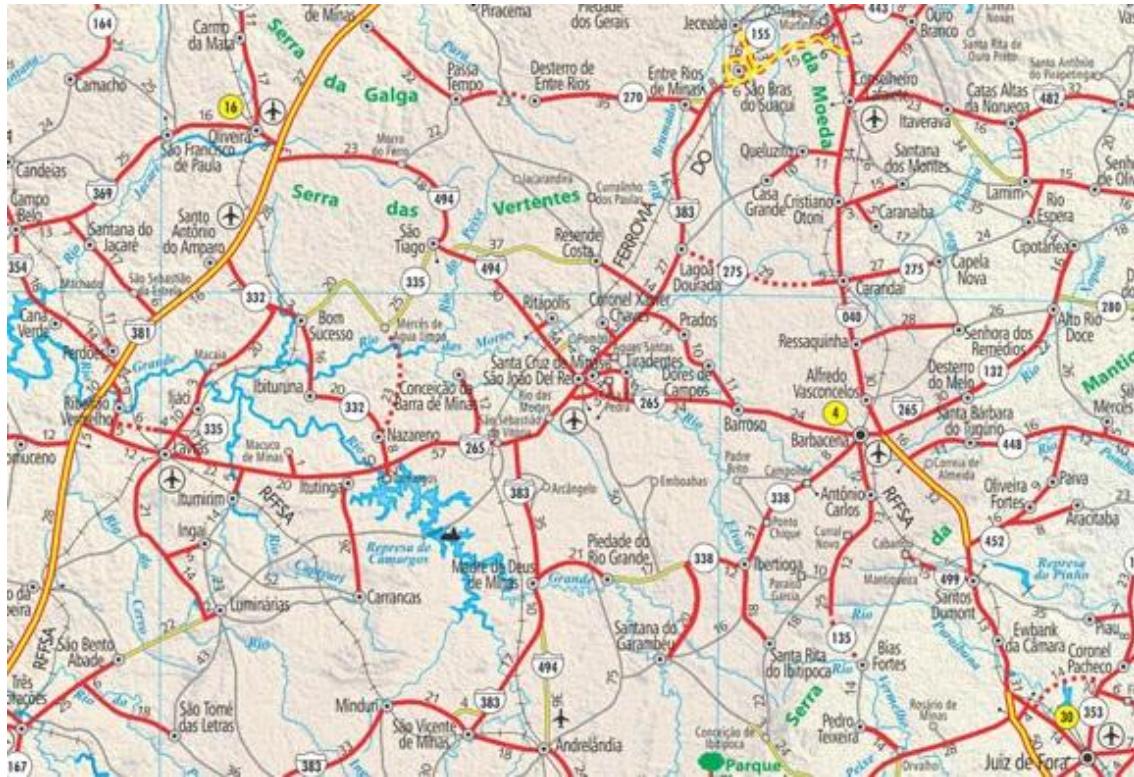
Regional em Minas Gerais		
Localidade		Distância (KM)
Juiz de Fora		160
Ouro Preto		170
Barbacena		50
Lavras		100
Caxambu		180
São João del Rey		10
Capitais		
Localidade		Distância (KM)
Belo Horizonte/MG		190
Rio de Janeiro/RJ		330
São Paulo/SP		480
Vitória/ES		560
Brasília/DF		900
Outros centros regionais		
Localidade		Distância (KM)
Campinas/SP		480
Ribeirão Preto/SP		410
São José dos Campos/SP		320

Fonte: www.tiradentesgerais.com.br acesso em 7/5/2014

Sua localização geográfica é entre as coordenadas: 21°4'28,655"S / 44°13'26,749"W e 21° 9'44,051"S / 44° 5'30,746"W, com altitude de 927m.

A figura 1.1 contém o mapa rodoviário da região de Tiradentes.

Figura 1.1 Mapa rodoviário de acesso à cidade de Tiradentes/MG



Fonte: <http://www.der.mg.gov.br/mapa> - consulta em 7/4/2014

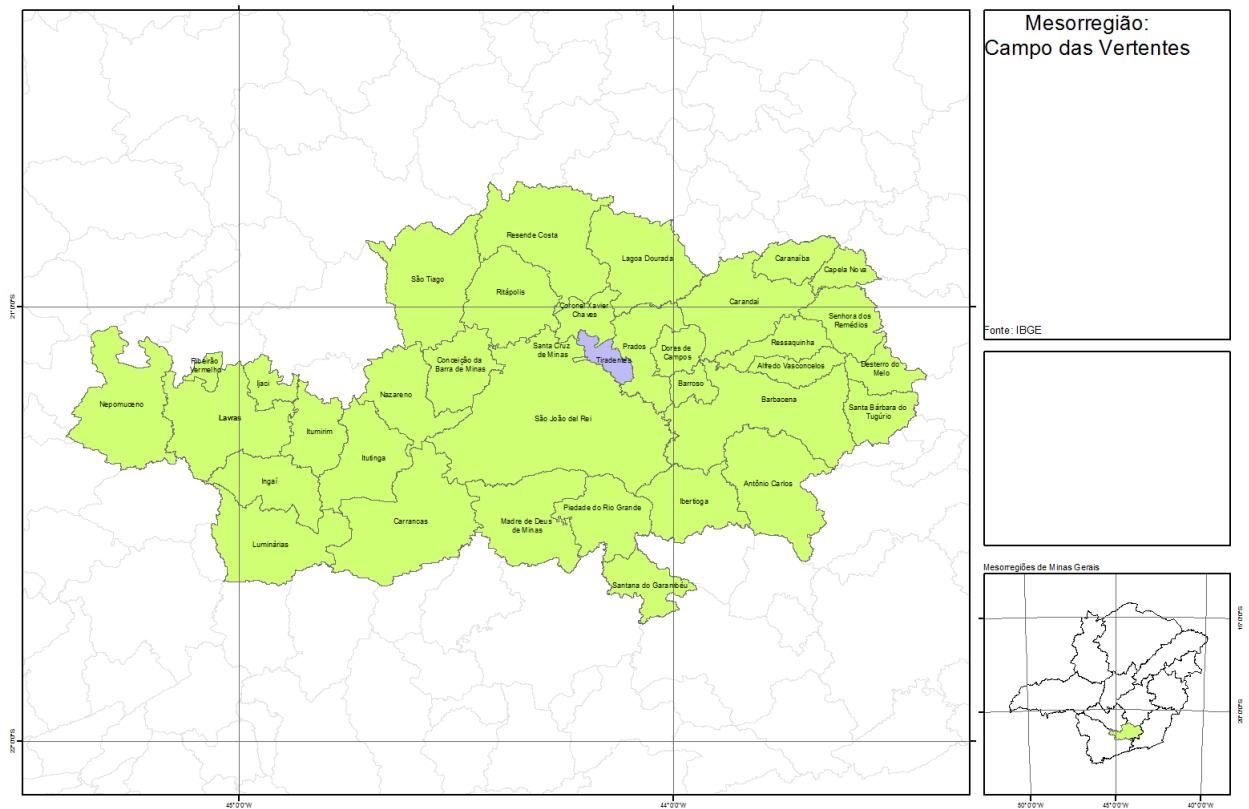
O município faz parte da Mesorregião Campo das Vertentes e Microrregião São João Del-Rei¹. Tem como vizinhos: ao norte, Coronel Xavier Chaves e Prados; ao sul, São João del Rey e Santa Cruz de Minas (figura 1.2).

Do ponto de vista político-administrativo, o município de Tiradentes é constituído por três distritos: o distrito-sede de Tiradentes, Elvas e Caixa D'Água da Esperança. As localidades de Cesar de Pina e Águas Santas situam-se no distrito-sede (1.3).

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

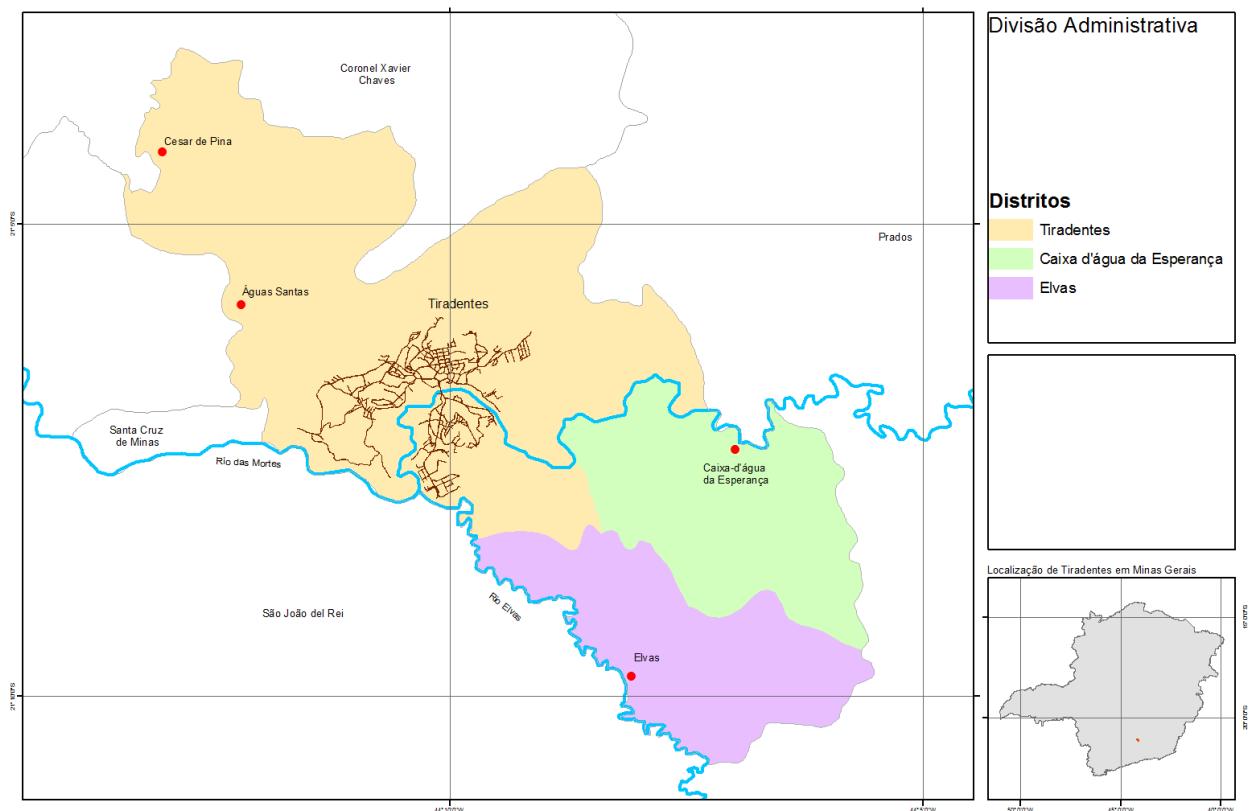
Figura 1.2 Mapa da Mesorregião Campo das Vertentes/MG



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), 2014

Figura 1.3 Mapa da divisão administrativa do município de Tiradentes/MG



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), 2014

1.2 Clima

A Microrregião de São João Del-Rei está sob a influência de circulação dos sistemas atmosféricos tropicais. O clima é controlado pelas massas de ar equatorial continental, tropical continental, tropical atlântico e polar atlântico. Os deslocamentos dessas massas de ar são responsáveis pela marcante sucessão alternada de estação úmida e seca.

O clima que mais caracteriza a região, de acordo com a classificação de Köppen, é o subtipo climático Cwb, clima tropical de altitude com verões suaves, que atinge os trechos elevados da Serra da Canastra, Serra do Espinhaço, Mantiqueira e sul do Estado; os dias mais quentes ocorrem em janeiro e fevereiro e a temperatura

mantém-se em torno de 23ºC. Os invernos mais rigorosos acontecem de junho a agosto, com média do mês mais frio de 10,8º C.

A precipitação pluviométrica varia entre 1.500 e 1.600 milímetros. A partir de abril, com o decréscimo do período chuvoso, ocorre a fase da retirada, que se estende até setembro. Verifica-se que os níveis máximos da deficiência vão de junho a agosto, meses de menor pluviosidade. Em setembro, começo do período chuvoso que se estende até março, há novamente reidratação do solo, tendo início a fase de reposição.

A umidade relativa da região é de 78,7%, apresentando grandes variações durante o ano, principalmente nos meses de agosto a outubro, quando se situa em torno de 76%. Atinge valor médio mais elevado de abril a junho, chegando 80%.

Não são normais geadas severas em toda a região da Microrregião de São João Del-Rei; contudo, pode haver ocorrências esporádicas, especialmente nas áreas de várzeas.

Quanto à direção dos ventos, elemento importante para o planejamento da distribuição espacial das atividades urbanas, sobretudo a industrial, foram consultadas diversas fontes bibliográficas como o Instituto de Geociências Aplicadas IGA² e o Atlas Climatológico de Minas Gerais do 5º Distrito do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), para obtenção de dados.

Esses dados apontam que, em decorrência da circulação atmosférica geral, toda a fachada Atlântica do Brasil é percorrida por ventos de norte, nordeste, leste e sudeste, porém com predominância de ventos norte, nordeste, da Bahia para o sul e sudoeste proveniente do anticlinal³ do Atlântico Sul⁴.

² Instituto de Geociências Aplicadas (IGA). Síntese climática de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1990.

³ Anticlinal pode ser definido com: dobra com a convexidade voltada para o alto e abrindo-se para baixo LEINZ, V., LEONARDOS, O . H. **Glossário geológico**. São Paulo:Companhia Editora Nacional., 1971..

⁴ BARBOSA G.V., RIBEIRO C.M.. **Locação de anemógrafos e solarímetros**, Belo Horizonte: UFMG/IGC, 1983.

1.3 Geologia

As litologias da Formação Tiradentes compõem a Serra São José e são constituídas por metarenitos puros com níveis ortoconglomeráticos e estruturas preservadas (como "ripples": marcas de ondas), relacionadas com o limite da área emersa do paleocontinente Pré-Cambriano ao norte.

Contata as demais formações do Grupo São João del Rey por planos de falha, (Radambrasil, 1983). Saadi (1991) identificou a ação da tectônica ressurgente na dinâmica da paisagem das adjacências da área estudada, analisando a descrição de um "Graben" formado no contato entre os metarenitos da Formação Tiradentes e metassiltitos da Formação Prados, o que contribuiu para o isolamento do platô estudado.

A região faz parte do Planalto de Andrelândia, caracterizado por colinas com topos convexos e tabulares e encostas convexizadas. Elevações metareníticas como a Serra São José representam estruturas com vertentes assimétricas, sendo a parte voltada para sudeste e sul uma escarpa vertical, mostrando os efeitos de basculamento a que foram submetidas (Radambrasil, 1983).

Os solos predominantes na região são os Cambissolos cascalhentos, formados a partir das litologias metassedimentares do Grupo São João del Rey. Nos topos concordantes do nível topográfico regional (em torno de 1.000 m), são encontrados Latossolos formados a partir de materiais retrabalhados (Muggler, 1998). Argissolos ocorrem em encostas e estão associados a pequenos diques de rochas básicas. Nas partes baixas da paisagem, são encontrados Gleissolos indiscriminados e Neossolos Flúvicos. No maciço metarenítico e em seus talus, predominam afloramentos de rochas, Neossolos Litólicos e Neossolos Quartzarênicos. Em áreas do topo, são encontrados solos arenosos com singular alternância de camadas enriquecidas com matéria orgânica em profundidade (Silva, 1994)⁵.

⁵ SILVA, A. C.; VIDAL-TORRADO, P.; CORTIZAS, A. Martinez; RODEJA. E. Garcia. - **Solos do topo da Serra de São José (Minas Gerais) e suas relações com o paleoclima no Sudeste do Brasil** In: Revista Brasileira de Ciência. Solo. Vol. 28 n.3. Viçosa, May/June 2004.

1.4 Relevo

Tiradentes pode ser dividido em três grandes conjuntos morfoestruturais: as cristas quartzíticas da Serra de São José (quartzitos do grupo São João del Rey), os morros alongados com colinas convexas e policonvexas do embasamento cristalino e as planícies fluviais caracterizadas pelos depósitos quaternários nas calhas dos rios e córregos.

De acordo com Barbosa Filho (2003) as altitudes elevadas situam-se nas cristas quartzíticas da Serra de São José, chegando próximo de 1400 metros de altitude. Neste domínio predominam os solos do tipo Neossolos litólicos e, em menor ocorrência, os neossolos Quartzarênicos. Estes solos possuem baixa aptidão para a agricultura e pecuária, pois são muito rasos ou possuem textura que confere pouca estabilidade aos agregados. Dessa maneira, um dos usos indicados para esta área é o turismo sustentável ou outras atividades que visem à exploração racional dos atributos paisagísticos, hídrico e ecológico. Neste intuito é que foi criada a Área de Preservação Ambiental (APA) Serra de São José, que bordeja a sede municipal.

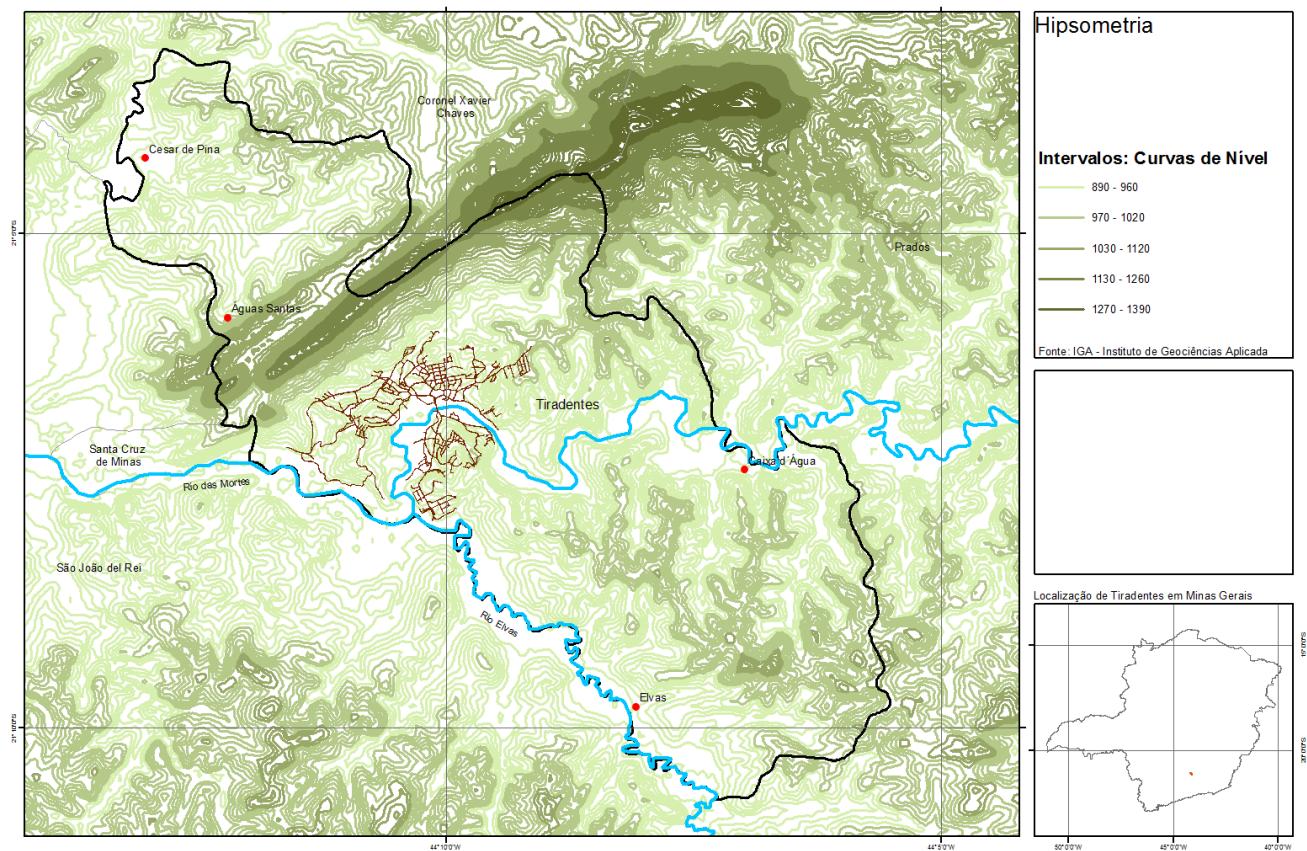
O segundo compartimento morfoestrutural, caracterizado pelas colinas convexas e policonvexas possui topografia menos acidentada e altitudes menores (média de 950m). Nessas áreas, o manto de alteração é mais profundo devido à decomposição acentuada do embasamento cristalino (rochas quimicamente menos resistente do que os quartzitos do primeiro compartimento) A decomposição dessas rochas deu origem a solos mais profundos como os Latossolos, Argissolos e Cambissolos. Estes solos, apesar de já apresentarem alto grau de lixiviação, são favoráveis à agropecuária, o que explica a concentração das atividades rurais neste domínio. Embora haja boa aptidão para a agropecuária, a topografia desse compartimento, caracteriza pela convexidade das encostas, não favorece a mecanização da agricultura.

O terceiro compartimento morfoestrutural é caracterizado pelas planícies próximas às calhas dos rios e córregos da região. Essa área possui uma porção restrita em relação aos outros compartimentos supracitados e é fruto da sedimentação recente do material degradado nesses compartimentos. Em alguns

pontos, a referida área é explorada pelas atividades de garimpo irregular, o que traz vários malefícios ao meio ambiente⁶.

A figura 1.4 representa a hipsometria regional, onde pode se observar nitidamente a Serra de São José, com altitudes em torno dos 1300 m e a sede municipal de Tiradentes, entre 800 e 900 m de altitude.

Figura 1.4 Mapa hipsométrico da região de Tiradentes/MG



Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), 2014

1.5 Hidrografia

O principal rio que corta município é o rio das Mortes. Nasce no município de Barbacena, é afluente da margem direita do rio Grande e possui uma

⁶ OLIVEIRA, Patrícia de Gonzaga de. **Pousada e Território: um estudo de caso da cidade de Tiradentes – MG**. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2006 (dissertação de mestrado).

extensão de 275km. Sua foz se dá no lago da Usina Hidrelétrica do Funil, em Ijaci (MG). Seus principais afluentes são o rio Carandaí e rio Elvas. Faz parte do Comitê de Bacias GD2-Vertente do Rio Grande⁷.

O rio Grande nasce na Serra da Mantiqueira, no município de Bocaina de Minas (MG), a uma altitude aproximada de 1.980m. A Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BHRG) está situada na Região Sudeste do Brasil, na Região Hidrográfica Paraná que, em conjunto com as Regiões Hidrográficas Paraguai e Uruguai, compõe a Bacia do Prata. É uma bacia hidrográfica de expressiva área territorial, com mais de 143.000km² de área de drenagem.

De forma mais abrangente, bacia hidrográfica é conceituada como “um sistema terrestre e aquático geograficamente definido, e composto por sistemas físicos, biológicos, econômicos e sociais”.

De forma mais específica, bacia hidrográfica pode ser entendida como o “conjunto de toda a drenagem de uma dada região, formada por ribeirões e riachos e que reúne toda água colhida por eles num determinado corpo d’água, seja ele um rio, um lago ou mesmo o mar”.

O entendimento destes dois conceitos é importante, porque quando se refere à bacia hidrográfica do rio Grande, dirige-se não só aos afluentes e coleções de água que direta e indiretamente vão lançar suas águas naquele rio, mas também ao seu meio biótico (vegetação, flora, fauna etc.) e socioeconômico (cidades, população, infraestrutura, saúde, educação, atividades econômicas etc.).

Portanto, uma bacia hidrográfica deve ser vista como um sistema, integrando não só o conjunto dos corpos d’água que são seus formadores como também uma grande diversidade de ambientes físicos, socioeconômicos e culturais, em que se desenvolvem diferentes atividades econômicas e sociais, as quais exercem uma influência direta na vegetação, no solo, na biodiversidade em geral e na qualidade das águas de seu rio formador, que passa a ser um canal para onde convergem os rejeitos de todas as atividades econômicas e humanas ali desenvolvidas. O capítulo sobre meio ambiente avança sobre esse tema.

⁷ Comitê de Bacias é uma plenária integrada pela sociedade civil, usuários da água, organizações não governamentais e os poderes públicos, com o objetivo de discutir e decidir quais políticas e ações devem ser implementadas para a recuperação, manutenção e gestão dos rios que compõem uma bacia hidrográfica.

1.6 Vegetação

O município de Tiradentes está inserido no ecossistema da Mata Atlântica, que é uma das florestas tropicais mais ameaçadas do mundo. Para se ter ideia da situação da Mata Atlântica no Brasil, basta lembrar que, na época do descobrimento, ela ocupava aproximadamente 12% do território nacional, estendendo-se do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. Hoje, está reduzida a apenas 7% de sua área original⁸.

A Mata Atlântica é o ecossistema brasileiro que mais sofreu os impactos ambientais dos ciclos econômicos da história do país. Ainda no século XVI, houve a extração predatória do pau-brasil, utilizada para tinturas e construções. A segunda grande investida foi o ciclo da cana-de-açúcar. Constatada a fertilidade do solo, extensos trechos de matas foram derrubados para dar lugar aos canaviais. No século XVIII foram as jazidas de ouro que atraíram para o interior um grande número de aventureiros portugueses e de várias partes mundo. A imigração levou a novos desmatamentos, que se estenderam até os limites com o cerrado, para a implantação da agricultura e pecuária. No século seguinte, foi o café, provocando a marcha ao sul do Brasil.

Nas últimas décadas, Tiradentes sofreu um intenso processo de supressão da sua vegetação original, desmatada para suprir a formação de áreas de pastagens, demanda de madeira para construção civil, carvoejamento destinado à indústria siderúrgica e reflorestamento com a monocultura do eucalipto. Estes ciclos de ocupação econômica na região resultaram num empobrecimento de sua cobertura vegetal natural, restando poucos fragmentos localizados, principalmente nos topo de morros e ao longo dos cursos d'água e nascentes.

O mapa de vegetação de Minas Gerais, elaborado pelo Programa de Proteção da Mata Atlântica, em 1994⁹, mostra as regiões fitoecológicas e as demais áreas de vegetação do estado com suas formações remanescentes, os refúgios ecológicos e as antropias a que acorrem. Tendo como referência o mapa, imagens de

⁸ Instituto Estadual de Florestas (IEF). Cobertura vegetal e uso do solo da região leste do Estado de Minas Gerais – Programa de Proteção da Mata Atlântica, 1994.

⁹ Instituto Estadual de Florestas (IEF). Cobertura vegetal e uso do solo da região leste do Estado de Minas Gerais – Programa de Proteção da Mata Atlântica, 1994.

satélite Landsat 7 e as observações em campo, elaborou-se uma caracterização geral da formação vegetal do município.

Os agrupamentos remanescentes da floresta estacional semidecidual mais expressivos localizam-se nas áreas de maior declividade no município e nas partes superiores das vertentes. Entre as espécies de maior importância observada nessa mata, destacam-se o jacarandá-da-bahia e o palmito, constantes na lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção. Aparece ainda nas áreas mais elevadas a vegetação de campo e campo rupestre, formado por uma vegetação rasteira ou arbustiva, constituída por gramíneas e pequenas árvores esparsas.

A maior parte das árvores possui altura de até 8m, em função das alterações ocorridas nessa mata no passado, provavelmente corte seletivo ou desbaste. Algumas árvores que apresentaram altura superior a 14m são possíveis remanescentes da floresta original:

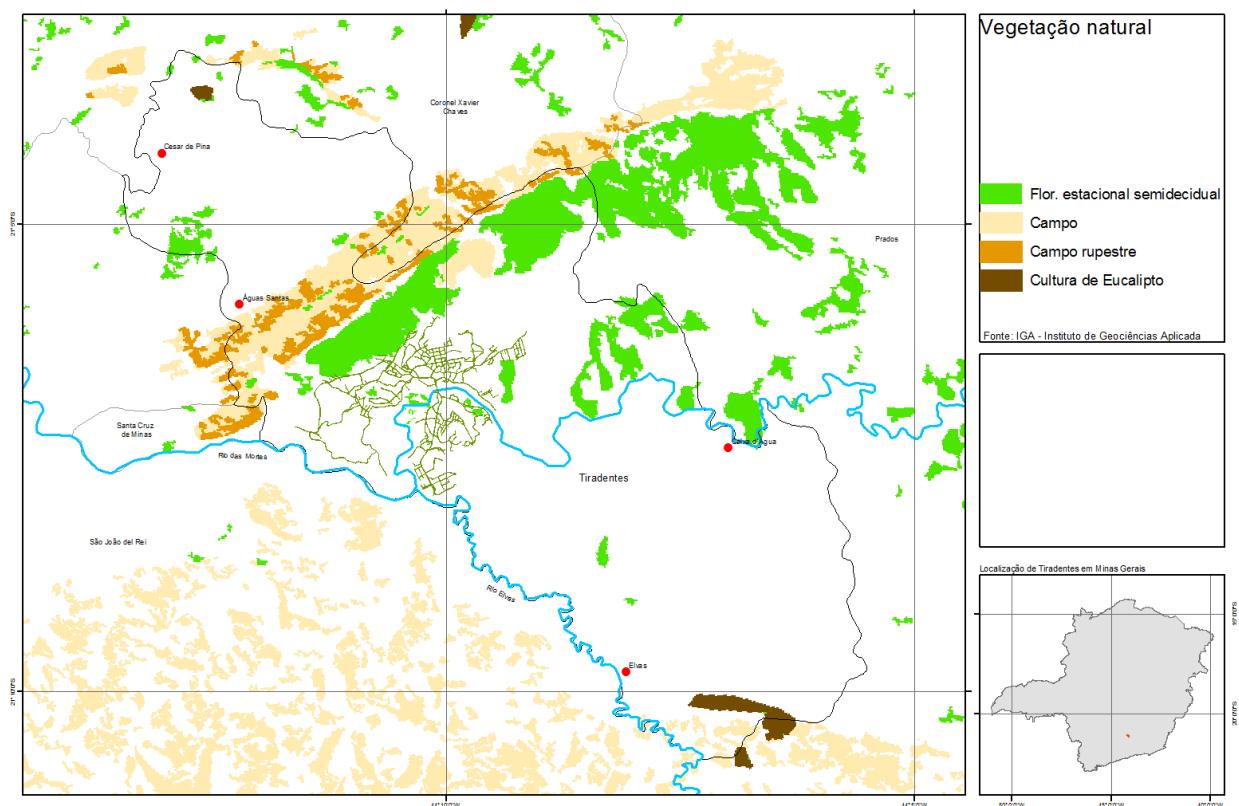
Outras extensões da floresta estacional semidecidual são as matas ciliares ao longo dos cursos d'água. As matas ciliares são aquelas que acompanham os cursos dos rios, córregos e nascentes e são responsáveis pela proteção destes mananciais. Em muitos trechos dos cursos d'água que cortam Tiradentes, como o rio Elvas e ribeirão Santo Antonio, não existem mais as matas ciliares e é raro encontrá-las protegendo esses cursos d'água na extensão definida pela legislação ambiental brasileira.

Os pastos são áreas semicolonizadas por árvores ou arbustos, configurando o estágio pioneiro da regeneração natural. Caracteriza-se por grandes espaços desmatados, ocupados por gramíneas introduzidas para formação de pastagens.

Os pastos recobrem as maiores extensões de terras no município, geralmente ocupando as partes mais planas e são normalmente formados por braquiária e capim-gordura e, em menor escala, pelo capim-favorito, colonião e capim-elefante. As pastagens são, em geral, limpas. Algumas árvores nativas se desenvolveram após o plantio das gramíneas ou remanescentes da cobertura florestal original, tendo sido poupadadas do corte. Poucas espécies foram observadas, citando-se

o mulungu, ipê amarelo, angico, fedegoso e leiteiro. A figura 1.3 representa a vegetação aqui descrita.

Figura 1.5 Mapa da vegetação da região de Tiradentes/MG



Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), 2014

1.7 Saneamento¹⁰

1.7.1 Sistema de abastecimento de água

a) Sede Municipal

O índice de atendimento quanto ao abastecimento de água é de 95,15%. O fornecimento é feito por um sistema público operado pela Copasa em regime contínuo, havendo pouca incidência de vazamentos.

¹⁰ COPASA. Plano Municipal de Saneamento do município de Tiradentes, 2010.

A captação da sede do município é composta por uma captação superficial e duas subterrâneas distintas, a saber:

- Captação superficial, com tomada direta de água em balsa flutuante localizada no rio Elvas, com capacidade de 28 l/s;
- Captação subterrânea em poço profundo C-03, com capacidade de 8 l/s; captação subterrânea em poço profundo C-04, com capacidade de 3,6 l/s.

O tratamento é feito em Estação de Tratamento de Água (ETA), do tipo convencional, com capacidade para 36 l/s, que funciona em média 15 h/dia. Da ETA, a água é conduzida a seis reservatórios (2 em concreto armado, 1 em ferro cimento e 3 metálicos), com capacidade total de 1.050 m³ e chega à população através de rede distribuidora em tubos de PVC e ferro fundido, com diâmetros variáveis de 25 a 150 mm, e aproximadamente 34,5 km de extensão.

A principal deficiência é que o sistema de descargas de rede de distribuição de água é ineficiente.

b) César de Pina e Águas Santas

O índice de atendimento é de 74,1% em relação ao abastecimento de água. O fornecimento é feito por um sistema público operado pela Copasa em regime contínuo, havendo média incidência de vazamentos.

Devido à sua posição geográfica (separados da sede pela Serra de São José) e sua proximidade com a cidade de São João del Rey, as ocupações de César de Pina e Águas Santas são abastecidos através de uma derivação da rede de distribuição de água do sistema de Colônia do Marçal. A captação desse sistema é superficial, com tomada direta de água em balsa flutuante localizada no rio Carandaí, com capacidade de 40 l/s.

O tratamento é feito em ETA do tipo convencional, com capacidade para 36 l/s, que funciona em média 12 h/dia. Da ETA a água é conduzida a um reservatório metálico com capacidade total de 50 m³ e chega à população através de rede distribuidora em tubos de PVC, com diâmetros variáveis de 20 a 100 mm, e aproximadamente 19,5 km de extensão.

A principal deficiência é a alta incidência de vazamentos em trechos de redes reaproveitadas.

c) Caixa D'Água da Esperança e Elvas

No que diz respeito ao abastecimento de água, as localidades não contam com sistema público de abastecimento, sendo adotadas soluções individuais como cisternas e nascentes próximas às residências.

As principais deficiências são:

- Ausência de sistema público de abastecimento;
- Ausência de água tratada nas residências.

1.7.2 Sistema de esgotamento sanitário

a) Sede municipal

Quanto à coleta de esgotos, a sede municipal conta com sistema público operado pela prefeitura municipal, sendo o índice de atendimento de 78% em relação à coleta de esgotos. Os bairros Jardim, Capote, Pau de Óleo e Recanto das Pedras não são atendidos e o bairro Pacu e parte do Centro têm atendimento precário.

As redes coletoras são, em sua maioria, constituídas de manilhas de concreto e cerâmica, com diâmetros variáveis de 100 mm a 200 mm, numa extensão total de 26,5 km. Essa rede coletora conduz os despejos diretamente ao ribeirão Santo Antônio e rio das Mortes, sem qualquer tipo de tratamento.

As principais deficiências são:

- Ausência de tratamento;
- Inexistência de redes interceptoras;
- Lançamento dos esgotos *in natura* no ribeirão Santo Antônio e rio das Mortes.

b) César de Pina e Águas Santas

A coleta de esgotos nas ocupações de César de Pina e Águas Santas também conta com sistema público operado pela prefeitura municipal, sendo o índice de atendimento de 26% em relação à coleta de esgotos. As redes coletoras são, em sua maioria, constituídas de manilhas de concreto, com diâmetros variáveis de 100 mm a 200 mm, numa extensão total de 3,6 km. Essa rede coletora conduz os despejos diretamente a pequenos mananciais que cortam a região ocupada e deságuam no rio Carandaí, sem qualquer tipo de tratamento.

As principais deficiências são:

- Ausência de tratamento;
- Inexistência de redes interceptoras;
- Lançamento dos esgotos in natura nos pequenos mananciais que cortam as áreas ocupadas.

c) Caixa D'Água da Esperança e Elvas

Quanto à coleta de esgotos, as localidades de Caixa D'Água da Esperança e Elvas não contam com sistema público de esgotamento sanitário, sendo adotadas soluções individuais, como fossas e lançamentos diretos nos pequenos mananciais que passam nos fundos das propriedades.

As principais deficiências são:

- Ausência de tratamento;
- Inexistência de redes interceptoras;
- Lançamento dos esgotos in natura nos pequenos mananciais que cortam as propriedades.

1.8 Energia elétrica

O consumo local total de energia elétrica cresceu no período 2000-2011 devido ao maior número de consumidores e, também, decorrente da elevação do consumo por unidade interligada ao sistema de distribuição (tabelas 1.1, 1.2 e 1.3). O setor industrial, onde predomina um grande consumidor, apresentou uma expressiva queda de consumo. Essa redução do consumo de energia pode estar relacionada com

a redução da produção e exportação de produtos minero-metalmúrgicos ocorrida a partir da crise econômica iniciada em fins de 2009. De maneira geral, é possível inferir que a economia local cresceu devido ao maior dinamismo e ampliação de atividades relacionadas à cadeia produtiva do turismo, atualmente a principal atividade econômica local, pelo crescimento do consumo residencial e comercial. Esse item é retomado no capítulo 7, que trata do tema turismo.

1.9 Comunicação

Este item é discutido no capítulo 7, que trata do turismo.

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 1.1 Consumo de energia elétrica por tipo de consumo no município de Tiradentes/MG – 2000/2011 (kwh)

Tipo	Período											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Residencial	3.351.112	2.911.019	3.041.441	3.321.320	3.391.339	3.508.924	3.530.936	3.725.709	3.823.272	4.315.615	4.540.812	4.858.578
Industrial	3.536.901	3.648.876	3.992.276	4.224.208	5.143.272	7.152.972	6.120.532	6.909.613	7.649.669	6.340.592	4.290.558	5.401.147
Comercial	1.649.592	1.607.412	1.898.842	2.212.603	2.342.390	2.401.042	2.429.818	2.505.014	2.670.991	2.926.196	2.993.490	3.325.284
Rural	307.587	288.078	292.821	430.516	350.940	372.810	467.487	413.181	448.453	477.770	502.332	596.755
Outros	1.109.915	971.192	997.021	1.110.503	1.290.874	1.331.765	1.212.017	1.188.336	1.191.917	1.254.219	1.368.032	1.501.148
Total	9.955.107	9.426.577	10.222.401	11.299.150	12.518.815	14.767.513	13.760.790	14.741.853	15.784.302	15.314.392	13.695.224	14.001.514

Fonte: Cia Energética de Minas Gerais (CEMIG)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Obs: Inclui o Consumo Próprio, Iluminação Pública e Setor Público

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 1.2 Número de consumidores de energia elétrica por tipo de consumo no município de Tiradentes/MG – 2000/2010 (kwh)

Tipo	Período											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Residencial	1.814	1.945	2.090	2.184	2.284	2.366	2.446	2.570	2.568	2.728	2.807	-
Industrial	30	36	43	46	49	53	55	59	55	56	59	-
Comercial	253	295	311	329	352	359	370	392	403	426	438	-
Rural	128	133	136	143	155	174	183	187	193	193	209	-
Outros	26	29	31	31	34	33	36	40	46	48	52	-
Total	2.251	2.438	2.611	2.733	2.874	2.985	3.090	2.985	3.265	3.451	3.565	-

Fonte: Cia Energética de Minas Gerais (CEMIG)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Obs: Inclui o Consumo Próprio, Iluminação Pública e Setor Público

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 1.3 Consumo de energia elétrica por consumidor e tipo de consumo no município de Tiradentes/MG – 2000/2010 (kwh)

Tipo	Período											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Residencial	1.847	1.497	1.455	1.521	1.485	1.483	1.444	1.450	1.489	1.582	1.618	-
Industrial	117.897	101.358	92.844	91.831	104.965	134.962	111.282	117.112	139.085	113.225	72.721	-
Comercial	6.520	5.449	6.106	6.725	6.655	6.688	6.567	6.390	6.628	6.869	6.834	-
Rural	2.403	2.166	2.153	3.011	2.264	2.143	2.555	2.210	2.324	2.475	2.404	-
Outros	42.689	33.489	32.162	35.823	37.967	40.357	33.667	29.708	25.911	26.130	26.308	-
Total	4.423	3.867	3.915	4.134	4.356	4.947	4.453	4.939	4.834	4.438	3.842	-

Fonte: Cia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Elaboração : Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Obs: Inclui o Consumo Próprio, Iluminação Pública e Setor Público

2 PERFIL DEMOGRÁFICO DE TIRADENTES

Este capítulo contempla análises sobre a evolução do crescimento populacional de Tiradentes e investiga o comportamento dos componentes da dinâmica demográfica, que engloba informações sobre fecundidade, mortalidade e migração. Ademais, investiga o impacto de tais componentes sobre o tamanho populacional e a estrutura etária do município. Em geral, as análises realizadas estabelecem comparações com os municípios da Microrregião de São João del Rey.

A população de Tiradentes passou de 5.759 para 6.961 habitantes entre 2000 e 2010 (tabela 2.1), experimentando uma taxa média de crescimento geométrico (1,91 a.a.) superior à da microrregião de São João del Rey (0,65 a.a.), de Minas Gerais (0,91 a.a.) e do Brasil (1,17 a.a.) e, ainda às dos demais municípios que compõem a microrregião de São João del Rey (tabela 2.2).

Tabela 2.1 População Residente e Taxa Média de Crescimento Geométrico Anual de Tiradentes e demais regiões, por Situação do Domicílio – 2000 e 2010

BH, MG, microrregião e município	Situação do domicílio	População residente		Taxa média de crescimento geométrico 2000 - 2010
		2000	2010	
Brasil	Total	169.799.170	190.755.799	1,17
	Urbana	137.953.959	160.925.804	1,55
	Rural	31.845.211	29.829.995	-0,65
Grau de urbanização do Brasil		81,2	84,4	..
Minas Gerais	Total	17.891.494	19.597.330	0,91
	Urbana	14.671.828	16.715.216	1,31
	Rural	3.219.666	2.882.114	-1,10
Grau de urbanização de MG		82,0	85,3	..
Microrregião de São João del Rey	Total	171.184	182.696	0,65
	Urbana	139.323	154.534	1,04
	Rural	31.861	28.162	-1,23
Grau de urbanização da MR		81,4	84,6	..
Tiradentes	Total	5.759	6.961	1,91
	Urbana	4.167	5.376	2,58
	Rural	1.592	1.585	-0,04
Grau de urbanização de Tiradentes		72,4	77,2	..

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos, 2000/2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: (..) não se aplica dado numérico

Outro indicador interessante a ser analisado é a taxa de urbanização, que dá o percentual da população urbana em relação à população total. Comparando as taxas de urbanização observadas no Brasil, em Minas Gerais e na microrregião de São João del Rey no período 2000 a 2010 é possível afirmar que seus níveis são muito próximos, variando entre 81,2 e 82% em 2000 e 84,4 e 85,3 em 2010 (tabela 2.2). O município de Tiradentes apresenta uma taxa de urbanização inferior às regiões acima mencionadas, variando entre 72,4 e 77,2% no período analisado. Desta forma, Tiradentes não chega a alcançar em 2010 a taxa de urbanização de sua microrregião em 2000 (81,4%).

Tabela 2.2 População Residente e Taxa Média de Crescimento Geométrico Anual dos municípios da Microrregião São João del Rey - MG – 2000/2010

Município	População residente		Taxa média de crescimento
	2000	2010	
Conceição da Barra de Minas	4.021	3.954	-0,17
Coronel Xavier Chaves	3.185	3.301	0,36
Dores de Campos	8.349	9.299	1,08
Lagoa Dourada	11.486	12.256	0,65
Madre de Deus de Minas	4.734	4.904	0,35
Nazareno	7.240	7.954	0,94
Piedade do Rio Grande	5.063	4.709	-0,72
Prados	7.042	8.391	0,86
Resende Costa	10.336	10.913	0,54
Ritápolis	5.423	4.925	-0,96
Santa Cruz de Minas	7.042	7.865	1,11
Santana do Garambéu	1.982	2.234	1,20
São João del Rey	78.616	84.469	0,72
São Tiago	10.245	10.561	0,30
Tiradentes	5.759	6.961	1,91

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos, 2000/2010

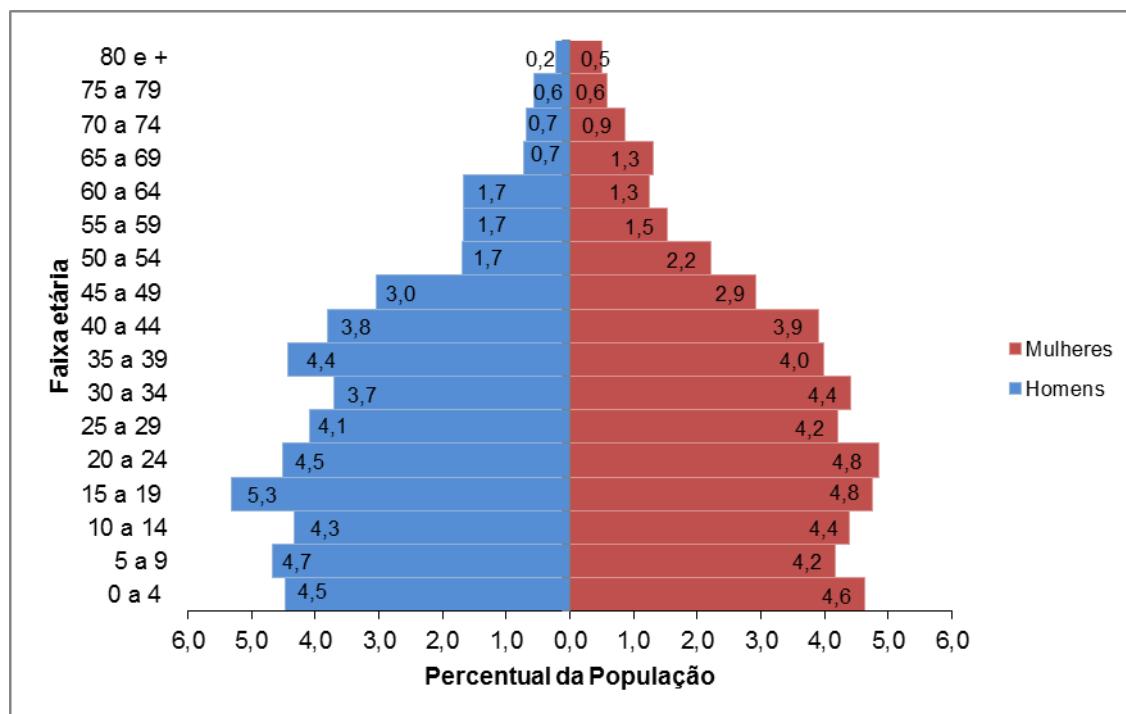
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Além das análises sobre a evolução da população e das taxas médias de crescimento geométrico de Tiradentes e dos municípios pertencentes à microrregião de São João del Rey, é necessário investigar as transformações ocorridas na estrutura etária do município no mesmo período.

Os gráficos 2.1 e 2.2 mostram as pirâmides etárias do município de Tiradentes nos anos de 2000 e 2010. A pirâmide etária é uma forma ilustrativa de representar a estrutura da população por idade e sexo. O lado direito da mesma representa as mulheres e o lado esquerdo, os homens. O eixo vertical representa as faixas etárias e o eixo horizontal, a proporção ou porcentagem da população em cada uma dessas faixas.

Comparando os gráficos 2.1 e 2.2, pode-se afirmar que a taxa de fecundidade diminuiu, entre 2000 e 2010, tanto que as faixas etárias de 0 a 4 e de 5 a 9 anos apresentavam uma porcentagem de população inferior à da faixa de 10 a 14 anos. Outro fato que pode ser observado é o aumento da proporção de jovens e adultos no município. Ademais, a proporção da população de idosos (65 ou mais anos) aumentou de 5,5% para 7,0%.

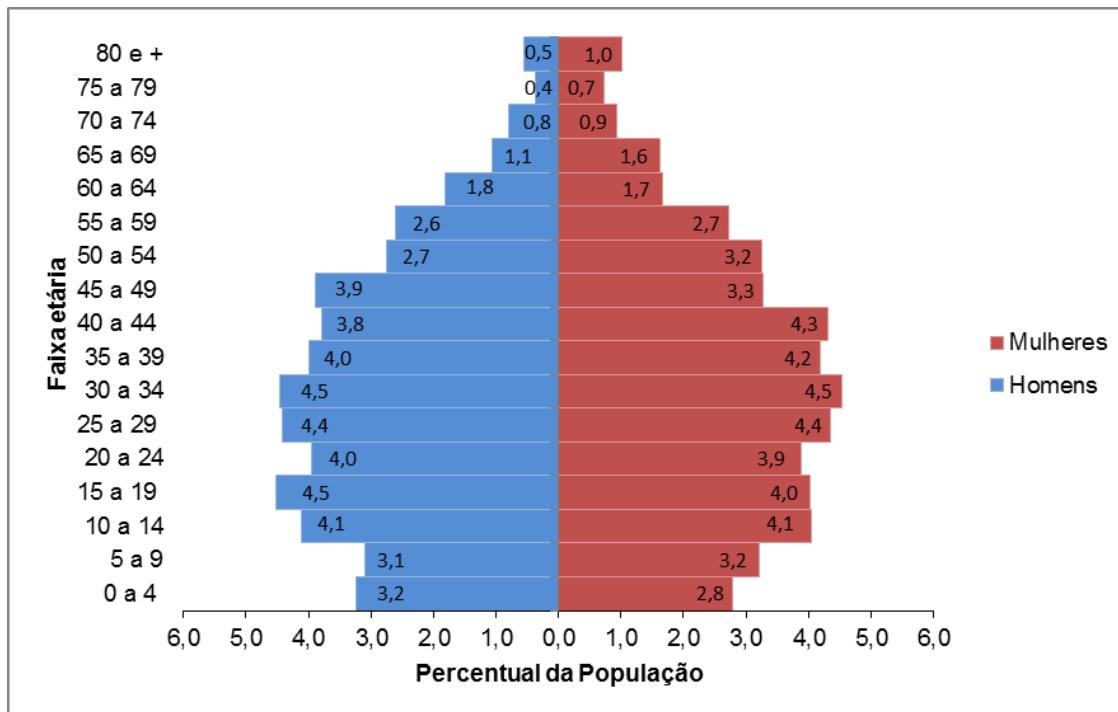
Gráfico 2.1 Pirâmide Etária da População de Tiradentes - MG – 2000



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos, 2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Gráfico 2.2 Pirâmide Etária da População de Tiradentes - MG – 2010



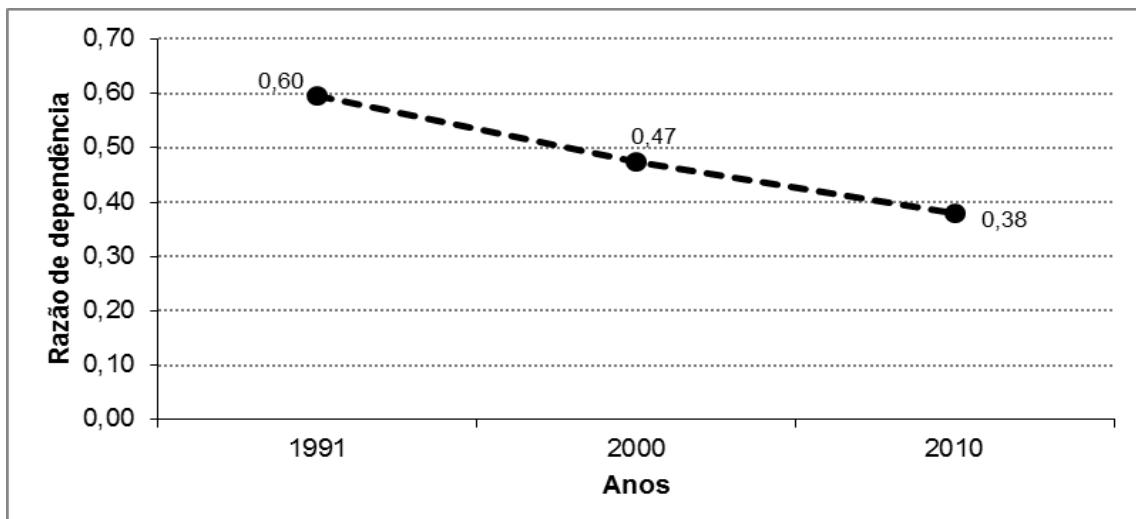
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos, 2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Estas alterações na forma da pirâmide indicam que Tiradentes esteve acompanhando uma tendência nacional de envelhecimento da população, resultado da evolução da transição demográfica, marcada, especialmente, pela queda nos níveis da fecundidade (CARVALHO & BRITO, 2005). Desta forma, uma das consequências da transição demográfica é a alteração da estrutura etária da população, reduzindo o peso relativo das crianças e aumentando, num primeiro momento, o peso dos adultos e, em um período posterior, o peso dos idosos.

Um dos primeiros efeitos da transição demográfica é diminuir as taxas de dependência demográfica, como mostra o gráfico 2.3. Em 1991, a Razão de Dependência em Tiradentes era de 0,60, o que significa que para cada 100 pessoas em idade ativa existiam outras 60 pessoas dependentes, ou seja, pertencentes aos grupos etários 0-14 e 65 anos ou mais. Já em 2000, esta razão foi inferior a 0,50 (0,47), atingindo valores ainda menores em 2010 (0,38).

Gráfico 2.3 Razão de Dependência no município de Tiradentes - MG.- 1991/2000/2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos 1991/2000/2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Assim sendo, as transformações na pirâmide etária de Tiradentes trazem oportunidades e desafios relacionados, especialmente, às demandas sociais, frente a menor carga de dependência dos grupos de idade mais vulneráveis, crianças e idosos, em relação à parte ativa da população.

Na literatura, esta menor carga de dependência, que vem sendo denominada “Janela de Oportunidade”, “Bônus Demográfico” ou “Dividendo Demográfico”, é o resultado do impacto direto do crescimento na razão de suporte econômico. Em outras palavras, esta razão é definida como a População em Idade Ativa (PIA) sobre a população total, o que dá uma medida da razão entre produtores e consumidores. A vantagem demográfica se daria pela queda das taxas de dependência demográficas e pelo aumento percentual da PIA (MASON, 2005).

A tabela 2.3 mostra o percentual da PIA na população total dos municípios da microrregião de São João del Rey nos anos de 2000 e 2010. Pode-se afirmar que, em 2000, o percentual da PIA na população total não variou muito entre os municípios da microrregião de São João del Rey. Os municípios com menores valores para este indicador foram Nazareno e Lagoa Dourada (81%) e com maior valor, São João del Rey (84,5%). Tiradentes apresentou-se em posição intermediária

com 82%. Em 2010, o menor valor apresentado para o mesmo indicador foi verificado em Lagoa Dourada (84,5%) e o maior valor em Ritápolis (88,8%). Tiradentes novamente apresenta-se em posição intermediária, contudo mais próxima agora do maior valor (87,6%). Vale destacar que entre 2000 e 2010 todos os municípios da microrregião estudada apresentaram crescimento em seus valores de percentual de PIA na população total.

Tabela 2.3 População Total e População em Idade Ativa (PIA) nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG - 2000/2010

Localização	2000			2010		
	População Total	PIA	PIA (%)	População Total	PIA	PIA (%)
Minas Gerais	17.905.134	14.606.290	81,6	19.597.330	16.890.980	86,2
Microrregião São João del Rey	171.184	142.553	83,3	182.696	159.873	87,5
Conceição da Barra de Minas	4.021	3.305	82,2	3.954	3.463	87,6
Coronel Xavier Chaves	3.185	2.669	83,8	3.301	2.873	87,0
Dores de Campos	8.349	6.924	82,9	9.299	8.127	87,4
Lagoa Dourada	11.486	9.299	81,0	12.256	10.360	84,5
Madre de Deus de Minas	4.734	3.841	81,1	4.904	4.307	87,8
Nazareno	7.240	5.867	81,0	7.954	6.831	85,9
Piedade do Rio Grande	5.063	4.257	84,1	4.709	4.146	88,0
Prados	7.703	6.408	83,2	8.391	7.225	86,1
Resende Costa	10.336	8.562	82,8	10.913	9.571	87,7
Ritápolis	5.423	4.468	82,4	4.925	4.375	88,8
Santa Cruz de Minas	7.042	5.713	81,1	7.865	6.754	85,9
Santana do Garambéu	1.982	1.655	83,5	2.234	1.934	86,6
São João del Rey	78.616	66.400	84,5	84.469	74.664	88,4
São Tiago	10.245	8.457	82,5	10.561	9.140	86,5
Tiradentes	5.759	4.725	82,0	6.961	6.100	87,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos, 2000/2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Em literatura menos economicista, a transição demográfica é um fenômeno especialmente associado ao efeito do declínio da fecundidade sobre a estrutura etária de uma população. Tal fenômeno é considerado benéfico para a sociedade em termos econômicos, uma vez que traz consequências sobre o crescimento econômico e a estrutura de gastos públicos (RIOS-NETO, 2005). Estas consequências são uma janela de oportunidade na medida em que possibilitam a

implementação de políticas públicas que melhor aproveitem este potencial demográfico a serviço do desenvolvimento econômico e do bem-estar da população (KIELING, 2009).

Após a análise da evolução do crescimento populacional e da estrutura etária de Tiradentes, é importante verificar o comportamento dos componentes da dinâmica demográfica, em especial, da fecundidade e da mortalidade.

A Taxa de Fecundidade Total (TFT) corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao final do período reprodutivo. A tabela 2.4 mostra este indicador para os municípios da microrregião de São João del Rey e para o estado de Minas Gerais no período de 2000 a 2010. Em 2000, tanto Tiradentes quanto Minas Gerais apresentavam valores maiores, porém não tão distantes, do que seria o nível de reposição de uma população (2,10).

Tabela 2.4 Taxa de Fecundidade nos municípios da Microrregião São João del Rey, MG - 2000/2010

UF - Municípios	Ano	
	2000	2010
Minas Gerais	2,23	1,75
Conceição da Barra de Minas	2,53	2,21
Coronel Xavier Chaves	2,24	1,35
Dores de Campos	2,09	1,88
Lagoa Dourada	2,44	1,62
Madre de Deus de Minas	2,41	1,64
Nazareno	2,45	2,06
Piedade do Rio Grande	2,23	1,85
Prados	2,24	1,73
Resende Costa	2,08	1,33
Ritápolis	2,20	1,75
Santa Cruz de Minas	2,62	1,89
Santana do Garambéu	2,13	1,77
São João del Rey	2,04	1,42
São Tiago	2,52	1,96
Tiradentes	2,54	1,76

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Situação análoga foi verificada nos demais municípios da região, com exceção de Dores de Campos, Resende Costa e São João del Rey que já em 2000

apresentavam valores de TFT abaixo do nível de reposição. Em 2010, Tiradentes apresentou uma TFT de 1,76, ou seja, uma mulher em média teria 1,76 filhos ao final de seu período reprodutivo, valor aproximadamente igual ao observado para Minas Gerais. Nos demais municípios da microrregião de São João del Rey também foram verificadas TFT abaixo do nível de reposição, com exceção do município de Conceição da Barra de Minas.

A tabela 2.5 contém informações sobre nascimentos ocorridos em Tiradentes no período de 2000 a 2008. Este tipo de informação é importante para o entendimento de questões relacionadas à vulnerabilidade de famílias, uma vez que elas impactam a mortalidade infantil, taxa de referência na análise do componente mortalidade. No período analisado, o percentual de mães adolescentes (de 10-19 anos) diminuiu de 30,7 para 20,5%, sendo que a maior parte destas mulheres estavam no grupo quinquenal de 15-19 anos. O percentual de nascimentos com prematuridade também apresentou uma queda expressiva de 9,3 para 3,8%. Vale destacar ainda a queda ocorrida no percentual de nascimento de crianças com baixo peso ao nascer.

Tabela 2.5 Informações sobre Nascimento no município de Tiradentes/MG - 2000-2008

Especificação	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
% com prematuridade	9,3	8,3	8,3	6,8	6,4	6,3	5,8	3,5	3,8
% de partos cesáreos	47,3	33,7	34,2	39,7	45,7	51,3	48,3	51,7	56,4
% de mães de 10-19 anos	30,7	23,8	20,5	17,8	23,4	22,5	27,6	13,8	20,5
% de mães de 10-14 anos	-	1,2	1,4	1,4	-	1,3	-	-	3,8
% com baixo peso ao nascer									
Geral	9,5	10,8	11,0	5,5	11,7	6,3	4,6	11,5	5,1
Partos cesáreos	8,6	7,1	4,0	10,3	16,3	-	4,8	8,9	-
Partos vaginais	10,3	12,7	14,6	2,3	7,8	12,8	4,4	14,3	11,8

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009, Caderno de Informações de Saúde, versão maio 2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Dados de 2008 são preliminares

Quando se pensa em mortalidade de uma determinada população os primeiros indicadores a serem analisados são a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e a Taxa de Mortalidade na Infância. A TMI dá a chance de um nascido vivo vir a falecer antes de completar 1 ano de idade. Observa-se pela tabela 2.6 que em 2000 todos os municípios da microrregião de São João del Rey, assim como o município de

Tiradentes e Minas Gerais apresentavam valores intermediários para a Taxa de Mortalidade infantil (20 a 49 óbitos infantis por mil nascidos vivos), conforme a classificação da Organização Mundial de Saúde (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2008). Em 2010, todos os municípios desta microrregião e o estado de Minas Gerais passaram para níveis que são considerados baixos (menos de 20 óbitos infantis por mil nascidos vivos) pela Organização Mundial de Saúde (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2008). Vale destacar que Tiradentes apresentou o indicador mais baixo entre os municípios de sua microrregião.

Tabela 2.6 Taxa de Mortalidade Infantil nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG 2000/2010

Município/UF	Ano	
	2000	2010
Minas Gerais	27,75	15,08
Conceição da Barra de Minas	35,81	17,10
Coronel Xavier Chaves	31,33	16,30
Dores de Campos	21,12	16,30
Lagoa Dourada	29,43	15,80
Madre de Deus de Minas	28,49	13,30
Nazareno	31,15	15,60
Piedade do Rio Grande	34,42	16,60
Prados	25,51	12,60
Resende Costa	31,33	16,30
Ritápolis	35,91	17,10
Santa Cruz de Minas	24,84	14,80
Santana do Garambéu	34,42	16,40
São João del Rey	16,43	13,00
São Tiago	32,11	16,10
Tiradentes	21,67	11,00

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A Taxa de Mortalidade na Infância indica o número de óbitos de crianças menores de 5 anos de idade por mil nascidos vivos em Minas Gerais. Conforme dados das tabelas 2.6 e 2.7, todos os valores das Taxas de Mortalidade na Infância são próximos aos seus correspondentes das Taxas de Mortalidade Infantil, indicando que a maior parte das mortes até 5 anos estão concentradas no primeiro ano de vida.

Tabela 2.7 Taxa de Mortalidade até 5 anos de idade nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG - 2000/2010

Município/UF	Ano	
	2000	2010
Minas Gerais	30,37	17,03
Conceição da Barra de Minas	39,17	19,85
Coronel Xavier Chaves	34,29	18,93
Dores de Campos	23,14	18,93
Lagoa Dourada	32,21	18,41
Madre de Deus de Minas	31,18	15,46
Nazareno	34,08	18,15
Piedade do Rio Grande	37,66	19,26
Prados	27,93	14,64
Resende Costa	34,29	18,93
Ritápolis	39,27	19,85
Santa Cruz de Minas	27,20	17,21
Santana do Garambêu	37,66	19,07
São João del Rey	18,00	15,15
São Tiago	35,13	18,77
Tiradentes	23,73	12,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

De acordo com a tabela 2.8, que mostra a mortalidade proporcional por faixa etária segundo grupo de causas para 2008, a maior parte dos óbitos de crianças menores de 1 ano está associada a doenças originadas no período perinatal. Não existem, nesta faixa etária, óbitos ligados a doenças infecciosas e parasitárias, que geralmente estão associadas à precariedade do sistema de saneamento básico e da atenção materna no primeiro ano de vida. Nas faixas etárias intermediárias de 10 a 14 e de 20 a 49 anos, os óbitos acontecem principalmente por causas externas, respectivamente, 100% e 53,8%. Vale destacar ainda que nas faixas etárias correspondentes a 50 anos ou mais, a principal causa de morte está relacionada a doenças do aparelho circulatório, que podem ser controladas, em parte, com prática de atividades físicas e dieta alimentar.

Tabela 2.8 Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10, no município de Tiradentes - MG – 2008

Grupos de Causas	Grupos de idades									
	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e +	60 e +	Total
I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	7,7	8,3	-	5,3	4,5
II Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	7,7	16,7	20,0	15,8	13,6
IX Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	7,7	41,7	33,3	36,8	25,0
X Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	8,3	20,0	15,8	9,1
XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	66,7	-	-	-	-	-	-	-	-	4,5
XX Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	100,0	-	53,8	-	13,3	10,5	22,7
Demais causas definidas	33,3	-	-	-	-	23,1	25,0	13,3	15,8	20,5
Total	100,0	-	-	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009, Caderno de Informações de Saúde, versão maio/2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Os dados de 2008 são preliminares

A tabela 2.9 mostra a esperança de vida ao nascer (e^0) para os municípios da microrregião de São João del Rey e para o estado de Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010. Em geral, todos os municípios desta microrregião, assim como Minas Gerais, tiveram ganhos significativos em e^0 no período analisado, em especial, como efeito da já mencionada queda de mortalidade nos primeiros anos de vida, que exerce peso significativo neste indicador.

Tiradentes apresentou em 2000 o valor de e^0 igual a 72,47 anos, indicando que uma pessoa ao nascer em 2000 vivia em média aproximadamente 72 anos. Em 2010, este indicador em Tiradentes aumentou para 78,10 anos, a maior esperança de vida observada, considerando os demais municípios da microrregião de São João del Rey e a média do estado de Minas Gerais.

Tabela 2.9 Esperança de vida ao nascer nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG - 2000/2010

Município	2000	2010
Minas Gerais	70,55	75,30
Conceição da Barra de Minas	67,78	73,91
Coronel Xavier Chaves	69,14	74,40
Dores de Campos	72,68	74,40
Lagoa Dourada	69,75	74,68
Madre de Deus de Minas	70,06	76,38
Nazareno	69,20	74,82
Piedade do Rio Grande	68,19	74,22
Prados	71,08	76,89
Resende Costa	69,14	74,40
Ritápolis	67,75	73,91
Santa Cruz de Minas	71,31	75,35
Santana do Garambú	68,19	74,32
São João del Rey	74,58	76,57
São Tiago	68,90	74,48
Tiradentes	72,47	78,10

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Outro indicador que também pode ser analisado é a probabilidade de sobrevivência até os 60 anos de idade, conforme dados da tabela 2.10. Em 2000, no município de Tiradentes, a probabilidade de um recém-nascido atingir 60 anos de idade era de 83,93%, sendo que este valor subiu para 86,88% em 2010. De forma geral, todos os municípios obtiveram ganhos no que se refere à probabilidade de sobrevivência até os 60 anos no período analisado.

Tabela 2.10 Probabilidade de sobrevivência até os 60 anos de idade nos municípios da Microrregião São João del Rey - MG - 2000/2010

UF - Municípios	Anos	
	2000	2010
Minas Gerais	80,50	82,95
Conceição da Barra de Minas	75,69	80,88
Coronel Xavier Chaves	78,14	81,61
Dores de Campos	79,55	81,61
Lagoa Dourada	79,22	82,04
Madre de Deus de Minas	79,77	84,50
Nazareno	78,25	82,25
Piedade do Rio Grande	76,44	81,34
Prados	81,54	85,21
Resende Costa	78,14	81,61
Ritápolis	75,64	80,88
Santa Cruz de Minas	81,95	83,02
Santana do Garambéu	76,44	81,50
São João del Rey	81,85	84,77
São Tiago	77,71	81,74
Tiradentes	83,93	86,88

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A análise dos componentes da dinâmica demográfica é de suma importância para o entendimento do contexto social e econômico de uma população e das possibilidades geradas pelo mesmo, como por exemplo, o “Bônus Demográfico”. O conhecimento de tais possibilidades podem auxiliar os gestores na elaboração de políticas públicas mais eficazes na busca de uma sociedade mais justa.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

3.1 Introdução

Como é por demais sabido, Tiradentes é um município cuja ocupação territorial e urbana remonta ao período colonial e foi impulsionada em sua origem pela atividade de extração do ouro. Muitos estudos contemplam a trajetória histórica da região e muito especialmente da cidade de Tiradentes, um dos núcleos urbanos mais importantes da antiga capitania de Minas Gerais, como comprova o rico patrimônio edificado de origem colonial hoje preservado. Uma vasta bibliografia registra o volume e qualidade de pesquisas históricas, tanto acadêmicas como institucionais, que tem como objeto a região, a cidade, sua arte colonial, aspectos de sua evolução territorial, econômica e urbana.

Este capítulo, haja vista o estado da arte do conhecimento histórico sobre a cidade e o município, pretende concentrar-se no processo histórico ocorrido a partir de eleição do sítio urbano de Tiradentes como patrimônio cultural nacional, em fins dos anos 1930, e mais especificamente nos últimos 40 anos, quando a cidade vivenciou – e continua vivenciando - uma acelerada mudança em sua dinâmica urbana, econômica e social.

Essa escolha justifica-se pela necessidade pragmática de dar densidade informativa a uma avaliação das intensas mudanças ocorridas nas últimas décadas, sem que isto implique em um desconhecimento de como as profundas raízes históricas podem explicar muitas das características do processo atual. A citada bibliografia histórica do município será consultada sempre que a interpretação dos processos mais recentes assim o exigir.

Essa escolha encontra fundamento metodológico na chamada *história do tempo presente*, uma prática historiográfica valorizada nas últimas décadas como uma forma importante de abordagem dos temas atuais, por permitir a compreensão das formas de valorização e uso do passado e da memória a partir dos interesses e dos valores vigentes em nosso tempo. Para avaliação de processos como o ocorrido em Tiradentes nesses últimos quarenta anos, quando houve uma intensa e acelerada

ressignificação de seu passado e de seu patrimônio histórico, essa abordagem adquire ainda mais vigor e pertinência teórica e metodológica.

Maior ênfase foi dada às políticas públicas das diversas instâncias, que configuraram e/ou influenciaram o processo histórico da região e do município. As fontes históricas utilizadas são os estudos e diagnósticos institucionais produzidos em diferentes momentos, artigos de imprensa e os mais recentes estudos acadêmicos, que se voltam muito especialmente para a análise do processo ocorrido em Tiradentes nos campos do turismo e do patrimônio. Entrevistas e dados de campo colhidos pela equipe da Fundação João Pinheiro para a produção desse plano diretor também são fontes de informação importantes.

3.2 A cidade e o centro histórico de Tiradentes

3.2.1 A consagração como patrimônio cultural nacional nos anos 30: Tiradentes, a cidade histórica

Tiradentes foi consagrada patrimônio nacional pelo recém instituído Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹¹ no ano de 1938, quando parte de seu casario civil e os principais edifícios religiosos da cidade foram tombados. Farta e qualificada bibliografia dá conta do processo de monumentalização das cidades históricas mineiras, originadas do período colonial, como plataformas de construção da identidade nacional, em um período de disputas por esses símbolos no interior do estado brasileiro. A criação do SPHAN inseria-se em um amplo processo de implementação de políticas públicas pelo governo federal para modernização do estado brasileiro, no seio do regime autoritário do governo de Getúlio Vargas.

O marco temporal inaugural das políticas públicas de patrimônio cultural no país foi o ano de 1937, que se iniciou com a reforma do MEC e a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e terminou com a promulgação do decreto-lei 37, que fundou as bases conceituais e organizou a política de proteção ao patrimônio no Brasil. O processo legislativo foi atropelado pelo golpe do Estado Novo, o que carregou para dentro das políticas públicas implementadas o acento autoritário

¹¹ Hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

do regime de Getúlio Vargas.¹² Nos limites da ação política e operacional do órgão federal, escolhas conceituais foram feitas nos seus primeiros e decisivos anos de atuação, consagrando, em linhas gerais, a construção de uma memória nacional assentada, sobretudo, na herança colonial materializada na arquitetura e na arte barroca.

Segundo CHUVA (2012), as concepções de patrimônio sempre estiveram em disputa, desde os inícios da atuação do SPHAN, ou ainda antes, visto que o anteprojeto apresentado por Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade data de 1936. Segundo esta autora, a visão consagrada na atuação do SPHAN não correspondeu ao projeto de Mário de Andrade, cuja *concepção integral de cultura (...) concebia patrimônio em todas as vertentes e naturezas* (CHUVA, 2012). Categorias como arte popular e folclore foram apartadas das políticas de patrimônio desde a origem do SPHAN, o que significou a hegemonia do que veio a se denominado patrimônio de *pedra e cal*.

Ao tempo de seu tombamento, Tiradentes era uma pequena cidade à sombra de São João del Rey, cuja longa estagnação econômica havia logrado congelar seu centro urbano, mantendo-o muito próximo do que fora a antiga vila mineradora e da ambiência barroca do período colonial. Por isto a proteção legal enfatizava o conjunto urbano, mais do que os monumentos isolados, a despeito da qualidade artística e arquitetônica dos edifícios civis e religiosos. A *tipicidade* do seu cenário urbano e a *homogeneidade* de seu casario foram os valores consagradores de Tiradentes, demonstrando que, desde as origens de sua eleição como patrimônio cultural brasileiro, era para o seu patrimônio de pedra e cal de origem colonial e portuguesa que se voltavam os interesses na sua proteção.

3.2.2 Retratos da ruína e do abandono entre os anos 1940 e 1960: Tiradentes, a cidade morta

A despeito de estar inserida no primeiro conjunto de núcleos urbanos tombados pelo órgão federal, consagrados como símbolos da identidade nacional, a

¹² Como afirmou FONSECA, a partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado (FONSECA, 1997, p.104).

pequena cidade de Tiradentes, manteve-se estagnada economicamente e em processo de arruinamento de seu legado arquitetônico e artístico ao longo das três décadas seguintes. Com algumas exceções como a matriz de Santo Antônio, a Casa do Padre Toledo, todo o restante do conjunto tombado permaneceu desassistido de iniciativas de recuperação ou restauro por parte do órgão federal ou de seus proprietários.

Devido à sua estagnação econômica, a cidade sofria com a perda de sua população e muitos dos proprietários das antigas casas demoliam as mesmas e reutilizavam o material em novas residências em outras localidades, notadamente em São João del Rey. A imagem de uma cidade morta, cujo passado colonial surgia como um sinal de atraso, como um travo a sua modernização, ficou associada a Tiradentes, conforme demonstram as muitas reportagens de imprensa publicadas ao longo do período.

Entretanto, às ruínas de *pedra e cal* e ao silêncio da cidade despovoada contrapunha-se a imemorial vitalidade das práticas religiosas, que agitavam a cidade no compasso do calendário religioso. É o que comprova a reportagem de Agostinho de Azevedo, de 1939, ao descrever a mudança que ocorria na cidade com o jubileu da Santíssima Trindade:

É um dia de vida na cidade morta, com os romeiros ruidosos bulindo com a sua quietude anciã.¹³

A percepção de abandono e despovoamento parece estar muito associada à observação do centro histórico, não correspondendo diretamente à evolução populacional do município que, após um acentuado declínio nas décadas de 20 e 30, voltou a crescer na década de 1940 a 1950 (8%) e mais especialmente entre 1950 e 1960 (24,5%).

Também em relação ao dinamismo econômico não é de todo correto caracterizar-se o período pela estagnação, pois foi quando Tiradentes assistiu ao florescimento de diversas atividades artesanais, como a produção moveleira e especialmente o artesanato em prata. Segundo o estudo da Fundação João Pinheiro, o artesanato de prata teve início ainda no século XIX em São João del Rey e com o

¹³ A festa de Tiradentes. Diário do Comércio, 4 de junho de 1939, nº 373.

tempo, restringiu-se a Tiradentes. Em torno dos anos 1960 e 1970 a atividade cresceu mas gradativamente deixou de ser praticada pelos artesãos em regime familiar, autônomo, para ser organizada em moldes mais capitalistas, concentrando-se a produção em poucos empresários que passaram a contratar os artesãos como mão-de-obra. A qualidade do produto teria decaído, fragilizando a atividade.¹⁴

Somente nos anos 1970 essa situação de abandono e arruinamento do casario colonial do centro histórico começaria a mudar. Segundo NEVES (2013) a mudança corresponderia *grosso modo* ao fim da chamada *fase heroica* do SPHAN, fase esta que circunscreveu o longo mandato de Rodrigo Melo Franco de Andrade e que teria como característica a paradoxal situação daquele órgão, premido entre a falta de recursos financeiros e humanos e a monumental tarefa de preservar todo o patrimônio tombado nos seus primeiros anos de atividade.

3.2.3 Os primeiros imigrantes, os novos atores públicos e suas iniciativas nos anos 1970: Tiradentes, a cidade redescoberta

Nos primeiros anos da década de 1970, Tiradentes começa a receber pessoas forâneas que optam por viver na cidade, estabelecendo-se em tempo integral e criando alternativas econômicas para isto – como os proprietários do pioneiro Hotel Solar da Ponte - ou como uma alternativa de lazer para férias e fins de semana – como no caso de Maria do Carmo de Melo Franco Nabuco, prima do ex-presidente do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Neste momento são criadas duas instituições que serão de vital importância na grande transformação que Tiradentes iria sofrer nas décadas seguintes: a Sociedade Amigos de Tiradentes (SAT) e a Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade.¹⁵

A Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade surgiu em 1970, com a iniciativa de Maria do Carmo Nabuco e de um grupo altamente influente e poderoso, que congregava Tancredo Neves (político natural de São João del Rey, então deputado federal), Israel Pinheiro (governador de Minas Gerais) e o próprio Rodrigo

¹⁴ A racionalização dos combustíveis que se seguiu à crise do petróleo em 1973 também afetou a fabricação de joias e bijuterias, pois a matéria prima – prata – tornou-se mais cara e os fabricantes optaram pela sua substituição pelo latão, comprometendo a qualidade do produto e afastando clientes.

¹⁵ A Fundação foi instituída em 29 de maio de 1970.

Melo Franco. Tinha como objetivo a revitalização da cidade, a recuperação do patrimônio histórico de Tiradentes, a instalação de um centro de estudos e de um museu regional. Devido a sua rede privilegiada de contatos, foi possível de imediato a dotação de uma sede própria¹⁶ e a realização de diversas ações, em parceria com o Sphan e com o governo do estado, com destaque para a recuperação da Casa do Padre Toledo¹⁷, onde viria a funcionar o museu.

A apropriação turística de Tiradentes ainda não era uma realidade, mesmo que os discursos dos primeiros imigrantes e visitantes da cidade já apontassem essa atividade como uma possibilidade, associando-a à preservação do patrimônio. A cidade possuía apenas duas pequenas pousadas e o maior atrativo turístico local, segundo NEVES (2013) era o Balneário Águas Santas, dentro da estratégia do órgão público então responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas para o turismo em Minas Gerais, a Hidrominas.

A Sociedade Amigos de Tiradentes congregava esses novos residentes e visitantes da cidade e uma elite local, reunidos em torno da motivação maior de revitalizar e preservar o sítio histórico de Tiradentes. Segundo NEVES (2013), a SAT tinha uma conduta de apoio à conservação dos imóveis tombados, viabilizando pequenas intervenções que impediam a ruina de edificações. Segundo entrevista concedida por John Parsons ao autor, essas iniciativas aconteciam mesmo à revelia dos proprietários dos imóveis, que nem sempre comungavam dos mesmos valores preservacionistas dos estrangeiros congregados na SAT e consideravam natural o arruinamento eventual de suas moradias.

Nos anos posteriores, gradativamente, pessoas vindas de fora e personagens influentes no campo da cultura e do patrimônio compraram residências e outras propriedades em Tiradentes, como o advogado e jornalista Ângelo Oswaldo de Araújo Santos e o diretor da Rede Globo, Yves Alves. Esse último intermediou um convênio entre a SAT e a Fundação Roberto Marinho que permitiu o desenvolvimento de um programa denominado Primeiros Socorros. Com doações voluntárias dos membros da SAT e o convênio com a Fundação Roberto Marinho, o centro histórico

¹⁶ Doada à Fundação pela Câmara Municipal de Tiradentes, em 1971.

¹⁷ A chamada Casa do Padre Toledo foi a antiga residência do clérigo inconfidente Carlos Correia de Toledo e Melo.

de Tiradentes passou a receber pequenas intervenções que asseguravam a preservação de bens imóveis do seu conjunto.¹⁸

Uma das intervenções relevantes ocorridas no período (1977/78) foi a primeira restauração do órgão da matriz de Santo Antônio, com recursos da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A chegada, a organização e a atuação desses atores da sociedade civil viriam mudar definitivamente a dinâmica e a fisionomia da cidade. Embora a escolha de Tiradentes como local de moradia e de desenvolvimento de atividades econômicas nesse momento não fosse motivada por uma clara opção comercial, expressando mais o interesse em usufruir de um ambiente e de um cenário especial por uma elite culta, esta geração trouxe consigo as sementes de uma grande transformação. Basta ressaltar a presença da Fundação Roberto Marinho, cujo potencial de visibilidade e difusão do potencial turístico de Tiradentes era ainda uma promessa.

Um dos resultados dessa crescente mobilização da sociedade civil que repercutiu na esfera do poder público foi a produção de um alentado diagnóstico sobre a região e a cidade, levado a cabo pela Fundação João Pinheiro, resultado de um convênio firmado entre a fundação, a Superintendência de Articulação com os Municípios e a ANVER - Associação dos Municípios do Campo das Vertentes. Entre 1975 e 1977 a Fundação João Pinheiro realizou trabalhos sobre a Microrregião do Campo das Vertentes, incluindo Tiradentes, cujos estudos então realizados tornaram-se fontes privilegiadas para o conhecimento da situação vivida pela cidade naquele momento. Todas as sugestões contidas no estudo direcionavam-se para a articulação dos governos e órgãos públicos – prefeituras, IEF, IBDF, BDMG, entre outros - com a ANVER.

O diagnóstico produzido pela FJP sobre Tiradentes, comparativamente à microrregião, mostrava uma cidade desprovida de infraestrutura urbana: a rede coletora de esgotos era mínima, com o lançamento do esgoto *in natura* nas redes fluviais das áreas urbanizadas; o abastecimento de água precário; as estradas vicinais muito sofríveis; não havia nenhum médico residente na cidade, que contava com dois ambulatórios médicos particulares. Nos índices do sistema educacional, Tiradentes

¹⁸ A atuação do poder público se fez sentir nesse momento pelas ações implementadas pela Cemig e Telemig, que instalaram o primeiro sistema de cabeamento subterrâneo de energia elétrica do estado.

encontrava-se entre os municípios menos atendidos da microrregião. Ainda assim, a cidade apresentava uma *incipiente reativação econômica*: várias pequenas unidades industriais de produção de artigos de prata e móveis, cerâmica, extração de cal e areia para vidro, comércio ascendente de produtos típicos voltados para um nascente turismo. Os reflexos do crescimento dessa atividade já podiam ser observados com o aparecimento de novos bairros e as alterações do conjunto colonial (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, s/d).¹⁹

A prefeitura era avaliada como desprovida dos recursos necessários para fazer frente às demandas da cidade, atendendo basicamente à limpeza da área histórica mais visitada. Sítios e monumentos importantes, como o chafariz e as praças Pedro II e Del Rei permaneciam praticamente abandonados, sem calçamento ou capina.

O estudo da Fundação João Pinheiro apontava o potencial para o *turismo cultural*, destacando o patrimônio artístico-cultural como principal atrativo regional (São João del Rey, Tiradentes e Prados), mas citando também as manifestações folclóricas, o artesanato e as atrações naturais. No entanto, a infraestrutura turística era mínima: a cidade contava então com apenas três hotéis, e igual número de restaurantes, que ficavam ociosos a maior parte do tempo. A maior parte dos visitantes hospedava-se em São João del Rey. Esse turismo de passagem não deixava praticamente nenhum recurso na cidade.

A partir desse primeiro estudo regional, a FJP recomendou a elaboração de planos específicos para os diferentes municípios, sendo que o de Tiradentes foi então considerado como prioridade.²⁰ Buscando conjugar preservação

¹⁹ Segundo dados do IBGE, tal era a configuração das atividades econômicas do município em 1970, baseada na porcentagem de pessoas economicamente ativas: agropecuária, 35,9%; indústria, 32,9%; serviços, 11,5%; comércio, 6,3%; transporte, 3,8%; administração pública, 3,3%; outras, 6,1%.

²⁰ O plano de desenvolvimento urbano dos municípios de São João del Rey, Tiradentes e Prados inseriam-se no Programa Estadual de Restauração e Preservação para os anos de 1977-1979. Foram desenvolvidos de acordo com o Programa das Cidades Históricas do governo federal: *De acordo com a deliberação de 7 de junho de 1977, da Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Programa das Cidades Históricas, o planejamento de Tiradentes recebeu prioridade 1, enquanto que o de Prados e São João del Rey receberam prioridade 2.* (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, s/d, doc. digital, p.2). O convênio para a elaboração dos planos foi assinado em 1979 entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Secretaria de Estado de Planejamento/Fundação João Pinheiro, o SPHAN e as prefeituras dos três municípios.

com desenvolvimento, o plano, datado de 1980, desdobrou-se em diversos produtos.²¹ Pautava-se pelos seguintes valores: manutenção do ambiente urbano como reforço da coesão social e fortalecimento da vida comunitária; adaptação gradativa do centro histórico às novas demandas e usos, evitando tanto a sua descaracterização como a conversão dos bens protegidos em *simples galerias decorativas de um museu urbano, abertas às classes mais privilegiadas da população, que passarão a adquiri-las para seu acervo particular* (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980, p.1-2); adequação da função turismo às diretrizes de uso e ocupação do solo urbano; qualificação do ambiente urbano sustentado pelos bens culturais que são preservados na relação com a tradição e na continuidade dos laços de sociabilidade.

No tocante à preservação do patrimônio, as sugestões eram em sua maior parte para a reconstituição ou valorização da homogeneidade do conjunto colonial, entendido como valor de *integridade*. A possibilidade de preenchimento dos muitos lotes e espaços ainda vagos por unidades de feição discordante do casario colonial era entendida como um prejuízo, e o risco da *descaracterização* deveriam ser evitados com posturas mais rigorosas de controle das novas construções.²²

Em 1980 Tiradentes possuía dois distritos: o distrito sede e Santa Cruz de Minas. Sua população era de 2300 habitantes. Já nesse momento Santa Cruz possuía o dobro da população de Tiradentes e era área conurbada de São João del Rey. A proximidade de São João era fator de depressão da dinâmica de Tiradentes. Boa parte da população estudava, trabalhava e consumia produtos em São João.

As três serrarias que produziam móveis em estilo colonial passavam então por uma crise devido às dificuldades de obtenção da matéria prima, diminuindo sua produção. A concorrência de São João também era fator de inibição da atividade. A indústria extrativa (minerais não metálicos) era mais importante do que a de fabricação de bijuterias.

²¹ Sua análise guarda importância como contraponto ao plano diretor ora em elaboração, por apontar tendências e problemas ainda incipientes naquele tempo e hoje muito mais agudos, assim como sugerir soluções que ainda hoje tem pertinência, apesar das grandes mudanças ocorridas nessas três últimas décadas.

²² Nesse sentido, o estudo já apontava para a valorização dos diferentes bens culturais e naturais, antecipando-se aos avanços teóricos que consagrariam os conceitos de patrimônio material, imaterial e paisagem cultural. Por outro lado, a busca de uma homogeneização do conjunto e a defesa de uma suposta integridade do mesmo, denotam posturas hoje bastante criticadas no campo do patrimônio.

O diagnóstico foi sensível aos índices de pobreza e exclusão social do município, propondo programas de erradicação de doenças endêmicas, agricultura de subsistência, geração de empregos e lazer. A necessidade de infraestrutura é enfrentada, entre outras medidas, com propostas de construção de hospital, médico residente, ampliação de escola, criação de parque recreativo no entorno da serra, centro cultural para incentivo às atividades culturais e musicais e um centro de artesanato e oficinas.

A orquestra do professor Ramalho encontrava-se em perigo de ser extinta pela falta de renovação de seus membros. O diagnóstico propunha uma campanha de sensibilização para arregimentar músicos mais jovens e renovar a tradição de duzentos anos, a viabilização de uma sede para a orquestra, ajuda na manutenção dos instrumentos e divulgação das suas atividades.

Nesse diagnóstico é sugestiva a constatação de tendências que ao longo do tempo se confirmariam. O afastamento da população em direção à periferia, o surgimento de novos bairros e a existência de um número significativo de residências no centro histórico que se encontravam abandonadas, deterioradas ou subutilizadas (30%) já era indicativo, naquele momento, do esvaziamento do centro em sua dinâmica local e *de sua gradativa transformação em paisagem urbana em exposição permanente para turistas e em um centro cada vez mais voltado para o atendimento externo* (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980, p.63).

As edificações tombadas estavam se valorizando pela compra por pessoas de fora, com maior poder aquisitivo que os antigos proprietários. Essas pessoas, no entanto, ainda não residiam na cidade.

O estudo da FJP tenta lançar propostas que funcionassem como pontes de ligação – *pontes de atração e convergência* - entre as duas dinâmicas constatadas, que naquele momento não garantiam a vitalidade e o uso continuado do centro histórico: uma população local em gradativa migração para a periferia e um fluxo de pessoas de fora para o centro histórico – ainda como *habitantes esporádicos*.

Foi feito também um zoneamento, entendido como medida para ordenar o crescimento das novas áreas de ocupação de forma compatível com a preservação

da área histórica. A avaliação era de que esse crescimento se daria em um ritmo lento, evitando-se um impacto de curto prazo sobre a cidade.

Dentro da área de preservação recomendava-se forte restrição às novas construções, proteção da cobertura vegetal e padrões construtivos compatíveis com as tipologias já existentes. Fora da área de preservação foram propostas zonas residenciais com outros padrões menos restritivos, cujo parâmetro a ser seguido seria o Código de Obras, também produzido pela FJP. Foram propostas zonas especiais, particularmente para as encostas da serra São José, considerado seu alto valor paisagístico e ambiental. O plano tecia propostas no nível do detalhamento quanto às casas a serem restauradas, calçamento e mobiliário urbano, iluminação, abertura de novas vias.

Apesar da qualidade dos estudos, do rigor do plano proposto e da oportunidade do momento, quando os primeiros sinais de transformação urbana surgiam, nada foi implementado naquele momento. Tiradentes seguiu sem planejamento, rumo às profundas mudanças que ocorreram nas décadas posteriores.

3.2.4 Enobrecimento, revitalização e mudança do perfil dos moradores nos anos 1980 e 1990: Tiradentes, a cidade turística

Como todo processo histórico, as transformações físicas, sociais e culturais que marcaram Tiradentes de forma definitiva a partir dos anos 1980 não se deram de forma linear e contínua. Ainda que tenha prevalecido ao longo do tempo o avanço das atividades turísticas e o enobrecimento do centro histórico, iniciativas voltadas para o reforço dos laços identitários da população nativa e da garantia de alternativas econômicas para essa população ocorreram.

No começo dos anos 80 um projeto destinado à revitalização de pequenas comunidades foi desenvolvido na cidade, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e outras organizações internacionais. Em 1981 foi organizada a primeira exposição de artesanato da cidade, mesmo ano em que foi criada a Corporação dos Artesãos de Tiradentes (CAT), a primeira associação a reunir os artesãos. A CAT realizou um trabalho de organização

dos artesãos e divulgação do artesanato em feiras por diversos estados do país, sendo sempre bem sucedida em suas vendas.²³

O processo de substituição das ocupações no centro histórico de Tiradentes aprofundou-se e acelerou-se a partir da segunda metade da década de 1990. O uso residencial perdeu espaço para os estabelecimentos comerciais voltados para o turismo. Ocorreu então uma recomposição das fachadas das edificações no sentido de construir o cenário de uma vila colonial pontuado por singelas edificações, ao mesmo tempo em que se promoveu um remodelamento geral dos interiores das antigas residências, muitas delas transformando-se em amplos espaços modernizados e sofisticados. Um crescente divórcio entre uso interno e a aparência externa das edificações sinalizava o processo em curso de gentrificação do centro histórico de Tiradentes. Como descreveu NEVES (2013),

Esse processo contribuiu para a intensificação do marketing urbano, o surgimento do turismo elitizado, a especulação imobiliária e para que atores sociais, como empresários, publicitários e representantes do poder público, promovessem a conversão do espaço construído já socialmente consagrado como “patrimônio” em “cenário-mercadoria” para consumo de turistas solventes. (NEVES, 2013, p.63)

Nesse período têm início eventos anuais de grande porte, com prestígio comercial e/ou visibilidade cultural, como o Festival Internacional de Gastronomia (1998) e a Mostra de Cinema (1997).²⁴ prefeitura e empresários empenharam-se em divulgar na grande imprensa brasileira a imagem da cidade que reunia um calendário de eventos e uma infraestrutura turística em um cenário idílico. Um diagnóstico realizado no ano de 1999 afirmava que a cidade possuía oficialmente 58 hotéis e pousadas, a maioria de pequeno porte e próximos do centro histórico.²⁵ O mesmo

²³ Desse movimento surgiu, anos depois, a liderança do artesão paulista Antônio Carlos Bech, o Toti, criador da Oficina de Agosto, que tornou conhecido o lugarejo de Bichinho ao investir na qualidade da mão de obra local.

²⁴ Também merece menção o *Bike Fest*, evento privado que reúne anualmente, desde 1992, grande número de motociclistas de diversas partes do país.

²⁵ Para o autor do diagnóstico o número seria maior, considerando-se os estabelecimentos informais. A mesma fonte apresentou números significativos do crescimento acelerado das unidades hoteleiras na cidade: em 22 anos, de 1972 a 1994, haviam surgido 14 novos estabelecimentos, enquanto no período entre 1995 e 1999, ou seja, somente quatro anos, 13 novos estabelecimentos surgiram (PELLEGRINI FILHO, 2000).

estudo de 1999 aponta a emergência de artesãos e artistas populares atuantes na cidade nesse período, assim como o incremento da produção de móveis e objetos de fundição, cujos produtos eram direcionados para o consumo dos turistas.²⁶

Por certo, o sentido maior dessas transformações urbanas não estava na agenda pública da primeira geração de imigrantes e da elite culta de Tiradentes que havia iniciado o processo de revitalização da cidade, reunidos em torno da SAT e da atuação do SPHAN. Mas é importante ressaltar que a transformação urbana em curso em Tiradentes desde os anos oitenta e que se acentua e ganha contornos decisivos nos anos 90 é parte de um processo muito mais amplo, ocorrido em diversas partes do mundo: a revitalização de áreas degradadas das cidades, tendo como elementos de valorização e diferenciação a cultura, o patrimônio histórico e as tradições locais. Entretanto, esse processo generalizado gerou uma contradição, como aponta Botelho (2005):

Uma ambiguidade latente nos processos de revitalização situa-se na tensão entre o local e o global. No cenário altamente competitivo da atual fase da economia de mercado, as cidades precisam se destacar através de um diferencial (...) A valorização da tradição e da cultura local tem sido um dos mais explorados. Mas, uma vez que o modelo difundido no mundo é o mesmo (os centros precisam se revitalizar para tornar as cidades competitivas), o que se observa em muitos casos é o comprometimento da diferenciação que existia em cada sítio, seja no aspecto cultural e dos usos e costumes locais, seja no plano urbanístico e arquitetônico (...) (BOTELHO, 2005, apud NEVES, 2013, p. 77).

As cidades com forte legado arquitetônico ou cultural são as eleitas para essa competição mercadológica, e passam por processos específicos de requalificação que as tornam-se *palcos de representações do passado*, voltadas para o turismo. Estudos do fenômeno têm constatado que esses processos, comuns a muitas cidades e partes de cidades em todo mundo, pouco ou quase nada têm a ver com as práticas de pertencimento na relação do patrimônio com as populações locais que, historicamente, o geraram e preservaram (NEVES, 2013, p.78).

²⁶ O estudo cita, entre outros, os ceramistas Tião Paineira, Emílio e Francisco Santos; o santeiro Jango; e o pintor Zé Damas.

Outro marco do enobrecimento de Tiradentes foi a criação em 1997 do Centro Cultural Ives Alves, fruto da parceria da prefeitura municipal com os principais atores do processo de revitalização de Tiradentes naquele momento, cujo epicentro seria o mesmo Yves Alves, autor da ideia, embora já falecido: Sociedade Amigos de Tiradentes, Fundação Roberto Marinho, Rede Globo de Televisão. O papel da Rede Globo de Televisão na difusão de Tiradentes como destino turístico foi fundamental: além da publicidade na rede, em grande parte como propaganda dos investimentos da emissora em monumentos locais, ali foram gravadas minisséries, novelas e filmes pela emissora.

Data ainda desse mesmo momento (1997) a publicação pelo SPHAN das normas de uso e ocupação do solo urbano de Tiradentes, que buscou alcançar e regulamentar as múltiplas e aceleradas intervenções que ocorriam no núcleo histórico da cidade. Com a ocupação das antigas residências do centro por atividades comerciais e o crescimento das obras no conjunto tombado, destinadas à adequação dos espaços aos novos usos, cresceu também a tensão entre o SPHAN e empresários e comerciantes. Conflitos entre os interesses particulares originados das atividades turísticas e os limites impostos em função da preservação do patrimônio, sempre presentes na relação do órgão executivo e a sociedade, aprofundaram-se com a aceleração do processo de transformação de Tiradentes. Segundo estudo de NEVES (2013), os empresários, em sua maioria de fora, tanto contribuíram para a preservação do patrimônio edificado e urbano ao recuperar e manter as edificações antes arruinadas, como ameaçavam o mesmo conjunto ao romper com as regras na medida dos seus interesses de expansão e adaptação dos bens aos novos usos. Desde então, o conjunto urbano tombado tem sido mantido nesse difícil equilíbrio entre dinamização e preservação, do qual dependem todos os atores envolvidos – sejam técnicos do SPHAN sejam empresários ou agentes públicos.

Outro processo em tudo relacionado ao acima mencionado, e que se aprofunda nos anos 1990 é o da especulação imobiliária, em grande parte responsável pela migração dos antigos proprietários e residentes para fora do núcleo histórico. A demanda por espaços para comércio e outros estabelecimentos turísticos, assim como a demanda por residências que foram enobrecidas pela elite imigrante, fez subir fortemente os preços dos terrenos e edificações na cidade. Segundo NEVES (2013),

na virada para os anos 2000, constatou-se que os imóveis tiveram um aumento de cerca de 2000%.

Os antigos moradores de origem tiradentina gradativamente se mudaram para áreas periféricas da cidade, formando novos bairros ou adensando os já existentes. Nessa época surgiram novos bairros e cresceram bairros mais antigos, como Cuiabá, Várzea de Baixo e Cascalho. O crescimento que vinha ocorrendo em ritmo mais lento, acelerou-se e a cidade se expandiu em todas as direções (NEVES, 2013), de forma desordenada e sem planejamento.²⁷ Tiradentes não possuía então um órgão municipal específico para planejar e fiscalizar as obras da cidade, cabendo esse papel exclusivamente ao SPHAN.

Em Tiradentes teve início o processo conhecido como segregação territorial, ou melhor, aprofundou-se a partir desse momento um processo de segregação da população autóctone que migrou, por falta de condições de se manter em uma área enobrecida e valorizada, formando novos bairros que, do ponto de vista das atividades turísticas que, já nesse momento, eram predominantes na dinâmica urbana, eram *esquecidos e invisíveis* (NEVES, 2013, p.91). Os investimentos públicos nessas áreas não correspondiam às necessidades de infraestrutura e atendimento da população. Muitos bairros surgiram de ocupações desordenadas, em áreas de risco e sofrem com a falta de serviços públicos, como saneamento básico, falta de água, de coleta de lixo. Ocorreu ainda um processo de desterritorialização dessa população que, egressa do centro histórico, não desenvolveu nos novos espaços habitados as mesmas relações de identidade e pertencimento de outrora. A segregação alcançou não só as condições sociais e espaciais da população tiradentina, mas atingiu sua relação cultural e simbólica com a cidade, que mais e mais se tornou uma mercadoria a ser apropriada e usufruída pelos turistas.

Os moradores dos novos bairros, e de uma maneira geral, a população residente de Tiradentes, passaram a ser integrados na dinâmica econômica proporcionada pela indústria turística, por meio do emprego e ou subemprego nas pousadas, restaurantes e lojas do centro histórico. Em sua maior parte lotados em atividades subalternas e desqualificadas e muitas vezes em empregos informais e

²⁷ Observa-se que o município de Tiradentes sofreu forte redução de sua área em 1995, com a emancipação do distrito de Santa Cruz de Minas.

intermitentes, caracterizando uma situação de exclusão ou de perpetuação da desigualdade social. A fragilidade e quase inexistência de políticas públicas de inclusão da população tiradentina aprofundou esse processo.

O fluxo de novos moradores forâneos propiciou, por outro lado, o surgimento de espaços culturais não direcionados ao turismo, como a criação da Biblioteca do Ó, que se formou a partir de um acervo inicialmente doado pelo jornalista Yves Alves e que passou a funcionar como uma biblioteca pública municipal. Essas novas ações, assim como outras como a abertura de galerias de arte e oficinas, eram fruto de iniciativas individuais ou de grupos privados. Sem o necessário suporte oficial e/ou social para sua sustentabilidade no tempo, a Biblioteca do Ó ou a Oficina de Agosto, uma vez que seus promotores por diversas razões se desinteressaram do projeto, terminaram por desaparecer do cenário cultural da cidade.

3.2.5 Elitização e espetacularização nas décadas de 2000 e 2010: Tiradentes, a cidade segregada

A chegada do novo milênio trouxe para Tiradentes um aprofundamento e uma consolidação do processo histórico descrito nos itens anteriores. O fluxo crescente de automóveis, em trânsito ou estacionados pelas ruas estreitas, fez crescer as ameaças ao patrimônio edificado, além do congestionamento, poluição atmosférica e visual e esgotamento dos espaços de circulação da cidade. Soluções como a restrição aos veículos no centro histórico e a definição de áreas para estacionamento, foram e continuam sendo apontadas e adiadas pelos agentes públicos.

Segundo dados coletados em 2007, o centro histórico encontrava-se quase inteiramente ocupado pelas atividades comerciais relacionadas ao turismo:

Em amostragem de 128 imóveis de Tiradentes, percebe-se que, em 2007, 14% eram residências e 110, ou 86%, eram estabelecimentos comerciais. Dos 14% de residências, 56% eram utilizadas em “temporadas” e apenas 44% (ou seja, 8) das casas pertenciam aos poucos habitantes originários que ainda moravam no centro “histórico”. (NEVES, 2013, p.99/100)

Pontuando esse novo cenário urbano e balizando um calendário cada vez mais voltado para a produção de um destino turístico de luxo, grandes

investimentos públicos e privados imprimiram novas marcas de enobrecimento do centro histórico, com a produção de espaços e cenários cada vez mais espetacularizados, como restaurantes, pousadas e resorts de luxo, museus e espaços culturais de alto nível em suas linguagens, conteúdos e impactos tecnológicos, eventos de grande repercussão comercial.

Neste período algumas iniciativas de forte impacto marcaram a paisagem cultural da cidade. Essas iniciativas foram promovidas a partir da decisão do BNDES de investir fortemente no patrimônio cultural da cidade, tornando Tiradentes uma espécie de “modelo” (case) de investimentos nessa área. Paralelo a patrocínios diretos em equipamentos culturais de grande porte, o BNDES tem investido em diversas obras de restauração das igrejas e capelas, como a própria matriz de Santo Antônio, as capelas das Mercês, São João Evangelista, Padre Gaspar e São Francisco de Paula. A partir de parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes foram investidos recursos em programa de educação patrimonial e no plano diretor da cidade. Através de seus editais e outros mecanismos de patrocínio, o BNDES também vem investindo em eventos na cidade, como no caso da Mostra de Cinema.

O Museu Padre Toledo passou por uma profunda requalificação entre os anos de 2009 e 2012, envolvendo obras de intervenção física e restauração do imóvel, sob orientação do Sphan, e a modernização de sua linguagem museológica e museográfica, a cargo de equipe da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Museu da Liturgia foi outro grande equipamento cultural que, a partir de investimentos do BNDES, emergiu na cena cultural da cidade, tendo sido inaugurado em 2012, mesmo ano da reabertura do Museu Padre Toledo. O Museu da Liturgia é uma versão modernizada do antigo Museu de Arte Sacra, que expôs parte do rico acervo de arte sacra pertencente à Paróquia de Santo Antônio entre as décadas de 1960 e 1970.

Sustentados na beleza e generosidade de seus espaços físicos, na riqueza de seus respectivos acervos e na moderna museografia traduzida em linguagens multimídia, ambos os museus alcançam um patamar de excelência museológica de padrão internacional. Ainda assim, essas instituições buscam cotidianamente uma inserção legítima e uma identificação com a sociedade de

Tiradentes, nem sempre suficiente e exitosa, mesmo com as iniciativas includentes de seus programas de eventos e de educação patrimonial.²⁸

Fortes investimentos do BNDES no período foram também direcionados para o futuro Museu de Santana, outro grande equipamento cultural privado, ainda não inaugurado, o qual deverá disputar visibilidade e público com os seus congêneres instalados na cidade.

Todo esse investimento no patrimônio cultural de Tiradentes não poderia deixar de gerar tensões e rivalidades entre os muitos atores sociais envolvidos e interessados. Obras previstas para patrocínio não foram contempladas enquanto outras receberam prioridade. E a despeito desse dinamismo em torno das obras de restauro e dos grandes e sofisticados equipamentos, a cidade de Tiradentes permanece, sob muitos aspectos igualmente importantes, muito frágil culturalmente, como expõe a situação precária de seu legado musical (Orquestra e Banda Ramalho) e de seu patrimônio documental e bibliográfico (ver item específico nesse relatório).

Para solucionar a equação entre os limites físicos e saturação do centro histórico e a crescente demanda dos empresários por espaços, os investimentos turísticos passaram ainda a ocupar outros espaços como as margens das vias de intenso fluxo – para os empreendimentos que exigem maior visibilidade como o comércio – ou áreas rurais – para empreendimentos que se sustentam na ideia de privacidade e exclusivismo como pousadas de luxo e resorts.

Por outro lado, a valorização imagética do seu centro histórico torna-se parte importante na sua transmutação. Para além da restauração do casario e dos grandes monumentos – atividade que ao longo do tempo vem sendo realizada pelos empresários, novos proprietários e poder público – investe-se na composição do cenário com recursos às reformas e construções de simulacros de arquitetura colonial, aos ajardinamentos e à iluminação cênica, para torná-lo cada vez mais atraente para o turista interessado em ver/percorrer uma “cidade histórica” em plena vitalidade.

²⁸ É o caso também do Centro Cultural Yves Alves, que desde 2009 é financiado e administrado pelo Sesi-Serviço Social da Indústria e pelo Instituto Estrada Real, ambos ligados à Fiemg-Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. No caso do Museu da Liturgia, a sua sustentabilidade no tempo vem sendo ameaçada pela falta de patrocínio, o que expõe a fragilidade e dependência desse equipamento dos investimentos públicos.

Tiradentes perdeu substância enquanto espaço de sociabilidade para sua população original, que não mais se apropria dos espaços do centro histórico, à exceção talvez do Largo das Forras. Nessa praça ainda se observa a presença dos tiradentinos e subsistem atividades e práticas que lhe são próprias, como o comércio mais popular, a oferta do artesanato local, o serviço das charretes. Mas as dificuldades de sustentação dessas atividades podem ser evidenciadas. Em 2011 ocorreu na cidade o *Seminário sobre a Cadeia Produtiva da Economia do Artesanato em Tiradentes*, realizado com apoio do Sebrae e da Secretaria de Turismo. O evento reuniu diversos atores sociais como a Associação dos Artesãos de Tiradentes, o Centro Cultural Yves Alves, Conselho Municipal de Turismo, a Pousada Solar da Ponte e a Associação Empresarial de Tiradentes.²⁹ A conclusão apontou para a falta de organização de artesãos e empresários, pela necessidade de maior entendimento sobre as potencialidades do associativismo e de maior participação dos artesãos nas iniciativas coletivas, minorando as iniciativas individualistas e competitivas.

Outro processo a retratar o enfraquecimento das relações identitárias da população tiradentina com a cidade pode ser exemplificado nas dificuldades de perpetuação das tradições e das festas religiosas, que acontecem ao longo do ano e se distribuem pelas diversas igrejas.³⁰ A Festa da Santíssima Trindade é o caso mais agudo de conflito entre a tradição local e a modernidade forânea. A festa tem âmbito regional e promove um grande afluxo de pessoas à cidade (em torno de 50.000), em sua maioria de baixo poder aquisitivo e origens populares, cuja forma de apropriação do espaço público e religioso vem sendo criticado e combatido pelas elites, comerciantes e mesmo o poder público. Constrangimentos à promoção da festa vêm sendo impostos em nome da manutenção do cenário urbano apropriado ao turismo, como a proibição de barracas em torno da matriz e imposição de taxas consideradas altas para o comércio popular que tradicionalmente acompanha a festa.

Nas palavras do pároco de Tiradentes,

²⁹ O artesanato em Tiradentes e João Pessoa: diferenças estruturais ou estruturantes? Estudo contratado pela Prefeitura de Tiradentes.

³⁰ Tiradentes ainda mantém um rico calendário de festas religiosas, sendo a mais importante a da Semana Santa. Outras tradições religiosas ainda resistem aos novos tempos como o toque dos sinos, as cruzes e divinos nas casas, a missa do galo, entre outros.

Num raio de 150 quilômetros aproximadamente daqui de Tiradentes, chega a época da festa da Santíssima Trindade, o povo pobre vem, principalmente... Quem não tem religiosidade não tem a sensibilidade de captar a profundidade o quanto importante é esta festa para o povo, não consegue captar a profundidade do que é uma religiosidade popular.³¹

Os problemas que cercam a festa da Santíssima Trindade traduzem a crescente ameaça de desaparecimento das festas religiosas populares, por não se adequarem aos novos tempos da cidade-cenário, e expõem a segregação sócio espacial em curso em Tiradentes.

3.3 Memórias em risco, patrimônios ameaçados: a Serra de São José, o acervo documental da cidade e o legado musical da Orquestra e Banda Ramalho

3.3.1 A Serra de São José

Para além dos desafios colocados pelo processo de segregação sócio espacial em curso, a questão da preservação da memória e do patrimônio na cidade de Tiradentes expõe sua face mais distorcida quando focamos em outros legados e outros patrimônios que não sensibilizam nem apresentam interesse para a lógica mercadológica do chamado turismo cultural. A preservação da Serra de São José, do patrimônio documental da cidade e a trajetória da orquestra Ramalho são os exemplos mais significativos desse processo.

A Serra de São José é um testemunho singular de uma paisagem cultural, dotada igualmente de valor ambiental e histórico. Em função disto, a serra possui várias proteções legais superpostas em seu território. Foi declarada Área de Proteção Ambiental (APA) em 1990 e Reserva da Biosfera em 1993, por declaração da Unesco. Em 2004 foi criada a unidade de conservação denominada Refúgio da Vida Silvestre Libélula da Serra de São José. Além disto, o tombamento do Chafariz São José pelo IPHAN também se insere em área lindéira da Serra de São José. Estas manchas de áreas preservadas legalmente abrangem, além de boa parte do município

³¹ Entrevista com o pároco Ademir Sebastião Longatti, realizada pela equipe da Fundação João Pinheiro em 09/08/2013.

de Tiradentes os municípios de Prados, São João del Rey, Coronel Xavier Chaves e Santa Cruz de Minas. O interesse pelo patrimônio ambiental regional concorreu para que diversos estudos técnicos fossem ali realizados.³²

O Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes foi criado em 1992 e realizou importantes trabalhos no treinamento de voluntários e na prevenção de incêndios na cidade e na Serra de São José. Teve seu trabalho reconhecido por duas vezes pelo SPHAN, por meio do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade: em 1996, pela iniciativa quanto à prevenção de incêndios em cidades históricas e treinamento de voluntários e em 2004, pelo projeto Serra de São José - Patrimônio Natural. Hoje, embora tenha sede e conte com subvenção da prefeitura, encontra-se mais fragilizado, com poucos membros.

Apesar desse aparato legal e das iniciativas locais, a serra sofre contínuas ameaças em sua integridade, seja pelo interesse de mineradoras, seja pelo uso turístico predatório, comércio ilegal de plantas e árvores, entre outros crimes ambientais.

3.3.2 O patrimônio documental

Tiradentes tem um legado documental importante, cuja origem remonta ao século XVIII e perpassa as diferentes épocas de sua história, embora bastante comprometido e rarefeito.

Os acervos eclesiásticos, relativos à paróquia e às irmandades encontram-se microfilmados e depositados no Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rey, mas não têm acesso público.³³ Entre outros acervos documentais relevantes para a memória e a história da cidade pode ser citado o arquivo do IHGT, que tem também uma biblioteca razoável, com acesso público. O IHGT é também

³² Em 1999, a Fundação Alexander Brandt fez o Mapeamento dos Biótopos na Área de Proteção Ambiental de São José e cidade de Tiradentes, para zoneamento da APA/São José.

³³ Foram primeiramente organizados em 1975 pela professora e arquivista Lucy Fontes, com o apoio de Olinto Rodrigues. Posteriormente esse arquivo foi inventariado através do projeto Levantamento, Cadastramento e Indexação, em Banco de Dados, do arquivo Eclesiástico - documentos avulsos e códices - das Paróquias e Capelas Filiais da Diocese de São João del Rey (Minas Gerais - Séculos XVIII e XIX, desenvolvido pela UFSJ, sob a coordenação de Maria Leônia Chaves de Resende

responsável pela guarda da coleção Ferdinand Jouteux (1866-1956), compositor francês radicado em Tiradentes.

O Arquivo da Câmara Municipal é talvez o mais relevante do ponto de vista histórico. O acervo compõe-se da documentação do antigo Senado da Câmara de São José Del Rei e cobre as atividades da instituição até o final do século XIX.³⁴ O acervo sofreu muitas perdas ao longo do tempo, especialmente nos anos 1930, quando houve um incêndio. No final dos anos 1990, a documentação foi organizada a partir de iniciativa de professores da UFMG, com recursos da Fapemig.³⁵ Embora o acervo tenha sido inteiramente digitalizado pelo Arquivo Público Mineiro, sua integridade física permanece ameaçada e não é prioridade das políticas de patrimônio cultural de Tiradentes.

O maior comprometimento desse acervo documental deve-se à inexistência de uma sede definitiva e adequada para sua salvaguarda. Nos últimos anos, os documentos já transitaram por diversos locais e diferentes instituições se envolveram sem lograr uma solução definitiva. Seu destino tem sido motivo de um sério embate entre as autoridades públicas e lideranças da sociedade civil. Atualmente o acervo encontra-se precariamente depositado na Câmara Municipal de Tiradentes, em espaço inadequado, fechado à consulta e sem qualquer política de gestão documental.³⁶

Outra parte do patrimônio documental da cidade, aquele gerado pelas atividades da prefeitura e de sua responsabilidade - o chamado arquivo público municipal - também vem sofrendo pela inexistência de políticas públicas nesta área. Subordinado ao Departamento de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, o arquivo público teve lei de criação aprovada na Câmara desde 2005 e está vigente, mas sem

³⁴ Um agente executivo municipal, autor do livro “Ligeiras memórias da Vila de São José Del Rei”, fez um inventário desse acervo em fins do século XIX.

³⁵ Trabalho realizado pelos professores Lucy Fontes (residente em Tiradentes) e Douglas Cole Libby.

³⁶ Em visita realizada pela equipe da Fundação João Pinheiro em 21/08/2014, constatou-se a total precariedade do acondicionamento do acervo, sem que fosse identificado um responsável pela sua guarda. Sua ordenação técnica está se desfazendo pelo comprometimento físico das embalagens e etiquetas de identificação. Os documentos encontravam-se empilhados junto a materiais de limpeza e outros materiais impróprios, em um cômodo afetado por umidade.

aplicação efetiva.³⁷ O arquivo funcionou por um tempo no prédio denominado Quatro Cantos, desapropriado e restaurado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), posteriormente cedido em comodato de cinco anos à prefeitura. Nesse período (2007-2011) o acervo da Câmara Municipal, o arquivo da prefeitura e a biblioteca pública municipal passaram a funcionar lá. Mas sem os investimentos públicos necessários e sem funcionários qualificados, o local passou a ser um depósito da documentação da prefeitura, uma espécie de arquivo intermediário sem plano de gestão de documentos.

Em 2012 o arquivo municipal e a biblioteca foram despejados da sede no casarão Quatro Cantos e abrigado em outro edifício, cedido emergencial e temporariamente.³⁸ A biblioteca continua funcionando e tem um acervo relativamente bom, com doações que começaram com o Yves Alves, tendo recebido livros e equipamentos por meio de projetos e financiamentos públicos. Enquanto o acervo histórico do Senado da Câmara retornou em condições precárias para a sede da Câmara, como relatado acima, a documentação da prefeitura que compõe o arquivo municipal (documentação produzida pela prefeitura a partir dos anos 1930) permanece desorganizada e sem gestão, apesar dos esforços de uma única funcionária responsável pelo acervo.³⁹

Assim, o destino da memória documental do município – seu arquivo público – e da biblioteca pública da cidade continua em suspenso.

3.3.3 A Orquestra e Banda Ramalho

A Orquestra e Banda Ramalho traduz o legado cultural enraizado na história de Tiradentes, e mais além, pois é representativa de uma larga tradição cultural regional e mesmo de Minas Gerais. A chamada música funcional, no caso, aquela encomendada para acompanhar e valorizar os ritos litúrgicos seja em festas, procissões, missas ou novenas, tem raízes na cultura urbana mineira desde o século XVIII e fez surgir as criações e organizações musicais que atravessaram séculos com

³⁷ Lei nº 2101 de 26 de setembro de 2005. A prefeitura possui também uma Tabela de Temporalidade dos Documentos aprovada mas sem efetividade.

³⁸ Esta sede provisória fica na rua da Praia, no centro histórico da cidade.

³⁹ Entrevista realizada com Karine Adriane de Oliveira, analista de acervo histórico da prefeitura de Tiradentes, em 22/08/2013.

grande vitalidade. Na verdade todo um complexo cultural reuniu arquitetos, entalhadores e pintores das igrejas, as irmandades e ordens terceiras e os músicos na tradução da religiosidade católica que fez emergir a ambiência barroca característica das cidades setecentistas mineiras. Em muitas dessas cidades essa herança cultural subsiste hoje apenas como vestígios em um cenário dessacralizado, do qual o centro histórico de Tiradentes talvez seja a expressão mais exemplar.

A Orquestra Ramalho existe desde meados do século XIX (1860), fruto da atividade musical cuja origem se prende ao começo do século XVIII.⁴⁰ Depois do período colonial, época em que o fenômeno musical da região do Campo das Vertentes adquiriu vitalidade singular, poucos lugares lograram preservar sua tradição musical, sendo eles São João del Rey, Prados e Tiradentes. Musicólogos e historiadores estudam o processo e apontam como fator de preservação a forte impregnação da cultura musical nessas comunidades e o seu caráter conservador quanto à modernização da liturgia, ambos os fenômenos ligados à intensa religiosidade local: *o que mantém a música é o amor ao sagrado*, afirmou um músico da orquestra Ribeiro Bastos. Assim, há que ressaltar o caráter imaterial desse patrimônio:

... o modo como é executado o repertório da música colonial mineira por essas orquestras, repetido mais ou menos da mesma maneira há quase trezentos anos, é o que mantém vivo o bem cultural(...) A forma de executar essa música está profundamente ligada à função de atender ao ritual.⁴¹

Hoje essas cidades mantêm viva essa herança cultural, transmitida pelo ensino informal ao longo de séculos e nos dias atuais sustentada também pelo conservatório e a universidade de São João del Rey, além do trabalho recentemente realizado pelo Cerem – Centro de Referência Musicológica José Maria Neves.⁴²

Em 2010 a orquestra completou 150 anos com um grande concerto na matriz de Santo Antônio que reuniu as demais orquestras da região e terminou

⁴⁰ NUCCI, Celso, SÁVIO, Eugênio, SCALZO, Marília. *Uma história de amor à música*; São João del Rey, Prados, Tiradentes. São Paulo: Bei Editora, 2012.

⁴¹ NUCCI, Celso, SÁVIO, Eugênio, SCALZO, Marília. *Uma história de amor à música*; São João del Rey, Prados, Tiradentes. São Paulo: Bei Editora, 2012. p.27.

⁴² Centro fundado pela empresária e historiadora Ana Maria Parsons em 2006.

aplaudida de pé pelo público. Comemorava-se a vitalidade dessa expressão cultural em um contexto histórico de permanente dificuldade de sobrevivência, apesar do propagado êxito de Tiradentes na proteção e revitalização de seu patrimônio. Após a decadência que se seguiu à morte de seu maestro, Joaquim Ramalho, em 1963, no começo dos anos 1980 a orquestra foi contemplada pelo projeto Música Sacra no Campo das Vertentes, da Fundação Roberto Marinho, que a dotou de novos instrumentos, restaurou a sua sede⁴³, organizou o arquivo e implementou curso para seus integrantes.

Hoje a orquestra tem um quadro renovado de integrantes graças fundamentalmente ao trabalho realizado com o conservatório e a universidade de São João del Rey. Exemplo dessa nova geração é o atual maestro da orquestra, o músico Willer Douglas Silveria, que estudou em ambas as instituições, depois de um aprendizado informal na própria orquestra.

Nesses últimos quarenta anos em que a cidade teve um crescimento vertiginoso no que toca aos investimentos em sua estrutura turística e cultural, a orquestra e banda Ramalho, apesar de sua importância, não recebeu o mesmo tratamento generoso de outros equipamentos, bens e eventos culturais.

O arquivo da orquestra guarda boa parte da memória da música regional, como as partituras e da história da organização e das práticas musicais na cidade, por meio dos programas e cartazes das solenidades. Mas as condições de sua guarda e organização, apesar dos esforços de seus gestores, não está à altura de seu significado.

⁴³ Trata-se do Solar dos Ramalho, que abriga hoje, além da orquestra, as sedes do IHGT e do Sphan.

4 DIMENSÃO FÍSICO-TERRITORIAL

4.1 Introdução

A dimensão físico-territorial corresponde aos processos de ocupação e uso do solo no município, em especial quanto às áreas urbanas. É uma dimensão integradora das demais que compõem o presente perfil municipal: representa uma aproximação a partir da visão mais abrangente fornecida pela dimensão ambiental e retrata as relações sociais, culturais e econômicas que, ao longo do tempo, conformaram os diferentes espaços no município. A compreensão desses processos fornece os insumos para as propostas relativas a esse mesmo tema no plano diretor e na legislação urbanística, configurando-se como o seu eixo central.

Como fator estruturante do tecido urbano e do próprio território municipal, são tratadas também as questões relativas à rede viária, suporte para a acessibilidade e mobilidade tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais.

No caso de Tiradentes, deve-se sempre ter em mente que se trata de um núcleo setecentista tombado no nível nacional desde 1937, tendo se tornado um destino turístico de projeção nacional e internacional. Dessa forma, a análise de qualquer questão deve ter uma abordagem abrangente, considerando o contexto em que se inserem os processos urbanos e territoriais, sociais e econômicos, buscando o equilíbrio entre a proteção do patrimônio tombado e as demandas da população local, em termos da sua qualidade de vida, considerando a cidade como direito de todos, inclusiva e sustentável.

O conceito de patrimônio foi mudando, tornando-se mais abrangente a partir da Carta de Veneza, que enfatizou a preservação de centros urbanos, até abranger a atual valorização do planejamento urbano enquanto instrumento de controle e regulação do desenvolvimento urbano, complementarmente aos instrumentos de preservação, como o tombamento.

A preservação dos centros históricos passou então a ser vista a partir de uma perspectiva de desenvolvimento econômico voltado para o turismo, passando a orientar as ações das administrações municipais.

Assim, o desenvolvimento econômico sustentável e socialmente equilibrado se constitui em fator essencial para a vitalidade da cidade, permitindo que os moradores usufruam das benfeitorias urbanas, dos serviços e comércio de mercadorias, movimentando os espaços públicos e valorizando o patrimônio cultural local.

Os elementos para os estudos aqui desenvolvidos vieram das pesquisas bibliográficas, dos trabalhos de campo, das reuniões técnicas e das oficinas participativas. A participação da população é ponto fundamental, não apenas como ferramenta de diálogo, mas como parte intrínseca do processo de planejamento. A compreensão dos processos de ocupação e uso do solo apenas pode consolidar-se a partir da compreensão de como a população vê e entende o seu próprio território, buscando alinhar essa visão particular a políticas públicas mais amplas e articuladas, promotoras da cidade inclusiva e da sustentabilidade do desenvolvimento.

Nessa dimensão se incluem análises de planos já desenvolvidos e do arcabouço normalizador e legal com que conta o município, para sua atuação quanto à gestão do seu território nos aspectos da ocupação e uso do solo, lembrando que, por ser um conjunto tombado de grande valor, essa gestão inclui um ator importante, o IPHAN, responsável pela proteção a esse patrimônio. As decisões sobre intervenções passam, portanto, por uma discussão compartilhada tendo como princípio o equilíbrio entre possíveis impactos sobre a proteção do patrimônio tombado e os benefícios para a qualidade de vida da população local.

4.2 Uso e ocupação do solo

4.2.1 O território municipal – áreas urbanas e áreas rurais

Sob o aspecto da dimensão físico-territorial, no que se relaciona a ocupação e uso do solo, em uma primeira aproximação, destacam-se no território do município de Tiradentes (i) o conjunto das áreas urbanas e (ii) significativa porção que corresponde à Serra de São José, elemento dominante na sua paisagem, que emoldura o casario e os monumentos histórico-culturais da sede municipal.

Foco da dimensão físico-territorial, as áreas urbanas compreendem:

- a sede municipal (principal concentração urbana);
- as ocupações de Aguas Santas – onde se localiza o Balneário de Águas Santas e a Casa das Águas, do Instituto Estadual de Florestas (IEF) – e Cesar de Pina (esta lindeira à rodovia BR-383), desarticuladas da sede municipal em função da barreira física que representa a Serra de São José, apresentando maior vinculação com São João del Rey/Santa Cruz de Minas;
- e um incipiente processo de ocupação no distrito de Elvas, na região de Banquinho, distante do núcleo do distrito e lindeiro à rodovia BR-265.

Todas as áreas urbanas apresentam tipologia de ocupação horizontal, sem a ocorrência de processos de verticalização e as construções não apresentam padrão para recuos frontais e/ou laterais ou os mesmos são inexistentes. De modo geral, verifica-se que não há preocupação com a observância da legislação quanto a obras e/ou parcelamentos do solo. Não há presença expressiva de áreas públicas de lazer, recreação e convívio.

O processo de crescimento e expansão urbana associa-se ao desenvolvimento das atividades do turismo, o qual foi marcado pela introdução de novas práticas de consumo, pela dependência das atividades do turismo em termos de emprego da mão de obra local e pela valorização de certas atividades e manifestações culturais consideradas de interesse, nem sempre incluindo atividades populares, além de provocar modificações nos padrões de parcelamento, ocupação e uso do solo.

A dinâmica de valorização atrai novos agentes para o cenário urbano da sede municipal (núcleo tombado), tais como empreendedores imobiliários e investidores, que compram imóveis para uso temporário, em períodos de eventos, férias e feriados, usufruindo da cidade sem necessariamente contribuir para o seu desenvolvimento, ou produzem novos espaços que se configuram como enclaves na cidade, voltados para o consumo do lugar e no lugar.

A cidade passa a sofrer pressões de expansão urbana, com a migração de moradores e de atividades tradicionais do centro para novas áreas de ocupação e modificações das edificações para adaptação aos novos usos, especialmente na área

central. A elitização dos espaços voltados para os turistas provoca a exclusão da população local e de atividades tradicionais.

Muitas pessoas, de classe de renda mais baixa, não têm poder aquisitivo suficiente para permanecer nas regiões valorizadas. Isto provoca o aumento do número de construções e de venda de terrenos nas áreas mais distantes do centro. Com a expulsão econômica da população local, os bairros tradicionais, detentores dos símbolos do patrimônio material, passam a ser ocupados por habitantes não locais. Os antigos moradores se deslocam para a periferia, na qual são comuns os problemas de irregularidade fundiária, falta de infraestrutura e de serviços de modo geral (CERQUEIRA, 2006: 29).

4.2.2 A sede municipal

O processo de expansão urbana na sede municipal se vincula ao desenvolvimento do turismo no município, fundamentado na riqueza do seu acervo histórico-cultural e ambiental e tem suas características descritas no capítulo que trata da evolução histórica, com foco na sua trajetória mais recente, como colocado, “a partir de eleição do sítio urbano de Tiradentes como patrimônio cultural nacional, em fins dos anos 1930, e mais especificamente nos últimos 40 anos, quando a cidade vivenciou – e continua vivenciando – uma acelerada mudança em sua dinâmica urbana, econômica e social”, com “intensa e acelerada ressignificação de seu passado e de seu patrimônio histórico”. Esse processo se deu, em geral, de forma espontânea e, nos loteamentos mais recentes, sem a observância rigorosa da legislação pertinente, em especial o conjunto da legislação ambiental e a legislação relativa ao parcelamento do solo urbano, da qual é referência a Lei Federal 6766/79 e suas alterações. Verifica-se, assim, a ocupação de áreas impro prias, em especial quanto a áreas inundáveis, de drenagem natural e terrenos propensos a erosão, assim como pressão sobre a Serra de São José.

O processo de expansão urbana se deu a partir do núcleo histórico, centro nevrálgico da sede municipal, tanto por representar uma região de conexão entre os diferentes bairros, como por se constituir no polo de atração do movimento turístico.

O centro histórico ainda preserva suas características, com a predominância de edificações de um pavimento, espaços verdes de quintais e vazios urbanos não construídos, alguns sobrados do século XVIII e as igrejas e edificações públicas que se constituem em pontos marcantes no traçado urbano característico do período. Concentra o casario colonial e os monumentos históricos e hoje também os atrativos turísticos, assim como atividades econômicas de atendimento ao turismo – lojas, restaurantes, pousadas, ateliers.

Em decorrência do turismo que se desenvolveu a partir do final da década de 1960, muitas edificações do centro histórico que estavam em processo de arruinamento foram recuperadas, e receberam novos usos. O uso residencial foi gradativamente sendo substituído, ampliando-se a oferta de serviços e a demanda de terrenos na área central provocou a valorização dos imóveis, provocando a migração da população de renda mais baixa para as periferias. Segundo estudo da Fundação João Pinheiro, de 1980, já citado no capítulo da evolução histórica:

As edificações residenciais (maioria no centro) estão subutilizadas (15%), desocupadas ou em estado de deterioração (10%) ou fechadas (5%), com os proprietários vivendo fora do município, utilizando-as apenas em períodos de férias ou finais de semana (FJP, 1980: 63).

Os fatos acima constatados indicam, portanto, um esvaziamento do núcleo histórico em favor das novas áreas de expansão, fator este em parte determinado pelo seu próprio valor histórico e artístico (valorização atraiu compradores de fora que utilizam as residências esporadicamente), pela situação de espólio de algumas propriedades e pela demanda por comércio e serviços para atendimento ao turismo (FJP, 1980: 63).

O processo de mudanças instalado no município resultou na inclusão da cidade de Tiradentes no Programa de Aproveitamento Turístico das Cidades Históricas, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que firmou convênio neste sentido com o IPHAN, em 1978 e instituiu parceria com a prefeitura em 1979. Dentre as ações desencadeadas, citam-se o projeto de iluminação subterrânea (1983) e a regulamentação do transito de veículos pesados (1984).

Além de configurar-se como uma região de passagem e de articulação entre os diferentes bairros que hoje compõem o tecido urbano da sede municipal, o centro histórico possui alto padrão de ocupação, sendo que o uso predominante é o econômico, tendo a sua população residente migrado para as áreas de expansão em decorrência da elitização dos espaços centrais, conforme já descrito. Ainda segundo o capítulo da evolução histórica, “Tiradentes perdeu substância enquanto espaço de sociabilidade para sua população original, que não mais se apropria dos espaços do centro histórico, à exceção talvez do Largo das Forras”. O arruamento é irregular e parte intrínseca do conjunto tombado, como elemento marcante do núcleo setecentista, com calçadas estreitas ou inexistentes, o que representa um conflito permanente com o seu papel centralizador dos deslocamentos cotidianos e turísticos. O traçado do arruamento, somado à precariedade do estado de manutenção do seu calçamento, dificultam a trafegabilidade nessa região, o que se agrava com o trânsito intenso do movimento turístico nos eventos promovidos e nos períodos de férias e ainda com o tráfego pesado que circula nessa mesma região – ônibus e caminhões de carga e descarga. O Largo das Forras se localiza nesse núcleo central, assim como a rodoviária, pontos que atendem à população local (principalmente a rodoviária) e que são ocupados pelas instalações dos eventos promovidos e pela população flutuante decorrente do movimento turístico, dificultando os deslocamentos cotidianos dos moradores e a articulação entre os diversos bairros. A Serra de São José é um elemento marcante na paisagem urbana da sede municipal, emoldurando-a de todas as visadas.

Já em 2002, a preocupação com os impactos gerados pelos grandes eventos na cidade foi expressa em correspondência enviada pelo presidente da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes ao governador do estado de Minas Gerais:

...“durante o Carnaval, Tiradentes recebeu cerca de quarenta mil pessoas. Considerando que a população da sede do município está em torno de quatro mil habitantes, houve excesso de visitantes, que ocuparam toda a cidade. Com isso, faltou água, estacionamentos, sanitários, a rede de esgoto não comportou, além de outros problemas de infraestrutura e, inacreditavelmente, sem planejamento”. Finalizando, solicitavam que a Copasa realizasse

obras de melhorias do abastecimento de água, minimizando o problema (CERQUEIRA, 2006: 288).

Em relação aos conflitos entre a preservação do patrimônio e a circulação viária, pode-se citar a polêmica que envolveu o asfaltamento da estrada entre Santa Cruz de Minas e Tiradentes, em 2001. O então superintende regional da 13^a SR/IPHAN enviou, ao secretário de estado da cultura, solicitação de providências de paralização das obras, consideradas traumáticas para o centro histórico de Tiradentes, que seria transformado em local e passagem, considerando que a cidade “não possui infraestrutura viária para receber tal tráfego” além das obras descaracterizarem a estrada, considerada...

...de grande valor histórico, cultural e paisagístico, na medida em que representa um dos últimos remanescentes do chamado caminho velho, que margeia por um lado a Serra de São José, (que é uma APA e considerada de preservação especial pelo Decreto Estadual no 21.308 de 1º de maio de 1981) e pelo outro lado, o Rio das Mortes⁴⁴ (CERQUEIRA, 2006: 291).

Foram então propostos três caminhos alternativos, em estudo encaminhado por Ana Aparecida Barbosa, da 15^a SR/IPHAN – Tiradentes, em 04/06/2001, onde se destaca que:

Hoje Tiradentes vive um momento de revitalização em função do turismo, implicando em inúmeras novas demandas de ocupação do solo e conta com apenas um único instrumento de controle urbanístico – Proposta de Critérios e Normas de Proteção para o Sítio Histórico de Tiradentes – do IPHAN. A cidade não conta com um plano diretor que oriente as transformações em escala territorial (CERQUEIRA, 2006: 291).

O desfecho se deu com a celebração de um acordo entre o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do estado de Minas Gerais (DER-MG) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2001, onde ficou estabelecido que fossem feitas obras de tratamento paisagístico e de

⁴⁴ Decreto nº 21.308, de 19/05/1981, do governo do estado de Minas Gerais – Proteção Especial para Preservação de Mananciais e do Patrimônio Histórico e Paisagístico, área de terreno situado na Serra de São José, nos municípios de Tiradentes, Prados, São João del Rey e Coronel Xavier Chaves.

recuperação dos cortes já realizados e calçamento em paralelepípedo, fazendo referência à estrada antiga, com largura de 6m (seis metros) e o restante recebendo calçamento diferenciado em pedra irregular.

Outro ponto a ser destacado foi a solicitação do IPHAN à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), em 2001, de restrição ao tráfego de veículos pesados, com exceção das linhas de ônibus municipais, na expedição de Licença Ambiental, com o objetivo de "limitar, o máximo possível, o tráfego de quaisquer veículos pesados pela estrada, em cuja saída está o Centro Histórico de Tiradentes".

O processo de expansão ocorreu sem o suporte de políticas públicas e investimentos em infraestrutura urbana adequados, resultando em níveis diferenciados de qualidade de vida e atendimento às demandas sociais do ponto de vista da população local. Os registros existentes indicam que, em um primeiro momento, o crescimento da cidade avançou nas regiões da Santíssima, do Cascalho e Canjica, se estendendo ao longo dos eixos de acesso a São João Del Rey/Santa Cruz de Minas, Prados e Barbacena, surgindo as regiões do Pacu, Cuiabá, Várzea de Baixo e posteriormente Mococa, Alto da Torre, Parque das Abelhas, Terra dos Cuiabás e o eixo da Avenida Governador Israel Pinheiro.

A ausência da aplicação de normas e de fiscalização, fora da área de atuação do IPHAN, resultou em um processo desordenado de ocupação e, ainda em 1991, foi registrada a solicitação formal do Coordenador da 13^a CR/IBPC ao prefeito municipal, de que fosse exigida a apresentação de projetos de obras de construção e restauração, no centro histórico e na sua área de entorno e que os projetos fossem encaminhados ao escritório local do IBPC para exame e aprovação (CERQUEIRA, 2006: 280).

A expansão adjacente ao núcleo histórico se deu por meio de aforamento de terrenos, com o arruamento se desenvolvendo sobre caminhos e estradas existentes, com irregularidade no traçado e na dimensão das quadras (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980). Já nas áreas mais recentes, que surgiram por meio de parcelamentos do solo, a irregularidade encontrada diz respeito à situação legal dos mesmos, que nem sempre seguiram os trâmites legais para sua aprovação e registro. Percebe-se uma tendência à implantação de condomínios fechados, como o

Parque dos Bandeirantes, o Terra dos Cuiabás, o Maria Barbosa e o Cacheu, em construção.

Em função dessas características do processo de ocupação e de expansão urbana, a sede municipal apresenta deficiências quanto à articulação dos diferentes bairros e, nestes, percebe-se deficiências quanto à sua estruturação, como a ausência de centralidades que estabeleçam uma rede a partir do núcleo central e possam dar suporte à vida cotidiana, tendo como resultado desigualdades sociais e territoriais. As regiões que apresentam maior precariedade são as de Mococa, Alto da Torre e Várzea de Baixo, com predomínio dessa ultima. A despeito disso, verificam-se tendências de mudanças de uso e de melhor padrão de ocupação nessas áreas. As demais regiões, mesmo com níveis mais elevados quanto à qualidade da ocupação, podem apresentar trechos mais precários.

A seguir são descritas características gerais de ocupação em cada região.

Muito próxima ao núcleo histórico e sua primeira expansão, encontra-se a região da Santíssima Trindade, com ocupação antiga, consolidada, mesclando pousadas, residências e residências de fim de semana e/ou temporada, com alto padrão.

As regiões do Cascalho e Canjica apresentam ocupação consolidada, tradicional, densa. No Cascalho, predomina o uso residencial, mesclando-se a pousadas. Na região do Canjica, o uso é misto, com atividades comerciais e pousadas, com características de um centro de atendimento local. Ambos têm bom padrão de ocupação, apresentando construções novas entremeadas às mais antigas. Presença de oficinas de ferro e madeira. No entorno do campo do Grêmio e ao longo do afluente do ribeiro Santo Antonio, que recebe esgotos e tem mau cheiro e mau aspecto, o padrão é misto, tendendo a baixo. Na continuidade do Cascalho, a rua Cava do Adão apresenta trecho com tendências de adensamento, com ocupações aparentemente irregulares.

A região do Pacu, ao longo do acesso a Santa Cruz de Minas, tem uso predominantemente residencial, com padrão médio de ocupação. Configura-se como um eixo de expansão do núcleo central, com atividades comerciais e equipamentos

institucionais (creche, Vila Vicentina, posto de saúde, AMOBAPA), artesanato, oficinas de ferro e madeira, pousadas. Destaca-se expressivo vazio urbano na rua Frei Veloso, fundos de terreno com acesso pela rua superior, característica da ocupação tradicional da época.

A região de Várzea de Baixo é densamente ocupada, com padrão médio/baixo, presença de muitas obras indicando mudança no padrão de ocupação, predomínio do uso residencial, com alguma atividade comercial, pousadas, oficinas de madeira e ferro. Nessa região, houve reclamações relativas ao barulho que produzem as oficinas ao trabalharem à noite. O sistema viário é estreito e irregular, com calçadas irregulares ou inexistentes. O padrão de ocupação cai em direção ao final da área ocupada. A precariedade de ocupação nesse trecho indica a possibilidade de classificação como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Foram apontadas áreas inundáveis nas partes baixas, próximas ao rio das Mortes.

A região do Cuiabá, ao longo do acesso a Bichinho (Prados), conhecida como Cuiabá de Cima, apresenta ocupação densa, de uso misto, configurando-se como outro eixo de expansão do núcleo central com oficinas, pousadas, atividades comerciais, artesanato. Dá acesso ao condomínio Terra dos Cuiabás, em processo de ocupação, com alto padrão de construção, uso somente residencial. Do lado oposto a esse condomínio, localiza-se o loteamento Capote, em processo de ocupação, com ruas sem calçamento, sem calcada, bom padrão de ocupação, uso residencial. Também nessa região localiza-se conjunto habitacional já implantado.

Ao longo do eixo formado pelas ruas Joaquim Ramalho e Herculano Veloso, paralelo ao rio das Mortes, localiza-se a região conhecida como Cuiabá de Baixo, com ocupação de densidade média, padrão médio/baixo, com muitas obras, presença de pousadas e algumas grandes propriedades. Aqui se localiza o loteamento Maria Barbosa, nos moldes de um condomínio fechado, de alto padrão construtivo, pouco ocupado, com ruas deterioradas. Essa rua dá acesso ao depósito de lixo da cidade.

Acima das regiões do Canjica e Cuiabá, ao lado do Cascalho, localiza-se o loteamento do Parque das Abelhas, de ocupação mais recente, com arruamento ortogonal, ainda em processo de ocupação. Possui muitos lotes vagos, ruas sem calçamento, calçadas irregulares ou inexistentes. O uso predominante é o residencial,

com bom padrão construtivo, com a presença de pousadas e ateliers. Nessa região localiza-se a nova sede da prefeitura, ginásio poliesportivo, unidade administrativa do departamento de educação. Ao norte do loteamento, contígua ao mesmo, encontra-se significativa área erodida, que parece comprometer inclusive o sistema viário desse loteamento e até mesmo o do Terra dos Cuiabás, ao lado. Essa situação demonstra o risco de se intervir em terrenos propícios à erosão como os do município de Tiradentes sem o necessário rigor quanto à legislação ambiental, assim como a necessidade de se regular a ocupação, o uso e o parcelamento do solo urbano.

Na região da Mococa, em processo de adensamento, predomina o uso residencial, com a presença de alguma atividade comercial, depósito de gás e oficinas de ferro e madeira. O padrão de ocupação é misto, caindo nas ruas que descem para o Cachéu. As construções são feitas no alinhamento dos lotes, sem recuo. No acesso principal, o sistema viário é regular, com calçadas estreitas. Nota-se a presença de torres de rádio e telefonia e da caixa d'água da Copasa.

A região do Alto da Torre possui ocupação densa e consolidada, com acesso asfaltado, trechos com pavimentação em poliédrico, calçadas irregulares ou inexistentes, construções no alinhamento. O uso predominante é o residencial, com presença de pousadas (destaque para o Pouso do Bartolomeu, com heliponto), o Serra Clube – Associação dos Sargentos, algum comércio, marcenaria. Possui padrão construtivo médio. Com relação às atividades econômicas, destaca-se fato verificado em campo, quando um caminhão baú estacionado em frente a uma fábrica de móveis impediu todo o trânsito, demonstrando a inadequação do sistema viário às atividades instaladas. Nota-se também aqui a presença de torres de televisão e rádio.

O eixo da Avenida Governador Israel Pinheiro tem em suas áreas linderas intensa ocupação predominantemente comercial, com alto padrão construtivo, também um eixo de expansão do núcleo central com estabelecimentos de maior porte. É uma via asfaltada, de caixa larga, com ajardinamento lateral. Destacam-se empreendimentos como Libertas, Pequena Tiradentes, condomínio Parque dos Bandeirantes. Este último também é de alto padrão, ainda em processo de ocupação, uso residencial, mas com a presença de pousadas como a Trem do Imperador. Com acesso pela avenida, localiza-se a região do Pau d'Óleo, com ocupação de padrão médio/baixo, arruamento irregular, sem pavimentação, sem calçadas. No Pau d'Óleo

ocorreu deslizamento de terra decorrente de movimentação de terreno acima dele, prejudicando residência de moradora. Mais uma demonstração da necessidade de se observar com rigor a legislação ambiental e de se regular o parcelamento e o uso do solo urbano.

4.2.3 Áreas urbanas de Cesar de Pina e Aguas Santas

As ocupações de Aguas Santas e Cesar de Pina apresentam uso predominantemente residencial, em geral com padrão mais elevado em Águas Santas. Excetua-se dessas características a presença da indústria de fundição Melt Metais e Ligas S.A., em Cesar de Pina. O processo de ocupação ocorre por meio de parcelamentos irregulares, em sua maior parte. Percebem-se tendências de adensamento em Cesar de Pina e Águas Santas.

Entre Águas Santas e Cesar de Pina, localiza-se a antiga estação ferroviária de Cesar de Pina, em precário estado de conservação e objeto de projeto de recuperação e revitalização.

4.2.4 Distritos de Elvas e Caixa D'Água da Esperança

Os núcleos dos distritos de Elvas e Caixa D'Água da Esperança (este às margens do rio das Mortes) não apresentam conformações urbanas consolidadas, sendo dispersa a sua ocupação, com características rurais. No distrito de Elvas, destaca-se a igreja do Padre Gaspar, importante referência histórico-cultural da região. Ainda no distrito de Elvas, encontra-se a ocupação do Banquinho, de uso predominantemente residencial e processo irregular de expansão. No distrito de Caixa D'Água da Esperança, a referência é a antiga caixa d'água que atendia ao transporte ferroviário, hoje inexistente e que acabou por dar nome à região. A atividade turística está mais presente em Caixa D'Água da Esperança, com a presença de restaurantes e pousadas (mais próximas da sede municipal), sendo inexistente em Elvas, a despeito da paisagem e da significância da igreja do Padre Gaspar. Nas áreas rurais, predominam atividades agropecuárias de pequeno porte.

Percebem-se vetores de expansão urbana no Elvas (em especial no Banquinho) e no acesso à Caixa D'Água da Esperança, inclusive com sítios de recreio.

Todas essas ocupações contam com equipamentos sociais como escola, posto de saúde, igreja, espaço para esportes e alguma atividade comercial de atendimento estritamente local. Caixa D'Água da Esperança conta ainda com um centro comunitário.

4.2.5 Percepção da comunidade quanto aos processos de ocupação e uso do solo

Os resultados das oficinas confirmam as situações verificadas nos estudos e trabalhos de campo, demonstrando a consciência da população com relação à realidade municipal.

Com relação à distribuição de usos, predominou como ponto positivo a diversificação de usos e a distribuição de atividade como oficinas de madeira e ferro, restaurantes, pousadas, atividades comerciais, artesanato, fator que induz o percurso turístico por toda a cidade, resultando em dinamismo para toda ela.

Foi reconhecido o valor dos eventos realizados, que trazem contribuição para o desenvolvimento em geral do município, envolvendo inclusive a área rural, por gerar trabalho e consumo de seus produtos.

Foram apontados como vetores de adensamento e expansão as regiões do Cuiabá de Cima, Mococa e Alto da Torre.

Com relação aos condomínios fechados, frequentes no município, as opiniões divergem. Tanto foram considerados como uma forma de expansão que atende às expectativas atuais da população, como foram considerados totalmente inadequados ao ambiente de uma cidade histórica e turística como Tiradentes, induzidos por uma ideologia fundamentada na segurança versus a criminalidade urbana, discussão em curso nas cidades maiores e que não teria sustentação em Tiradentes, por não apresentar situações críticas nesse aspecto. Além disso, a restrição de acesso pode resultar em baixa interação urbana, isolamento e segregação.

Em contraponto, foram destacados como pontos negativos:

- loteamentos irregulares;

- construções irregulares;
- invasões;
- a situação irregular quanto a registros de imóveis;
- o desrespeito ao espaço público;
- a carência em espaços públicos para convívio, lazer e recreação, nas diversas faixas etárias;
- a falta de sinalização viária e turísticas e a falta de mobiliário urbano, inclusive lixeiras;
- a não atuação da prefeitura quanto à legislação urbanística;
- a fiscalização inadequada;
- cadastros e arrecadação defasados quanto a IPTU e ISS (impostos municipais);
- potenciais conflitos de uso entre as atividades econômicas distribuídas pela cidade e o uso residencial – poluição sonora e atmosférica, congestionamentos no trânsito;
- poluição atmosférica provocada pela indústria Melt Metais e Ligas S.A., em Cesar de Pina;
- lotes vagos mal cuidados e com lixo;
- contaminação do ribeiro Santo Antonio;
- existência de poços artesianos irregulares;
- falta de infraestrutura quanto a saneamento básico, em especial quanto a esgotamento sanitário, limpeza urbana (residencial, comercial, especiais) e destino final do lixo;
- existência de processos erosivos e comprometimento de drenagem natural, como o que está ocorrendo entre o Parque das Abelhas e o Terra dos Cuiabás, decorrente de movimentos de terra e retirada de cobertura vegetal em terrenos propensos à erosão;
- o comprometimento da fruição da cidade por parte dos moradores por ocasião da realização dos eventos, que, de modo geral, ocupam a área central/núcleo histórico;

Com relação à atuação do IPHAN, como resultado das oficinas, pode ser apontado como uma unanimidade a importância da presença e do papel do IPHAN

na proteção do patrimônio tombado e da qualidade da ambiência urbana, sendo destacados como pontos positivos os monumentos, o casario e a Serra de São José.

No entanto, foi ressaltada a necessidade de maior clareza, especificidade e objetividade quanto às normas estabelecidas e mais agilidade no processo de aprovação de projetos, o que poderia inclusive resultar em custos mais acessíveis para os mesmos e incentivo à aplicação e ao respeito às normas.

Dentre as propostas, destacaram-se:

- com relação aos conflitos resultantes do convívio de usos diferenciados (como residencial x econômico x preservação cultural a ambiental), foi sugerida uma atuação em dois momentos – um primeiro, com foco na mitigação desses conflitos por meio de medidas de controle dos usos econômicos e proteção dos usos residenciais; e um segundo que incentive a instalação de usos conflitantes com o uso residencial em áreas específicas, estudando uma melhor distribuição, sempre respeitando características, limites e potencialidades gerais.
- implantação de um amplo programa de regularização fundiária, não apenas para ocupações de renda mais baixa, que se classifiquem como de interesse social, mas que atinja todos os loteamentos irregulares do município, de forma a dotá-los da infraestrutura necessária, recupere áreas verdes e espaços públicos de lazer e para equipamentos sociais e possibilite os registros dos imóveis.
- fiscalização efetiva e obediência às leis.
- transparência quanto aos recursos públicos.
- maior presença do conselho no cotidiano da cidade.
- uso de instrumentos do Estatuto da Cidade para estímulo ao aproveitamento dos lotes vagos.
- medida de suspensão de novos loteamentos até que o plano diretor defina diretrizes para tanto.
- revisão e implementação da lei de eventos para efetivo controle e regulação das condições de realização dos mesmos.

- articulação entre a legislação municipal e as normas do IPHAN, de modo que as intervenções na cidade de deem de maneira uniforme, com a abrangência de toda a área urbana e não apenas no conjunto tombado, com critérios adequados a cada porção do território, inclusive para as áreas de expansão urbana.
- especificamente no distrito de Caixa d'Água da Esperança, proposta de tombamento da antiga caixa d'água para proteção como referência simbólica da região e proposta de manutenção do núcleo como área rural.

4.3 Mobilidade e acessibilidade

O Caderno Técnico 9 publicado pelo IPHAN aborda a mobilidade e acessibilidade em centros históricos. Dele, foram adotados os conceitos aqui utilizados, tanto quanto a mobilidade como quanto a acessibilidade:

Mobilidade urbana fica aqui entendida como elemento constituinte do tecido urbano, indissociado dos demais, que congrega o movimento de pessoas e bens na cidade. Esse movimento é derivado da estrutura física e socioeconômica da cidade e tem como motivação os desejos e necessidades individuais, ou de grupos, de usufruto do espaço coletivo. É um instrumento de planejamento urbano que engloba sistema viário, meios de transportes e trânsito; muito mais que um indicador de capacidades individuais de desempenhar viagens, muito mais que um dado numérico (SILVA, 2009:76).

Acessibilidade é entendida como a “facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a tese autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor” (inciso III do art. 4º da Lei nº 12.587/12). Ou seja, é a possibilidade de se alcançar com autonomia e segurança os destinos desejados na cidade, ir e vir sem obstáculos, em condição segura, nos espaços urbanos. É a condição de alcance para utilização de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Do ponto de vista social, a acessibilidade também pode ser considerada uma prática que abrange todos os aspectos da vida em sociedade (moradia, saúde, trabalho, educação,

cultura, lazer), se constitui no direito ao acesso a bens e serviços para que se tenha qualidade de vida (SOARES, 2003:11).

Buscando identificar com clareza os problemas relacionados à mobilidade e acessibilidade nos centros históricos, são destacados os seguintes pontos (IPHAN, 2014), vários deles indicativos de questões identificadas em Tiradentes e apontadas nas oficinas participativas:

- Conflito entre a circulação viária, com veículos pesados, e a estrutura urbana existente (ruas estreitas e calçamento irregular em pedra);
- Frequentes congestionamentos de veículos;
- Exíguos espaços para pedestres (calçadas estreitas) ou com desníveis;
- Presença de obstáculos sobre as calçadas (postes, lixeiras, vegetação), ou escadas para acesso às edificações;
- Revestimento de calçadas incompatíveis com as raízes de árvores, que afloram e provocam rachaduras;
- Uso de espaços públicos como estacionamentos;
- Impacto do tráfego de veículos nas edificações antigas (fissuras, e rachaduras em revestimentos, deslocamentos de telhas e até comprometimento estrutural);
- Deficiência de transporte coletivo e não atendimento a pessoas com deficiência de locomoção; poluição ambiental (sonora, visual e atmosférica);
- Sinalização e mobiliários urbanos insuficientes, inexistentes ou mal instalados;
- Ausência de sinalização podotátil, para pessoas com deficiência visual;
- Iluminação precária;
- Ausência de política de estacionamentos adequada; e
- Ausência de infraestrutura cicloviária.

Para a atuação no sentido de mitigar esses problemas, a Carta de Washington, de 1986, integrante das Cartas Patrimoniais – “bases teóricas referentes

à atuação de profissionais e instituições da área de conservação e preservação do patrimônio” – sugere (IPHAN, 2014):

- A circulação de veículos no interior das cidades ou dos bairros históricos deve ser rigorosamente regulamentada;
- As zonas de estacionamento deverão ser dispostas de modo a não degradar o seu aspecto nem o ambiente envolvente;
- As grandes redes viárias previstas no quadro do ordenamento do território não devem penetrar nas cidades históricas, mas apenas facilitar o tráfego na aproximação dessas cidades e permitir-lhes um acesso fácil (Cartas Patrimoniais, 2004:284).

Quanto à articulação entre a gestão do uso e ocupação do solo e a mobilidade e acessibilidade, o documento do IPHAN coloca como principais desafios (IPHAN, 2014):

- Consolidar, regularizar e dinamizar a ocupação dos centros, promovendo maior aproveitamento da infraestrutura existente e maior grau de proximidade entre as pessoas;
- Controlar a implantação de novos empreendimentos públicos e privados, de modo que os impactos sobre o meio ambiente, o trânsito e o transporte sejam minimizados;
- Garantir o uso do espaço público, priorizando o pedestre e solucionando os conflitos entre a circulação a pé e o trânsito de veículos;
- Garantir qualidade na orientação, sinalização e no tratamento urbanístico de áreas públicas;
- Priorizar os investimentos para implantar obras e adequações viárias para os modos coletivos e não motorizados de transporte.

Especificamente com relação ao município de Tiradentes, em termos da articulação municipal e regional, destacam-se as rodovias BR-383 e BR-265, a primeira que dá acesso a São João del Rey e a segunda, a Barbacena. Internamente, articulam o território municipal, a partir do núcleo central, as saídas para Santa Cruz de Minas e Prados/Bichinho, a Avenida Governador Israel Pinheiro, que dá acesso à

rodovia BR-265, as estradas de acesso aos núcleos dos distritos de Caixa D'Água da Esperança e de Elvas e a estrada de acesso ao Elvas a partir da Caixa D'Água da Esperança.

Internamente à sede municipal, o arruamento se caracteriza por vias de largura variável e traçado não ortogonal, na sua maioria, característica do núcleo setecentista e resultante da espontaneidade dos assentamentos. Esse tipo de arruamento não favorece a formação de corredores preferenciais de deslocamento, mas mesmo não tendo dimensões e características físicas adequadas, algumas vias desempenham o papel de canalizadoras dos fluxos de tráfego. Outro ponto a ser considerado é que, por ser o arruamento parte intrínseca do conjunto tombado, não é possível abrir novas ruas no núcleo central e suas imediações. Outro fator que limita a abertura de vias é a presença da Serra de São José, nos limites da área urbana ocupada, área de preservação permanente onde não é permitida a ocupação. Assim, um sistema de circulação que ofereça condições de mobilidade e acessibilidade ao município deverá necessariamente se sobrepor ao arruamento existente e buscar alternativas nas áreas periféricas ainda desocupadas e que não comprometem o patrimônio tombado.

A dinâmica dos processos de ocupação e uso do solo indica que algumas vias têm o papel de canalizar o fluxo principal de tráfego (vias arteriais) e algumas outras, o papel de canalizar o fluxo secundário de tráfego, articulando as vias de tráfego local ao fluxo principal (vias coletoras).

Atualmente, têm o papel de vias arteriais:

- as componentes do eixo viário estruturador da sede municipal, compreendendo as vias avenida Governador Israel Pinheiro, rua Antonio Teixeira de Carvalho, rua (ou largo) Fogo Simbólico, rua (ou largo) Henrique Diniz/rua dos Inconfidentes, rua Gabriel Passos, rua Frederico Ozanan, rua Padre Livramento/saída para Santa Cruz de Minas, que concentram os fluxos de deslocamentos;
- trecho da rua Francisca Pereira Morais e rua Professor Pinto, na saída para Bichinho/Prados;
- estrada para Caixa d'Água da Esperança (rua Teixeira Carvalho);

- estrada municipal de ligação entre Caixa D'Água da Esperança e Elvas.

E têm o papel de vias coletoras:

- na região central, Santíssima Trindade e Mococa, as ruas João Batista Ramalho, Santíssima Trindade, Frei Veloso, da Câmara, Direita, Resende Costa e acesso principal da Mococa;
- na região do Cascalho e Canjica, o eixo composto pelas vias ou trechos das vias rua do Chafariz, rua Custodio Gomes/rua Francisco Cândido Barbosa, rua Antonio Coimbra Ferreira, rua Bias Fortes, rua Belica, rua João Andrade Gomes (com alternativa da rua Joaquim Elízario Dias), rua Francisco Pereira Moraes, rua Alberto Paolucci, rua Silvio Vasconcelos;
- na região do Cuiabá de Baixo, as ruas Joaquim Ramalho e Herculano Veloso;
- na região de Várzea de Baixo, as ruas Ovídio de Abreu, José Afonso Zenolia, Maria de Freitas;
- na região do Alto da Torre e Pau d'Óleo, a rua Herculano José dos Santos, o acesso principal do Alto da Torre com continuidade pela ligação com as instalações para reciclagem do lixo urbano e conectando-se com a rua Pau d'Óleo.

Ressalta-se que a nomenclatura das vias foi retirada principalmente da base cartográfica elaborada pela Copasa (2010), não tendo sido verificada a sua correspondência com a nomenclatura atual.

Os trabalhos de campo e os registros das oficinas indicam que a sede municipal já apresenta problemas quanto a mobilidade e acessibilidade como os colocados pelo documento do IPHAN.

O processo de expansão urbana se deu sem a preocupação com a articulação entre as diversas regiões, irradiando-se a partir do núcleo central, tornando essa região (basicamente núcleo histórico) uma região de tráfego de passagem, inclusive do tráfego mais pesado de ônibus e caminhões de maior porte. A rodoviária se localiza nessa região, sendo valorizada pela população local pela sua posição

estratégica para os deslocamentos cotidianos. Por ocasião dos eventos turísticos e culturais e nos períodos de turismo mais intenso, a mobilidade e acessibilidade ficam reduzidas, em decorrência da ocupação da área central/núcleo histórico pela população flutuante, veículos particulares e de turismo e instalações físicas dos eventos, concentrados nessa região. O acesso à rodoviária fica restringido, afetando os deslocamentos cotidianos.

Dessa forma, torna-se ponto nevrágico para planejar um crescimento sustentável da sede municipal a identificação de um sistema de circulação que possa associar de maneira adequada os deslocamentos cotidianos e a movimentação decorrente das atividades de turismo e cultura, conjugando a qualidade de vida da população local, a proteção do patrimônio tombado e o dinamismo econômico da atividade turística.

Nesse sentido, alguns pontos emergem alinhados às orientações conceituais:

- a identificação de uma alternativa para deslocar o tráfego de passagem da área central/núcleo histórico;
- a identificação de alternativas de circulação para a população local por meio de um sistema que articule o eixo estruturador da sede municipal a um conjunto de vias arteriais (fluxo principal de tráfego) e vias coletoras (fluxo secundário de tráfego);
- a identificação de espaços para estacionamento de veículos relacionados ao movimento turístico;
- a identificação de locais adequados para abrigar os eventos turísticos e culturais, considerando o porte desses eventos.

4.3.1 Percepção da comunidade quanto a mobilidade e acessibilidade

Como colocado no caso da ocupação e uso do solo, os resultados das oficinas confirmam as situações verificadas nos estudos e trabalhos de campo, demonstrando a consciência da população com relação à realidade municipal.

A maior parte dos registros refere-se a pontos negativos, correspondentes a:

- Calçamento do núcleo histórico em estado precário de manutenção, comprometido pelo impacto do tráfego pesado de ônibus e caminhões no núcleo histórico, que danifica também o conjunto tombado.
- A realização de eventos na área central paralisa a cidade quanto aos seus deslocamentos cotidianos, impedindo a circulação dos ônibus intermunicipais que atendem Tiradentes e o acesso à rodoviária.
- A cidade não possui áreas de estacionamento para veículos de turistas e ônibus de turismo com capacidade para atender aos eventos realizados e épocas de turismo intenso de forma a não comprometer o seu cotidiano e proteger o conjunto tombado.
- A área central concentra todo o tráfego de passagem, dificultando a articulação da cidade e as questões relacionadas à mobilidade e acessibilidade.
- A desarticulação entre as regiões da Mococa/Pacu e Várzea de Baixo, na sede municipal.
- A desarticulação entre a sede municipal e as ocupações de Águas Santas e Cesar de Pina.
- A ausência de transporte coletivo intraurbano e intramunicipal (atendendo a área rural), controlado e regulamentado pela administração municipal, o que prejudica a mobilidade e a acessibilidade de modo geral em todo o território municipal.
- Calçadas precárias, irregulares e sem acessibilidade.
- Sistema viário das áreas urbanas demandando manutenção, calçamento e drenagem.
- A falta de sinalização viária.
- A falta definição de hierarquia viária.

Dentre as propostas, destacaram-se:

- Desenvolvimento e implantação de um plano de mobilidade para a sede municipal e todo o território municipal, incluindo sinalização, transporte público, turismo, circulação no centro histórico, carga e

descarga, regulamentação de áreas de estacionamento, dentre outros.

- Definição de hierarquia viária e formas de articulação entre as regiões da Mococa/Pacu e Várzea de Baixo.
- Definição de alça de contorno que desvie o trânsito do núcleo histórico.
- Restrição do tráfego pesado no núcleo histórico (carga e descarga, ônibus, movimento turístico).
- Buscar alternativas para áreas de estacionamento para o movimento do turismo.
- Buscar formas alternativas de deslocamento na sede municipal– micro-ônibus, veículos elétricos, ampliação dos roteiros das charretes, ciclovias, regularização de calçadas para incentivo às caminhadas, dentre outros.
- Manutenção permanente das estradas rurais.
- Campanhas para educação no trânsito e ambiental.

4.4 Planos anteriores

4.4.1 Circuito do Ouro – Campo das Vertentes: Plano de Organização Espacial e Preservação do Centro Histórico de Tiradentes

Recuperando o capítulo da evolução histórica, a importância do acervo histórico-cultural de Tiradentes e as mudanças na dinâmica e na fisionomia da cidade sinalizadas a partir de 1970, com a atuação de atores da sociedade civil, repercutiram na esfera pública, tendo como resultado a elaboração, pela Fundação João Pinheiro, de uma série de estudos, já descritos, os quais já reconheciam tanto o potencial turístico-cultural como a precariedade do tecido urbano e da capacidade institucional da administração municipal, para o enfrentamento das transformações em curso.

É importante pontuar aqui alguns trechos do capítulo da evolução histórica que tratam desses estudos e do plano que os seguiu (em 1980), os quais delineiam os fundamentos e a conformação atual da cidade, assim como se relacionam com os processos percebidos nos estudos e trabalhos de campo dos

diversos temas integrantes do plano diretor, os quais integram o presente perfil municipal.

Os estudos elaborados em 1980 pela FJP apontavam “tendências que ao longo do tempo se confirmariam. O afastamento da população em direção à periferia, o surgimento de novos bairros e a existência de um número significativo de residências no centro histórico que se encontravam abandonadas, deterioradas ou subutilizadas (30%) já era indicativo, naquele momento, do esvaziamento do centro em sua dinâmica local e de sua gradativa transformação em paisagem urbana em exposição permanente para turistas e em um centro cada vez mais voltado para o atendimento externo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980)”.

Por sua vez, o plano que seguiu esses estudos, conforme exposto no capítulo da evolução histórica, “Pautava-se pelos seguintes valores: manutenção do ambiente urbano como reforço da coesão social e fortalecimento da vida comunitária; adaptação gradativa do centro histórico às novas demandas e usos, evitando tanto a sua descaracterização como a conversão dos bens protegidos em simples galerias decorativas de um museu urbano, abertas às classes mais privilegiadas da população, que passarão a adquiri-las para seu acervo particular (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980); adequação da função turismo às diretrizes de uso e ocupação do solo urbano; qualificação do ambiente urbano sustentado pelos bens culturais que são preservados na relação com a tradição e na continuidade dos laços de sociabilidade”.

Não houve implementação do plano proposto e a autora do capítulo da evolução histórica registra as consequências percebidas hoje: “o avanço das atividades turísticas e o enobrecimento do centro histórico”, a especulação imobiliária, a “migração dos antigos proprietários e residentes para fora do núcleo histórico”, o adensamento das áreas de expansão mais antigas e o surgimento de novos bairros, sem a infraestrutura urbana necessária, a acentuação da segregação territorial e da desigualdade social. Situação essa constatada pelos estudos e trabalhos de campo elaborados para compor o presente diagnóstico.

Com relação à ocupação do solo, o plano identifica como tipologia predominante as construções horizontais alinhadas às testadas dos lotes, sem padrão de afastamento lateral, as calçadas estreitas, o arruamento irregular seguindo as linhas naturais de percurso, definidas pela topografia do terreno, quadras irregulares.

Com relação ao uso do solo, é identificado que atividades de comércio e serviços e institucionais, voltadas para o turismo, ocupam edificações antes destinadas ao uso residencial, apontando para a gradativa transformação da paisagem urbana em cenário turístico, afastando a população original para as áreas periféricas de expansão. Segundo o documento, esse movimento tem relação com o próprio valor do acervo histórico-cultural e seu tombamento, valorizado e atraindo investidores de fora, com maior poder aquisitivo que a população local, com dificuldades em manter a propriedade. O processo de expansão urbana é descrito como aqui já apresentado.

O plano propõe um perímetro da área de preservação, que corresponde basicamente à região abrangida pelo núcleo histórico, Santíssima Trindade, Largo das Forras, Largo das Mercês, igreja de São Francisco de Paula, Mãe d'Água e Chafariz. Destaca a importância da preservação da malha urbana, própria do urbanismo colonial e sua significação, parte intrínseca do conjunto tombado – arquitetônico e urbanístico. Nesse sentido, é citado o eixo que liga o Chafariz de São José à matriz de Santo Antônio: “no alto a vida religiosa, em baixo a vida material e no centro a moradia e a instituição (fórum)”. Esse perímetro posteriormente é ampliado pelos estudos do IPHAN.

O plano indica também a tendência ao pastiche e risco de desfiguração do conjunto por ocupações indiscriminadas, muitas vezes decorrentes de aforamentos indevidos. Destaca, nesse processo, a rua Gabriel Passos e a Praça Berço da Liberdade (Largo das Forras).

Como diretrizes de organização espacial, estabelece restrição ao parcelamento do solo no perímetro da área de preservação, com manutenção do traçado original, permitindo em alguns casos o desmembramento, para continuidade da ocupação da área. Nesse perímetro, permite usos residenciais, de comércio e serviços, mistos e institucionais. Apenas são permitidas obras de restauração, reconstrução e reforma interna. Para o entorno desse perímetro, é permitida maior flexibilidade, para criar uma área de transição entre o núcleo histórico e as áreas de expansão.

Além da área de preservação, o zoneamento proposto estabelece zonas residenciais (ZR), onde são permitidos usos mistos, com lotes de 300m² (trezentos metros quadrados), com testadas de 10m (dez metros), ocupação máxima

de 50% (cinquenta por cento), sem recuo frontal ou com recuo de 3m (três metros). Integram essas zonas áreas *non aedificandi* que correspondem ao largo da igreja de São Francisco de Paula e à encosta a montante do Chafariz de São José.

O zoneamento propõe ainda uma série de setores especiais (SE), destinados à proteção ambiental e cultural. São eles:

- SE-1 – igreja Santo Antônio do Canjica (marco da ocupação inicial nessa área) e a Estação Ferroviária;
- SE-2 – faixas ao longo do rio das Mortes e afluentes e ao longo das rodovias e estradas municipais;
- SE-3 – áreas inundáveis nas várzeas do rio das Mortes;
- SE-4 – terrenos em processo de erosão, chamando a atenção para o fato de que esse setor corresponde ao local onde hoje está implantado o bairro Mococa e a áreas limítrofes do Parque das Abelhas e do Terra dos Cuiabás;
- SE-5 – Serra de São José.

Completa o zoneamento proposto as zonas de expansão urbana, que correspondem hoje às áreas onde estão implantados o loteamento Cachéu, expansão do Cascalho, Parque das Abelhas, Cuiabá, loteamento Maria Barbosa, Alto da Torre, eixo ao longo da avenida Governador Israel Pinheiro. O perímetro urbano proposto pelo plano, que abarca as áreas urbanas e de expansão urbana, parece excluir hoje os empreendimentos Pousada Pequena Tiradentes e loteamento Parque dos Bandeirantes. É bem amplo no sentido de Santa Cruz de Minas (região da Candonga), parecendo induzir vetores de expansão urbana nesse sentido. Vale ressaltar que Santa Cruz de Minas era distrito de Tiradentes à época, mas não foi contemplado pelo plano. O plano registra que toda a ocupação em Santa Cruz de Minas se deu por meio de aforamentos.

Como foi muito comum o processo de ocupação se dar tanto pelo aforamento (nas áreas urbanas) como pelo arrendamento (nas áreas rurais), pois grande parte das terras do município era de domínio direto do patrimônio municipal, o plano propõe medidas como levantamento e cadastro dos aforamentos e arrendamentos, com e sem edificação, para evitar que esses processos se transformassem em meios de aquisição de imóvel e especulação imobiliária, assim

como para extinguir aqueles em áreas públicas onde há interesse público em investir sob o ponto de vista do desenvolvimento municipal. Essa pode ser a origem do volume de irregularidade presente atualmente no município, preocupação da atual administração municipal, que toma providencia para a atualização do cadastro técnico municipal.

Quanto à mobilidade e acessibilidade, o plano de 1980 já coloca que o caráter irregular do arruamento existente não favorece a formação de corredores preferenciais de deslocamento, mas, mesmo assim, algumas vias – apesar de não terem características físicas adequadas – desempenham esse papel. O plano já identifica como vias arteriais o eixo estruturador da sede municipal, que compreende as vias avenida Governador Israel Pinheiro, rua Antônio Teixeira de Carvalho, rua Fogo Simbólico, rua Henrique Diniz/rua dos Inconfidentes, rua Gabriel Passos, rua Frederico Ozanan, rua Padre Livramento . Um dos principais objetivos propostos por esse plano também mantém-se atual: o de buscar formas de revitalização que alinhem o cotidiano da cidade ao movimento turístico, agindo também em caráter preventivo com relação à proteção do patrimônio tombado, que inclui arruamento, áreas edificadas e vazios urbanos. Nessa linha, indica como eixo alternativo para deslocar o tráfego de passagem do centro histórico uma via que cortaria a área atualmente ocupada pelo loteamento Cachéu, partindo das proximidades do campo dos Aymorés até o alto da Santíssima.

4.4.2 Plano de Mobilidade Urbana de Tiradentes

O Plano de Mobilidade Urbana de Tiradentes foi elaborado pela Tectran – Técnicos em Transportes, em 2012, por demanda do setor responsável pelo Festival Gastronômico. Compõe-se de um relatório com levantamentos de dados, análises e definição de diretrizes e de um Plano Geral de Mobilidade, com resumo do diagnóstico e propostas. Coloca como princípio o atendimento ao IPHAN, quando coloca que “a preservação e a conservação do sítio histórico estão diretamente relacionadas às ações de gerenciamento da mobilidade urbana. Os impactos do tráfego desordenado de veículos podem ser observados nas estruturas arquitetônicas, na qualidade de vida e nas formas de apropriação dos espaços urbanos. Outro agravante é a apropriação dos

espaços públicos como áreas de estacionamento, confinando a fruição da obra arquitetônica e urbanística, patrimônio histórico-culturais nacional” (TECTRAN, 2012).

Coloca também como princípio a orientação do Ministério das Cidades com relação a mobilidade em centros históricos, ao estabelecer que “normalmente, a área de interesse de preservação histórica está envolvida pelo restante da cidade, muitas vezes restrita à sua área central ou qualquer outro segmento da cidade. O planejamento da mobilidade precisa, então, combinar as exigências de preservação destas áreas com o atendimento de todas as necessidades de circulação do conjunto da cidade” (TECTRAN, 2012).

O plano foca a questão da mobilidade e acessibilidade do ponto de vista da movimentação turística, definindo uma área objeto de trabalho vinculada a essa movimentação, não tratando da sede municipal como um todo nem da sua inserção no território municipal. Busca solucionar os conflitos gerados por essa movimentação e seus impactos sobre o patrimônio tombado e o dia-a-dia dos cidadãos, em especial quanto a circulação e estacionamento de veículos relacionados ao turismo. Segundo este plano, seu objetivo é “a abertura de caminhos para que a cidade se enquadre nos moldes de um modelo onde a valorização do patrimônio histórico e a circulação de pessoas não sejam pontos divergentes, mas sim harmoniosos, buscando o desenvolvimento da cidade”. Dentre os pontos observados nos seus levantamentos, cita a precariedade do calçamento das vias do centro histórico, “prejudicando o deslocamento de pedestres e veículos”. Quanto aos estacionamentos, destaca que “Os estacionamentos nas vias não são regulamentados e podem ser observados nos dois sentidos das vias”. E ainda “há algumas áreas disponíveis para estacionamentos. Estas áreas de estacionamento são privadas e normalmente, são lotes vazios transformados. Há também espaços públicos aproveitados como estacionamentos, Largo do Sol, Rua da Câmara e a Rodoviária, cujo espaço é utilizado também por ônibus de turismo”. Quanto ao deslocamento dos pedestres, aponta que “A circulação de pedestres é intensa por toda a cidade. Por se tratar de uma cidade de pequeno porte, o deslocamento a pé é facilitado, entretanto a infraestrutura existente muitas vezes não é adequada a todos os pedestres”. E ainda “O estado atual de conservação das calçadas é precário...”. Aponta que “A sinalização viária é precária e ineficiente, inclusive as turísticas e indicativas” (TECTRAN, 2012).

Com relação ao transporte coletivo, cita que em Tiradentes operam três viasções de transporte coletivo intermunicipal: Presidente, Vale do Ouro e Transur. Não menciona transporte coletivo intramunicipal. Destaca como transportes especiais as charretes que atendem os turistas no Largo das Forras, a jardineira que circula também atendendo aos turistas e ainda a Maria Fumaça, atrativo turístico que liga os municípios de Tiradentes e São João del Rey.

Com relação ao cenário institucional, o plano coloca que “O Planejamento de transportes em Tiradentes, atualmente, é ausente o trânsito é ordenado pela polícia militar e por funcionários da prefeitura. Nos eventos, esta fiscalização é mais presente, gerenciando a sinalização, os fluxos, as irregularidades. O projeto de viabilidade da criação de uma Secretaria de Transportes está em estudo” (TECTRAN, 2012). A Lei Orgânica do município prevê ações nesse sentido, com destaque para os seguintes artigos:

Art. 154. Incumbe ao Município, observada a legislação federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar, e controlar a prestação de serviços públicos ou de utilidade pública relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viários municipal.

Art. 155. Lei municipal disporá sobre a organização, funcionamento e fiscalização dos serviços de transporte coletivo e de táxi, devendo ser fixadas as diretrizes de caracterização precisa e proteção eficaz do interesse público e dos direitos dos usuários.

Art. 156. O poder executivo deverá proceder ao cálculo da remuneração do serviço de transporte de passageiros às empresas operadoras, com base em planilha de custos, contendo metodologia de cálculo, parâmetros e coeficientes técnicos em função das peculiaridades do sistema de transporte municipal.

Art. 157. As vias integrantes dos itinerários das linhas de transporte coletivo de passageiros terão prioridade para pavimentação e conservação.

Art. 174. No centro histórico de preservação máxima, não se permitirá a colocação, em vias públicas, de qualquer mobiliário ou equipamento comunitário que possa descharacterizar a feição colonial original do núcleo.

Art. 177. No centro histórico de preservação máxima, não se permitirá o trânsito pesado constituído por ônibus, caminhão, carreta, cavalo-mecânico ou veículos similares, nos termos da Lei.

Parágrafo Único: O disposto nesse artigo não se aplica à Praça Dom Delfim Ribeiro Guedes, antigo Largo das Mercês.

É interessante registrar aqui o que a Lei Orgânica define como “centro histórico de preservação máxima” e seu entorno:

Art. 150. §3º - Área de preservação máxima, constituída pelo conjunto arquitetônico-urbanístico colonial, tombado pelo órgão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde não se permitirão construções ou reformas que venham descharacterizar a paisagem colonial do conjunto; Área de transição, onde não se permitirão construções ou reformas que sejam incompatíveis com a feição colonial da área de preservação máxima.

As diretrizes propostas pelo plano de mobilidade são as seguintes:

- Criação de mecanismos de incentivo ao deslocamento a pé no centro da cidade (infraestrutura de calçadas, vias);
- Incentivo ao uso de bicicletas – ciclovias turísticas e lazer (Estrada Real e Bichinho);
- Otimização dos deslocamentos em épocas atípicas (eventos/ feriados/ finais de semana) nos eixos estruturadores;
- Estudo de circulação viária, em atendimento ao cotidiano dos moradores e dos turistas, valorizando o turismo na cidade;
- Adaptações de alguns trechos viários para implantação de sentidos duplos;
- Tratamento dos pontos de conflitos existentes no centro histórico;
- Elaborar e implantar Plano de Sinalização Viária;
- Aproveitamento de áreas vazias próximas ao centro histórico para implementação de estacionamentos para os eventos, finais de semana e feriados;
- Elaboração de um Plano Operacional para restrição de circulação de veículos no Centro Histórico;

- Criação de um órgão na prefeitura para gestão e implantação do Plano de Mobilidade e do Plano Operacional de Restrição de Circulação de Veículos no Centro Histórico;
- Parceria entre prefeitura e Polícia Militar para controle da circulação de veículos;
- Efetivação do Plano de Mobilidade, através de um Plano de Ação.

O plano elaborado pela Tectran propõe um sistema de circulação envolvendo o eixo estruturador e um conjunto de arteriais e coletoras, mas se restringe à área definida como objeto de trabalho. Integra esse sistema a mesma proposta de deslocamento do tráfego pesado para uma via alternativa entre o centro histórico e a região da Mococa, margeando o loteamento do Cacheu, como o plano proposto pela FJP, com uma diferença de aproximadamente 30 anos. Cita como vias arteriais e coletoras na área objeto do plano:

- Vias arteriais: aquelas que atravessam a cidade e contornam o centro histórico, como a Avenida Governador Israel Pinheiro, Rua Martim Paolucci, Rua 1, Rua Antônio Gabriel Rosa, Rua Padre Gaspar, Rua Frei Veloso, Rua Ministro Gabriel Passos e Rua dos Inconfidentes;
- Vias coletoras: aquelas de circulação interna ao centro, Rua Direita, Rua da Câmara ou Matriz, Rua Padre Toledo, Ladeira Santíssima Trindade e Rua Santíssima Trindade, Rua José Luiz de Paiva e Rua do Chafariz.

Propõe ainda a restrição de veículos de turistas no Centro Histórico em épocas de eventos, férias e feriados, buscando não impor mudanças significativas para os moradores. Vincula a restrição de veículos de turismo no núcleo histórico à criação de áreas de estacionamento, para as quais faz um cálculo do número de vagas a partir de dados sobre a população flutuante nos períodos de turismo mais intenso. Coloca os terrenos próximos à Estação Ferroviária como alternativa para a instalação de estacionamento para os ônibus de turismo.

As propostas contemplam ainda um plano operacional para o fechamento do Centro Histórico nos períodos de turismo intenso; o planejamento e a sinalização da circulação viária; a alteração do porte dos veículos de transporte

coletivo convencionais para o micro-ônibus, com relocação dos pontos de embarque e desembarque de maneira a não permanecerem situados nas esquinas das interseções; adequação de calçadas e do pavimento das vias no núcleo central, com a criação de faixa de acessibilidade.

Merece destaque a proposta de constituição, no bojo da estrutura da administração municipal, de “uma unidade responsável pela coordenação das atividades de implantação, acompanhamento, monitoração, prestação de contas para a sociedade, análise dos resultados e proposição de ajustes nos processos. Esta unidade pode ser o órgão responsável pela gestão das políticas de mobilidade urbana, com orientação mais técnica, ou outra instância que for mais conveniente (Livro Plano de Mobilidade – Ministério das Cidades). Duas preocupações devem estar presentes quanto a isto: o envolvimento dos vereadores na elaboração do Plano (de Ação para o Plano de Mobilidade) e o envolvimento da população na sua aprovação (do Plano de Ação) pela Câmara Municipal” (TECTRAN, 2012).

4.5 Instrumentos jurídicos existentes

4.5.1 Critérios e Normas de Proteção para o Sítio Histórico de Tiradentes

O processo de substituição do uso no centro histórico de Tiradentes, conforme exposto no capítulo da evolução histórica, aprofundou-se e acelerou-se a partir da segunda metade da década de 1990, com a substituição do uso residencial pelo uso econômico voltado para o turismo, sinalizando o processo em curso de gentrificação do centro histórico. Nesse período têm início os eventos anuais de grande porte.

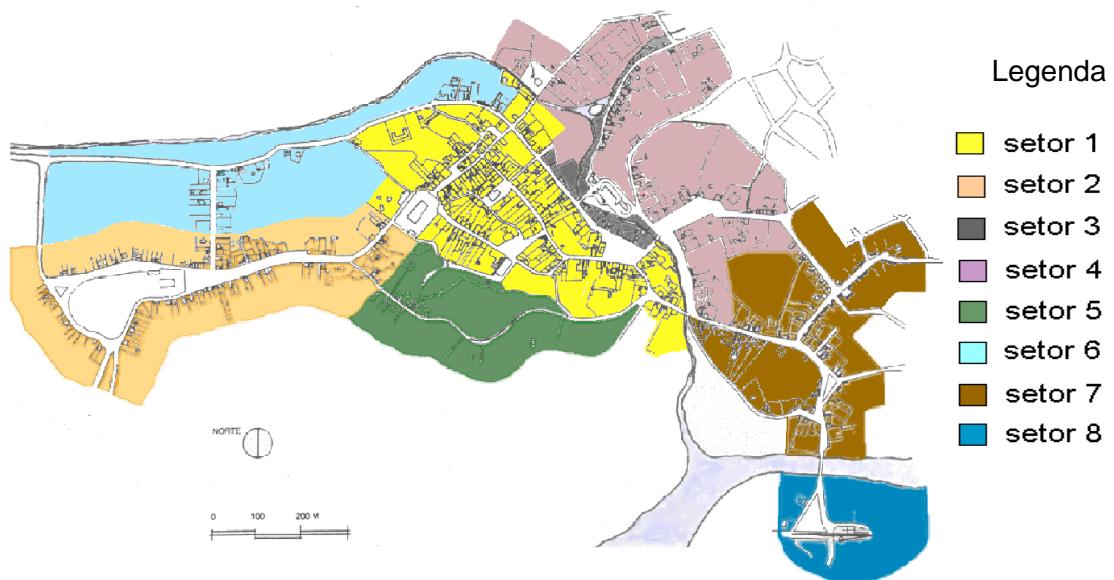
Essa transformação levou à instituição, pelo IPHAN, de uma proposta de critérios e normas de proteção para o sítio histórico de Tiradentes, em 1997, com o objetivo de controlar as intervenções de forma a proteger o patrimônio tombado e estabelecer procedimentos para o relacionamento entre o órgão e a prefeitura, assim como com a sociedade e interessados em investir na cidade. Esse documento teve como subsídio o Inventário Nacional de Bens Imóveis (1988/1990), sendo que as pesquisas para esse inventário já apontavam como demandas principais a solução dos problemas de falta de áreas de lazer, atendimento de saúde, abastecimento de

água e saneamento, limpeza urbana, transporte público, calçamento, e interferências negativas na paisagem.

Segundo esse documento, os critérios e normas consideram os sítios históricos integrados “no permanente processo de evolução e readaptação social das cidades, levando à necessidade de se manter o equilíbrio entre os valores do passado e do presente diante dos objetivos da preservação” (IPHAN, 1997).

São definidos oito setores “caracterizados segundo sua relação com a história de ocupação do território e segundo sua conformação atual, para os quais estão sendo propostos normas e critérios diferenciados” (IPHAN, 1997), com a proibição de “abertura de novas ruas, tendo em vista que o traçado urbano é elemento estruturador fundamental do sítio histórico” (IPHAN, 1997), conforme ilustrado a seguir na figura 1.

Figura 4.1 Setores da sede municipal de Tiradentes/MG para aplicação dos critérios e normas de proteção para o sítio histórico – 1997



Fonte: IPHAN, 1997

O setor 1 corresponde ao núcleo histórico; o setor 2 corresponde à Santíssima Trindade, “eixo mais antigo de entrada e saída do núcleo histórico”; o setor 3 corresponde ao entorno da rodoviária e rua Custódio Gomes, “antiga área de

serviços do núcleo setecentista, à beira do ribeiro Santo Antonio, antes alagadiça e desocupada, que hoje se encontra densa e desordenadamente ocupada”; o setor 4 corresponde ao entorno imediato do centro histórico, “áreas que se constituem em faixas de transição do núcleo urbano com a paisagem natural – Largo do Chafariz, Largo das Mercês, igreja São Francisco de Paula”; o setor 5 corresponde à região da rua Luiz de Paiva, “uma das áreas mais importantes da paisagem natural que envolve a cidade , sendo característica marcante da relação entre o núcleo edificado e seu território”; o setor 6 corresponde à região do Pacu (Rua Frei Veloso), “entre o núcleo setecentista, mais densamente ocupado (setor 1), a cumeada da ladeira da Rua Santíssima. Trindade (setor 2) e a Serra de São José (APA), área de transição entre o núcleo urbano e a paisagem natural com tendência à expansão”; o setor 7 corresponde a “duas áreas: a da Canjiquinha e a do eixo de expansão consolidado em função da implantação da estação ferroviária”, sendo que “a primeira tem como vestígio mais evidente da sua antiga ocupação em função da exploração aurífera, a Capela de Santo Antônio”; e o setor 8 corresponde ao “entorno da Estação Ferroviária – bem tombado individualmente” (IPHAN, 1997).

Destacam-se os seguintes princípios que regem a definição dos setores e dos critérios e normas para cada um deles (IPHAN, 1997):

I. O perímetro definido, para efeito dos critérios e normas determinados no presente instrumento, abrange o núcleo setecentista mais densamente ocupado, sendo referência básica para a preservação, as antigas áreas de serviço desse núcleo, os caminhos de acesso à cidade – entrada e saída, ligação com as áreas de exploração do ouro e demais produções – e ainda, o eixo de expansão da cidade consolidado em função da implantação da estrada de ferro. Além deste perímetro, deverão ser observadas as disposições transitórias incluídas no final das normas.

II. Os princípios que regem as normas definidas dentro desse perímetro são a manutenção da lógica de ocupação e desenvolvimento da cidade – o modo como os lotes se subdividem, a formação das quadras, as relações entre as áreas mais densamente ocupadas e as tradicionalmente menos ocupadas – garantindo, ao mesmo tempo, o predomínio das edificações mais antigas na

paisagem e o que resta do cinturão verde contíguo ao traçado urbano tradicional.

Dessa forma, para cada um dos setores são definidos critérios de parcelamento do solo, inclusive quanto a desmembramentos, e de ocupação do solo (obras novas, gabarito de altura, aberturas, cobertura, volumes como caixa d'água, taxa de ocupação dos terrenos, varandas e garagens, % de área pavimentada nos terrenos, afastamentos frontal e laterais, muros, recuperação de volumes antigos, acréscimos) mais restritivos ou mais flexíveis na medida em se relacionam e/ou interferem com o patrimônio tombado.

É importante registrar aqui também os fundamentos que nortearam o estabelecimento dos critérios e normas de proteção para o sítio histórico de Tiradentes, da mesma data. O documento faz referência ao fato de que

...a imutabilidade prevista das formas urbanas existentes na ocasião do tombamento não se verificou ao longo dos anos, e a atuação do SPHAN⁴⁵ precisou adaptar-se à nova realidade de crescimento urbano...

O tempo que decorreu da motivação original do tombamento, assim como a análise das transformações ali ocorridas e a complexificação da sociedade como um todo ao longo desses anos, resultou na explicitação de um novo conceito de sítio histórico como um objeto urbano, em que o grande desafio é justamente conciliar a história impressa materialmente no território e as potencialidades de transformação presentes. (IPHAN, 1997)

Destacam-se os seguintes pontos, dentre as premissas básicas, com referência à atuação do IPHAN, no seu papel de proteger o patrimônio tombado:

...estabelecer uma relação clara, participativa, não casuística e arbitrária, entre a Instituição e os diversos agentes que atuam e vivem o processo de gestão das cidades.

...atuação coerente, passível de ser assimilada e transformada no decorrer do processo social e cultural de adaptação e reapropriação das cidades.

⁴⁵ Antes Superintendência do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) e hoje Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).

Em permanente adaptação e transformação, a cidade revela-se como patrimônio cultural capaz de alimentar as ações subsequentes da vida urbana, pela preservação e transmissão de valores nele impressos sempre reapropriados no presente.

As intervenções urbanas devem buscar permanentemente a melhoria da qualidade de vida do cidadão local e, para se atingir tal objetivo, é fundamental a compreensão de sua história impressa na paisagem em que habita e a apropriação da mesma como sua memória, "lugar" de identificação, seu mundo diferenciado.

...(as intervenções devem) produzir maior criatividade na geração de alternativas sempre mais ricas de transformação no modo como os homens se organizam espacial e socialmente sobre o território.

...as ações de preservação devem buscar a manutenção dos aspectos principais que hoje caracterizam a fisionomia da cidade e que lhe conferem personalidade. No caso específico de Tiradentes, o núcleo setecentista e sua inserção na paisagem, com especial destaque para a Serra de São José, são características que tornam a cidade um lugar diferenciado, sobre as quais organiza-se a sua economia e nas quais residem suas possibilidades de revitalização, como é o caso, por exemplo, do turismo.

A atribuição de salvaguarda das cidades históricas baseia-se, hoje, na compreensão de que entre os valores a preservar está "a forma urbana definida pelo traçado e parcelamento; as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços livres e plantados"⁴⁶. Neste sentido é dever do IPHAN, no cumprimento do Decreto-lei 25/1937, considerar entre outros, esses aspectos urbanísticos na proteção dos sítios tombados.

Em 2001, a prefeitura municipal de Tiradentes realizou o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Tiradentes, contemplando áreas externas ao núcleo tombado, revelando com esta iniciativa o reconhecimento de que o potencial do município para o turismo ultrapassava os limites do centro histórico, envolvendo também os bens naturais como a Serra de São José.

⁴⁶Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas- Encontro do ICOMOS, Washington, USA, 1986.

4.5.2 Legislação municipal

No que se relaciona à ocupação e uso do solo, o município possui dois instrumentos jurídicos: a lei de uso e ocupação do solo e o código de obras, ambos de 2004. Como já mencionado, não há a observância dessas leis na gestão da ocupação e uso do solo.

Lei de uso e ocupação do solo

A lei de uso e ocupação do solo (lei municipal nº 1.955, de 20 de janeiro de 2004) estabelece a sua abrangência em seus primeiros artigos, incluindo a regulação do parcelamento do solo:

Art. 1º. Esta Lei estabelece as normas e as condições para parcelamento, ocupação e uso do solo Urbano no Município de Tiradentes.

Parágrafo Único. Estão sujeitas às disposições desta Lei:

I – a execução de parcelamentos do solo;

II - as obras de edificações, no que se refere aos parâmetros urbanísticos relacionados com coeficiente de aproveitamento do solo, quotas de terreno por unidade habitacional, taxa de ocupação, gabarito, taxa de permeabilização, afastamentos, altura na divisa, saliências e áreas de estacionamento;

III - a localização de usos e o funcionamento de atividades.

Art. 2º. Aplicam-se ainda ao Município de Tiradentes, nos setores e competências específicas de atuação, as normas das legislações federais e estaduais vigentes relativas ao parcelamento e ocupação do solo, proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, assim como às de preservação ambiental.

Estabelece sete zonas: I – urbana; II – urbana especial; III – expansão urbana; IV – industrial; V – rural; VI – de preservação permanente; e VII – uso especial.

A zona urbana tem descrição perimetral na sede municipal e inclui demais áreas urbanas que possuam:

- I. rua de acesso, pavimentada ou não;
- II. sistema abastecimento de água encanada;
- III. sistema de esgoto sanitário;
- IV. rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

As zonas urbanas especiais se subdividem em:

- I. zona histórica;
- II. zona ambiental;
- III. zona de interferência;
- IV. zona de altitude;
- V. zona residencial.

A zona histórica compreende os oito setores definidos pelo IPHAN.

A zona ambiental “é toda a unidade de conservação ecológica compreendida nos limites do Município de Tiradentes” e inclui a Área de Proteção Ambiental São José - APA São José e detalha em seu art.12, paragrafo único:

Parágrafo Único. A extensão da Área de Proteção Ambiental São José – APA São José, compreendida dentro dos limites do Município de Tiradentes, é subdividida nas seguintes zonas de ocupação:

- I. zona de valorização histórico – cultural;
- II. zona de exploração mineral;
- III. zona de conservação e uso turístico;
- IV. zona urbana;
- V. zona de uso turístico e agropecuário;
- VI. zona de uso agropecuário restrito e turístico;
- VII. zona de vida silvestre;
- VIII. zona de uso especial.

A zona de interferência

“considerada aquela cuja ocupação influí na zona histórica, fica fixada como sendo a faixa de terra compreendida a uma distância de até

100m (cem metros) do em torno da poligonal que define a zona histórica do Município de Tiradentes”.

A zona de altitude é

“o espaço das zonas histórica, de interferência, urbana e rural localizado acima da cota de altitude de 950 (novecentos e cinquenta)”.

A zona de expansão urbana corresponde às áreas livres dentro do perímetro urbano, aptas à ocupação urbana. A zona industrial...

“será demarcada fora da zona urbana do Município de Tiradentes, através de lei específica, de preferência nas áreas lindeiras às vias de ligação regional”. A zona rural é “constituída das terras pertencentes aos limites do território municipal, destinadas à exploração agrícola, pastoril ou extrativa”.

A lei de uso e ocupação do solo estabelece faixas de proteção para rodovias, ferrovia e cursos d’água, como usual, e proíbe a ocupação em encostas com mais de 50% (cinquenta por cento) de declividade.

Com relação ao parcelamento do solo, a lei faz referência sempre às legislações estadual e federal, sem especificar quais e estabelece que

Art. 31. Os projetos de parcelamento e ocupação do solo do Município de Tiradentes, executados em terrenos com área superior a 400.000m² (quatrocentos mil metros quadrados), localizados na zona urbana, têm sua aprovação condicionada a parecer prévio favorável do órgão de licenciamento ambiental do Estado de Minas Gerais e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 32. Os projetos de parcelamento e ocupação do solo do Município de Tiradentes, executados em terrenos com área inferior a 400.000m² (quatrocentos mil metros quadrados), localizados na zona urbana, têm sua aprovação condicionada a parecer prévio favorável do órgão estadual competente e à confecção de relatório de proteção ambiental aprovado pelo CODEMA e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 33. Os projetos de parcelamento e ocupação do solo do Município de Tiradentes, implantados em terrenos localizados nas

regiões de ausência ou deficiência de infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, equipamentos urbanos, equipamentos comunitários, de precariedade ou saturação da articulação viária interna ou externa, deverão apresentar projeto de adequação que assegure a solução das demandas atualizadas e futuras, a ser aprovado pelo Município.

No entanto, abre precedente para instalação de loteamento sem a aprovação da prefeitura, quando coloca, §1º do mesmo artigo, que

§1º. Os projetos de parcelamento e ocupação do solo do Município de Tiradentes, implantados em terrenos localizados nas regiões carentes ou com insuficiência de infraestrutura urbana, deverão manter baixa densidade demográfica, caso não haja a aprovação do Município.

E cita zonas não mencionadas anteriormente, voltadas para habitação de interesse social:

Art. 35. As zonas de reestruturação são as regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe o interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida e integração urbanas, estando sujeitas a critérios especiais para o parcelamento e nova ocupação do solo.

Art. 36. As zonas de integração são as constituídas das regiões desocupadas pertencentes ao Poder Público, nas quais há o interesse público em ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária ou em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social.

A lei de uso e ocupação do solo prevê programas de regularização fundiária, o controle de acesso de veículos ao núcleo histórico, a figura do condomínio fechado, estabelece parâmetros usuais para o parcelamento do solo, para o processo de aprovação, para a caução para garantia da execução das obras. De forma não usual, permite que ao condomínio fechado

...obstaculizar a continuidade das vias, devendo assegurar e assumir a implantação de um sistema viário alternativo viável, dando

continuidade e interligando a malha viária adjacente já existente na zona urbana.

Está implícita, mas não de forma clara, a obrigatoriedade da transferência de áreas públicas, mesmo no condomínio fechado, para uso coletivo do município.

Com relação ao sistema viário, estabelece a hierarquia clássica – vias regionais, arteriais, coletores, locais, ciclovias e de pedestres, acrescentando as vias comerciais, com largura de 18m e afastamento frontal de 15m.

Com relação aos parâmetros urbanísticos, são estabelecidos os seguintes:

- Gabarito de altura para as edificações de até 2 (dois) pavimentos ou altura total de 9m (nove metros) em geral para toda a área urbana, incluindo o telhado, acima da cota altimétrica do alinhamento do terreno, restringindo para 1 (um) pavimento em algumas zonas, como a histórica;
- Taxa de permeabilização mínima entre 10% e 20%, com a ressalva de que “podem ser dispensadas nos casos em que, comprovado por parecer técnico, seja desaconselhável a permeabilização do terreno”;
- Coeficiente de aproveitamento (CA) entre 1.0 (um) – zona histórica, ambiental, de interferência e de altitude – e 1.5 (um e meio) – zona urbana;
- Taxa de ocupação (TO) entre 40 % (quarenta por cento) – zona de altitude; 50% (cinquenta por cento) – zona histórica, ambiental e de interferência; e 60% (sessenta por cento) – zona urbana.

São estabelecidos parâmetros variáveis de afastamentos, fazendo referência à possibilidade de seguir a situação predominante nas zonas histórica, de interferência e ambiental e inclui padrões de afastamento lateral para edificações de até 12m, mesmo com um gabarito máximo de altura das edificações de até 9m.

A exigência de número de vagas mínimo por tipo de uso está regulamentada no código de obras.

Fazem parte integrante da lei os seguintes anexos, não disponíveis juntamente com o texto da lei, este disponibilizado no site da Câmara Municipal, impossibilitando a consulta:

- Anexo I – mapa do zoneamento;
- Anexo II – tabela de características geométricas e classificação das vias;
- Anexo III – tabela de classificação das atividades;
- Anexo IV – tabela das atividades e usos;
- Anexo V – tabela de localização de usos.

Código de obras

Com relação ao código de obras (Lei municipal nº1.956, de 20 de janeiro de 2004), o mesmo estabelece que a sua aplicação deva se dar de forma articulada à lei de uso do solo, com validade para todas as áreas urbanas do município. Exige a apresentação de projeto protocolado na prefeitura municipal para toda obra (reformas e construções novas) e segue o padrão dos códigos de obra em geral quanto às suas diversas seções. Não estabelece critérios e/ou parâmetros que consideram a especificidade de Tiradentes, remetendo ao IPHAN a obrigatoriedade de anuência prévia no caso de restaurações no que chama de “zona histórica”.

Alguns poucos artigos tratam dessa especificidade. Dentre eles, o art. 55 se refere a carga e descarga e intervenções em terrenos propensos à erosão, características dos solos no município e os art. 79, 80 e 81 estabelece a obrigatoriedade de telhados de barro, em uma pretensa ação de manutenção da uniformidade do conjunto urbano.

Art. 55. Na área de preservação do patrimônio histórico, para qualquer tipo de carga ou descarga de material, somente será admitida a utilização de caminhões com capacidade de carga máxima de até 4.000 Kg (quatro mil quilogramas).

§1º. Quando necessária a utilização de caminhão maior por questões de impossibilidade de transporte do material, o Município deverá ser avisado, a fim de não se efetuar a aplicação da penalidade cabível.

§2º. - Caso a obra esteja localizada dentro do centro histórico, fica peremptoriamente proibido o trânsito de caminhões com capacidade de carga máxima maior do que 4.000 Kg (quatro mil quilogramas).

§3º. É proibida a escavação e a retirada de terra localizada às margens da via de acesso ao Município e nos locais onde o estado de erosão seja avançado. O descumprimento desse preceito ensejará a aplicação de multa ao infrator.

Art. 79. As estruturas das coberturas devem ainda observar as seguintes exigências:

- I - serem visitáveis com segurança e facilidade;
- II - serem ventiladas;
- III - serem constituídas de telhas de barro;
- IV- terem estruturas independentes para cada unidade autônoma.

Art. 80. As coberturas devem obedecer a uma inclinação máxima de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art. 81. O projeto dever especificar o uso de calha e os pontos de coleta de água pluvial no solo, referentes ao cimento da água da cobertura.

§1º. É obrigatória a construção de cobertura com telha de barro, para qualquer tipo de edificação, a fim de manter a unidade arquitetônica característica da cidade de Tiradentes. As lajes retas são aceitas desde que por cima exista uma cobertura de telha de barro.

§2º. Os projetos idealizados com laje ou platibanda, implantados em áreas que não agridam o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade, poderão ser aprovados após análise do órgão municipal competente.

Como é comum nos códigos de obras, faz referência às casas populares e estabelece parâmetros para a sua construção:

Art. 110. São consideradas casas populares, para aplicação do disposto neste Código, as edificações residenciais de apenas 1 (um) pavimento, com área construída de até 70m² (setenta metros quadrados), sendo o mínimo construído 35m² (trinta e cinco metros quadrados).

Parágrafo Único. Para a construção de casas populares é dispensada a apresentação dos projetos arquitetônicos e estruturais, desde que obedeçam às considerações deste Código ou ao projeto padrão que poderá ser oferecido pelo Município.

4.6 Recomendações

A compreensão das transformações urbanas dever partir do entendimento de que a cidade é dinâmica e muda muito rapidamente, especialmente quando a valorização imobiliária incide visivelmente sobre a permanência e mudanças de usos, bem como sobre o aproveitamento do solo urbano, estimulando os investimentos em novas edificações e parcelamentos.

Torna-se, então, imperativa a necessidade do planejamento urbano, que deve ser pautado pelos princípios de gestão democrática da cidade, respeito às culturas e valores locais e pela continuidade do processo participativo nas tomadas de decisões, na implementação e fiscalização para o cumprimento das regras a serem acordadas.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito ao planejamento urbano e às políticas de ordenamento territorial, pautados pela participação popular e democratização da gestão urbana. Para tanto, é fundamental a adoção do conceito de função social da propriedade urbana, tal como definido pelo Plano Diretor, instrumento básico de política urbana.

Ressalta-se que a descentralização administrativa ocorrida a partir da Constituição Federal de 1988 reforçou a participação dos municípios no planejamento urbano e na gestão de seu patrimônio, em conjunto com as ações de proteção nas esferas estadual e federal.

Especificamente em Minas Gerais, foi criada a Lei nº 12.040 de 1995, modificada pela atual Lei nº 18.030 de 2009, que instituiu o repasse de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) critério Patrimônio Cultural aos municípios que empreendam ações de preservação de seu patrimônio.

Neste sentido, a política urbana, conforme estabelecida na Constituição Federal de 1988, e regulamentada pela Lei 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto

da Cidade, apresenta novos instrumentos urbanísticos que podem contribuir para a preservação do patrimônio cultural, compatibilizando a proteção com o desenvolvimento urbano.

Uma das maiores contribuições do Estatuto da Cidade para a gestão das cidades foi a exigência de participação popular na construção e implementação das políticas urbanas. São os cidadãos os maiores convededores de seu município, suas demandas, suas qualidades e seus problemas. A legislação urbana tem que partir do reconhecimento destas questões e definir regras cuja finalidade seja proporcionar aos municípios uma vida digna em uma cidade sustentável. Cita-se aqui os incisos I e II do Artigo 2º da lei 10257/2001 (grifos nossos):

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I. **Garantia do direito a cidades sustentáveis**, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II. **Gestão democrática** por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Assim, o Plano Diretor deve estabelecer um ordenamento territorial adequado, tratando de maneira abrangente todo o território municipal, com diretrizes de desenvolvimento urbano e definição de regras para o parcelamento, uso e ocupação do solo, direcionando o crescimento da cidade e o desenvolvimento das atividades econômicas urbanas. Assim, mesmo não se caracterizando especificamente como uma legislação de proteção ao patrimônio, pode contribuir para a sua preservação, resgatando-o para o cotidiano da cidade e de seus cidadãos.

Para isso, deve, sobretudo, buscar a construção de um ambiente urbano voltado para o atendimento aos interesses coletivos, respeitando os significados sociais e culturais da cidade e seus cidadãos e exercendo, dentre outros

aspectos, o controle dos efeitos negativos decorrentes da especulação imobiliária nos centros históricos, fazendo com que todos os imóveis cumpram a sua função social.

A função social da propriedade é o princípio estrutural do ordenamento urbanístico a partir do marco instituído pela Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade, sendo importante estabelecer uma clara separação entre direito de propriedade e direito de construção/ocupação. Segundo Fernandes e Copello (2009), em tradução nossa,

as cidades são o produto de um processo coletivo e a promoção de um regime territorial equilibrado é ao mesmo tempo um direito coletivo e uma obrigação do Estado. O ordenamento urbanístico não se pode determinar exclusivamente pelos direitos individuais e pelos interesses dos proprietários do solo, nem tampouco pelos direitos do Estado unicamente. Dever-se-ia promover a intervenção pública impondo limitações administrativas sobre os direitos de propriedade, responsabilidades legais e requisitos de desenvolvimento (FERNANDES e COPELLO, 2009).

Ainda segundo esses autores, o planejamento urbano e territorial é uma ferramenta poderosa: se pode provocar a segregação socioespacial, ao focar setores privilegiados, pode também criar as condições para cidades mais inclusivas e equitativas, ao se adotar como princípio e fundamento esse novo marco legal, na proposição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas urbanas e territoriais.

No entanto, os autores chamam a atenção para o fato de que, se esses novos princípios e direitos possibilitaram uma ampliação da participação popular em defesa de seus direitos coletivos e interesses sociais, também geraram maior resistência dos setores conservadores. Há que se enfrentar esse debate.

Nesse enfrentamento, merece destaque o Sétimo Fórum Urbano Mundial, ocorrido neste ano de 2014 em Medellin, convocado por UN-Habitat, que propõe, com resultado, a definição de uma agenda de desenvolvimento que inclua a equidade urbana, de forma a assegurar que as cidades sejam transformadas em lugares inclusivos, seguros, prósperos e harmônicos para todos, segundo um modelo de urbanização centrada nas pessoas – “cidades para a vida”.

Alguns pontos podem ser destacados da Declaração do Sétimo Fórum Urbano Mundial, que tem como mote “equidade como fundamento do desenvolvimento urbano sustentável”:

- Incentivar os governos a desenvolver políticas e planos urbanos que associem demandas atuais e futuras, baseados solidamente nos princípios fundamentais de equidade, justiça e direitos humanos;
- Impulsionar a coesão social e romper com as lógicas da segregação social, promovendo a equidade mediante o fortalecimento de todos os segmentos da sociedade;
- Prever recursos e incentivos para os diferentes níveis de governo para sua atuação, com definição de responsabilidades conjuntas;
- Promover a governança local, participativa e inclusiva que empodere todos os cidadãos;
- Reconhecer as contribuições-chave dos distintos níveis de governo, incluindo níveis regionais, sub-regionais e locais;
- Promover o desenvolvimento urbano sustentável, baseado no planejamento urbano que fomente a participação do setor privado e da sociedade civil, contemplando a provisão de habitação, de infraestrutura básica, de equipamentos sociais, a segurança da posse da terra, o acesso a transporte seguro, acessível e sustentável e o acesso a espaços públicos seguros;
- Assegurar o amplo desenvolvimento econômico e social, buscando a redução da pobreza e a geração de trabalho e renda para todos.

4.6.1 Ocupação e uso do solo

Especificamente com relação a esse tema, de forma alinhada às referências apontadas, Jaime Lerner, no prólogo de *Cidades para Pessoas* (GEHL, 2013) diz que

A diversidade é o que traz a riqueza da mistura, do complementar, do diverso. É expressa nas diferentes etnias, nas diferentes idades, nas diferentes rendas, nos diferentes usos, nas diferentes tipologias que

animam o cenário urbano. Conecta-se a dois elementos fundamentais à qualidade de vida urbana: a identidade e a coexistência.

Identidade no que se refere aos vínculos do cidadão com os espaços da cidade e seus elementos de referência – ruas, rios, patrimônio histórico, praças e parques, e coexistência na medida em que se abraça a diversidade. Segundo Gehl (2013), “a vida na cidade e a consideração pelas pessoas no espaço urbano devem ter um papel-chave no planejamento urbano e de áreas edificadas.”, Ainda segundo o autor, “inicialmente nós moldamos a cidade – depois elas nos moldam. Assim, quanto mais humano for o espaço urbano que produzirmos, mais valorizada nossa dimensão humana estará. Uma cidade de pessoas para pessoas” (GEHL, 2013).

Desse autor, pode-se adotar como orientação e pressuposto para o ordenamento territorial quatro características/qualidades fundamentais, que visam (grifos nossos):

- A **cidade viva** – vida urbana variada e complexa, combinando funções públicas, atividades necessárias, atividades sociais e atividades de lazer, com espaço para circulação de pedestres e de veículos, assim como com oportunidades para participação na vida urbana, em rotas lógicas e clara hierarquia dos espaços – o que tem a ver com ritmo dos deslocamentos a permanência de pessoas nos espaços, que podem ser abertos, variados e interativos ou fechados, monótonos e passivos.
- A **cidade segura** – segurança para os deslocamentos a pé e por bicicletas, para crianças, jovens, idosos, pessoas portadoras de deficiências, com definição do grau de interação entre esses fluxos, que podem ter espaços especializados ou podem compartilhar espaços desde que bem sinalizados e com prioridade para pedestres de veículos não motorizados. Segurança nas ruas por meio da diversidade de funções e cuidados com o espaço comum, estímulo ao pertencimento e combate às desigualdades sociais e territoriais e à segregação.
- A **cidade sustentável** – sustentabilidade ambiental, na medida em que a cidade adota controles de emissão de poluentes, é dotada da

infraestrutura urbana adequada e possui um bom sistema de transporte público. Sustentabilidade social na medida em que os vários grupos sociais têm igualmente acesso e direito à cidade e aos benefícios que isso representa, cidade inclusiva e democrática.

- A **cidade saudável** – centralidades que propiciem deslocamentos curtos para a população; infraestrutura física e espaços públicos em diversas dimensões – do parque urbano aos pocket parks, passando pelas praças – para incentivo às caminhadas, pedaladas, brincadeiras e exercícios físicos; tratamento de calçadas, com regularização de piso, de largura, remoção de obstáculos e barreiras, calçamentos adequados; melhorias de cruzamentos e segurança nas travessias, com medidas de acessibilidade; implantação de mobiliário urbano; melhorias na iluminação pública.

O autor define ainda um conjunto de princípios para implementação dessas características.

São princípios de planejamento urbano:

- Distribuir as funções na cidade, de forma a manter menores distâncias entre elas e garantir massa crítica de oportunidades de fruição e presença de pessoas;
- Integrar as funções da cidade – diversidade, segurança e sustentabilidade social;
- Tornar o espaço urbano convidativo para pedestres e bicicletas;
- Abrir “espaços de transição” entre as edificações e a cidade, de forma a integrar a vida no interior das edificações e o espaço público;
- Reforçar os convites para maior permanência nos espaços públicos, de forma a tornar a cidade viva, segura, sustentável e saudável.

Para o planejamento de tráfego, recomenda o princípio da cidade de pedestres, com a transição do tráfego rápido para o tráfego lento, com categorização das vias, protegendo áreas de convívio mesmo nas áreas centrais e as áreas residenciais, respeitando as linhas de desejo preferenciais dos pedestres.

O primeiro plano executado pela Fundação João Pinheiro, conforme exposto no capítulo da evolução histórica, “Pautava-se pelos seguintes valores: manutenção do ambiente urbano como reforço da coesão social e fortalecimento da vida comunitária; adaptação gradativa do centro histórico às novas demandas e usos, evitando tanto a sua descaracterização como a conversão dos bens protegidos em *simples galerias decorativas de um museu urbano, abertas às classes mais privilegiadas da população, que passarão a adquiri-las para seu acervo particular* (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980); adequação da função turismo às diretrizes de uso e ocupação do solo urbano; qualificação do ambiente urbano sustentado pelos bens culturais que são preservados na relação com a tradição e na continuidade dos laços de sociabilidade”. É possível identificar nessas propostas várias dos pontos referenciais aqui destacados.

Em termos de regulação, o marco institucional que tem prevalecido no município são as normas e critérios do IPHAN. De modo geral, as leis existentes no município – lei de uso e ocupação do solo e código de obras – procuram se articular com essas normas e critérios, percebendo-se essa intenção principalmente na lei de uso e ocupação do solo, que incorpora os setores definidos pelo IPHAN. No código de obras essa relação é mais tênue, remetendo ao IPHAN as intervenções nas áreas tombadas. No entanto, como não houve a sua aplicação efetiva, não foi possível proceder aos ajustes necessários para que essa articulação se consolidasse. O município segue sem clareza a respeito dos procedimentos legais e formais quanto ao uso e ocupação do solo, construções, reformas e loteamentos, o que compromete a ambiência urbana e o patrimônio cultural, acentuando deficiências.

Para resgatar valores e trabalhar dentro dos preceitos colocados, as propostas relativas a uso e ocupação do solo deverão estabelecer um zoneamento:

- que faça valer o princípio da função social da propriedade e da cidade, respeitando o disposto na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica do município, assim como a gestão democrática e participativa, com fortalecimento da sociedade nesse processo;

- que contemple a diversidade, com controle de impactos entre possíveis usos conflitantes, articulado à trama viária, buscando a cidade viva, segura, sustentável e saudável;
- que forneça uma estrutura de base para implementação das demais políticas locais como proteção ambiental, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, incremento da cultura e do turismo;
- que contemple a proteção ao patrimônio tombado;
- que incorpore a dinâmica urbana;
- que defina parâmetros urbanísticos – como tamanho de lotes, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, recuos, dentre outros – que orientem a expansão urbana e o adensamento em regiões adequadas, diferenciados em função das regiões da cidade e do município segundo tendências, potencialidades e limitações;
- que contemple o tratamento das situações de irregularidade e evite de forma definitiva a sua continuidade nos novos empreendimentos, sejam eles públicos ou privados;
- que recupere o usufruto dos espaços públicos, propiciando a inclusão e reconstruindo laços de pertencimento, em respeito ao direito de todos à cidade;
- que articule a legislação municipal com as normas e critérios do IPHAN, dando clareza aos procedimentos para aprovação de construções, reformas e loteamentos, sendo a prefeitura o agente responsável e condutor dos processos de aprovação e o IPHAN parte integrante desses processos na sua área de atuação.

Quanto à relação entre IPHAN e administração municipal, as premissas básicas que nortearam a elaboração de critérios e normas de proteção para o sítio histórico de Tiradentes indicam que a atuação do IPHAN se pauta por “estabelecer uma relação clara, participativa, não casuística e arbitrária, entre a Instituição e os diversos agentes que atuam e vivem o processo de gestão das cidades” e busca uma “atuação coerente, passível de ser assimilada e transformada no decorrer do processo social e cultural de adaptação e reapropriação das cidades”, considerando que “As

intervenções urbanas devem buscar permanentemente a melhoria da qualidade de vida do cidadão local” (IPHAN, 1997).

As premissas básicas indicam ainda que “a atuação do SPHAN⁴⁷ precisou adaptar-se à nova realidade de crescimento urbano” e ainda “O tempo que decorreu da motivação original do tombamento, assim como a análise das transformações ali ocorridas e a complexificação da sociedade como um todo ao longo desses anos, resultou na explicitação de um novo conceito de sítio histórico como um objeto urbano, em que o grande desafio é justamente conciliar a história impressa materialmente no território e as potencialidades de transformação presentes” (IPHAN, 1997).

Essas seriam as bases para a discussão compartilhada na busca por soluções que preservem riqueza do acervo histórico-cultural de Tiradentes, resgatando-o para o cotidiano de seus cidadãos e mantendo o seu dinamismo quanto ao desenvolvimento, de forma a torná-lo sustentável e inclusivo.

4.6.2 Mobilidade e acessibilidade

Voltando ao Caderno Técnico 9 (IPHAN, 2014), que inclui um conjunto de textos técnicos sobre o tema, é possível alinhar algumas recomendações para o tratamento da mobilidade e acessibilidade em Tiradentes, recortadas desses textos técnicos e aqui ordenadas segundo a lógica dos assuntos tratados neste perfil municipal, nos temas uso e ocupação do solo e mobilidade e acessibilidade.

- Conjuntos urbanos tombados e centros de cidades em geral são áreas de permanência e assim devem ser tratados, em especial nos projetos de vias, circuitos de trânsito, estacionamentos, ciclovias, linhas e percursos de coletivos;
- É totalmente desaconselhável seccionar essas áreas com vias expressas, de trânsito pesado, indutoras de velocidade;
- É necessário dotar áreas tombadas e centros de cidades de estacionamentos periféricos, que permitam fácil acesso de veículos particulares, interligados com linhas de transportes coletivos. A partir

⁴⁷ Antes Superintendência do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) e hoje Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).

dessas áreas, conectadas com o conjunto da rede urbana das cidades, deve-se estruturar as vias de percurso interno, qualificando a pavimentação de modo a estimular o uso preferencial por pedestres e os percursos compartilhados, ou de baixa velocidade, para os veículos;

- No interior das áreas centrais e dos conjuntos históricos tombados, em especial nas áreas residenciais e comerciais, a prioridade deve ser devolvida aos pedestres, compartilhada com o trânsito de veículos de moradores, táxis e coletivos circulares – sempre em velocidades reduzidas. Dessa forma, se garante a integração do uso e fruição dos espaços especiais das cidades com as necessidades locais de locomoção, que devem ser plenamente atendidas;
- Aspecto fundamental para a eficiência de novos sistemas de mobilidade, que interajam com áreas centrais, é a qualidade de projetos e equipamentos. Os ônibus circulares devem ser pequenos, versáteis, silenciosos, dotados de fácil acesso (escadas rebaixadas). Precisam ser manejados por motoristas treinados, que aprendam a dividir a via pública com os pedestres. É imprescindível que os trajetos circulares sejam dotados de “confiabilidade de fluxo”, ou seja, garantir equipamentos suficientes para percorrer os circuitos em tempos predeterminados, com os horários sendo cumpridos à risca (IPHAN, 2014:101,102).

No que se refere ao planejamento urbano e ao uso e ocupação do solo, é desejável manter uma mistura entre usos, principalmente aqueles ligados a atividades turísticas e residenciais nas áreas de maior valor histórico dos municípios, para que haja uma dinâmica de ocupação mais equilibrada, com reflexos diretos sobre a qualidade de vida dos habitantes. ... Pode-se pensar em estacionamentos para automóveis em áreas mais distantes, integrados com transporte público ou mesmo com serviços de aluguéis de bicicletas ... (IPHAN, 2014:109).

Para compatibilizar vitalidade e uma desejável complexidade urbana com mobilidade sustentável, especialmente naqueles sítios de interesse patrimonial, é preciso integrar as medidas de mobilidade a uma política de usos do solo. A disposição de usos e atividades sobre

o território e especialmente o grau de mescla dos mesmos são aspectos urbanos com maior influência sobre os hábitos de mobilidade da população (IPHAN, 2014:114).

Com vistas a organizar uma determinada rede viária que permita reduzir a intensidade de circulação de veículos, torna-se necessário evitar, em primeiro lugar, o “tráfego de passagem”. Ou seja, aquele que não tem interesse para o âmbito de coexistência em questão e que está normalmente associado a altas velocidades. Isso se consegue controlando os percursos motorizados possíveis e/ou restringindo o acesso de determinados tipos de veículos, permitindo-o somente a moradores e ao transporte público, por exemplo. ... Tanto a dissuasão do “tráfego de passagem” como a restrição de acessos podem e devem garantir a acessibilidade dos veículos de emergência, dos residentes e permitir a carga e descarga do comércio local (IPHAN, 2014:117).

Reorganizar a rede viária para reduzir a intensidade e a velocidade de circulação motorizada em um âmbito dado não implica necessariamente modificar seu traçado e sim explorar todas as possibilidades da mesma pra adequar as distintas redes (para pedestres, ciclistas, transporte público e demais veículos motorizados) (IPHAN, 2014:116).

A ideia é favorecer a coexistência entre motoristas, transporte público, ciclistas e pedestres, por meio da construção de um espaço humano onde o contexto guia o comportamento. No lugar de introduzir placas e dispositivos sobre a via pública para obrigar a determinadas velocidades ou condutas, essa fórmula confia na capacidade de negociação e na responsabilidade das pessoas para estabelecer as prioridades com sentido comum. ... Os espaços compartilhados pretendem implicar a cidadania em uma concepção de desenho mais política e ética e não tanto técnica (IPHAN, 2014:121).

A eficiência das medidas aplicadas de maneira isolada sobre determinado âmbito geográfico pode simplesmente deslocar os problemas de origem, aumentando os conflitos em zonas contíguas (IPHAN, 2014:115).

Contrapondo os pressupostos teóricos e conceituais e as diversas propostas levantadas e associando ambos ao contexto atual diagnosticado, verifica-se que vêm de encontro às necessidades identificadas pelos diversos atores locais e constatadas pelos trabalhos de campo.

Segundo Gehl (2013), a linguagem de uma cidade é composta por seus espaços públicos, suas ruas, seus caminhos, suas praças, seus parques. Esses elementos estão entrelaçados com a sociedade civil, dando à cidade a sua dimensão humana e a oportunidade do encontro, devendo ser estruturados para que se mantenha essa dimensão. As soluções de mobilidade estão incluídas nessa estruturação, buscando a vitalidade, a sustentabilidade e a segurança das áreas urbanas. O convite para o caminhar, para estar nos espaços públicos em substituição ao uso intenso do automóvel pode significar mais dinamismo e maior permanência de atividades nos espaços urbanos – “o planejamento físico pode influenciar imensamente o padrão de uso em regiões e áreas urbanas específicas” (GEHL, 2013).

Dessa forma, permanece como fundamental a retirada do tráfego pesado da área central, apenas com algum deslocamento quanto à diretriz da via, que poderá coincidir com a via limítrofe do loteamento do Cachéu a partir da Mococa e cortar a área desocupada próxima às margens do rio das Mortes, contornando o resort Santíssima, articulando-se com o eixo estruturador da sede municipal em um ponto próximo à ponte sobre o rio das Mortes. Essa via integraria a rede viária como uma via arterial, podendo se conectar à saída para Santa cruz de Minas pela região da Candonga, a partir de estrada municipal existente, o que possibilitaria dotar de acessibilidade toda uma área passível de expansão urbana e já sob essa pressão, como indicam tanto estudos para um próximo empreendimento imobiliário como processos de invasão apontados, ambos nessa região. Outra alternativa que se apresenta como importante para a completar a articulação viária da sede municipal é a implantação de uma via coletora em via entre a região da Santíssima e a Mococa que desce até a saída para Santa Cruz de Minas.

A via arterial aqui proposta seria a principal intervenção quanto a mobilidade e acessibilidade, não apenas deslocando o tráfego pesado do núcleo histórico mas também articulando duas regiões periféricas e precárias quanto a

infraestrutura – a região da Mococa e região da Várzea de Baixo, permitindo ainda o acesso de ambas ao futuro parque urbano a ser implantado próximo ao Cachéu.

De forma complementar a essa intervenção, um sistema de arteriais e coletores seria implantado, segundo as condições já descritas: sobreposto ao sistema viário existente, considerando que as vias não têm as características físicas adequadas, mas desempenham essas funções. Daí, podem ser necessárias intervenções pontuais para adequações, sejam elas na própria via ou quanto a regularização do pavimento, sinalização e/ou definição de binários (uma via dando acesso aos bairros e outra via propiciando a saída), dentre outros.

Dois outros pontos são fundamentais. Um deles é a definição da circulação do tráfego pesado de carga e descarga e dos ônibus de forma a preservar o núcleo histórico dos seus efeitos danosos ao pavimento, ao casario e aos monumentos. O outro é a busca de solução para estacionamentos de ônibus de turismo e veículos de turistas, de forma a preservar o cotidiano da cidade, proteger o conjunto tombado e, simultaneamente, permitir a sua fruição por moradores e turistas de forma sustentável.

Associado a este segundo ponto, um terceiro ponto se destaca, tendo sido foco de discussões nos vários temas do plano diretor: a necessidade de se buscar alternativa para uma praça de eventos, articulando a preservação do cotidiano da cidade e a proteção do patrimônio tombado à realização dos eventos, permitindo que tenham o espaço necessário para a montagem da infraestrutura que demandam, na sua amplitude e diversificação, mantendo o seu dinamismo e contribuindo de forma permanente para o desenvolvimento do município.

5 MEIO AMBIENTE

5.1 Introdução

Este capítulo reúne informações obtidas na mais variadas fontes de consulta, tais como pesquisas bibliográficas, entrevistas técnicas com especialistas e ambientalistas em geral, com autoridades do poder executivo, legislativo e organizações da sociedade civil que atuam nas questões ambientais, além de inúmeros trabalhos de campo para observação *in loco* da interação entre sociedade e natureza no território de Tiradentes. Inclui também as principais questões apontadas no processo de participação da população local na elaboração deste diagnóstico.

O objetivo principal é fornecer um quadro geral da situação ambiental de Tiradentes, tanto no que diz respeito à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, como da degradação, poluição e exploração inadequada desses mesmos recursos.

No intuito de facilitar a compreensão deste panorama preliminar, este o diagnóstico será apresentado segundo os aspectos considerados representativos para consubstanciarem indicadores ambientais, conforme descrito a seguir.

5.2 Aspectos representativos para indicadores ambientais

5.2.1 Paisagem

O município de Tiradentes tem no conjunto formado pela paisagem regional, pela beleza cênica do seu patrimônio histórico urbano e pela ambiência rural suas grandes riquezas atuais, já amplamente reconhecidas e divulgadas, que acabam por atrair turistas de todo o mundo.

A presença marcante da Serra de São José em composição com a sucessão de elevações arredondadas típicas da região dos Campos das Vertentes e com o curso suave e curvilíneo do rio das Mortes em seu discreto vale constituem os condicionantes à instalação do sítio urbano, que expõe suas belezas aos poucos, em infinitos e surpreendentes ângulos e encantando qualquer olhar atento, conforme ilustra a figura 5.1.

Figura 5.1 Foto panorâmica do sítio urbano de Tiradentes/MG com a Serra de São José ao fundo



Fonte: www.arrumandoamala.blogspot.com em 07/05/2014

5.2.2 Unidades de Conservação

A Serra de São José é composta por três ecossistemas distintos: um importante remanescente do bioma Mata Atlântica, declarado, em 1994, Reserva da Biosfera através Programa Homem e Biosfera (MAB, em inglês) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); além de cerrado e campo rupestre.

Está amplamente protegida através das Unidades de Conservação (UC), conforme o – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC):

- APE – Área de Proteção Especial Estadual: Decreto Lei Nº 21.308, de 19/05/1981.
- APA – Área de Proteção Ambiental São José: Decreto Lei Nº 30.934, de 16/02/1990.
- RVES – Refúgio Estadual de Vida Silvestre Libélulas da Serra de São José: Decreto Nº 43.908, de 05/11/2004.
- Mosaico de UCs da Serra de São José: Decreto Nº 44.518, de 16/05/2007.
- Reserva da Biosfera, Fase 4: de 03/10/1994 – Declarada pela UNESCO.

- Está em processo de Tombamento Federal pelo IPHAN, desde 1979.

O Decreto Estadual nº 44.518, de maio de 2007, que reconheceu o mosaico de unidades de conservação da serra, reuniu e integrou as diferentes categorias de áreas protegidas existentes na região. O mosaico da Serra de São José é o primeiro do gênero em Minas Gerais e possibilita uma visão global das áreas permitindo uma conservação mais eficaz. A APA está inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pelo Programa Homem e Biosfera (MAB) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A preservação da Serra de São José é vital para o abastecimento de água da região. A serra foi muito explorada e castigada nos séculos XVIII e XIX, no início da ocupação de Tiradentes (então Arraial de Santo Antônio do Rio das Mortes) e da extração do ouro na região. Quando o mineral se esgotou e a exploração da serra diminuiu a vegetação conseguiu regenerar-se parcialmente. Hoje, no entanto, ainda sofre com as queimadas, os desmatamentos para ampliação de pastagem e a expansão urbana⁴⁸.

As UCs da Serra de São José abrigam rica biodiversidade, destacando a fauna de odonatas – libélulas, cerca de 110 espécies, ou seja, 20% das que ocorrem no Brasil e 50% do estado de Minas Gerais. Cerca de 240 espécies de aves e 9 mamíferos que figuram no Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna de Minas Gerais, editado pela Fundação Biodiversitas, 1998. A flora também é rica, destacando-se as orquidáceas e melastomastáceas.

Além dos aspectos ambientais, a Serra de São José compõe o patrimônio cultural regional, pois abriga diversos vestígios de mineração aurífera do século XVIII, calçamentos que integravam os percursos da Estrada Real, mundéus (barragens para lavagem de cascalho aurífero), cavas, trilhas, a Cruz do Carteiro e outros.

“É local de tradicional uso para o lazer e recreação. É a moldura viva do conjunto arquitetônico de Tiradentes. Paisagem de contemplação” (CRUZ, 2009).

Principais problemas detectados:

⁴⁸ Fonte: Ascom/Sisema 10 e 16/08/2007; em www.meioambiente.mg.gov.br

- Plano de Manejo ainda não concluído;
- degradação na Cava da Trilha da Cruz do Carteiro;
- retirada de plantas (especialmente orquídeas e bromélias);
- não restrição a veículos – principalmente motos – que afugentam e ameaçam a fauna e expõe visitantes a risco;
- avanço de pastagens, com invasão de plantas exóticas e aumento do risco de incêndios;
- eventos esportivos de grandes proporções realizados dentro dos seus limites.

É importante salientar que 90% da área protegida por lei é de proprietários particulares, sendo que a maioria deles é considerada pelo IEF parceira na conservação da APA.

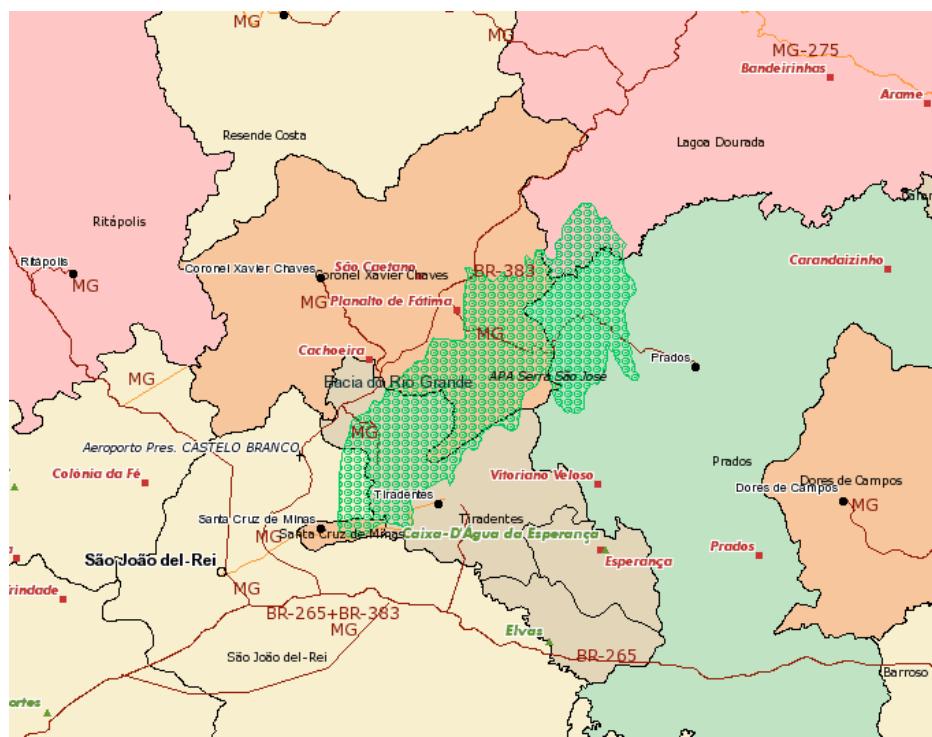
Segundo ambientalistas e a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes faz-se necessário uma fórmula para captar e gerir recursos que se destinem a dotar todas as UCs de infraestrutura, equipamentos, monitoramento, fiscalização, sinalização e orientação aos proprietários e visitantes, para tornar possível sua preservação.

As Unidades de Conservação presentes no município são bastante valorizadas pela população participante das oficinas.

A comunidade acredita que o tombamento federal é, atualmente, o instrumento mais importante para assegurar a preservação da Serra de São José.

A figura 5.2 situa a Área de Proteção Ambiental - APA Serra de São José no contexto dos limites municipais de sua abrangência. A tabela 5.1, por sua vez, descreve em que proporção a APA Serra de São José abrange em cada município. Observa-se que Tiradentes possui a maior área protegida pela APA de seu território – 38%, e ainda abriga a maior proporção da área da APA – 21,7%.

Figura 5.2 Área de Proteção Ambiental - APA Serra de São José no contexto dos limites municipais de Tiradentes/MG



Fonte: IGA (página na internet, consultada em 24/10/2013)

Tabela 5.1 Abrangência da Área de Proteção Ambiental - APA Serra de São José no contexto das áreas municipais e sua abrangência

Município	Área do Município (ha)	Área da UC no município (ha)	% da APA	% do município
Coronel Xavier Chaves	14.036	1.038	21,8	7,4
Prados	26.398	1.592	33,5	6,0
Santa Cruz de Minas	311	110	2,3	35,4
São João del Rey	146.578	209	4,4	0,1
Tiradentes	8.325	1.809	38,0	21,7
Área total da APA		4.758	100,0	

Fonte: IEF, em www.ief.mg.gov.br

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

5.2.3 Qualidade do ar

A qualidade do ar, aparentemente, permanece ainda em ótimos níveis, prejudicada apenas pelo costume anacrônico de queimar todo tipo de resíduo, ao

invés de destiná-lo a uma coleta adequada. Infelizmente, vê-se com frequência queimadas na zona rural e urbana e até em quintais e cantos das vias do Centro Histórico, algo que merece investimentos voltados para adoção de um comportamento mais contemporâneo, por parte de todos os cidadãos. Os riscos ao patrimônio histórico, ambiental e paisagístico são constantes, assim como os incômodos aos residentes e visitantes, demonstrando que essa prática precisa ser banida.

Especificamente no bairro Cesar de Pina há uma granja de frangos junto a residências e próximo à escola. Foi relatado a presença de mau cheiro em períodos determinados e insetos. Ainda nesta localidade foi relatado que a indústria Melt Metais e Ligas S.A. exala fumaça e mau-cheiro durante as madrugadas.

5.2.4 Situação da cobertura vegetal e fauna silvestre

Ao longo dos contrafortes da Serra de São José, em toda sua face sul, estende-se um dos maiores fragmentos remanescentes da mata atlântica em toda a região. Na face norte, descendo das áreas de maior altitude, têm-se as matas de galeria que chegam até o cerrado. Entre os dois biomas citados, na porção de maior altitude, encontra-se o campo rupestre.

A grande variedade de ambientes num espaço tão pequeno torna essa região um local muito especial no que tange aos aspectos biológicos. Como exposto, estima-se que a região abriga cerca de 120 espécies de libélulas, o que representa quase 50% de todas as espécies conhecidas em Minas Gerais e cerca de 18% das espécies encontradas no Brasil. Também podem ser encontradas na serra cerca de 240 espécies de aves, 80 de orquídeas e, pelo menos, nove espécies de mamíferos ameaçados de extinção.

Apesar da ampla descaracterização da cobertura vegetal original, os remanescentes que resistiram na serra, junto com as pequenas manchas de mata mais densa e as estreitas faixas de matas ciliares são ainda bem visíveis, o que ajuda a amenizar a conhecida monotonia das paisagens dominadas por pastagens, tão comuns em outras localidades. Durante os levantamentos foi ressaltado, por exemplo, o bom estado de conservação do Bosque da Mãe d'Água (à montante do Chafariz) e porções de matas ciliares às margens do rio das Mortes.

Todavia, há relatos e testemunhos em campo de desmatamentos e degradação dispersa da cobertura vegetal, mesmo dentro da APA da Serra de São José, para abertura de acessos, vias e construções em terrenos particulares e até mesmo para utilização de áreas como pastagens. Não há um sistema de informações que torne claro a qualquer interessado inteirar-se sobre licenças concedidas, notificações, autuações e reparação de danos efetivamente realizados.

No distrito de Caixa D’água da Esperança é interessante ressaltar que não há relatos de degradação ambiental nas propriedades, até porque, segundo os moradores, o IEF tem o cadastro atualizado das mesmas, o que inclui suas respectivas reservas legais. Além disso, o IEF realiza a fiscalização regularmente.

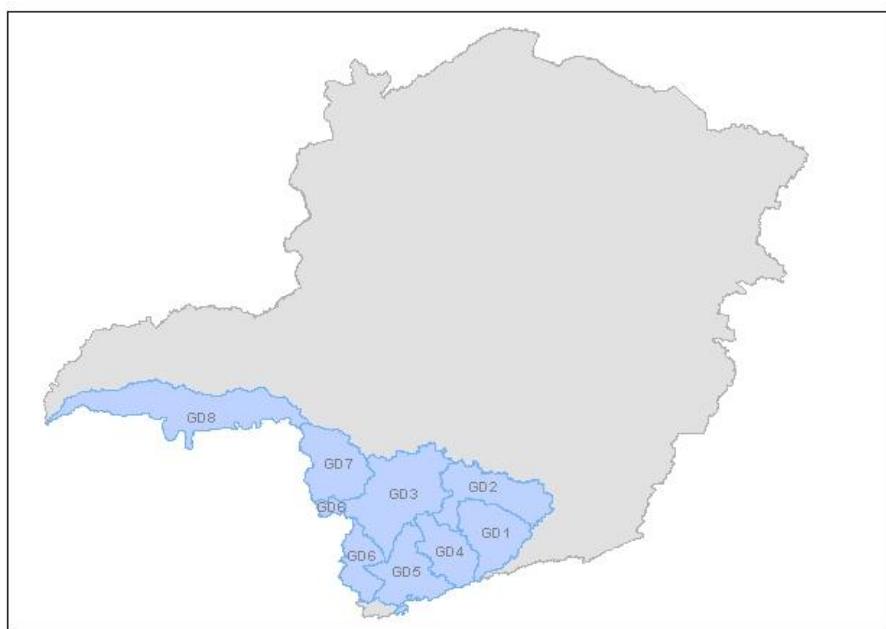
No distrito de Elvas, as atividades rurais, conforme os relatos, também não geram agressão ao meio ambiente, havendo consciência de que o rio de mesmo nome é o principal manancial de abastecimento da população urbana. Entretanto, a ocupação do Banquinho requer solução imediata de saneamento, para não acentuar o risco de poluição do manancial em questão.

5.2.5 Qualidade das águas superficiais e subterrâneas

Tiradentes faz parte, junto com outros 41 municípios, do conjunto denominado Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande, Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio das Mortes GD2. O Comitê de Bacia Hidrográfica foi criado em 2007, pelo Decreto Nº 44690 -26/12/2007, e possui 48 conselheiros, dentre titulares e suplentes. O Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande (GD2) está em elaboração (IGAM, 2014).

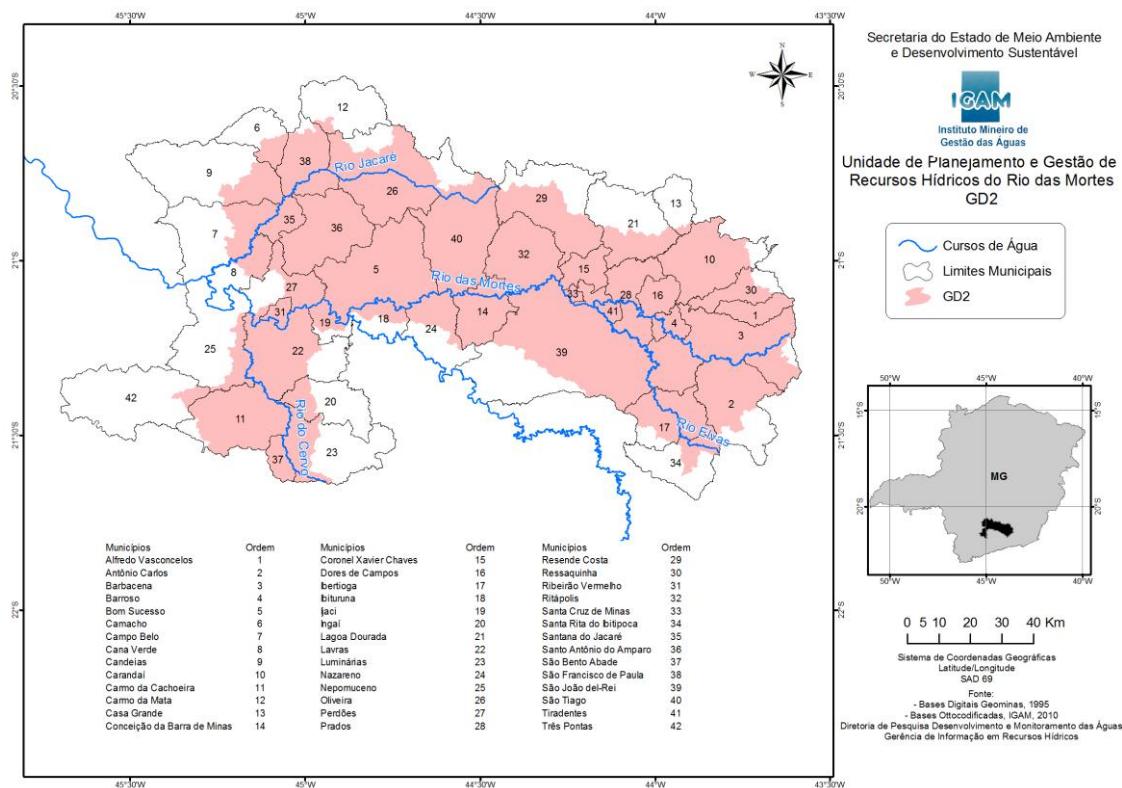
Ainda segundo o IGAM, os principais fatores de pressão sobre os recursos hídricos desta bacia são: atividades minerárias (extração minerais não metálicos, pedras, argila e areia), assoreamento, erosão, poluição difusa, lançamento de esgoto sanitário dos municípios, mau uso do solo, manejo do solo incipiente na agropecuária, desmatamento, efluentes industriais (cerâmicas, laticínios, metalúrgicas, cimentos e siderurgia).

Figura 5.3 Abrangência da Bacia do Rio Grande e suas sub-bacias em Minas Gerais



Fonte: IGA/MG

Figura 5.4 Municípios da Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio das Mortes em Minas Gerais - GD2



Fonte: IGAM/MG

É nítido que os cursos d'água que atravessam a zona urbana de Tiradentes – notadamente o ribeirão Santo Antônio - são intensivamente usados como diluidores de esgotos, apresentando sua qualidade bastante comprometida e inadequada para consumo humano e uso múltiplo.

Felizmente, a captação de água para o consumo humano é feita no rio Elvas, cujo curso na zona rural de Tiradentes não demonstra recepção de carga poluente excessiva. Todavia, suas nascentes e seu alto curso encontram-se em outros municípios, o que o torna vulnerável como única fonte de água para abastecimento da cidade. Necessário destacar também que a rodovia BR-265 percorre significativa extensão dessa bacia, a montante da captação, o que expõe suas águas a riscos de contaminação por resíduos de derivados de petróleo e todo tipo de carga perigosa que circula naquele trecho, demandando informações para a população sobre plano de contingência em eventos deste tipo. Por fim, vale salientar que a recente expansão da

ocupação denominada Banquinho ainda não conta com sistema de esgoto que proteja este indispensável manancial.

Quadro 5.1 Instrumentos e ferramentas de apoio a gestão de recursos hídricos em Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - GD - em Minas Gerais - 2013

Unidade de Planejamento (UPGRH)	Plano Diretor	Cadastro	Outorga	Cobrança	Enqua- dramento	Monitoramento	
						Água Superficial	Água Subterrânea
GD1 - Alto Rio Grande	N	S	S	N	N	S	N
GD2 - Vertentes do Rio Grande	N	N	S	N	N	S	N
GD3 - Entorno Furnas	N	N	S	N	N	S	N
GD4 - Rio Verde	S	N	S	N	S	S	N
GD5 - Rio Sapucaí	S	N	S	N	S	S	N
GD6 - Mogi-Guaçu/Pardo	S	N	S	N	S	S	N
GD7 - Afluentes Médio Rio Grande	N	N	S	N	N	S	N
GD8 - Afluentes Baixo Rio Grande	N	N	S	N	N	S	N

Legenda: S = Implementado

N = Não Implementado

Fonte: IGAM

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Assim como em todo o estado de Minas Gerais, os principais fatores de poluição que contribuem para deterioração da qualidade das águas superficiais de Tiradentes são os lançamentos de esgotos domésticos e de efluentes industriais, além das atividades minerárias, pecuária, agricultura e o aporte de cargas difusas de origem urbana ou rural.

Segundo o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) os elevados percentuais de violação dos parâmetros relacionados à contaminação fecal colocam em destaque a degradação da qualidade da água pelos lançamentos de esgotos domésticos in natura nos corpos de água.

De maneira geral, o IGAM aponta a importância da continuidade das ações de saneamento com a ampliação do tratamento de esgoto e a disposição adequada de resíduos sólidos. Outro grande desafio está relacionado ao controle das fontes de poluição difusas, uma vez que são necessárias ações conjuntas de diversos segmentos do governo, do setor produtivo e da sociedade, no sentido de atenuar os

impactos das atividades antrópicas e de promover ações de melhoria da qualidade das águas.

De modo mais localizado, o aqueduto que conduz águas de nascentes no bosque da Mãe D’água até o Chafariz mostrou grande importância ambiental para a população de Tiradentes, além do seu elevado valor histórico. O mesmo foi detectado em relação à presença do balneário nas Águas Santas. No distrito de Caixa D’água da Esperança foi mencionado processo de desbarrancamento das margens do rio das Mortes, provavelmente pela retirada de areia e cascalho do seu leito, sendo que na oficina Urbana Centro também foi ressaltado este assunto.

5.2.6 Características do relevo regional

A região denominada Campos das Vertentes, é uma importante área em aspectos geohidrológicos. O relevo é constituído por planalto cristalino rebaixado, os mares de morros ocupam grande maioria do espaço geográfico e são caracterizados por vertentes côncavo-convexas. Em função dessa morfologia que varia de aplainada a ondulada, da alta pluviosidade e dos intensos processos erosivos, a rede de drenagem em questão experimenta uma pequena suavização no relevo ao longo de seu trajeto, em sua parte baixa possui maiores planícies de inundação, geradas pelo acúmulo dos sedimentos erodidos à montante e pela menor inclinação das vertentes (IGAM, 2014 apud VARGAS, 2007).

Em Tiradentes, a presença marcante da Serra de São José aparece sempre mencionada como patrimônio ambiental, paisagístico e como identidade local de valor inalienável. As atividades minerárias de extração de quartzito e sílica não são apontadas como comprometedoras da qualidade ambiental, pelo menos no modelo atual de exploração.

Quanto à estabilidade dos solos urbanizados, o conjunto das informações levantadas no município de Tiradentes dá conta, por exemplo, de que a ocupação do bairro Mococa se deu em áreas intensamente mineradas no passado, inclusive sobre depósitos de rejeitos e lixo também. Assim, haveria problemas de risco geotécnico no bairro, que apresenta voçorocas e habitações acima destas. Os lotes

têm em média 200m². Tal fato vem demandar estudos em escala cadastral para avaliação dos riscos e prevenção de acidentes.

As pesquisas bibliográficas e os trabalhos de campo confirmam a vulnerabilidade dos solos locais e regionais à erosão. É surpreendente – e representa um alívio - que o problema não tenha surgido com gravidade nas oficinas. De qualquer modo a prevenção e a contenção desses processos precisa tornar-se uma prática constante.

5.3 Aspectos dos sistemas de saneamento

Este tema constitui um dos grandes desafios para o desenvolvimento local sustentável. Os sistemas encontram-se descritos no capítulo da caracterização municipal e são aqui comentados.

5.3.1 Água potável

Mesmo sendo Tiradentes um município com menos de 8.000 habitantes (IBGE, 2010), seu sistema de abastecimento de água precisa ser dimensionado pela demanda gerada nos eventos promovidos na cidade. Estima-se que alguns deles gerem a recepção e uma circulação entre 30.000 e 40.000 pessoas, concentradas durante vários dias no local.

Há informações de que o sistema foi projetado para atender essa demanda.

Assim, o abastecimento de água mostra-se satisfatório no Centro, segundo relatos dos usuários, apresentando regularidade mesmo nas áreas altas. Algumas manifestações deram conta da ocorrência de excesso de cloro e turbidez.

De fato, há relatos e reclamações sobre a eventual turbidez acentuada da água distribuída, causando escurecimento de roupas brancas na lavagem das mesmas. Contudo, há também quem afirme tratar-se de contaminação na rede de distribuição que, em grande parte, é antiga e sistematicamente danificada pelo trânsito de veículos pesados nas vias urbanas. Especula-se também que não é comum a correta limpeza das caixas d'água dos imóveis a cada seis meses, como recomendado pelas autoridades sanitárias. Por fim, a instalação de filtros de linha tem sido adotada

por alguns, mas a necessidade da troca frequente do mesmo torna a solução inviável para a maioria dos consumidores.

O recente anúncio da prefeitura sobre a perfuração de poços artesianos nas localidades de Caixa D'água da Esperança e Elvas deve ser tratado como estratégico para todo o abastecimento municipal, no sentido de dimensioná-los, ou trata-los como parte de um sistema complementar e de contingência, em relação à captação do rio Elvas.

Ressalte-se ainda que, no distrito de Elvas, a recente ocupação denominada Banquinho, vem expandindo-se sem infraestrutura urbana. Os lotes são pequenos e não há sistema adequado para os esgotos, sujeitando à contaminação os poços rasos, as minas, cisternas e cursos d'água contribuintes do rio Elvas, à montante da captação.

É importante salientar que a população apontou problemas com o desperdício no uso da água tratada, ocasionando diminuição do volume e mesmo falta de abastecimento nos bairros, principalmente durante os eventos na cidade. Quanto a isso, a atuação da concessionária deste serviço público, no caso a Copasa, mostra-se fundamental, através de uma campanha ampla e do estreitamento da comunicação com os usuários da água tratada.

5.3.2 Esgotos: coleta e tratamento

O lançamento de esgoto in natura nas valas, córregos e ribeirões do município revelou-se a situação mais crítica verificada em campo e apontada nas oficinas. Há relatos, inclusive, de resíduos químicos de lavanderias descartados junto ao rio das Mortes. São flagrantes também por vários bairros fossas negras saturadas e esgoto correndo a céu aberto nas vias.

No bairro Mococa há relatos de refluxo de esgotos nas caixas de gordura de imóveis abaixo do nível da rua principal. A Copasa sugere aos moradores instalarem uma válvula de retenção, mas estes reivindicam uma rede coletora eficiente.

Houve unanimidade na reclamação sobre o preço da tarifa da Copasa, que cobra pelo esgoto sem implantar o sistema adequado de coleta e tratamento do mesmo.

A má qualidade dos serviços de recolocação do calçamento nos locais de obras nas redes subterrâneas também foi muito criticada.

Como já mencionado anteriormente, no distrito de Elvas, a mais recente ocupação na localidade denominada Banquinho não conta com rede de esgotamento sanitário. Os moradores utilizam sistema de fossa, que é inadequado, já que os lotes são pequenos e a água é captada em poços rasos e cisternas sujeitas à contaminação.

A divulgação também recente, pela prefeitura, da realização de obras para interceptação do esgoto despejado no ribeirão Santo Antônio, através de convênio já firmado há algum tempo, significa boas perspectivas para a melhoria da situação do saneamento ambiental do Centro Histórico, com desdobramentos favoráveis para todo o município.

Por fim, mas com importância central para o desenvolvimento local sustentável, é necessário ressaltar a atual negociação entre prefeitura, Copasa e sociedade civil, para localização de duas estações de tratamento de esgotos: da zona urbana mais populosa, na vertente sul da Serra de São José e a que vai atender aos bairros das Águas Santas e Cesar de Pina, na vertente norte. É fundamental que a companhia de saneamento divulgue amplamente e em detalhes à comunidade quais técnicas podem ser utilizadas no tratamento dos efluentes, os possíveis impactos na vizinhança, bem como os critérios de escolha e as opções de local para implantação dessas estações. Qualquer lacuna nesse diálogo só irá postergar a solução que já poderia e deveria estar implementada.

5.3.3 Lixo e resíduos sólidos: coleta e destinação final

Percebe-se que há um senso comum e críticas sobre a inadequação dos veículos de coleta e da disposição final de resíduos sólidos no município, embora a regularidade no cumprimento dos dias e horários da coleta tenha sido elogiada na zona urbana.

Segundo os moradores, a taxa de coleta é irrisória e cobrada junto com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que também é irrisório e não alcança a maioria dos contribuintes, principalmente aqueles que encarecem o serviço.

Relatos apontam que a usina de separação do lixo reciclável e compostagem do orgânico não tem viabilidade para operar plenamente, dadas as restrições impostas pela Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC), por conta do aeroporto de São João del Rey, como também por equívocos na sua localização, construção e pelo atual funcionamento precário.

Há uma iniciativa isolada da associação dos moradores das Águas Santas de separação do lixo.

No distrito de Caixa D'água da Esperança, a coleta de lixo não está regular. Cada morador queima o seu.

Já no Banquinho – ocupação recente no distrito de Elvas - a coleta de lixo é realizada uma vez por semana. Se a coleta atrasa ou troca o dia, o lixo fica junto à estrada.

O atual cenário em que a prefeitura e sociedade civil tentam criar nova perspectiva para solucionar a questão do lixo, através de um consórcio com municípios vizinhos, vem sendo amplamente valorizado e enaltecido.

É necessário também ressaltar o conjunto de medidas que vem sendo tomadas pela administração municipal, no sentido de melhorar, ainda que temporariamente, o sistema disponível:

- transformação do antigo lixão em Aterro Controlado, seguindo projeto da Universidade Federal de Lavras (UFLA).
- funcionamento gradual da Usina de Resíduos Sólidos, com separação de material reciclável. A prefeitura tem procurado compradores para o mesmo.
- Plano Municipal de Resíduos Sólidos em elaboração.

5.3.4 Drenagem urbana, escoamento superficial e superfícies de inundação

Os trabalhos de campo evidenciaram problemas com a falta de drenagem pluvial adequada em vários bairros, como Mococa, Parque das Abelhas, Cuiabá de Cima e Alto da Torre. Em outros, como Cuiabá de Baixo, Várzea de Baixo e parte do Centro, o problema da drenagem relaciona-se à ocupação da planície de inundação do rio das Mortes, o que dificulta muito a perspectiva de solução. Acredita-se que a dragagem para aprofundamento do leito do rio seja a alternativa, mas isso requer estudos detalhados das variáveis hídricas.

Em Águas Santas acredita-se que a pavimentação mal feita de vias, sem a drenagem adequada, é o que causa os alagamentos.

5.3.5 Problemas ambientais, comportamentais e de saúde pública.

São muitos os relatos da frequência com que se pratica a disposição inadequada do lixo, entulho e outros detritos produzidos pelos moradores, o que acaba por obstruir a rede de drenagem e de esgotos, nos poucos locais onde estas existem.

Há o costume dos moradores colocarem fogo no lixo e nos resíduos de capina, poda e varrição pública. “A coleta é regular, mas os moradores não esperam e põem fogo.” Em Águas Santas, inclusive, foi dito que as frequentes queimadas de resíduos de podas e capinas constituem ameaça à Serra de São José.

Lá também foi mencionada a falta crônica de educação ambiental, uma vez que os terrenos baldios são usados para descarte de lixo e de animais mortos. Pessoas também abandonam cachorros no bairro. A mesma falta de educação ambiental foi também mencionada na oficina do Alto da Torre, assim como os problemas com animais soltos e abandonados, que parecem ser comuns a todos os bairros da cidade.

5.3.6 Poluição sonora, pressão sobre a infraestrutura e riscos em geral

Há relatos generalizados de excessos nos ruídos produzidos na cidade, seja por trânsito, carga e descarga de veículos pesados, fábricas de móveis,

marcenarias e serralherias em bairros predominantemente residenciais, e principalmente pelos eventos em geral.

A pressão exercida na cidade por grandes empreendimentos imobiliários e fluxos turísticos já demandam dimensionamento robusto do sistema viário, soluções para os conflitos e contradições na mobilidade e no trânsito urbano, além de áreas para estacionamento e para a expansão das atividades comerciais e de serviços.

É notável a expressiva quantidade de construções às margens de cursos d'água na zona urbana do município, assim como os problemas de poluição hídrica decorrentes dessas ocupações irregulares.

É também visível a consolidação de parcelamentos irregulares (sem aprovação), já com inúmeras construções em áreas de risco geológico e geotécnico (erosões, escorregamentos e inundações). Chuvas mais volumosas e enchentes têm resultado em perdas graves para a população.

A realização de eventos e competições esportivas de grande porte tem provocado uma atividade turística sem o devido controle em favor da sustentabilidade ambiental e econômica, principalmente em termos financeiros para a administração municipal.

Parece haver consenso sobre a existência de conflitos e incompatibilidades entre as características de alguns dos principais eventos da cidade e os cuidados demandados pelo Centro Histórico e demais áreas do ambiente urbano.

Há um Comitê Regulador de Eventos consciente das vulnerabilidades ambientais do município, que precisa ser reforçado na sua atuação, uma vez que já tem conseguido algumas importantes contrapartidas sociais como, por exemplo, o Plano de Mobilidade Urbana, compensações com o plantio de árvores e compromissos como o uso de embalagem biodegradáveis no Festival Gastronômico.

Os riscos demandam levantamento mais específico e detalhado, mas são visíveis em aspectos simples do cotidiano como, por exemplo, nos sistemas de abastecimento e entregas. O gás é levado aos consumidores em caminhões de quatro toneladas, que circulam sem restrição no centro histórico. Qualquer acidente pode danificar seriamente o patrimônio local e ameaçar a população.

5.4 Outros aspectos que interferem na qualidade ambiental

É frequente a crítica quanto à existência de pouquíssimas áreas verdes, praças e espaços públicos arborizados e equipados para lazer e prática de atividades físicas ao ar livre pela população.

É também mencionada com frequência a incompreensível subutilização do balneário das Águas Santas. O balneário fica ocioso porque pouquíssimas pessoas podem pagar o valor do ingresso.

No bairro Cesar de Pina, a única área de lazer local é particular, sendo que o proprietário permite o uso pela comunidade. Este único espaço público para lazer e convivência é um campo de futebol, que precisa de mais opções de equipamentos e ambiência para que a comunidade possa aproveitá-lo.

Foi ressaltada a boa perspectiva com a implantação do Parque Municipal no Cacheu.

Dentre os aspectos relatados com frequência durante os levantamentos e que prejudicam a qualidade ambiental estão:

- a poluição sonora e abusos diversos durante os eventos na cidade;
- serralherias, marcenarias e pequenas fábricas, que geram ruído, odor, fumaça, poeira e serragem em bairros residenciais;
- indústrias (em particular a Melt Metais e Ligas S.A.), que libera vapores poluentes e nocivos à saúde dos moradores, geralmente nas madrugadas;
- grandes estabelecimentos comerciais, como depósitos de madeiras e materiais de construção, que também são incompatíveis com a capacidade das vias e o uso residencial;
- outros estabelecimentos em geral, que funcionam também no horário noturno, causando incomodo aos residentes no local.
- animais soltos nos terrenos urbanos e nas vias públicas;
- falta de cuidado com terrenos sujeitos à erosão e voçorocas;

5.5 Síntese das principais reivindicações detectadas no processo participativo

É geral o desejo por uma solução completa para o sistema de esgotos da cidade, com 100% de coleta e tratamento.

Há condições favoráveis e reivindicação por um esforço conjunto em ações de educação ambiental, para uso adequado da água (evitando desperdícios), para diminuição do volume de efluentes (por exemplo óleo na rede de esgotos) e adequação do sistema de separação, coleta e disposição final dos resíduos sólidos.

Outros pontos destacados:

- Implantar a educação ambiental em caráter amplo e generalizado na cidade, com vistas às mudanças comportamentais necessárias e eliminação das práticas e comportamentos que interferem negativamente na qualidade de vida das comunidades.
- Implantar um sistema efetivo de coleta seletiva do lixo, em conjunto com uma solução adequada para disposição dos resíduos. Há expectativa pela recuperação e melhoramento das iniciativas de coleta seletiva na cidade, com pontos para disposição do lixo reciclável, regularização dos dias e horários de coleta, penalização para quem descumpri-los, além de adequação dos veículos para esta finalidade.
- Realizar pressão pelo tombamento federal da Serra de São José, principal valor ambiental do município de Tiradentes, junto com os cinco outros municípios limítrofes, para minorar os problemas de degradação dispersa.
- Encontrar lugares adequados para a realização de eventos.
- Providenciar a drenagem adequada das vias públicas e promover a estabilização de solos, contenção de taludes e revegetação onde for necessário.
- Estabelecer uma cota de uso gratuito do balneário para os moradores da cidade.
- Exercer controle e responsabilizar os donos que deixam animais soltos e abandonados pela cidade.

- Mobilizar por um Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) mais independente e deliberativo.
- Identificar, localizar e proteger as nascentes e os mananciais em geral do município, além da preservação e reconstituição das matas ciliares.
- Implantar sistema de abastecimento de água tratada no Banquinho, possivelmente por poço artesiano, bem como a solução adequada para o esgoto doméstico na comunidade.
- Verificar o licenciamento e adequar a tecnologia usada na extração de areia e cascalho do leito dos rios, como também do quartzito e sílica na Serra de São José.
- Criar um cemitério municipal.
- Promover a instalação de biodigestores caseiros na área rural.

5.6 Conclusões

Durante todo o período dos levantamentos fez-se clara a escassez de recursos da prefeitura, o que dificulta a implementação de medidas importantes, como por exemplo, ampliar e qualificar o quadro de servidores da fiscalização tributária, de uso do solo, de obras, posturas, de saneamento e meio ambiente. O mesmo se aplica à contratação de serviços e à aquisição de máquinas e equipamentos, para coleta adequada de resíduos, manutenção das vias, execução de drenagem pluvial e controle de erosão.

A geração e o incremento das fontes de receitas próprias do município devem ser vistas por todos como essencial para o alcance das metas já reconhecidas como indispensáveis de serem alcançadas.

O amálgama de todos os esforços já existentes, bem como dos que precisam ser empreendidos para tornar Tiradentes uma cidade sustentável e valorizada no século XXI é a educação ambiental em todos os níveis da população e dos setores produtivos.

As ações importantes que vêm sendo realizadas, como as palestras nas escolas, o repovoamento do rio das Mortes, replantio de árvores, separação do lixo,

precisam ser ampliadas, a ponto de envolver toda a população local e, principalmente, os turistas e visitantes. As parcerias e patrocínios precisam ser expandidos com vistas a sustentar os investimentos necessários a um novo quadro ambiental mais promissor.

Quem chega a Tiradentes precisa saber o quanto é importante e como assumir sua parcela de cuidados com a preservação do patrimônio local e com a conservação dos seus recursos. Em outras palavras, precisa sentir-se parte responsável por isso, sabendo também o quanto a comunidade local preza por atitudes responsáveis.

6 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico do município de Tiradentes é marcado, nos últimos cinquenta anos, por três fases caracterizadas pelo tipo e forma da produção e oferta de serviços. A primeira, na década de 1970, é caracterizada pela produção de cerâmica e artefatos de prata. A produção de telhas e tijolos atendia a demanda da construção civil de municípios como São João del Rey e Barbacena. Os artefatos de prata eram vendidos ao ainda pequeno número de turistas que visitavam a cidade, a partir de São João del Rey onde se hospedavam. Na segunda fase, nos anos de 1980, ocorre a instalação de algumas pousadas e inicia-se a produção de móveis com características antigas aproveitando a madeira de demolição. O incremento da atividade turística e os eventos relacionados acontecem no princípio dos anos 1990 com o apoio e divulgação da cidade pela Rede Globo de Televisão. Atualmente a economia local é dependente, sobretudo, das várias atividades da cadeia produtiva do turismo. Por isso, a atividade turística, *estrito sensu*, será analisada em seção específica dada suas peculiaridades e importância. As demais atividades econômicas, decorrentes ou não da atividade turística, são analisadas nesta seção. Para facilitar a leitura, as tabelas e gráficos deste capítulo estão concentrados no item 6.6.

As análises a seguir abordam os principais indicadores que expressam a evolução da economia e das finanças públicas municipais e, de maneira indireta, refletem os resultados das atividades econômicas locais. Inicialmente procurou-se analisar os dados locais, necessários a construção de cenários atual e prospectivo, e em seguida os dados foram analisados no contexto microrregional. Os indicadores trabalhados são aqueles disponíveis em registros do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), da Lei Robin Hood, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), complementados com registros da prefeitura municipal e ainda informações obtidas, por meio de entrevistas, junto aos agentes econômicos locais – empresários, consumidores e governos. São analisados dados relacionados ao Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado (VA), geração de renda e de emprego formal, receitas e transferências intergovernamentais e produção agropecuária.

6.1 Situação da economia local sob a ótica do PIB e do VA

O PIB expressa de maneira geral a geração de riqueza na economia e o Valor Adicionado (VA), por sua vez, indica a riqueza gerada por cada um dos grandes setores que formam o PIB, como o agropecuário, o industrial e o de serviços. O somatório destes três setores gera o VA total⁴⁹.

No período entre 2000-2011 o PIB de Tiradentes representou, em média, cerca de 3,5% do PIB da Microrregião Geográfica (MR) de São João del Rey (tabela 6.1), formada por 15 municípios, cuja economia, em sua maior parte, é baseada na atividade agropecuária. Apesar dessa pequena participação no PIB microrregional, dada as características da economia local, o PIB de Tiradentes teve um crescimento real (já descontada a inflação) de 38,5%, inferior ao da Microrregião Geográfica de São João del Rey que cresceu 43% entre 2001 e 2011, mas ao longo da década analisada as taxas apresentaram comportamento irregular, como pode ser observado na tabela 6.2. Assim, no período entre 2003-2004, Tiradentes alcançou um crescimento em torno de 44% no seu PIB, valor muito superior ao obtido pela Microrregião que foi de 6,04%. A taxa de crescimento elevada, ocorrida no final da primeira metade da década, se deu, principalmente, pelo incremento do setor industrial em Tiradentes, quando o VA industrial cresceu 105%, impulsionando a economia municipal. Esse mesmo setor foi também responsável pela queda de 10,8% do PIB total verificada entre 2010 e 2011. O município que ocupou, em 2010, a 7^a posição entre os 15 municípios da MR de São João del Rey caiu, em 2011, para a 9^a posição.

A análise dos dados de Valor Adicionado (VA) permite identificar a participação de cada um dos três segmentos – agropecuária, indústria e serviços – na geração da riqueza local, conforme tabelas 6.3 a 6.8.

O principal setor econômico local é o de comércio e serviços, cuja participação no VA total está crescendo, passando de 63% em 2010 para 72% em 2011. Uma parcela deste crescimento pode ser atribuída a redução da participação do setor industrial, afetado pelo fraco desempenho da economia nacional. A maior parcela do crescimento da participação do setor de serviços na economia local foi

⁴⁹ O Valor Adicionado Total = PIB total – (impostos + subsídios).

decorrente da expansão das atividades da cadeia produtiva do turismo. Embora o setor de serviços tenha se expandido nos últimos anos (58% em valores reais entre 2001-2011 – tabela 6.6) é possível afirmar que os valores ainda estão subestimados, pois, segundo informações locais, é elevado o volume de sub-registros contábeis das atividades relacionadas ao setor, o mais importante gerador de emprego e renda na localidade.

Este setor ganhou importância especialmente nas últimas décadas, impulsionado pelo fluxo de turistas de todo país e do exterior. As atividades relacionadas à cadeia produtiva do turismo são as principais impulsionadoras das atividades de serviços de hospedagem e alimentação. Atualmente, conforme dados da prefeitura municipal, são aproximadamente 150 pousadas.

Os dados da Diretoria Municipal de Turismo apontam que em 2013, das 150 (número aproximado) pousadas (identificáveis por placas ou outra forma de identificação), levantadas em recente cadastro, a maioria tinha alvará municipal de funcionamento (apenas três não tinham) e 90% possuíam autorização para emitir nota fiscal, mas não tinham efetivado esse procedimento, conforme informações de agentes econômicos locais entrevistados. Na prática, estes estabelecimentos de hospedagem não emitiam os documentos fiscais de prestação de serviços para seus clientes, não recolhendo, portanto os impostos devidos.

Segundo a mesma fonte, apenas cerca de 40 pousadas eram inteiramente regularizadas, mas o total de meios de hospedagem formalizados pode ser maior. Pelos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgados pelo Observatório do Turismo, esse número, que era de 63 em 2009, chegou a 83 em 2012. É fato também que muitas microempresas, que auferem, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 (a partir de 01/01/2012) estão enquadradas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). O Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) define o sistema de repasses do total arrecadado, inclusive encargos legais, para o município ou Distrito Federal, do valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Cabe notar que a competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional e para verificar a ocorrência das hipóteses que podem levar à exclusão de ofício das empresas optantes é da Secretaria da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento, e, tratando-se de prestação de serviços, como o ISSQN, incluídos na competência tributária municipal, será também do respectivo município.

No entanto, conforme destacado por diversos participantes das oficinas realizadas em Tiradentes, existem, de um lado, elevado nível de informalidade e, até mesmo, práticas de sonegação fiscal entre as empresas do segmento de turismo e, de outro lado, fiscalização insuficiente por parte do poder público municipal, o que implicaria em uma concorrência desleal com as empresas que cumprem suas obrigações tributárias e em perda na arrecadação de tributos municipais. No setor turístico de Tiradentes, de acordo com dados apresentados e analisados pela Setur-MG (2013), apresentados no gráfico 6.1, o maior número de estabelecimentos formais é proveniente do subsetor de hospedagem (83 estabelecimentos), seguido dos serviços de alimentação (52 estabelecimentos).

Outro aspecto importante a ser destacado no setor comercial é o abastecimento local. As compras de produtos alimentícios, de higiene e limpeza e outros necessários ao funcionamento das pousadas, são realizadas diretamente em supermercados de São João del Rey, o que contribui para a evasão de receitas e redução do potencial de ampliação do comércio de produtos alimentícios. A prefeitura também adquire grande parte dos produtos e serviços que consome de empresas de outras localidades. Contribui para isto o fato de que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Federal 123/2006), promulgada pelo executivo local em 2009, ainda não foi implementada no município.

O comércio local de produtos artesanais – de madeira, metais, tecidos e outros produtos, voltado para atender às demandas dos turistas, cresceu de forma expressiva, gerando empregos, renda e tributos. Uma parte desses produtos, sobretudo os relacionados à produção moveleira e de serralheria, são produzidos no município. E, cabe notar, que os artesãos locais, conforme relatado nas oficinas, diferenciam e destacam a maior qualidade de seus produtos. No entanto, atualmente,

grande parte da produção vendida nas lojas é proveniente de outros municípios e, por isso, o comércio varejista local tornou-se um grande centro de distribuição de produtos vendidos aos turistas.

Os objetos de madeira como móveis, esculturas e objetos de decoração são, em boa medida, produzidos nos municípios vizinhos de Prados e Santa Cruz de Minas. Grande parte dos objetos de tecido como tapetes, colchas e similares são adquiridos de artesãos do município de Resende Costa. Os doces e queijos, em sua maioria, são fabricados em municípios vizinhos ou trazidos de outras regiões do estado e do país. Os artefatos de estanho, produtos de grande valor agregado, são confeccionados em São João del Rey. Por outro lado, cabe ressaltar que o comércio de Tiradentes tornou-se referência para os produtores regionais de produtos manufaturados ou artesanais. Muitos produtores e artesãos já estão criando alternativas de comercialização direta, montando suas lojas em Tiradentes, o que está contribuindo para dinamizar, ainda mais, este importante segmento da economia local.

Ressalta-se ainda que, a despeito da relevância da cadeia produtiva do turismo, é também expressiva a participação do setor de serviços públicos na geração de riqueza no município. Nos anos de 2010 e 2011 o setor público, em especial o governo local, foi responsável pela geração de cerca de 36% do VA do setor de serviços, o terceiro mais baixo da microrregião de São João del Rey, cuja média foi 30% (tabelas 6.7 e 6.8). Em relação ao VA total, o setor de serviços é responsável pela geração de aproximadamente 1/5 da riqueza local, valor expressivo, embora considerado baixo se comparado com economias locais da microrregião de São João del Rey como Santana do Garambú (42%), Santa Cruz de Minas (36,7%), Conceição da Barra de Minas (32%), Resende Costa (28,5%) e Coronel Xavier Chaves (28,3%), municípios onde um dos principais empregadores e geradores de renda são os governos locais.

O segundo setor econômico mais importante no município é o industrial, cuja participação no VA total foi de aproximadamente 34%, com destaque para os subsetores de siderurgia, indústria moveleira e outras pequenas unidades industriais das áreas de construção civil e alimentação. O principal contribuinte individual no município é uma metalúrgica localizada no distrito de Cesar de Pina que é responsável pela maior parcela da geração de tributos do setor, especialmente o Imposto sobre

Circulação de Mercadorias (ICMS). Existem várias outras unidades industriais de pequeno e micro porte do setor moveleiro. São marcenarias familiares que produzem móveis a partir de madeira envelhecida (ou de demolições) e que são vendidos no comércio local ou diretamente para grandes grupos comerciais especializados do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

A atividade agropecuária, com predomínio da produção leiteira, participou com apenas 4% na formação da riqueza local. Na MR de São João del Rey a atividade agropecuária tiradentina, representou, em 2010, apenas 0,01% do VA total da microrregião (tabela 6.4).

6.2 Geração de emprego e renda

O componente emprego e renda foi analisado a partir de dois importantes indicadores: a taxa de emprego formal – participação dos empregados registrados em relação a população com idade entre 16 e 64 anos – e a renda per capita.

A taxa de emprego no setor formal (número de empregados no setor formal dividido pela população na faixa etária de 16 a 64 anos) de Tiradentes foi a segunda maior entre os 15 municípios da MR de São João del Rey e vem se destacando desde o início da década de 2000 (tabela 6.10).

A maior parte das ocupações no município concentra-se em atividades diretamente ligadas à cadeia produtiva do turismo. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 0,15% atuavam na indústria extractiva mineral, 0,18% nos setores de utilidade pública, 6,57% no setor agropecuário, 11,17% no setor de construção civil, 11,44 na indústria de transformação, 13% no comércio e 53,75 no setor de serviços (PNUD/FJP/IPEA, 2013).

O avanço da taxa de emprego de 20,3% em 2000 para 34,9% em 2010 foi reflexo do crescimento daqueles setores ligados à cadeia produtiva do turismo, em especial os segmentos de comércio, hospedagem e alimentação. Em 2000 o grau de formalização dos ocupados (18 anos ou mais) era 47,25 e cresceu para 61,3 em 2010.

É importante destacar que o emprego e a renda média nominal mensal dos trabalhadores no setor formal do turismo em Tiradentes vêm crescendo sistematicamente nos últimos anos. Na tabela 6.11, de acordo com o Observatório do

Turismo da Secretaria de Estado do Turismo (Setur-MG), o número de empregos em atividades turísticas cresceu mais do que a região Central e Minas Gerais. No gráfico 6.2 observa-se que os dois segmentos do setor turístico que mais empregam no município são o de hospedagem e de alimentação. Os setores turísticos de Tiradentes que apresentaram as maiores rendas médias mensais são caracteristicamente os ligados ao entretenimento, hospedagem, serviços de alimentação, agências de viagens e comércio e serviços ligados estritamente aos artigos turísticos.

O nível educacional dos ocupados, de acordo com dados do PNUD/FJP/IPEA (2013) também aumentou entre 2000 e 2010. O percentual de ocupados com fundamental completo passou de 36,21% em 2000 para 56,48 em 2010. Entre aqueles com fundamental completo passou de 24,17% em 2000 para 37,31% em 2010.

Observa-se no município, segundo os agentes econômicos entrevistados, escassez de mão de obra especializada, principalmente nos segmentos de hospedagem e alimentação. A maioria dos profissionais, formados em Barbacena (na escola do SENAC), reside em municípios próximos devido aos altos custos dos aluguéis em Tiradentes. Alguns empresários criaram alternativas próprias de transporte para assegurar a frequência dos profissionais, especialmente em épocas que o fluxo de turistas se eleva devido aos eventos que frequentemente ocorrem na cidade.

A economia local também se destaca regionalmente em relação a renda per capita, a maior da MIR de São João del Rey em 2010, que foi R\$928,21 (tabela 6.12), cuja taxa de crescimento de 5,8% ao ano no período 2000-2010 foi superior a da microrregião. Pode-se atribuir a elevação da renda per capita local ao incremento das atividades da cadeia produtiva do turismo. Em 2010, de acordo com dados PNUD/FJP/IPEA (2013), o grupo dos 20% mais ricos detinham 63,3% da renda. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 16,3%, em 1991, para 4,97% em 2000 e apenas 1,43% em 2010. A concentração de renda, no entanto, aumentou. O índice de Gini subiu de 0,54 em 1991 para 0,57 em 2010. Os valores do índice são considerados elevados e colocaram o município entre os 32 piores, em relação à distribuição de renda, no conjunto dos 853 municípios mineiros no ano 2010.

Para os agentes entrevistados, a elevada concentração de renda decorre das emigrações de famílias de aposentados e pensionistas de grandes cidades na busca de melhor qualidade de vida e do aumento do número de empresários atuando e residindo no município. Os empresários que se estabelecem na cidade procurando aproveitar as oportunidades de negócios, sobretudo da cadeia produtiva do turismo, possuem, em geral, nível de renda mais elevado, o que contribui para acentuar o grau de desigualdade na distribuição de renda.

6.3 As finanças públicas municipais

As finanças públicas municipais além de refletirem, em parte, o nível de desenvolvimento econômico local permite avaliar o esforço fiscal, traduzidos na capacidade e a necessidade de prover serviços públicos à população residente. Para medir o desempenho econômico e financeiro do setor público foram escolhidos os indicadores como a receita tributária, corrente, tributos municipais (Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN) e transferências intergovernamentais e o índice de desenvolvimento tributário (IDTE).

Para tratar esse tema, é importante conceituar a receita tributária e receita corrente.

A receita corrente é constituída pelas receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

A receita tributária, por sua vez, é originária da arrecadação de tributos (impostos, contribuições e taxas) e têm como finalidade o custeio das despesas da administração municipal e suas necessidades de investimento. Revela a capacidade da administração de financiar suas despesas com suas receitas próprias.

A participação relativa da receita tributária na receita corrente vem crescendo em Tiradentes desde 2007, quando representava 8,3% (tabela 6.13). Em 2013, a participação elevou-se para 12,4% em decorrência do esforço fiscal na arrecadação de tributos próprios como o IPTU e o ISSQN. Nesta perspectiva, Afonso e

Castro (2013) afirmam que o ISSQN tem sido responsável, junto com o IPTU, por grande parte das receitas próprias dos municípios.

O município de Tiradentes encontra-se em posição de destaque na Microrregião de São João del Rey em relação à receita tributária e aos dois principais impostos municipais (ISSQN e IPTU) que são diretamente afetados pela atividade turística. Em 2012 foi a terceira maior arrecadação de ISSQN, inferior apenas aos municípios de São João del Rey e Nazareno (tabela 6.14).

A arrecadação de IPTU foi a segunda maior da região, superada apenas por São João del Rey, município polo regional com 84,4 mil habitantes (Censo Demográfico de 2010). A arrecadação desse tributo também é influenciada pela atividade turística. De acordo com Santos e Wanderley (2009, p. 6)

Atividades turísticas influenciam a arrecadação de IPTU pela mudança gerada nos preços das propriedades urbanas. O fato gerador deste imposto é o valor de mercado destas propriedades, cujo preço depende do fluxo de serviços que este gera. Estes serviços são derivados tanto das características físicas quanto dos serviços disponíveis no local onde o imóvel se localiza. Dessa forma, pode-se diferenciar as características da habitação pelos serviços de infraestrutura básica (energia, água, esgoto) existentes, pelos serviços provenientes da habitação em si (espaço interno, tipo de acabamento, vagas na garagem), pela acessibilidade às áreas importantes da cidade, pelos serviços de comércio e prestação de serviços no entorno e pelas características naturais ou amenidades do entorno. A forte influência das atividades turísticas sobre alguns destes fatores explica os efeitos arrecadatórios esperados.

No entanto, observa-se que em Tiradentes o movimento de intensa valorização imobiliária ocorrido nos últimos anos não foi suficiente para alavancar o desempenho do IPTU. O crescimento na arrecadação desse imposto, no período 2007-2012 (gráfico 6.3), não foi tão significativo como se esperava, provavelmente por questões de ordem técnica e jurídica, conforme descritas por Rezende (2011). No município percebeu-se a presença de questões técnicas como defasagem da Planta Genérica de Valores (PGV) e do cadastro imobiliário e outros fatores, em maior intensidade, aqueles de ordem política, como o desinteresse das administrações

públicas locais na efetivação da cobrança. O grande incremento, em valores reais, da arrecadação do IPTU ocorreu no ano de 2013 e foi devido, segundo informações de agentes econômicos entrevistados, de ações da administração atual que desenvolveu campanhas junto à população, promoveu parcelamentos e intensificou as cobranças de valores atrasados.

A arrecadação do ISSQN, por sua vez, vem crescendo desde 2008, decorrente da ampliação da atividade econômica local, baseada na prestação de serviço por empresa ou profissional autônomo de serviços, em especial aqueles do segmento da cadeia produtiva do turismo. Pode-se, dessa forma, atribuir o incremento na arrecadação do imposto ao aumento das atividades de serviço vinculadas ao setor turístico. As informações apresentados pela Setur-MG (2013), com dados da RAIS/MTE, tabela 6.9, revelam que o número de estabelecimentos vinculados ao setor de turismo cresceu 34% em Tiradentes, entre 2008 e 2012.

Segundo Afonso e Castro (2013), o ISSQN enfrenta menor desgaste político, uma vez que seu pagamento não é tão visível quanto o do IPTU. Por outro lado, a crescente importância de tributos sobre serviços no financiamento municipal indica a necessidade de aperfeiçoar a administração do ISSQN. O crescimento das receitas correntes deveu-se, como pode ser observado nos gráficos 6.3 e 6.4, ao aumento das receitas tributárias e, em menor parte, às transferências intergovernamentais que compensaram as oscilações e quedas da quota-parte do ICMS, que reflete o nível de atividade industrial, comercial e transportes no município e que vem decrescendo.

O indicador receita per capita líquida (tabela 6.15) é um indicador que revela a disponibilidade total de receitas, incluindo as próprias e as transferências intergovernamentais, com que conta a administração municipal, por habitante, para atender as demandas dos cidadãos locais. Quanto maior este indicador maior a capacidade potencial de ofertar bens e serviços à população local.

Em 2010 o município apresentou a 4^a maior receita corrente líquida per capita da microrregião de São João del Rey, alcançando o montante de R\$1.483,91.

Conforme estudo da Fundação João Pinheiro (FJP, 1998), a capacidade de geração de receitas públicas de um ente federativo é determinada, sobretudo, pelo

seu estágio de desenvolvimento econômico. Economias que se encontram em estágios incipientes de desenvolvimento apresentam bases estreitas e pouco diversificada de tributação e, consequentemente, limitada capacidade de arrecadação dos poderes públicos. Nessa perspectiva, a partir do Índice de Desempenho Tributário e Econômico (IDTE), construído com base na determinação das receitas predominantes na arrecadação dos municípios, pode-se avaliar o seu estágio de desenvolvimento econômico e tributário.

De acordo com o IMRS da Fundação João Pinheiro (FJP, 2013) o IDTE

... revela, com base na composição das principais receitas correntes e impostos da administração, seu grau de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que determina sua capacidade de financiar os serviços que oferta e presta à sociedade com receitas que têm, como fato gerador, suas atividades econômicas, mesmo que essas receitas sejam classificadas como transferências no plano de contas do orçamento.

O valor do IDTE de Tiradentes, no período entre 2000 e 2011, embora indique que seja grande a dependência do município em relação às transferências de recursos de outros níveis de governo para a cobertura e financiamento de seus gastos, sempre ficou acima da média microrregional, sendo o segundo maior da Microrregião de São João del Rey (tabela 6.16) e revelando assim maior o grau de desenvolvimento da economia do município em relação aos demais municípios. Em consequência, no município, em relação aos demais municípios de porte semelhante da MR de São João del Rey, é maior a capacidade da administração pública de financiar suas atividades com receitas geradas por sua base econômica e, portanto, menor dependência de transferências de outros níveis de governo para a cobertura e financiamento de seus gastos.

6.4 Produção agropecuária municipal

Predomina no município a agricultura familiar dedicada a produção de leite, milho e feijão. Em 2006, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) existiam no município 136 estabelecimentos agropecuários, dos quais 85% (116 unidades) eram classificados como de agricultura familiar, de acordo com os critérios da Lei

Federal nº 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar). A área ocupada pelos estabelecimentos de agricultura familiar era 82% (1.214 ha) da área total dos estabelecimentos agropecuários do município.

O valor da produção agrícola e pecuária de Tiradentes é pequeno em relação àquela obtida na microrregião de São João del Rey, representando em média apenas 1,5% do total.

O rebanho bovino do município vem diminuindo desde 2004, quando foram registrados 4.283 cabeças e em 2012 eram 2.628 cabeças, segundo dados do IBGE (2012). A produção de leite, a principal fonte de renda das famílias rurais, também vem caindo. No período ocorreram pequenos ganhos de rendimento (tabela 4.17). A produção leiteira, em torno de 1,9 milhão de litros/ano (2012) é comercializada *in natura*, parte diretamente com consumidores domésticos e fabricantes de produtos alimentícios (doces, pães, bolos e outros) e, a maior parcela, com laticínios da região. A produção de leite e de queijos está concentrada nos distritos de Caixa D'Água da Esperança e Elvas. Uma parte do leite é processada no município e a produção de lácteos (principalmente queijos) é comercializada diretamente nas cidades vizinhas e no Rio de Janeiro.

Nos últimos cinco anos (2008-2012) a área colhida, em Tiradentes, das principais lavouras permanentes e temporárias manteve-se constante, porém ocorreram pequenos ganhos de produtividade como pode ser observado na tabela 6.18.

Na região de Cesar de Pina – próximo a São João del Rey e localizado às margens da rodovia BR-383 que liga São del Rei a Belo Horizonte – há expressiva produção de hortaliças e frutas, principalmente tangerina (mexerica) comercializadas no município, na própria região (principalmente em São João del Rey), na região do Alto Paraopeba (Congonhas e Conselheiro Lafaiete), na CEASA de Contagem e ainda nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro.

A maior parte da produção de milho e cana de açúcar é destinada a alimentação de bovinos e suíños dos rebanhos locais. A produção de feijão e mandioca é comercializada no município e na região.

A produção agropecuária local também é comercializada diretamente para a elaboração de merenda escolar, mas não é suficientemente diversificada para atender a toda a demanda.

Aos sábados funciona na Praça da Estação a feira dos produtores rurais, organizada pela prefeitura e pela Associação de Feirantes de Tiradentes, onde são comercializados produtos *in natura* e processados, como verduras, frutas, queijos, doces, cachaça e outros produtos oriundos da agricultura familiar. No entanto, conforme destacado durante as oficinas realizadas em Tiradentes, o número de expositores é muito pequeno – a feira contaria com cerca de 15 barracas para os produtores rurais e mais 6 barracas de alimentação.

Segundo os produtores rurais do município, as principais dificuldades que enfrentam atualmente são: a falta de regularidade na assistência técnica (a prefeitura tem veterinário, mas o atendimento tem sido dificultado pela falta de veículos); o baixo grau de associativismo; o processo de comercialização da produção envolvendo questões relacionadas à situação de informalidade de grande parte dos produtores; a falta de certificação dos produtos, a quantidade produzida e a preços insatisfatórios; e a escassez de mão de obra, devido à alternativa de ocupação na área urbana; bem como a insuficiência das políticas públicas voltadas para o setor.

6.5 Conclusões

Para a economia de Tiradentes, o setor de turismo representa uma atividade estratégica no desenvolvimento econômico sustentável, seja pela quantidade e diversidade de produtos e serviços envolvidos, seja pelo impacto produzido sobre os mais variados setores da economia e, ainda, pela sua capacidade de gerar postos de trabalho e renda – empregos diretos e indiretos, permanentes ou sazonais, mercado formal e informal, principalmente no setor serviços. Observou-se ainda uma alta incidência de micro, pequenas e médias empresas envolvidas nas atividades turísticas, o que deve motivar uma discussão mais profunda da real situação desses empreendimentos e a forma de sua contribuição para o crescimento do setor e, em última instância, da economia local.

Nessa perspectiva, durante o período das oficinas participativas, foi ressaltada a importância de se levar em consideração a capacidade contributiva do setor e de se tornar mais eficiente a tributação sobre o patrimônio e a prestação de serviços, como forma de implantar um código tributário mais justo e de aumentar a arrecadação de impostos municipais, superando os custos políticos e administrativos envolvidos em uma reforma tributária.

Cabe destacar a dificuldade em mensurar ao certo qual o real aporte da cadeia produtiva do turismo na economia local uma vez que não se dispõe de informações da Secretaria de Estado da Fazenda, sobre os valores do Valor Adicionado Fiscal (VAF) para os diversos componentes da atividade turística, pois o setor serviços está sujeito a uma legislação própria (ISSQN), com controles municipais e não estaduais, que não permitem a agregação de valor para o nível estadual.

Do ponto de vista da comunidade, foi mencionado que o desenvolvimento sustentável do turismo em Tiradentes passa pela necessidade de equilíbrio, de inclusão e igualdade entre os que moram, sejam nativos ou oriundos de outros locais, e os que visitam o município.

No que se refere ao artesanato, que ao longo tempo, com maior ou menor grau de sucesso, têm garantido emprego e renda para os artesãos locais, identificou-se a necessidade de promover ações de melhoria dos processos produtivos e dos produtos, incluindo ainda apoio à comercialização, promoção de certificação (selo de qualidade) e iniciativas de divulgação, bem como ações voltadas à qualificação da mão de obra e à formalização dos empreendimentos, quando for desejo da comunidade interessada. Por fim, parte da comunidade de Tiradentes considera que é importante definir áreas próprias para a instalação de indústrias artesanais (movelarias e serralherias).

Em relação à atividade agropecuária, as principais proposições/recomendações estão voltadas para o apoio à produção familiar, sobretudo a produção de leite, laticínios, hortigranjeiros e a fabricação de doces e compotas, alternativa que permite aumentar a renda das famílias dos agricultores, com incentivo ao associativismo e melhoria do processo de comercialização, visando atender, sobretudo, à demanda local dos hotéis, pousadas, restaurantes e merenda

escolar. Além disso, conforme destacado nas oficinas realizadas em Tiradentes, há necessidade de criar certificação (selo de qualidade) para essas atividades.

Quanto às finanças públicas do município, em particular a arrecadação do IPTU e do ISSQN, tanto a análise dos dados disponíveis como as entrevistas e oficinas, indicam que em Tiradentes há espaço para aumentar a arrecadação desses impostos, sem necessariamente aumentar alíquotas, investindo na melhoria da qualidade da tributação e da fiscalização, investindo em tecnologia e capital humano. De forma complementar, durante as oficinas, foi sugerida que no município fosse promovida a educação fiscal e viabilizada a participação da população na alocação dos recursos orçamentários.

6.6 Conjunto de tabelas e gráficos

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.1 Produto Interno Bruto (PIB) total dos municípios da Microrregião Geográfica de São João del Rey , 2001-2011, em R\$1.000,00 de 2013

Descrição	ANO										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Microrregião	1.769.991	1.763.232	1.749.878	1.855.661	1.852.332	1.969.568	2.108.974	2.201.304	2.194.791	2.424.549	2.541.889
Conceição da Barra de Minas	28.473	29.364	28.659	28.055	29.144	28.650	30.665	33.570	36.127	36.456	36.765
Coronel Xavier Chaves	30.228	29.410	27.361	27.214	27.495	27.785	29.647	33.082	34.667	37.603	35.710
Dores de Campos	82.467	84.816	81.097	87.042	97.205	106.722	116.447	106.623	104.511	115.443	169.334
Lagoa Dourada	87.937	89.853	96.154	93.823	94.221	94.882	106.363	119.236	121.237	125.847	121.460
Madre de Deus de Minas	35.451	35.113	49.721	53.414	54.834	49.480	53.250	67.207	68.907	66.737	69.320
Nazareno	83.866	85.625	88.351	99.149	107.383	103.997	105.573	120.485	117.213	138.940	167.859
Piedade do Rio Grande	99.948	94.972	90.621	114.917	130.081	152.480	190.827	189.075	222.193	220.074	171.848
Prados	48.447	50.237	52.428	55.903	57.753	59.908	64.724	72.571	72.678	84.395	94.059
Resende Costa	71.566	73.719	70.474	69.581	72.137	77.676	80.242	93.983	86.131	91.705	95.566
Ritápolis	36.994	37.447	35.698	34.456	35.672	37.671	40.289	43.221	42.824	50.696	48.555
Santa Cruz de Minas	34.996	37.270	34.208	36.943	35.904	39.565	42.435	40.811	46.007	52.145	51.999
Santana do Garambéu	12.815	13.402	12.278	12.153	12.415	13.761	15.474	17.148	17.882	19.446	19.420
São João del Rey	962.714	926.474	893.359	968.917	934.958	1.019.634	1.059.289	1.096.501	1.048.651	1.196.560	1.280.065
São Tiago	97.061	114.976	129.829	89.072	84.543	85.308	87.423	88.767	91.231	100.190	101.150
Tiradentes	57.028	60.553	59.639	85.021	78.588	72.048	86.326	79.023	84.532	88.312	78.779

Fonte: FJP/IMRS 2013

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.2 Taxa aritmética de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Tiradentes e municípios da microrregião de São João del Rey entre 2001 e 2011

Município e Microrregião	Período									
	2001 - 2002	2002 - 2003	2003 - 2004	2004 - 2005	2005 - 2006	2006 - 2007	2007 - 2008	2008-2009	2009 - 2010	2010 - 2011
Microrregião	-0,382	-0,757	6,045	1,543	4,525	7,079	4,378	-0,296	10,669	4,840
Conceição da Barra de Minas	3,128	-2,398	-2,111	5,674	-3,360	7,033	9,473	7,616	0,740	0,848
Coronel Xavier Chaves	-2,704	-6,968	-0,539	2,777	-0,658	6,701	11,585	4,792	8,473	-5,036
Dores de Campos	2,849	-4,385	7,331	13,603	7,928	9,113	-8,436	-1,981	10,993	46,682
Lagoa Dourada	2,179	7,013	-2,425	2,157	-1,006	12,101	12,102	1,678	3,828	-3,486
Madre de Deus de Minas	-0,954	41,603	7,428	4,428	-11,295	7,620	26,210	2,530	-3,258	3,870
Nazareno	2,098	3,184	12,222	10,173	-4,796	1,515	14,125	-2,716	13,612	20,814
Piedade do Rio Grande	-4,978	-4,581	26,810	15,148	15,230	25,150	-0,918	17,516	-0,912	-21,913
Prados	3,695	4,362	6,628	5,090	1,973	8,039	12,123	0,147	20,390	11,451
Resende Costa	3,010	-4,402	-1,267	5,462	5,852	3,305	17,124	-8,354	6,900	4,210
Ritápolis	1,224	-4,672	-3,479	5,317	3,811	6,951	7,278	-0,921	18,230	-4,224
Santa Cruz de Minas	6,500	-8,217	7,995	-1,135	8,327	7,253	-3,825	12,730	8,423	-0,279
Santana do Garambêu	4,580	-8,389	-1,017	3,919	8,958	12,452	10,816	4,282	8,620	-0,136
São João del Rey	-3,764	-3,574	8,457	-1,840	7,207	3,890	3,513	-4,364	14,948	6,979
São Tiago	18,457	12,919	-31,393	-3,447	-0,806	2,479	1,538	2,776	9,197	0,958
Tiradentes	6,182	-1,510	42,558	-5,972	-9,876	19,817	-8,460	6,971	4,741	-10,795

Fonte: FJP/IMRS 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.3 Valor Adicionado Total nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em R\$ 1.000,00 de 2013

Município e microrregião	Ano										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Microrregião (total)	1.608.645	1.617.428	1.598.641	1.693.808	1.706.636	1.789.936	1.917.994	2.002.854	2.021.613	2.222.396	2.328.170
Conceição da Barra de Minas	27.843	28.775	28.038	27.359	28.753	27.778	29.993	32.811	35.430	35.684	35.982
Coronel Xavier Chaves	29.300	28.607	26.546	26.341	26.903	26.670	28.662	32.105	33.616	36.179	34.602
Dores de Campos	74.798	77.262	73.588	79.575	85.783	93.033	100.762	91.113	88.896	99.451	142.648
Lagoa Dourada	84.555	86.580	92.765	90.241	91.326	90.345	102.015	115.067	117.085	120.900	117.122
Madre de Deus de Minas	33.941	33.826	48.149	51.638	53.345	47.256	51.333	65.155	66.859	64.310	66.718
Nazareno	80.519	82.516	85.168	96.154	105.051	100.636	102.240	116.183	113.831	133.960	162.067
Piedade do Rio Grande	84.119	81.716	77.881	99.579	112.911	130.472	163.276	161.424	189.083	187.604	147.612
Prados	46.219	47.882	49.497	52.446	54.312	55.746	60.170	68.046	68.467	78.646	88.920
Resende Costa	68.344	70.766	67.298	66.255	69.249	73.410	76.500	90.559	82.553	87.559	91.382
Ritápolis	35.979	36.517	34.748	33.448	34.962	36.322	39.129	41.991	41.446	48.864	46.984
Santa Cruz de Minas	33.561	35.326	32.341	34.706	34.357	37.280	40.093	38.720	44.064	49.959	49.285
Santana do Garambeú	12.435	12.989	11.838	11.732	12.198	13.298	14.992	16.684	17.505	18.983	18.975
São João del Rey	853.289	831.048	795.260	864.571	846.761	911.750	948.366	976.178	957.235	1.083.141	1.155.653
São Tiago	91.397	107.845	121.145	84.062	81.054	80.531	81.975	84.475	87.431	95.475	96.857
Tiradentes	52.347	55.773	54.377	75.700	69.671	65.407	78.490	72.343	78.114	81.680	73.364

Fonte: FJP/ IMRS 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.4 Valor Adicionado da Agropecuária nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em R\$ 1.000,00 de 2013

Município e microrregião	Ano										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Microrregião (total)	202.100	212.374	243.142	232.072	219.835	193.754	220.664	288.047	268.533	273.992	272.567
Conceição da Barra de Minas	10.840	11.561	12.354	11.333	11.072	9.280	10.744	11.878	13.091	12.495	12.122
Coronel Xavier Chaves	12.080	12.073	11.712	11.592	11.020	9.088	10.179	13.484	13.841	14.157	12.564
Dores de Campos	2.580	2.104	1.560	1.596	1.565	1.742	2.283	3.443	3.541	4.215	3.986
Lagoa Dourada	30.579	31.764	41.166	36.552	32.960	27.343	33.759	44.139	40.927	39.446	37.269
Madre de Deus de Minas	9.126	9.922	23.955	26.599	25.792	17.400	20.470	30.907	31.534	26.599	27.344
Nazareno	16.595	16.741	19.864	19.338	18.010	20.155	21.188	23.936	22.803	25.055	31.008
Piedade do Rio Grande	7.858	7.967	9.584	12.606	12.056	14.142	14.393	18.183	13.928	11.755	10.652
Prados	7.025	7.419	9.144	8.689	7.743	7.237	8.635	11.069	11.038	10.668	12.565
Resende Costa	19.593	21.656	21.313	17.698	16.919	15.042	16.137	28.135	18.009	16.861	17.011
Ritápolis	12.449	13.220	13.655	12.524	12.322	11.375	12.531	14.982	12.282	16.405	14.939
Santa Cruz de Minas	23	27	34	29	26	26	30	37	32	31	27
Santana do Garambéu	2.866	3.007	2.894	2.535	2.308	2.064	2.931	3.812	4.017	4.572	4.317
São João del Rey	44.295	45.782	44.308	46.374	44.674	38.357	43.014	57.167	57.711	66.004	60.919
São Tiago	23.274	25.993	28.389	21.545	20.476	18.062	21.488	23.292	22.578	22.571	24.922
Tiradentes	2.918	3.139	3.210	3.062	2.894	2.441	2.881	3.583	3.200	3.157	2.924

Fonte: FJP/ IMRS 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.5 Valor Adicionado da Indústria nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em R\$ 1.000,00 de dezembro 2013

Município e microrregião	Ano										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Microrregião (total)	352.644	355.059	384.396	461.039	423.419	406.614	426.790	444.648	395.233	507.863	537.805
Conceição da Barra de Minas	1.976	2.034	1.924	2.266	2.680	2.552	2.629	2.572	2.684	2.997	3.139
Coronel Xavier Chaves	1.979	1.975	1.842	1.889	1.947	2.231	2.304	2.191	2.332	3.015	3.288
Dores de Campos	27.346	30.075	30.546	35.264	38.076	39.552	44.685	35.015	31.053	35.664	37.187
Lagoa Dourada	6.262	6.072	6.567	9.182	9.804	10.080	12.307	12.175	13.962	15.860	12.236
Madre de Deus de Minas	4.033	3.215	3.181	3.363	3.853	4.163	4.491	5.268	5.805	6.710	7.009
Nazareno	32.631	33.884	35.445	47.199	53.870	43.967	45.110	50.962	48.599	63.439	80.327
Piedade do Rio Grande	5.101	5.053	6.472	12.844	14.578	7.030	8.934	8.230	10.700	24.603	10.002
Prados	7.156	8.679	10.523	13.405	13.970	14.254	14.658	17.647	16.096	23.529	29.625
Resende Costa	6.491	6.475	6.351	7.193	7.372	8.214	8.703	8.981	8.601	10.765	12.634
Ritápolis	3.052	2.923	2.745	2.902	3.194	3.333	4.016	3.623	5.010	6.268	5.945
Santa Cruz de Minas	6.516	6.407	6.414	6.606	5.955	5.803	6.228	4.698	7.035	9.286	7.064
Santana do Garambéu	861	891	886	962	978	1.076	1.193	1.150	1.277	1.490	1.594
São João del Rey	212.136	196.897	208.825	263.305	225.197	228.976	228.410	253.641	202.065	259.762	295.555
São Tiago	21.645	33.159	45.761	19.965	16.164	15.324	12.593	11.988	13.592	17.526	14.421
Tiradentes	15.458	17.317	16.915	34.694	25.780	20.059	30.529	26.508	26.422	26.950	17.779

Fonte: FJP/ IMRS 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.6 Valor Adicionado dos Serviços nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em R\$ 1.000,00 de 2013

Município e microrregião	Ano										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Microrregião (total)	1.053.901	1.049.996	971.103	1.000.697	1.063.382	1.189.568	1.270.540	1.270.159	1.357.847	1.440.540	1.517.798
Conceição da Barra de Minas	15.027	15.179	13.760	13.761	15.001	15.947	16.620	18.362	19.655	20.192	20.721
Coronel Xavier Chaves	15.241	14.558	12.993	12.861	13.936	15.352	16.179	16.429	17.442	19.007	18.750
Dores de Campos	44.872	45.083	41.483	42.715	46.142	51.738	53.793	52.656	54.302	59.572	101.475
Lagoa Dourada	47.713	48.744	45.031	44.507	48.563	52.922	55.950	58.754	62.196	65.594	67.617
Madre de Deus de Minas	20.783	20.690	21.012	21.677	23.700	25.692	26.371	28.980	29.520	31.000	32.365
Nazareno	31.293	31.891	29.859	29.618	33.172	36.514	35.942	41.284	42.429	45.467	50.733
Piedade do Rio Grande	71.160	68.695	61.826	74.129	86.277	109.300	139.949	135.011	164.455	151.246	126.958
Prados	32.038	31.784	29.829	30.352	32.599	34.255	36.877	39.330	41.333	44.449	46.730
Resende Costa	42.260	42.634	39.634	41.365	44.958	50.154	51.660	53.442	55.943	59.933	61.737
Ritápolis	20.478	20.375	18.348	18.022	19.447	21.615	22.582	23.387	24.154	26.191	26.100
Santa Cruz de Minas	27.022	28.893	25.894	28.071	28.376	31.450	33.835	33.985	36.997	40.642	42.195
Santana do Garambéu	8.709	9.091	8.058	8.235	8.911	10.159	10.867	11.722	12.211	12.920	13.064
São João del Rey	596.858	588.369	542.127	554.891	576.890	644.417	676.941	665.370	697.458	757.375	799.179
São Tiago	46.477	48.693	46.996	42.552	44.414	47.146	47.894	49.195	51.260	55.379	57.514
Tiradentes	33.972	35.316	34.252	37.944	40.997	42.907	45.080	42.252	48.491	51.573	52.661

Fonte: FJP/ IMRS 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.7 Valor Adicionado Total nos municípios de Tiradentes e da Microrregião de São João del Rey, em 2010/2011, R\$ 1.000,00 de 2013

Município e Microrregião	2010					2011				
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública (serviços)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública (serviços)	Total
Microrregião	273.992	507.863	1.440.540	434.135,23	2.222.396	272.567	537.805	1.517.798	447.047,52	2.328.170
Conceição da Barra de Minas	12.495	2.997	20.192	11.259	35.684	12.122	3.139	20.721	11.584	35.982
Coronel Xavier Chaves	14.157	3.015	19.007	9.969	36.179	12.564	3.288	18.750	9.849	34.602
Dores de Campos	4.215	35.664	59.572	22.191	99.451	3.986	37.187	101.475	23.109	142.648
Lagoa Dourada	39.446	15.860	65.594	29.452	120.900	37.269	12.236	67.617	31.108	117.122
Madre de Deus de Minas	26.599	6.710	31.000	13.083	64.310	27.344	7.009	32.365	13.271	66.718
Nazareno	25.055	63.439	45.467	19.117	133.960	31.008	80.327	50.733	20.000	162.067
Piedade do Rio Grande	11.755	24.603	151.246	12.782	187.604	10.652	10.002	126.958	12.604	147.612
Prados	10.668	23.529	44.449	19.780	78.646	12.565	29.625	46.730	20.111	88.920
Resende Costa	16.861	10.765	59.933	25.696	87.559	17.011	12.634	61.737	25.736	91.382
Ritápolis	16.405	6.268	26.191	12.564	48.864	14.939	5.945	26.100	12.577	46.984
Santa Cruz de Minas	31	9.286	40.642	17.689	49.959	27	7.064	42.195	18.115	49.285
Santana do Garambéu	4.572	1.490	12.920	7.934	18.983	4.317	1.594	13.064	8.005	18.975
São João del Rey	66.004	259.762	757.375	189.807	1.083.141	60.919	295.555	799.179	197.537	1.155.653
São Tiago	22.571	17.526	55.379	24.316	95.475	24.922	14.421	57.514	24.418	96.857
Tiradentes	3.157	26.950	51.573	18.497	81.680	2.924	17.779	52.661	19.024	73.364

Fonte: FJP/IMRS 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Notas: 1) O VA da Administração Pública refere-se a sua participação absoluta no VA de Serviço

2) Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.8 Valor Adicionado (VA) por setores econômicos de Tiradentes e municípios da Microrregião de São João del Rey, em percentual

Município e Microrregião	Ano									
	2010					2011				
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública (serviços)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública (serviços)	Total
Microrregião	12,33	22,85	64,82	30,14	100	11,71	23,10	65,19	29,45	100
Conceição da Barra de Minas	35,02	8,40	56,59	55,76	100	33,69	8,72	57,59	55,91	100
Coronel Xavier Chaves	39,13	8,33	52,54	52,45	100	36,31	9,50	54,19	52,53	100
Dores de Campos	4,24	35,86	59,90	37,25	100	2,79	26,07	71,14	22,77	100
Lagoa Dourada	32,63	13,12	54,25	44,90	100	31,82	10,45	57,73	46,01	100
Madre de Deus de Minas	41,36	10,43	48,20	42,20	100	40,98	10,51	48,51	41,00	100
Nazareno	18,70	47,36	33,94	42,05	100	19,13	49,56	31,30	39,42	100
Piedade do Rio Grande	6,27	13,11	80,62	8,45	100	7,22	6,78	86,01	9,93	100
Prados	13,56	29,92	56,52	44,50	100	14,13	33,32	52,55	43,04	100
Resende Costa	19,26	12,29	68,45	42,87	100	18,62	13,83	67,56	41,69	100
Ritápolis	33,57	12,83	53,60	47,97	100	31,80	12,65	55,55	48,19	100
Santa Cruz de Minas	0,06	18,59	81,35	43,52	100	0,05	14,33	85,61	42,93	100
Santana do Garambeú	24,09	7,85	68,06	61,40	100	22,75	8,40	68,85	61,28	100
São João del Rey	6,09	23,98	69,92	25,06	100	5,27	25,57	69,15	24,72	100
São Tiago	23,64	18,36	58,00	43,91	100	25,73	14,89	59,38	42,46	100
Tiradentes	3,86	32,99	63,14	35,87	100	3,99	24,23	71,78	36,13	100

Fonte: FJP/IMRS 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: 1) O VA da Administração Pública refere-se a sua participação relativa no VA de Serviço

2) Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Tabela 6.9 Número de estabelecimentos no setor de turismo, Tiradentes/MG 2006-2012

UNIDADE GEOGRÁFICA	ANO							TAXA DE VARIAÇÃO	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2011/2012	2006/2012
Tiradentes	132	129	134	136	155	171	177	3,50%	34,10%
Central	4.909	5.152	5.367	5.674	6.140	6.517	6.820	4,60%	38,90%
Minas Gerais	43.136	44.857	47.047	49.106	52.817	55.888	58.410	4,50%	35,40%

Fonte: SETUR, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.10 Taxa de emprego formal de Tiradentes/MG e microrregião de São João del Rey, 2000-2010

Município e Microrregião	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Microrregião (média)	11,60	12,84	13,59	14,65	14,81	16,65	16,77	18,14	18,59	19,20	20,47
Conceição da Barra de Minas	5,70	6,80	7,30	7,90	7,70	9,40	8,90	10,50	9,80	12,30	13,30
Coronel Xavier Chaves	10,00	8,70	9,20	10,30	8,70	11,70	12,10	12,40	14,10	16,10	17,70
Dores de Campos	23,70	23,60	26,30	28,80	27,50	32,80	32,70	39,20	40,10	43,80	48,20
Lagoa Dourada	8,40	14,00	10,50	11,00	12,10	12,60	12,90	14,30	14,50	15,40	15,80
Madre de Deus de Minas	10,10	11,40	11,70	13,00	11,50	13,60	14,20	14,30	11,60	14,80	15,40
Nazareno	10,10	11,40	10,90	12,30	13,70	17,20	17,00	16,80	18,60	16,00	16,50
Piedade do Rio Grande	7,40	8,40	9,80	11,00	11,90	11,70	14,10	14,60	13,80	14,50	16,40
Prados	11,30	12,40	13,80	15,10	15,20	16,70	16,00	18,00	18,40	18,00	19,30
Resende Costa	7,20	7,60	8,70	10,20	10,20	11,10	11,70	12,50	12,60	13,10	13,70
Ritápolis	7,50	8,10	9,40	9,40	9,70	12,40	13,50	14,50	16,50	14,70	15,80
Santa Cruz de Minas	5,10	7,10	7,80	9,20	8,70	9,80	9,70	10,70	11,60	13,30	14,30
Santana do Garambeú	14,90	14,70	15,20	15,90	16,00	16,00	15,30	17,60	18,10	14,10	14,80
São João del Rey	20,90	22,80	23,40	23,40	23,70	25,60	26,00	26,90	27,90	28,60	31,40
São Tiago	11,40	14,00	15,10	15,70	15,20	16,70	17,10	17,30	16,70	17,30	19,60
Tiradentes	20,30	21,60	24,80	26,50	30,40	32,50	30,30	32,50	34,50	36,00	34,90

Fonte: FJP/IMRS 2011

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Número de empregados no setor formal, em 31 de dezembro, dividido pela população na faixa etária de 16 a 64 anos, em percentual

Tabela 6.11 Número de empregados no setor do turismo e renda média mensal, em valores correntes, dos trabalhadores no setor de turismo (R\$), Tiradentes, 2006-2012

	DESCRIÇÃO	UNIDADE GEOGRÁFICA		
		Tiradentes	Central	Minas Gerais
Anos	2006 Número de empregados	506	28.303	306.846
	Renda média (R\$)	459,8	553,75	646,68
	2007 Número de empregados	548	31.066	326.960
	Renda média (R\$)	500,92	605,92	690,81
	2008 Número de empregados	577	32.339	343.304
	Renda média (R\$)	566,68	653,5	740,51
	2009 Número de empregados	607	32.334	354.648
	Renda média (R\$)	622,97	703,58	814,4
2010	Número de empregados	623	37.474	377.762
	Renda média (R\$)	682,19	772,15	891,75
2011	Número de empregados	692	37.582	400.008
	Renda média (R\$)	743,32	832,5	982,64
2012	Número de empregados	720	38.693	395.386
	Renda média (R\$)	826,8	917,83	1.087,23

Fonte: SETUR, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Tabela 6.12 Renda média per capita de Tiradentes e microrregião de São João del Rey, 2000/2010 em R\$ de dez/2010

Município/Microrregião	Ano		Taxa Geométrica de Crescimento (%)
	2000	2010	
Microrregião (média)	340,05	567,98	5,3
Conceição da Barra de Minas	267,45	542,08	7,3
Coronel Xavier Chaves	301,36	564,83	6,5
Dores de Campos	379,38	533,91	3,5
Lagoa Dourada	312,36	485,85	4,5
Madre de Deus de Minas	329,65	552,39	5,3
Nazareno	318,6	508,53	4,8
Piedade do Rio Grande	255,63	488,74	6,7
Prados	300,67	538,55	6
Resende Costa	320,86	573,56	6
Ritápolis	284,91	499,21	5,8
Santa Cruz de Minas	357,44	525,09	3,9
Santana do Garambéu	259,52	455,73	5,8
São João del Rey	558,02	803,74	3,7
São Tiago	328,99	519,27	4,7
Tiradentes	525,86	928,21	5,8

Fonte: FJP/ IMRS 2011

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Tabela 6.13 Principais indicadores de receita municipal de Tiradentes, 2007-2013, em R\$1000,00 de 2013

Ano	ISSQN	IPTU	Receita tributária	ICMS	Receita corrente	Receita tributária/receita corrente (%)
2007	495,24	249,70	1.069,53	2.705,81	12.861,26	8,32
2008	459,53	291,21	1.022,16	2.619,08	13.276,34	7,70
2009	543,56	220,91	1.194,92	2.114,89	13.200,00	9,05
2010	595,86	246,22	1.291,92	2.369,54	13.786,49	9,37
2011	783,70	258,28	1.579,31	2.955,69	14.839,95	10,64
2012	970,70	296,98	1.837,33	3.012,58	16.124,47	11,39
2013	999,13	422,76	2.068,14	2.791,87	16.600,00	12,46
Total	4.847,73	1.986,06	10.063,30	18.569,47	100.688,51	9,99
Média	692,53	283,72	1.437,61	2.652,78	14.384,07	9,99

Fonte: STN/FINBRA/ Prefeitura Municipal de Tiradentes

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.14 Indicadores da Receita Tributária da microrregião de São João del Rey, 2010-2012, em valores de 2013

Município e microrregião	ISSQN			IPTU			Receita Tributária		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Microrregião (total)	7.443.379,40	8.619.208,80	8.669.829,92	4.682.563,05	6.020.875,36	5.791.677,54	19.511.950,39	22.282.986,35	23.021.231,46
Microrregião (média)	531.669,96	615.657,77	619.273,57	334.468,79	430.062,53	413.691,25	1.393.710,74	1.591.641,88	1.644.373,68
Conceição da Barra de Minas	41.634,99	46.571,91	61.376,42	30.783,30	31.626,18	30.558,69	156.454,75	174.381,42	213.035,71
Coronel Xavier Chaves	146.406,72	138.758,58	92.039,43	47.727,75	49.132,64	49.677,61	343.462,92	339.132,64	334.915,32
Dores de Campos	152.838,13	195.220,97	..	89.689,21	93.938,51	..	507.233,96	601.853,81	-
Lagoa Dourada	388.308,49	308.605,94	324.653,43	123.377,14	126.442,96	129.605,30	742.577,79	697.498,60	745.955,04
Madre de Deus de Minas	133.536,72	234.910,73	157.458,94	23.325,44	23.842,01	23.929,05	292.263,73	373.078,80	308.629,53
Nazareno	590.304,66	1.120.382,16	1.076.082,88	114.111,89	93.016,10	100.984,12	891.992,15	1.531.960,18	1.509.745,15
Piedade do Rio Grande	60.376,03	105.122,96	161.819,76	84.258,01	82.676,54	86.637,42	261.370,60	419.449,82	353.878,41
Prados	138.026,35	110.387,78	182.247,20	40.186,20	45.975,20	45.293,25	343.494,18	333.808,63	489.993,82
Resende Costa	281.504,81	212.672,29	186.717,39	172.649,39	167.194,01	175.446,48	783.237,04	708.924,50	697.029,40
Ritápolis	73.854,12	52.741,39	86.991,51	57.059,00	65.743,21	55.279,34	285.558,52	211.250,00	264.544,18
Santa Cruz de Minas	47.897,08	67.183,88	102.815,35	46.604,22	39.663,18	46.527,39	282.862,65	312.239,64	340.263,09
Santana do Garambéu	25.188,47	3.842,56	169.318,62
São João del Rey	4.623.645,54	5.050.876,98	5.067.665,67	3.545.925,88	4.885.032,34	4.687.400,52	12.624.118,28	14.245.257,07	15.243.533,43
São Tiago	169.183,50	192.080,69	174.070,64	60.649,28	58.312,13	59.524,46	705.410,23	754.846,13	513.052,30
Tiradentes	595.862,26	783.692,54	970.702,85	246.216,33	258.280,35	296.971,36	1.291.913,59	1.579.305,11	1.837.337,46

Fonte: STN/FINBRA

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: 1) Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100

Nota: 2) Os dados do município de Santana do Garambéu nos anos de 2010 e 2011 não estão disponíveis, assim como os dados de Dores de Campos ano de 2012

Tabela 6.15 Receita Líquida per capita de Tiradentes e microrregião de São João del Rey, em R\$ de 2013/ hab 2001-2011

Município e Microrregião	Ano										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Microrregião (média)	1.501,44	1.468,72	1.080,35	1.175,43	1.351,91	1.578,41	1.667,16	2.161,82	1.909,37	1.592,54	1.932,57
Conceição da Barra de Minas	1.674,02	1.807,30	1.326,83	1.363,53	1.580,36	1.899,59	1.888,19	2.639,89	2.310,17	1.791,04	2.271,28
Coronel Xavier Chaves	2.282,92	2.191,34	1.614,08	1.741,74	1.969,87	2.215,62	2.282,86	3.217,97	2.818,47	2.384,33	2.758,43
Dores de Campos	1.073,66	1.126,53	850,79	949,10	1.092,69	1.217,47	1.282,33	1.531,00	1.324,39	1.153,15	1.383,65
Lagoa Dourada	1.146,89	1.114,30	856,88	872,69	1.011,08	1.070,64	1.239,45	1.369,33	1.526,31	1.376,94	1.636,90
Madre de Deus de Minas	1.485,52	1.618,06	1.173,05	1.321,87	1.457,40	1.788,65	1.889,65	2.554,09	2.123,07	1.644,33	2.278,08
Nazareno	1.158,43	1.218,52	953,89	1.074,30	1.329,10	1.402,20	1.469,45	2.264,32	1.671,84	1.676,86	1.974,62
Piedade do Rio Grande	1.331,26	1.352,12	1.102,49	1.210,94	1.417,77	1.793,56	1.896,75	2.401,27	2.050,66	1.717,19	2.081,67
Prados	1.161,78	1.172,49	816,59	863,91	1.010,04	1.304,12	1.243,53	1.540,20	1.494,64	1.191,60	1.441,39
Resende Costa	2.192,49	1.046,83	772,46	822,38	929,20	1.023,96	1.100,97	1.411,34	1.341,29	1.079,45	1.439,71
Ritápolis	1.398,36	1.380,26	1.029,69	1.255,23	1.275,25	1.502,59	1.597,66	2.046,42	1.907,86	1.517,55	1.867,52
Santa Cruz de Minas	835,41	886,97	636,73	718,55	843,08	1.076,22	1.028,21	1.460,27	1.275,43	989,70	1.239,60
Santana do Garambêu	3.132,61	3.174,23	2.278,88	2.413,29	2.760,12	3.376,94	3.433,46	4.394,06	3.995,10	3.057,42	3.684,56
São João del Rey	1.020,66	1.080,92	858,31	937,58	1.157,97	1.328,38	1.512,67	1.596,40	1.499,25	1.480,80	1.657,85
São Tiago	1.003,91	1.063,99	745,51	825,17	924,93	1.005,31	1.118,75	1.644,85	1.369,31	1.103,60	1.319,05
Tiradentes	1.623,69	1.796,99	1.189,06	1.261,21	1.519,79	1.670,91	2.023,52	2.355,94	1.932,71	1.724,15	1.954,25

Fonte: FJP/ IMRS 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal

Tabela 6.16 Índice de Desenvolvimento Tributário e Econômico (IDTE) de Tiradentes e microrregião de São João del Rey, 2000-2011

Município/Microrregião	Ano											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Microrregião (média)	20,70	20,66	18,94	20,03	20,98	20,37	21,11	22,89	20,11	19,01	24,72	25,51
Conceição da Barra de Minas	11,31	11,00	8,79	11,61	12,45	13,62	11,34	17,52	11,52	11,77	18,31	19,50
Coronel Xavier Chaves	12,52	16,67	12,31	16,38	16,60	15,17	14,46	14,30	14,25	13,59	20,72	21,10
Dores de Campos	29,90	32,52	31,12	30,68	32,65	32,77	31,12	31,88	28,48	21,53	27,52	31,02
Lagoa Dourada	24,11	25,22	23,66	23,07	23,95	22,38	23,07	24,26	23,08	23,23	28,63	28,52
Madre de Deus de Minas	16,81	14,30	11,32	15,08	17,79	14,30	19,23	17,81	18,02	14,75	20,67	22,25
Nazareno	29,10	23,89	24,02	26,53	25,52	26,54	28,43	31,66	29,54	22,79	33,03	38,07
Piedade do Rio Grande	13,82	9,45	8,16	12,72	14,17	10,88	12,03	13,47	13,39	11,50	18,55	20,71
Prados	21,92	22,78	19,40	19,71	19,89	21,65	23,54	26,19	21,71	21,91	27,89	27,15
Resende Costa	21,20	20,86	16,98	17,84	17,51	16,64	17,65	20,61	17,01	18,45	24,26	22,63
Ritápolis	13,19	11,36	7,33	13,60	13,97	12,63	12,65	15,53	12,16	14,58	18,59	17,50
Santa Cruz de Minas	14,05	13,75	10,06	9,28	11,20	11,11	14,04	14,61	11,74	12,35	15,79	17,04
Santana do Garambêu	6,99	9,47	10,31	5,97	8,89	7,96	8,13	7,78	6,69	8,21	16,21	15,58
São João del Rey	45,50	46,73	49,56	48,47	49,54	48,15	47,77	49,47	41,57	42,31	44,76	44,63
São Tiago	25,27	24,79	21,89	20,95	21,52	20,32	19,85	19,57	20,85	17,33	20,45	21,90
Tiradentes	24,85	27,09	29,23	28,58	29,09	31,49	33,27	38,74	31,70	30,77	35,37	35,05

Fonte: FJP/IMRS 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Tabela 6.17 Efetivo dos rebanhos e produção deTiradentes/MG, 2004-2012

Efetivo/Produção	Ano								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bovinos (cabeças)	4283	2916	3015	2751	2752	2642	2478	2466	2628
Equinos (cabeças)	167	172	183	187	193	201	209	201	213
Galinhas (cabeças)	2914	2948	2981	2997	3011	3023	3038	3098	3159
Galos, frangos e pintos (cabeças)	773	802	833	844	852	859	865	904	942
Suíños (cabeças)	883	905	930	952	966	979	994	1054	1084
Vacas Ordenhadas (cabeças)	1284	1192	1165	1188	1142	1047	1060	1072	1139
Leite de vaca (mil litros)	2136	1985	1940	1977	1900	1742	1764	1784	1895
Mel de abelha (kg)	1244	1336	1405	1485	1551	1605	1616	1656	1682
Ovos de galinha (mil dúzias)	23	22	22	22	22	22	23	23	23

Fonte: IBGE/PPM,2012

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

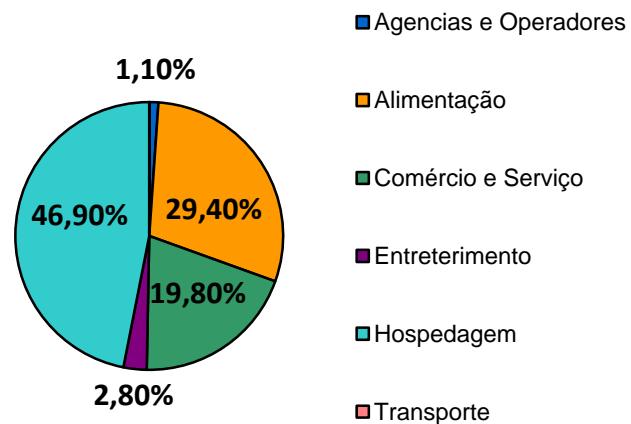
Tabela 6.18 Área colhida, produção e rendimento das lavouras temporárias e permanentes de Tiradentes/MG - 2008-2012

Cultura	Unidade	Ano				
		2008	2009	2010	2011	2012
Milho	ha	350	350	350	300	350
	t	1.330	1.260	2.100	1800	2100
	t/ha	3,8	3,6	6	6	6
Cana de açúcar	ha	28	28	28	28	28
	t	1.120	1.120	1.120	1680	1680
	t/ha	40	40	40	60	60
Mandioca	ha	26	26	26	26	29
	t	351	351	351	390	480
	t/ha	13,5	13,5	13,5	15	16,6
Café	ha	5	5	5	5	5
	t	2	3	3	4	9
	t/ha	0,4	0,6	0,6	0,8	1,8
Tangerina	ha	36	36	36	36	25
	t	756	756	756	864	500
	t/ha	21	21	21	24	20

Fonte: IBGE/PAM, 2012

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

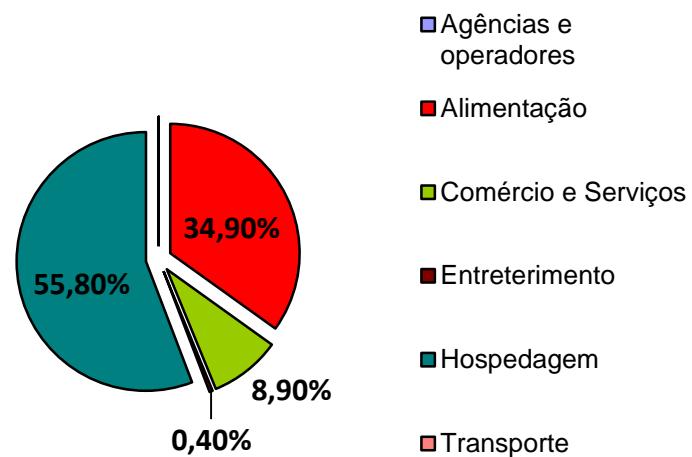
Gráfico 6.1 Distribuição do número de estabelecimentos por setor do turismo, Tiradentes/MG 2012



Fonte: SETUR, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

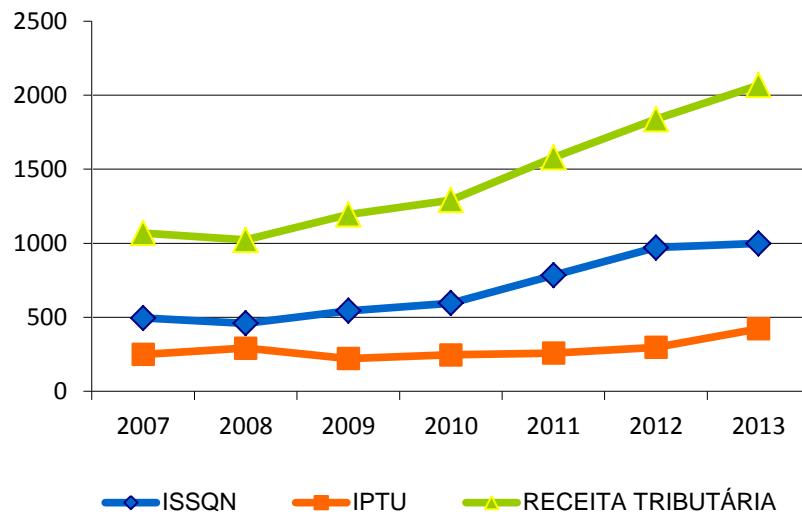
Gráfico 6.2 Distribuição do número de empregados por setor do turismo, Tiradentes/MG, 2012



Fonte: SETUR, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Gráfico 6.3 Evolução das Receitas Tributárias de Tiradentes/MG
2007-2013, em R\$1.000 de 2013

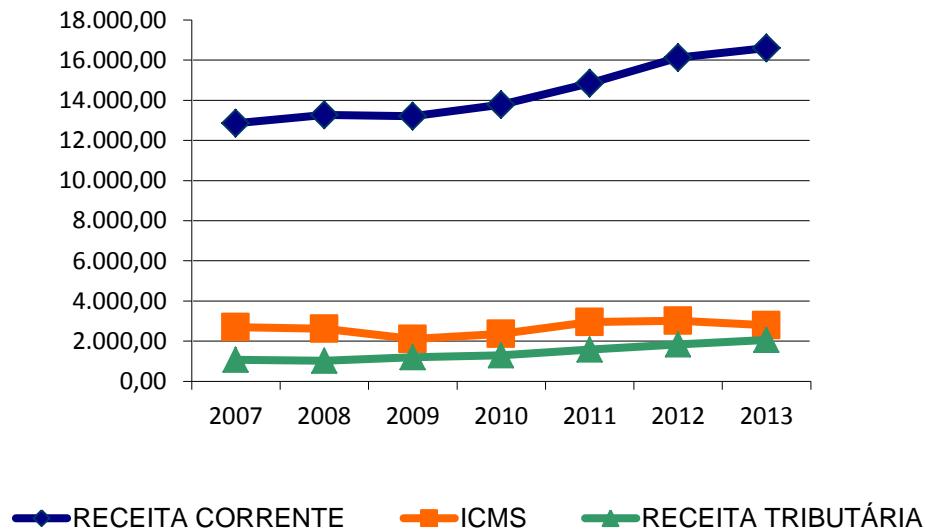


Fonte: STN/FINBRA/ Prefeitura Municipal de Tiradentes

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

Gráfico 6.4 Evolução da Receita Corrente de Tiradentes/MG, 2007-2013,
em R\$1.000 de 2013



Fonte: STN/ FINBRA/ Prefeitura Municipal de Tiradentes

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, índice geral 2013(Média aritmética simples do ano de 2013 = 100)

7 TURISMO

O diagnóstico do turismo em Tiradentes baseou-se em levantamentos dos dados secundários disponíveis, em entrevistas realizadas com representantes da prefeitura e da Diretoria de Turismo de Tiradentes, representantes da Associação dos Empresários de Tiradentes (ASSET) e da associação de empresários “Tiradentes Mais”, representantes do IHGT, do IPHAN, de associações de bairros e de agência de viagem no município, dentre outros, e na discussão do tema em oficinas participativas.

Inicialmente apresenta-se uma análise da política pública de turismo nos níveis federal e estadual, com as quais a política municipal deve estar articulada. Em seguida, em uma segunda seção, caracteriza-se o turismo municipal, abrangendo a oferta turística, os aspectos de demanda e comercialização, e principais problemas socioambientais relacionados à atividade. A terceira seção foca no sistema de gestão local do turismo e a quarta seção sintetiza as conclusões e recomendações.

7.1 Análise institucional da política de turismo nos níveis federal e estadual

7.1.1 O arranjo institucional do Sistema Nacional de Gestão do Turismo

O Ministério do Turismo (MTur) visa desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social (BRASIL, 2013)⁵⁰.

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo faz parte da estrutura organizacional do MTur e auxilia na formulação, na elaboração e no monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos

⁵⁰ Veja os sites. Disponível em:
<<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/missao/>.
Acesso em : 16/10/2013

Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.

Para subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao fortalecimento do turismo nacional há a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. O órgão visa promover o desenvolvimento da infraestrutura e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Também estabelece e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios nesses programas.

Desde janeiro de 2003, com a instituição do Ministério do Turismo, a atuação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) concentra-se na promoção, no marketing e no apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. Para tanto, tem o “Plano Aquarela” como orientador de seus programas de ação.

O modelo de gestão descentralizada concebido pelo Plano Nacional de Turismo integra as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada por meio da criação de ambientes de reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade nas diversas escalas territoriais e de gestão do País. Com isso, alcança todas as regiões brasileiras e todos os setores representativos do turismo, de modo a legitimar e a subsidiar a ação ministerial e de seus parceiros.

Esse modelo de gestão propõe a constituição de um sistema nacional de gestão do turismo no País. É composto, no seu nível estratégico, por um núcleo básico formado pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Além disso, os fóruns e conselhos estaduais de turismo, instâncias de representação do turismo nas unidades da Federação complementam a rede de gestão descentralizada.

Para cumprir a função de articulação, em todos os elos da cadeia de relacionamento, a gestão descentralizada tem a sua ação complementada na ponta, pelas instâncias de representação regional do turismo e pelos municípios onde a atividade turística se realiza.

O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o ministro de Estado do Turismo na formulação e na aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades derivados. Sua formação é composta por representantes do governo federal e dos diversos segmentos do turismo. O Conselho é hoje integrado por 70 conselheiros de instituições públicas e entidades privadas do setor em âmbito nacional.

As câmaras temáticas são agrupamentos de instituições que compõem o Conselho Nacional de Turismo, com o objetivo de identificar e discutir assuntos específicos capazes de impactarem na consecução da Política Nacional do Turismo. São 9 câmaras referentes às áreas de financiamento e investimento, infraestrutura, legislação, negociações internacionais de serviços turísticos, promoção e apoio à comercialização, qualificação profissional, regionalização, segmentação e turismo sustentável e infância.

Criado em 7 de novembro de 2000, o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) é um colegiado formado pelos secretários estaduais de Turismo e/ou presidentes de órgãos estaduais de Turismo. Os representantes debatem temas relevantes do turismo nacional, incorporam as demandas estaduais, regionais e nacionais, e expressam o pensamento e a ação do executivo estadual na gestão do turismo, constituindo um bloco de expressão técnica e política (BRASIL, 2014).

O FORNATUR atua, junto ao Conselho Nacional do Turismo, como órgão assessor do Ministério do Turismo, na elaboração e na implantação do Plano Nacional do Turismo e na discussão dos principais programas e projetos do turismo brasileiro. Sob a coordenação do Ministério do Turismo, integra o Núcleo Estratégico do Turismo. Além disso, o Fórum tem representantes em todas as câmaras temáticas do Conselho Nacional do Turismo.

O Comitê Interministerial de Facilitação Turística (CIFaT) foi criado pela Lei Geral do Turismo, de 17 de setembro de 2008, para compatibilizar o Plano Nacional de Turismo com as demais políticas públicas do governo federal.

Além de incluir o turismo nos programas, projetos e ações de diversas áreas do governo, o CIFaT busca incentivar a criação de linhas de crédito e financiamento específicos para setor de turismo, apoiar a formação e a qualificação da mão-de-obra para esse setor e estimular a redução de exigências para o ingresso de turistas no país. Para isso, o CIFaT pode atuar em atividades conduzidas por órgãos que possuem relação direta ou indireta com o turismo, e estabelecer subcomissões responsáveis por temas específicos do Plano Nacional de Turismo.

Os Conselhos Estaduais de Turismo são entidades de caráter propositivo, consultivo e mobilizador, que visam à integração de todas as instituições que compõem a cadeia produtiva do turismo. Possuem uma composição tripartite composta por governo, iniciativa privada e terceiro setor. Além disso, esses conselhos são importantes instrumentos no processo de descentralização da atividade turística no País, funcionando como canais entre estados, municípios e o Núcleo Estratégico de Turismo – formado pelo MTur, Conselho Nacional de Turismo e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo.

Nos estados brasileiros, os conselhos colocam em prática o Programa da Gestão Descentralizada, previsto no Plano Nacional de Turismo, possibilitando que os agentes públicos e privados participem da elaboração, da implantação e do monitoramento da Política Nacional de Turismo por meio dos programas e ações do setor.

A Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil em âmbito regional. Essas Instâncias podem assumir estrutura e caráter jurídico diferenciados, sob a forma de fóruns, conselhos, associações, comitês, consórcio ou outro tipo de colegiado.

A formulação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 consolida a Política Nacional de Turismo e apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade no Brasil para os próximos anos. Resulta do esforço integrado do governo federal, envolvendo a iniciativa privada e o terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do Ministério do Turismo (BRASIL, 2013).

O plano foi construído de acordo com as orientações do governo federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012/2015. Ele define as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza. Tem ainda como insumo básico o Documento Referencial - Turismo no Brasil 2011/2014 e destaca, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem direcionar o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a participação e diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.

Cabe destacar a extrema importância relacionada à segurança jurídica, como fator preponderante para a construção de um ambiente favorável, que viabilize as iniciativas e os investimentos no setor, por parte dos empreendedores nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, um dos objetivos do Plano Nacional do Turismo é exatamente o de estabelecer mecanismos que garantam estabilidade e confiança, no que se refere à obtenção de licenças, autorizações, concessões e demais exigências do estado, para a instalação e operação de empreendimentos turísticos no País.

A partir dessas diretrizes estratégicas, considerando o comportamento da atividade no mercado nacional e internacional e os desafios impostos, são definidos objetivos a serem alcançados: incentivar o brasileiro a viajar pelo país; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos.

A organização do Plano Nacional de Turismo segue uma estrutura lógica, que interliga as diretrizes estratégicas, os objetivos e resultados esperados e a proposição e o desenvolvimento de programas, projetos e ações.

Existe uma pluralidade de programas e ações do MTur relacionados ao tema turismo. O presente trabalho destacará os que são considerados mais relevantes para o município de Tiradentes. Eles estão agrupados por categorias de ações descritas a seguir.

Programa de Conhecimento do Turista, Mercado e Território

Tem por objetivo atuar em consonância com os principais órgãos oficiais produtores de estatísticas, visando à consolidação da produção de dados sobre o turismo; avançar na elaboração da Conta-Satélite do Turismo; e subsidiar políticas públicas e privadas relacionadas ao planejamento e desenvolvimento do setor turístico brasileiro.

As principais ações desse programa são: implantação da plataforma interinstitucional de dados e implementação do sistema de inteligência. A primeira visa garantir a colaboração entre os diferentes órgãos para a utilização conjunta e coerente dos dados estatísticos sobre a atividade turística no Brasil. Busca assegurar o avanço das ações do Ministério do Turismo rumo a um sólido sistema de estatística de turismo no país e a construção da Conta-Satélite de Turismo (CST), conforme expresso nas Recomendações Internacionais de Estatísticas de Turismo (RIET2008), da Organização Mundial de Turismo (OMT) e do Projeto de Harmonização de Estatística de Turismo dos Países do Cone Sul.

Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Sustentável da Atividade Turística

Suas principais ações são: Passaporte Verde, Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), Programas de Integração à Produção Associada ao Turismo e Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas.

O objetivo da ação Turismo Sustentável e Infância (TSI) é trabalhar a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes em todos os níveis do turismo brasileiro e ao mesmo tempo desenvolver, por meio da atividade turística, proteção ao meio ambiente, redução da pobreza e das desigualdades regionais pela criação de empregos e geração de renda. Essa ação tem como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança.

Os Programas de Integração à Produção Associada ao Turismo envolvem ações de fomento e de promoção de produtos associados ao turismo que visam identificar e melhorar a qualidade e a inserção, na cadeia produtiva do turismo, de atividades e produtos desenvolvidos pela comunidade local. Buscam agregar valor e competitividade aos destinos turísticos por meio da ampliação e da diversificação da

oferta turística motivada pela inserção de novas alternativas de trabalho e renda que ressaltam as especificidades regionais.

Dentre as formas de apoio, destacam-se: a sensibilização de guias de turismo, agentes de viagem e operadores quanto à agregação de valor aos roteiros a partir da inclusão de produtos associados, apoio à formatação de roteiros turísticos organizados com foco em produtos associados. A valorização e divulgação dos produtos associados ao turismo tem por objetivo exaltar os atributos de qualidade e de diferenciação dos produtos associados ao turismo para despertar o interesse dos turistas em conhecê-los e consumi-los.

Quanto à ação de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas, o Ministério do Turismo apoia a formulação e a implementação de projetos em que o turismo é indutor do desenvolvimento local e da geração de emprego e renda. São priorizadas áreas de investimentos com impactos socioeconômicos em territórios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os projetos com base nos valores de economia solidária promovem a inclusão social.

Dentre as ações desenvolvidas nesta área, destacam-se: o fortalecimento das atividades do turismo comunitário que promovam inserção na economia de mercado com base nos princípios de economia solidária; o incentivo à realização de estudos, pesquisas, prospecção de planos e projetos sociais para o desenvolvimento sustentável do turismo em regiões de baixo dinamismo econômico e com potencial turístico pouco explorado.

Os programas do MTur na área de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas são executados, em sua maioria, por meio de apoio a projetos de órgãos de governo estadual e municipal, da administração direta e indireta e de entidades sem fins lucrativos.

Programa de Estruturação dos Destinos Turísticos

Visa apoiar o desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras utilizando o planejamento, organização e gestão territorial e institucional dessas regiões por meio do apoio à sensibilização e mobilização das comunidades, do fortalecimento de instâncias de governança, do apoio à elaboração e implementação

de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo. Visa ainda, por meio da formalização de redes de relacionamentos, a realização de estudos e eventos para subsidiar a implementação das ações de regionalização do turismo e, sobretudo, da articulação interna com os demais programas do Ministério do Turismo.

As principais ações/programas constantes nesse Programa de Estruturação dos Destinos Turísticos são: a Regionalização do Turismo, o Inventário da Oferta Turística, o Prodetur, a Melhoria da Infraestrutura Turística, o Índice de Competitividade do Turismo Nacional, o Viaja Mais, o Turismo Acessível, o Programa de Qualificação para o Desenvolvimento do Turismo e o Talentos do Brasil Rural. A seguir são apresentadas as ações que mais se destacam e que possuem pertinência com o turismo municipal e regional.

O Programa de Regionalização do Turismo tem como objetivo organizar o território brasileiro em regiões turísticas, para fins de gestão e identificar as necessidades das mesmas, orientando a atuação estratégica dos demais departamentos do Ministério do Turismo.

Os eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo representam, de forma prática e aplicável, o próprio ciclo de desenvolvimento e produção de atividades, bens e serviços turísticos nas regiões e municípios.

Seu caráter transversal é o seu ponto de equilíbrio, uma vez que possibilita a integração e convergência das ações e esforços do Ministério do Turismo – Secretarias, Diretorias, Coordenações – às demandas de estados, regiões e municípios turísticos.

Estes eixos orientam as ações estratégicas que se constituem nas áreas de resultados a serem alcançadas na Regionalização do Turismo. Dessa forma, as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo, são traduzidas em oito eixos de atuação e respectivas ações estratégicas:

- gestão descentralizada do turismo;
- planejamento e posicionamento de mercado;
- qualificação profissional, dos serviços e da produção associada;
- empreendedorismo, captação e promoção de investimento;
- infraestrutura turística;

- informação ao turista;
- promoção e apoio à comercialização;
- monitoramento.

O Inventário da Oferta Turística (INVTUR) consiste em levantar, identificar, registrar e divulgar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as estruturas de apoio ao turismo, as instâncias de gestão e outras condições gerais que viabilizam a atividade turística, como base de informações para que se planeje e gerencie adequadamente o processo de desenvolvimento. O intuito é permitir que o município faça um levantamento de sua infraestrutura e atrativos com a finalidade de reconhecer o que for passível de utilização para fins turísticos. Com isso, é possível embasar as ações de planejamento, gestão, promoção e incentivo à comercialização do turismo a partir da adoção de uma metodologia-padrão para inventariar a oferta turística no país.

A ação de Melhoria da Infraestrutura Turística é alcançada pelo apoio aos investimentos de infraestrutura turística, para permitir a expansão da atividade e a melhoria da qualidade do produto para o turista nas diversas regiões do país. Busca-se desenvolver o turismo nas regiões onde exista oferta e demanda, provendo os destinos de infraestrutura turística adequada para a expansão da atividade e melhoria dos produtos e serviços ofertados.

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional tem como objetivo gerar indicadores sobre o desenvolvimento do setor do turismo em 65 destinos turísticos indutores (entre os quais Tiradentes), por meio de um diagnóstico que acompanha a evolução desses destinos com relação à competitividade. O estudo utiliza a metodologia de pesquisa sobre competitividade desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com o Ministério do Turismo e o SEBRAE Nacional, aplicada desde 2008 nos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional do turismo.

Após o monitoramento dos resultados e da evolução dos destinos, nas dimensões definidas como componentes do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, é possível subsidiar ações governamentais para o desenvolvimento da atividade turística nestas localidades. A análise dos resultados permite identificar necessidades de melhores práticas para instruir autoridades locais, iniciativa privada

ou terceiro setor a efetuar as correções de rumo viáveis e que se fizerem necessárias em prol do incremento dos níveis de competitividade turística nos municípios pesquisados.

O Turismo Acessível ao buscar a necessidade de inclusão de Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) nas atividades e serviços turísticos, constitui a política de acessibilidade do Ministério do Turismo para o período de 2012-2014. As propostas visam promover a inclusão social e o acesso desses portadores PNEs aos benefícios da atividade turística, permitindo-lhes o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia.

Esse Programa integra as ações e iniciativas do Governo Federal que buscam defender e garantir condições de vida com dignidade, plena participação e inclusão na sociedade, e igualdade de oportunidades a todas as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nesta perspectiva, o Programa Turismo Acessível reúne as iniciativas e ações relacionadas à acessibilidade existentes no âmbito do Ministério do Turismo e Embratur para a construção de uma política de inclusão social que possa ser implementada de forma articulada entre todas as áreas do MTur, Embratur e instituições parceiras.

O Programa de Qualificação para Desenvolvimento do Turismo refere-se a um conjunto de ações relativas à qualificação dos diversos tipos de profissionais que integram a cadeia produtiva do turismo para o sucesso e o desenvolvimento sustentável do setor.

O Projeto Talentos do Brasil Rural foi criado para implementar ações conjuntas que busquem identificar, ordenar, promover e fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística. O que se busca é inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, agregando valor à oferta turística brasileira. Para isso, identifica e qualifica produtos da agricultura familiar e apoia a estruturação de roteiros turísticos que compreendam empreendimentos rurais, onde os turistas possam vivenciar a produção da agricultura familiar. Criado em outubro de 2009, é resultado do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Programa/ações de Regulação, Fomento e Qualificação dos Serviços Turísticos

Trata do cadastro unificado dos prestadores de serviços turísticos para cumprimento da Lei nº 11.771/2008, realizado em parceria com os órgãos delegados de turismo das unidades da Federação, além de ações de promoção da importância do cadastramento para a legalização e qualificação da atividade turística no país. Ele tem por objetivo promover o cadastramento de empresas, equipamentos e profissionais do setor como estratégia de incentivo à formalização dos prestadores de serviços turísticos.

As principais ações de Regulação, Fomento e Qualificação dos Serviços Turísticos são: o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (CADASTUR) atuantes no setor de turismo; o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos); Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass); o fortalecimento da cultura da qualidade na prestação de serviços no turismo; as ações para estruturação da Política Nacional de Qualificação Profissional do Turismo; as ações complementares de qualificação; o incremento das linhas de financiamento à iniciativa privada; a implementação de apoio ao fomento público à pesquisa, à inovação e ao conhecimento; a qualificação profissional para melhoria da qualidade dos serviços e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Turismo.

O Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (CADASTUR) é executado pelo Ministério do Turismo (MTur), em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação. Sendo assim, a análise da documentação e homologação do cadastro e consequente disponibilização do certificado são realizadas pelo órgão delegado nos estados e Distrito Federal. O CADASTUR é o cadastro dos prestadores de serviços turísticos, que tem o objetivo de reunir todos aqueles que estejam legalmente constituídos e em operação.

O CADASTUR⁵¹ implantado em 2003, tem se tornado uma importante ferramenta de planejamento e atuação do governo para fomentar o desenvolvimento de políticas públicas para o setor de turismo e uma referência para consulta do mercado turístico brasileiro. Não é um selo de qualidade, pois não atesta quanto à qualidade dos serviços prestados, mas tão somente quanto à legalidade do empreendimento ou profissional cadastrado. O MTur também gerencia o Sistema CADASTUR que emite o certificado atestando a regularidade do prestador de serviços turísticos. É disponibilizado o modelo de certificado de cadastro e informações importantes nele constantes (BRASIL, 2011).

O Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) é uma ferramenta de comunicação entre o setor hoteleiro e os turistas, com o objetivo de orientá-los em suas escolhas de maneira clara e objetiva. A classificação de meios de hospedagem é largamente utilizada por países líderes no turismo. Esse sistema é de adesão e adoção voluntária. Mas para isso é necessário que o meio de hospedagem esteja com seu cadastro regular no Ministério do Turismo, seja no sistema Cadastur (BRASIL, 2014).

O projeto Fortalecimento da Cultura da Qualidade na Prestação de Serviços no Turismo Brasileiro visa ampliar o acesso às normas brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a assegurar a participação brasileira nos fóruns de debates internacionais. É fruto de parceria entre o Ministério do Turismo e a ABNT - contrato reconhecido como foro nacional de normalização para a disponibilização das normas publicadas e as que vierem a ser desenvolvidas no âmbito do Comitê Brasileiro de Turismo (CB/54). O que se busca é o setor de turismo plenamente informado sobre o processo de normalização no turismo em âmbito nacional e internacional.

As ações de estruturação da Política Nacional de Qualificação Profissional do Turismo segue a recomendação do governo federal para a inclusão social, com geração de oportunidades de emprego e renda, e resulta na melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores. Diante do perfil da classe trabalhadora do

⁵¹ Para maiores detalhes sobre o manual de orientações para cadastramento dos prestadores de serviços turísticos junto ao Ministério do Turismo para o correto cadastramento no Sistema CADASTUR, veja o site: http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/_jsp/jsp/manuais/manual-usuario-cadastur.pdf

turismo, composta em sua maioria por pessoas de baixa escolaridade e baixa renda, propõe-se por meio da política de qualificação para o setor elevar a escolaridade formal média dos trabalhadores, promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e aumentar as competências para o trabalho. Dentre os objetivos dessa política, vale destacar: a inserção de maior número de jovens no setor; a elevação do nível de qualificação profissional dos trabalhadores do setor; a promoção, em parceria com o setor privado, da formação continuada e progressiva dos trabalhadores.

As ações complementares de qualificação do programa de Regulação, Fomento e Qualificação dos Serviços Turísticos visam apoiar a execução de ações destinadas a cursos nas áreas de:

- Transportes de passageiros: taxistas, motoristas e cobradores de ônibus e motoristas de agências locadoras de veículos,
- alimentação fora do lar: vendedores de área de circulação turística (quiosques de praias, feiras, baianas, ambulantes de alimentos, atendentes de bares e cafés de aeroportos, rodoviárias e portos) e permissionários de mercado público,
- atendimento turístico: atendentes de Centro de Atendimento Turístico (CAT) e de atrativos turísticos naturais e culturais,
- gestão: empresários e gerentes de empreendimentos turísticos (segmento de meios de hospedagem e alimentos e bebidas),
- segurança pública (policial militar, policial civil, bombeiro, guarda municipal e salva-vidas).

O incremento das linhas de financiamento à iniciativa privada se desenvolve pelas parcerias estabelecidas com instituições financeiras, entidades privadas e órgãos públicos, buscando a ampliação dos recursos e a adequação de linhas de crédito e outros instrumentos financeiros direcionados para o financiamento das atividades dos prestadores de serviços turísticos e do público final. Os recursos, inclusive os oriundos do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), são alocados às atividades produtivas por meio de linhas de crédito operadas pelas instituições financeiras federais. Essas linhas de financiamento visam disponibilizar financiamento ao setor produtivo do turismo e melhorar as condições de acesso ao crédito.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Turismo será apresentado no item **VIII** dado o destaque que recebe como ação estratégica do Ministério do Turismo (MTur).

Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI)

O objetivo do programa é trabalhar a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes em todos os níveis do turismo brasileiro e ao mesmo tempo desenvolver, por meio da atividade turística, proteção ao meio ambiente, redução da pobreza e das desigualdades regionais, por meio da criação de empregos e geração de renda. Tem como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança.

São parceiros do TSI o Conselho Nacional de Turismo, as secretarias municipais e estaduais de Turismo, a Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância, diversas empresas representativas do setor turístico, universidades e membros da sociedade civil.

O TSI subdivide-se em quatro eixos de ação: Projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional, Projetos de Formação de Multiplicadores, Seminários de Sensibilização e

Campanhas de incentivo às denúncias dos casos de exploração sexual.

Fortalecimento à Gestão Descentralizada, Parcerias e Participação Social

A ação busca promover a sensibilização e mobilização dos atores sobre a importância da descentralização, participação e integração das políticas públicas do setor; o apoio e fortalecimento ao Sistema Nacional de Turismo, que abrange os órgãos oficiais e as instâncias de governança estaduais, municipais, regionais e macrorregionais, a partir do Conselho Nacional de Turismo. Esse processo deve ocorrer por meio de ações de planejamento e capacitação institucional. Busca ainda, a articulação entre os entes que integram o Sistema Nacional de Turismo, na representatividade das três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor;

entendida como uma estratégia necessária para implementar a política e o Plano Nacional de Turismo.

Essa ação propõe: definição de modelos referenciais de infraestruturas de gestão para as Organizações Públicas de Turismo (OPT); a ampliação da cooperação internacional em turismo; as relações bilaterais e regionais; as relações multilaterais e os projetos de cooperação.

Promoção dos Produtos Turísticos

A ação se desenvolve pela realização de campanhas publicitárias para promoção do turismo interno que incentivam os brasileiros a viajarem mais pelo país, colocando a cultura de viajar na cesta de consumo da população do país; privilegiando períodos de baixa ocupação hoteleira, feriados, finais de semana e férias. A promoção nacional do turismo engloba ações de propaganda e publicidade de forma a consolidar a imagem do Brasil como destino seguro, qualificado, diversificado e sustentável, fomentando o mercado interno e as ações de promoção das regiões brasileiras, de forma a contribuir para a diminuição das desigualdades regionais.

As ações de Promoção dos Produtos Turísticos são: campanhas publicitárias de programas e destinos brasileiros; apoio a eventos de comercialização; realização de ações de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mercado interno; caravana Brasil nacional; fortalecimento da estratégia de promoção internacional do turismo brasileiro; apoio a realização de eventos de fortalecimento do desenvolvimento turístico; articulação com as demais esferas de governo para reavaliação dos encargos tributários.

Outras ações da Promoção dos Produtos Turísticos que merecem destaque são: clubes de produtos, feiras, roadshws, treinamentos presenciais de agentes de viagem, relações públicas, comunicação digital, campanhas.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)-TURISMO

Reforça a qualificação profissional como uma das principais ações do governo federal para preparar o Brasil para os grandes eventos. Com o objetivo de

organizar esse trabalho, o Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Educação instituiu o PRONATEC Turismo, onde são oferecidos 54 cursos presenciais e gratuitos, ligados às atividades do receptivo turístico, para capacitar quem já trabalha no setor de turismo e 21 cursos para quem pretende ser inserido no setor. Os ofertantes dos cursos são: Senac, Senai, Sesc e Sesi (Sistema “S”) e institutos federais e estaduais de educação. O município de Tiradentes participa desse programa.

Convênios

De acordo com a portaria 112/2013, podem tornar-se convênios, termos e contratos de repasse do Ministério do Turismo somente os projetos abaixo com suas respectivas áreas de investimentos:

1) Projetos de Infraestrutura Turística:

- a. Infraestrutura urbanística diretamente relacionada às atividades turísticas;
- b. Infraestrutura de acesso, tais como estradas turísticas, ferrovias, pontes, rodovias, túneis e viadutos, orlas fluviais, lacustres e marítimas;
- c. Edificações de uso público ou coletivo destinadas a atividades indutoras de turismo como centros de cultura, museus, casas da memória, centros de convenções, centros de apoio ao turista, teatros, centros de comercialização de produtos artesanais e mirantes públicos;
- d. Centros de qualificação de mão-de-obra para os setores de gastronomia, hotelaria e turismo;
- e. Parques ecológicos, temáticos e de exposições e rodeios;
- f. Sinalização turística;
- i. Restauração de edifícios, monumentos e conjuntos históricos;

2) Projetos de apoio à gestão descentralizada do turismo:

- a) Fortalecimento institucional;
- b) Planejamento turístico e posicionamento de mercado;

- c) Apoio ao cadastramento, classificação e fiscalização dos serviços e equipamentos turísticos;
- d) Informações turísticas.

3) Projetos Promoção de Eventos:

- a) Eventos de apoio à comercialização;
- b) Eventos de fortalecimento aos desenvolvimento turístico.

4) Projetos de fomento à iniciativa privada:

- a) Divulgação de informações acerca das oportunidades de investimento e financiamento da atividade turística.

5) Projetos de capacitação e qualificação profissional dos serviços turísticos:

- a) PRONATEC Copa.
- b) PRONATEC na empresa.
- c) PRONATEC Copa Social.

6) Projetos de sustentabilidade;

7) Projetos de turismo sustentável e infância.

Outros projetos são apoiados pelo Ministério do Turismo (MTur), referentes a programas e projetos que fornecem informações sobre rubricas e ações para inclusão de emendas individuais ou coletivas ao Orçamento Geral da União (OGU) ou de Recursos de Programação e são os seguintes:

- a) Programa de Apoio a Projetos e Infraestrutura Turística;
- b) Fomento à Iniciativa Privada – Programação;
- c) Programa de Apoio à estruturação de Destinos Turísticos;
- d) Programa Turismo Acessível;
- e) Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos;
- f) Programa de Promoção de Eventos – Apoio à Comercialização;
- g) Programa de Apoio à Comercialização Nacional;
- h) Campanhas de Promoção do Turismo no Mercado Nacional – Programação ou Emendas;
- i) Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI);

- j) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional;
- k) Qualificação dos Profissionais Associados ao Segmento do Turismo;
- l) Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimentos – Programação;
- m) Promoção Turística Internacional de Municípios – Apoio à Comercialização;
- n) Programa Brasil Destinos de Eventos - Apoio à Comercialização Internacional.

O Programa de Apoio a Projetos e Infraestrutura Turística – Programação ou Emendas tem por objetivo desenvolver a infraestrutura para permitir a expansão das atividades turísticas, adequação dos acessos e a melhoria da qualidade do produto para o turista. As instituições ou entidades elegíveis desse programa são: os municípios, estados e Distrito Federal, e consórcios públicos.

O instrumento jurídico para formalização é o contrato de repasse e para aderir ao programa a entidade elegível deve estar devidamente cadastrada no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV).

O Fomento a Iniciativa Privada – Programação visa promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo nacional. Busca ainda aumentar o volume de investimentos privados no setor de turismo do Brasil, divulgando e orientando o setor e os investidores, com participação em eventos nacionais e internacionais. As instituições /entidades elegíveis são: administração pública estadual ou do Distrito Federal, consórcio público e administração pública municipal.

O Programa de Estruturação dos Destinos Turísticos, mencionado anteriormente, busca também a capacitação dos atores locais para a gestão do turismo, fortalecimento da governança e a inter-relação dos destinos com suas respectivas regiões, bem como a organização de roteiros e de redes de integração interinstitucional e intersetorial. As instituições /entidades elegíveis desse programa são: as Secretarias estaduais e municipais, e entidades privadas sem fins lucrativos. O Instrumento jurídico para formalização é o convênio e termo de parceria (recursos provenientes de programação e emenda parlamentar).

O Turismo Acessível, também mencionado anteriormente, faz parte das ações do Programa de Estruturação de Destinos Turísticos mencionado acima.

O Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos visa disseminar conhecimento sobre a segmentação turística para gestores turísticos, entre eles gestores municipais. As instituições /entidades elegíveis desse programa são os municípios, estados, consórcios públicos, Sistema S (SESC, SENAC, SENAI, SESI, SENAR, SEBRAE) academia ou organizações privadas.

O Programa de Promoção de Eventos – Apoio à Comercialização busca o apoio a eventos que têm como objeto ações relacionadas à articulação, à promoção e à comercialização dos roteiros e produtos turísticos no país. As Instituições ou Entidades elegíveis são: os Estados, Distrito Federal e municípios.

O Apoio à Comercialização Nacional propõe um trabalho articulado com os operadores, agentes e demais prestadores de serviços turísticos, além das secretarias e órgãos oficiais de turismo dos estados e municípios, de modo a aproximar os ambientes de negócios relacionados à produção e à oferta de serviços com os ambientes de negócios relacionados à formatação de produtos turísticos e à comercialização. Busca-se incluir nessa rede os produtos turísticos mapeados pelo Programa de Regionalização nas diversas regiões turísticas do país. As instituições /entidades elegíveis desse programa são: Estados, Distrito Federal, municípios, consórcios públicos municipais e estaduais, e entidades privadas sem fins lucrativos.

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), já mencionado, visa também o fomento à adoção de projetos de responsabilidade social corporativa e o estímulo à mobilização social para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. As entidades elegíveis são: Estados, municípios, instituições da sociedade civil e empresas ligadas à cadeia produtiva do turismo. O Ministério do Turismo promove ações em parceria com a sociedade civil e representantes de diversos órgãos e instituições públicas.

A Qualificação dos Profissionais Associados ao Segmento de Turismo tem por objetivo promover a melhoria na qualidade e na segurança dos serviços turísticos por intermédio da qualificação profissional e empresarial continuada, com base nas necessidades qualitativas e quantitativas dos setores público e privado, e

dos trabalhadores do segmento. Busca ainda a satisfação do turista e o aumento da competitividade do destino. As instituições /entidades elegíveis são: a administração pública nos níveis federal, estadual e municipal, Distrito Federal, e entidades privadas.

O Programa Promoção Turística Internacional de Municípios-Apoio à Comercialização é destinado à promoção e à divulgação internacional dos atrativos e produtos turísticos dos municípios inseridos dentre os 65 destinos indutores do Ministério do Turismo, em mercados prioritários internacionais conforme as diretrizes e os objetivos estabelecidos na Política Nacional do Turismo e no Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil. Visa aumentar o fluxo turístico, o gasto médio e o tempo médio de permanência de turistas estrangeiros no país. Os países prioritários para 2013 foram: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Canadá, Estados Unidos, México, Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália, Portugal, Reino Unido, Japão e Rússia. As Instituições/Entidades elegíveis são: administração pública municipal e o Distrito Federal. O Instrumento jurídico para formalização é o Convênio, mediante chamada pública.

O Programa Brasil Destinos de Eventos - Apoio à Comercialização Internacional tem por objetivo apoiar a captação e a promoção de eventos técnico-científicos e esportivos, por meio das entidades brasileiras e dos *Conventions Bureaux*, que lançam a candidatura do Brasil para sediar eventos internacionais, visando fomentar a vinda de turistas estrangeiros de alto poder aquisitivo ao país. Também apoia eventos que têm como objeto ações relacionadas à articulação, à promoção e à comercialização dos roteiros e produtos turísticos no país. As Instituições /Entidades elegíveis são: administração pública municipal, estadual e do Distrito Federal, entidades privadas sem fins lucrativos, empresa pública e sociedade de economia mista, que realizem atividade correlata com a temática deste Programa.

O instrumento jurídico para formalização é o Convênio e termo de parceria, mediante chamada pública. Para aderir ao programa, a proposta deve atender a todas as exigências previstas na legislação vigente e aplicáveis às transferências voluntárias de recursos do orçamento geral da União, em especial as determinações da portaria 507/2011, bem como estar em consonância com as diretrizes do Plano Aquarela. Também deve estar credenciado e cadastrado no

SICONV. A contrapartida para os municípios segue os critérios da LDO vigente, e para as entidades sem fins lucrativos exige-se 10%.

7.1.2 A política de turismo do estado de Minas Gerais e seus principais programas

As ações mestras da Política Pública de Turismo em Minas Gerais apoiam-se nos princípios da descentralização da gestão e dos recursos para as regiões, na promoção de parcerias entre outros setores do Poder Público com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada e no fortalecimento das instâncias de governanças regionais. A Política de Turismo de Minas Gerais busca também enfatizar o fortalecimento da gestão turística regional e municipal e a consolidação da participação democrática dos diversos atores sociais relacionados ao turismo.

As ações, diretrizes e metas da política pública de turismo do Estado de Minas Gerais, bem como seus principais programas, projetos e segmentos turísticos, são elementos importantes para compreender a coerência dessa política de turismo estadual com o funcionamento do sistema de gestão descentralizada da Política Nacional do Turismo, proposta pelo Plano Nacional de Turismo 2013-2016.

7.1.3 A atuação da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur/MG)

O documento “Diretrizes da Política Pública de Turismo de Minas Gerais”, revisto à luz do PMDI 2011-2030, tem o objetivo de orientar o desenvolvimento turístico mineiro, contribuindo para diversificar e fortalecer a economia do Estado, com prosperidade, sustentabilidade, qualidade de vida e cidadania. Apresenta uma visão sistêmica, amparada pelos princípios da atuação em rede, da integração e da parceria, do conhecimento e da inovação, da excelência e da competitividade, e do uso sustentável de ativos ambientais e culturais do Estado (MINAS GERAIS, 2011).

A Política Pública de Turismo de Minas Gerais está alinhada também ao Plano Nacional de Turismo 2011-2014 e constitui-se ainda como um elemento de conexão e evolução da construção das políticas de turismo implementadas desde a criação da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur-MG) em 1999.

A Setur-MG tem por finalidade planejar, coordenar e fomentar as ações do turismo, objetivando a sua expansão, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado, competindo-lhe (MINAS GERAIS, 2013f).

- a) propor e coordenar a política estadual de turismo, o Plano Mineiro de Turismo e os demais planos, programas e projetos relacionados ao apoio e o incentivo ao turismo;
- b) criar e divulgar o calendário oficial de eventos turísticos do Estado;
- c) implementar a política estadual de turismo em articulação com órgãos e entidades das esferas de governo federal, estadual ou municipal;
- d) fomentar a instalação de empreendimentos ligados às atividades turísticas.
- e) promover e difundir, por meio de atividades turísticas, a cultura mineira em articulação com a Secretaria de Estado de Cultura;
- f) promover e divulgar os produtos turísticos do Estado;
- g) propor normas visando ao estímulo e ao desenvolvimento do turismo, no âmbito de sua atuação;
- h) promover a intersetorialidade voltada para o desenvolvimento da infraestrutura turística;
- i) executar, direta ou indiretamente, projetos específicos para implantação de receptivos turísticos, recuperação de estética urbana e ambiental voltada para o turismo e apoio à rede hoteleira e de restaurantes no âmbito de circuitos turísticos ou áreas assemelhadas; e
- j) exercer atividades correlatas

Desde 2007, Minas vem implementando uma política que visa obter a descentralização da gestão e dos recursos, além de maior agilidade e melhores resultados para o setor. (MINAS GERAIS, 2011).

Tendo em vista a dimensão territorial do Estado, com realidades diferentes de desenvolvimento, a Setur-MG buscou a realização de uma política descentralizada, por meio do incentivo à organização de instâncias de governanças regionais.

Por meio de uma estruturada rede de governança, a política pública do turismo é executada de forma regionalizada, organizada e descentralizada, articulando-se com as Associações de Circuitos Turísticos.

O modelo de desenvolvimento proposto pela Setur-MG pretende consolidar e fortalecer a gestão dos destinos turísticos, tornando-os mais competitivos. Os destinatários das políticas públicas de turismo serão os turistas, a sociedade, a cadeia produtiva do turismo, e a rede de governança do turismo mineiro.

O Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais – CET/MG é um colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e órgão superior de assessoramento e integração da Secretaria de Estado de Turismo, que tem por finalidade propor ações e oferecer subsídios para a formulação da Política Estadual de Turismo e apoiar sua execução, com vistas a sua consolidação e continuidade (MINAS GERAIS, 2013b).

Conforme disposto no Decreto nº 45072/2009, o CET/MG é composto por 43 membros que desenvolvem atividades relacionadas ao turismo, sendo 15 do setor público e 28 da sociedade civil organizada⁵².

Os Circuitos Turísticos são entidades sem fins lucrativos, que caracterizam a política pública de regionalização do turismo de Minas Gerais, implantada pelo Governo de Minas em 2003, por meio de Decreto de Lei nº 43.321. Elas abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional, consolidando uma identidade regional. De acordo com a Resolução da Setur-MG nº 09 de 25 de agosto de 2010, Minas Gerais conta com 46 Associações de Circuitos Turísticos certificados, mais a capital, Belo Horizonte, envolvendo todas as regiões do Estado (MINAS GERAIS, 2013g).

A Resolução 009/2010 estabelece os critérios necessários para a liberação do certificado de reconhecimento dos circuitos turísticos a que se refere o Decreto Estadual nº. 43 321/2013. (MINAS GERAIS, 2010).

Segundo o artigo 4º dessa Resolução, para requerer o primeiro Certificado de Reconhecimento, o Circuito Turístico deverá possuir, no mínimo, 01

⁵² Para maiores informações, acesse o site do CET/MG: www.conselhos.mg.gov.br/conselho/cet

(um) ano de existência formal e integrar entre 05 (cinco) e 20 (vinte) municípios mineiros de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas.

O pedido de emissão do primeiro Certificado de Reconhecimento será acompanhado dos documentos: ofício de solicitação da emissão do certificado de reconhecimento, documentos comprobatórios da regularidade jurídica da entidade, documentos comprobatórios da regularidade fiscal da entidade, documentos de operacionalização.

No que se refere aos documentos de operacionalização, vale destacar que é exigido uma via do Inventário da Oferta Turística dos municípios que compõem o Circuito Turístico, de acordo com o modelo proposto pela Setur-MG. Ainda exige-se o planejamento estratégico do Circuito Turístico, em 02 (duas) vias, elaborado de forma participativa, com metas claras, alcançáveis e mensuráveis, programado para, no mínimo, quatro anos. Esse planejamento estratégico deverá focar o desenvolvimento turístico sustentável regional em consonância com a política estadual de turismo do Estado de Minas Gerais.

Os Circuitos Turísticos certificados pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais são contemplados com sinalização turística rodoviária, cursos de capacitação e melhorias do serviço turístico. As ações da política de fortalecimento desses circuitos também incluem sensibilização, mobilização, roteirização e promoção do destino turístico (MINAS GERAIS, 2013g).

O município de Tiradentes, situado na Região Central, faz parte da Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes (ATI), cuja sede se encontra no município de São João del Rey. A figura 2.1 apresenta a abrangência do circuito, sua localização e acessos (MINAS GERAIS, 2014e).

Figura 7.1 Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes – Minas Gerais – 2014



Fonte: Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes – ATI. Disponível no site da SETUR/MG: <<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas/975-circuito-turistico-trilha-dos-inconfidentes>>. obtida em fevereiro de 2014

Para ampliar a visibilidade de Minas Gerais como destino turístico, a Setur-MG está trabalhando na motivação dos circuitos para formatar novos produtos e roteiros turísticos no Estado, sempre ressaltando a importância do cuidado da preservação dos valores históricos, culturais e ambientais. Desta forma, a Setur-MG pretende – numa parceria com a iniciativa privada e com outras secretarias de Estado – aumentar o fluxo de visitação e estender a permanência do turista em Minas Gerais, contribuindo assim, para a geração de emprego e renda no Estado. O objetivo da Setur-MG é fortalecer os municípios, para que possam enriquecer sua oferta turística, ampliar as opções de visitas e possibilitar a satisfação do visitante.

Existe uma pluralidade de programas e ações da Setur-MG relacionados ao tema Turismo. O presente trabalho destacará os que são considerados mais relevantes para o município de Tiradentes. Eles estão agrupados em três categorias: os Programas Estruturadores, os Programas Associados e os Programas Especiais.

7.1.3.1 Programas Estruturadores

O Programa Destino Minas visa promover o desenvolvimento econômico e a geração de negócios por meio do turismo, aumentando a competitividade turística dos destinos indutores de Minas Gerais e demais destinos turísticos, gerando aumento do fluxo de turistas, melhoria na satisfação dos visitantes e, consequente aumento de geração de empregos e renda. Ele contribui, portanto, para consolidação de Minas Gerais como destino turístico de excelência, fortalecendo a identidade mineira e garantindo a sustentabilidade econômica dos empreendimentos turísticos após a copa de 2014 (MINAS GERAIS, 2013c).

As ações e projetos do Programa Destino Minas são referentes à estruturação dos atrativos e destinos turísticos: o projeto Minas Criativa, os festivais culturais, as rotas das grutas de Lund e a expansão do Expominas.

A ação de Estruturação dos Atrativos e Destinos Turísticos tem por objetivo contribuir para a geração de oportunidades de desenvolvimento no estado por meio do turismo, aumentando a competitividade turística dos destinos indutores de Minas Gerais. Visa também o aumento do fluxo de turistas, melhoria na satisfação dos visitantes e, consequente aumento de geração de empregos e renda (MINAS GERAIS, 2014a).

O Projeto Minas Criativa visa fomentar a economia criativa no estado; organizar a produção de diferentes segmentos da indústria criativa mineira; fortalecer a identidade de Minas Gerais; contribuir para a geração de oportunidades de desenvolvimento no estado por meio do turismo. (Busca também contribuir para o aumento do fluxo de turistas e geração de emprego e renda; melhorando a satisfação dos visitantes (MINAS GERAIS, 2014d).

O Projeto de Festivais Culturais visa fomentar, realizar e apoiar festivais culturais temáticos e singulares, reveladores da identidade mineira, gerando fluxo turístico nacional, competitividade dos destinos, protagonismo criativo e desenvolvimento econômico-social para as regiões envolvidas.

7.1.3.2 Programas Associados

O Programa Estruturação Desenvolvimento e Promoção do Turismo Mineiro busca desenvolver, estruturar e formatar produtos turísticos mineiros inovadores, envolvendo a qualificação e a profissionalização da governança do turismo e da rede de serviços turísticos, a diversificação da oferta turística e a formatação de roteiros, além de promover o destino Minas Gerais nos âmbitos nacional e internacional, contribuindo para consolidação do estado no mercado turístico e colaborando com a melhoria de sua competitividade turística (MINAS GERAIS, 2013d).

As ações do Programa Estruturação Desenvolvimento e Promoção do Turismo Mineiro são as seguintes:

- a) promoção do turismo, desenvolvimento e apoio a comercialização de produtos turísticos,
- b) regionalização do turismo e fortalecimento das Instâncias de Governança,
- c) pesquisa e estatísticas do Turismo Mineiro,
- d) estruturação e promoção de destinos turísticos para eventos de visibilidade internacional,
- e) potencialização do turismo de negócios e eventos em Minas Gerais,
- f) estruturação do turismo religioso em Minas Gerais,
- g) desenvolvimento do Turismo - Prodetur Nacional Minas Gerais,
- h) apoio ao turismo nos Municípios.

A ação de Promoção do Turismo, Desenvolvimento e Apoio à Comercialização de Produtos Turísticos tem por objetivo desenvolver e diversificar a oferta de produtos turísticos inovadores e de qualidade, contemplando os diferenciais e as singularidades das regiões turísticas do estado. Busca ainda promover o turismo mineiro e apoiar a realização de eventos e comercialização dos produtos nos mercados estratégicos

A ação de Regionalização do Turismo e Fortalecimento das Instâncias de Governança visa promover o desenvolvimento local, por meio da profissionalização, fortalecimento e estruturação da gestão turística regional e

municipal. Ela estará contribuindo para o fortalecimento da gestão participativa e colaborativa, para o compartilhamento de responsabilidades e consolidação da participação democrática dos diversos atores sociais relacionados ao turismo no planejamento e execução da política de turismo.

A ação Pesquisa e Estatísticas do Turismo Mineiro tem por finalidade sistematizar informações sobre o turismo de Minas Gerais que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos mineiros; levantar e consolidar dados estatísticos, visando dar subsídios ao desenvolvimento da política de turismo. Busca ainda, contribuir com o aumento e a permanência de turistas no estado por meio da divulgação da informação turística; realizar estudos/metodologias de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística.

A ação Estruturação e Promoção de Destinos Turísticos para Eventos de Visibilidade Internacional visa estruturar destinos e produtos turísticos com padrão de qualidade internacional, bem como promovê-los e apoiar a sua comercialização nos mercados nacional e internacional. O foco é preparar o estado para a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo Fifa de futebol e contribuir para consolidação da imagem de Minas Gerais como destino turístico.

A ação Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais tem por finalidade criar, fortalecer, captar e atrair novos negócios e eventos nacionais e internacionais por meio de ações que estimulem o trabalho em rede; visando o fortalecimento da cadeia produtiva de turismo de negócios e eventos do estado de Minas Gerais.

A ação Estruturação do Turismo Religioso em Minas Gerais busca desenvolver e estruturar o segmento de turismo religioso em Minas Gerais a partir da formatação de produtos turísticos que associem experiências turísticas à religiosidade, que é marcante no estado.

A ação Apoio ao Turismo nos Municípios busca fomentar o dinamismo, a qualidade de serviços e produtos turísticos nos municípios mineiros e sua infraestrutura. Essa ação apoia a realização de eventos com potencial para o aumento do fluxo turístico e da geração de renda.

7.1.3.3 Programas Especiais

O Programa de Apoio a Administração Pública tem por objetivo desenvolver, estruturar e formatar produtos turísticos mineiros inovadores, envolvendo a qualificação e a profissionalização da governança do turismo e da rede de serviços turísticos, a diversificação da oferta turística e a formatação de roteiros. Busca ainda promover o destino minas gerais nos âmbitos nacional e internacional, contribuindo para consolidação do estado no mercado turístico e colaborando com a melhoria de sua competitividade turística. Suas ações concernem ao planejamento, gestão e finanças; ao desenvolvimento e capacitação do servidor e à remuneração de pessoal ativo e encargos sociais (MINAS GERAIS, 2013a).

A ação do Desenvolvimento e Capacitação do Servidor tem por objetivo qualificar o servidor por meio de cursos de educação básica, profissional e superior, que contribuam para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão.

7.1.4 O ICMS Turístico

Uma das maiores conquistas para os municípios mineiros foi a inclusão do critério “turismo” na distribuição de parcela de arrecadação do ICMS estadual. Pela primeira vez na história da economia brasileira, municípios terão incentivo financeiro para trabalharem a sua gestão turística (MINAS GERAIS, 2013e).

Dessa forma, o ICMS Turístico atua como motivador e catalisador de ações, visando estimular a formatação/implantação, por parte dos municípios, de uma política voltada para o desenvolvimento turístico sustentável, articulada às diretrizes estaduais e nacionais.

Para ter direito ao repasse, o município deverá, anualmente, se enquadrar aos seguintes critérios obrigatórios:

- a) participar de um circuito turístico reconhecido pela Setur-MG, nos termos do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais;
- b) ter elaborado e em implementação uma política municipal de turismo;

- c) possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), constituído e em funcionamento;
- d) possuir Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), constituído e em funcionamento.

O percentual do ICMS turístico a ser repassado para os municípios é definido com base no índice de investimento em turismo do município e o somatório dos índices de investimento em turismo de todos os municípios habilitados a receber o incentivo (fórmula matemática estabelecida pela Lei nº 18.030/09).

7.1.5 As linhas de financiamento

No que concerne às linhas de financiamento dos agentes financeiros para o setor de Turismo, o Banco do Brasil oferece o PROGER- Turismo Investimento, criado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para projetos de investimento, que visem à geração e manutenção de emprego e renda nos segmentos turísticos definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e do Turismo. Os principais itens financiáveis são: bens e serviços, obras de reformas/adaptações em edificações comerciais existentes, máquinas e equipamentos novos ou usados e veículos de fabricação nacional (MINAS GERAIS, 2014b).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possui a linha de crédito BNDES Automático Setor de Hotelaria que financia a implantação, expansão e modernização de até R\$ 20 milhões, para a realização de projetos de investimentos em empreendimentos relacionados ao setor de hotelaria, por meio de instituições financeiras credenciadas. Essa linha de crédito é destinada prioritariamente para os hotéis, albergues (exceto assistenciais), “campings”. É necessário possuir o certificado no CADASTUR.

O BNDES FINEM – Capacidade Produtiva Turismo, tem como objetivo apoiar o Complexo Turístico Nacional, incluindo empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental. Financia empreendimentos de implantação, expansão e modernização relacionados ao setor de hotelaria, condicionados à apresentação do certificado no Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo (Cadastur). Trata-se de

financiamento a empreendimentos de valor igual ou superior a R\$ 10 milhões, realizado diretamente pelo BNDES ou por meio das instituições financeiras credenciadas (MINAS GERAIS, 2014c).

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) oferece, pelo programa FASTUR, Financiamento para Empresas de Micro, Pequeno e Médio Porte localizadas nos municípios integrantes dos circuitos turísticos (Decreto 43.321/03) e empresas com empreendimentos relevantes para o turismo rural do Estado, desde que certificados pela Setur-MG. Poderão ser beneficiárias empresas de qualquer porte situadas em qualquer município de Minas Gerais.

O Fundo Geral do Turismo-FUNGETUR da Caixa Econômica Federal destina-se a empresas de qualquer porte, com faturamentos há mais de 36 meses consecutivos, que atuem no setor de turismo (hotéis, pousadas, outros meios de hospedagem de turismo, centros de convenção, parques temáticos e outros locais destinados a feiras, exposições e assemelhados).

7.2 Caracterização geral do turismo em Tiradentes

7.2.1 A oferta turística de Tiradentes

Em seu sentido restrito, o conceito de oferta turística de um destino envolve o seu conjunto de atrativos, serviços e equipamentos turísticos, e em seu sentido amplo o conceito abrange ainda toda a infraestrutura e serviços públicos que são colocados à disposição do turista.

Por dispor de infraestrutura básica e de atrativos, serviços e equipamentos turísticos qualificados, além de se caracterizar como núcleo receptor e distribuidor de fluxos turísticos expressivos, Tiradentes é considerado, pelo Ministério do Turismo, como parte do conjunto de 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Dentre esse seletivo grupo dos principais destinos do Brasil, incluem-se também, em Minas Gerais, Belo Horizonte, Ouro Preto e Diamantina.

Discorre-se a seguir sobre alguns dos principais aspectos da infraestrutura e serviços públicos disponíveis para o atendimento da demanda turística, sendo que este ponto é apresentado de forma mais detalhada em outras

seções do Diagnóstico do Plano Diretor. Após a descrição desses elementos de infraestrutura e serviços públicos para o turismo, descreve-se os principais aspectos dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos de Tiradentes.

7.2.1.1 Infraestrutura e serviços públicos de apoio ao turismo

Vias de acessos e meios de transporte intermunicipais

A proximidade e as condições de acesso a três importantes mercados emissores de visitantes brasileiros - Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, constituem fatores muito favoráveis para o desenvolvimento da atividade turística de Tiradentes. O acesso a Tiradentes pode se dar por carro, por ônibus, por avião, e ainda por trem, através da linha histórica de São João del Rey a Tiradentes.

As vias de acesso rodoviário a Tiradentes são todas pavimentadas.

Por carro, de Belo Horizonte (197km), o caminho é pela BR-040 até o Trevo de Murtinho, 5km após a cidade de Congonhas. Daí dirige-se até São João del Rey e de lá para Tiradentes são 12km pela antiga Estrada Real, passando pela cidade de Santa Cruz de Minas, ou 20km, pela BR-265 que passa por César de Pina e Águas Santas.

Vindo do Rio de Janeiro (325km), deve-se pegar a BR-040 no sentido de Belo Horizonte até a cidade de Barbacena, onde se toma à esquerda a BR-265 em direção a São João del Rey e Lavras. Dali até Tiradentes são pouco mais de 50km.

Para quem sai de São Paulo o caminho é pela BR-381 - Rodovia Fernão Dias, até a entrada para a cidade de Lavras (380km); e então pela BR-265 até a entrada para Tiradentes (110km).

Por ônibus, o destino do visitante deverá ser a cidade de São João del Rey, para então fazer a baldeação até Tiradentes, tendo como ponto final a rodoviária municipal no centro da cidade. Entre as duas cidades há oferta de 7 a 9 horários diários. Em São João del Rey existem linhas diretas para Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Juiz de Fora.

Por avião, o destino é o Aeroporto de São João del Rey, onde os voos são de responsabilidade da empresa Trip Linhas Aéreas, que tem conexões para os principais aeroportos do país. A oferta de conexões, horários e dias de voos

informados pela empresa é limitada e pode variar. O aeroporto não tem condições de receber aviões de grande porte.

Figura 7.2 Croqui do acesso rodoviário a Tiradentes/MG



Fonte: Google – acesso em 23 de abril de 2014

Por trem, há o acesso a Tiradentes, a bordo de uma legítima “Maria Fumaça” do começo do século XX. Atualmente, o tráfego ferroviário nos 12 quilômetros do trecho entre São João del Rey a cidade histórica de Tiradentes é de responsabilidade da companhia Vale, e atrai muitos turistas e moradores locais. O trem turístico São João del Rey Tiradentes tem os seguintes horários: As sextas-feiras, sábados, domingos e feriados nacionais: partida de São João: 10h e 15h; partida de Tiradentes: 13h e 17h. As tarifas para adultos nesse caso são de R\$ 40,00 (Ida) e R\$ 50,00 (Ida e volta), havendo tarifas especiais para crianças de 6 a 12 anos, estudantes e pessoas acima de 60 anos, enquanto crianças até 5 anos no colo não pagam.⁵³

⁵³ <http://www.tiradentes.net/maria.htm> - consulta em 8/5/2014

Em relação ao acesso e meios de transporte intermunicipais para Tiradentes, os principais problemas são:

- Transporte rodoviário – A partir de São João del Rey, são duas opções de acesso, porém, não há sinalização rodoviária. O acesso por Santa Cruz de Minas é confuso e mal sinalizado. Não há linhas regulares diretas de ônibus para Tiradentes, sendo necessário baldear em São João del Rey, para os quais há oferta de linhas regulares. Parte da praça da estação rodoviária costuma ser utilizada como espaço para eventos, ocasionando limitações de acesso à rodoviária existente nesses períodos.
- Transporte aeroviário – Há comumente restrições para o acesso por meio desse meio de transporte à Tiradentes em termos de porte de aeronave, conexões, horários e preços. A partir da chegada a São João del Rey, deverá ser contratado transporte privado.
- Transporte ferroviário – Apesar de ser um transporte eminentemente turístico é utilizado como acesso a Tiradentes com frequência. . O principal problema é a tarifa, que é alta para fins de transporte em caráter mais frequente.

Meios de transporte no município e mobilidade urbana

Para se movimentar em Tiradentes, o visitante tem poucas opções de transporte. Sem nenhuma linha de transporte coletivo, a sede municipal de Tiradentes oferece um desafio aos visitantes, especialmente aqueles com mobilidade prejudicada por qualquer fator.

Sendo a sede histórica e turística de pequeno porte, a utilização de veículos particulares para a visitação apresenta certas dificuldades.

O trânsito de caminhões abalam as estruturas e para os visitantes, o tráfego em Tiradentes não é agradável. As ruas históricas, calçadas pelas belas pedras da serra de São José, estão com o calçamento totalmente irregular, o que causa desconforto a passageiros e prejuízos aos veículos. As áreas de estacionamento são poucas e mal sinalizadas, sendo necessário criar opções fora da

área turística no Centro Histórico. O policiamento de trânsito que existe é apenas em dias de eventos, de natureza privada e sem capacidade para multar.

Por ocasião de grandes eventos e feriados costuma ocorrer um movimento de veículos pela cidade acima da sua atual capacidade de carga, ocasionando engarrafamentos e transtornos para turistas e a população local. Mesmo em fins de semana, costuma haver trânsito intenso e conflito pelo espaço entre pedestres e os veículos.

Pensando em solucionar a questão, a prefeitura planeja municipalizar o trânsito, criar agentes de trânsito e fechar o centro histórico para automóveis em fins de semana, como parte de um projeto de revitalização para a área.

Os taxis como opção de traslado não operam com taxímetros, trazendo insegurança na negociação de preços dos serviços. Os serviços de taxis são considerados caros.

Uma opção para os visitantes seriam charretes, operadas por particulares, que oferecem os serviços por destino, por roteiro com muitos destinos ou por tempo. Entretanto, essa atividade está cercada de polêmicas, em relação ao tratamento dos animais, de fezes lançadas por eles e que sujam as ruas, e também pela concorrência pelo espaço público com veículos. Os custos também são proibitivos para uso como transporte mais frequente.

As caminhadas emergem com uma das melhores opções para conhecer a cidade. Nesta opção as dificuldades são, ainda, o calçamento irregular das ruas e passeios, que tira o conforto da caminhada e a topografia irregular da cidade, com locais onde o acesso por caminhada oferece alguma dificuldade. Os passeios e ruas em geral não apresentam condições para a circulação de cadeirantes e portadores de necessidades especiais. Cabe mencionar que, em 2013, foi aprovado na Prefeitura, projeto de revitalização do calçamento do Centro Histórico.

Para todas as opções de acesso aos atrativos, uma dificuldade comum é a falta de sinalização turística adequada.

Infraestrutura de saneamento, energia e comunicação

a) Saneamento:

Os diagnósticos do saneamento de Tiradentes foram feitos nos capítulos 1 e 5 deste documento. Com relação ao turismo, os aspectos relacionados ao saneamento exercem importante impressão sobre visitantes.

O principal aspecto é a situação do ribeirão de Santo Antonio, que corta a cidade e seu centro histórico. O pequeno curso d'água recebe diretamente toda a carga de dejetos produzida por visitantes e moradores, o que resulta em odor muito desagradável e degradação da paisagem. A construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) pela Copasa para tratar o esgoto da cidade é uma antiga reivindicação, que foi alvo de decisões equivocadas em relação à sua localização, o que atrasou a sua efetivação, mas a solução já estava sendo encaminhada.

A coleta e deposição de resíduos sólidos, gerados pela atividade humana e animais, sobretudo de charretes, em Tiradentes também é motivo de reclamações dos moradores. A prefeitura tem dificuldade para implantar coleta seletiva de lixo eficiente. Faltam lixeiras e sem um plano sistemático e eficiente, a coleta de lixo sofre com interrupções, atrasos, e outros sinais de ineficiência, que prejudicam a limpeza e boa aparência das ruas. Sua deposição é alvo de programas de melhoramento, em desenvolvimento. Há uma usina de lixo em operação e se planeja um consórcio regional de municípios para o tratamento do lixo. Pretende-se incentivar o uso de material reciclado para as artes. Segundo o prefeito, Tiradentes terá o problema do lixo solucionado e 100% do esgoto tratado até o fim de 2014.

Deve-se registrar ainda que há muita reclamações de turistas quanto ao número excessivo de animais transitando pelas ruas do centro histórico (cães e cavalos), o remete a um problema ligado à controle de animais, condições sanitárias e de saúde pública.

b) Abastecimento de água

Feito pela Copasa, seu diagnóstico igualmente encontra-se nos capítulos 1 e 5. Há que ressaltar que, por ocasião dos maiores eventos e maior pressão de consumo por parte de visitantes, o sistema pode não ser suficiente, sendo necessário, portanto, o devido planejamento neste quesito.

c) Energia e iluminação

Item também constante do capítulo 1, nas oficinas realizadas houve relatos de deficiências em iluminação e que há picos de queda de energia ocasionalmente, por ocasião de grandes eventos e alta demanda turística, o que indica necessidade de investimentos nessa área. Cabe mencionar que, em 2013, a prefeitura aprovou e executou projeto de iluminação dos becos e monumentos históricos.

d) Comunicação

No quesito comunicação, Tiradentes apresenta fatores facilitadores para as atividades turísticas. Está em implantação cabos de fibra ótica, e é, conceitualmente, uma “Cidade Digital” – com *wireless* em toda a cidade, ainda que o sinal seja fraco em algumas circunstâncias. Ressalta-se que, no Brasil, apenas as cidades de Tiradentes/MG e Piraí/RJ possuem esta oferta aos munícipes e visitantes.

Em Tiradentes atuam duas emissoras de rádio: a rádio comunitária “Rádio Império FM”, que possui programação local e a “Rádio Tiradentes FM”, que toca apenas música. Há também posto de correios.

Quanto à telefonia, há reclamações de falta de sinal de celular em alguns locais, como na região da Caixa D’Água da Esperança.

e) Serviços bancários e outros serviços

Quanto aos serviços bancários, além de alguns caixas eletrônicos, Tiradentes conta apenas com agências bancárias do Bradesco e do Itaú, sendo que a Caixa Econômica Federal opera através de agência lotérica e o Banco do Brasil através da agência dos Correios. Essa estrutura é limitada para atender as necessidades turismo atual e, sobretudo, para turistas obterem o *cash* necessário, já que a oferta de moeda em espécie nos caixas eletrônicos é limitada e poucos estabelecimentos aceitam cartões de crédito. Assim, além de ampliação dos serviços bancários é necessário estimular uso de cartão de crédito por estabelecimentos turísticos e comerciais em Tiradentes.

Quanto a outros serviços, Tiradentes dispõe de postos de gasolina, farmácias, supermercados, e outros tipos de comércio, com a predominância do comércio gastronômico (bares, restaurantes, cafés), lojas de artesanato e souvenires.

Entretanto, não há banheiros públicos e há deficiências na ação da vigilância sanitária e fiscalização em geral.

7.2.1.2 Atrativos turísticos

O pequeno e tranquilo município de Tiradentes dispõe de um conjunto diferenciado de atrativos culturais e naturais, eventos programados e realizações técnicas e científicas, que atraem fluxos expressivos de turistas do Brasil e do Exterior.

O quadro 7.1 situa as categorias, tipos e subtipos dos principais atrativos turísticos de Tiradentes, de acordo com o sistema padrão de classificação da oferta turística adotado no modelo de Inventário Turístico utilizado pelo Ministério do Turismo (INVTUR). Salienta-se que, na ausência de um inventário turístico atualizado de Tiradentes à época da pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, a listagem abaixo contempla apenas os atrativos que a equipe da Fundação João Pinheiro pode identificar no município, a partir dos dados disponíveis.

Quadro 7.1 Classificação da oferta turística de Tiradentes/MG – INVTUR – Categoria C: Atrativos turísticos - 2014

Categoria	Classificação		Descrição
	Tipo	Subtipo	
C1 Atrativos Naturais	C.1.1 Montanhas	1.1.2 Serras	Serra de São José
	C.1.5 Hidrografia	1.5.1 Rios	Rio das Mortes
		1.5.4 Alagados	Rio Elvas
	C.1.6 Quedas-d'água	1.6.2 Cachoeira	Mangue do Pacu
			Cachoeira Bom Despacho
	C.1.7 Fontes Hidrominerais e/ou Termais		Cachoeira do Carteiro
			Bosque e Poço da Matriz
	C.1.8 Unidades de Conservação	1.8.2 Estaduais	Bosque e mina Mãe d'Água
			APA da Serra de São José
			REVS Libélulas da Serra de São José

continua

continuação do quadro 7.1

Categoria	Classificação		Descrição
	Tipo	Subtipo	
C2 Atrativos Culturais	C.2.1 Sítios Históricos	2.1.1 Centro histórico	Centro Histórico de Tiradentes
		2.1.6 Conjunto paisagístico	Serra de São José
		2.1.8 Sítio arqueológico	<i>Estromatólitos</i> da Serra de São José
	C.2.2 Edificações	2.2.1 Arquitetura civil	Cadeia pública (antiga)
			Câmara Municipal
			Antigo prédio da prefeitura
			Chafariz de São José
			Sobrado Aimorés
		2.2.3 Arquitetura religiosa	Sobrado Ramalho
			Solar do Padre Caldeira
			Ponte das Forras
			Estação ferroviária
			Igreja Matriz de Santo Antônio
			Igreja de Nossa Senhora do Rosário
	C.2.3 Obras de Arte	2.2.5 Arquitetura vernacular	Igreja de Nossa Senhora das Mercês
			Igreja de São João Evangelista
			Santuário da Santíssima Trindade
			Capela de Bom Jesus da Pobreza
			Capela São Francisco de Paula
			Capela de Santo Antonio da Canjica
			Capelas dos Passos
			Passinho
		2.2.6 Arquitetura funerária	Centro histórico
			Calçamento das ruas do centro histórico com <i>Estromatólitos</i> da Serra de São José
	C.2.3 Obras de Arte	2.3.1 Escultura estatuária, monumento, obelisco	Cemitério da Matriz de Santo Antonio
		2.3.2 Pinturas	Fachada da igreja matriz projetada por Aleijadinho
			Monumento a Tiradentes
			Tela da Deusa Astréia – Solar ramalho – rua da Câmara s/nº
		2.3.6 Outros legados	Tela de D. Pedro II – rua da Câmara s/nº
		2.3.6 Outros legados	Antigo relógio de sol no exterior da Igreja Matriz
			Órgão da igreja matriz, de 1788 com oito fileiras de tubos

continuação do quadro 7.1

Categoria	Classificação		Descrição
	Tipo	Subtipo	
C.2.4 Instituições Culturais	2.4.1 Museu/ memorial	Museu da Liturgia	
		Museu Casa do Padre Toledo	
		Museu do Automóvel	
		2.4.2 Biblioteca	Biblioteca do Ó
		2.4.3 Arquivo	Sim, precário
	2.4.4 Instituto histórico e geográfico	IHGT - Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes	
	2.4.5 Centro cultural casa de cultura	Centro Cultural Yves Alves	
		Centro de Cultura e Patrimônio, Memória e Cidadania de Tiradentes	
C.2.5 Festas e Celebrações	2.5.1 Religiosas/de manifestação de fé	Semana Santa	
		São João. Festas juninas, julinas, agostinhas	
		Festa da Santíssima	
		Natal	
	2.5.2 Populares Folclóricos	Carnaval	
		Réveillon	
		Festa do Carro de Bois e Tropeiros de Tiradentes	
C.2.6 Gastronomia Típica	2.6.1 Pratos típicos	Culinária mineira e rural	
	2.6.2 Iguarias regionais doces salgados	Doces	
C.2.7 Artesanato	2.7.1 Cerâmica	Olaria do Tião Paineira	
		Artigos decorativos	
	2.7.3 Madeira	Móveis de estilo	
		Bordados de Cezar de Pina	
	2.7.5 Bordados	Artigos decorativos em ferro	
		Artigos decorativos em estanho	
		Mobiliário em ferro	
C.2.8 Música e Dança	2.8.1 Banda e conjunto musical	Orquestra e Banda Ramalho	
	3.2.2 Pecuária	Familiar	
C3 Atividades Econômicas	C.3.2 Agropecuária	3.3.4 De laticínios	Diversos produtores de queijos
		3.3.5 De bebidas	Diversos produtores de cachaça
		3.3.7 Joalheira	Jóias em prata
		3.3.8 Moveleira	Móveis em madeira reciclada

Conclusão do quadro 7.1

Categoria	Classificação		Descrição
	Tipo	Subtipo	
C4 Realizações Técnicas, Científicas ou Artísticas	C.4.9 Exposição Técnica		Casa das águas Passeio de Maria Fumaça
	C.4.14 Outras		Passeios de charrete
C5 Eventos Permanentes	C.5.3 Realizações Diversas	5.3.1 Desportivas	Tiradentes Bike Fest (Encontro de Motos) X-Terra (esportes radicais)
			Mostra de Cinema de Tiradentes Festival de Arte Vertentes
		5.3.2 Artísticas culturais	Festival Foto em Pauta: Festival Tiradentes em Cena Vinho e Jazz Festival Duo Tiradentes Jazz Festival:
			Feira de Artesanato de Tiradentes
			5.3.4 Gastronômicas/de produtos
			Festival Internacional de Cultura e Gastronomia

Fonte: INVTUR – Ministério do Turismo; pesquisa de campo

Elaboração: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Os atrativos culturais representam a principal dimensão da oferta turística de Tiradentes, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Tiradentes foi proclamada patrimônio histórico nacional e é um dos centros históricos da arte barroca mais bem preservados do Brasil. O conjunto do centro histórico tombado, com todo seu patrimônio, marcado por suas características barrocas, ornamentos ricos em ouro e obras do mestre escultor Aleijadinho, em si, caracteriza-se como atrativo de relevância nacional, capaz de atrair fluxos importantes de outros estados e do exterior. Pelas suas características, o centro histórico de Tiradentes costuma também ser utilizado como set para gravações de filmes e minisséries de época.

Segundo a Diretora de Turismo de Tiradentes, os atrativos mais importantes em Tiradentes são a Igreja Matriz de Santo Antônio, o passeio de Trem entre Tiradentes e São João, os museus de Padre Toledo e da Liturgia, além do Chafariz.

A Matriz de Santo Antonio, construída em 1710, e cuja fachada do templo projetada por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, é considerada a segunda igreja mais rica em ouro do Brasil. Nos adornos, encontra-se um dos quinze

órgãos mais importantes do mundo: ele data de 1788 e possui oito fileiras de tubos com belíssimas pinturas em estilo rococó. No exterior, há um antigo relógio de sol.

Figura 7.3 Relógio de Sol da Matriz de santo Antônio, que aparece ao fundo



Fonte: Google – busca em 23/04/2014

A Estrada de Ferro Oeste de Minas, construída em bitola de 76cm, foi inaugurada em 1881, com a presença do Imperador Dom Pedro II, e chegou a atingir 602km de extensão. Atualmente somente o trecho de 12km da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que liga São João del-Rei a Tiradentes está em funcionamento. O trem puxado por locomotiva a vapor, popularmente conhecida por "Maria Fumaça", funcionam às sextas feiras, sábados, domingos e feriados.

Figura 7.4 A popular "Maria-Fumaça" Locomotiva 42 na Estação Ferroviária de Tiradentes/MG



. Fonte: Google – busca em 23/04/2014

O Museu Casa de Padre Toledo é um museu da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, ligada à UFMG. O prédio é uma construção do final do século XVIII, onde morreu Padre Toledo, um dos líderes da Inconfidência Mineira.

O Museu da Liturgia de Tiradentes é o único dedicado ao tema na América Latina. O Museu dispõe de um acervo de mais de 420 peças sacras dos séculos XVIII a XX, completamente restauradas, além de instalações audiovisuais, terminais multimídia e um amplo programa educativo. Em 2014, o Museu enfrentou alguns desafios para a sua manutenção financeira.

Já o Chafariz de São José é uma construção em alvenaria, edificada pela Câmara da Vila de São José del-Rei para abastecer a vila de água potável, para a lavagem de roupas e bebedouro dos cavalos. No Bosque da Mãe d'Água, situado atrás do chafariz, está a nascente que o abastece, e a água chega até as bicas através de um aqueduto de pedra. O Chafariz de São José é tombado pelo IPHAN.

Figura 7.5 Chafariz São José em Tiradentes/MG



Fonte: Google – busca em 23/04/2014

Outros atrativos culturais importantes, ligados ao patrimônio cultural, incluem o prédio da antiga Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal, a Antiga Cadeia Pública, que deverá abrigar um Museu de Artes Sacras, a Casa da Cultura, a Ponte sobre o Ribeirão Santo Antônio, as Igrejas de Nossa Senhora das Mercês e de São João Evangelista e de Nossa Senhora do Rosário, as Capelas do Bom Jesus da Pobreza, de Santo Antonio da Canjica e de São Francisco de Paula, o Passinho, o Santuário da Santíssima Trindade, o Monumento a Tiradentes, a Ponte das Forras, o

Solar do Padre Caldeira e a Biblioteca do Ó, além da sede onde funciona o Centro Cultural Yves Alves (instituição cultural), o Sobrado Aimorés e o Sobrado Ramalho. O Sobrado Ramalho, residência da tradicional família que fundou a Orquestra e Banda Ramalho em 1860, abriga, além de uma coordenação do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), as sedes da Sociedade dos Amigos de Tiradentes e do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Já no Sobrado Aimorés funciona o Centro de Cultura e Patrimônio, Memória e Cidadania de Tiradentes.

São também atrativos culturais, as diversas festas e celebrações religiosas, populares e cívicas, com destaque para as celebrações da Semana Santa e o Carnaval, também de relevância nacional, que atraem importantes fluxos regionais, de outras partes do Brasil e até do exterior. Destaca-se ainda o Jubileu da Santíssima Trindade, as festas do Carro do Boi.

A gastronomia e o artesanato são também importantes atrativos culturais de Tiradentes. No campo gastronômico, Tiradentes oferece atrações culinárias de alta qualidade. Além da tradicional cozinha mineira e da oferta de doces caseiros, queijos, biscoitos, goiabadas, mel e licores regionais, há estabelecimentos especializados em massas e aqueles que apresentam o melhor das culinárias brasileira, árabe e italiana, entre outras.

Em termos de artesanato, destaca-se uma forte tradição na produção de móveis rústicos, com o aproveitamento de madeira de demolições, e no artesanato em ferro, que vêm desde a época colonial; além das artes plásticas, do artesanato em tecido, e papel machê. Uma das principais referências em artesanato da cidade de Tiradentes é o oleiro Sebastião Augusto de Freitas, o Tião Paineira, que produz peças de barro.

Após os atrativos culturais, seguem em ordem de importância turística em Tiradentes, pela natureza de abrangência do fluxo turístico que tem capacidade de atrair, os eventos permanentes (alguns de relevância nacional e internacional), os atrativos naturais, abrangendo unidades de conservação de importância estadual (pleiteando status de parque nacional) e realizações técnicas e científicas contemporâneas.

Há muita demanda por eventos em Tiradentes, por parte de promotores de eventos. Dentre os eventos permanentes realizados em Tiradentes, os mais conhecidos são a Mostra de Cinema e o Festival Gastronômico Internacional, ambos de relevância nacional e também conhecidos internacionalmente. São também importantes os eventos conhecidos como “Tiradentes Bike Fest (Encontro de Motos), o Inverno Cultural em Tiradentes e o Festival de Artes das Vertentes.

Há um movimento de Tiradentes junto com outras 6 cidades históricas (Ouro Preto, Diamantina, Sabará, São João del Rey e Mariana), com patrocínio da AMBEV, para a realização de um carnaval das cidades históricas. A primeira iniciativa foi um carnaval fora de época, em março, em Belo Horizonte, para chamar atenção para o tipo de carnaval dessas cidades, dentro de um perfil desejado.

Em termos de atrativos naturais, o destaque é para a Serra de São José (APA), entremeada de trilhas, e de onde brotam as águas que alimentam cachoeiras como a do Bom Despacho e a do Carteiro, as piscinas naturais da área do mangue, e as águas da Mãe d’Água que abastecem o chafariz. Do outro lado da Serra de São José há as fontes termais, localizadas no Balneário das Águas Santas, onde se encontra um parque contando com infraestrutura para o lazer, incluindo serviços de restaurante e bar.

Embora exista um pleito para transformar a Serra de São José em Parque Nacional, a serra é ainda uma APA de relevância estadual e juntamente com as fontes termais, caracterizam-se, até o momento, como atrativos de relevância mais regional.

No campo das realizações técnicas e científicas, há que se mencionar a Casa das Águas, localizada no bairro de Águas Santas, cujo projeto foi desenvolvido pela Codemig e o IEF. Na Casa das Águas encontra-se uma exposição permanente abrangendo a geodiversidade e biodiversidade da região. Esses atrativos tem relevância de âmbito mais regional.

A oferta turística de Tiradentes oferece oportunidades únicas para o turismo cultural e de eventos, além de outros segmentos específicos que já existem no município, como o de natureza e aventura, o turismo pedagógico, o de casamentos e o de sítio cenográfico.

Os diferentes atrativos de Tiradentes compõem diversos roteiros. No site Tiradentes Virtual encontra-se a indicação de alguns desses roteiros:

- **Roteiro Turístico Ecológico de Tiradentes**, abrangendo o Balneário de águas santas, Bosque e Poço da Matriz, Bosque Mãe D'água, Cachoeira do Bom Despacho, Cachoeira do Carteiro, Mangue;
- **Roteiro Turístico Histórico de Tiradentes**, abrangendo: Bosque e Poço da Matriz, Cadeia Pública (Antiga), Câmara Municipal, Centro Cultural Yves Alves, Chafariz de São José, Largo das Forras, Largo do Sol, Maria Fumaça, Ponte das Forras, Prefeitura de Tiradentes, Sobrado Aimorés e Sobrado Ramalho, Solar do Padre Caldeira / Biblioteca do Ó
- **Roteiro Turístico Misto de Tiradentes**, abrangendo atrativos históricos, naturais e religiosos: Balneário de águas santas, Cachoeira do Carteiro, Chafariz de São José, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Largo das Forras, Largo do Sol, Maria Fumaça, Ponte das Forras, Praça da Rua da Câmara, Santuário Santíssima Trindade.
- **Roteiro Turístico Religioso de Tiradentes** abrangendo: Bosque e Poço da Matriz, Capela Bom Jesus da Pobreza, Capela de Santo Antônio da Canjica, Capela São Francisco de Paula, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de São João Evangelista, Igreja Nossa Sra. das Mercês, Matriz de Santo Antônio, Passinho, Santuário Santíssima Trindade.

Podem ser citados ainda outros roteiros existentes como os de trekking, abrangendo Serra de São José, como a Trilha dos Escravos ligando Aguas Santas a Tiradentes, Serra do Lenheiro, Cachoeira do Carteiro, Mangue; os “off-Road”, envolvendo a descida do rio Elvas e Trilha dos Inconfidentes; o ciclo-turismo, na trilha Caixa d'Água e cachoeira Paulo André; as Cavalgadas do Menino Maluquinho e do Arraial do Bichinho.

No distrito de Caixa D'Água da Esperança, mais precisamente na estrada de acesso, há um turismo gastronômico e rural incipiente e a prefeitura pensa em criar uma “Rota do Sabor” para estruturar a oferta do turismo rural, com produtos como cachaça, leite, queijos, mel e biscoitos, além do artesanato de crochê e bordado,

dentre outros produtos produzidos no âmbito da comunidade local. A proposta poderia abranger o calçamento da estrada e a criação de um Museu da Culinária Mineira, mas tem que ser melhor trabalhada junto à comunidade, que não tem um consenso em relação a esses pontos. Na oficina realizada em Caixa D'Água da Esperança, houve manifestação de setores da comunidade com interesse na possível construção de uma ponte sobre o rio das Mortes fazendo uma conexão com Bichinho, para favorecer uma rota turística e gastronômica.

Há também demanda local para desenvolver novos atrativos e roteiros turísticos incluindo dessa forma outras áreas da municipalidade até então à margem do turismo local. Assim, as comunidades de Água Santa e de Cesar Pina demandam apoio ao artesanato local (bordados principalmente) e à sua comercialização, tanto em Água Santa como através da utilização do espaço da antiga estação ferroviária de Cesar Pina. Já as comunidades da região do Santíssimo, Pacu e Mococa querem incluir a região nos roteiros existentes, enquanto a do Alto da Torre almeja a construção de um mirante conjugado com área para comercialização do artesanato produzido por moradores da Várzea de Baixo e bairros próximos.

Os atrativos existentes em Tiradentes se defrontam com vários tipos de problemas e insuficiências. Dentre os vários problemas ambientais que ameaçam e afetam a qualidade dos atrativos, pode-se citar inicialmente a poluição de cursos d'água por lançamento de esgotos, especialmente do ribeirão Santo Antônio, que atravessa o Centro Histórico, assim como a deficiência de serviços públicos na área de coleta seletiva, disposição e tratamento de lixo. As soluções para esses problemas específicos estavam sendo encaminhadas, como relatado na seção de infraestrutura.

O trânsito, a expansão urbana desordenada em direção a Bichinho, Caixa D'Água da Esperança, São João del Rey e Santa Cruz de Minas e a ocupação de áreas verdes e cristas de morro afetam a paisagem e ameaçam o patrimônio e os atrativos naturais de Tiradentes. Há desmatamentos em áreas privadas, sobretudo no pé da Serra de São José, propostas de loteamento, pistas de cross, extração de areia e quartzito.

O status de APA não está sendo suficiente para proteger a Serra de São José de modo eficiente. A prefeitura realizou trabalho para educação ambiental, inclusive para a coleta de lixo, visando ao uso mais consciente da serra, e proibiu a

circulação de motocicleta, ao mesmo tempo em que busca uma fiscalização mais eficiente para a região. O IEF passou a dispor de uma equipe para a APA da Serra de São José, cobrindo 5 municípios, há apenas um ano. Falta estudo de capacidade de carga e plano de manejo. Até mesmo a visitação à “Mãe d’Água”, onde nasce a água do chafariz, não tem ainda controle efetivo e deveria ser até mesmo coibida, até que sejam tomadas as medidas necessárias. Há até mesmo suspeitas quanto à qualidade da água que abastece o Chafariz, o que suscita a necessidade de análises laboratoriais periódicas, investigação de eventuais fontes poluentes e a tomada de medidas necessárias para sanar o problema.

Por conta dessas questões, avalia-se que a proteção estadual da Serra do São José é insuficiente, faltando o tombamento federal, solicitado em 1979. Como ainda não se obteve resposta, o Ministério Público Federal e o IHGT têm pressionado nesse sentido.

Nesse contexto, conforme colocado pelo diretor de meio ambiente, não pode haver muito turismo na Serra de São José, enquanto a mesma não for tombada pela União, ou se obter formas alternativas mais eficazes de proteção, fiscalização e uso daquele patrimônio, incluindo todo o planejamento do ecoturismo e a criação de uma estrutura de visitação adequada. Até lá, é problemático estimular o fluxo turístico para a região. Sendo assim, atrativos naturais devem ter caráter apenas complementar na oferta turística de Tiradentes.

Segundo o IPHAN, os bens ligados ao patrimônio cultural estão em geral protegidos, excetuando-se a Festa dos Passos, que acontece uma semana antes do Domingo de Ramos e para qual não há registro.

Há que se registrar que o Programa Monumenta não aconteceu em Tiradentes por que a prefeitura não dispunha de 30% para oferecer como contrapartida. De outro lado, a legislação impede que se apliquem recursos a fundo perdido em imóvel particular tombado, como é o caso da Casa de Forro Pintado na rua Padre Toledo e que é usado como residência. Algumas propriedades privadas tombadas enfrentam essas e outras dificuldades. O fato da ação de proteção patrimonial por vezes impedir adequações dos imóveis pelas famílias costuma gerar conflitos e até mesmo ser um fator motivante para negociação do imóvel. Há também

várias ações contra o comércio e restaurantes, ligadas às limitações imposta pelo tombamento.

Em geral os atrativos e bens patrimoniais têm muito a desenvolver em termos de condições ideais para potencializar uma visitação turística de qualidade.

O município é carente de estudos de capacidade de carga, não apenas para a Serra de São José, quanto para outros bens do patrimônio em áreas urbanas e rurais. Falta também trabalho de educação patrimonial e de melhor uso turístico do patrimônio.

São poucos os atrativos que agregam recursos audiovisuais e cênicos para sua valorização. Há um espetáculo de som e luz na matriz. Todavia, o texto pode ser melhorado e nem sempre há condições de viabilizar a manutenção no sistema. O Museu Padre Toledo tem uma apresentação audiovisual, mas não há articulação com teatro, som e luz. O Museu da Liturgia já oferece recursos audiovisuais, mas estava enfrentando dificuldades para a sua viabilização à época da pesquisa.

Falta acessibilidade para os Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) conforme a legislação federal. O Ministério Público exige, mas o IPHAN encontra dificuldades para cumprir por serem bens tombados.

Com exceção das igrejas da Matriz, da Santíssima Trindade e do Rosário, não se consegue manter os monumentos abertos à visitação em períodos e horários necessários. A prefeitura alega não ter funcionários disponíveis.

Faltam guias locais capacitados e uma organização local para o serviço de guias. Há conflitos de guias locais com guias de São João del Rey, que cercam turistas na estação de trens, para apresentar Tiradentes. Faltam também bons guias escritos sobre o patrimônio. Havia um projeto de gerar informações sobre casas de moradores ilustres, mas não se tem mais notícia.

Além de problemas na sinalização turística, há deficiências na sinalização interpretativa de Tiradentes. Há falta de placas bilíngues com indicação de atrativos turísticos e, na percepção do representante do IPHAN entrevistado, o padrão de placas de sinalização turística adotado pela Embratur é muito grande, e deveria ser adaptado ao contexto de cidade histórica. As placas de sinalização interpretativa foram roubadas ou se deterioraram, e devem ser refeitas pela diretoria de turismo. À época

da pesquisa, essa diretoria estava concluindo edital relativo à sinalização turística e interpretativa.

Em geral, há deficiências nos serviços de apoio ao turista e em especial no fornecimento de informações e material de divulgação relativo aos atrativos.

Em uma análise dos eventos turísticos, enquanto atrativos, sobressaem-se também problemas gerados por excesso de visitantes, como os de segurança e, sobretudo, os engarrafamentos, que afetam a sua qualidade. O fluxo turístico estimado no Festival de Gastronomia de 2013 foi de 45.000 pessoas e cerca de 15 mil carros, em dois finais de semana, não havendo até o presente um estudo de capacidade de carga para essas ocasiões.

Os problemas maiores de segurança nos eventos ocorrem na Mostra de Cinema, já que no evento de motos e no carnaval a Polícia Militar traz mais contingente. Faltam também condições ideais para a prevenção e combate a incêndio em eventos.

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) reclama que há muitos eventos e que só há dois espaços públicos suficientes e disponíveis para os mesmos: o Largo das Forras e a praça da rodoviária. O uso desses espaços para eventos provocam problemas de mobilidade para moradores e turistas, sobretudo nos festivais de cinema e encontro de motos.

Como em dias de grandes eventos há restrições de acesso à rodoviária e não há locais próprios para parada de ônibus, há necessidade de se pensar em alternativas de espaços para eventos, rotas de trânsito alternativas ou na construção de uma rodoviária fora da cidade.

A presença dos carros no Centro Histórico e o trânsito são analisados no Plano de Mobilidade de Tiradentes, elaborado pela Tectran em 2012, já exposto no presente documento. É importante a retomada desse assunto, com o desenvolvimento de um plano abrangente e efetivo. Faltam regras claras relativas à áreas de circulação e de estacionamento e condições ideais de policiamento e fiscalização, o que agrava o problema dos engarrafamentos em dias de eventos. Assim, carros costumam parar mesmo onde há placas proibitivas. Nos eventos, costuma haver apenas policiamento

de trânsito privado. O convênio que existe com a Polícia Militar abrange só a segurança e não permite à mesma a atuação no trânsito.

Na tentativa de normatizar para prevenir e minimizar problemas e conflitos na realização de eventos, a municipalidade instituiu a Lei nº 2.622, de 20 de outubro de 2011, que “Dispõe sobre a realização de eventos de grande porte no município de Tiradentes e dá outras providências”. Conhecida como Lei de Eventos, vem disciplinar e normatizar a realização de eventos no município, inclusive com o pagamento de taxa à prefeitura pelo uso do espaço público. As contrapartidas mais importantes dadas pelos eventos nos últimos 2 anos foram o alargamento de pontes e a restauração da igreja do bairro Canjica. Dentre outras coisas, a Lei de Eventos proíbe eventos em feriados, onde se argumenta que já se teria uma demanda turística significativa. O Ministério Público ressalta a necessidade de preservação do patrimônio e suas recomendações foram incorporadas na Lei de Eventos. Notou-se nas oficinas realizadas sugestões de que sejam equacionados os impactos do turismo de eventos e que as contrapartidas resultantes fossem dirigidas às áreas social, cultural e ambiental, prioritariamente.

Nota-se que apesar da Lei de Eventos, a Diretoria de Turismo tem ainda pouca participação no planejamento de alguns eventos privados e mesmo sua divulgação, como pode ser observado no Festival Gastronômico de 2013.

7.2.1.3 Equipamentos e serviços turísticos

A oferta de equipamentos e serviços turísticos é provida por empreendedores de Tiradentes e, em boa medida, oriunda de outros municípios. Os empresários que investem em Tiradentes, mas não moram na cidade, compõem um subgrupo também atuante.

Cabe citar a existência de duas associações civis empresariais que atuam no nível da superestrutura turística de forma complementar à atuação do poder público. A Associação de Empresários de Tiradentes (ASSET) congrega cerca de 150 empresários, sendo aproximadamente 1/3 do segmento de hotelaria, 1/3 da alimentação e 1/3 do comércio em geral. Na área do turismo, a ASSET busca trabalhar com o planejamento para o destino e ações setoriais. O foco é no interesse

dos empresários e no desenvolvimento sustentável, através da promoção do turismo de eventos, da capacitação das pessoas, dentre outras ações. Já a Associação Tiradentes Mais reúne cerca de 20 dos principais empresários do setor de turismo e atua na área de divulgação do destino e dos produtos dos seus filiados.

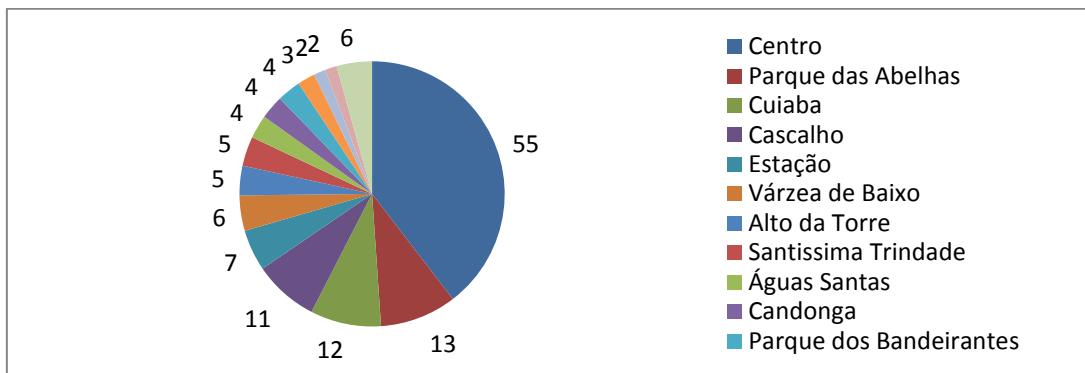
A oferta de equipamentos e serviços turísticos descrita nesta seção foi extraída de um inventário que a prefeitura estava realizando, através da Diretoria de Turismo, à época da pesquisa de campo realizada em 2013. Esse inventário contém um levantamento com informações municipais sobre as pousadas existentes e tipos de unidades habitacionais; os espaços para eventos em pousadas e fora delas; galerias de arte e espaços para artistas; lanchonetes, bares e restaurantes segundo especialidades; agências de turismo, estabelecimentos de comércio de móveis e artefatos de madeira e ferro, que resumidamente se apresenta a seguir.

Pousadas e hotéis

As condições de hospedagem em Tiradentes são favoráveis, dispondo a cidade de 139 pousadas e 3.500 unidades habitacionais (UHs), pelos dados da prefeitura. Estas pousadas contemplam diversos tipos, desde as mais simples, com adaptações de antigas moradias, até as mais estruturadas, que oferecem diversos serviços complementares aos seus hóspedes.

O gráfico 7.1 demonstra a distribuição das pousadas de Tiradentes entre os bairros da cidade. Pode-se observar que a maioria concentra-se no Centro Histórico, seguido pelos bairros Parque das Abelhas, Cuiabá e Cascalho.

Gráfico 7.1 Distribuição de pousadas por bairros de Tiradentes/MG – 2013



*Nota: Caixa d'água, Capote, Fazenda do Colégio, Pau d'Óleo, Prainha, Recanto das Pedras

Fonte: Prefeitura de Tiradentes – Departamento de Turismo

Elaboração: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Espaços para eventos

Dentre as 139 pousadas de Tiradentes, 24 informam possuir espaços para eventos. Estes foram caracterizados pela sua capacidade em número de pessoas. Em 14 pousadas foram informados espaços com capacidade para até 100 pessoas. As pousadas com espaços para entre 100 e 200 pessoas somam 9. Duas pousadas informaram que possuem espaços suficientes para 300 pessoas. A capacidade total dos espaços para eventos dessas 24 pousadas é de 2.740 pessoas.

Além desses espaços para eventos de pequeno porte, Tiradentes possui ainda mais dois espaços para eventos de médio porte, sendo o “Espaço Diva - Festas, Eventos e Convenções” com capacidade para 1.220 pessoas, e o “Libertas Espaço Cultural”, para o qual não se dispõe de dados quanto à sua capacidade.

A ASSET sustenta que a cidade precisa de Centro de Convenções, pois se perde muitos eventos por falta de espaço adequado. O espaço do Centro Cultural comporta apenas 120 pessoas.

Levantou-se ainda que será construído em São João del Rey um Centro de Convenções para eventos de médio e grande porte, o que deverá favorecer Tiradentes, que dispõe de melhor hotelaria que o município vizinho, além de outros equipamentos e, portanto, tende a captar parte desse público de eventos.

Cabe citar ainda o Largo das Forras e a praça da rodoviária enquanto espaços públicos abertos frequentemente utilizados para a realização de grandes eventos turísticos, apesar de não dispor das condições ideais, já que seu uso para esses fins ocasionam vários problemas de mobilidade e conflitos com moradores.

Restaurantes, bares e lanchonetes

Os restaurantes de Tiradentes ofertam produtos gastronômicos de várias partes do mundo. Há restaurantes que prezam pela sofisticação e conforto, enquanto outros apresentam mais simplicidade. Há bons bares, além de lanchonetes e estabelecimentos que oferecem doces caseiros e outros produtos do interior, como, por exemplo, queijos, biscoitos, goiabadas, mel e licores.

No inventário em execução pela prefeitura em 2013, foram informados a existência de 84 estabelecimentos gastronômicos no município, assim distribuídos por categorias: 26 restaurantes de comida mineira; 2 de comida brasileira; 6 de comida italiana; 10 restaurantes de comida internacional (japonesa, árabe, portuguesa, entre outras); 20 estabelecimentos classificados como bar/ pizza/ carnes; 7 estabelecimentos que comercializam doces; 7 estabelecimentos classificados como “variada”; e 7 estabelecimentos classificados como “outros”.

Comércio de arte, artesanato e souvenirs

A cidade possui lojas especializadas em diversos tipos de produtos e materiais. Conforme pesquisado⁵⁴, há estabelecimentos que comercializam arte em ferro e madeira: adegas, arranjos de flores, lustres, móveis de madeira e ferro. Outras lojas vendem lembrancinhas, como camisetas estampadas e bonés, objetos de decoração em ferro e madeira. Existem também os estabelecimentos voltados a um único tema, como roupas, acessórios ou decoração. Além dessas alternativas, a cidade conta com comércio de peças artesanais sofisticadas, como objetos de decoração e utensílios para cozinha feitos com estanho, além de feiras com exposição de artesanato e produtos locais. As exposições também marcam presença no cenário

⁵⁴ (http://www.tiradentesvirtual.com/paginas_site/default.asp?PAG_SEQ=4481),

artístico de Tiradentes. Há ateliês e galerias de arte que expõem esculturas e peças de diversos estilos. Um dos locais em que algumas exposições acontecem é na Galeria do Sobrado Ramalho.

Segundo os dados do inventário em execução pela prefeitura em 2013, existiam no município 9 galerias de arte e 24 lojas de móveis fabricados localmente. A atividade de serralheria, especialmente na configuração de artefatos decorativos, contava com 14 lojas na cidade, entre pontos comerciais e fábricas.

Conforme sugerido por um representante da ASSET entrevistado, seria importante fortalecer também o setor moveleiro, estimulando a capacidade para inovar, sobretudo na área de decoração e móveis.

Agências de turismo

Com relação a agências de turismo, atuam cinco agências receptivas: Tiradentes Brasil – Operadora; Imagem Captação e Criação; Uai Trip - receptivo e ecológico; Agência de Turismo Estrada Real ERT; e Viva Minas.

As agências disponibilizam uma diversidade de pacotes de passeios, com atendimento personalizado para grupos e excursões, como para escolas, empresas e grupos de melhor idade. Oferecem guias bilíngues, serviços de translado para o aeroporto, indicação de pousadas e restaurantes e fretamento de veículos utilitários.

Serviços e equipamentos de lazer e entretenimento

Entre os serviços e equipamentos turísticos existentes em Tiradentes, pode-se distinguir os de lazer e entretenimento, dentre os quais se destacam a existência de praças e outros locais públicos que recebem grande afluxo de visitantes: O Largo das Forras, o Largo do Sol e a praça da Rua da Câmara.

O Centro Cultura Yves Alves dispõe de auditório e espaço coberto para exposições, onde oferece programação cultural abrangendo teatro, filmes e artes em geral.

Fundado em setembro de 1976 e pertencente à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), o Balneário de Águas Santas, onde se situa as fontes termais, oferece uma série de serviços relacionados à promoção da saúde, entre eles, massoterapia e hidroginástica. O local conta com estacionamento e é cobrada entrada para utilização da área de piscinas. Entretanto, ao mesmo tempo que o preço da entrada é considerado alto por segmentos da comunidade local, falta melhor conservação e estrutura de divulgação, serviços e atendimento a turistas.

Outros serviços e equipamentos turísticos

Além de serviços de aluguel de bicicletas e outros veículos de passeio e aventura, destaca-se o Centro de Atendimento ao Turista, situado no Largo das Forras. O centro disponibiliza informações e exemplares da folheteria existente acerca dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos no município.

Pelo exposto, verifica-se que Tiradentes conta com uma expressiva oferta de equipamentos e serviços turísticos, em vários aspectos importantes na recepção e atendimento ao turista. Entretanto, existem algumas deficiências e problemas que devem ser notados.

Observa-se a ausência em Tiradentes de equipamentos de entretenimento como casas noturnas estruturadas e mesmo cinemas. Há críticas por parte setores da população local, que o perfil da programação é mais voltado para turistas do que para a população local, sendo necessário equacionar a questão.

Apesar de existirem feiras na cidade e no centro histórico, há queixas que não há espaço para exposição de produtos de bairros da sede municipal e outras regiões do município. Muitos equipamentos ligados à gastronomia também precisam melhorar aspectos sanitários no que tange a cuidados com o armazenamento, preparo e disposição de alimentos.

Contudo, o problema mais sério que afeta os equipamentos e serviços turísticos de Tiradentes relaciona-se às necessidades de gestão e de mão de obra gerencial e operacional qualificada. Segundo informações, boa parte dos empregados vem de Santa Cruz, Ritápolis e até São João del Rey. O empresariado local tem papel

importante na geração de empregos e renda, formalização dos empregos e garantias trabalhistas.

Inicialmente, colocam-se algumas necessidades de sensibilização e qualificação para gestores desses serviços e equipamentos. Apesar de não se dispor de um diagnóstico e levantamento específico, de base quantitativa e qualitativa, sobre o perfil e as necessidades de capacitação de gestores e mão de obra operacional, nota-se, pela observação e entrevistas realizadas, alguns problemas e deficiências evidentes.

Dentre elas, há necessidade de capacitação em gestão estratégica, financeira, de recursos humanos, gestão de qualidade, gestão ambiental e responsabilidade social, assim como em gestão hoteleira, de alimentos e bebidas e outros segmentos de negócios, mais especificamente.

Como reconhece o representante da Associação Tiradentes Mais, falta à boa parte dos empresários locais um diagnóstico de necessidades e visão de futuro do seu negócio e do destino, planejamento, noção de produto, de diferenciação. Não se conhece custos e não se sabe precificar devidamente, sendo os preços especulativos, na maioria das vezes, tanto na baixa como na alta temporada. Atualmente há mais empresas prestando atenção em gestão ambiental e de qualidade, até mesmo devido à ação do Sebrae, mas essas são ainda minoria.

A maioria dos equipamentos e serviços turísticos não dispõe de sistemas e instrumentos de gestão ambiental nem de políticas de responsabilidade social com todos os seus *stakeholders*, sendo a sensibilização e a capacitação nessas áreas importantes para habilitar os empresários locais a ter um papel mais relevante no desenvolvimento sustentável de Tiradentes e permitir mudanças de atitudes e ações que se fazem oportunas nesses campos visando reduzir certos problemas que acabam por afetar negativamente a própria atividade turística. Dentre esses problemas estão a necessidade de valorização da cultura local; do estabelecimento de uma política de preços justos; de um maior formalização da atividade e da regularização das condições de recolhimento fiscal, questões também discutidas no capítulo do desenvolvimento econômico.

Como resultado das inconformidades fiscais existentes, o município, que economicamente depende muito da atividade turística, apresenta baixa arrecadação tributária do setor e dificuldades de fazer investimentos públicos, como em infraestrutura e serviços públicos, que são necessários para a população e para o próprio desenvolvimento da atividade turística.

Com relação à mão de obra, contribui para as dificuldades apontadas as deficiências de transporte urbano, já que é mais fácil para um morador de Cesar de Pina ou Águas Santas, por exemplo, se empregar em São João del Rey, pela facilidade de transporte público. Boa parte dos moradores de Tiradentes que trabalham no setor turístico do município vem de Elvas e Caixa D'Água da Esperança, mas enfrentando sérias dificuldades pela ausência de transporte público regular.

Por outro lado, a falta de capacitação da mão de obra local contribui para que as atividades especializadas e de melhor salário sejam executadas por profissionais de fora do município e alguns vindos de Rio de Janeiro ou São Paulo, sendo a mão de obra local mais comumente aproveitada em atividades de baixa remuneração e durante os eventos.

A tabela 7.1 ajuda a mostrar a defasagem das médias salariais no setor em relação à média da região central e total do estado, e ao mesmo tempo indica que esta defasagem tem diminuído desde, pelo menos, o ano de 2006.

Tabela 7.1 Renda média nominal mensal dos trabalhadores no setor de turismo de Tiradentes, da região Central de Minas gerais e do estado de Minas Gerais (R\$)

Unidade geográfica	Ano							Taxa de variação	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2011/2012	2006/2012
Tiradentes	459,80	500,92	566,68	622,97	682,19	743,32	826,80	11,2%	79,8%
Central	553,75	605,92	653,50	703,58	772,15	832,50	917,83	10,2%	65,7%
Minas Gerais	646,68	690,81	740,51	814,40	891,75	982,64	1.087,23	10,6%	68,1%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Elaboração – SETUR - Observatório do Turismo/MG – Síntese dos destinos indutores – Tiradentes, 2012

Apesar de existir muita iniciativa de treinamento de mão de obra em Tiradentes, nas áreas de formação turística, organização de eventos, e para ocupações como camareira, garçom, recepcionista, dentre outras, através de

parcerias envolvendo o Senac, Ministério do Turismo e Pronatec, perdura a falta mão de obra qualificada para o setor turístico local, sendo este um dos maiores problemas afeitos aos equipamentos e serviços turísticos do município.

Há necessidade de capacitação dos comerciantes locais em vendas, pois as pessoas locais não são receptivas nem sabem vender. As condições de manipulação de alimentos e de higiene também não são as ideais em alguns estabelecimentos. Falta qualificação para guias turísticos, assim como profissionais qualificados na área de hotelaria.

As dificuldades enfrentadas para a capacitação de mão de obra se devem a vários fatores. Conforme colocado pelo representante da Associação Tiradentes Mais, muitos empresários querem mão de obra qualificada, mas é difícil manter/pagar trabalhadores na baixa temporada (fevereiro a início de abril). Nem sempre é feito o registro formal, com carteira assinada. Emprega-se muita mão de obra temporária, o que compromete a capacitação. Para a diretora de turismo, há muita oferta de emprego (temporário em sua maioria), inclusive com carteira assinada em pousadas, mas há pouca demanda de curso. Muitos acham que não precisam de capacitação ou não querem fazer, muitas vezes até mesmo por dificuldades de compatibilização de horários. Alguns cursos de capacitação também exigem muitos pré-requisitos, que a população não tem.

Dessa forma, é também premente a sensibilização e a capacitação dos gestores dos serviços e equipamentos para implantar uma política de recursos humanos consistente e socialmente responsável em seus estabelecimentos, contemplando políticas de carreira e remuneração, de recrutamento, seleção, contratação, treinamento, e capacitação da mão-de obra.

Ciente da necessidade de capacitação para o setor, a ASSET planeja contribuir através da promoção de cursos técnicos para a formação de mão de obra operacional, em convênio com o SENAC, e gerencial, inicialmente na área de gestão financeira, disponibilizando consultorias individuais, em parceria com Sebrae. A ASSET planeja também promover junto às comunidades ações de educação para o turismo e ações sociais.

7.2.2 Aspectos da demanda e comercialização turística de Tiradentes

Segundo dados da pesquisa de Demanda Turística de Tiradentes realizada pela Setur-MG em 2012 e cujos dados encontram-se disponíveis no Observatório do Turismo de Minas Gerais⁵⁵, 95,9% dos visitantes responderam que a viagem que realizaram ao destino atendeu plenamente ou superou a expectativa.

A pesquisa da Setur-MG indica que em 2012, o tempo médio de permanência do visitante na cidade era de 2,4 dias. O gasto médio diário por visitante no município era de R\$98,52, o que gerava um gasto médio por visitante de R\$236,20, por viagem.

A pesquisa revela que 66,9% dos visitantes de Tiradentes provinham de Minas Gerais, 18,7% do Rio de Janeiro e 11,5% de São Paulo. A motivação da viagem era de lazer e passeio em 82,8% dos casos, de negócios em 8,5%, de visita a amigos e parentes em 8,2% e para compras em 0,5% dos casos. O perfil predominante do visitante de Tiradentes era de pessoa com idade entre 21 e 40 anos (45,1%), a maioria sendo do sexo feminino (50,8%), casado (58,7%), com nível de ensino superior (35,2%) e com renda entre R\$2040,01 e R\$3.570,00 (27,6%).

A pesquisa de demanda da Setur-MG de 2012 oferece elementos para se comparar a avaliação pelos turistas dos serviços oferecidos no setor de turismo em Tiradentes/MG e no estado de Minas Gerais, conforme expostos na tabela 7.4.

⁵⁵ Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. **Síntese dos Destinos Indutores – Tiradentes.** Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/observatorioturismomg/?page_id=423>. Acesso em: 07/03. 14

Tabela 7.4 Avaliação dos serviços oferecidos no setor de turismo em Tiradentes/MG e no estado de Minas Gerais - 2012

Tipo de serviço	Local de prestação do serviço	
	Tiradentes	Minas Gerais
Gastronomia	9,0	8,5
Hospitalidade	9,0	8,7
Hospedagem	8,7	8,3
Limpeza	7,5	7,5
Segurança pública	7,7	7,5
Comércio	8,3	7,9
Atrativos turísticos	8,6	7,9
Transporte público	7,1	7,1
Lazer	8,2	7,7
Preços	6,3	7,1
Informação turística	8,1	7,2
Sinalização turística	7,8	7,1
Guias de turismo	7,9	6,9
Média	8,0	7,6

Fonte: Pesquisa de Demanda 2012 – Observatório do Turismo MG

Observa-se que, em média, em 2012, a avaliação pelos turistas entrevistados dos serviços oferecidos no Turismo em Tiradentes é superior à verificada para Minas Gerais, com exceção dos preços destes serviços. Particularmente, o grau de satisfação dos turistas é muito bom com relação à gastronomia, infraestrutura hoteleira e aos atrativos.

Em relação à comercialização turística de Tiradentes, pode-se ressaltar alguns aspectos relevantes, apreendidos a partir das pesquisas realizadas.

A CVC, que é a maior operadora de viagens do Brasil, comercializa o destino Tiradentes no contexto do roteiro “Cidades Históricas”, que inclui também Sabará, Diamantina, Ouro Preto, Mariana e São João del Rey. A companhia aérea Avianca faz voos para São João del Rey.

O destino Tiradentes é comercializado principalmente para o eixo Belo Horizonte - Rio de Janeiro - São Paulo; e para países como França, Portugal, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha pelas agências Uai Trip, Viva Minas, Estrada Real e Tiradentes Brasil (TRB). Estas mesmas agências também trabalham o receptivo local, com o enfoque nos atrativos culturais, naturais e eventos.

Os turistas que procuram as agências geralmente são pessoas acima de 40 anos e de alto poder aquisitivo. Procuram por passeios guiados não só ao centro Histórico como aos atrativos da Serra São José e visitas a pinturas rupestres. Um pequeno número de turistas não utiliza guias, outros alugam quadriciclos, jipes e motos, possibilitando o acesso, muito procurado, a atrativos turísticos naturais. Recentemente com a inclusão do roteiro recreativo de passeios em oficinas de ceramistas e fazendas da região, as crianças passaram a ter maior presença dentro do público visitante de Tiradentes.

Segundo as agências, a procura dos visitantes está dirigida primeiramente aos bens culturais de valor histórico, como a igrejas Matriz, do Rosário, de São João Evangelista, o Chafariz de São José e o passeio pelo centro, nas intermediações da Rua Direita. Os visitantes solicitam ainda o Museu da Liturgia, e a viagem a São João del Rey, utilizando a locomotiva Maria Fumaça. As manifestações religiosas atraem mais a população local e regional, sendo as principais a festa da Santíssima Trindade e a Semana Santa. Os eventos como a *Bike Fest* (encontro de motos), e o Festival Gastronômico são dirigidos principalmente para o turista visitante, principalmente oriundo do eixo Rio - São Paulo. A participação da população local é pequena, mesmo na exposição da culinária local no Festival de Gastronomia. Outros atrativos procurados pelo turista são a visita aos municípios de Prado (Bichinho), Rezende Costa, às trilhas na Serra de São José e ao rio Elvas.

Ainda segundo as agências, o tempo médio de permanência de turistas que utilizam os seus serviços no município tem aumentado de 3 para até 7 dias, refletindo o trabalho de divulgação de outros atrativos e não apenas do patrimônio histórico. Fora da temporada – que vai da segunda quinzena de dezembro até o carnaval –, dos feriados e dos eventos já citados, a queda da frequência de turistas chega a 75%.

Representantes de empresários turísticos locais entrevistados identificaram o destino de Ouro Preto como o seu maior concorrente no mercado mineiro e a serra fluminense no mercado carioca. Na percepção das agências, o diferencial de Tiradentes a outros destinos concorrentes, principalmente Ouro Preto e São João del Rey, é por ser uma cidade bucólica e pequena. Há que se acrescentar a

força de atratividade de todo o conjunto da oferta turística descrita e o estado de preservação do seu patrimônio histórico.

Atualmente, o marketing em larga escala do destino é feito pela Associação Tiradentes Mais, que privilegia o mercado de alto poder aquisitivo em São Paulo. Não houve uma pesquisa de mercado, nem de posicionamento do destino, mas presumem, pela experiência prática com o seu público, que os turistas têm em sua maioria 40 anos ou mais e vem principalmente de Belo Horizonte e outras cidades mineiras, seguidas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e de outros países (França, UK, Estados Unidos, Portugal dentre outros). De fato, esses dados de origem são compatíveis com os dados da pesquisa da Setur-MG (2012) referenciada anteriormente, enquanto a idade predominante do turista é compatível com a percepção das agências já explicitada.

Os maiores desafios em relação ao mercado turístico relaciona-se ao problema da sazonalidade da atividade e como estimular estadias ampliadas e maior taxa de ocupação, sobretudo no meio de semana e em meses de baixa temporada.

Apesar de não haver dados do perfil de renda dos turistas em Tiradentes, percebe-se que há turismo da classe A, mas também das classes B e C. A taxa de ocupação anual das pousadas associadas à Tiradentes Mais é de 51% e 60%; enquanto as estadias são em média de dois dias.

A taxa de ocupação anual na cidade como um todo é menor: de 40 a 60% segundo a ASSET, e nas pousadas mais baratas, 60% das estadias é de um dia. Também segundo a ASSET, a média de permanência do turista é de dois dias, um número um pouco abaixo do estimado para os clientes das agências. De acordo com a ASSET, o movimento é fraco no meio da semana, mas no fim de semana a taxa de ocupação nas pousadas do centro é de quase 100% e nas mais afastadas, em média, entre 70 a 80%. Para a ASSET, os meses mais fracos são novembro e dezembro, até o Natal. A época da quaresma também é de baixa temporada.

As agências de turismo, com apoio de um consultor, têm trabalhado para campanhas de divulgação para atrair turistas nos períodos de baixa temporada. Os meios de divulgação do destino Tiradentes no mercado turístico estão ancorados

em trabalho sendo realizado pela ASSET na internet, na mídia televisiva e no Guia 4 Rodas, trabalho sendo realizado pela ASSET.

O foco da divulgação de Tiradentes tem sido no turismo histórico-cultural e gastronômico o que é compatível com o quadro da oferta turística descrita. Há também em curso, uma tentativa da prefeitura de tornar Tiradentes reconhecida como uma Cidade Criativa da Gastronomia pela UNESCO, o que daria projeção internacional.

Tiradentes faz parte do roteiro gastronômico e cultural do Circuito dos Inconfidentes e juntamente com outros municípios beneficia-se de certas ações de marketing existentes para o circuito. A Estrada Real também divulga o destino em sites e folders e oferece espaço para divulgação dos estabelecimentos.

Segundo a gestora do Instituto Estrada Real (IER), que oferece informações sobre Tiradentes a mais de 700 turistas por mês, a falta de folhetos e de material informativo relativo aos atrativos, que descreva o patrimônio, é muito sentida e está entre as principais reclamações dos turistas.

Assim, apesar de haver algumas iniciativas da Estrada Real, do Circuito dos Inconfidentes e do empresariado local, em suprir as demandas por mapas e roteiros, esse aspecto é claramente insatisfatório, faltando material informativo e melhor divulgação de Tiradentes enquanto destino turístico.

Nesse contexto, o ideal é que, associado à elaboração de um Plano Turístico Municipal e a ele articulado, fosse elaborado e implementado um plano de marketing para Tiradentes, baseado em diagnóstico de mercado e de posicionamento desejado e que defina as estratégias de comunicação e venda, abrangendo toda a diversidade de atrativos aptos no município, de maneira inclusiva e sustentável.

A diretoria de turismo objetivava aumentar a taxa de ocupação, sobretudo no meio da semana. Para tanto, estava em andamento o desenvolvimento de um projeto de *Convention and Visitors Bureau* (CVB) local, para ajudar a divulgar o destino e captar mais eventos, já que a cidade está ainda muito focada nos eventos de gastronomia e de cinema. O CVB seria mantido, eventualmente, através de uma taxa voluntária de turismo.

7.2.3 Impactos socioambientais causados pelo turismo

No âmbito dos levantamento para o tema turismo, inclusive nas ofícias participativas, foi unânime o reconhecimento de que o turismo contribui para o dinamismo do município. No entanto, alguns pontos merecem destaque, quanto aos impactos socioambientais advindos da atividade.

As principais relações econômicas dos moradores de Tiradentes com a atividade turística são em termos de fornecimento de mão de obra e produtos para o comércio, serviços e equipamentos turísticos e, mais raramente, como empreendedor nesses setores.

Não por acaso, na perspectiva da população local, os principais pontos positivos do turismo se relacionam ao fato de ser esta a principal atividade econômica do município e fonte geradora de movimento, renda e emprego. Entretanto, o baixo nível de qualificação da mão de obra local, a informalidade, o caráter temporário e os baixos salários que predominam no padrão de empregos gerados pela atividade, bem como as deficiências de transporte público municipal existentes, implicam que boa parte da população tiradentina, acaba sendo subempregada na cidade ou optando por trabalhar em cidades próximas, em que existam melhores condições de trabalho, de transporte ou moradia, com em São João del Rey e Coronel Xavier Chaves. De outro lado, Tiradentes exporta emprego para pessoas de outros municípios, como São João del Rey, já que há transporte regular entre as duas cidades. Em uma perspectiva mais ampla, parcela expressiva das vagas e dos melhores cargos gerados pela atividade turística em Tiradentes são ocupadas por pessoas de outros municípios. Esses problemas aliados à evasão fiscal existente no setor acabam por reduzir o impacto dos benefícios gerados pelo turismo. Questionou-se em oficinas que até mesmo os termos da concessão da exploração do Trem Turístico pela Vale deveriam ser revistos de forma a beneficiar mais o município do ponto de vista da arrecadação advinda.

Nos últimos anos, os atributos e oportunidades que Tiradentes oferece vem atraindo vários tipos de pessoas e empreendedores do setor turístico, muitos dos quais fixaram residência no município, gerando um processo de gentrificação.

Como as instalações e equipamentos turísticos, que atendem principalmente a pessoas de alto poder aquisitivo, pertencem em boa parte a

empresários de fora, sobretudo do eixo Belo Horizonte - Rio de Janeiro - São Paulo, parte expressiva da renda gerada pelo setor é canalizada para fora de Tiradentes.

Nesse processo de gentrificação, vários fatores motivaram a venda de imóveis e a mudança de antigos moradores locais para outros bairros mais periféricos do município ou outras regiões. Um dos principais fatores foi a valorização dos imóveis motivada pelo desenvolvimento do turismo e pelo fluxo imigratório, seguida de um aumento de custos de bens e serviços, que dificultava a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local. Muitos moradores locais também não dispunham de condições e recursos para aproveitar as oportunidades que o turismo proporcionava e também empreender de forma competitiva, sobretudo com o padrão de sofisticação que caracterizava a expansão do setor na cidade, naquele contexto. Os antigos moradores enfrentavam ainda dificuldades para a manutenção do patrimônio. Paradoxalmente, também contribuiu como fator para a venda de imóveis do Centro Histórico pela população local, a ação do IPHAN na proteção do patrimônio tombado, que dificultou adequações dos imóveis pelas famílias.

Apesar deste processo de gentrificação ser considerado por muitos um aspecto negativo causado exclusivamente pelo turismo, vê-se que, na realidade, vários fatores, inclusive de falhas de planejamento e gestão, contribuem para o mesmo. Salienta-se ainda que a maioria dos moradores que saíram do centro de Tiradentes e foram entrevistados em pesquisas da UNA realizadas em 2004, não tinha visão negativa quanto ao seu processo de mudança de residência.

Os efeitos mais negativos percebidos pelos moradores quanto ao processo de gentrificação, todavia, dizem respeito ao tipo de uso da região central decorrente, onde predomina estabelecimentos mais sofisticados e residências de pessoas de fora, com a exclusão da maioria da população do município ao acesso à maioria das atividades nessa área, incluindo os eventos turísticos.

A inflação local, gerada a partir do setor turístico, afeta aluguéis e a população local. Há a percepção de que os preços de bares, restaurantes e de outras mercadorias e serviços em Tiradentes são demasiadamente altos não apenas para a população local, mas também de que há uma “exploração” de turistas. Nesse contexto, há menos opções para o turismo de menor poder aquisitivo em Tiradentes.

Assim, a força do poder econômico impõe um estilo de turismo e configura a predominância deste estilo sobre as preferências locais. A tão valorizada tranquilidade de uma pequena cidade é substituída pelo movimento de visitantes, em certas ocasiões em tão grande quantidade que usurpam espaços do território urbano dos moradores locais.

As pessoas não nascidas em Tiradentes são comumente chamadas de ET – Extra-Tiradentes e os nativos são chamados de “minhocas” – da terra, indicando diferenças e estranhamento na relação entre os dois segmentos de moradores. O turismo é frequentemente caracterizado por habitantes nativos como uma atividade importante para o município mas que, em boa medida, é desenvolvida por ETs e que não é devidamente apropriada por boa parte dos “minhocas”, que ficam em larga medida à margem desse movimento.

É corrente a crítica, por parte de segmentos da população, de que o turismo e os eventos na cidade, em particular, tendem a ser priorizados à revelia dos interesses locais e são vistos como excludentes para os nativos.

De fato, apesar de gerarem renda a ajudarem a divulgar o município, os grandes eventos em Tiradentes, são as atividades turísticas que mais impactam negativamente o ambiente local, trazendo problemas relacionados a excesso de visitantes, como a poluição sonora, lixo, engarrafamentos no trânsito, conflitos de uso do espaço público e exclusão social, dentre outros.

Usualmente, as tradições locais não são incorporadas nos eventos turísticos e na dinâmica da atividade no município. Eventos como o de moto e o XTerra teriam pouco a ver com o perfil da cidade, voltado para o turismo cultural. Outros eventos, como o Festival Gastronômico, miram um público mais sofisticado e de renda mais elevada. A falta de divulgação nas comunidades e a falta de transporte público municipal também contribui para afastar os moradores de bairros mais periféricos e rurais dos grandes eventos.

Reclama-se que alguns eventos turísticos, como o de motos, privatizam e utilizam o espaço público em detrimento de outros interesses e de festeiros locais. Um exemplo foi o ocorrido no dia 24 de junho de 2013, dia de São João, com festeiros locais, coincidindo e conflitando com o Encontro de Motos, no mesmo fim de semana,

o que implicou na retirada da festividade junina local do centro. Por conta desses tipos de problemas aqui elencados, muitas pessoas da cidade consideram que alguns eventos tumultuam a vida da cidade.

Assim, há muitos conflitos opondo promotores de festas locais e regionais, contra empresários e promotores de grandes eventos turísticos de padrão mais sofisticado: este conflito se reflete em tentativas de controle do espaço e de eventos, de um grupo sobre outro. Os locais consideram que são prejudicados pela privatização e aluguel do espaço público para os eventos “de fora” e se posicionam contra as iniciativas de controle de horários e volume de som das manifestações locais, enquanto os empresários consideram que as festas populares sujam a cidade e afastam os turistas de um nível mais elevado de renda.

Em adição a essas questões, o turismo não planejado vem estimulando outros tipos de problemas sociais e culturais, como os conflitos entre a população local e os novos grupos que se estabelecem no município, cópia de valores, padrões de comportamento e de consumo da cidade, o alcoolismo e o crescimento da prática da prostituição.

Além do stress produzido por problemas de circulação e engarrafamentos, o aumento do fluxo turístico gera pressões sobre as infraestruturas existentes de água, luz, saneamento, segurança e outros serviços públicos, com perda de comodidade para a população local. O turismo gera ainda formas de poluição visual e sonora e degradações no ambiente físico, como nos desmatamentos que acompanham a especulação imobiliária, no incremento de resíduos sólidos e de agentes poluentes em cursos d’água, com implicações para a saúde pública e a qualidade de vida da população.

7.3 Estrutura administrativa e gestão do turismo no nível local

A diretoria de turismo é formado por um diretor (recrutamento amplo) e três funcionários efetivos: um supervisor de turismo e dois atendentes de informação turística. Por ocasião da pesquisa, contava ainda com um atendente sob o regime de recrutamento amplo. Conta com o apoio do Departamento de Administração municipal por ocasião de eventos, na sua montagem e na área meio.

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Fundo Municipal de Turismo de Tiradentes (FUMTUR) foram criados em 14 de maio de 2010.

O COMTUR tem por objetivo formular a política municipal de turismo, visando criar condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística do município e discussão sobre captação e ou destinação dos recursos proveniente do FUMTUR. O COMTUR é deliberativo e reúne-se nas ultimas quartas-feiras do mês. Nestas reuniões são discutidos temas ligados ao turismo e que impactam diretamente a vida da cidade.

O COMTUR é constituído por onze membros e seus suplentes. Todos os membros são nomeados pelo prefeito municipal. Sua composição é a seguinte:

- Prefeitura Municipal – dois representantes;
- AART - (Associação de Artesãos de Tiradentes) - um representante;
- Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes - um representante;
- SEBRAE - um representante;
- AHT (Associação de Hoteleiros de Tiradentes) e ASSET - um representante;
- Agências de Turismo - um representante;
- Rede de gastronomia de Tiradentes-um representante;
- Instituto Estrada Real – um representante;
- Centro Cultural Yves Alves - um representante;
- Câmara Municipal de Tiradentes - um representante.

O COMTUR administra o FUMTUR, operacionalizado pela prefeitura e, segundo a avaliação de entrevistados, está atuante. O FUMTUR, de natureza contábil, tem sua renda proveniente de:

- Valores monetários arrecadados pela cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios e o resultado de suas bilheterias quando não revertidos a título de cachês ou direitos;
- Venda de publicações turísticas editadas pelo Poder Público;
- Participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município;
- Créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

- Doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, e estrangeiras;
- Contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;
- Recursos provenientes de convênios que sejam celebrados.

A base de recursos do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) advém da distribuição do ICMS Turístico, sendo que a arrecadação do repasse de ICMS para Tiradentes foi de aproximadamente de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) ao ano. Existe uma lei municipal que dispõe que 50% do ICMS Turístico devem ir para o FUMTUR, mas a percentagem que efetivamente vai pode variar. Existia demanda de aplicação desses recursos para estudos, gestão e estruturas para o turismo, especialmente para as questões de trânsito e estacionamento, além de investimento em marketing turístico, mas ainda não havia consenso relativo à sua aplicação à época das pesquisas realizadas.

Sabe-se que o principal tributo em termos de arrecadação tributária municipal é o ISSQN. Este, pelos dados da prefeitura, passou de R\$915.049,29 em 2012 para R\$922.870,61 em 2013, enquanto a sua participação percentual relativa no total da arrecadação tributária evoluiu de 6,60% para 7,12% no mesmo período. Parte expressiva da arrecadação do ISSQN provém da contribuição do setor turístico.

A receita do turismo em Tiradentes compõe-se de arrecadações do Simples Nacional e do recolhimento do ISS de empresas e serviços, conforme descreve a tabela 7.1.

Tabela 7.1 Origem e valores da receita da indústria do turismo de Tiradentes/MG, no período de Janeiro a Junho 2013

Origem	Valor (em R\$)
Simples Nacional	6.495,08
ISS – Empresa	321.114,00
ISS – Serviço	78.479,00
Total	406.088,08
Média mensal	67.681,34

Fonte: Departamento de Turismo da Prefeitura de Tiradentes/MG

As despesas do setor municipal responsável pelo turismo representam apenas uma pequena parcela do orçamento municipal e foram reduzidas de 2012 para 2013, passando de R\$ 480.525,94 para R\$ 366.888,24, enquanto a sua participação percentual relativa no total do orçamento da prefeitura, caiu de 3,33% para 2,62%, no período.

Foram obtidos junto ao BNDES recursos para a realização de um conjunto de intervenções estruturais no turismo da cidade e que somam R\$40 milhões, para restauração do patrimônio local e ações correlatas.

A prefeitura é responsável pela gestão do espaço municipal onde se situam o conjunto do patrimônio histórico e ambiental e onde ocorrem os eventos. Mas dentre os principais atrativos turísticos de Tiradentes, a prefeitura é responsável apenas pela gestão do Chafariz de São José, além da antiga Cadeia Pública, em vias de se tornar um museu dedicado às artes sacras. O prédio do Centro Cultural Yves Alves também é da prefeitura, mas é explorado pela FIEMG.

A parceria do município de Tiradentes como o Circuito dos Inconfidentes ainda é incipiente, mas pode ser fomentada. Embora enfrente dificuldades para funcionar como rota comercial, o circuito possui capacidade para alguma ação de divulgação com custos divididos com o município, e tem algumas iniciativas em comum na área de planejamento, como o apoio na captação do ICMS Turístico, capacitação, eventos. Também as cidades históricas deveriam trabalhar mais juntas na visão do setor municipal responsável pelo turismo.

Os dois principais instrumentos de gestão para um município turístico são a realização de um inventário turístico atualizado, juntamente com o Plano Turístico Municipal. À época da pesquisa da FJP, a prefeitura não dispunha de um inventário turístico atualizado e estava terminando um cadastro de estabelecimentos. Não há também um Plano de Turismo Municipal propriamente dito, mas um planejamento estratégico operacional do turismo feito pela diretoria de turismo, com base no modelo indicado pela Associação dos Circuitos dos Inconfidentes, no Plano Estratégico da ASSET, no Planejamento Estratégico do Governo Municipal e no Planejamento Estratégico do Conselho Municipal do Turismo. Os gestores municipais do turismo não dispõem também de um estudo da demanda turística. Produzem informações dos roteiros que estão sendo trabalhados pelas agências.

Programas, projetos e ações em curso ou planejados

O Plano de Ação elaborado pelo setor municipal responsável pelo turismo se apoia no desenvolvimento sustentável do turismo cultural, por meio da melhoria da qualidade de vida da população e da sociedade organizada. Busca fortalecer a identidade do destino através de um trabalho conjunto do poder público com a população.

A política de turismo municipal se fundamenta em um Plano Estratégico, que define as necessidades, possibilidades e prioridades do departamento, para um prazo de 130 dias. Através dele, o departamento de turismo tinha como objetivo promover e aprimorar:

- O potencial econômico da gastronomia de Tiradentes;
- Tiradentes como Cidade Criativa da Gastronomia da UNESCO;
- Tiradentes como Città Slow, tal acontece na cidade italiana de Levanto;
- Nivelar o calçamento do centro histórico;
- Promover a rocha fóssil de *Estromatólito*, proveniente de ambientes aquáticos, como atrativo turístico, sugerindo que o local onde se situa Tiradentes já foi fundo de mar;
- Criação da Taxa de Turismo;
- Criar incentivo para os turistas circularem no centro histórico a pé;
- Promover o controle de cargas no centro histórico;
- Criar logo com foco no patrimônio, serra e liberdade, acompanhado por um desenho de libélula, espécie em abundância no município;
- Criação do *Convention and Visitors Bureau* de Tiradentes;
- Municipalização do controle do trânsito;
- Contratação de garis para trabalharem nos fins de semana no Centro Histórico;
- Implantar sinalização urbana;
- Implantar mobiliário urbano (pontos de ônibus, bancos, lixeiras, etc.);

- Criar e distribuir material de divulgação turística, como folder com roteiros turísticos;
- Criar uma Classificação de Pousadas;
- Criar Pontos de Informações Turísticas na Trilha dos Inconfidentes, em loja no Espaço Libertas, no antigo Matadouro, no Largo das Forras;
- Implantar banheiro público na rodoviária;
- Abertura da Galeria Eros Conceição (no antigo prédio da prefeitura);
- Incentivar a programação da Orquestra e Banda Ramalho; de Encontro de Maçons; da Festa Agustina; da festa do Carro de Boi; do Carnaval; do Natal;
- Apoiar novos eventos Tiradentes em Cena; Festival de Vinhos e Jazz; e AMIDE – Medalha Alferes Tiradentes no Largo do Sol.

Os programas e projetos então em desenvolvimento pelo setor municipal responsável pelo turismo, segundo informações do COMTUR, por ocasião da pesquisa, eram os seguintes:

Quadro 7.2 Descrição dos projetos em desenvolvimento no Departamento de Turismo de Tiradentes/MG – agosto de 2013

Projeto	Situação	Fonte de financiamento
Construção da Nova Rodoviária	Projeto em elaboração	MTur
Praça de Eventos	Projeto em elaboração	
Estrada do Sabor	Pré-projeto de R\$22 milhões aprovado	Recursos estaduais
Cidade Digital	Projeto	MTur
Calçamento de logradouros nos bairros Águas Santas, Parque das Abelhas, Pedreira, Mococa e no Distrito de Elvas		MTur
Illuminação do Centro Histórico		
Restauração e revitalização do calçamento do centro histórico	R\$ 4.680 milhões	BNDES
Restauração de monumentos históricos e culturais		BNDES

Fonte: COMTUR de Tiradentes

Em recente reunião para prestação de contas por parte da prefeitura aos municípios⁵⁶, o prefeito descreveu as ações realizadas no município, onde se destacam, no campo do turismo, a aprovação do projeto de revitalização do calçamento do Centro Histórico; e o projeto, aprovação e execução da iluminação dos becos e monumentos históricos.

O planejamento da prefeitura para 2014 inclui no setor de turismo: a execução do projeto de revitalização do Centro Histórico; a municipalização do trânsito, sendo este um projeto pioneiro na região; a realização de um inventário municipal; e o acompanhamento na implantação do Plano Diretor.

Com relação à atuação do Departamento de Cultura e Turismo, em 2013 foram realizados os projetos: realização de um carnaval mais organizado, com fechamento Centro Histórico; a implantação da Linha Verde; a criação e apoio a novos eventos, como: Inconfidência 21; Tiradentes em Cena; Tiradentes Vinhos e Jazz Festival; Festa da Mexerica em César de Pina; Natal Iluminado; meta de aumento da pontuação do ICMS Cultural.

O planejamento para o exercício de 2014 ressaltava: a preparação de dossier para participar do Projeto Cidade Criativa da Gastronomia pela UNESCO; a confecção de novos roteiros turísticos; um novo evento “MIMO” em outubro; o Programa semanal “Cidade Viva” TVI; a implantação da Taxa de Turismo (junto com a ASSET); e a implantação de sinalização turística.

7.4 Conclusões

Tiradentes apresenta uma série de potencialidades para o turismo, a começar pela sua localização privilegiada, próxima aos três maiores mercados emissores do Brasil (Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro), sendo de fácil acesso por via rodoviária, além de acessível por transporte aeroviário, a partir do aeroporto de São João del Rey.

Tiradentes apresenta oferta turística expressiva, abrangendo atrativos de diferentes tipos (culturais, naturais, eventos permanentes e realizações técnicas) e graus de relevância (nacional, regional, local), meios de hospedagem de variados

⁵⁶ 1º Encontro Municipal Tiradentes 2014

graus de sofisticação com capacidade para aproximadamente 3.500 leitos, boa oferta de bares, restaurantes, agências receptivas, comércio de arte, artesanato e *souvenirs*, espaços para eventos de pequeno e médio porte, além de outros serviços e equipamentos turísticos.

Tiradentes é destino indutor no cenário nacional e regional fazendo parte dos circuitos dos Inconfidentes, Estrada Real e Cidades Históricas, sendo no caso deste último roteiro, comercializada pela principal operadora brasileira, a CVC. O destino Tiradentes é comercializado principalmente para o eixo Belo Horizonte - Rio de Janeiro - São Paulo; além de outras regiões e países.

Conforme indicado pela pesquisa de demanda da Setur-MG de 2012, a demanda turística de Tiradentes advém principalmente de Minas Gerais, mas com expressiva percentagem de turistas de outros estados, sobretudo do Rio de Janeiro e São Paulo, além de estrangeiros, oriundos da França, Portugal e Estados Unidos dentre outros países. Ainda que a percentagem de turistas acima de 40 anos e de alto poder aquisitivo seja expressiva, sobretudo dentre os que viajam por agências, predomina, pelos dados da Setur-MG, um perfil de visitante de idade entre 21 e 40 anos, casado, com nível de ensino superior, nível de renda entre R\$ 2.040,01 e R\$3.570,00 (27,6%), e que tinha no lazer a principal motivação da viagem. Segundo as agências, a procura dos visitantes está dirigida primeiramente aos bens culturais de valor histórico. As manifestações religiosas e festas populares atraem mais a população regional, enquanto os outros principais grandes eventos tem maior poder de atração de turistas de outras regiões, sobretudo os oriundos do eixo Rio-São Paulo.

A estrutura de oferta e demanda turística de Tiradentes revela clara vocação para o turismo cultural (ligado ao conjunto do seu patrimônio histórico, obras de arte, instituições culturais, festas e celebrações, gastronomia e artesanato) e de eventos, além de potencial para a exploração e desenvolvimento do turismo de natureza e outros segmentos específicos que já existem no município, como o turismo pedagógico, o de casamentos e o de sítio cenográfico.

Os maiores desafios em relação ao mercado turístico relacionam-se ao problema da sazonalidade da atividade e como estimular estadias ampliadas e maior taxa de ocupação, sobretudo no meio de semana e em meses de baixa temporada. Do

ponto de vista da estrutura de oferta e demanda turística, esses indicadores e o montante de gasto turístico no município tem potencial para incremento.

A pesquisa da Setur-MG de 2012 apontou ainda que a maioria dos visitantes avaliou que a viagem que fizeram ao destino atendeu ou superou as suas expectativas e que, em média, a avaliação pelos turistas entrevistados dos serviços oferecidos no turismo em Tiradentes era muito boa e superior à verificada para Minas Gerais, com exceção dos preços destes serviços.

Apesar desses dados, o turismo é uma atividade competitiva e há inúmeros problemas a serem resolvidos para a sustentabilidade da atividade no município: deficiências na infraestrutura de acesso e sinalização, transporte, saneamento, energia, comunicação, segurança, serviços bancários, estruturação dos atrativos para visitação turística e marketing do destino, capacitação da mão-de-obra gerencial e operacional de serviços e equipamentos turísticos. Há ainda a necessidade de se mitigar os impactos socioambientais da atividade, onde se destacam diferentes tipos de poluição e ameaças aos atrativos e à qualidade ambiental do destino, a inflação local, o subemprego e a exclusão social de grande parte da população dos benefícios da atividade.

Para sanar tais problemas e se promover o desenvolvimento integrado, sustentável e socialmente inclusivo do turismo, a ação do poder público é fundamental, sendo o planejamento, de caráter participativo, o principal instrumento para maximizar os benefícios e minimizar os custos da atividade.

Apesar do esforço e de iniciativas relevantes nesse sentido no âmbito do poder público municipal, há certas deficiências na gestão do turismo que precisam ser superadas.

Há um anseio por maior representatividade dos interesses das comunidades na gestão do turismo que deve ser observado para uma efetiva inclusão dos interesses das mesmas no processo de desenvolvimento turístico. Nas oficinas realizadas, emergiram pleitos para a devida escuta e encaminhamento de soluções às questões afeitas aos diferentes bairros e áreas de Tiradentes, que poderia ser feita por meio de uma gestão mais regionalizada e descentralizada do turismo municipal. Há queixas consistentes que a gestão municipal fica muito focada nos eventos,

excludentes pela sua natureza, e que faltam políticas específicas para diferentes segmentos do turismo e para a inclusão da cultura local na agenda turística. Questiona-se também que as comunidades locais não aparecem devidamente representadas no COMTUR, e que isto seria importante para a sua inclusão no processo de desenvolvimento turístico.

Embora o COMTUR esteja funcionando, o setor público e o privado em Tiradentes ainda trabalham muito isoladamente. As associações empresariais ligadas ao turismo reclamam que a prefeitura não tem um planejamento adequado e é pouco atuante no setor, enquanto a prefeitura luta com a falta de recursos, em parte por conta de problemas no recolhimento de tributos devidos referentes a alguns setores e atividades do empresariado local.

De fato, a estrutura de gestão do turismo apresenta algumas limitações, muitas das quais advém da limitação de recursos humanos e financeiros disponíveis para uma boa gestão que precisam ser sanadas. A principal limitação decorrente reside na ausência de informações e instrumentos vitais para a gestão turística.

Assim, falta uma base de dados e informações sobre a atividade turística, tais como estudos periódicos específicos de demanda turística e de projeções de fluxo turístico, além do Inventário da oferta turística atualizado, estudos de capacidade de carga turística e informações detalhadas sobre a arrecadação tributária advinda do setor, dentre outras.

Além de planejar o turismo, é necessário formatar melhor os eventos e outros segmentos turísticos existentes também sob o prisma da sustentabilidade e inclusão social, de forma a maximizar seus benefícios e minimizar os problemas por eles causados.

Apesar da diretoria de turismo seguir algumas diretrizes e plano operacional de atividades, falta uma política mais orgânica de turismo, orientada para o desenvolvimento do caráter inclusivo e sustentável da atividade e um documento mais completo e detalhado de Planejamento de Turismo Municipal (PMT), construído de maneira participativa e que contenha o diagnóstico detalhado de todo o sistema turístico municipal e do mercado turístico relevante, de forma a apontar o posicionamento de mercado desejado; os objetivos e metas traçadas a partir de

projeções de equilíbrio entre oferta e demanda turística; as estratégias e o plano de ações necessárias; a análise dos seus impactos e o sistema de monitoramento e avaliação da atividade, da implementação do plano e de seus resultados.

Certamente, o turismo em Tiradentes tem potencialidades a serem exploradas e para se desenvolver, de forma mais sustentável e inclusiva. Se faz necessário investir no planejamento e na implementação de um conjunto de ações integradas em prol da atividade.

No rol das ações necessárias a serem contempladas neste plano deveriam estar, por exemplo, a articulação das medidas pertinentes para solucionar as deficiências de infraestrutura turística; a criação e estruturação de atrativos; a realização de diagnósticos e planos de capacitação da mão de obra gerencial e operacional enquanto atividade recorrente; incentivos à atração de investimentos planejados em serviços e equipamentos turísticos; política de estímulo à responsabilidade ambiental e social da atividade e de maior fiscalização da operação turística; planejamento e investimentos em comunicação e marketing do destino; além dos investimentos necessários para uma efetiva gestão pública do turismo e de setores afins, dentre outras.

No intuito de articular as necessidades da política municipal do turismo com os condicionantes da política estadual e federal, seguem algumas recomendações finais:

- a) Buscar as vantagens e os benefícios da criação da Instância de Governança Regional e da Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes (ATI), de onde o município de Tiradentes faz parte.
- b) Implementar ações mais proativas nos relacionamentos com a ATI, cuja sede se encontra em São João del Rey, de forma a melhorar a integração e articulação das ações nos níveis municipal, microrregional e regional.
- c) Com o apoio da sociedade civil organizada, desenvolver ações que privilegiem o fortalecimento da gestão participativa e a consolidação da participação democrática dos diversos atores sociais relacionados ao planejamento e à implementação da política de turismo municipal. Nos níveis estadual e federal, essa participação poderia ser realizada por meio

da instância de governança regional ou outros tipos de colegiado (associações, comitês, etc.), dos fóruns e Conselho Estadual de Turismo.

- d) Buscar os benefícios financeiros, sociais e econômicos dos planos, programas, projetos e das ações da Política de Turismo na esferas federal e estadual em articulação com a iniciativa privada e o terceiro setor no nível municipal.
- e) Avaliar os benefícios das linhas de financiamento dos agentes financeiros para o setor de turismo, orientando o setor privado e a sociedade civil da existência dessas linhas de crédito.
- f) Elaborar e implementar no município um Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável baseado em um inventário turístico atualizável, em articulação com o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), constituídos e em funcionamento.

8 CULTURA, ESPORTE E LAZER

8.1 Cultura

8.1.1 A política nacional de cultura e seus desdobramentos nos níveis estadual e municipal

A Constituição Brasileira de 1988 é o alicerce sobre o qual se constrói a política nacional de cultura. A estrutura que integra, articula e organiza a gestão cultural do Brasil, é o Sistema Nacional de Cultura (SNC), por meio da articulação das três esferas de governo e a sociedade civil com a finalidade de criar uma política de estado.

Os instrumentos que amparam juridicamente o SNC são o artigo 216 da Constituição Federal, aprovado pela Emenda Constitucional nº 12.343/2010 que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC); a Portaria nº 123/2011 do Ministério da Cultura, que estabeleceu as 53 metas do PNC; e o documento básico do Sistema Nacional de Cultura aprovado pelo Conselho Nacional de Política Cultural.

As definições de cultura adotadas na construção da política cultural referem-se aos modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e às atividades intelectuais e artísticas. Em termos de abrangência a política nacional adota o conceito amplo de cultura ou as três dimensões da cultura: simbólica, cidadã e econômica. A **dimensão simbólica** ou antropológica fundamenta-se na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio de diversas línguas, valores, crenças e práticas. A **dimensão cidadã** fundamenta-se nos direitos culturais como parte dos direitos humanos. A **dimensão econômica** considera a cultura estratégica para o crescimento do emprego e renda do município, baseando-se na informação e na criatividade.

O PNC tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira - práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. Seus objetivos são o fortalecimento institucional e a definição de políticas

públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais⁵⁷.

Os instrumentos legais do SNC objetivam induzir os estados e municípios a adotar instrumentos semelhantes. A lei do Pro-Cultura no capítulo sobre o financiamento do SNC estabelece que a União destine no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Cultura aos estados, municípios e ao Distrito Federal, por meio de transferência a fundos públicos. A transferência é condicionada à existência, nos respectivos entes federados, de Plano de Cultura, Fundo de Cultura e Conselho de Política Cultural.

Cabe ao poder público garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais ou a cidadania cultural⁵⁸. Os direitos culturais consistem no “direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito ao patrimônio cultural), direito à participação na vida cultural, que compreende os direitos à livre criação, direito ao livre acesso, direito à livre difusão, direito à livre participação nas decisões de política cultural, direito autoral e direito ao intercâmbio cultural (nacional e internacional)”.

A Política Nacional de Cultura considera ser responsabilidade do Estado, com a colaboração da sociedade:

- a) Promover, proteger e valorizar os bens do patrimônio cultural brasileiro (material e imaterial) portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
- b) Apoiar, incentivar e valorizar as manifestações culturais, com plena liberdade de criação e difusão.
- c) Universalizar o acesso aos bens e serviços culturais.

⁵⁷ PNC - <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>, consulta em 02/04/2014

⁵⁸ Cultura como mais um direito social, que deve ser garantido por meio de políticas que ampliem o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços culturais e com objetivo de ampliar os mecanismos de participação social e a promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória cultural.

- d) Democratizar e dar transparéncia aos processos decisórios, assegurando a participação social nas instâncias deliberativas da política cultural.
- e) Consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável.
- f) Intensificar o intercâmbio cultural, nacional e internacional.
- g) Promover o diálogo intercultural e contribuir para a promoção da paz.
- h) Articular a política cultural com outras políticas públicas.

Os princípios do sistema nacional de cultura

- a) Diversidade das expressões culturais;
- b) Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- c) Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- d) Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- e) Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- f) Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- g) Transversalidade das políticas culturais;
- h) Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- i) Transparéncia e compartilhamento das informações;
- j) Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- k) Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- l) Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

O SNC propõe um modelo de gestão, com os seguintes componentes:

- a) Coordenação: Órgão Gestor da Cultura
- b) Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação: Conselho de Política Cultural, Conferência de Cultura, Comissão Intergestores.

- c) Instrumentos de Gestão: Plano de Cultura, Sistema de Financiamento da Cultura, Sistema de Informações e Indicadores Culturais, Programa de Formação na Área da Cultura.
- d) Sistemas Setoriais de Cultura: Sistema de Patrimônio Cultural; Sistema de Museus; Sistema de Bibliotecas; Outros.

Uma descrição sintética do modelo de gestão pode ser vista no Anexo I deste diagnóstico. Para uma descrição detalhada, ver o Guia de Orientações para os Municípios do Ministério da Cultura (Minc).

8.1.1.1 O sistema estadual de cultura

O estado de Minas Gerais integrou-se oficialmente ao Sistema Nacional de Cultura em dezembro de 2013.

As ações do governo de Minas na área cultural são executadas por oito superintendências: de ação cultural, arquivo público mineiro, bibliotecas públicas, fomento e incentivo à cultura, interiorização, museus e artes visuais, publicações e suplemento literário, planejamento, gestão e finanças. Há também uma linha de ação por meio de editais e projetos que abrangem as áreas de acervo, filme em minas, apoio a viagens, programas bandas de minas, cena minas, filme em minas, música minas, oficinas de capacitação e diálogo cultural, premio estadual de literatura, e de formação e capacitação artística e cultural. O fomento e incentivo a cultura no estado apoia-se nas leis e fundo estaduais de incentivo à cultura.

Os projetos da política estadual são constituídos por vários programas estruturadores, o Circuito Cultural Praça da Liberdade, a Estação da Cultura Presidente Itamar Franco, o Minas Patrimônio Vivo, o Museu da Cachaça, o Museu de Percursos do Vale do Jequitinhonha, a Orquestra Filarmônica e o Plug Minas.

A Secretaria Estadual de Cultura criou em março de 2013 o programa de descentralização e regionalização das ações culturais, Minas Território da Cultura. O Programa abrange todas as macrorregiões do Estado e tem como objetivo valorizar e divulgar a diversidade cultural mineira, promover o desenvolvimento regional por meio da cultura, a circulação de bens culturais e a capacitação e aperfeiçoamento dos

agentes culturais, visando difundir e aumentar a demanda pelos programas e ações do Sistema Estadual de Cultura⁵⁹.

8.1.1.2 A política municipal de cultura

A lei que regulamenta o SNC dispõe que os Sistemas Municipais de Cultura tenham, no mínimo, cinco componentes: Secretaria de Cultura (ou órgão equivalente), Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, com Fundo Municipal de Cultura.

A política de cultura no município principia com a criação do Sistema Municipal de Cultura, que insere o município na política de cultura nacional. A instituição do Sistema Municipal de Cultura (SMC) deve ser feita por meio de lei própria que cria a estrutura e os principais objetivos de seus cinco componentes: Órgão Gestor (secretaria de cultura ou equivalente), Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (Fundo de Cultura).

Os municípios devem assinar um Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura onde se estabelece o que incumbe a cada parte, tendo em vista o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura.

As atribuições de um órgão gestor da cultura podem ser divididas em quatro categorias: organização de atividades do calendário cultural da cidade, realização ou apoio a eventos e projetos da sociedade, desenvolvimento de ações culturais em conjunto com outras políticas públicas e prestação de serviços culturais permanentes.

Os eventos, por definição são provisórios, sejam realizados pelo próprio Poder Público ou pela sociedade. Já as atividades permanentes envolvem uma série de serviços e ações, como a criação e manutenção de espaços culturais (teatros, museus, bibliotecas e centros culturais); o registro, proteção e promoção da memória e do patrimônio cultural (material e imaterial); o apoio à produção, distribuição e

⁵⁹ Para maiores detalhes do programa estadual Minas Território da Cultura acessar - <http://www.cultura.mg.gov.br/territoriодacultura/index.php/sobre-o-programa>.

consumo de bens culturais (leis de incentivo e outras formas de fomento); o incentivo ao livro e à leitura; o intercâmbio cultural (como a promoção de circuitos culturais); a formação de recursos humanos (cursos técnicos, artísticos e de gestão cultural) e os programas socioculturais.

As políticas culturais participam também do planejamento urbano (revitalização de áreas degradadas, espaços culturais em áreas de intervenções urbanas) e do desenvolvimento econômico local (investimentos na economia da cultura).

É necessário equilibrar, na política cultural eventos e atividades permanentes, tendo em vista o fortalecimento da identidade e a diversidade cultural local e da cidadania cultural. Ambos os aspectos devem ser abordados no Plano de Cultura e ser aprovado como Lei Municipal, estabelecendo as prioridades da cultura, os programas, projetos e ações e os recursos para sua efetivação, que devem ser assegurados na Lei Orçamentária Anual.

O Plano é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura, sendo constituído pelas etapas:

- a) Diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- b) Diretrizes e prioridades;
- c) Objetivos gerais e específicos;
- d) Estratégias, metas e ações;
- e) Prazos de execução;
- f) Resultados e impactos esperados;
- g) Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- h) Mecanismos e fontes de financiamento;
- i) Indicadores de monitoramento e avaliação.

8.1.2 A política de cultura em Tiradentes.

A estrutura pública para a administração da cultura em Tiradentes, é realizada pelo Departamento de Turismo e Cultura. No início de 2014, período em que

foram realizadas as oficinas do Plano Diretor na cidade, o prefeito assumia a diretoria do Departamento.

O Departamento de Turismo e Cultura deu alguns passos no sentido de integrar o município ao SNC. O primeiro foi a realização da Conferência Intermunicipal de Cultura em agosto de 2013 com a participação de 15 municípios, integrantes do Circuito dos Inconfidentes: Barroso, Conceição da Barra de Minas, Dores de Campos, Lagoa Dourada, Prados, Carrancas, Resende Costa, Santa Cruz de Minas, São Tiago, Nazareno, Ijaci, Itutinga, Ibituruna, Ritápolis e Piedade do Rio Grande.

Na conferência foram eleitos os delegados titulares da área governamental à época - Mariana Cavalcanti Inchausti (diretora do Departamento de Turismo e Cultura) e suplente Ivo Deluchi Filho, Ana Kelly Silva Santos e Rogério de Almeida. Como representantes da sociedade civil, foram eleitos Marcus Vinicius C. Januário e Luciana Angélica Arruda. Na ocasião foram criados o Fundo e o Conselho de Cultura⁶⁰.

Segundo informações do Departamento de Turismo e Cultura, foi fraca a participação da população na conferência. Seus resultados encontram-se discriminados no Anexo II. Vale ressaltar entre as diretrizes apontadas na conferência o grande número de proposições de capacitação para diversos agentes de cultura: gestores culturais públicos e da sociedade civil, conselheiros e cursos de elaboração e captação de recursos. Foi apontada também a necessidade de capacitação para profissionais de ensino de arte, educação patrimonial, desenvolvimento de atividades culturais, história e realidades locais e de novas culturas digitais.

Entre as resoluções da conferência evidenciou-se a necessidade de inventariar os saberes tradicionais da comunidade, estimular a participação popular na criação e promoção dos eventos locais e ampliar a utilização de espaços públicos para fins culturais, ações de fundamental importância no atual contexto cultural de Tiradentes.

A cidade ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, faltando para isto a elaboração do Plano Municipal de Cultura e a criação e capacitação de equipe para implementar as diretrizes do plano. Os resultados das oficinas de cultura,

⁶⁰ Os Conselhos de Cultura e Patrimônio irão atuar de forma conjunta no município.

o diagnóstico do setor e as proposições para a área ora apresentadas no plano diretor consistirão em subsídios importantes para a construção do plano cultural da cidade.

A Lei Orgânica aprovada pela Câmara Municipal de Tiradentes em 28 de novembro de 2008 contempla a cultura em sua Seção V, onde define em seu artigo 129 o direito cultural do cidadão ao acesso aos bens de cultura e as condições objetivas para produzi-la. Em seu parágrafo único determina que o poder público incentive, de forma democrática, os diferentes tipos de manifestação cultural existentes no município. No artigo 130 define como patrimônio cultural do município os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referências à identidade, à ação e à memória do povo tiradentino.

A Lei Robin Hood determina transferências de recursos do estado para os municípios de acordo com critérios por ela definidos⁶¹. Em 2013 Tiradentes obteve uma pontuação de 7,4 no critério referente a meio ambiente e patrimônio cultural e em 2014 essa pontuação subiu para 15,5. Desta forma o município passou a fazer jus a uma transferência da ordem de R\$ 28.630,25 (em 2013 o valor era de R\$ 7.711,57).

8.1.3 A dimensão simbólica da cultura em Tiradentes

O diagnóstico cultural do município está estruturado em conformidade com a política definida no Plano Nacional de Cultura (PNC), onde o conceito de cultura é considerado em sua dimensão ampla, ou seja, como expressão simbólica, direito de cidadania e um dos elementos do desenvolvimento econômico sustentável.

Como explicitado no PNC a dimensão simbólica refere-se a capacidade humana de simbolizar, dos modos de viver e se expressar. Nessa perspectiva antropológica, a cultura é representada pelo conjunto de práticas culturais diversas tais como o idioma, costumes, culinária, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e

⁶¹ A Lei Robin Hood contém uma tabela determinando o Índice de Patrimônio Cultural – IPPC (que corresponde ao somatório das notas do município dividido pelo somatório das notas de todos os municípios). Constitui patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. (Revista CPC, São Paulo, n.11, p. 01-102, nov. 2010/abr. 2011).

também as linguagens artísticas como a dança, teatro, música, artes visuais, literatura, etc.

Para o diagnóstico da dimensão simbólica da cultura em Tiradentes procurou-se levantar a oferta cultural dos diversos equipamentos como museus, centro cultural, o patrimônio histórico tombado pelo IPHAN, as práticas culturais mais frequentes na cidade, o calendário de eventos voltados para o turismo e o de festas tradicionais e religiosas da população local. Foram inventariados os principais grupos culturais atuantes nas áreas de teatro e música, as expressões culturais populares como as festas juninas, julinas e agostinhais, o carnaval e blocos carnavalescos, a festa de carro de boi, artistas e artesãos.

O presente diagnóstico não pretende ser exaustivo, tendo procurado sistematizar os principais aspectos de cada uma das dimensões da cultura – simbólica cidadã e econômica – buscando ter uma visão compreensiva da estrutura e dinâmica do sistema cultural da cidade.

Como mencionado no capítulo sobre a evolução histórica de Tiradentes, a cidade foi consagrada patrimônio nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no ano de 1938, quando foram tombados parte do casario civil e os principais edifícios religiosos, enfatizando-se o conjunto urbano, a tipicidade do seu cenário e a homogeneidade de seu casario.

Do período do tombamento ao presente, a cidade transformou-se mais e mais em um espaço urbano voltado para o turismo, oferecendo para o consumo turístico o patrimônio histórico, eventos de grande repercussão comercial e equipamentos culturais de alto padrão em sua linguagem, conteúdo e moderna tecnologia.

Do ponto de vista da oferta cultural, a cidade oferece eventos de grande variedade temática durante todo o ano. Há um calendário organizado pela prefeitura onde constam os eventos voltados ao público de turistas e visitantes da cidade e uma extensa programação do Centro Cultural Yves Alves, Museus da Liturgia e Padre Toledo. Há também o calendário de práticas religiosas (religião católica) e festas populares. Muitos desses eventos ocorrem concomitantemente, concorrendo em termos de ocupação do espaço na cidade, participação do público e organização. Não

há planejamento ou controle desses eventos por parte prefeitura. A atual administração tem atuado no sentido de incrementar a oferta de eventos na perspectiva de atrair mais turistas e recursos para a cidade.

Mesmo não possuindo uma estrutura de controle de tráfego, limpeza, banheiros públicos e/ou segurança para os eventos, a prefeitura tem apresentado a cidade por meio de um calendário de eventos que ao todo somam vinte e cinco ao ano, podendo variar de ano a ano. Alguns eventos como a Mostra de Cinema, o Bike Fest e o Festival de Cultura e Gastronomia têm grande repercussão, atraindo um público de cerca de 40.000 pessoas. A lei de eventos, criada para regulamentar a atividade, define calendário, contrapartida social e percentual de 2% do faturamento do evento para a prefeitura, que cede um alvará provisório no valor de R\$5.000,00 (2013). A organização e realização dos eventos são responsabilidade de seus promotores e a maioria deles não abre a planilha financeira, dificultando o cálculo do valor a ser arrecadado como contrapartida social, previsto pela lei de eventos.

Tiradentes vive um processo de crescente “espetacularização do centro histórico”, transformando-se cada dia mais em uma “cidade-cenário”, palco para eventos de todo tipo. Este é um processo que tende a ser intensificado com a possível inserção da cidade na rede de cidades criativas da UNESCO, na categoria gastronomia, projeto da atual administração.

8.1.3.1 A oferta cultural dos Museus Casa do Padre Toledo, Museu da Liturgia e Centro Cultural Yves Alves.

a) Museu Casa de Padre Toledo

Pela Lei nº 290, de 1971, a Câmara Municipal de Tiradentes doou à Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade a Casa do Padre Toledo e em 1973, foi firmado um convênio entre a Fundação e o Patrimônio, estabelecendo mútua colaboração para a preservação do acervo cultural da cidade. Em 2010 por meio de incentivo e patrocínio do BNDES teve início reforma estrutural e artística do museu. A restauração artística resgatando os forros pintados em estilo rococó ficou a cargo da UFMG, Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de

Belas Artes. No final de 2012 a casa foi reaberta com a proposta de valorizar a história do inconfidente e a construção em si.

A UFMG, campus de São João Del Rey, tem grande envolvimento com a cidade. O Campus Cultural, em fase de estruturação, terá três pontos em Tiradentes um no Centro Cultural, outro no Museu Casa Padre Toledo e o ultimo na Casa Quatro Cantos, o que tem estreitado ainda mais o intercâmbio cultural entre as duas cidades.

A prefeitura de Tiradentes não interfere na gestão do museu sendo este administrado pela Fundação Rodrigo de Melo Franco, fazendo parte também da rede de museus da universidade.

Os museus Casa de Padre Toledo e da Liturgia não atuam de forma integrada. Em algumas situações acontecem reuniões entre os coordenadores visando evitar a de datas e horários de eventos ofertados pelos museus.

Diversos depoimentos mostram que a administração do patrimônio cultural gera muitos conflitos entre os gestores da prefeitura, IPHAN, IHGT e coordenadores dos dois museus e Centro Cultural Yves Alves.

b) Museu da Liturgia

O Museu da Liturgia foi inaugurado em 2012 com recursos do BNDES da ordem de oito milhões de reais. Foi feita a restauração do casario paroquial, a adaptação do espaço para o funcionamento do museu, a montagem e construção dos anexos. O banco investiu na manutenção do espaço durante os primeiros quinze meses de seu funcionamento. O custo de manutenção, em função da tecnologia empregada nas instalações, da iluminação especial e do número de funcionários necessários é alto segundo informações da coordenadora do museu.

Com o fim do período de manutenção pelo BNDES, em setembro de 2013, o museu passou a funcionar por meio de atuação de voluntários, apenas nos finais de semana. Somente em 2014 conseguiu-se obter recursos para o funcionamento pelo período de mais um ano.

Para a coordenadora do museu nos anos 2012/ 2013, a alma do museu é o setor educacional: as informações encontram-se disponíveis em três idiomas, há um terminal multimídia com todo o conteúdo do site e informações detalhadas da

liturgia e do acervo. O acervo é apresentado como obra de arte, os aspectos da historia, sociais e antropológicos, dos ofícios e adornos da religião católica são contemplados pelo museu. A apresentação das peças é feita por meio de textos poéticos que remetem a simbologia do encontro buscando trabalhar as sensações. A proposta é a de “um museu silencioso que transporte o visitante para um momento de reflexão e paz”, afirma a coordenadora. As musicas foram compostas exclusivamente para o museu. Na entrada projeta-se imagens das celebrações da cidade. Inúmeros gestos remetem os visitantes aos rituais litúrgicos e objetos usados nas celebrações.

Uma das propostas do museu é a inclusão social. A ideia é aproximar a comunidade da cultura por meio das comemorações litúrgicas. Nos primeiros meses após a inauguração, segundo dados da administração, aproximadamente 30% da população visitou o museu. A população de Tiradentes, São João del Rey, Prados, Pintápolis, Santa Cruz, Resende Costa e distritos não paga ingresso. O Museu desenvolve projetos e oficinas pedagógicas com grupos espontâneos e escolas das áreas urbana e rural, usando jogos como recurso para reforçar o aprendizado. Há parcerias em alguns projetos dos museus da Liturgia e o museu regional de São João del Rey.

As atividades realizadas revelam um alto grau de desconhecimento dos estudantes com relação a conceitos como museu, identidade cultural, patrimônio, acervo, temas da grade curricular dos alunos.

Uma das grandes preocupações da coordenadora refere-se a necessidade de valorização de atividades culturais tradicionais como os concertos musicais nas praças e igrejas feitas por músicos locais e a Orquestra e Banda Ramalho. O trabalho em rede entre o Centro Cultural, Museu Padre Toledo e o Museu da Liturgia, é visto como muito importante para o compartilhamento do conhecimento. Para a coordenadora os eventos de Tiradentes são organizados visando essencialmente atrair turistas sem se preocupar com a inserção da população no desenvolvimento gerado pelo turismo. Os eventos organizados por promotores de fora da cidade prevalecem no calendário, estão voltados para um público específico e excessivamente concentrados na área central do centro histórico. Isto gera múltiplos impactos na circulação de pessoas e veículos. Alguns festivais como o de Fotografia – Foto em Pauta, e o de Teatro - Tiradentes em Cena que contam com a participação da

população local usam diversas ruas sem convergir todos para o mesmo local. Atividades culturais mais inclusivas são necessárias na cidade, lembra a entrevistada.

c) Centro Cultural Yves Alves

O Centro Cultural Yves Alves, inaugurado em 1988, por iniciativa da SAT, Fundação Roberto Marinho e prefeitura municipal de Tiradentes foi concebido com a intenção de promover a melhoria da qualidade de vida da população local por meio da difusão de conhecimento e cultura.

Desde 2009 é administrado pelo SESI/FIEMG e oferece uma programação regular gratuita de cinema, espetáculos musicais, teatro e dança, além de exposições permanentes e temporárias. Possui uma sala com computadores para acesso a internet, gabi teca, DVDteca e uma mini biblioteca, todos disponibilizados para moradores, turistas e visitantes. O Centro é atuante junto aos festivais culturais da cidade e realiza atividades em parceria com as redes municipal e estadual de ensino e entidades filantrópicas locais. Oferece cursos gratuitos de piano, teatro infantil, teatro juvenil, dança acrobática, percussão e artes plásticas, além de outros cursos esporádicos como, por exemplo, fotografia e violino.

Segundo a coordenadora do Centro Cultural é muito baixo o número de pessoas da comunidade local que participa dos cursos:

“Se a entrada fosse cobrada, a população de Tiradentes não compareceria, mesmo com a gratuidade da programação, a participação é muito pequena.”

As três instituições (Centro Cultural, Museu Casa de Padre Toledo e Museu da Liturgia) buscam uma inserção junto a população por meio de iniciativas inclusivas em seus programas. No entanto, a segregação territorial e espacial que se desenvolveu na cidade ao longo dos anos, tem dificultado e mesmo impossibilitado a recepção da oferta cultural extensa e de alto padrão ofertado.

A média de visitantes no Centro Cultural é de aproximadamente três mil pessoas por mês, em sua grande maioria turista.

A segregação é comentada pelos coordenadores dos espaços culturais:

“Percebe-se uma dissociação entre a comunidade, o centro histórico, e os equipamentos culturais, administrados por pessoas que vieram de fora”.

A população participa pouco também de oficinas e eventos oferecidas pelo Centro Cultural:

“Nós trouxemos para aqui, uma oficina de processos co-criativos, que consistia em aprender a fazer vídeos com a câmera do celular, com máquinas fotográficas e Ipod. O curso custou cinco mil reais, eram vinte e cinco vagas, um investimento de duzentos reais por aluno, para cinco dias de aula. Tivemos apenas onze alunos, mesmo com forte divulgação. Trinta e sete pessoas confirmaram, mas apenas onze vieram realmente. O mesmo aconteceu em eventos como o de contação de histórias e educação patrimonial, apenas onze pessoas presentes nas turmas. Estamos sempre com vagas ociosas”.

Várias tentativas são feitas tentando aproximar a população das atividades culturais do Centro, entre elas apresentações nas escolas, proposta que tem tido retorno aquém do esperado. Nas palavras da coordenadora:

“Realizamos outras atividades, como levar os alunos do Centro Cultural para se apresentarem nas escolas da cidade. Antes fazíamos as apresentações abertas, mas as pessoas não compareciam apenas as famílias dos alunos. Atualmente fazemos as apresentações nas escolas, mas temos que alternar os espaços de apresentação, senão a população não vem ao Centro Cultural”.

Há um sentimento de frustração da administração devido a baixa participação da população:

“Eu sofria muito com a ausência da população. Eu não conseguia entender por que eles não aproveitam essas oportunidades, essa riqueza cultural. Procuro não me chatear se só veem três pessoas ao cinema”.

“Mesmo tendo muitas atividades, ainda tem pessoas que falam que não há nada para os meninos de Tiradentes fazer. Além dos cursos e atividades, a cidade tem também aulas de basquete, futebol, jiu jitsu, karatê, capoeira, violão, violino, piano, coral – tudo isso, além da

orquestra, diversas oficinas oferecidas pelo Centro Cultural, pelos museus, prefeitura, eventos, núcleo orquidófilo, etc. E tudo de graça!”

O Centro Cultural procura motivar as pessoas a participar das atividades oferecidas. Levando os eventos nas escolas ou por meio do ponto de cultura volante nas áreas rurais, como menciona a coordenadora:

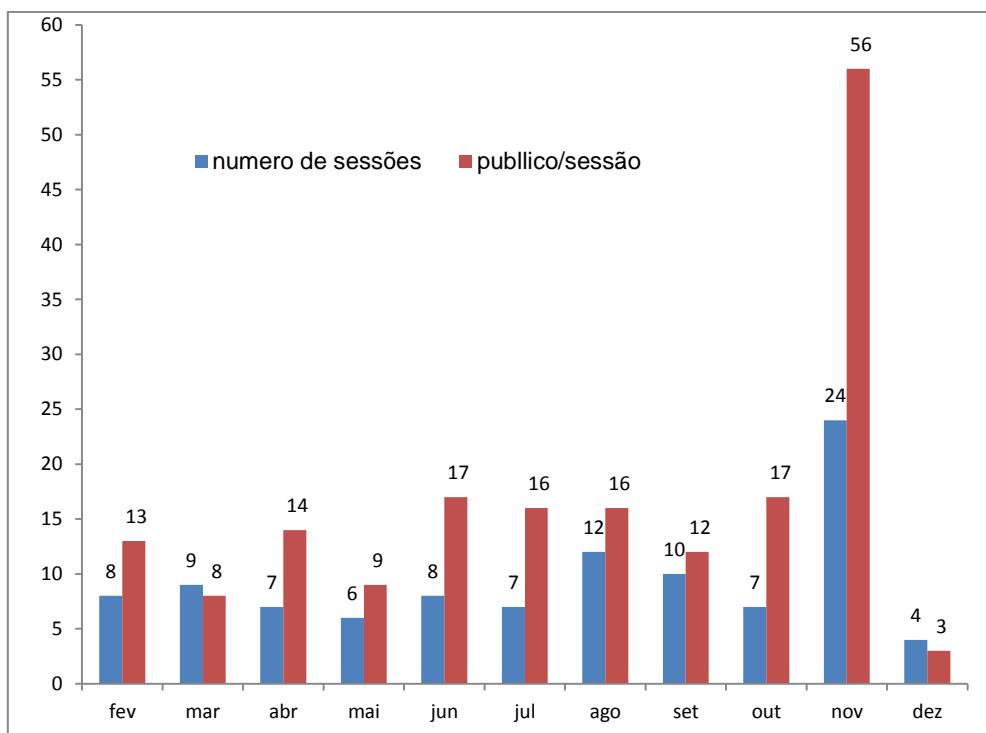
“Faço uma reunião com diretores das escolas no início do ano letivo para propor um calendário de eventos anual em conjunto com as escolas. O meu sonho é articular os eventos do Centro com o conteúdo programático das escolas. Com atividades mensais, os alunos vindo as exposições, ao teatro, cinema, etc. Esse calendário não existe atualmente, não consegui implantar, pois não tive resposta das escolas.”

“Fazemos algumas ações fora do teatro, como por exemplo, a biblioteca itinerante na área rural da cidade usando um caminhão emprestado pelo Sesi de Mariana, um ponto de cultura volante. Temos mais movimento na área rural do que no Centro. A descentralização é uma necessidade porque as pessoas têm dificuldade de transporte. Isso acontece apenas uma vez por ano, poderia acontecer mais”.

Os dados sobre público nas sessões de cinema e cursos oferecidos pelo Centro Cultural mostram a baixa frequência em ambos os eventos (gráfico 8.1). A média de espectadores por sessão de cinema foi de 13,5 pessoas de janeiro a outubro de 2013⁶².

⁶² A frequência nos meses de novembro e dezembro foi atípica, em novembro foi alta em virtude das apresentações de filmes para alunos e em dezembro excepcionalmente baixa: média de quatro pessoas por sessão.

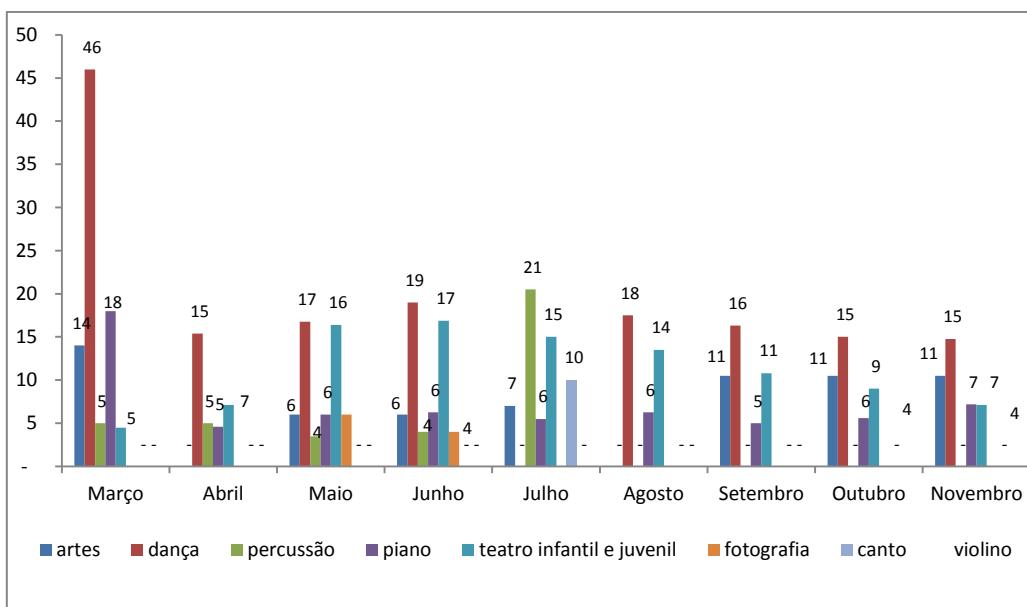
Gráfico 8.1 Filmes e Frequência de Público no ano de 2013 no Centro Cultural Yves Alves, de Tiradentes/MG



Fonte: Centro Cultural Yves Alves – Pesquisa de Campo. Fundação João Pinheiro

A média de participação nos cursos oscilou de 04 a 18 alunos. O curso de dança, por exemplo, começou com 46 alunos no mês de março e terminou com 15 no mês de novembro. O curso de piano começou com 18 alunos em de março e terminou com 07 alunos no mês de novembro. Alguns cursos tiveram duração de um mês (canto), ou de dois meses (fotografia e violino). O curso de teatro para turmas infantis e juvenis teve uma média de 5 a 17 de alunos ao longo do ano (gráfico 8.2).

Gráfico 8.2 Frequência média de alunos nos cursos ofertados no Centro Cultural Yves Alves no ano de 2013 – Tiradentes/MG



Fonte: Centro Cultural Yves Alves – Pesquisa de Campo. Fundação João Pinheiro

Novo museu será instalado proximamente na cidade, o Museu de Sant'Ana, com acervo de 250 imagens da Santa, dos séculos XVII ao XX, doadas pela empresária Ângela Gutierrez. O BNDES investiu cerca de quatro e meio milhões de reais para criação do museu.

Os investimentos no patrimônio cultural em Tiradentes geraram tensões entre os atores sociais envolvidos. A população ressentiu-se com o fato de muitos projetos organizados e frequentados pela população local não terem êxito na obtenção de patrocínios junto a órgãos públicos enquanto outros, com valores mais altos e voltados para o turismo são frequentemente bem sucedidos. A arte popular e o folclore (patrimônio imaterial) ficam à margem das políticas de patrimônio, o que reflete-se na dificuldade da população de manter práticas e festas tradicionais.

8.1.3.2 Patrimônio imaterial

De acordo a UNESCO o patrimônio cultural imaterial consiste nas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as

comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O Decreto n.^º 3.551/2000 instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Para inclusão do município no programa o setor público e a comunidade devem organizar os registros para garantir a continuidade histórica do bem e de sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira e (local).

São quatro os tipos de registros incorporados na lei:

- Os Saberes, onde deverão constar conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- As Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- As Formas de Expressão, onde se inserem as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- Os Lugares, onde se incluem espaços culturais como os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

8.1.3.3 A cultura religiosa em Tiradentes

A complexidade da cultura religiosa (católica) em Tiradentes merece um estudo específico, dada à multiplicidade de suas manifestações e expressões, com relação tanto ao patrimônio edificado e tombado pelo IPHAN, quanto aos valores simbólicos que constroem o patrimônio imaterial e que se expressam por meio de um conjunto de rituais e práticas que caracterizaram e ainda caracterizam a religiosidade da população.

O diagnóstico ora apresentado não tem a pretensão de abranger toda a complexidade do tema, procurando ser uma contribuição a mais para maior visibilidade na cidade das práticas religiosas cristãs, que, mesmo efervescentes, acontecem de forma pouco valorizada na sociedade tiradentina.

É notória a presença da Igreja e seus símbolos na cidade: nos monumentos religiosos, na arte sacra, nas musicas que acompanham os rituais, nas lendas⁶³, festas urbanas, rurais e diversos símbolos de fé que ainda impregnam muitas práticas religiosas vivas no cotidiano da cidade.

Levantamento do Instituto Pró-Cittá (2011, pág. 29) contabiliza vinte e duas igrejas e capelas na cidade e distritos incluindo as seis capelas dos passos, revelando a força histórica e presente das práticas religiosas na cidade⁶⁴.

Igrejas e capelas de Tiradentes:

1. Matriz de Santo Antônio;
2. Santuário da Santíssima Trindade;
3. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos;
4. Igreja de nossa Senhora das Mercês;
5. Igreja de São Francisco de Paula;
6. Igreja do Bom Jesus da Pobreza;
7. Igreja São João Evangelista;
8. Igreja Santo Antônio do Canjica;
9. Igreja São Geraldo Magela, no bairro Várzea de Baixo;
10. Igreja de Santa Edwiges, no bairro Cuiabá;
11. Igreja Nossa Senhora Rainha da Paz, no bairro da Torre;
12. Capela de São José, bairro da Mococa;
13. Capela Filial Nossa Senhora de Fátima, Caixa D'Água da Esperança;
14. Capela Filial Nossa Senhora do Pilar do Padre Gaspar, em Elvas;
15. Capela Filial do Santíssimo Sacramento; em Elvas;
16. Capela Filial de São Bento, Gritador;

As capelas dos passos são dispostas de forma a permitir aos fiéis reviverem as etapas da Paixão de Cristo. Em Tiradentes, a procissão sai do Largo das

⁶³ As principais lendas que fazem parte do imaginário da população nativa foram registradas pelo IHGT, Lendas de Tiradentes, 2011.

⁶⁴ Importante chamar a atenção para o fato de que “nem sempre há relação direta entre a qualidade e riqueza das manifestações culturais (e do patrimônio edificado) e o fervor religioso de uma comunidade” (op. cit., pg. 31).

Forras, percorre as ruas até o passo do Largo do Pelourinho até a sétima parada na Matriz de Santo Antônio, onde é encenada a crucificação. As capelas dos passos estão localizadas: Uma no Largo das Forras, uma na rua Padre Toledo, duas na rua Direita e duas no Largo do Ó e do Pelourinho. (op. cit. págs. 55 e 57).

Outro aspecto importante a reforçar a religiosidade local é a sobrevivência de algumas das irmandades e a manutenção de rituais e festas que ainda congregam os paroquianos. As irmandades tinham papel não só na vida religiosa da população, mas também em muitas esferas da vida social. Sua atuação, além das missas e festas era a de garantir a celebração do ritual fúnebre de seus sócios, com sepultamento em lugar sagrado, amortalhamento no hábito da ordem e acompanhamento do funeral. A participação da comunidade no ritual fúnebre apoiava-se na crença de que os vivos podiam aliviar o peso das penas do purgatório com orações e missas para o morto. Encontram-se ainda em atividade a Irmandade do Santíssimo Sacramento, as Arquiconfrarias de Nossa Senhora das Mercês e da Santíssima Trindade. A antiga Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, embora atue nas solenidades da Semana Santa não está oficializada. Outros grupos religiosos em plena atividade são o Apostolado da Oração, que atua junto às famílias da comunidade através de pequenos grupos de oração, reflexão e vivência cristã, e auxiliam na realização dos ofícios, festas e procissões.

Em algumas igrejas de Tiradentes, existem também as Conferências que são sociedades de leigos comprometidos com a caridade. A mais conhecida é a sociedade São Vicente de Paulo que atua junto à Igreja de São Francisco de Paula. Todos os anos, são realizadas festas dos Patronos da Caridade, São Francisco e São Vicente, com missas, cânticos e tríduo⁶⁵, repiques de sinos, fogos, barraquinhas, procissão com a presença da Banda Ramalho e um café com pão distribuído no último dia, após a missa⁶⁶. Atuam também outras conferências em praticamente todas as igrejas, demonstrando o forte apelo que esse tipo de associação de leigos tem na

⁶⁵ Novena, missa e procissão.

⁶⁶ A Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) teve sua origem na França, em 1833, a partir de um grupo criado por Antônio Frederico Ozanam com a finalidade de ajudar, com recursos materiais – roupas, alimentos e remédios – as famílias pobres residentes em Paris. Foi inspirada no trabalho desenvolvido por São Vicente de Paulo e espalhou-se rapidamente pelo mundo. No Brasil, a primeira Conferência de São Vicente de Paulo foi fundada no Rio de Janeiro, em 1872 (op.cit. pg 44)

cidade: a Conferência de Santo Antônio, ligada à Matriz; a Conferência de Santa Edwiges, ligada à sua capela, e a Conferência de São Geraldo Magela, também ligada à sua igreja. (op.cit. pgs. 31 e 44).

Solenidades da Quaresma e Semana Santa

A Semana Santa festa religiosa mais importante na expressão da religiosidade do povo segundo o Pároco da cidade. Sua organização tem início com um convite do padre a todos os líderes de grupo e presidentes de irmandades para que decidam como se fará a festa, procurando sempre não perder a tradição. Uma delas é o ritual de Encomendação de Almas que é realizado durante a quaresma - o Padre e um grupo de pessoas com paramento exequial fúnebre e a população oram para os mortos em todos os cemitérios, acompanhados pela Banda Ramalho.

Outra tradição que ficou cerca de 50 a 60 anos sem ser realizada e que voltou a ser praticada é o Ofício das Trevas. Segundo o pároco, o ritual consiste em uma oração que os padres e os monges antigos rezavam em latim. A paróquia tem um breviário (livro das orações) de quatro volumes, com as orações próprias a cada ocasião. O Ofício de Trevas é realizado na Matriz, na terça-feira, durante da Semana Santa. Dois corais acompanhados pela Orquestra e Banda Ramalho participam da solenidade - um canta e o outro responde. À medida que a música vai se desenvolvendo velas de um candelabro de quinze velas vão sendo acesas uma a uma, sendo depois apagadas, encenando a ressurreição de Cristo.

O pároco chama a atenção para o apoio financeiro da prefeitura São João Del Rey para a festa da semana santa que foi de cerca de oitenta mil reais em 2013. Em Tiradentes, a Semana Santa é realizada com uma contribuição mínima da prefeitura, cerca de quinhentos reais em 2013. A celebração tem sido inclusive desrespeitada na cidade, segundo o pároco, os carros passaram nos tapetes desenhados na rua, comerciantes não fecharam as lojas e tampouco enfeitaram as janelas para a passagem da procissão. A programação, durante o período da Quaresma, inclui atividades em várias capelas fora do núcleo histórico, adequadas à disponibilidade dos paroquianos. A Quaresma inicia-se com a realização de Missa e Imposição de Cinzas na Igreja Matriz de Santo Antônio, na quarta-feira após o Carnaval, seguindo depois com as Missas e Vias Sacras nas quartas-feiras e sextas-

feiras - nas sextas, sempre na Igreja Matriz; nas quartas, em outras igrejas e bairros fora do Centro. (op. cit.pg.92) De acordo com Oswaldo Giovannini⁶⁷ o ponto alto das celebrações de Semana Santa em Tiradentes são as procissões, que somam 11 ou 12 num período de dezesseis dias.⁶⁸ A Orquestra e Banda Ramalho “executa peças de compositores mineiros do século XVIII e XIX”. (op. cit. pg. 94)

O pároco considera o Jubileu da Santíssima Trindade a festa mais importante e popular de Tiradentes, pois atrai cerca de 50.000 pessoas a cidade. Nas palavras do pároco:

“...num raio de 150 km aproximadamente daqui de Tiradentes, chega à época da festa da Santíssima Trindade, o povo pobre vem, principalmente. Não é só o pobre. Nós temos missa aqui de 05h até às 19h. De hora em hora e o Santuário lotado.”

No estudo do Pró-Cittá, encontra-se uma descrição detalhada da festa do Jubileu:

o grande movimento de romeiros se inicia na madrugada do domingo, vindos de todos os lugares e se integrando às longas filas que se formam em direção ao Santuário. Após as funções litúrgicas da novena e do tríduo, as pessoas se dirigem ao altar-mor para reverenciar o Senhor morto, cuja imagem encontra-se em nicho, abaixo do altar, e sobem as escadas laterais que dão acesso à imagem do Pai Eterno, para o beijo. Uma extensa fila do beijo a se espraiar, aglomerando num vastíssimo cordão humano dos que esperam o acesso a escada por detrás do altar-mor que leva ao “trono” da Santíssima Trindade para depositar, respeitosamente, um beijo na santa imagem do Pai Eterno. O desfile é respeitoso, silencioso. Muitos rezam, a parada diante da imagem é breve por causa do tamanho da fila. Reza-se, suplica-se ou então é o

⁶⁷ GIOVANNINI JÚNIOR, Oswaldo. **Cidade Presépio em Tempos de Paixão: patrimônio cultural, turismo e religiosidade em Tiradentes.** Juiz de Fora, 2000, apud Instituto Pró-Cittá pg 94.

⁶⁸ As procissões são: Procissão do Depósito da Imagem de Senhor dos Passos, Rasoura, Procissão do Senhor dos Passos e do Encontro com Nossa Senhora, Depósito da Imagem de Nossa Senhora das Dores; Procissão de Nossa Senhora das Dores; Domingo de Ramos; Monte das Oliveiras; Prisão de Jesus; Via-Sacra; Procissão do Senhor Morto e procissão da Ressurreição. Poderia incluir também o Traslado do Santíssimo, realizada dentro da Igreja, mas que não deixa de haver o cortejo, apud Instituto Pró-cittá pg 93.

agradecimento pelo já recebido. Quando é possível alguns sobem a escada que dá acesso à imagem, de joelhos, pagando promessa. O cofre não recebe apenas dinheiro, mas bilhetes escritos também. Na sala dos milagres, encontram-se materializadas as graças alcançadas, muitas fotografias, que assim como os ex-votos do passado permitem a representação dos agraciados. Para alguns, a participação na solene procissão que desce do Santuário até a praça da cidade assume essa mesma significação. Este peregrinar é sumamente penoso para quem carrega, ladeira abaixo ou acima, a imagem do Pai Eterno: escultura de madeira maciça que não pesa menos de 500 quilos; o crucifixo com a imagem do Filho e a imagem de Nossa Senhora.⁶⁹

Na opinião do pároco, essa festa está ameaçada devido a cobrança de alugueis abusivos de espaço na rua para a montagem das barracas a três metros na frente das casas. A administração pública e os moradores que vieram de fora deveriam, na opinião do pároco, se conscientizar da importância da festa para o povo e apoiar sua realização, tanto do ponto de vista financeiro como por meio de sua valorização para a cultura, a religiosidade e o turismo.

Calendário das Festas e Celebrações Religiosas⁷⁰

JANEIRO

Dia de Reis: No dia 6 de janeiro, é comemorada a visita dos Reis Magos ao menino Jesus, com apresentação no Largo das Forras das Folias de Reis e das Pastorinhas.

Festa de São Sebastião: A festa de São Sebastião envolve os fazendeiros. Acredita-se que o santo defende o gado da peste. Os fazendeiros oferecem bezerros para o leilão. Acontece na igreja das Mercês, no Padre Gaspar e

⁶⁹ MAIA, apud Instituto Pró-cittá pgs pg. 73, 75 e 80.

⁷⁰ O calendário foi organizado tendo como referência entrevista realizada pela Fundação com o pároco Ademir e o calendário elaborado pelo Instituto Pró-Cittá (pgs 106 a 113). É importante chamar a atenção para o fato de que muitas festas são móveis, podendo alterar-se datas e acontecer ou não de um ano para o outro, pois dependem de organização voluntária.

na Caixa D'Água da Esperança, e também em outras igrejas, dependendo da organização em cada ano.

FEVEREIRO E MARÇO

Festa de São Brás: Em fevereiro é dia de São Brás, é a benção da garganta. Segundo o Pároco, a benção é feita durante as missas por meio de um toque na garganta das pessoas de uma vela de 40 cm, depois de orar e benzer a vela.

ABRIL E MAIO

Festa de São José Operário: Entre 22 de abril a 01 de maio, realizava-se a festa de São José Operário no Chafariz em Tiradentes. No dia 22 de abril, iniciava-se o novenário, com recitação do terço e orações. Depois barraquinhas e assim sucessivamente todos os dias até 01 de maio, dia da consagrado a São José Operário, quando então saia a procissão com imagens de São José, Santo Antônio e São Vicente de Paulo, após a Missa e em seguida as barraquinhas.

Festa de São Francisco de Paula e São Vicente de Paulo: As datas têm variado ao longo do tempo. Novena, Terço e Cânticos a São Francisco e São Vicente. No dia festivo ainda na alvorada, fogos e repiques de Sinos; Missa em intenções da SSVP e aos Colaboradores dos Pobres. Após a Missa é servido cafezinho e no final procissão com as imagens de São Francisco e São Vicente.

Antigamente aconteciam as comemorações do Mês de Maria, com missa e procissão de Nossa Senhora. À entrada da procissão na Igreja Matriz, recepção de fitas da Congregação Mariana e Benção do Santíssimo Sacramento, todos os atos acompanhados pela Orquestra e Banda Ramalho.

JUNHO

Festa de Santo Antônio (padroeiro da Paróquia de Tiradentes): As festas duram quatro dias iniciando-se a partir do dia 10 com Missa e tríduo solene. No dia 12 a missa é dedicada aos namorados. No dia 13, consagrado ao santo, realiza-se a procissão com sua imagem. À entrada, missa com a Orquestra e Banda Ramalho e coro. Na véspera, fogueira e barraquinhas. Mais recentemente, mantém-se a tradição de realizar, nos dias 10, 11, 12, tríduo preparatório na Igreja da Matriz e no dia 13, Missa seguida de procissão luminosa.

Festa do Corpo de Deus ou Corpus Christi: Tiradentes celebra o dia de Corpus Christi com missa, procissão e adoração ao Santíssimo Sacramento na quinta-feira. A tradição de enfeitar as ruas e casas ainda se mantém.

Festa de São João Batista: As festividades de São João Batista são realizadas na capela Padre Gaspar no mês de junho, sendo 24 o dia dedicado ao santo. Compõem-se de tríduo preparatório, onde saem os andores do santo padroeiro e o Sagrado Coração de Jesus.

Festa da Santíssima Trindade: anteriormente mencionada.

JULHO

Festa da Senhora Sant'Ana: Os festejos em honra à Mãe da Virgem Santíssima compõem-se de tríduo nos dias 23, 24 e 25, na Matriz de Santo Antônio e na véspera da festa, fogueira, quadrilhas, leilão e barraquinha. No dia 26, procissão, saindo da Matriz com as imagens da Senhora Sant'Ana, de São Joaquim e de São José e após procissão, missa e Benção do SS. Sacramento, com a presença da Orquestra e Banda Ramalho.

Festa de São Geraldo: A festa acontece na comunidade da Várzea de Baixo, na Igreja de São Geraldo, com missa, novena e barraquinhas.

Festa em Honra ao Sagrado Coração de Jesus: Festa na comunidade de Padre Gaspar, com novena, missa e procissão.

AGOSTO

Festa em Honra a São Cristóvão e Nossa Senhora Rainha da Paz: Esta festa acontece no Bairro da Torre, com tríduo e no dia da festa propriamente dita as 6h alvorada as 16h missa e logo após procissão com as imagens de N. S. Rainha da Paz e São Cristóvão, com presença de barraquinhas.

Festa de Santo Antônio do Canjica: Festa no bairro do Canjica, com novena, missa e procissão com velas e ruas enfeitadas.

SETEMBRO

Exaltação da Santa Cruz: Na data de 14 de setembro é dia da festa de Exaltação da Santa Cruz, lembrando também as inúmeras virtudes e milagres atribuídos à Cruz de Cristo e ao Sinal da Cruz. Tais tradições festivas, assim como o

próprio hábito de colocar cruzes nas portas, têm origem longínqua, já que a devoção à Santa Cruz vincula-se à defesa dos perigos das doenças, dos conflitos familiares e dos malfeiteiros. “Daí a sua colocação em porteiras, currais, galinheiros, nas portas das casas, nas beiras das estradas, nas pontes etc. de forma que os maus espíritos e assombrações que teimavam em insuflar brigas e confusões na região do garimpo fossem afastados”.⁷¹ O hábito de enfeitar (o que era feito com todos os símbolos sagrados) e colocar a cruz na porta, na véspera do dia 3 de maio, tem ainda outra explicação no âmbito das tradições mineiras do período colonial. Acreditava-se e ainda há famílias de Tiradentes que mantém a crença que durante a noite Nossa Senhora passa beijando as cruzes e agraciando cada família com sua proteção. (op. cit. pg. 97)

Festividades em Honra e Louvor a Nossa Senhora das Mercês: Nos dias que antecedem o dia 24 de setembro, consagrado a Nossa Senhora das Mercês, é rezado o terço de Nossa Senhora, seguido de missa e da tradicional novena de Nossa Senhora das Mercês. Depois procissão com a imagem de Nossa Senhora das Mercês, percorrendo as ruas do núcleo histórico, com a presença de crianças vestidas de anjos. Na chegada da procissão, coroação de Nossa Senhora pelos jovens e Bênção do Santíssimo Sacramento. Todos esses eventos com o acompanhamento da Orquestra e Banda Ramalho. No dia 24, às 12h, repique festivo de sinos em todas as igrejas da cidade, fogos e música em saudação a Nossa Senhora, sendo que, durante o dia, a igreja permanece aberta para a visitação e veneração dos fiéis e devotos de Nossa Senhora das Mercês. Na parte da noite, terço de Nossa Senhora e Missa.

Festa de Nossa Senhora da Penha: Festa tradicional celebrada com grande envolvimento da comunidade nos preparativos, em especial para o dia dedicado à padroeira. Em geral, são dez dias de festa, incluindo shows de música e bailes, leilões e barraquinhas. Além das novenas, nos três dias que antecedem o dia da festa, são realizadas missas pela alma de todos os falecidos da comunidade, pelos doentes e jovens. No domingo em que se comemora efetivamente o dia de Nossa Senhora da Penha, tem alvorada festiva, missa, procissão, coroação de Nossa

⁷¹ CARVALHO, Meynardo Rocha de. *O beijo e a santa: devoção e sociabilidade nas Minas do século XVIII*. Disponível em www.descubraminas.com.br/Upload/Biblioteca/0000113.pdf e do mesmo autor: A cruz e a religiosidade popular no Brasil Colônia. *Boletim do CEIB*. Belo Horizonte, Vol. 10, n. 34, julho de 2006. Apud Instituto Pró-Cittá (pg 97)

Senhora, sermão de encerramento com missa celebrada pelo padre da Paróquia, queima de fogos de artifícios, leilões e barraquinhas.

Festa de Nossa do Pilar: A festa que acontece no bairro *Padre Gaspar* com missa, novena, procissão, barraquinhas e leilões.

OUTUBRO

Festa de Nossa Senhora do Rosário: Diferentemente das outras festas da cidade, a festa de Nossa Senhora do Rosário era realizada pela irmandade de negros escravos e forros e tinha rituais próprios como o reinado. “Em dia de festa, os eleitos Rei e Rainha da Irmandade sentavam-se coroados de prata e ostentando o cetro junto à porta principal, recebendo os óbulos”.⁷² Mais recentemente a festa passou a contar com a participação do Congado de São Benedito de Tiradentes, sendo que as festas são comemoradas entre os dias 28 a 1º de novembro. Nos dias 28 a 31, recitação do terço. Dia 1º, alvorada; repique de sinos; recitação do terço, Missa e finalmente a procissão luminosa.

Festas de São Geraldo e N. Sra. Aparecida: É realizada em honra de São Geraldo e N. Sra. Aparecida pela comunidade de Várzea de Baixo, com apoio do Apostolado da Oração e da Confraria de São Geraldo. Tem quatro dias de duração, com missas, tríduo e recitação do terço. No domingo dedicado à grande festa: procissão percorrendo algumas ruas do bairro, logo em seguida missa de encerramento, com coroação de Nossa Senhora. A comunidade da Caixa D’Água da Esperança – Igreja de Nossa Senhora de Fátima - também celebra a data de Nossa Senhora Aparecida, com missa, leilão de prendas e barraquinhas.

Festa de Santa Edwiges: A tradicional festa de Santa Edwiges, no bairro Cuiabá dura vários dias com terço dedicado à Santa, missas e tríduo preparatório. No dia principal, procissão, sendo solicitado às pessoas que enfeitem as ruas por onde ela circulará. Após missa e coroação de Nossa Senhora, barraquinhas em todos os dias da festa.

NOVEMBRO

Festa de Santa Cecília: Por iniciativa da Orquestra e Banda Ramalho, sempre que possível realiza-se a festa em honra de Santa Cecília, padroeira dos

⁷² SANTOS Filho, Guia..., apud Instituto Pró-Cittá, p. 24.

músicos. A programação consiste em retreta no dia anterior, realizada pelos músicos e no dia 22 de novembro (domingo) procissão saindo da Igreja São João Evangelista com a imagem de Santa Cecília e, após, missa acompanhada pela Orquestra Ramalho a musica Missa de Santa Cecília do compositor tiradentino Antônio de Pádua Falcão. Tem-se o hábito de, após a missa, colocar um ramalhete de flores sobre o túmulo do compositor Manuel Dias de Oliveira, sepultado na mesma Igreja.

Festa de Nossa Senhora da Conceição: A festa acontece nos Bairros Pacu e Várzea de Baixo com missa, procissão e barraquinhas.

Festa de Nossa Senhora do Rosário: Em novembro, sai às ruas o Congado de São Benedito, que se tornou tradição em Tiradentes e se propõe a resgatar as raízes negras da região, como a força do canto, dos tambores, a presença das rainhas e guardas e a tradição da Igreja Nossa Senhora do Rosário, criada e mantida pelos escravos.

DEZEMBRO

Natal: Além da tradicional Missa do Galo, à meia-noite na Matriz, a partir do dia 25 de dezembro, as Folias de Reis e Pastorinhas percorrem os presépios da cidade em homenagem ao nascimento do Menino Jesus.

O pároco chama a atenção ainda para os múltiplos símbolos e práticas religiosas ainda presentes na comunidade de Tiradentes, como por exemplo, o coração de Jesus, o divino nas casas, o terço nos carros e na cabeceira das camas, a água benta, a bendição de casas, carros, terços, pessoas, santinhos e respectivas orações impressas, ou medalhas e imagens dos santos de devoção, o toque dos sinos, o presépio, as missas para as almas dos parentes, as promessas e grutas com santos de devoção, os grupos de orações do terço, as festas para os santos, os casamentos na Matriz de Santo Antônio (crença no “santo casamenteiro”), etc.

Órgão da Matriz de Santo Antônio

O órgão de tubos da Matriz de Santo Antônio em Tiradentes faz parte do patrimônio histórico brasileiro. Construído na cidade do Porto entre 1785 e 1788 pelo organista Simão Fernandes Coutinho, em estilo Rococó, foi encomendado para

acompanhar as liturgias e celebrações. A pintura e o douramento foram feitos por Manuel Victor de Jesus, em 1798. O órgão foi montado e afinado pelo Padre Antônio Neto da Costa e inaugurado em setembro de 1788 pelo organista Francisco de Paula Dias. Ao longo dos anos sofreu várias intervenções e de 2005 a 2008 passou por um minucioso processo de restauração, quando foram resgatados os aspectos estéticos e funcionais originais. Segundo informações do IHGT, o *mecanismo* foi restaurado por Gerhard Grenzing na cidade de Barcelona, Espanha, a caixa em Tiradentes pelos artífices Salvador de Oliveira (entalhador), Antônio Teixeira Viana (entalhador), Antônio da Costa Santeiro (escultor), Antônio Rodrigues Penteado (marceneiro) e João Damaceno (marceneiro).

Em fevereiro de 2009 comemorou-se o fim da restauração com missa solene, sendo o órgão executado pelo organista espanhol Andrés Cea, acompanhado pelo Coro VivAvoz de Tiradentes. Durante a missa e concerto foi executada a musica "Missa Breve" de Manuel Dias de Oliveira (1735-1813), compositor de Tiradentes⁷³.

Orquestra e Banda Ramalho

A Orquestra e Banda Ramalho são uma entidade dividida em dois grupos, com o nome oficial de “Sociedade, Orquestra e Banda Ramalho”. A Banda atua como uma banda mineira tradicional – é uma banda de coreto, que toca em procissões, hasteamento de bandeira, cerimônias cívicas, etc. A Orquestra é sacra, toca em novenas, missas, atos internos da Igreja e concertos, com repertório da música sacra mineira, uma tradição que vem desde o século XVIII. Segundo o maestro da orquestra o primeiro registro de música em cerimônias religiosas em Tiradentes é de 1719, um ano depois de a cidade ser elevada a condição de Vila. Desde então as cerimônias sacras da cidade têm música quase que ininterruptamente até os dias atuais.

⁷³ A restauração foi feita através das Leis de Incentivo Cultural Estadual e Federal, sendo proponente a Sociedade Amigos de Tiradentes e o gerenciamento do Bureau Cultural Santa Rosa, com apoio da Paróquia de Santo Antônio de Tiradentes e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <http://ihgt.blogspot.com.br/2009/02/restauracao-do-orgao-da-matriz-de.html>, consulta em 23/04/2014

Entrevistado em 2013, o maestro menciona a dificuldade financeira para manutenção da Orquestra e Banda Ramalho – “O grupo depende de doações” – o poder público municipal repassa mensalmente uma verba de seiscentos reais do Ministério da Cultura, valor que é muito inferior às necessidades da orquestra e banda, que tem cerca de 60 músicos. Uma alternativa que está sendo criada pelo grupo é a organização de um quadro de sócios-contribuintes para manter a escola de música e a Orquestra.

A Sociedade Orquestra e Banda Ramalho participa do programa de bandas da Secretaria Estadual de Cultura e por meio desse projeto Têm adquirido instrumentos e até mesmo uniformes para a Banda. Como não existe um projeto específico para orquestra o grupo encontra dificuldades para manutenção de seus instrumentos.

A Banda é personagem presente nas festas tradicionais da cidade: Semana Santa, Jubileu da Santíssima Trindade, Festa de Nossa Senhora das Mercês, na festa do padroeiro da cidade, Santo Antônio, na Festa de Santa Cecília, padroeira dos músicos, Festa de São Francisco de Paula, Nossa Senhora Rainha da Paz, Senhor Bom Jesus da Pobreza, Nossa Senhora da Aparecida, etc. Tocam carnaval em mais ou menos três blocos por dia – a Banda ou membros da Banda e/ou da Orquestra. São sempre convidados para a abertura do Festival de Cinema, nas cerimônias cívicas como a festa de Tiradentes, realizam concertos duas vezes ao ano no Centro Cultural Yves Alves e a Banda faz uma apresentação no Largo das Forras nas festividades de final de ano. Estão presentes também em festivais regionais de bandas, que geralmente acontecem em São João del Rey. De modo geral a Banda de música toca em atos externos, como por exemplo, as procissões e a Orquestra em atos internos, como por exemplo, missa ou novena. A orquestra é dividida em instrumentos de corda, sopro e canto, com um coral que a acompanha e faz parte da orquestra. A banda por sua vez constitui-se de instrumentos de corda e percussão.

O maestro coordena as atividades da Orquestra desde 2005. Segundo ele, além das apresentações o grupo tem atividades o ano inteiro: a Orquestra ensaiava segunda-feira, a Banda na terça e quinta e a escola de música na quarta e sexta.

Em 2012 o grupo apresentou o projeto “Revitalização da Orquestra e Banda Ramalho” ao BNDES, projeto elaborado em parceria com a Universidade de

São João Del Rel, onde se propunha a manutenção da Sociedade Musical (gratificação para os músicos, manutenção da escola e restauração das partituras), mas o projeto não foi aprovado. O maestro preocupa-se também com a situação do acervo da Orquestra e Banda Ramalho, que é constituído de partituras do século XVIII, XIX e XX que estão guardadas em condições inadequadas, em uma sala úmida, necessitando de limpeza, restauração, digitalização, de forma a serem disponibilizadas para pesquisa e execução das músicas. Há músicas, peças inéditas inclusive de compositores tiradentinos do século XVIII, que não são tocadas há mais de 100 anos.

Outra parte importante do arquivo refere-se às fotos da Banda e da Orquestra, algumas são cópias cujos originais estão no IHGT, outras fazem parte do acervo particular do presidente do IPHAN, outras estão com a família Ramalho, enfim, um arquivo que precisa ser reunido e organizado. Outra preocupação é com a memória do grupo, que segundo o maestro está e ainda há possibilidade de construí-la por meio de história oral, com músicos da cidade. O maestro cita o exemplo de um das cantoras mais antigas da cidade, que está com 81 anos e entrou para o grupo quando tinha 11 anos, tendo participado de várias gerações da Banda.

A tradição musical da região do Campo das Vertentes é considerada uma das mais importantes formas de expressão do barroco mineiro dada à qualidade da musica.

Há intenso intercâmbio musical entre os municípios de São João Del Rey, Tiradentes e Prados, a ponto de ficaram conhecidos como “Trindade Santa da Música”, devido a existência de orquestras do século XVIII e XIX nas três cidades.

8.1.3.4 Festas populares

Festa do Carro de Bois e Tropeiros de Tiradentes

A festa do carro de boi e tropeiros de Tiradentes acontece desde 2005 e conta com a participação dos municípios do Campo das Vertentes. A ideia de levar a festa para Tiradentes partiu da família de “Dona Margarida”, depois de terem participado da festa do carro de boi em Lagoa Dourada.

O festejo acontece praticamente sem apoio e patrocínio e tem três dias de duração, contando com a participação de cerca de 10 mil pessoas. É realizado com

a contribuição da população e por meio de recursos arrecadados em leilões de animais doados pelos moradores da área rural de São João del Rey, Bichinho, Elvas e Caixa D'água e com recursos arrecadados pelos organizadores na festa junina que organizam no bairro Cuiabá. Segundo os organizadores a prefeitura contribui com uma pequena verba e os custos de organização são muito altos – é preciso recurso para transporte de carreteiros e músicos, para montagem das arquibancadas, alimentação e hospedagem para cerca de 100 pessoas (peões e tropeiros) que vêm de outros municípios e distritos, o transporte dos animais, e as despesas com os músicos convidados para o evento, além dos "quitutes da roça" que são oferecidos gratuitamente ao longo da festa.

Durante a festa os tropeiros carregam balaios recheados de bananas, milho, abóboras e galinhas. Depois de três dias de programação, os violeiros esperam na praça para que se inicie música de raiz. Na edição de 2012 aproximadamente quinhentas pessoas almoçaram na casa dos organizadores, tudo financiado por doações de amigos, vizinhos e participantes da festa. A casa dos organizadores é também local de guarda do acervo de cangaias, balaios, estribos, cabrestos, pescoceiras, freios, cilhões e chapéus, entre outros objetos que remetem a tradição do carro de boi. A festa conta com shows, apresentação de grupos folclóricos (congado), concurso de marchas de cavalos, rodeio, grupo teatral com trajes de época, roda de viola, montagem de touro mecânico e parque de diversões para as crianças.⁷⁴

A falta de espaço e de apoio financeiro para realização do evento estão entre os principais problemas para continuidade da festa. Os entrevistados propõem novo local no distrito de Caixa D'água, mas necessitam de autorização da prefeitura.

Carnaval

O carnaval de Tiradentes é uma festa de rua com intensa participação da população local. A prefeitura apoia e divulga a festa. Para o carnaval de 2014 as ruas do Centro Histórico foram interditadas e organizadas áreas de estacionamento próximas ao centro. O forte da festa são os blocos carnavalescos, que desfilam nas ruas da cidade ao som de marchinhas tradicionais tocadas pelos músicos da Banda

⁷⁴ Observatório da Cultura - Walquíria Domingues, em 25/10/ 2011 consulta em 24/03/2014.

Ramalho. Foram vinte e um blocos em 2014 - Mistura Brasil, Entre & Vista, blocos das escolas Municipais e Escola Estadual Basílio da Gama, Charreteiras, Domésticas, Alvorada, Insanidade, Malas, Ressuscitados, Saia do Casulo, Ora-pro-nobis, Estação Caça Cachaça, Ver-te Cana, Secos e Molhados, Palhaçada, Beatões da Santíssima, Abandonados, Amigos do Marquinhos, Unidos da Ponte, Butecando no Rosa, Roma Foi Pouco.

Festas juninas, julinas, agostinhas

O Livro Festas Juninas, Festas de São João - Origens, Tradições e História⁷⁵ contém um estudo sobre as origens, tradições e história das festas juninas no Brasil. A autora situa as festas juninas dentro do calendário das festas católicas dedicadas as comemorações de dias de santos. A festa de São João, realizada no dia 24 de junho, faz parte de um ciclo festivo conhecido como festas juninas, dedicado à homenagem a Santo Antônio (dia 13) e São Pedro e São Paulo (dia 29).

Caracterizam-se em suas práticas pelos fogos de artifício, fogueira, comida e bebida típica (como a canjica, o pé de moleque, o quentão, etc.), danças, com predominância da quadrilha e musica com trajes típicos, casamento caipira, jogos entre outras formas de expressão que variam segundo as regiões brasileiras.

Em Tiradentes, as festas juninas estendem-se até os meses de julho (festas julinas) e agosto (festas agostinhas) nos diferentes bairros e distritos da cidade e acompanham os festejos típicos de cidades mineiras.

No ano de 2013 a prefeitura divulgou a festa em cartazes contendo sua programação, com datas e locais das festividades.

No mês de junho as comemorações aconteceram nos bairros da Torre, Várzea de Baixo, Centro (largo das forras) e nos distritos de Elvas e Cesar de Pina. Em julho nos bairros da Santíssima, no Centro (largo das forras), Cascalho, Praça das Mercês e Cuiabá de baixo, e em agosto nos bairros Cuiabá de cima e Pacu. A

⁷⁵ RANGEL, Lúcia Helena Vitalli, **Festas Juninas, Festas de São João - Origens, Tradições e História**. São Paulo: Publishing Solutions, 2008.

programação varia a cada ano, dependendo da organização da população e do apoio da prefeitura.

8.1.3.5 Eventos culturais do calendário turístico oficial

A Mostra de Cinema, o Festival Internacional de Gastronomia e Cultura e o Bike Fest fazem parte do calendário oficial de eventos que tem como público principal os turistas. Entre os três eventos, a Mostra de Cinema é o que conta com maior participação da população local.

Mostra de Cinema

A Mostra de Cinema de Tiradentes acontece desde 1998 e é segundo a produtora do evento - Universo Produção - a maior plataforma de lançamento do cinema brasileiro independente do País. Em sua 17^a edição em 2014, a Mostra de Cinema apresentou mais de 100 filmes brasileiros em pré-estreias mundiais e nacionais. O evento reúne diversas manifestações de arte - exposições, lançamento de livros, teatro de rua, shows musicais, performances, encontros, oficinas, debates e seminários. A prefeitura não atua na administração do evento, mesmo cedendo alvará para sua realização em locais públicos, como o Largo das Forras e a praça da rodoviária. É grande o afluxo de turistas para o evento, movimentando a economia local e ao mesmo tempo ocasionando congestionamentos diversos, problemas de limpeza e segurança que suscitam uma administração pública.

Festival Foto em Pauta

O Festival de Fotografia de Tiradentes - Foto em Pauta - acontece em geral no mês de março e teve sua 4^a edição em 2014. O evento compreende diversas atividades culturais como exposições, workshops, palestras, debates, leituras de portfólio, projeções de fotografias e atividades educativas voltadas para a comunidade local. Coordenado pelo fotógrafo e professor Eugênio Sávio e pelo fotógrafo, Bruno Magalhães, propõe-se a proporcionar experiências e trocas entre o público e profissionais reconhecidos nacional e internacionalmente, com produção artística representativa no cenário da fotografia brasileira.

Festival Tiradentes em Cena

Inspirado nos mais conhecidos festivais de teatro internacionais europeus, que ocorrem fora dos grandes centros, o Tiradentes em Cena em sua 3^a edição em 2014, propõe-se a reunir produtores e amantes do teatro, com a realização de variados espetáculos, cursos e debates. Idealizado pela jornalista Aline Garcia, conta com a participação e apoio dos grupos de teatros de Tiradentes - Entre & Vista e Companhia de Inventos.

Vinho e Jazz Festival

Realizado em junho, é o primeiro evento destinado ao vinho da cidade com a presença de importadores produtores de vinho de vinícolas nacionais que apresentam seus produtos acompanhados pelo som de jazz. Acontece no Largo das Forras e tem a participação do Senac em um espaço onde são ministradas palestras e cursos sobre o tema e degustações.

Bike fest

Na segunda quinzena de junho acontece em Tiradentes o Bike Fest, encontro de motos que atrai cerca de 10 mil turistas a cidade. O evento teve início em 1992 com um encontro de amigos motociclistas, apaixonados pela marca Harley Davidson.

O público vem de vários municípios do Brasil e de outros países como a Argentina, Alemanha, França, Estados Unidos, Uruguai, etc. A equipe de organizadores é formada por treze pessoas que trabalham durante todo o ano. Durante o evento são contratadas vinte pessoas para organizar o trânsito, quinze para a segurança outras quinze para a limpeza. Os organizadores se responsabilizam pela segurança dos participantes, do patrimônio, das praças e pela limpeza e instalação de banheiros químicos.

O Bike Fest desenvolve atividades com os moradores e distribui livros e cartilhas durante as palestras educativas para alunos de 8 a 14 anos das escolas municipais, com o intuito de capacitar e preparar futuros motociclistas.

Festival Internacional de Cultura e Gastronomia

Criado em 1998, o evento trabalha com um conceito de “ sofisticação e requinte”, sendo considerado um dos maiores eventos gastronômico do país. Atrai renomados Chefs do Brasil e do mundo, além de visitantes de vários países, para jantares e almoços, degustações, shows e exposições além de atividades gratuitas como cursos, workshops, shows, exposições e teatro.

Festival de Artes das Vertentes

O festival de Artes das Vertentes, em sua 3^a edição em 2014, tem entre suas propostas o intercâmbio entre o rico patrimônio artístico e cultural de Minas Gerais e de outros lugares. Em sua programação propõe o diálogo entre as expressões artísticas envolvendo a música clássica, a música popular de diversas partes do mundo, saraus e debates literários, as artes visuais, instalações audiovisuais, cinema, dança, teatro e intervenções urbanas.

A proposta, segundo os organizadores é a de trabalhar com conceitos inovadores e criar um espaço para novas ideias, atuando como plataforma de comunicação entre artistas vindos de diferentes culturas, com respeito às singularidades.

X-Terra

O X-TERRA começou como um festival de esportes de aventura na natureza. Atualmente, possui um circuito nacional com quinze etapas distribuídas em diversos estados do país, com atletas de ponta do Brasil e do exterior. É uma das provas de “*triathlon cross countries*” mais importantes do mundo e está em mais de dezessete países. No Brasil desde 2005 o festival trabalha com novos conceitos, procurando estimular a prática esportiva e o contato sustentável e harmônico com a

natureza. Em suas diversas etapas o evento procura locais que apresentem as melhores e mais diferentes locações para as provas.

Em Tiradentes, acontece o X Terra Edição Regional, com a presença de atletas de elite e grande numero de adeptos ao esporte de “duathlon” (corrida e Bike), “Endurance 50 e 80K”, “Night Run”, “Mountain Bike” e “Kids Mini Corrida”.

Duo Tiradentes Jazz Festival

O evento foi criado no período de baixa temporada, visando atrair turistas para a cidade. Idealizado por Vicente Martins, músico e comerciante residente há sete anos em Tiradentes, partiu de seu conhecimento de músicos importantes no cenário musical do Brasil e exterior.

Em sua sexta edição em 2014, é voltado para o público amante da musica instrumental e profissionais, com cursos e palestras visando aprimorar a técnica musical.

Feira de Artesanato de Tiradentes

A feira acontece geralmente no mês de novembro e é aberta à participação de artesãos da cidade e do estado de Minas. O evento reuniu em 2013 uma média de 300 expositores em 150 estandes, segundo informações dos organizadores. Considerada uma das maiores feiras do interior de Minas pelos parceiros e expositores, atrai artesãos de todo o estado.

8.1.3.6 Grupos de cultura locais

Teatro Entre&Vista

O grupo de teatro Entre & Vista foi criado há mais de 20 anos e conta com uma equipe de vinte e oito pessoas; o grupo de teatro e o de seresta. Todo o trabalho é voluntário e tem como finalidade organizar e promover oficinas de formação de atores, expressão corporal, linguagem, música, dança e representação e difundir a cultura teatral, tornando-a mais acessível à comunidade.

Criado com o objetivo de se constituir como ponto de apoio cultural para Tiradentes trabalha com atividades que visam, por um lado, recuperar seu passado cultural e, por outro, inovar com sustentabilidade e respeito ao patrimônio histórico e artístico.

As atividades do grupo acontecem durante todos os meses do ano, com estreia de uma nova peça a cada ano. O ano do grupo começa na Mostra de Cinema onde fazem uma intervenção nas seções de cinema para o público infantil; a “Turma da Pipoca”. No carnaval eles desfilam em um bloco com o nome da Oficina. Na Semana Santa participam com o grupo de Seresta fazendo “A Hora Santa” na quinta-feira Santa. No dia 21 de abril, realizam um recital ou outro evento. Tem também o grupo de seresta e poesia que sai andando desde a Igreja Matriz pelas ruas da cidade, declamando poesia e cantando músicas de seresta. Na mostra de teatro “Tiradentes em Cena” sempre fazem uma apresentação, participam das festas juninas, julinas e agostinas. Em outubro é o momento de estreia de um novo espetáculo. Em novembro e dezembro tem seresta, cantam no abrigo de idosos e na praça, inaugurando a iluminação de Natal.

Já foram encenadas mais de 35 peças, além de dezenas de saraus poéticos, serestas, cortejos, danças e recitais. Está sempre em busca de profissionalização da equipe, melhoria da qualidade das produções e preservação do patrimônio material e imaterial de Tiradentes.

O local onde o grupo ensaia atualmente foi cedido pela paróquia. Consideram como uma prioridade ter uma sede própria, um espaço com palco, onde possam fazer as apresentações e os ensaios, além de guardar os equipamentos, figurinos, acessórios, livros, etc. Sugerem a construção de um espaço multiuso, pois segundo eles, o Centro Cultural é muito requisitado já que é o único palco da cidade.

O Centro Cultural ajuda muito o grupo, mas o grupo recente da ausência de um programa cultural por parte da administração pública. Para o grupo a cidade volta-se inteiramente para os eventos turísticos e praticamente não investe na cultura local. A cidade é usada como infraestrutura, sendo pouquíssimo o envolvimento da população local: “tudo vem de fora, é tudo “enlatado”, equipes para tudo, inclusive para limpeza”.

A Oficina de Teatro Entre & Vista vem se dedicando a envolver os jovens e a comunidade com a cultura do teatro, da música e da poesia. É um grupo dedicado, que ao longo dos anos tem enfrentado a permanente falta de recursos, e que conseguiu, assim mesmo, construir uma presença marcante na cultura da cidade.

Companhia de Inventos

A Companhia de Inventos foi formada em 1990, por Bernardo Rohrmann, marionetista desde 1984, com formação no curso de Artes Plásticas da Escola Guignard (Belo Horizonte) e no “*Institut International de La Marionette*” (França) e Renata Franca, artista plástica, formada no curso de Belas Artes pela UFMG. Ambos responsáveis pela técnica de bastidores na manipulação de bonecos trabalham com parceiros para a área técnica e de cenografia. O grupo desenvolve atividades de criação e apresentação de teatro de bonecos, dando especial atenção às marionetes (bonecos de fio), além de manufatura de bonecos para outras companhias, marionetes como brinquedos e oficinas de confecção de bonecos em várias técnicas. Em Tiradentes são feitas apresentações periódicas em espaço próprio da Companhia desde a sua fundação. O grupo realiza também projetos educativos, sociais e de iniciação artística em vários pontos do país, principalmente junto a comunidades mais carentes.

O primeiro espetáculo criado por eles se chama “Marionetes a Fio” e consiste em vários números. Os números desse espetáculo são alternados de acordo com a plateia, a idade e número de pessoas, a finalidade da apresentação, o local em praça pública ou em sala fechada, etc.

Têm também um espetáculo mais antigo que se chama “Domingo do Interior” que consiste em fazer apresentações nas localidades em torno de Tiradentes, procurando levar mais cultura para os povoados das cidades. Quando acontece é realizado sempre aos domingos. O caráter das apresentações é o entretenimento, mas, fazem peças que têm caráter mais educativo, histórico/cultural, como os espetáculos “O Construtor do Imaginário”, o “Santo Seu Hilário”, entre outros. A comunidade sempre prestigia as apresentações da Companhia de Inventos, e

considera as apresentações do grupo como parte da cidade, diferentemente da maioria dos eventos que são voltados para o turismo.

No festival “Teatro em Cena” foram curadores e também se apresentaram. Os bonecos e todo o material usado nos espetáculos são de fabricação própria, feitos em um ateliê que funciona na casa do casal. Os bonecos são vendidos na pousada “quatro Cantos”, onde realizam espetáculos sempre que possível.

Mesmo tendo público na cidade, os recursos advindos das apresentações não são suficientes para sobrevivência do grupo. De modo geral o espetáculo tem de ser financiado com recursos das leis estadual e federal de incentivo ou do fundo estadual de cultura. Outra fonte de renda são as apresentações para escolas de fora que vão a Tiradentes e os contratam para espetáculos, por meio de agências.

O grupo considera a falta de um programa cultural voltado para a população local um dos grandes problemas da cidade.

Grupo Aprendizes de Violão

O grupo Aprendizes de Violão é coordenado por Geraldo Alves, músico e funcionário da prefeitura que ensina violão para crianças, buscando incentivá-los a darem continuidade ao aprendizado nas faculdades de música. O grupo realiza apresentações em diversos eventos que acontecem na cidade.

Coro Vivavoz

O Coro Vivavoz, formado em julho de 2007, é composto por moradores de Tiradentes. Sua atuação foi retomada após a restauração do Órgão da Matriz de Santo Antônio e tem acompanhado alguns concertos e se apresentado em cerimônias religiosas na igreja. O grupo tinha como proposta inicial se apresentar apenas no dia que o órgão fosse entregue à sociedade, mas se destacou tanto que até hoje faz

espetáculos em Tiradentes. Segundo seu diretor Eduardo Walter Leser, o coro é composto por dez pessoas: “Temos amadores e gente que nunca cantou”⁷⁶.

8.1.3.7 Saberes e fazeres locais

O Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT), com apoio do BNDES, editou em 2013 o livro *O Gosto da Memória*, receitas através de gerações, tendo entre outros objetivos registrar e preservar a culinária mineira e a diversidade dessa cultura.

A culinária registrada no livro é, segundo os autores, uma culinária de subsistência desdobrada em pratos variados que hoje fazem parte da rica cozinha local. (Boaventura, pág. 12, 2013)

O livro registra não só as receitas, mas também os modos de fazer de mulheres que mantiveram a tradição dessa cozinha em Tiradentes e nos distritos de Elvas, Caixa d’água da Esperança, Águas Santas e César de Pina. É um registro e ao mesmo tempo uma homenagem as mulheres que aprenderam com a tradição da família e a mantêm viva nos tempos atuais.

É importante mencionar neste aspecto o “Chico doceiro” e o “doce de leite do Bolota”, ambos bastante divulgados na cidade e que conseguiram transformar seus doces e modos de fazer num componente da tradição local e em importante fonte de renda para suas famílias.

Outro movimento que está ganhando força na cidade é o “slow food”, que procura resgatar a culinária local por meio do uso do “mato atoa, o cuidado com o meio ambiente e o preço justo”. O primeiro restaurante nesta linha em Tiradentes é o Quitandas Brasil, no bairro do Cascalho.

O artesanato em madeira e ferro, os bordados, o crochê, o fuxico, diversas artes manuais realizadas por muitas pessoas na cidade são características importante de sua tradição, que só em parte se encontra registrada.

76 <http://www.gazetadesaojoaodelrei.com.br/site/2013/10/coral-de-tiradentes-se-apresenta-no-yves-alves>
consulta em 23/04/2014

8.1.4 A dimensão cidadã da cultura em Tiradentes

Para a análise da dimensão cidadã, a cultura vista na perspectiva do direito cultural, procurou-se dimensionar a participação da população nos eventos e programas culturais da cidade e compreender as relações existentes entre os diversos atores do sistema cultural do município. Esta etapa do diagnóstico foi realizada utilizando pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com a população e representantes dos diversos atores locais (empresários, presidentes de associações, pároco, maestro, atores de teatro, etc.), e pesquisa bibliográfica sobre a participação da população de Tiradentes em alguns dos principais eventos do calendário oficial.

Dois estudos serviram como referência para o dimensionamento dos sentidos e significados da participação da população nos eventos culturais e turísticos da cidade, SILVA (2010) e GUIMARAES (2010)⁷⁷, e corroboraram alguns resultados da pesquisa de campo e oficinas realizadas pela Fundação João Pinheiro em Tiradentes.

Apontaremos as principais questões indicadas pelos autores e as evidências identificadas pela equipe de cultura da Fundação na pesquisa de campo realizada durante o ano de 2013 e início de 2014.

O estudo de SILVA (2010) analisa o processo de gentrificação⁷⁸ que se consolidou em Tiradentes com o desenvolvimento turístico e a impressão dos moradores diretamente envolvidos nele.

Um dos aspectos analisados refere-se à forma como a população percebe o processo de exclusão territorial e social gerado pela gentrificação. Entre as conclusões do autor destaca-se a existência de um sentimento de *resignação geral da população* em relação ao processo, resignação esta que pode ser entendida pelo fato de a população valorizar o desenvolvimento econômico da cidade em função do crescimento do turismo. Ou seja, a parte central da cidade se adaptou para cumprir uma função comercial e de atrativo para pessoas estrangeiras a ela, como os novos

77 Ambos os trabalhos apresentam grandes contribuições para o tratamento da questão referente aos conflitos culturais existentes na cidade.

78 Uma explicação sobre o significado do termo encontra-se no item sobre a Evolução Histórica do Município.

moradores e turistas, e isto foi absorvido e compreendido pelos moradores naturais. (SILVA pg 50).

Paralelamente foi percebida uma significante sensação de exclusão e uma divisão territorial da cidade em duas porções. A primeira relativa a “Tiradentes colonial”, preparada para atender os anseios de indivíduos mais exigentes e de maior poder aquisitivo e a segunda o local de residência das pessoas naturais da cidade, em sua maioria prestadores de serviços no micro centro gentrificado. (op.cit., pg. 50).

O autor chama a atenção para o distanciamento da população do centro histórico, parte gentrificada da cidade. Segundo ele, a população percebe o local de duas formas antagônicas – como fonte de orgulho e como um lugar que não mais lhes pertence, pois não frequentam os estabelecimentos comerciais e também alguns dos eventos. Consideram os preços altos para eles e naturalmente vão se deslocando para outra região da cidade, inclusive em seus momentos de lazer. Há também na população local uma “sensação de que os eventos e estabelecimentos comerciais não são feitos para eles e não os levam em consideração”. (op.cit. pg. 51)

O estudo procura demonstrar a existência em Tiradentes de uma profunda mudança no cotidiano e no papel dos lugares na construção das identidades, ou da identidade tiradentina: “Sensações de exclusão, não pertencimento, incapacidade de cuidar do próprio patrimônio e inferioridade em relação aos novos moradores “capazes” de preservar e restaurar a arquitetura colonial do centro,” foram observados pelo estudo. (op. cit. 52)

A pesquisa de Guimarães (2010) por sua vez, afirma que no conjunto de relações existentes entre turistas e população local existe um conflito de “deslocamento de significados”. A pesquisa em questão propôs-se a identificar e qualificar a inserção dos “nativos” nos eventos culturais mais importantes de Tiradentes.

Um primeiro ponto debatido refere-se à relação entre a história e a cultura e seu papel na construção da identidade de um grupo e na manutenção do turismo cultural de determinada localidade. A autora demonstra em sua análise a ocorrência de um desmembramento da cidade; explicado pelo processo de exclusão da comunidade de vários benefícios ocasionados pela atividade turística, que tem

aprofundado a dificuldade de integração nos espaços construídos para receber os turistas. A cidade cada vez mais vem se caracterizando, como uma cidade partida, em que os turistas têm acesso a muitas coisas que a cidade oferece, enquanto a maioria dos habitantes pouco pode desfrutar dos benefícios e espaços. (op. cit. pg. 106 e 107)

Isto fica claro quando se analisa a participação da população em quatro eventos, dos quais destacamos dois: o Jubileu da Santíssima Trindade, organizado pela população e com forte participação popular e o Festival de Cultura e Gastronomia, mais voltado para atrair turistas. No Jubileu, um dos eventos mais populares da localidade, há pequena presença de turistas, o evento acontece fora da praça principal do centro histórico, Largo das Forras, e é o mais precário em relação à oferta de infraestrutura. Já o Festival Gastronômico, quase não possui presença da população, acontece na área central do centro histórico e é o evento com melhor infraestrutura. Os poucos nativos que participam do festival o fazem como trabalhadores, ocupando funções de baixa remuneração. (op. cit. pg 109)

A preservação da cultura local, do seu patrimônio material e imaterial só acontece, como mostra a autora, no momento em que os nativos se identificam com o lugar onde vivem. Numa situação em que a população nativa passa a ser excluída das trocas sociais, oriundas dos eventos produzidos na cidade, ela pode introjetar um sentimento de baixa estima, onde percebem sua presença como irrelevante e até mesmo negada. Para evitar este tipo de problema, os profissionais ligados às atividades turísticas e culturais, juntamente com os atores sociais locais, devem procurar formas de inserção da população nos eventos: seja como gestores, empreendedores, participantes, convidados ou como funcionários, porém, com funções que permitam um bom retorno econômico, social e cultural. (op. cit. pg. 110).

Conclui-se pela forte necessidade de rever os projetos turísticos que são desenvolvidos em Tiradentes, de forma a trabalha-los com uma visão de conjunto, visando o maior benefício social. A cidade precisa trabalhar em prol de um turismo sustentável, planejando os sistemas e recursos, e principalmente levando em consideração os aspectos históricos, culturais e tradicionais, além de conflitos de usos e interesses, de forma socialmente justa, com a participação dos nativos durante todo o processo e de acordo com as vontades da comunidade. (op. cit. pg 111)

Este trabalho pode ser feito gradativamente, em um processo de sensibilização, mostrando aos moradores a importância de todos os bens culturais locais para sua vida e posteriormente para a vida de seus filhos ou netos. Eles precisam se orgulhar de sua cultura, o turismo deve estimular este método e não reprimir os hábitos e valores do lugar.

O turismo sustentável é de acordo com a OMT (1999), uma atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. (BRASIL, 2007, p. 25, apud GUIMARAES pg 27). Além dos efeitos econômicos, o turismo sustentável é capaz de preservar o patrimônio cultural de cada localidade. A preservação do patrimônio local é essencial para uma cidade que tem o turismo cultural como seu principal fator motivacional de visitação. A preservação faz com que a população não perca a memória e identidade de seus bens materiais e imateriais. (op. cit. pg. 24).

Neste sentido, a identidade se traduz pelo patrimônio natural e cultural e o elemento de afirmação dessa identidade é sua cultura. Se o lugar não tiver sua imagem preservada, certamente não será visitado por muito tempo. Apreender essa forma de convivência harmoniosa entre turismo e cultura, expressa com simplicidade e firmeza, mostra os roteiros de um turismo de intercâmbio que respeita as tradições (FERRETTI, 2002, p. 1 apud Guimaraes pg. 24).

Assim, o turismo tem o papel de incluir o respeito às populações nativas convertendo-se num meio de integração, renovação, convívio e a transformação da sociedade. Com o desenvolvimento do turismo sustentável, há preservação das identidades locais, resultando num maior cuidado com o patrimônio, tanto material quanto imaterial. (op.cit. pg. 27).

A população das cidades com vocação precisa deter o poder em sua cidade, pois, para ela, o espaço se reproduz enquanto lugar, onde se desenrola a vida em todas as dimensões; habitação, lazer e trabalho. Todas as relações sociais do habitante estão no lugar no qual ele cria sua identidade, fugindo, muitas vezes, da homogeneização imposta pela sociedade de consumo. No momento em que os moradores de uma cidade turística tiverem autoridade em relação às tomadas de

decisões, criação de eventos ou mudanças sociais, eles serão beneficiados pela economia gerada pela exploração turística local (op.cit.pg. 37).

Durante as oficinas do plano diretor realizadas com a população de Tiradentes, foi mencionado e explicitado o conflito existente entre os diversos atores sociais da cidade, mais especificamente entre os “nativos” e os moradores que vieram de fora. Entre as soluções apontadas nas oficinas para lidar com essa questão destacam-se a integração da população aos eventos, a oferta de uma programação cultural e de eventos que atendam aos seus interesses, a criação de mecanismos para aproximar os tiradentinos dos “forasteiros”, a valorização, preservação e incentivo a cultura, a identidade local e ao turismo cultural sustentável.

8.1.5 A dimensão econômica da cultura e a economia criativa em Tiradentes

A terceira dimensão da cultura, a econômica, considera as atividades culturais na perspectiva de sua cadeia produtiva, que gera emprego e retorno econômico aos realizadores e tem efeitos multiplicadores sobre a dinâmica da economia local, contribuindo para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A proposta de desenvolvimento local por meio da cultura e da economia criativa - entendida como o espaço de intercâmbio de experiências culturais de uma comunidade – apoia-se na vinculação entre os recursos simbólicos em que se baseiam a produção e as manifestações culturais e seu papel no processo potencialização da demanda e da diferenciação espacial.

Os recursos simbólicos agregam valor imaterial aos produtos e são elementos estratégicos nos processos de diferenciação na medida em que se constituem de valores como a unicidade, a autenticidade, a originalidade, a identidade, a memória, o patrimônio material e imaterial e os valores estéticos. De modo geral, os recursos simbólicos apresentam uma sincronicidade com a demanda de consumidores que procuram nos produtos e serviços, novidades, significados, experiências emocionais, mensagens, além de possuírem elementos de diferenciação associados ao estilo, prestígio, status e reputação, etc (RAUSELL et all, 2012).

A natureza da produção artística e/ou artesanal favorece o desenvolvimento do capital social e das redes - que são uma das formas mais

utilizadas para administrar a complexidade dessa produção – à medida que viabilizam as trocas de experiências, ideias, boas práticas, informação, conhecimento, etc. Assim, a produção e o consumo de atividades culturais e artísticas possibilitam a criação de um conjunto de circuitos, relações e processos que se dão nas localidades onde se inserem.

Há uma correlação dinâmica entre a cultura e os processos de inovação econômica, de inovação social e do desenvolvimento: a criatividade, como parte da ação cultural, é um dos fatores que cria um ambiente propício à inovação, “entendida como uma exploração positiva de novas ideias e expressões e também como um processo de desenvolvimento de novos produtos, novos serviços, novos processos e novas organizações em resposta às necessidades sociais”. (RAUSELL et all, 2012).

São diversos os impactos locais que podem ser potencializados em virtude do desenvolvimento das atividades culturais e criativas. Entre eles cabe destacar os mais importantes, como mostra o estudo de RAUSELL⁷⁹ et all. (2012):

- Impactos diversos vinculados ao desenvolvimento humano (educativos e de desenvolvimento do capital cultural, estéticos, etc.).
- Promoção do auto emprego por meio do empreendimento cultural.
- Impactos territoriais diversos: uso do recurso cultural na planificação do desenvolvimento regional, cooperação cultural interterritorial, diversificação produtiva, turismo cultural, espaços públicos participativos, etc.
- Fomento da criatividade de massas, promoção do diálogo social, integração das competências artísticas no modelo educativo, usos das novas tecnologias de informação e comunicação.
- Fomento de valores de consumo e estilo de vida alternativo, valores de sustentabilidade ambiental. Promoção da inovação guiada por consumidores (agentes culturais como usuários de vanguarda).
- Luta contra exclusão social - coesão social, identidade territorial e memória, diversidade cultural, arte como ferramenta de regeneração urbana e integração de coletivos marginais.

⁷⁹ RAUSELL et all. **La cultura com factor de innovación económica y social.** Universitat de València, Instituto Interuniversitario de Desarollo Local, 2012, p. 85, 86.

- Inovação institucional e otimização dos serviços públicos: serviços mais atrativos, melhor comunicação, proximidade e interação com usuários, sistemas participativos de sugestões on-line, geração de novas ideias, experimentação, projetos inovadores.
- Inovação em produtos e serviços, comunicação de valores, novos modelos de gestão de recursos humanos.

A cidade de Tiradentes possui uma grande oferta cultural e recursos simbólicos impregnados em diversas formas de expressão, seja em eventos culturais de peso, que possuem uma organização própria, praticamente independente da administração pública do município, como são os festivais culturais voltados para o turismo aqui apresentados. Na cultura religiosa dominante que se manifesta de várias formas, tanto do ponto de vista do patrimônio edificado quanto do patrimônio imaterial, onde é grande a diversidade de sua manifestação: festas e/ou práticas simbólicas de fé, e influência na musicalidade regional e local, sendo expoentes a Orquestra e Banda Ramalho, o Órgão da Matriz, o Coro Vivavoz, o grupo de aprendizes de violão, etc. com presença marcante em diversos eventos ao longo do ano. A cidade conta ainda com grupos de cultura locais nas áreas de teatro, teatro de bonecos e festas populares como as do carro de boi, carnaval e blocos de rua, festas juninas, além de possuir associações de bairro atuantes, associação de artesãos, um grande número de artistas plásticos de alto nível, escultores, etc.

Com alto padrão de oferta e práticas culturais, a cidade ainda soma a característica de ser patrimônio histórico e possuir equipamentos culturais de alto padrão. Organizar o complexo cultural existente de forma a convergir para o desenvolvimento sustentável e inclusivo é somar o potencial já existente para o desenvolvimento da economia criativa. A cultura local precisa organizar-se e trabalhar em conjunto, visando o desenvolvimento local. O primeiro movimento é o inventário global de todo o complexo cultural da cidade, para o qual o diagnóstico ora apresentado pretende ser uma contribuição. Um segundo passo seria a reestruturação da administração pública da cultura no município, devido ao seu papel crucial na cidade. Um terceiro passo seria o da articulação entre os atores sociais e culturais visando à organização do complexo cultural local que deverá culminar num plano de cultura elaborado visando o desenvolvimento inclusivo, que poderia em parte ser financiado por meio de contrapartida social do desenvolvimento gerado pelo turismo.

Neste item serão tratadas especialmente questões relativas à economia do artesanato, que é tradição no município. Trabalhos em ferro, madeira, tecido, papel machê, entre outros diversos materiais. Com peças associadas à arte sacra (divinos, resplendores, oratórios), quadros com aplicação de madeira e ferro, mobiliários, colchas, toalhas bordadas, panos de prato, peças em estanho e prata, mandalas, pinturas em móveis, telas, envelhecimento barroco - policromia, pátina e provençal, artigos religiosos (fabricação de terços) artesanato em cabaça, ferragens coloniais (fechaduras, trincos, batentes, cadeados, puxadores, trinco), lustres e luminárias em ferro e em madeira, peças exclusivas feitas em aço naval, cutelaria artesanal. Cabe mencionar que a cidade possui também vários ateliês de artistas plásticos como, para citar alguns deles: Laura Domingos, Ruth Perrella, Vinicius Rosa Rios, Nicia Braga, Guido Boletti, Paula Spivak, Danilo Carvalho, Fernando Campos, Beth Cavalcanti, que trabalham em campos diferenciados sua arte.⁸⁰ Predominam os trabalhos com a utilização de madeira de demolição, madeira e ferro.

Sabe-se que a cidade atua como centro distribuir de artesanato regional, sendo necessária a realização de um inventário completo das peças produzidas e criadas na cidade.

O artesanato, por ser um assunto abrangente e estar ligado à cultura, ao turismo, ao desenvolvimento e ao mercado de trabalho, tende a ser tratado pelos poderes públicos de maneira descentralizada e desigual, há ainda, inclusive, falta de consenso acerca da definição do artesanato. Produtos alimentícios e bebidas, como a cerveja e a cachaça artesanais, por exemplo, são desconsiderados como produtos artesanais pelos formadores de políticas públicas do país. Este fato se contrapõe à teoria que afirma que a diferenciação de um produto industrializado para um artesanal é, além da escala, o modo de ser produzido, que pode ser artesanal⁸¹.

A cidade de Tiradentes é nacional e internacionalmente reconhecida como grande produtora e exportadora de artesanato, em consequência principalmente, segundo afirmações de atores culturais locais, dos investimentos realizados a partir da década de oitenta, época em que foi implementado o projeto de

⁸⁰ Informações obtidas no Portal Tiradentes. Net, 2014 e Tiradentes Mais, 2014.

⁸¹ O Artesanato em Tiradentes e em João Pessoa: diferenças estruturais ou estruturantes? Estudo contratado pela prefeitura de Tiradentes em Set/2011

revitalização de pequenas comunidades em países da América Latina e Caribe que contava com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Ministério do Trabalho e do Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação na Formação Profissional ligado a Inter American Foundation. Por meio deste projeto foi realizado um intenso trabalho de divulgação da produção local e regional, através da participação em feiras em todo o país, ligadas ao mercado artesanal⁸².

Na busca de informações sobre o mercado do artesanato na cidade de Tiradentes e região, foi realizado um seminário, no dia 18 de outubro de 201, numa parceria com o SEBRAE-MG e apoio da Secretaria de Turismo de Tiradentes, Conselho Municipal de Turismo, Centro Cultural Yves Alves, Associação dos Artesãos de Tiradentes, Associação Empresarial de Tiradentes e da Pousada Solar da Ponte.

O seminário teve uma dinâmica de organização na qual os participantes foram divididos dois grupos visando debater as particularidades da atividade artesanal em Tiradentes, a partir de experiências dos moradores e artesãos presentes no evento.

O primeiro grupo discutiu as questões relativas ao negócio e mercado do artesanato e da cultura, o empreendedorismo e associativismo na cultura e o artesanato, design, inovação, tecnologia e ferramentas.⁸³ Entre as conclusões do grupo destaca-se, em relação ao artesanato, a necessidade de melhoria em sua divulgação, que deve iniciar com a elaboração de um catálogo eletrônico único contendo as peças criadas na região com endereço e telefone dos artesãos. Chamou-se a atenção para o fato de não existir um plano de *marketing* do artesanato local como um todo, o que significaria também o trabalho de mobilização dos agentes locais. Foi apontada também a necessidade de mapeamento da cadeia produtiva do artesanato local de forma localizar os gargalos existentes na atividade e orientar os planos de ações.

⁸² Mais informação sobre esta experiência encontra-se no trabalho supracitado, anexo III - a iniciativa que ainda colhe frutos.

⁸³ O grupo de pessoas que participou desta discussão foi: Rejane Cunha (proprietária do restaurante CasAzul Bistrô & Grill Latino), Christiane Ferraz (artesã / design), Marcelo Duarte (artista plástico), Luciano da Silva(artesão / Móveis Rústicos Real), José Wilson de Lima(artesão / futons e almofadas),Luiz Carlos Prestes Filho (coordenador do estudo da Cadeia Produtiva da Economia do Artesanato), Carlos Monte (executivo da Profix Consultoria e Eventos).

Outro aspecto abordado pelo grupo foi o a prática de cópias e pirataria e o desrespeito aos direitos autorais. Considera-se fundamental para melhorar a diversidade e qualidade dos produtos artesanais locais a realização de novos cursos de inovação e design de forma a estimular os artesãos a desenvolverem peças com mais criatividade evitando assim a massificação das obras.

Outro aspecto levantado refere-se à dificuldade do atendimento e comercialização junto a turistas estrangeiros. Este é um tipo de cliente que tem recursos e interesse em comprar, e, no entanto, dependendo do tamanho da peça torna-se difícil a venda em função das dificuldades de transporte. O artesão não tem estrutura e desconhece a forma de exportar sua obra.

O segundo grupo discutiu turismo e soluções financeiras para a cultura e artesanato⁸⁴. O grupo salientou a necessidade de fortalecer a associação incorporando novos artesãos e a revitalização da Corporação dos Artesãos de Tiradentes (CAT)⁸⁵ que está abandonada.

Foi proposta também a criação de uma escola de artes e ofícios, que inclusive, já possui projeto arquitetônico, sendo necessário patrocínio e parceria para sua realização. Foi sugerida também a criação de um vale-desconto para ser distribuído aos turistas nos estabelecimentos associados, visando facilitar e estimular a aquisição de peças artesanais.

A realização de feira exclusiva do artesanato local também surgiu como proposta do grupo, como alternativa para o aumento da comercialização dos produtos locais. Segundo os componentes do grupo, a feira de artesanato realizada anualmente na cidade não é voltada para a divulgação do trabalho dos artesãos locais, pois são comercializadas obras de diversas localidades, inclusive da China, além do alto valor cobrado pela utilização do espaço. O grupo chama atenção para a viabilidade de realização de uma feira exclusiva de artesanato da região, já que o mesmo tem força

⁸⁴ O grupo que se reuniu para este tema foi composto por: Vania Lima Barbosa (Corporação dos Artesãos de Tiradentes), Mariana Cavalcanti (ex-diretora do Departamento de Cultura e Turismo), Beth Cavalcanti (artista plástica / dona da Pousada da Terra), Pedro Cardoso (artesão), Aline Garcia (Móveis Rústicos Real), Deborah Engelender (Artista Plástica), Elisa de Souza (Dona da Pousada Vivenda), Paulo Brück (economista), Mariana Kujawski (economista)

⁸⁵ Mais informações sobre a Corporação dos Artesãos de Tiradentes no Anexo 3 do estudo.

suficiente para atrair turistas para a cidade. Consideraram fundamental a conscientização e mobilização do artesão local com relação à necessidade de capacitação visando o aperfeiçoamento profissional, o mapeamento das atividades locais para que se possa ter uma ideia da grandeza e do perfil da produção local e a identificação com a indicação de procedência das obras.

Falta liderança e trabalho em conjunto na associação dos artesãos. A atividade ainda encontra-se desorganizada e carente em termos de mapeamento e divulgação dos produtos para os turistas, cursos e benefícios para os artesãos. Há mais competição entre eles do que um trabalho focado na criatividade, o que caracteriza um problema para o desenvolvimento do artesanato local.

A associação de artesanato de Tiradentes, com sede localizada no Largo das Forras em regime de comodato com a prefeitura, tem cerca de 60 associados. Os trabalhos expostos são de tecido, argila, madeira e pintura e algumas peças de artistas plásticos. O espaço não tem placa indicativa e não é organizado de forma a motivar as pessoas, as portas e a pintura encontram-se deterioradas, o controle de estoque é realizado precariamente, não se faz a manutenção e limpeza das peças expostas. Segundo informações da presidente da associação há muita concorrência no comércio local, muitos artesãos têm usado material de qualidade inferior e o número de vendas caiu. Segundo ela, por diversos motivos, os artesãos encontram-se desestimulados, para a procura de novos temas visando a renovação dos produtos.

É notória a necessidade de renovação, modernização, investimentos em embalagem, criação de novas peças e de mudanças no espaço da associação dos artesãos da cidade para torná-lo mais convidativo e estimulante aos consumidores.

8.1.6 Conclusões

O diagnóstico do sistema cultural de Tiradentes evidencia a necessidade de investimentos em diversos aspectos da cultura local. De modo geral percebe-se a opção do poder público pelo desenvolvimento turístico voltado para resultados econômicos, com pouca preocupação em relação à promoção e proteção da cultura local. Este tipo de escolha tem tido reflexos negativos sobre a “autoestima”

da população local, gerando sentimentos de exclusão em relação aos resultados do desenvolvimento econômico, fragilizando as referências de “pertencimento” e alguns aspectos da identidade cultural.

Em relação à dimensão simbólica da cultura, observa-se grande oferta de eventos tanto aqueles voltados para o turismo, quanto aqueles que são expressão da cultura local, a existência de uma cultura musical de grande importância histórica e atual, de grupos de teatro, de variada e rica oferta das artes plásticas e do artesanato, de equipamentos culturais modernos e com vasta programação cultural, além de patrimônio histórico tombado pelo IPHAN. Considerando-se apenas pelo lado do montante de recursos investidos, observa-se a opção pela preservação do patrimônio material vis a vis ao patrimônio imaterial. Evidencia-se a necessidade de maior equilíbrio entre os investimentos nos eventos turísticos e preservação do patrimônio material e aquele focado nas festas tradicionais da população, grupos de teatro, e principalmente na Orquestra e Banda Ramalho.

Considerando a vocação turística de Tiradentes, é necessário valorizar a cultura local e o turismo cultural sustentável, de forma a evitar o desgaste que ocorrer em virtude da falta de planejamento com visão do sistema cultural como um todo.

A administração conjunta de todos os eventos e expressões artísticas e culturais da cidade emerge do diagnóstico como uma necessidade urgente. A estrutura existente para a administração cultural do setor público apresenta várias falhas, a começar pela deficiente estrutura administrativa e pela falta de equipes capacitadas, além de visão de longo prazo para o desenvolvimento local.

Chama a atenção o grande número e variedade de oficinas ofertadas pelos eventos e equipamentos culturais locais, e a falta de interação entre eles, a dispersão e o descompasso frente às demandas da população. Não deixa de ser intrigante o baixo interesse da população em frequentar as sessões de cinema do centro cultural, por exemplo, em uma cidade onde uma das mostras de cinema mais importantes do país acontece há 17 anos.

Outro aspecto que salta aos olhos no diagnóstico é a falta de interação entre os equipamentos culturais locais e a ausência de ações que visem compreender

e administrar a necessária contrapartida social do desenvolvimento turístico e econômico da cidade.

No que se refere à dimensão cidadã, a oferta cultural é distante da demanda da população. Políticas que pretendem ser inclusivas não têm atingido seus objetivos, são muitos os conflitos não trabalhados. Associações de bairro atuantes podem possibilitar avanços na administração dos conflitos locais.

Considerando-se a adequação da administração da cultura do município relativamente a Política proposta pelo Sistema Nacional de Cultura, são múltiplos os campos de trabalho na área, a começar pela definição de diretrizes da política, pela inter-relação entre os diferentes departamentos que possuem políticas transversais com o setor cultural como o turismo, a economia e o desenvolvimento social.

Quanto à dimensão econômica, o ponto de partida deve ser a realização do inventário da produção artística e artesanal, o investimento na identidade dos produtos, como, por exemplo, a criação do “Selo de Identificação de Origem”.

Temas como desenvolvimento econômico, cultural e social, turismo cultural e sustentável são questões prementes no município.

8.2 Esporte e Lazer

8.2.1 A política nacional e estadual de esporte e lazer

A partir da Constituição Federal de 1988, o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros. Isso é assegurado também, praticamente, em todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios do país.

Em 2016, a cidade do Rio de Janeiro vai receber os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. O cenário não poderia ser mais propício para se refletir sobre a presença do esporte na vida e no imaginário das crianças e dos adolescentes. E o quanto o esporte e o lazer podem contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças, jovens e adultos, além de ensinar a trabalhar em equipe e a conviver com as diferenças étnicas e de classe social.

Atividades esportivas estão sendo adotadas para promover a saúde e alertar sobre os efeitos nocivos do álcool, tabaco, entre outras drogas. Programas recreativos têm criado ambientes seguros, como também tem contribuído para estabelecer relações estáveis entre as crianças e entre elas e os adultos.

Antes de qualquer coisa, vale lembrar que “praticar esporte é um direito e precisa ser garantido a cada criança e adolescente”. (Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, 2011).

A União (Ministério do Esporte) e o estado (Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude – SEEJ) trabalham ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. Inúmeros programas são ofertados pelos órgãos públicos

O acesso ao esporte e ao lazer é um direito garantido ao cidadão. Entretanto, na grande maioria das vezes as iniciativas na área são estanques, isoladas e principalmente sem continuidade.

O esporte vem recentemente recebendo apoio dos órgãos públicos, que estão investindo diretamente no esporte e criando leis que incentivam e facilitam o investimento em entidades desportivas, que repassarão os investimentos recebidos para a melhoria do esporte. Existem como exemplos a Lei 10.264/01 e a Lei 11.438/06 (Lei de Incentivo ao Esporte), alterada pela Lei 11.472/2007.

Na esfera federal podemos citar, dentre outras:

- A Lei nº 10.264/01 acrescentou incisos e parágrafos ao artigo 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1988, e estabeleceu que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país fossem repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Do total de recursos repassados, 85% são destinados ao COB e 15%, ao CPB. Do montante destinado ao Comitê Olímpico Brasileiro, 10% devem ser investidos no esporte escolar e 5%, no esporte universitário.
- A Lei 11.438, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Lei 11.472, de 2 de maio de 2007, dispõe que, até o ano de 2015, poderão ser

deduzidos do imposto de renda devido por pessoas físicas e por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

- Assim, a pessoa jurídica poderá descontar 1% e a pessoa física até 6% do valor devido no Imposto de Renda (art. 1º, §1º, incisos I e II da Lei 11.472/2007). As entidades interessadas em receber o incentivo passarão por uma avaliação de uma comissão vinculada ao Ministério do Esporte, e, após serem devidamente aprovadas, estarão disponíveis para receber o benefício, que pode ser feito sob a forma de patrocínio ou doação. Além de aprovação prévia do Ministério do Esporte, é importante frisar que os projetos deverão promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social.

Na instância estadual, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte (Lei 16.318/2006) concede incentivos fiscais para as empresas que apoiam o esporte estadual. Ao financiar projetos esportivos aprovados pela SEEJ, essas empresas incentivadoras obtêm desconto de 25% (vinte e cinco por cento) do crédito tributário inscrito em dívida ativa. Poderão ser beneficiados por esta lei projetos de promoção do desporto, nas seguintes áreas: desporto educacional, de lazer, de formação, de rendimento, desenvolvimento científico e tecnológico do setor desportivo ou desporto social.

O governo do estado criou, em dezembro de 2005, o projeto “Minas Olímpica”, que se divide em cinco programas distintos: Oficina de Esportes, Geração Esporte, Jogos do Interior de Minas (JIMI), Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), e Minas Olímpica Saúde na Praça

A secretaria também disponibiliza o Manual de Planejamento e Gestão de Infraestrutura Esportiva e projetos padrão (quadra poliesportiva, quadra oficial, campo de futebol) para facilitar a realização de obras em municípios e entidades do estado.

8.2.2 A política municipal de esporte e lazer

A área de desporto e lazer é contemplada na Seção VII, artigo 137 da Lei Orgânica. O município possui um Conselho de Esporte, constituído em março de 2013, com caráter deliberativo e vinculado ao Departamento de Esporte e Lazer. É composto pelos seguintes membros:

- 1 representante do executivo;
- 1 representante do legislativo;
- 1 representante da Escola Estadual Basílio da Gama;
- 1 representante da Secretaria de Saúde;
- 1 representante do Clube Aymorés;
- 1 representante do Clube Grêmio;
- 1 representante do Clube União;
- 1 representante do Conselho de Idosos;
- 1 representante dos atletas;
- 1 representante do Departamento de Esportes Municipal;
- 1 representante das Associações de bairro legalmente constituídas no município.

Vale ressaltar que o esporte é um dos seis novos critérios adotados pela Lei 18.030/2009, que introduziu os novos critérios na Lei Robin Hood. O município só poderá ser avaliado no critério esporte e, portanto, receber o repasse referente a ele, se possuir um Conselho Municipal de Esportes ativo. Até fevereiro de 2014, é nula a participação do município no percentual do repasse dos valores de ICMS da Lei Robin Hood.

A estrutura institucional criada em 2006 é formada por um departamento, que funciona como secretaria municipal. A estrutura organizacional deste departamento é constituída por quatro pessoas sendo coordenado por um diretor.

O município pode se beneficiar dos programas de fomento e desenvolvimento do esporte, prática de atividades físicas e lúdicas, de parcerias para infraestrutura, equipamentos e materiais das esferas federal e estadual. No entanto, não participa de nenhum programa de esporte federal e/ou estadual.

Atividades, espaços e equipamentos

O relatório “Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS”, até 2010, registra a participação da prefeitura em uma ação /programa governamental e não identifica nenhum equipamento de esporte.

A pesquisa de campo e as oficinas realizadas no ano de 2013 permitiram conhecer o quadro atual de esporte e lazer quanto à organização administrativa da prefeitura, sua relação com a realidade ofertada à população (programas, eventos, estrutura físico-esportiva e planejamento sobre esporte e lazer), identificando-se as potencialidades, problemas e sugestões para a melhoria e fortalecimento das ações na área.

O futsal, capoeira, basquete, jiu-jítsu, judô e karatê são modalidades esportivas praticadas pela população. A equipe de professores de futsal é mantida pela prefeitura as outras contam com apoio de voluntários. O interesse pelas artes marciais tem crescido entre os jovens. Os atletas têm recebido apoio da prefeitura na participação de competições. A ideia é a construção de galpão para o treinamento de judô ao lado da quadra poliesportiva do Parque das Abelhas. Atualmente é realizado em quadra descoberta.

No distrito de Elvas, jovens entre 12 e 15 anos vem praticando atletismo e participando de campeonatos com apoio parcial da prefeitura.

Caminhadas na Serra de São José e Passeios Ciclísticos são atividades de lazer de grande aceitação por parte dos moradores

O *duatlo* recebe boa participação da população. Ao sábado acontece a corrida noturna até o pé da serra e no domingo o *moto-bike*, paralelo ao passeio ciclístico das crianças de zero a 12 anos. A corrida de bicicleta faz parte do campeonato brasileiro.

Tiradentes já foi sede do campeonato sul americano de xadrez e contou com participação da população local.

O Serra Clube Associação dos Sargentos, espaço particular, localizado no bairro Alto da Torre, dispõe de piscina e quadras de esporte, oferece escolinha de

futebol e esta em estudo área para pratica de *skate*. O clube disponibiliza espaço para as festas da comunidade do Alto da Torre.

Em Águas Santas funcionam outros locais de lazer: o Balneário, a Casa das Águas e a Casa de Visitação da Biodiversidade, com apoio da Codemig e do IEF. O Balneário Águas Santas, fundado em 1976, localizado do outro lado da Serra de São José oferece fontes termais, parque com piscinas com água natural, corrente, com temperatura de 27, 5 graus, sem presença de cloro. É cobrada entrada para utilização da área de piscina.

A quadra no distrito da Caixa D’água da Esperança foi inaugurada recentemente e conta com 01 monitor esportivo. No Parque das Abelhas, a quadra foi reformada, a disponibilidade de uso é limitada. Em Cesar de Pina, a quadra conta com a assistência da prefeitura. Em Águas Santas e na quadra esportiva no Parque das Abelhas há equipamentos de ginástica para uso da população, mas sem acompanhamento profissional.

O Largo das Forras, no centro histórico da cidade, é um tradicional lugar de encontro do tiradentino, onde acontecem inúmeros eventos voltados, principalmente, para os interesses do turista, perdendo sua característica de ser um espaço de convivência da população local.

Tiradentes tem três agremiações esportivas: União, Aimorés (fundado em 1919) e o Grêmio Esportivo São João Evangelista, de 1988. No campo do Aimorés, no ano de 2013, ocorreu o campeonato municipal de futebol de campo com a participações de times da Mococa, Cascalho, Alto da Torre e Canjica.

8.2.3 Conclusões

Constatou-se déficit de espaços públicos de lazer (praças) para a população residente na maioria dos bairros, também de programação e de profissionais esportivos.

No âmbito da instância municipal é tímido o estímulo e apoio aos grupos de desportistas, de recursos e definição e implantação de política de esporte e lazer municipal.

As dificuldades encontradas esbarram na falta de recursos humanos para desenvolver uma política esportiva junto ao órgão municipal específico.

O futebol é a principal atividade de lazer e esporte

O basquete tem papel importante como atividade inclusiva da juventude tiradentina. A equipe formada por estudantes da Escola Estadual Basílio da Gama e dos preparadores físicos voluntários foi 4º lugar nos jogos escolares de Minas Gerais de 2013.

As quadras e campos de futebol precisam de manutenção. No momento da pesquisa o campo no bairro do Cascalho estava sem iluminação e o muro tinha sido reconstruído pela população. A Escola Estadual Basílio da Gama está a espera de projeto para cobrir a quadra esportiva.

O lugar de convivência de boa parte da população entre jovens e adultos são os bares, local onde é consumido álcool e drogas. Segundo alguns entrevistados, às vezes por passar muito tempo na rua e não terem estímulos a prática de atividades construtivas, como o esporte, o número de usuários têm aumentado no município. As famílias recorrem a Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos (APADEQ) e os infratores são encaminhados a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Ambas as instituições estão localizadas em São João del Rey.

As escolas municipais não têm aula de educação física, faltam professores.

Como resultado das oficinas, pode-se apontar que a comunidade espera do poder público:

- O apoio à realização de eventos que possibilitem a vivência do esporte recreativo e do lazer no município.
- Ocupar os espaços públicos com equipamentos e materiais esportivos e de lazer.
- Disponibilizar recursos para materiais esportivos e de lazer e para contratação de profissionais de esporte

- Criar praças e/ou áreas de lazer nos bairros e uma política esportiva estruturada para desenvolver as habilidades esportivas dos jovens de forma a criar opções para o uso do tempo livre da população.
- Criar opções de lazer e esporte para a população adulta e de idosos, foi assinalado o grande interesse da população pela instalação em todos os bairros de equipamentos esportivos como os da quadra do Parque das Abelhas e do bairro Cesar de Pina.

Como pontos positivos, foram destacados:

- Interesse da população pela prática de esportes Manutenção e criação de praças, locais onde a população tenha condições de desenvolver atividades de convívio social, descanso, recreação e esportes e principalmente, praças localizadas nos bairros.

Outra questão é a organização e realização da Conferência Municipal de Esporte que deverá contar com a participação de todos os atores públicos e privados envolvidos na área esportiva. A partir da realização da Conferência serão organizadas as diretrizes para a criação do Plano Municipal de Esporte e Lazer.

Além da elaboração do Plano Municipal de Esporte e Lazer, a ideia é que ao final dos trabalhos, o município esteja estimulado a formalizar o seu Sistema Municipal de Esporte e Lazer, estabelecendo as prioridades na área do esporte e de lazer para o desenvolvimento do bem estar dos tiradentinos, com ênfase na inclusão social da população hoje segregada territorial e socialmente.

8.3 Anexos

8.3.1 Anexo I - Modelo de Gestão do Sistema Nacional de Cultura

O Conselho de Política Cultural é uma instância colegiada permanente, de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura político-administrativa do Poder Executivo, constituído por membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Criado por lei tem como principais atribuições: Propor e aprovar, a partir das decisões tomadas nas conferências, diretrizes gerais do Plano de Cultura e

acompanhar a sua execução; apreciar e aprovar as diretrizes gerais do Sistema de Financiamento à Cultura e acompanhar o funcionamento dos seus instrumentos, em especial o Fundo de Cultura; e fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos decorrentes das transferências federativas.

Conferência de Cultura é a reunião realizada periodicamente entre o Poder Público e a Sociedade Civil, convocada pelo Poder Executivo (da União, estados, municípios e Distrito Federal), encarregada de avaliar as políticas culturais, analisar a conjuntura cultural e propor diretrizes para o Plano de Cultura.

Comissões Intergestores são instâncias de negociação e operacionalização do Sistema Nacional de Cultura. As principais funções das comissões são promover a articulação entre os entes da Federação, estabelecer, em cada programa, projeto ou ação comum, as atribuições, competências e responsabilidades de cada ente e pactuar a respeito de questões operacionais referentes à implantação dos programas. Devem funcionar como órgãos de assessoramento técnico ao Conselho Nacional de Política Cultural e aos Conselhos Estaduais de Política Cultural que, junto com os órgãos de cultura, tomam as decisões superiores relacionadas ao SNC.

O Plano de Cultura é um instrumento de gestão de médio e longo prazo, no qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais que ultrapassem os limites de uma única gestão de governo. O Plano estabelece estratégias e metas, define prazos e recursos necessários à sua implementação. A partir das diretrizes definidas pela Conferência de Cultura, que deve contar com ampla participação da sociedade, o Plano é elaborado pelo órgão gestor com a colaboração do Conselho de Política Cultural, a quem cabe aprová-lo.

Sistema de Financiamento à Cultura é o conjunto dos instrumentos de financiamento público da cultura, tanto para as atividades desenvolvidas pelo Estado, como para apoio e incentivo a programas, projetos e ações culturais realizadas pela Sociedade. Podem ser de quatro tipos: Orçamento Público (reembolsável e não reembolsável), Fundo (reembolsável e não reembolsável); Incentivo Fiscal; e Investimento reembolsável.

Os recursos dos Orçamentos Públicos destinam-se, principalmente ao custeio da máquina pública (como pagamento de pessoal e manutenção de equipamentos culturais), realização das atividades da programação cultural e implementação da infraestrutura cultural (centros culturais, teatros, museus, bibliotecas, etc.).

Os Fundos aplicam recursos, quase sempre de origem orçamentária, diretamente na execução ou no apoio a programas, projetos e ações culturais, realizadas pelo Poder Público e pela Sociedade.

O Incentivo Fiscal é feito por meio da renúncia fiscal, pela qual os governos abrem mão de receber parcela dos impostos de contribuintes dispostos a financiar a cultura.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais: conjunto de instrumentos de coleta, organização, análise e armazenamento de dados – cadastros, diagnósticos, mapeamentos, censos e amostras - a respeito da realidade cultural sobre a qual se pretende atuar. Por meio do levantamento dos artistas, produtores, grupos de cultura popular, patrimônio material e imaterial, eventos, equipamentos culturais, órgãos públicos e privados e movimentos sociais de cultura é possível planejar e executar com maior precisão programas e projetos culturais.

Programa de Formação na Área da Cultura: conjunto de iniciativas de qualificação técnico-administrativa – cursos, seminários e oficinas - de agentes públicos e privados envolvidos com a gestão cultural, a formulação e a execução de programas e projetos culturais.

Sistemas Setoriais de Cultura são subsistemas do SNC que se estruturam para responder com maior eficácia à complexidade da área cultural, que se divide em muitos setores, com características distintas.

8.3.2 Anexo II – Propostas da Conferencia Intermunicipal de Cultura realizada em Tiradentes

Eixo I

Implementação do Sistema Nacional de Cultura: Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais.

1. Promoção através de ações, cursos, palestras, materiais didáticos aos municípios para capacitação dos agentes de cultura em relação aos Sistemas de Cultura e ao SNIIC.
2. Intensificar a divulgação sobre o SNC nos meios eletrônicos, redes sociais, diferentes tipos de mídia e canais diretos com Estados e Municípios.
3. Aprovação de projeto de lei que consolide definitivamente a implementação do Sistema Nacional de Cultura de forma a possibilitar o desenvolvimento constante ao setor cultural.

Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não-Governamentais, e Conselheiros de Cultura

1. Buscar parcerias para capacitação dos gestores locais tanto do setor governamental quanto da sociedade civil.
2. Sistematizar dados provenientes dos municípios para facilitar o trabalho de planejamento e atuação dos gestores.
3. Facilitar a capacitação de gestores através da disponibilização de profissionais capacitados que possam ser multiplicadores de informações e saberes.

Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais

1. Aprovar leis específicas que legitimem o financiamento de atividades culturais tais como o Fundo Municipal de Cultura.
2. Aumentar legalmente o percentual de repasse aos Fundos Municipais de Cultura.
3. Equalizar os percentuais do Fundo Nacional de Cultura à destinação percentual da Lei Rouanet

Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa

1. Atualizar anualmente dados culturais do município e disponibiliza-los ao cadastro da Secretaria de Estado de Cultura.
2. Sistematizar através de um programa específico a atualização de dados provenientes de seus respectivos municípios.
3. Sistematizar através de um programa específico a atualização de dados provenientes dos Estados a fim de melhorar o conhecimento sobre a produção cultural brasileira.

Eixo II

Produção Simbólica e Diversidade Cultural, Educação e Formação Artística e Cultural

1. Instituição através de lei de Educação Patrimonial e Atividades Culturais na grade curricular.
2. Sensibilizar o poder público municipal, para promover cursos de capacitação, para gestores e conselheiros.
3. Intensificar a criação de mecanismos legais como programas que estimulem Educação Patrimonial e Atividades Culturais.
4. Investimento na capacitação de profissionais para atuação no Ensino de Arte nas escolas

Democratização da Comunicação e Cultura Digital

1. Incentivar o ensino da história e realidade locais com o uso de mídias móveis e redes sociais.
2. Investir na renovação dos meios tecnológicos dos estabelecimentos de ensino.
3. Criar programas de transferência de subsídios para facilitar a aquisição de meios tecnológicos que auxiliem o ensino das novas culturas digitais.
4. Criação de Sistema de Informações da cultura digital;

Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais

1. Implementação de políticas públicas a ações para salvaguarda ao patrimônio cultural local e que busquem o registro dos saberes tradicionais da comunidade.
2. Estimular por meio de incentivos fiscais o patrocínio de empresas de médio e grande porte a ações que salvaguardem o patrimônio cultural local e busquem o registro dos saberes tradicionais de cada comunidade
3. Investimento na capacitação de gestores culturais na elaboração de projetos culturais e captação de recursos para sua aplicação.

Eixo III

Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais

1. Estimular a participação popular na criação e promoção dos eventos locais, bem como ampliar a utilização os espaços públicos para fins culturais.
2. Criar um sistema eficaz de descentralização das produções culturais para que os municípios do interior dinamizem seu processo de aprimoramento cultural.
3. Criar programas de transferência de subsídios orçamentários para construção de CEU's e Cinema Perto de Você aos municípios.

Eixo IV

Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional

1. Incentivar o conhecimento e registro dos acontecimentos históricos e personagens (cidadãos comuns) responsáveis pela construção da identidade local.
2. Coletar e sistematizar dados dos municípios a fim de ampliar a destinação de recursos aos que mais investem nos processos de registros locais.

3. Desonerações tributárias para circulação, entrada e exportação de bens culturais.

9 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste capítulo será apresentado o diagnóstico referente às políticas sociais do município de Tiradentes, com o objetivo de examinar alguns dos desafios enfrentados pela administração municipal de Tiradentes para viabilizar a provisão de serviços a partir das iniciativas nas áreas de educação, saúde, assistência social e habitação. O diagnóstico é apoiado empiricamente em: (a) dados do Censo Demográfico de 2010, processados por PNUD/IPEA/FJP⁸⁶, divulgados no Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal publicado em 2013, que possibilitam traçar o perfil da situação social dos habitantes de Tiradentes; (b) registros administrativos da oferta de serviços e atuação dos municípios mineiros, disponíveis na base de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS); (c) levantamentos feitos pela equipe da FJP com técnicos e gestores dos serviços municipais; e (d) oficinas participativas com a população em todo o território municipal, áreas urbanas e rurais.

O diagnóstico se inicia com uma rápida discussão teórica sobre proteção social e o papel das políticas sociais para viabilizar o acesso de segmentos pobres e vulneráveis a bens e serviços públicos em contextos altamente excludentes e desiguais. Nesse item também são situados alguns aspectos relacionados à descentralização das políticas no período pós Constituição Federal de 1988 e o papel das administrações municipais para expandir a rede de prestação de serviços nos seus territórios. Posteriormente, são apresentados os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Tiradentes (renda, educação, saúde) para caracterizar a situação social e as mudanças indicadas nas comparações entre os três últimos censos demográficos. Finalmente tem-se o diagnóstico para cada uma das áreas trabalhadas.

9.1 Proteção social, políticas sociais descentralizadas e o papel da administração municipal

Proteção social, no sentido amplo, refere-se ao “conjunto de formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou a totalidade de seus membros” (ORTUSO e DI GIOVANNI,

⁸⁶ PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

2013, p.271). O termo proteção social em geral está associado a dificuldades ou riscos decorrentes da pobreza, do ciclo de vida (infância, adolescência, velhice), de doenças e de incapacidades para o trabalho. Proteção social contempla ações governamentais desenvolvidas (em geral via políticas sociais) para prevenir, mitigar ou enfrentar situações de vulnerabilidade, riscos e privações, consideradas socialmente como objeto legítimo de atenção do poder público. A compreensão/utilização do termo é ampla, abarcando desde a garantia de mínimos sociais e proteção contra riscos básicos (concepção restrita) até a promoção da justiça e equidade, da coesão e estabilidade social (concepção abrangente). E os desafios para um sistema de proteção social são, por um lado, como reverter ou interromper os circuitos de reprodução das iniquidades sociais e, por outro, como promover o acesso a bens materiais e simbólicos para aqueles que sofreram ou sofrem os efeitos de políticas excludentes ou restritivas.

Na abordagem adotada neste trabalho, entende-se como prioridade inicial das políticas sociais a de garantir patamares básicos de proteção, articulando a cobertura e a melhoria de prestação de serviços setoriais com programas ou estratégias intersetoriais, destinados a atender as necessidades de grupos historicamente excluídos. Nos termos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁸⁷

el ámbito del cuidado debe abordarse con criterios normativos de igualdad, universalidad y solidaridad como principios de los respectivos sistemas de protección social. Tales principios deben encontrar, empero, formas de plasmar conforme a las mediaciones propias del perfil de riesgos, el lugar de las familias y las políticas, y el tipo de regímenes de bienestar prevalecientes (2009)

Na produção e reprodução da pobreza crônica e das vulnerabilidades sociais convergem fatores de natureza distinta (socioeconômicos, culturais, familiares, individuais e institucionais), configurando vários tipos de trajetórias e que, por isso mesmo, requerem ações públicas diferenciadas quanto a conteúdos, abrangência e

⁸⁷ Criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU).

objetivos. Além disso, a segregação espacial de domicílios e populações pobres, marcados pela ausência de serviços públicos em territórios que concentram necessidades e demandas desses serviços na quantidade e na qualidade necessárias, é um traço comum das formações urbanas no Brasil. É nessa lacuna que deveriam entrar os sistemas de proteção social promovendo o acesso a bens e serviços para todos que necessitam de cuidados de modo a reverter os efeitos das desigualdades sociais e econômicas, de acordo com relatório da CEPAL (2009 e 2010).

No Brasil, a proteção social teve início nas décadas de 1930 e 1940, e era limitada a segmentos urbanos vinculados ao mercado formal de trabalho mediante contribuição de empregados e empregadores (proteção contributiva), condição para acesso aos serviços públicos de saúde e benefícios previdenciários. Dado o caráter excludente do desenvolvimento econômico, com altas taxas de desemprego, baixos salários e informalidade, a proteção possibilitada foi classificada como dual e fragmentada (SANTOS, 1987; DRAIBE, CASTRO e AZEREDO, 1991; FILGUEIRA, 1999; CASTRO e RIBEIRO, 2009), na medida em que deixava amplas camadas da população sem nenhum tipo de cobertura de serviços sociais, que, de forma fragmentada e pontual, ficavam por conta de iniciativas filantrópicas de organizações sociais religiosas, na maioria, ou laicas.

Os anos 1980 marcaram a busca de um modelo de proteção social universal, redistributivo, processo que culmina com a promulgação da Constituição Federal de 1988 - o principal marco institucional do reconhecimento de uma agenda mais ampla de direitos sociais. Apesar dos avanços, os diagnósticos setoriais registram lacunas e exclusões importantes, principalmente em relação aos setores mais pobres da sociedade, em razão da capacidade ainda insuficiente das políticas sociais para compensar a estrutura de oportunidades, diminuir os graus de desigualdades e garantir o acesso aos programas sociais existentes (DRAIBE, CASTRO e AZEREDO, 1991; CASTRO e RIBEIRO, 2009).

Com a redemocratização, a municipalização e a descentralização de políticas passam a ser concebidas como componente fundamental da democracia. A Constituição Federal de 1988 consolidou o papel dos municípios, conferindo-lhes maior autonomia e responsabilidade. Mesmo que a municipalização dos recursos nem

sempre tenha sido proporcional à municipalização das responsabilidades, esta inflexão trouxe mudanças importantes no poder local.

No campo das políticas sociais, o princípio da municipalização é estruturante. Seguindo a experiência pioneira da saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Orgânica da Assistência Social (1993) também incorporaram a descentralização como diretriz. No caso da educação (em que a oferta de serviços foi compartilhada pela União, estados e municípios), a trajetória recente da área é marcada pela significativa expansão da rede pública de atendimento em todos os níveis de ensino.

No campo das políticas sociais observam-se diferentes tipos de arranjos em que se procura combinar a universalidade (todos têm direitos iguais) com a diferença (tratamento desigual para os que foram desigualmente tratados), uma compatibilização que envolve conflitos políticos, técnicos e organizacionais. A complexidade e as dificuldades aumentam quando se abordam iniciativas governamentais que dependem, por um lado, da incorporação em cada política do princípio da diferença (flexibilização da oferta de serviços para contemplar diferentes necessidades dos usuários), mas que, por outro lado, implicam alocar parte dos recursos em estratégias intersetoriais, uma vez que a proteção social para grupos extremamente pobres ou vulneráveis depende do aporte de cada política a estratégias ou programas de inclusão social.

No caso brasileiro, a descentralização das principais políticas sociais, induzida pelo governo federal, resultou em um quadro complexo marcado pela heterogeneidade de trajetórias; por diferentes hierarquias de problemas setorialmente configuradas; pela desigualdade quanto ao tamanho, à cobertura e aos perfis das redes de equipamentos e de serviços; pela diversidade das lógicas operacionais e das metodologias de intervenção adotadas.

Vale ressaltar que políticas e programas sociais são intervenções do poder público que lidam com situações complexas em que interagem diversos fatores especialmente em situações de pobreza e de vulnerabilidade social, fenômenos multifacetados e multideterminados. Na sua produção e reprodução, convergem fatores de natureza distinta (socioeconômicos, demográficos, ambientais,

institucionais, culturais, familiares, individuais), e, por isso mesmo, podem requerer ações articuladas de diferentes setores governamentais.

O *locus* da prestação de serviços e da operação das redes de equipamentos para políticas descentralizadas é o município. Na imensa maioria dos municípios brasileiros persiste o quadro de enormes contingentes populacionais enfrentando a pobreza, a exclusão e a falta de acesso a serviços públicos básicos nos seus locais de moradia. Também na sua maioria, os municípios carecem de capacidades organizacionais e técnicas na administração pública para responder adequadamente à agenda lastreada na garantia dos direitos sociais constitucionalmente reconhecidos. E a persistência de vários vetores de exclusão compromete as possibilidades de se alcançar padrões razoáveis de qualidade de vida para todos munícipes ou de se avançar na direção do desenvolvimento sustentável.

A efetividade da administração municipal - traduzida na sua capacidade de responder às novas atribuições com a implantação e expansão dos serviços, principalmente aos destinados aos setores menos favorecidos – passa a ser assim um dos determinantes da elevação dos níveis de bem estar e da redução nas iniquidades sociais para a população local.

Frente à conjuntura adversa, a viabilização de qualquer política social que se pretenda mais eficaz (assegurar proteção social em patamares socialmente aceitáveis a custos mais baixos) e mais equitativa (garantir que os que situam nos estratos mais baixos da pirâmide social sejam contemplados de modo a reduzir as distâncias em relação aos melhor posicionados nas hierarquias econômicas e sociais), exige uma engenharia institucional complexa, onde se mescla, por um lado, o claro compromisso da administração pública com a equidade social; a capacidade de negociação para acomodar demandas às vezes conflitantes; abertura dos processos decisórios à participação e à fiscalização dos potenciais beneficiários das políticas para que se exerça o controle cidadão sobre o tipo e a qualidade da proteção social propiciada (VEIGA, COSTA e CARNEIRO, 2006).

O modelo verticalizado e setorial de gestão pública tende a fragmentar a oferta de serviços o que compromete a efetividade das políticas e dos programas sociais que depende da oferta convergente e complementar de ações para se contrapor aos vários vetores de exclusão e de vulnerabilidade. A perspectiva da

articulação transversal ou intersetorial na administração pública pode implicar, além dos esforços de coordenação, mudanças consideráveis nos órgãos governamentais e na gestão pública. Reformulação das estratégias de ação, redistribuição de recursos públicos, mudanças organizacionais e técnicas, implantação de novos instrumentos de gestão, incluindo o planejamento e monitoramento integrados, compartilhamento de sistemas de informação, são algumas das mudanças mencionadas como necessárias pela literatura (REPPETO, 2004; MARTINEZ NOGUEIRA, 2009; MAGALHÃES, 2004; MENICUCCI, 2002; SERRA, 2004; VEIGA *et all*, 2013).

Outra dimensão importante refere-se à incorporação da dimensão territorial e a complementaridade entre as iniciativas governamentais e a organização comunitária. Em torno desse raciocínio se organiza o conceito de *infraestrutura social*, utilizado em alguns trabalhos centrais na área (RICHARDSON e MUMFORD, 2002; BRONZO, 2005). Por infraestrutura social entende-se: a) os serviços e instalações existentes, tais como habitação, saneamento, educação, saúde, assistência, destinados a famílias vulneráveis, e intervenções no meio ambiente e nas moradias; b) a organização social, identificada a partir da existência e da qualidade das redes de amizade, da existência de pequenos grupos informais e do desempenho de mecanismos de controle social, como regras e normas coletivamente partilhadas.

Portanto, a gestão e a implementação de programas e projetos devem ser planejadas, monitoradas e avaliadas considerando, dentre outros elementos, o diagnóstico e a convergência da prestação de serviços dos diversos setores identificados como necessários, a cobertura existente e a necessária, os procedimentos institucionalizados para coordenar os setores governamentais requeridos nos âmbitos territoriais; os programas e as intervenções que são operacionalizadas, e a qualificação da oferta de serviços (integralidade, acessibilidade, adequabilidade e efetividade).

Essas referências conceituais lastreiam o levantamento e a análise das informações para o presente diagnóstico social em que se examina a situação atual do município de Tiradentes nas áreas de saúde, educação, assistência social e habitação e a posterior elaboração de propostas do presente Plano Diretor.

9.2 Desenvolvimento humano em Tiradentes

O diagnóstico se inicia com a caracterização do perfil do município nas dimensões de desenvolvimento humano, conforme definições adotadas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um índice sintético calculado para todos os municípios brasileiros com os dados dos censos populacionais (IBGE), resultado da cooperação entre PNUD/IPEA/FJP. O IDHM varia entre 0 e 1, sendo quanto maior o índice, melhores as condições. O IDHM permite comparações intermunicipais, mas neste documento é utilizado para caracterizar mudanças captadas ao longo do tempo.

O IDHM de Tiradentes passou de 0,465 para 0,740 entre 1991 e 2010, com a taxa de crescimento de 59,14%, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e da média estadual (52,93%). O município ocupa a 764^a posição em relação aos 5.565 municípios brasileiros e a 59^a posição dentre os 853 municípios de MG.

Mas mais importante do que a posição do município no ranking, é especificar o que ocorre com cada componente, para caracterizar não só os avanços, mas também os problemas que impedem que todos possam usufruir de condições básicas de vida, sinalizando temas que deveriam orientar a ação da administração e dos demais agentes públicos em Tiradentes.

A seguir são destacados alguns indicadores mais diretamente relacionados ao acesso a alguns bens básicos para a vida humana em sociedades modernas, industrializadas e monetarizadas (renda, educação e saúde). Serão examinados os componentes utilizados no IDHM para esboçar o quadro mais geral, além da evolução da taxa de analfabetismo, registradas pelo Censo 2010. As informações sobre serviços e equipamentos municipais nas áreas de educação, saúde, assistência social e outros indicadores de acesso e uso dos serviços públicos (programas federais de transferência de renda), serão examinados em cada seção setorial, destacando os prestados pela administração municipal.

Os indicadores referentes à renda, pobreza e desigualdade descritos na tabela 9.1 (dados do censo populacional de 2010, utilizados nos cálculos do IDHM),

mostram que houve avanços no período entre 1991 e 2010: a renda *per capita* cresceu 215,81% nas duas últimas décadas (passando de R\$ 254,07 em 1991 para R\$ 802,39 em 2010), os percentuais de habitantes extremamente pobres (proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00 em agosto de 2010) assim como o de pobres (renda familiar *per capita* inferior a R\$ 140,00) caem no mesmo período (de 16,28% para 1,43% e de 47,89% para 7,07%, respectivamente). Mas a desigualdade, medida pelo Índice de Gini, aumentou (o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,57 em 2010). Esse fato também é refletido pela proporção da renda apropriada pelos diferentes estratos da população, conforme demonstrado na tabela 9.2.

Tabela 9.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes em Tiradentes/MG – 1991, 2000, 2010

Componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,252	0,428	0,619
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	20,89	30,00	49,70
% de 5 a 6 anos na escola	49,12	82,64	100,00
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou fundamental completo	39,30	67,52	89,50
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	13,46	35,54	52,92
% de 18 a 20 anos com médio completo	8,97	18,90	33,92
IDHM Longevidade	0,717	0,791	0,885
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,00	72,47	78,10
IDHM Renda	0,556	0,671	0,741
Renda per capita	254,07	521,35	802,39

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Tabela 9.2 Porcentagem da renda apropriada por estratos da população de Tiradentes/MG – 1991, 2000, 2010

	1991	2000	2010
20% mais pobres	4,25	3,81	3,89
40% mais pobres	11,88	10,78	10,96
60% mais pobres	23,23	21,01	21,48
80% mais pobres	39,72	37,96	36,66
20% mais ricos	60,28	62,04	63,34

Fonte: Pnud, IPEA, FJP

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

O IDHM Educação foi o que apresentou o maior crescimento entre 1991 e 2010, passando 0,252 em 1991 para 0, 619 em 2010 e houve avanços expressivos no período em todas as variáveis que o compõem: a proporção de população acima de 18 anos de idade com ensino fundamental completo aumentou de 20,89% para 49,70%, a proporção de crianças de 5 e 6 anos frequentando escola passou de 49,12% para 100,00%, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental passou de 39,30% para 89,50%, a de adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo passou de 13,46 % para 52,92% e a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo aumentou de 8,97% para 33,92%. Entretanto, entre as demais dimensões do IDHM, em 2010, a educação foi a que apresentou menor índice em relação às dimensões renda e longevidade.

A esperança de vida ao nascer (IDHM Longevidade) aumentou 10,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 68,0 anos para 78,1 anos em 2010, situando-se acima da do Brasil (73,9 anos) e a de MG (75,3 anos). Também foram registradas quedas na mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) e na mortalidade até 5 anos (por mil nascidos vivos): a primeira caiu de 29,5 para 11,0 (a de MG foi 15,1 e a do Brasil 16,7) e a segunda de 38,9 para 12,8.

Com os dados censitários, a equipe responsável pelo IDHM calculou alguns indicadores de vulnerabilidade social que ajudam a situar os riscos enfrentados pelos segmentos menos protegidos de Tiradentes (tabela 9.3).

Tabela 9.3 Vulnerabilidade social em Tiradentes/MG 1991, 2000, 2010

	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade infantil	29,50	21,67	11,00
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola		35,65	5,68
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	19,21	6,34	1,95
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza		12,34	7,33
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	1,54	0,00	0,00
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	7,00	9,72	5,54
Taxa de atividade		7,52	4,11
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	7,12	17,15	14,30
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	2,85	0,43	1,09
% de crianças extremamente pobres	20,70	20,70	2,92
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	80,08	47,82	26,66
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal		52,24	36,21
Condição de Moradia			
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,16	13,35	0,74

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Os indicadores de vulnerabilidade mostram avanços expressivos no período entre 1991 e 2010 com destaque para a queda da mortalidade infantil (queda de 29,50 para 11,00), na redução de crianças de 4 a 5 anos fora da escola (de 35,65% em 2000 para 5,68 % em 2010), queda de cinco pontos (de 12,34% para 7,33% entre 2000 e 2010) na percentagem de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza (renda *per capita* abaixo de R\$ 140,00) e na porcentagem de crianças extremamente pobres (renda *per capita* abaixo de R\$ 70,00) que passa de 20,10% em 1991 para 2,92% em 2010). Apesar dos avanços, os dados mostram que uma parte expressiva de crianças e jovens em situações de vulnerabilidade como as relacionadas aos indicadores de adolescentes e jovens pobres que não trabalham nem estudam (7,33%), crianças de 10 a 14 anos em situação de trabalho infantil (4,11%), percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que tiveram filhos (5,54%) e percentual de mulheres com baixa escolaridade chefiando

domicílios com crianças menores do que 15 anos (14,3%). Mesmo tendo registrado quedas, persistem em 2010 altos percentuais de pessoas vulneráveis à pobreza (26,66%) e de pessoas de 18 anos ou mais com escolaridade abaixo do fundamental completo e sem ocupação formal (36,21%).

O quadro delineado indica desafios para a área educacional, para o sistema de saúde, para o sistema de garantia de direitos e para a assistencial social, que serão tratados nesta seção.

9.3 Educação

9.3.1 Um panorama sobre mudanças nas políticas educacionais

A oferta de oportunidades educacionais e o nível de escolarização da população residente são ativos importantes para caracterizar a capacidade de um município para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, possibilitar que sua população se beneficie das oportunidades de emprego e de acesso a outras dimensões da cidadania. A centralidade dos investimentos na área educacional é reconhecida na Constituição Federal de 1988 quando estabelece o direito subjetivo ao acesso à educação básica e a responsabilidade do Estado (poder público) e das famílias em assegurar a concretização deste direito. Na legislação infraconstitucional são estabelecidos os percentuais do orçamento de cada ente federado vinculados aos gastos em educação, analisados, inclusive, por órgãos de controle da administração pública nos processos de aprovação das respectivas prestações de conta. Posteriormente, as legislações relacionadas ao salário educação, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), explicitam o que pode ser contabilizado por gastos educacionais e estabelecem os pisos básicos de aplicação por aluno matriculado em cada rede, além de pisos salariais para os professores.

O Brasil e suas unidades federadas enfrentam déficits históricos na área, algo sinalizado em várias comparações internacionais (IDH, testes de proficiência, por exemplo). Desde a década de oitenta do século XX, observa-se o aumento da elaboração de diagnósticos educacionais e da busca de alternativas para

enfrentar os enormes déficits na área. As intervenções públicas inicialmente centraram-se na universalização do antigo ensino primário e na redução das taxas de repetência e evasão; na ampliação de quatro para oito anos de ensino obrigatório para a população de 7 a 14 anos; na redução da idade para entrada no ensino fundamental (de sete para seis anos); na implantação da rede pública de educação infantil; na democratização da gestão escolar; na municipalização do ensino fundamental; na institucionalização de vinculações de recursos orçamentários e de incentivos (FUNDEF, de 1996 a 2007; FUNDEB, a partir de 2007); na expansão da oferta pública de ensino médio e profissionalizante e na ampliação da oferta de ensino superior, fortemente lastreada na iniciativa privada. Houve avanços inegáveis, mas os indicadores educacionais brasileiros ainda estão abaixo de vários países da América Latina. O nível de alfabetização da população adulta tem se reduzido nas últimas décadas, mas ainda é significativo (9,6% de analfabetos em 2010); o nível de aprendizagem de crianças e adolescentes brasileiros, quando comparados a de outros países em exames internacionais, deixa a desejar; têm-se altíssimas taxas de evasão escolar de adolescentes a partir dos doze anos de idade (IPEA, 2009).

Minas Gerais é um estado sempre qualificado como uma “síntese” do que ocorre no Brasil: altos níveis de desigualdade regionais; redes e escolas com níveis muito diferenciados em termos de qualidade; regiões como a dos vales do Mucuri e Jequitinhonha, por exemplo, com oferta educacional muito aquém da registrada em outros municípios mais ricos; desniveis educacionais.

Em meados dos anos 2000, inicia-se o movimento de aumento do número de anos no ensino fundamental com a redução da idade mínima de entrada de 7 para 6 anos. Minas Gerais foi um dos estados pioneiros e em 2004 inicia a implantação da entrada de crianças de seis anos em sua rede, já bastante reduzida pelo processo de municipalização induzido pelo governo estadual desde 1992, fortalecido pelos incentivos do FUNDEF a partir de 1997.

A descentralização da gestão educacional em Minas Gerais resultou em situações contraditórias para muitos municípios – houve ampliação dos recursos financeiros no âmbito municipal, mas muitos enfrentaram problemas em assumir uma

rápida expansão do alunado sob sua responsabilidade⁸⁸. As estatísticas educacionais sobre a oferta de cada rede mostram a redução da importância relativa do nível estadual de governo no ensino fundamental e a concentração no ensino médio. Com isso, amplia-se a responsabilidade das administrações municipais na universalização do acesso ao ensino fundamental, o que requer uma rede de escolas capilarizada e adequadamente distribuída nos seus territórios. Em municípios que ocupam áreas geográficas extensas, com população rural dispersa em várias localidades, a universalização passa a depender assim de estratégias para atender a áreas mais isoladas e com baixa densidade populacional. Classes multisseriadas e transporte escolar foram as iniciativas mais adotadas para o atendimento da demanda nas áreas rurais ou localidades mais distantes das sedes dos municípios.

Universalizada a oferta para o ensino fundamental, as atenções se voltam para dois grandes problemas já identificados nos diagnósticos educacionais realizados entre 1980 e 2000: (a) melhorar a qualidade e regularizar o fluxo no ensino fundamental de modo a assegurar que o período de permanência na escola resultasse em aprendizagem, mas sem a excessiva punição dos alunos pelo desempenho inadequado, e (b) ampliar a oferta da educação infantil, segmento relativamente abandonado pelas políticas públicas.

O entendimento de vários educadores em relação ao primeiro problema era o de que a mera reprovação desestimulava a criança a permanecer na escola e, em consequência eram altas as taxas de evasão. Deste diagnóstico decorrem algumas experiências: aprovação automática e sistema de ciclos para correção do fluxo; capacitação de professores, atividades extraclasse e ampliação do tempo de permanência das crianças nas escolas. Paralelamente, inicia-se a implantação de sistemas de avaliação da aprendizagem (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Brasil), incorporados, desde 2005, nos cálculos do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, elaborado pelo INEP/MEC⁸⁹). Além disso, tem-se a ampliação dos esforços para Educação de Jovens e Adultos (EJA). Contudo, permaneceram os registros da baixa qualidade de ensino e baixos níveis de

⁸⁸ Em 2009, mais de 95% das matrículas do ensino fundamental da rede estadual já adotavam os nove anos obrigatórios neste nível.

⁸⁹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação.

escolarização para adultos não escolarizados em períodos anteriores, resultando na persistência de baixos níveis de escolarização na população acima de 15 anos, além de altas proporções de analfabetos funcionais entre egressos do sistema escolar.

No que se refere à educação infantil, têm-se: (a) o deslocamento da responsabilidade no nível federal sobre as creches da área da assistência para a de educação, a partir de 2003 com implicações para o setor educacional das administrações municipais, e (b) a incorporação do financiamento à rede de educação infantil com a transformação do FUNDEF em FUNDEB em 2007. Apesar dessas mudanças, a oferta pública de educação infantil permanece muito aquém do necessário. E este diagnóstico vale para o Brasil (IPEA, 2009), para Minas Gerais e para a grande maioria dos municípios mineiros.

A educação superior também enfrenta déficits históricos de oferta de vagas (a taxa de frequência líquida em 2007, segundo o IPEA, é de apenas 13%), penalizando os de menor poder aquisitivo, os que residem no norte e nordeste brasileiro, assim como a população negra ou parda. Na definição das competências entre os entes federados, o ensino superior público permanece sob a responsabilidade da União, mas sem implicações na garantia de acesso para todos.

O panorama geral sobre alguns dos problemas na área educacional é útil para contextualizar a análise sobre a situação educacional em Tiradentes, na medida em que sinaliza que algumas das dificuldades do município na área são consequências de mudanças induzidas pelos governos federal e estadual, mas, ao mesmo tempo, explicita as responsabilidades da administração municipal no ensino fundamental e na educação infantil. O ensino médio público atualmente está concentrado na esfera de atuação do nível estadual de governo e a oferta pública do ensino superior é propiciada por poucas iniciativas dos governos estaduais, pela rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) (insuficiente para atender à demanda). A oferta pública de ensino técnico profissionalizante é feita pelas escolas públicas federais (Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e estaduais.

Os principais desafios na área educacional para a proteção social de crianças e adolescentes de famílias pobres ou vulneráveis são os relacionados à

expansão da educação infantil, à melhoria do fluxo na vida escolar dos alunos e aos esforços para manter os adolescentes e jovens nas escolas.

Altas taxas de distorção idade-série podem ser entendidas como um agravante da vulnerabilidade, pois indicariam que crianças, adolescentes e jovens não estariam acompanhando adequadamente o fluxo escolar previsto, o que, além de reduzir o estímulo para permanecer na escola, tende a comprometer um dos ativos importantes nas sociedades modernas – a escolarização. Já o não atendimento da demanda por creches e pré-escolas também é problemática. Vários estudos têm demonstrado que a frequência à pré-escola é um dos determinantes do rendimento escolar nos níveis de ensino posteriores. Além disso, a permanência de crianças pequenas de famílias pobres (principalmente as que pertencem às famílias altamente vulneráveis, pois, trata-se de famílias que são incapazes de protegê-las contra a exposição a riscos ou à violação de direitos) em ambientes mais protegidos e com cuidados adequados (boas creches e pré-escolas) é um componente importante da proteção.

9.3.2 Quadro da educação em Tiradentes

Do ponto de vista institucional, o setor da educação conta com estrutura específica de gestão – o Departamento da Educação – abrangendo coordenações informais de transporte e merenda escolar, cujos conselhos estão formados e funcionam regularmente. O Conselho Municipal de Educação está ainda em fase de implementação.

A política de educação em Tiradentes encontra-se a meio caminho da municipalização, considerando que o município assume o ensino fundamental até o 5º ano, cabendo à escola estadual os anos finais desse grau de ensino, além do ensino médio, que é atribuição mesma do estado. A educação infantil para crianças de quatro e cinco anos também é oferecida nas escolas municipais, inclusive nas rurais. Segundo dados do Censo de 2010, a totalidade das crianças de 5 e 6 anos de idade em Tiradentes frequentavam a escola. A faixa etária de 4 anos tem uma cobertura de 54% de frequência à escola, e a de 0 a 3 anos, de 59%. Esses percentuais representam que 75 crianças de 4 anos de idade e 233 de 0 a 3 anos não são beneficiadas pela educação infantil.

Para traçar o quadro educacional em Tiradentes, foram levantados indicadores de cobertura, como rede escolar e matrículas, assim como indicadores de desempenho, alguns dos quais também para a Microrregião de São João del Rey e para o estado. A comparação com a microrregião é uma referência importante por retratar a situação do entorno, onde se presumem condições similares, em que pesem as especificidades de cada localidade. A referência do estado de Minas Gerais traz uma ideia da média estadual que tem disparidades muito grandes, contendo melhores posições e também as piores, de regiões e localidades que enfrentam vários tipos de privação, inclusive de educação de qualidade.

A taxa de analfabetismo em Tiradentes foi reduzida pela metade em 2010, na comparação com o censo anterior, desempenho melhor que o do estado e da maioria das cidades da Microrregião (tabela 9.4).

Tabela. 9.4 Taxas de analfabetismo em Minas Gerais e em Tiradentes/MG - 2000 e 2010

	2000	2010
Tiradentes	10,49	5,88
Minas Gerais	12,00	8,30

Fonte: IBGE Censo 2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A rede de escolas públicas de ensino básico em Tiradentes compõe-se de três escolas municipais na sede; e quatro nos bairros rurais que oferecem pré-escola e fundamental de 1º ao 5º, uma escola estadual de 6º ao 9º anos e ensino médio, uma creche com duas unidades de atendimento. As matrículas concentram-se do 1º ao 5º anos nas escolas municipais Marília de Dirceu no centro histórico e Alice Barbosa no bairro Santíssima. A escola Padre Lourival Rios, localizada no território de maior vulnerabilidade social da cidade, oferece a educação infantil de 4 e 5 anos e os dois primeiros anos do fundamental. Quatro escolas rurais dão cobertura do infantil até o 5º ano. A escola estadual Basílio da Gama é a maior em instalações e total de matrículas, atendendo, a partir do 6º ano e ensino médio, os alunos egressos das escolas municipais. A creche atende em período integral a maioria de seus matriculados (tabela 9.5).

Tabela 9.5 Número de matrículas no sistema de ensino do município Tiradentes, 2012

Níveis		Dependência administrativa				Total	
		Estadual		Municipal			
		urbana	rural	urbana	rural		
Educação Infantil	Creche	Parcial	2	2	
		Integral	82	82	
	Pré-escola	Parcial	140	12	
		Integral	0	
Ensino Fundamental	1º ao 5º ano	Parcial	403	49	
		Integral	0	
	6º ao 9º ano	Parcial	389	389	
		Integral	0	
Ensino médio	Parcial	182	182	
	Integral	0	

Fonte: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: .. dado numérico igual a zero

A formação dos professores, medida pelo diploma em curso superior, foi de 80% em 2012, para docentes de 1º a 5º anos, posição intermediária em relação aos municípios da microrregião. Esse percentual vai a 87% do 6º ao 9º anos, mas em posição relativa mais desfavorável na comparação com a microrregião, uma vez que apenas três municípios têm percentuais abaixo de 90%. Na educação infantil, os docentes com curso superior representam 71,4% dos trabalham na creche (0 a 3 anos) e 63,6% dos que lecionam para crianças de 4 e 5 anos.

Dados que permitem avaliar o desempenho escolar em Tiradentes levantados junto à Secretaria Estadual de Educação e MEC/INEP (alguns relativos a 2010, outros a 2011 e 2012), demonstram um quadro educacional que se encontrava num momento delicado, com indicadores pouco favoráveis. O fato de Tiradentes estar, na maioria dos indicadores, em posição abaixo da do estado atesta que a política e a gestão locais da educação necessitam de esforços continuados para o atendimento satisfatório às crianças e adolescentes na educação básica.

Um indicador central da situação educacional é a distorção idade-série, que apresentou avanços nas últimas décadas em Tiradentes em 2010. Entretanto, na

comparação com o estado, era mais alta em todos os níveis do ensino público básico, mesmo nos primeiros anos de ensino fundamental. As duas maiores escolas municipais da sede apresentavam taxas de distorção em torno de 20%. Em duas das escolas rurais – Elvas e Caixa D’Água da Esperança – esse indicador é de 29,2% e 17,8% respectivamente. Do 6º ao 9º anos, já na escola estadual, essa distorção chega a 42,2%; a distorção no ensino médio é menor, apesar de ainda alta: 28,8%. Essa taxa menor do ensino médio tem a influência do abandono da escolarização por parcela considerável dos estudantes do fundamental, fazendo com que a maior parte dos alunos que dão continuidade aos estudos o faz na idade esperada (tabela 9.6).

Tabela 9.6 Taxa de distorção idade-série nas escolas do ensino público básico do município de Tiradentes, 2010

Escolas	Séries		Total	
	1º ao 5º	6º ao 9º	Fundamental	Médio
Escola Estadual Basílio da Gama	...	42,2	42,2	28,8
Escola Municipal Carlos Rodrigues	17,8	...	17,8	...
Escola Municipal José Custódio Filho	29,2	...	29,2	...
Escola Municipal Ademar Natalino	5	...	5	...
Escola Municipal João Pio	9,5	...	9,5	...
Pré-escolar Municipal Centro Infantil
Escola Municipal Marilia de Dirceu	21	...	21	...
Pré-escolar Municipal Padre Lourival	2,4	...	2,4	...
Escola Municipal Profª Alice Lima	19,6	...	19,6	...

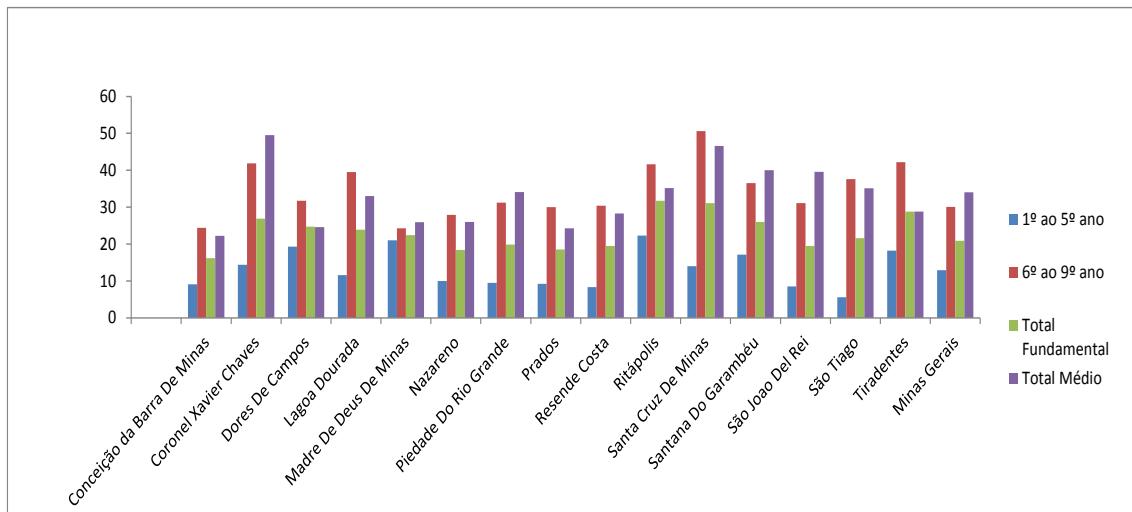
Fonte: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Nota: ... dado não disponível

Na comparação com os demais municípios da Microrregião de São João del Rey, esse indicador em Tiradentes era, em 2010, o quarto para os primeiros anos do fundamental e o segundo do 6º ao 9º anos, indicando posição desfavorável na microrregião. A distorção no ensino médio tem perfil mais favorável, estando inclusive, abaixo dos números do estado de Minas Gerais.

Gráfico 9.1 Taxa de distorção idade-série no ensino público básico da Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2010



Fonte: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A taxa de abandono do 1º ao 5º anos era baixa (0,8%) em 2010, mas a maior da microrregião, acima da média do estado (0,6%). Nestes anos iniciais, é esperado que os alunos permaneçam na escola em 100% dos casos, como em alguns municípios da microrregião. Este é outro indicador que cresce à medida que o aluno avança para os anos finais do ensino fundamental. A tabela 9.7 indica uma posição intermediária de Tiradentes na microrregião, mas ainda desfavorável frente ao estado de Minas Gerais.

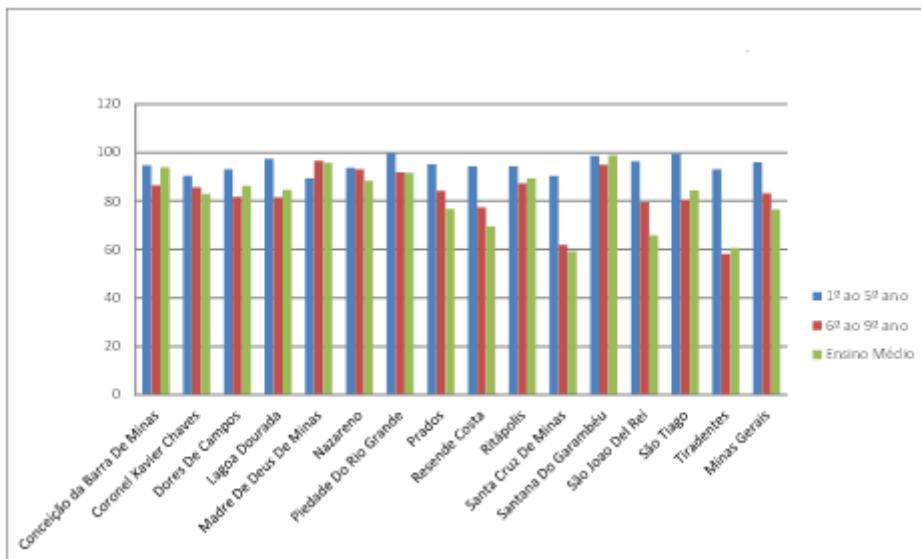
No que se refere à taxa de aprovação no nível fundamental, Tiradentes se posicionava em 2011 na média da microrregião nos anos iniciais, mas do 6º ao 9º anos e ensino médio, seus resultados estavam entre os mais baixos frente aos demais municípios e ao estado, conforme se observa no gráfico 9.2.

Tabela 9.7 Taxa de abandono dos estudantes na rede de ensino público básico da Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2011

Nome do Município	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	Ensino Médio
Conceição da Barra De Minas	—	0,4	—
Coronel Xavier Chaves	—	5,8	5,4
Dores De Campos	0,7	9,5	9,9
Lagoa Dourada	—	4,2	7,2
Madre De Deus De Minas	—	1,7	3,7
Nazareno	0,1	3	0,7
Piedade Do Rio Grande	—	1,1	3,9
Prados	0,2	7,1	12,1
Resende Costa	0,2	6,9	14,5
Ritápolis	—	1,4	6
Santa Cruz De Minas	0,6	9,5	33,3
Santana Do Garambeú	—	2,8	1,1
São Joao Del Rei	—	1	9,4
São Tiago	0,2	2,8	6,1
Tiradentes	0,8	5	9,7
Minas Gerais	0,6	4	10

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
Acesso em: 30 out. 2013

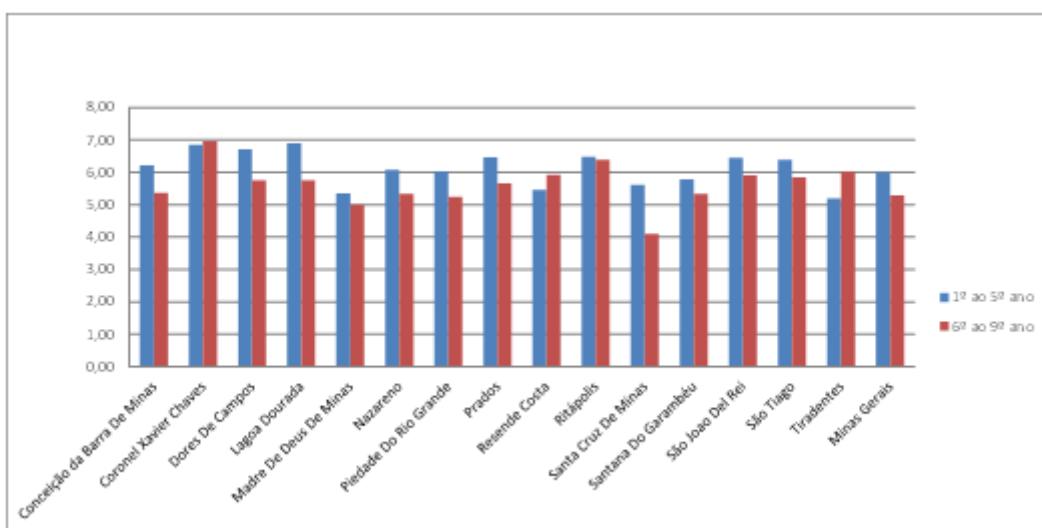
Gráfico 9.2 Taxa de aprovação do ensino público básico na Microrregião Geográfica de São João del Rey - 2011



Fonte: Instituto Nacional de estudos e pesquisas Educacionais Anísio INEP
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A Prova Brasil, um dos componentes do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB), também era um indicador desfavorável do 1º ao 5º ano do ensino fundamental em 2011, com resultados abaixo dos do estado e da microrregião, revelando um grau insuficiente de aprendizagem em matemática e língua portuguesa. Nos anos finais do fundamental, a posição do município melhora com notas acima das do estado e da maioria dos municípios vizinhos. Esses números apontam para a necessidade de um esforço do município para melhoria do desempenho do 1º ao 5º anos (gráfico 9.3).

Gráfico 9.3 Nota média padronizada (N) da Prova Brasil do ensino público fundamental na Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2011



Fonte: Instituto Nacional de estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

O IDEB é um índice importante para avaliar a qualidade do ensino público, combinando resultados na Prova Brasil e das taxas de aprovação para todas as escolas do país, refletindo bienalmente, as dimensões de aprendizagem e fluxo. E as metas estabelecidas até 2021 também são por escola e visam traçar um caminho de evolução individual dos índices rumo à melhoria da qualidade da educação no Brasil. Conforme se vê na tabela 9.8, em Tiradentes, esse índice demonstra um desempenho insatisfatório das escolas locais, tanto de 1º ao 5º (gestão municipal) como do 6º ao 9º anos (gestão estadual) ao longo do período 2005 (quando o IDEB se iniciou) a 2011. Para os anos iniciais, seus resultados ficaram abaixo dos do estado

de Minas Gerais ao longo de toda a série temporal e, na comparação com a microrregião, Tiradentes ou ficou entre os três piores ou era o município com piores resultados, como em 2011. E, sobretudo, não apresentou tendência de melhoria ao permanecer no mesmo nível em 2009 e 2011.

Tabela 9.8 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB da rede pública dos anos iniciais do fundamental nos municípios da microrregião de São João del Rey, Minas Gerais e Brasil - 2005-2011

Município, Microrregião, Estado, União	Ano			
	2005	2007	2009	2011
Conceição da Barra de Minas	4,3	4,6	5,4	5,9
Coronel Xavier Chaves	5,4	5,1	6,3	6,3
Dores de Campos	4,7	5,3	5,8	6,2
Lagoa Dourada	5,1	5,2	6,2	6,7
Madre de Deus de Minas	3,8	4,1	5,3	4,8
Nazareno	4,5	4,4	5,4	5,7
Piedade do Rio Grande	4,6	4,3	5,7	6
Prados	...	5,1	5,8	6,2
Resende Costa	4,6	4,6	5,7	5,2
Ritápolis	4,7	4,3	4,7	6,1
Santa Cruz de Minas	3,7	4,4	4,9	5,1
Santana do Garumbéu	4,2	3,4	3,7	5,7
São João del Rey	5	5,2	6,1	6,2
São Tiago	4,5	5,2	6,7	6,3
Tiradentes	4,2	3,8	4,8	4,8
Microrregião (média)	4,5	4,6	5,5	5,8
Minas Gerais	4,6	4,6	5,5	5,8
Brasil	3,6	4	4,4	4,7

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

(...) Dados não disponíveis

As mesmas observações podem ser feitas para os anos finais do fundamental, com a particularidade de os resultados serem mais baixos, conforme a tabela 9.9.

Tabela 9.9 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB da rede pública dos anos finais do ensino fundamental nos municípios da microrregião de São João del Rey, Minas Gerais e Brasil - 2005-2011

Município, Microrregião, Estado, União	ANO			
	2005	2007	2009	2011
Conceição da Barra de Minas	3,7	4,9	4,4	4,7
Coronel Xavier Chaves	4,6	5,2	5,1	6
Dores de Campos	3,7	4,5	4,9	4,7
Lagoa Dourada	4,4	4,3	4,4	4,7
Madre de Deus de Minas	3,9	4,5	4,9	4,8
Nazareno	4,4	4,2	4,4	5
Piedade do Rio Grande	4,2	4,6	4,9	4,8
Prados	3,9	3,8	4,4	4,8
Resende Costa	3,3	3,4	3,9	4,5
Ritápolis	3,3	4	4,6	5,5
Santa Cruz de Minas	3,4	3,2	3,7	2,5
Santana do Garambeú	3,5	4,1	4,7	5,1
São João del Rey	3,8	4,1	4,7	4,7
São Tiago	3,9	4	4,5	4,7
Tiradentes	3,2	3,6	3,5	3,5
Microrregião (média)	3,8	4,2	4,5	4,7
Minas Gerais	3,6	3,8	4,1	4,4
Brasil	3,2	3,5	3,7	3,9

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

As metas para 2011 não foram alcançadas, conforme demonstra a tabela 9.10, o que implica num intenso esforço do município para atingir as metas futuras.

Tabela 9.10 Metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB de 1º ao 5º anos do Ensino Público Fundamental em Tiradentes/MG, 2013

Séries	2011	2013	2015	2017	2019	2021
1º ao 5º anos	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
6º ao 9º anos	5,0	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Ao se examinarem os gastos com a educação no município (tabela 9.11), nota-se um aumento constante na série temporal de 2000 a 2011, demonstrando uma gestão orçamentária adequada para o setor nos três indicadores considerados. Esta constatação não tem correspondência com os indicadores de desempenho já analisados. O gasto per capita mais do que dobra no período, e os percentuais do orçamento, com alguma variação, apresentaram um perfil constante. Os percentuais de gastos de receitas tributárias e de transferências estabelecidos pela CF/88 em, no mínimo 25%, superaram em todo o período o parâmetro constitucional, revelando, desse ponto de vista, priorização da educação pelas gestões municipais.

Tabela 9.11 Gastos em educação do município de Tiradentes/MG 2000-2011

Anos	Gasto per capita com atividades de educação (R\$ correntes) ⁹⁰	Esforço Orçamentário em atividades de educação (%) ⁹¹	Gastos com educação - ART. 212 CR/88 (%) ⁹²
2000	142,44	26,14	31,78
2001	165,07	28,53	30,86
2002	148,57	19,57	32,5
2003	163,17	24,57	33,55
2004	143,87	19,33	28,74
2005	192,04	19,32	28,82
2006	217,61	20,49	28,56
2007	253,98	21,11	29,54
2008	290,70	19,86	30,02
2009	288,96	20,41	31,8
2010	299,00	24,42	30,92
2011	389,90	24,42	30,58

Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS - 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

⁹⁰ Gastos per capita com atividades de educação: Valor dos gastos orçamentários apresentados nas prestações de contas anuais (PCA) realizados com atividades de educação, dividido pela população total do município.

⁹¹ Esforço orçamentário em atividades de educação: Participação dos gastos orçamentários apresentados nas prestações de contas anuais (PCA) realizados com as atividades de educação no total de gastos.

⁹² Gastos com educação – Art. 212 CF/88: Razão entre os gastos em educação do município e a sua receita de impostos e de transferências constitucionais, multiplicada por 100. O indicador mostra se o município está cumprindo a determinação do art. 212, caput, da Constituição Federal de 1988, de aplicar, anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de impostos e de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, e também a prioridade por ele conferida a esse setor: se menor que 25%, o município se encontra desenquadrado da lei, podendo ser baixa a prioridade por ele conferida a essa política; se maior ou igual a 25%, além de enquadrado na lei, o grau de prioridade dado a essa política pela administração será tanto maior quanto maior o indicador

9.3.3 Gestão local da educação

Neste tópico são apresentadas as informações levantadas pela equipe da FJP por meio de entrevistas com profissionais da área em Tiradentes, bem como das oficinas com a população. A escola estadual Basílio da Gama também consta desta análise, mesmo a sua gestão sendo afeta a outra esfera de governo, por se tratar da única escola que oferece os anos finais do ensino fundamental, além do ensino médio, e por estar intrinsecamente implicada com as questões que extrapolam o âmbito escolar, tais como as vulnerabilidades sociais próprias da estrutura social local.

A despeito desse quadro desfavorável nos indicadores de desempenho, verificou-se, nas entrevistas com os principais atores da educação, um compromisso com as questões educacionais do município, fato confirmado nas oficinas com a população, pelas referências positivas aos docentes das escolas. Foram enumeradas algumas iniciativas para melhoria dos índices como: redução da distorção idade-série, contratação de psicopedagoga para atendimento aos alunos de inclusão; adesão ao Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) da Secretaria de Educação do Estado e ao Pacto Nacional da Alfabetização visando melhoria dos resultados do primeiro ciclo do fundamental; adequações de espaços por meio de parcerias para adesão ao Mais Educação do MEC a partir de 2014; melhorias físicas da maioria das escolas, com previsão de reforma da escola da Várzea de Baixo em 2014; consultoria de uma professora da Universidade Federal de São João del Rey (UFSJ).

No que tange ao apoio à formação e aperfeiçoamento dos professores, foram citados: palestras, seminários, Congresso da Educação da Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes (AMVER), apoio a transporte e hospedagem para cursos fora da cidade, e uma capacitação para docentes do 1º ao 3º anos, com duração de 2 anos, uma vez por semana, com ajuda de custo. A maior aproximação da atual diretora do Departamento Municipal de Educação com as escolas, com reuniões frequentes, bem como com a Superintendência Estadual foi citada pelas escolas da sede como fator de maior integração com a administração central. Também a formação do nível superior de 87,5% dos professores em 2012, muitos deles com especialização, é um ponto de destaque, que está caminhando para 100%, considerando os profissionais que ainda estão estudando.

O ponto alto da rede pública municipal é a Creche Municipal Bem-Me-Quer, com ótima estrutura e corpo de professores, tendo ampliado o seu atendimento em 2013 com uma extensão no bairro Parque das Abelhas. A creche atende em período integral, de 8 às 16 horas, às crianças mais necessitadas, sendo condição que as mães trabalhem. Há também atendimento por turno em poucos casos. São servidas quatro refeições por dia, com supervisão da nutricionista da Prefeitura.

Também a APAE tem um perfil de bons serviços com profissionais especializados. É mantida por contribuições da comunidade e por meio de eventos (jantares, bazar, barraquinhas na festa junina etc.) e um aporte da Prefeitura para transporte, merenda escolar e cessão de uma professora. Dá apoio à inclusão na escola regular, com o trabalho da sua psicopedagoga. As crianças com deficiência ficam na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) até 6 anos, após o que são encaminhadas para a escola regular. São feitos atendimentos específicos para adultos, mas não a escolarização. Também foi relatado maior diálogo com a atual administração municipal.

O transporte escolar nas áreas rurais funciona adequadamente, sendo que no distrito de Caixa d'Água da Esperança os moradores levantaram nas oficinas problemas como atrasos cotidianos, má conservação dos veículos e passageiros estranhos ao meio escolar.

Foram registradas iniciativas da gestão municipal de buscar alternativas para a melhoria do padrão da educação pública local, com a contratação de consultorias como a do Professor Pacheco e de uma especialista da UFSJ, com palestras e outros serviços.

O projeto de uma escola nos moldes da escola da Ponte, em Portugal e da escola Âncora em Cotia, São Paulo, já está sendo implementado em 2014 no bairro rural Águas Santas, com consultoria da equipe de seu idealizador, professor Pacheco. Atualmente com 25 alunos, a proposta é de uma pedagogia alternativa, que funciona por projetos prevendo-se maior envolvimento no processo de ensino aprendizagem, com os professores atuando como orientadores e facilitadores.

A qualidade da merenda foi citada em quase todas as escolas como sendo um ponto positivo. O conselho da merenda escolar e do FUNDEB funcionam regularmente.

Entre as questões mais problemáticas, foram levantadas dificuldades quanto ao plano de carreira do magistério, nível de salário do quadro abaixo do piso nacional, pouca valorização do profissional; falta de assistência médica; falta de assistência técnica regular para os laboratórios de informática das escolas; baixa articulação com saúde e assistência social para encaminhamentos de casos que demandam abordagens diferenciadas.

O espaço físico foi apontado como insuficiente nas escolas da sede, faltando equipamentos como quadra coberta, inclusive na escola estadual, que tem uma limitação estrutural para isso em razão das exigências do patrimônio histórico. A escola Padre Lourival (Várzea de Baixo) se ressente do reduzido número de salas de aula, o que obriga os alunos a partir do 3º ano a se deslocarem para o centro da cidade, sem transporte. Em 2014, foi feito um arranjo ainda precário para alocar mais uma sala de aula para o 3º ano.

Na APAE, foi levantada a falta de procedimentos e fluxos pré-estabelecidos para garantir a infraestrutura de transporte, medicamentos e consultas odontológicas e outros serviços de que os alunos necessitam.

A Escola Estadual Basílio da Gama apontou dificuldades de manter professores concursados, entre outros problemas. A implantação do programa estadual “Reinventando o Ensino Médio”, prevista para 2014, trará problemas de contratação e fixação do corpo docente, bem como de distribuição da carga horária de maneira produtiva e compensadora para os professores. Nas oficinas com a população surgiram críticas quanto a problemas de assiduidade dos professores e foi citado o alto índice de evasão dos alunos a partir do 6º ano. Em relação ao ensino médio oferecido nesta escola, a ausência de cursos profissionalizantes foi mencionada pelos participantes.

Do ponto de vista da rotina escolar, o ponto mais marcante foram as dificuldades relacionadas à problemática social que os alunos trazem para dentro da escola, interferindo no processo educativo, tais como famílias desestruturadas,

drogadição e alcoolismo, violação de direitos, falta de resposta e presença da família na vida escolar das crianças.

A escola estadual, que recebe os alunos da rede municipal a partir do 6º ano, levantou dificuldades de disciplina, comportamentos antissociais, falta de respostas das famílias quando chamadas a participar da vida escolar, evasão de alunos para trabalhos temporários. Na Várzea de Baixo, entretanto, bairro mais vulnerável da cidade, foi destacada a estreita participação da comunidade na vida escolar, inclusive eventos, como a “semana alternativa” com grande envolvimento das mães na preparação. A escola se abre para a comunidade e são oferecidas oficinas de artesanato, dada por um pai de aluno artesão, contação de histórias, palestra com psicóloga sobre educação, entre outras atividades. Segundo a diretora da escola Padre Lourival Rios, os alunos cobram a participação dos pais. Foram citadas contribuições de pousadas e de uma fábrica de chocolates que teria interesse em desenvolver um projeto social no bairro. Também a associação de moradores tem entrosamento com a escola.

Na educação infantil, a grande questão é a demanda não atendida, especialmente de 0 a 3 anos, gerando dificuldades para as mães que trabalham deixarem suas crianças.

A ausência do Conselho Municipal de Educação, ainda em fase de implantação, tem impedido que Tiradentes conte com o fórum adequado para a discussão das sérias questões educacionais do município, em conjunto com os principais atores da área e representantes da população. O Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência ainda não existe, e “a APAE tem que ser a voz do deficiente e não consegue reconhecimento do direito”, segundo as palavras de uma entrevistada.

Observou-se também uma baixa integração da vida cultural da cidade com a vida escolar. Eventos e atividades regulares das instituições de cultura locais permanecem insulados no centro histórico e não se moldam ao perfil dos alunos de baixa renda e perfil social de sérias vulnerabilidades.

9.3.4 Considerações e recomendações

Podem-se levantar dois pontos fundamentais da questão educacional em Tiradentes, que estão inter-relacionados. O primeiro diz respeito ao padrão de ensino-aprendizagem, que é o objetivo central da escola no ensino básico e que precisa de efetivas medidas de melhoria de qualidade e de manutenção de crianças e adolescentes regularmente frequentes, evitando o abandono. O segundo diz respeito à problemática externa à escola que é o ambiente social, especialmente nos bairros de baixa renda, que convivem com a frequente desestruturação das famílias e deterioração do meio social com os sintomas de drogadição, tráfico, alcoolismo e outros, que são levados para o meio escolar. É no cotidiano das escolas que esses problemas se manifestam, demandando medidas que estão em outras esferas da gestão pública, como a assistência social, por exemplo. A presença do poder público nesses locais, com serviços sociais de apoio à família, de restituição e manutenção de vínculos, de fortalecimento comunitário e promoção da cidadania, entre outros, em estreita articulação com as escolas, é o que deve ser buscado para se criar um ambiente adequado ao processo educativo.

Um fato que por um lado é uma vantagem – a proximidade de São João del Rey -, que oferece oportunidades de educação de mais qualidade em todos os níveis, por outro prisma cria um ambiente que desestimula a educação básica em Tiradentes. As facilidades da classe média de deslocamento e de financiamento da educação de suas crianças em escolas privadas no polo vizinho parecem esvaziar o esforço de fortalecer localmente especialmente o nível fundamental.

É de se ressalvar que uma das orientações primordiais das políticas sociais atualmente é a de aproximação dos serviços dos locais de moradia dos seus usuários – a territorialidade – o que deve ser levado em conta no enfrentamento das questões sócio educativas em Tiradentes. Nesse sentido, a iniciativa de trazer uma experiência inovadora como a Escola da Ponte, que pretende centralizar os serviços educacionais em uma unidade escolar espacialmente distante e que não facilite a identificação das crianças dos bairros mais pobres com o ambiente escolar, sem penetração nas comunidades de origem dos alunos, é algo que deve ser objeto de ampla discussão com as populações alvo desse projeto, de modo a não se tornar mais um empreendimento elitista, numa cidade que exclui seus moradores socialmente

desfavorecidos da centralidade de sua vida societária e cultural. Também a iniciativa prevista de construir uma grande estrutura para 800 alunos na sede, centralizando numa única unidade a educação infantil e o fundamental a cargo do município, é questionável e vai contra a ideia de territorialização dos serviços sociais, aproximando-os não só fisicamente das comunidades a que se destinam, mas também dos seus modos de vida.

A experiência da Escola Municipal Padre Lourival de Salvo Rios, na Várzea de Baixo, com uma atuação que busca a participação da comunidade, é uma tentativa de busca de fortalecimento das relações escola – vida comunitária, que deve ser apoiada pelo poder público local. E essa atuação só é possível pela localização da escola no bairro. A articulação intersetorial nesse território, que inclui também Alto da Torre, é uma medida essencial, devendo prever intervenções conjuntas com a assistência social por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e com a saúde, com os agentes comunitários de saúde, que têm boa penetração e aceitação das comunidades. A escola Padre Lourival já fez encaminhamentos de crianças ao CRAS e assinala a presença de muitas famílias com sérios fatores de vulnerabilidade e risco social, pelo uso de drogas e alcoolismo, pais analfabetos, o que tem rebatimentos no processo de aprendizagem das crianças, mesmo empregando “todos os recursos”.

Esse quadro também atinge alunos do 6º ao 9º anos da escola estadual, o que demanda uma integração com a gestão municipal de educação, de modo a incluir esses alunos em eventuais projetos, que podem visar também minorar o abandono da escola que é bastante significativo nesses anos do fundamental.

Nesse contexto, o aumento de vagas para a educação infantil nas creches e para crianças até 4 anos é estratégia central e urgente, buscando a cobertura universal como forma de intervenção na sua formação desde o início do processo socioeducativo e de promoção da proteção social integral de maneira efetiva. Igualmente importante e com propósito similar para crianças e adolescentes do ensino fundamental, a oferta de atividades orientadas no contra turno escolar através do programa Mais Educação, ou outro que com esse formato, deve estar entre as prioridades da política educacional em Tiradentes.

A pedagogia alternativa da escola da Ponte, em fase de implementação no bairro Aguas Santas, pode ser um foco irradiador de métodos pedagógicos a serem aplicados nas atividades do contra turno das escolas da sede, buscando atrair e manter frequente o público infantil e adolescente nos programas implementados. Dessa forma, estenderia os seus benefícios para um âmbito mais amplo que o de uma escola modelo, insulada num distrito rural cuja população é, na sua maioria, de classe média.

Finalmente, a educação profissionalizante de nível médio como estratégia de formação de mão-de-obra para as atividades da cidade (que indiretamente pode estimular o sentimento de pertença ao eixo da vida societária local) deve ser intensificada por meio do Programa Reinventando o Ensino Médio, da Secretaria de Estado da Educação, que já prevê os conteúdos de turismo e empreendedorismo para Tiradentes. Maior articulação com o SENAC - entidade que tem expertise na área de hotelaria e restaurante -, inclusive com curso de nível superior, pode adaptar os cursos de curta duração que costuma oferecer ao currículo do ensino médio em nível de extensão. Para isso, demanda formal da prefeitura e articulação com a Secretaria de Estado da Educação devem ser pensadas.

9.4 Saúde

9.4.1 O Sistema Único de Saúde

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi institucionalizado o direito à saúde a todos os cidadãos do país, quando foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), baseado nos princípios da universalidade, equidade e integralidade, e organizado de maneira descentralizada, hierarquizada e com a participação da população. Pode-se afirmar que a criação do SUS é fruto das discussões consolidadas na VIII Conferência de Saúde, em março de 1986, que foram incorporadas pela Constituição.

As discussões prévias, consolidadas na VIII Conferência de Saúde materializadas na Constituinte pela luta dos sanitaristas, gestores e políticos comprometidos com a reforma do sistema vigente ofereceram ao povo brasileiro a oportunidade de efetivar um sistema integrado e gratuito que

cuida da prevenção, promoção, cura e reabilitação da saúde, fortalecendo a cidadania. (CONASS, 2003)

Dessa forma, ao contrário do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que se encontra em processo de consolidação, o SUS, a despeito de algumas fragilidades, está muito a frente da Política de Assistência Social. O SUS foi regulamentado pelas Leis nº 8.080/90 (BRASIL, 1990) e nº 8.142/90 (BRASIL, 1990) e é constituído por um:

...conjunto de ações e de serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta. (Brasil, 1990).

A partir de então, sua construção vem sendo realizada notadamente por meio de Normas Operacionais, em concordância pelas três esferas de governo e consolidadas em Portarias Ministeriais. Ressalta-se que, desde sua instituição, o SUS vem passando, por importantes transformações, principalmente em razão do processo de descentralização das responsabilidades, das atribuições e dos recursos para estados e municípios.

As normas operacionais determinaram as competências de cada esfera de governo, bem como as condições indispensáveis para que os mesmos assumissem suas atribuições no processo de implantação do SUS; determinaram critérios para que estados e municípios se habilitassem a receber repasses de recursos do Fundo Nacional de Saúde para seus respectivos fundos de saúde, criaram instâncias de articulação e pactuação; definiram modalidades para habilitação de estados e municípios, sempre condicionada ao cumprimento de uma série de requisitos e à obrigação de assumir um conjunto de responsabilidades relativas à gestão do sistema de saúde, dentre outras.

Deve-se destacar que, dentre os avanços propiciados pelas Normas Operacionais, o maior deles foi o de reorganizar o modelo de atenção básica adotando como estratégia principal, a ampliação da cobertura do Programa Bolsa Família e do Programa de Agentes Comunitários da Saúde.

Desde a criação do SUS, ocorreram grandes avanços baseados nas readaptações trazidas pelas Normas, que acabaram por se esgotar, em parte devido à grande dificuldade de se atribuir regras generalistas a um país tão grande e marcado

por grandes desigualdades. Na tentativa de superar este problema foi elaborado um novo modelo de pactuação entre as instâncias, denominado Pacto pela Saúde, instituído pela Portaria GM/MS nº 399/2006, com previsão de revisão anual, tendo como base os princípios constitucionais do SUS e as necessidades gerais de saúde da população; deste modo o Pacto pela Saúde abrange prioridades articuladas e integradas contidas no Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão do SUS.

A regionalização, conforme prescrevia o Pacto de Gestão, elencou uma série de objetivos priorizando dentre outros aspectos a garantia de acesso de forma resoluta e com qualidade às ações e serviços de saúde, quando o nível de complexidade e contingente populacional for superior à escala municipal, bem como a garantia do direito à saúde e a redução das desigualdades sociais e territoriais. No entanto, o processo de descentralização da saúde apresentou uma série de problemas, em função principalmente dos critérios elaborados para atingi-la, dificultando sua implantação. Assim, a Portaria nº 4279 de 30/12/2010 rompeu com esta abordagem hierárquica, introduzindo conceitos já debatidos insistentemente pelos profissionais de saúde. Surgem as Redes de Atenção à Saúde que a partir de então, deveriam ser organizadas de forma poliárquica, funcionar sob coordenação da Atenção Primária à Saúde (APS)⁹³, promover atenção integral a partir de intervenções promocionais, preventivas, curativas, cuidadoras, reabilitadoras e paliativas, prestando atenção oportuna, em tempos e lugares certos, de forma eficiente e efetiva, com foco no ciclo completo de atenção à saúde, de forma cooperativa e interdependente.

Para a conformação de uma região de saúde, alguns critérios foram exigidos pela legislação, tais como: contiguidade espacial entre os municípios; existência de identidades sociais, econômicas e culturais entre municípios; existência de sistemas de transporte e de comunicação e a identificação dos fluxos assistenciais, bem como, avaliação da disponibilidade de recursos humanos, físicos, equipamentos

⁹³Na abordagem de MENDES (2011), as Redes de Atenção à Saúde (RAS) organizam-se, como outras formas de produção econômica, em arranjos produtivos híbridos que ajustam a concentração de certos serviços com a disseminação de outros. Aqueles vinculados à atenção primária à saúde (APS), que possuem pequena densidade tecnológica, devem ser os dispersos; em contraposição, os serviços de grande densidade tecnológica, como hospitais, unidades de patologia clínica, equipamentos de imagem etc., são, geralmente concentrados.

e insumos em escala apropriada, qualidade e ao acesso. Dessa forma, houve a necessidade da Região de Saúde organizar a sua rede de ações e serviços de saúde em consonância com os preceitos constitucionais (universalidade de acesso, equidade e integralidade do cuidado), favorecendo a ação cooperativa e solidária entre gestores e o controle social, destacando que para se efetivar uma rede de atenção à saúde regionalizada faz-se necessário o processo de pactuação entre os gestores envolvidos, definindo as responsabilidades que não são compartilhadas, bem como, as ações complementares que serão necessárias.

O Plano Diretor de Regionalização (PDR) é considerado a base para organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS). Deve possibilitar racionalização de gastos e otimização de recursos, com ganho de escala nas ações, serviços e recursos de saúde de abrangência regional. Minas Gerais elaborou seu PDR em 2002, o qual foi reformulado no ano seguinte.

Minas Gerais possui 13 macrorregiões⁹⁴ e 75 microrregiões de saúde. O PDR prediz que nos territórios macrorregionais são realizadas as ações de atenção terciária (alta complexidade ou alta densidade tecnológica), o que pressupõe uma escala ideal de 1 milhão de habitantes, devido à possibilidade de oferta e acesso a serviços de saúde de maior densidade tecnológica; são espaços de planejamento e organização dos serviços de atenção terciária, englobando as microrregiões de saúde. No território microrregional são ofertados ações e serviços de saúde de atenção primária e secundária (média complexidade) e com escala ideal em torno de 150.000 habitantes. Esta organização reconhece que os municípios são responsáveis pela atenção primária à saúde.

Outro parâmetro utilizado na definição do processo de regionalização, que se sobrepõe ao critério populacional em sua relevância, é a distância geográfica. Deste modo, a distância máxima entre qualquer município da microrregião e o município polo deve ser de no máximo 150km, em estrada asfaltada ou em até 2 horas de estrada em condições viárias diversas. Ainda existe os municípios polos⁹⁵, que são aqueles que exercem atração sobre outros, geralmente em número significativo, pela

⁹⁴ Sul, Centro-Sul, Centro, Jequitinhonha, Oeste, Leste, Sudeste, Norte de Minas, Noroeste, Leste do Sul, Nordeste, Triângulo do Sul, Nordeste, Triângulo do Sul e Triângulo do Norte.

⁹⁵ O estado possui 89 municípios polos microrregionais e 18 macrorregionais.

capacidade instalada e potencial de equipamentos urbanos e de fixação de recursos humanos especializados.

A Política Nacional de Atenção Básica foi regulamentada pela Portaria nº 648, de 28/03/2006, que revisou as diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para o Programa Saúde da Família (PSF) e para o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). A atenção básica foi caracterizada...

...por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe, dirigidas às populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território (Brasil, 2006, p.2).

A referida portaria dispõe que a atenção básica considera o indivíduo na sua completude (singularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural), devendo buscar a promoção de sua saúde, a prevenção e tratamento de doenças e a redução de danos ou de sofrimentos que comprometam a vida saudável; no Brasil, o Ministério da Saúde adotou a nomenclatura de atenção básica para definir a Atenção Primária à Saúde (APS), tendo como sua estratégia principal a Saúde da Família (SF). Desta forma, a APS, sendo responsável por agravos que demandam baixa densidade tecnológica, difere-se dos pontos de atenção secundária (média complexidade) e terciária (alta complexidade) em vários aspectos, dentre os quais, destina-se a problemas de saúde de maior frequência, simples ou complexos, mas que se manifestam principalmente nos ciclos iniciais; direcionam-se fortemente às ações preventivas e possuem predominantemente maior familiaridade entre a população e as equipes de saúde, constituindo a porta de entrada do sistema assistencial (CONASS, 2011).

A Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS/2006) definiu como áreas estratégicas da Atenção Primária a eliminação da hanseníase, o controle

da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde bucal e a promoção da saúde.

O Programa Saúde da Família (PSF), responsável pela operacionalização da política de atenção primária à saúde é considerado uma estratégia de reorientação do modelo de atenção à saúde, tendo como parâmetros: a família como centro de abordagem, território definido, adstritação de clientela, trabalho em equipe interdisciplinar, corresponsabilidade, integralidade, intersetorialidade e participação social. Originou-se de experiências locais desenvolvidas na década de 80 e teve início, oficialmente, em 1994, embora se tenha convertido em estratégia nacional a partir de 1986.

Conforme a NOAS/2006, a Estratégia de Saúde da Família tem como princípios:

- ter caráter substitutivo em relação à rede de Atenção Básica tradicional nos territórios em que as Equipes Saúde da Família atuam;
- atuar no território, realizando cadastramento domiciliar, diagnóstico situacional, ações dirigidas aos problemas de saúde de maneira pactuada com a comunidade onde atua, buscando o cuidado dos indivíduos e das famílias ao longo do tempo, mantendo sempre postura pró-ativa frente aos problemas de saúde e doença da população;
- desenvolver atividades de acordo com o planejamento e a programação realizada com base no diagnóstico situacional e tendo como foco a família e a comunidade;
- buscar a integração com instituições e organizações sociais, em especial em sua área de abrangência, para o desenvolvimento de parcerias; e
- ser um espaço de construção de cidadania. (BRASIL; 2006; p.20)

O PSF atua por meio de equipes multidisciplinares que atendem e acompanham uma população adstrita; contam com o apoio de Agentes Comunitários da Saúde (ACS), que desempenham o papel de mediadores entre os profissionais de saúde e a comunidade, com a observação de que estes profissionais devem pertencer

à mesma comunidade em que atuam. O modelo de atenção do SUS por meio da Estratégia Saúde da Família determina alteração no processo de trabalho das equipes de saúde, as quais não se direcionam apenas na atenção às condições agudas, mas também às condições crônicas, à promoção e manutenção da saúde.

Compete às equipes de SF a promoção da saúde, o atendimento da demanda espontânea e programada, as atividades de prevenção de doenças, a manutenção de saúde, bem como a atenção às etapas específicas do ciclo de vida. As Equipes de Saúde da Família (ESF) são compostas por, no mínimo, um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde; cada equipe multiprofissional é responsável por, no máximo, 4.000 habitantes, embora o ideal seja de 3.000 habitantes, com jornada de 40 horas semanais para todos os integrantes. Um ACS deve cobrir 750 pessoas e cada ESF deve possuir 12 ACS.

Há, também, a necessidade de existência de Unidades Básicas de Saúde (UBS) dentro das áreas de atendimento das ESF, que devem possuir no mínimo: consultórios médico e de enfermagem, adequados às ações de saúde desenvolvidas pelas ESF, sala de recepção, local para registros e arquivos, uma sala de cuidados básicos de enfermagem, uma sala de vacina, sanitários, equipamentos e materiais adequados às práticas desenvolvidas, garantia de fluxos de referência e contra referência aos serviços de atenção secundária e terciária, de apoio, diagnóstico e terapêutico, ambulatorial e hospitalar, bem como, manutenção regular de estoque dos insumos necessários para o funcionamento da UBS.

As equipes de saúde bucal (ESB)⁹⁶, que atuam também nas UBS, juntamente com as ESF, são consideradas: (i) modalidade I, quando possui um cirurgião dentista e um auxiliar de consultório dentário, com trabalho integrado a uma ou duas ESF; (ii) modalidade II, com composição básica de um cirurgião dentista, auxiliar de consultório dentário e técnico de higiene dental, também com trabalho integrado a uma ou duas ESF, com responsabilidade sanitária pela mesma população e território das ESF. Da mesma forma, dentro das UBS há a necessidade de um consultório odontológico para as ESB, em consonância com as necessidades das

⁹⁶ Seu número cresceu significativamente a partir do Programa Brasil Sorridente, lançado em 2003.

ações de sua competência, bem como, equipamentos e materiais adequados às ações programadas.

Na tentativa de reorientar o modelo de APS foram implantadas outras políticas, entre as elas, às de saúde mental, transplantes, atendimento de urgência e emergência e assistência farmacêutica. Apesar da APS⁹⁷ ser entendida como a base norteadora do sistema, constituir a porta de entrada e possuir visão integral da assistência à saúde para sua população adstrita, os procedimentos realizados em seus serviços não contemplam todas as necessidades dos usuários do SUS, que demandam ações de atenção secundária e terciária à saúde.

A atenção secundária ambulatorial (a média complexidade) compreende as ações e serviços que atendem os principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade dos procedimentos exige a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento, ou seja: procedimentos traumato-ortopédico, ações especializadas em odontologia, patologia clínica, anatomopatologia e citopatologia, exames ultrassonográficos, diagnose; fisioterapia, terapias especializadas; próteses e órteses e anestesia.

Em 2006, no sentido de melhorar o acesso à hospitalização, foi definida a Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade, a qual objetivava a redução das filas de espera por procedimentos cirúrgicos, a estruturação de uma rede de serviços regionalizada, a oferta regular de serviços, bem como, a definição de parâmetros e de procedimentos para elaboração de projetos de ampliação da oferta em consonância com o Plano Diretor de Regionalização.

A atenção terciária, ou alta complexidade, refere-se ao conjunto de procedimentos de atenção à saúde que abrange alta tecnologia e alto custo; tem como objetivo possibilitar o acesso da população a serviços qualificados de forma integrada

⁹⁷ Dada à complexidade da APS foi criado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM nº 154 de 24/01/2008 o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); é constituído por equipes de profissionais de diferentes áreas de conhecimento e atua em conjunto com os profissionais das ESF, fixando-se nos territórios sob responsabilidade destas equipes. O NASF e as ESF deverão criar espaços para discussões envolvendo a gestão da APS, tendo como eixos a responsabilização, gestão compartilhada e apoio à coordenação.

aos demais níveis de atenção à saúde. Entre as principais áreas que compõem a atenção terciária à saúde, destaca-se assistência ao paciente portador de doença renal crônica, assistência ao paciente oncológico, cirurgia cardiovascular, cirurgia vascular, assistência aos pacientes portadores de queimaduras; assistência aos pacientes portadores de obesidade, reprodução assistida, além da política nacional de transplantes.

Concluindo, pode-se dizer que, em que pesem os avanços alcançados no sistema de saúde do país, ainda perduram muitos desafios em termos de gestão e operacionalização do sistema, integralidade e resolutividade dos agravos, escassez de recursos humanos, bem como de materiais de consumo, dentre outros. A questão da intersetorialidade das ações de saúde com outras políticas públicas ainda é bastante precária, obstaculizando uma ação efetiva das ações de saúde sobre o indivíduo, desassociada dos fatores determinantes do processo saúde/doença, vinculados. Então, pode-se dizer que:

O SUS é uma proposta generosa de uma política pública que se construiu e se institucionalizou a partir de um amplo debate na sociedade brasileira, estimulado pelo movimento sanitário e acolhido na Constituição Federal de 1988. É um experimento social que está dando certo e seus avanços são inquestionáveis, mas enfrenta enormes desafios e tem de superá-los (MENDES, 2011, p17).

9.4.2 A saúde em Tiradentes

A rede de serviços do estado é hierarquizada de acordo com o nível de complexidade dos serviços prestados; não significa, contudo, que sua Rede de Atenção à Saúde também seja hierarquizada, pelo contrário, a Atenção Básica ou Primária é considerada o grande pilar, na medida em que é ela que vai promover atenção integral mediante intervenções promocionais, preventivas, curativas, cuidadoras, reabilitadoras e paliativas, prestando atenção oportuna, em tempos e lugares, fazendo a ligação entre as atenções secundária e terciária.

Em síntese, o município é a base territorial de planejamento de atenção primária à saúde, englobando o Programa Saúde da Família (PSF). A microrregião de saúde, com base territorial de planejamento da atenção secundária à saúde, oferta de

serviços hospitalares e ambulatoriais de média complexidade, deve trabalhar com uma escala intermediária que garanta, além da qualidade dos serviços prestados, o custo-benefício em termos de eficácia e eficiência. A macrorregião de saúde, de oferta mais rarefeita, oferta serviços ambulatoriais e hospitalares de alta complexidade destinados às microrregiões componentes. Assim, em um sistema de gestão compartilhada com o estado, em sintonia com o Plano Diretor de Regionalização (PDR)⁹⁸ da saúde do estado Minas Gerais, Tiradentes é uma base municipal e São João del Rey e Barbacena constituem, respectivamente, a referência de Tiradentes em termos microrregional e macrorregional.

O Departamento Municipal de Saúde de Tiradentes possui Conselho Municipal de Saúde, Plano e Fundo⁹⁹, segundo informações prestadas pelo órgão gestor. O Conselho Municipal de Saúde é pouco atuante: as reuniões são realizadas com pouquíssima frequência, notadamente dos representantes dos usuários, apesar de sua composição paritária.

O município presta serviços de atenção básica e alguns de média complexidade na Unidade Mista de Saúde, tais como, cardiologia, ginecologia, ortopedia e pediatria. O Departamento Municipal de Saúde está organizado conforme organograma na folha anexa. O Departamento possui as seguintes coordenações: transportes, fisioterapia, controle e avaliação, atenção primária, vigilância sanitária, unidade mista de saúde, vigilância epidemiológica e farmácia de Minas.

A Atenção Primária à Saúde (APS) compreende três Unidades Básicas de Saúde, um Posto de Saúde, um Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF) e duas Equipes Saúde da Família (ESF). A UBS mais central localiza-se no Parque das Abelhas; a situada em Águas Santas referencia as famílias dessa comunidade e as de César de Pina; outra UBS, localizada na Caixa D'Água da Esperança atende esse distrito, sendo que o outro, Elvas, conta com um Posto de Saúde, muito antigo e precário.

⁹⁸ O Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais, elaborado em 2001, foi revisto em 2003, adequando-se ao novo papel que o Governo Estadual impôs à Secretaria: a de coordenar as redes da atenção à saúde no Estado. Para tanto, na conformação do PDR, predominaram os critérios de fluxos de pessoas em busca da atenção à saúde.

⁹⁹ O fundo constitui unidade orçamentária.

O PSF conta com duas ESF, que estão lotadas nas UBS Parque das Abelhas (Prevenção e Saúde) e na Unidade Mista de Saúde (Saúde e Vida). Já se tem em mãos um projeto de construção de mais uma UBS para alocar a ESF que atende na Unidade Mista, conforme informações do Departamento Municipal. O órgão gestor entende que o PSF deve ser ofertado em uma UBS, separadamente de outras especialidades. Mencionou-se que cada equipe possui um médico generalista, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde.

A Unidade Mista de Saúde funciona 24 horas, com plantão de um técnico de enfermagem, e de um motorista; de segunda a sexta-feira há um plantonista médico na parte da tarde, e oferece, uma ou duas vezes por semana, especialistas em cardiologia, ortopedia, ginecologia e pediatria.¹⁰⁰.

As UBS funcionam de 07h00min às 17h00min e não têm, também, a necessidade da presença de um médico em tempo integral, conforme o órgão gestor. O município comportaria outra ESF, mas apesar de o governo federal arcar com uma parte das despesas, a outra parcela, de responsabilidade do município é bastante significativa. Logo, o Departamento Municipal de Saúde prefere ampliar os ACSs, já que iria onerar menos as finanças municipais. Atualmente o município possui 12 ACS, que realizam um trabalho eficiente; possuem um domínio grande das áreas de abrangência, pois residem nesses espaços e alguns exercem esta função há mais de 7 anos. A expectativa seria aumentar um ou dois ACS em cada equipe, embora o município tenha se cadastrado no Programa Mais Médicos.

A cobertura do PSF é de 100%, contudo existem algumas micro áreas que cresceram bastante e precisam ser divididas. O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)¹⁰¹, como a nova legislação permite, é municipal, consorciado com os municípios de Prados, Lagoa Dourada e Coronel Xavier Chaves. O setor de Controle e Avaliação tem como responsabilidade a marcação de exames, cirurgias eletivas e o

¹⁰⁰ 1cardiólogista, 6h/semana; 2 ortopedistas, 6h/semana, 2 ginecologistas, 12h/semana e 2 pediatras 12h/semana.

¹⁰¹ O NASF foi criado pelo Ministério da Saúde em 2008 com objetivo de apoiar a Estratégia saúde da Família na rede de serviços, ampliando a abrangência e o escopo das ações de Atenção Primária, bem como sua resolutividade, além dos processos de territorialização e regionalização. É composto por profissionais de distintas áreas de conhecimento que atuam junto com os membros das ESFs, compartilhando práticas de saúde.

agendamento de carros para viagens. O Sistema de Informações, propriamente dito, funciona na Unidade Mista de Saúde.

Nas reuniões da Comissão Intergestora Bipartite (CIB) com a presença dos secretários municipais de saúde, são pactuadas a oferta de serviços especializados, ou seja, quando cada município se compromete a oferecer um quantitativo de consultas de média complexidade de determinadas especialidades (Belo Horizonte, Juiz de Fora, Muriaé, Barbacena, São João del Rey, dentre outros). Tiradentes faz parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes (CISVER) juntamente com mais 14 municípios¹⁰², onde são ofertados atendimentos nas áreas de angiologia, cardiologia, cirurgia geral, cirurgia pediátrica, cirurgias urológicas, endocrinologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, psiquiatria e urologia.

O acompanhamento da Agenda Saúde, uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família é realizado com eficácia, já que é realizado pelos ACSs que dão prioridade a este público alvo, conforme informação do órgão gestor.

O município possui apenas um consultório particular onde atende um médico ortopedista, residente no município. A Unidade Mista de Saúde, que oferece algumas especialidades médicas, atende prioritariamente os usuários do SUS; a população de maior poder aquisitivo e que possui usualmente plano de saúde privado, não demonstra interesse em se cadastrar no PSF por preconceito, mas recorre às Unidades em busca de vacinas, curativos e monitoramento de pressão; as consultas são realizadas fora do município.

O Departamento Municipal de Saúde tem cumprido com eficiência as quatro metas pactuadas no Programa Saúde em Casa¹⁰³, pelo qual recebe repasse estadual¹⁰⁴, quais sejam: o Protocolo de Manchester, a cobertura de 100% do PSF, 7

¹⁰² Barroso, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Ibituruna, Itutinga, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritápolis, Santa Cruz de Minas e São Thiago.

¹⁰³Uma de suas ações é ampliação da cobertura populacional do Programa Saúde da Família (PSF), que visa à ampliação do acesso e a qualificação das ações e serviços de atenção primária à saúde prestados à população; esta ação refere-se ao repasse de incentivo financeiro aos municípios e ao desenvolvimento de ações direcionadas ao apoio técnico para qualificação dos processos de trabalho, calcadas na gestão por resultados.

¹⁰⁴ Cada equipe recebe R\$1.000,00, condicionado ao cumprimento das quatro metas.

ou mais consultas de pré-natal, bem como a realização de exames citológicos, preventivos de colo uterino.

O município está inserido no programa estadual Farmácia de Minas, onde a farmácia é distinguida como um dos estabelecimentos de saúde, referenciando as ações farmacêuticas da população. Assim, por meio do Sistema Integrado de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica (SIGAF) do governo estadual, que é um software que permite otimizar o sistema logístico de produtos farmacêuticos, promovendo maior assistência e atendimento aos usuários do SUS, todos os usuários hipertensos, diabéticos, dentre outros são cadastrados, permitindo que estes pacientes recebam gratuitamente suas medicações, já prescritas pelo médico na Farmácia de Minas. Este instrumento veio racionalizar a distribuição dos medicamentos, permitindo estabelecer e quantificar a necessidade do município em termos medicamentosos.

O município está investindo em práticas alternativas de atenção à saúde. Já existe em Tiradentes, contratado pela Prefeitura, um médico homeopata. Na verdade, foi contratado como clínico geral, mas vem utilizando a homeopatia com bons resultados na Unidade Mista de Saúde. Em função disso, o chefe do departamento municipal e a coordenadora da Atenção Básica participaram de um seminário sobre “Práticas Alternativas” em Belo Horizonte, em 2013. Segundo o órgão gestor, pretende-se estudar a possibilidade de implantação dessas novas práticas no município, com a ressalva de que exigirá um trabalho cuidadoso, demandando uma série de procedimentos prévios para sua efetivação.

Os pacientes em situação de risco (oncológicos, gestantes de alto risco, dentre outros), são acompanhados rigorosamente pelos ACSs. Os que fazem tratamento de oncologia são levados sistematicamente a São João del Rey, Barbacena e Belo Horizonte para fazerem radioterapia e quimioterapia.

O município aderiu ao programa Saúde na Escola, reconhecendo que as ações de integração entre saúde e educação impactam positivamente a qualidade de vida dos alunos. Assim, existe uma articulação entre as Unidades de Saúde e as escolas, considerando que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas de promoção à saúde e de prevenção de agravos à saúde e de doenças. Os alunos recebem acompanhamento nas áreas de crescimento, peso, acuidade

visual, saúde bucal, higiene, educação sexual, dentre outros, observando que qualquer situação¹⁰⁵ que possa demonstrar indícios de qualquer agravo à saúde é investigada. O programa está cadastrado em todas as escolas do município. A última ação foi realizada na Creche Municipal Bem-Me-Quer, onde as crianças foram pesadas e receberam um kit contra piolho (pente fino e uma receita de um shampoo caseiro). Atualmente as ações têm sido dirigidas para a área de nutrição contemplando crescimento e desenvolvimento. O próximo passo será o exame de acuidade visual. A questão da sexualidade tem sido trabalhada pelo Departamento de Saúde somente com os adolescentes das escolas municipais

O PSF atende a demanda espontânea da comunidade, mas também existe uma demanda programada; há doentes acamados que são incapazes de se deslocarem de suas casas até as UBSs, dessa forma, as ESFs deslocam-se para fazer o acompanhamento. Não existe um diagnóstico sobre a situação socioeconômica da população. Na outra administração, a política de Assistência Social praticamente não existia. O Departamento de Saúde conhece os agravos de saúde da população, mas desconhece os aspectos sociais. Atualmente, a saúde e a Assistência estão fazendo um trabalho conjunto. O PSF tem organizado, com frequência, palestras educativas para a população conforme ciclo de vida; assim temas como “sexualidade” “amamentação”, “contraceptivos” têm sido discutidos com públicos específicos. Foi criada uma página no facebook do Departamento de Saúde, a qual, além de divulgar todas as programações do PSF, contém todos os serviços ofertados e os respectivos telefones.

As ações de vigilância epidemiológica e sanitária são realizadas; o calendário de vacinação e as metas atingidas segundo principais imunobiológicos estão em sintonia com a legislação e com as metas pactuadas, conforme informações do órgão gestor. A vigilância sanitária também é atuante; os focos de dengue foram erradicados e são monitorados. Relatou-se também que a vigilância sanitária tem estado atenta na fiscalização dos estabelecimentos comerciais (bares, restaurantes e pousadas) do município; pelo menos uma vez por mês a vigilância sanitária regional vistoria o município. O prefeito vê a necessidade de solicitação de novos alvarás

¹⁰⁵ Ida excessiva ao banheiro, etc.

sanitários, já que há muitos estabelecimentos trabalhando sem licenças de funcionamento.

Destaca-se também, de acordo com o órgão gestor, que está sendo desenvolvido um trabalho conjunto, também entre a saúde e o Conselho Tutelar. Os piores problemas de violação de direitos, conforme informação do Departamento Municipal referem-se à gravidez na adolescência, à violência doméstica e sexual, existindo uma boa interlocução entre as UBSs e o Conselho Tutelar. Casos mais graves de violação de direitos são encaminhados a São João del Rey. O Conselho Tutelar costuma informar, também, certos problemas e pedir o auxílio do Departamento de Saúde.

O pior problema da saúde no município, conforme do Departamento Municipal, está relacionado à falta de recursos financeiros, já que os repasses do Fundo Municipal de Saúde diminuíram significativamente. Ainda, de acordo com o órgão gestor, a infraestrutura do departamento não comporta todos os serviços oferecidos, necessitando ser ampliada. O Posto de Saúde de Elvas precisa ser reformado. Por outro lado, Tiradentes necessita urgentemente de um laboratório; o existente é terceirizado o que redunda em grandes despesas. Os carros destinados ao transporte dos pacientes para outros municípios precisam ser melhorados. Da mesma forma, o serviço de fisioterapia precisa ser ampliado, não atendendo toda a demanda da população¹⁰⁶.

Foi relatado pelo órgão gestor que o município necessita de mais médicos; de uma adequação da remuneração salarial para os médicos do PSF são mal remunerados¹⁰⁷, assim como de controle dos horários a serem cumpridos pelos mesmos.

Em se tratando de um município turístico, reconhecido internacionalmente, recebe um grande fluxo de turistas, notadamente nos feriados, férias, festivais e demais eventos, o que sobrecarrega os equipamentos de saúde. Nesse contexto, os recursos financeiros tornam-se insuficientes, dado que o Piso de

¹⁰⁶ Já está no PPA a reforma do prédio onde funciona o departamento e a criação de um Centro de Reabilitação Física.

¹⁰⁷ Cada médico do PSF recebe cerca de R\$7.000,00/mensal.

Atenção Básica Fixa (PAB/Fixo)¹⁰⁸, destinado à cobertura das ações e procedimentos de atenção básica, é calculado tendo como referência os habitantes do município, e não a população flutuante.

Os profissionais da área de saúde não possuem Plano de Carreira, embora sejam concursados. Para intervir nesse aspecto, é necessário adequar o quadro de funcionários da prefeitura e os planos de cargos e salários, considerando Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo o prefeito, já houve autuação pelo Ministério Público.

Segundo o órgão gestor, a área de saúde no município está boa, mas dadas as limitações de recursos financeiros, as principais necessidades emergentes seriam:

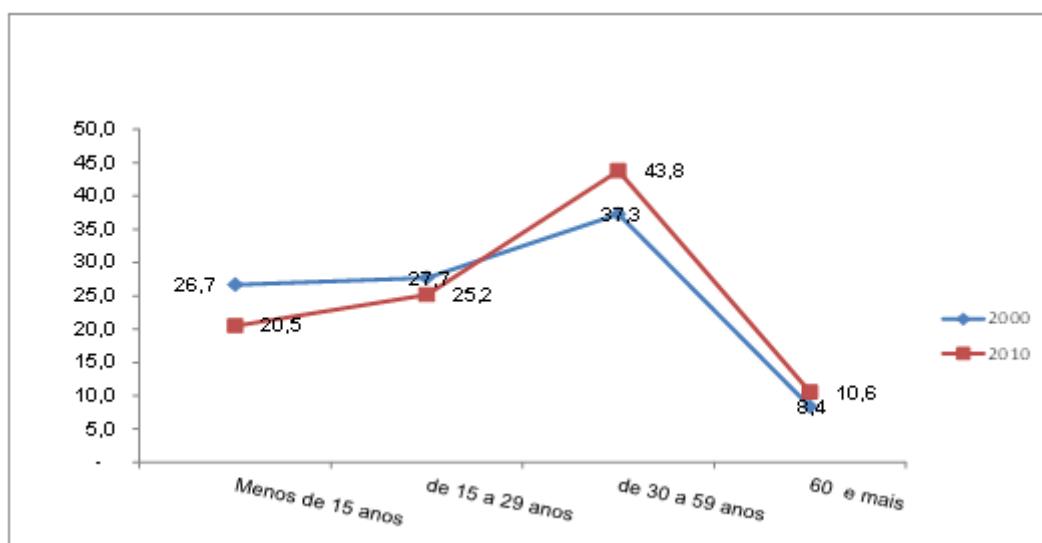
- alocar mais um plantonista médico na Unidade Mista de Saúde, na parte da manhã;
- alterar a carga-horária dos médicos do PSF, ajustando-as às dos plantonistas, de maneira que o município tenha um médico à disposição todo o dia;
- implantar um laboratório municipal;
- melhorar os carros de viagem;
- contratação de um psiquiatra;
- contratação de um pediatra;
- contratação de fisioterapeuta;
- reformar o Departamento Municipal de Saúde e o Posto de Saúde Elvas.

¹⁰⁸ A atenção básica à saúde do município recebe co-financiamento federal por meio do Piso de Atenção Básica Fixo e Piso de Atenção Básica variável. O PAB FIXO refere-se ao custeio de ações de atenção básica do município (consultas médicas em especialidades básicas, odontologia básica, atendimento de outros profissionais de nível superior e de nível médio, atividades dos agentes comunitários de saúde, atendimento ambulatorial e domiciliar por membro da equipe de saúde da família, vacinação, pequenas cirurgias, atividades educativas, orientação nutricional, assistência ao parto domiciliar por médico do PSF e pronto atendimento em unidade básica de saúde. Existe 4 faixas de PAB fixo que é calculado por habitante; as faixas são determinadas levando em consideração além do quantitativo populacional do município, o PIB per capita.

9.4.3 Os números da saúde em Tiradentes

A análise da saúde em um município requer o conhecimento de sua estrutura populacional, o que irá nortear as ações do Plano Municipal de Saúde. Assim, a população de Tiradentes, encontra-se em um processo de transição demográfica já avançada. Nos últimos 10 anos, ampliou-se significativamente a população idosa, diminuiu a população dos estratos mais jovens, resultado do aumento da expectativa de vida ao nascer e da diminuição das taxas de natalidade e mortalidade, dentre outras. Consequentemente, vem se observando a diminuição da incidência de doenças infecciosas e transmissíveis e aumento das crônicas e degenerativas, o que deve orientar a formulação das ações prioritárias de atenção à saúde no município.

Gráfico 9.4 População residente por grupos de idade em 2000 e 2010
Tiradentes/MG



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2000 e 2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A população cresceu 1,9% a.a. no período 2000/2010; o grupo populacional menor de 15 anos registrou o decréscimo de -0,7% aa, o de 15 a 29 anos cresceu 0,9% a.a., o de 30 a 59 anos evoluiu 3,6% a.a e o de 60 anos e mais cresceu 4,3%. Assim a população de 0 a 14 anos que representava em 2000, 26,7% do total da população (gráfico 9.4) passou a assegurar 20,5% em 2010; a de 15 a 29 anos que

perfazia 27,7 passou, 10 anos depois, para 25,2%. Já o grupo populacional de 30 a 59 anos e de mais de 60 anos, que asseguravam 37,3% e 8,4% passaram a representar 43,8% e 10,6, respectivamente, sinalizando o processo de transição demográfica em Tiradentes.

A rede de saúde em Tiradentes é constituída por quatro estabelecimentos, segundo o DATASUS (tabela 9.12); completamente diverso daquilo que foi informado pelo Departamento Municipal e observado em pesquisa de campo, conforme tabela 9.13.

Tabela 9.12 Número de estabelecimentos de saúde, por tipo e esfera administrativa segundo o DATASUS – Tiradentes/MG – 2013

Tipo de estabelecimento	Estadual	Municipal	Total
Centro de Saúde Unidade Básica de saúde		1	1
Posto de Saúde		1	1
Secretaria de saúde		1	1
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar - Urgencia Emergência	1		1
Total	1	3	4

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

Tabela 9.13 Número de estabelecimentos de saúde, por tipo e esfera administrativa segundo o Departamento de Saúde da prefeitura - Tiradentes/MG – 2013

Tipo de estabelecimento	Gestão			Total
	Privado	Estadual	Municipal	
Unidade Básica de Saúde - Parque das Abelhas, Águas Santas, Caixa d'Água	0	0	3	3
Posto de Saúde - Elvas	0	0	1	3
Unidade Mista de Saúde	0	0	1	3
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar - Urgência Emergência	0	1	0	0
Consultório	1	0	0	1
Total	1	1	5	7

Fonte: Departamento Municipal de Saúde de Tiradentes

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

No entanto, a tabela 9.13, fruto da pesquisa de campo no município, indica a existência de sete estabelecimentos, a maioria da esfera municipal. O município de São João del Rey, que é referência microrregional aos demais municípios - inclusive Tiradentes, e é responsável pela oferta de serviços de média

complexidade, assegura 69,6% dos equipamentos da microrregião. Além de dois hospitais gerais, possui 41 clínicas ou ambulatórios especializados, dentre outros. Em seguida, Nazareno é o município mais expressivo da microrregião, assegurando 6,2% do total dos equipamentos.

Como Tiradentes não possui uma unidade hospitalar estabelecida, os pacientes com agravos de média complexidade contam notadamente com os leitos de internação de São João del Rey, com a observação de que 5 municípios¹⁰⁹ da microrregião, além de São João del Rey, possuem hospitais gerais¹¹⁰ e consequentemente, leitos de internação. Acompanham-se suas internações por meio das internações hospitalares, por residentes no município. Assim, a evolução do número de internações hospitalares por local de residência, na microrregião de São João del Rey é observado na tabela 9.14.

Tabela 9.14 Número de internações hospitalares por local de residência na Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2009-2013

Nome do Município	2009	2010	2011	2012	2013
Conceição da Barra de Minas	206	214	211	202	199
Coronel Xavier Chaves	205	226	210	247	249
Dores de Campos	514	481	519	569	573
Lagoa Dourada	704	688	766	777	755
Madre de Deus de Minas	220	215	215	268	233
Nazareno	346	428	341	389	379
Piedade do Rio Grande	348	425	367	354	296
Prados	595	599	596	681	698
Resende Costa	730	780	864	861	847
Ritápolis	337	307	319	378	381
Santa Cruz de Minas	478	521	501	569	541
Santana do Garambéu	194	178	164	160	100
São João del Rey	5.246	5.230	4.853	5.592	5.606
São Tiago	673	695	670	732	962
Tiradentes	353	356	336	412	368
Total	11.149	11.343	10.932	12.191	12.187

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

¹⁰⁹ Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, São João del Rey e São Tiago.

¹¹⁰Hospital destinado à prestação de atendimento nas especialidades básicas, por especialistas e/ou outras especialidades médicas. Pode dispor de serviço de Urgência/Emergência. Deve dispor também de Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT) de média complexidade

A bem da verdade, o número de internações, na ausência de epidemias ou transtornos ambientais, possui também correlação com o tamanho populacional. Assim, o quantitativo de internações relativas à Tiradentes é muito similar aos observados em Santa Cruz de Minas, Nazareno, Madre de Deus de Minas e Piedade do Rio Grande, que possuem populações semelhantes, embora destoe do quantitativo de Ritápolis. O número de internações em Tiradentes tem se mantido estável, embora tenha crescido 12,4% em 2012. Em 2013 retorna aos patamares dos anos anteriores, registrando 368 internações.

Analizando algumas características das internações (tabela 9.15), observa-se o mesmo padrão no que se refere ao caráter de atendimento, grupo de procedimento e nível de complexidade. Nesses aspectos as urgências prevalecem sobre as internações eletivas; as internações por causa cirúrgica são superiores às clínicas e a média complexidade é maciçamente predominante, Chama atenção o aumento de 9,2% em 2013 das internações cirúrgicas.

Tabela 9.15 Número de internações hospitalares em Tiradentes/MG segundo o caráter de atendimento, grupo de procedimento e complexidade – 2011 a 2013

Ano	Caráter do atendimento			Grupo de Procedimento		Complexidade	
	Urgência	Eletivos	Outros	Clinico	Cirúrgico	Alta	Média
2011	88,7	11,0	0,3	64,0	36,0	7,1	92,9
2012	93,0	7,0		65,5	34,5	5,6	94,4
2013	87,2	12,8		57,9	42,1	6,5	93,5

Fonte: Ministério da saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A maior causa das internações em Tiradentes, em 2013, conforme tabela 9.16 relaciona-se aos estados de gravidez, parto e puerpério, representando 17,7% do total, seguida, consecutivamente, pelas doenças circulatórias (13,6%), lesões por envenenamentos e causas externas (13,0%), do aparelho respiratório (11,1%) e do aparelho digestivo (9,5%).

Analizando especificamente as internações relacionadas à gravidez, parto e puerpério, verifica-se sua predominância nas jovens de 20 a 29 anos (53,8%) seguida pelas de 30 a 39 ano (21,4) e pelas de 15 a 19 anos 18,5%. No entanto, vale ressaltar que, do total das internações de adolescentes e jovens entre 15 e 19 anos,

54,4% corresponderam, em 2013, as internações relativas à gravidez, parto e puerpério.

Tabela 9.16 Estrutura percentual das internações, por causa (capítulo CID 10) e faixa etária, em Tiradentes - 2013

Capítulo CID-10	Idade (em anos)													Total
	- de 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79 anos	80 anos e mais	Total	
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	14,3	11,8	-	-	4,5	-	-	2,1	3,3	6,9	11,6	-	4,1	
II. Neoplasias (tumores)	-	-			4,5	-	-	6,4	8,3	17,2	14,0	-	5,4	
III. Doenças sanguineas, orgãos hemat e transt. imunitár	-	-	-		-	-	-	2,1	-	6,9	-	-	0,8	
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	-	1,8	-	10,6	1,7	3,4	4,7	5,9	3,8	
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,9	0,3	
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	9,1	-	2,2	-	-	-	-	-	1,6	
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	1,8	2,2	-	3,3	-	-	-	1,1	
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	3,5	8,7	17,0	26,7	20,7	16,3	41,2	13,6	
X. Doenças do aparelho respiratório	28,6	35,3	33,3	-	4,5	1,8	2,2	2,1	18,3	13,8	16,3	11,8	11,1	
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	5,9	22,2	28,6	-	8,8	15,2	10,6	13,3	6,9	7,0	-	9,5	
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	4,5	-	2,2	2,1	5,0	-	-	-	1,6	
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecidos conjuntivo	-	-	-	-	-	-	6,5	4,3	3,3	-	2,3	-	2,2	
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	5,9	11,1	-	9,1	7,0	8,7	17,0	8,3	10,3	18,6	-	9,8	
XV. Gravidez, parto e puerpério	-	-	-	-	54,5	61,4	30,4	8,5	-	-	-	-	17,7	
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	
XVII. Malformações, deformidades e anomalias cromossômicas	-	-	-	-	-	-	-	2,1	-	-	-	-	0,3	
XVIII. Sint sinais e achados anormais ex clín e laborat	7,1	-	-	-	-	-	-	2,1	1,7	3,4	-	-	1,1	
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	5,9	33,3	57,1	9,1	12,3	19,6	12,8	5,0	10,3	9,3	35,3	13,0	
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	14,3	-	1,8	2,2	-	1,7	-	-	-	1,1	
Total	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	

Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

No geral, em observância à tabela 9.16, verifica-se que a causa das internações é função dos ciclos de vida. Contudo, destacam-se algumas enfermidades, principalmente nas faixas etárias inferiores, passíveis de serem evitados. Na faixa etária de 0 a 1 ano há a predominância de internações originadas por afecções no período perinatal (50,0%), seguido por doenças do aparelho respiratório (28,6%) e de doenças infecciosas e parasitárias (14,3%). De certa forma este cenário acaba por refletir a falta de controle dos processos infecciosos, de práticas inadequadas de higiene, além da falta de cuidados com a gestante, que não realizou o controle sistemático do pré-natal ou não o obteve com a devida qualidade. As doenças respiratórias foram responsáveis pelas internações de crianças de 1 a 9 anos (32,2), seguida pelas doenças parasitárias e infecciosas (10,0%) e lesões de envenenamento e outras consequências de causas externas. (10,0%). Nas faixas etárias de 60 anos e mais, as doenças crônicas circulatórias (22,5%) e respiratórias (14,6%), e lesões de envenenamento e outras consequências de causas externas, além das neoplasias (12,4%) responderam pela maioria das internações.

Tiradentes não possui um número expressivo de ocupações na saúde, dado o porte do município, bem como o tamanho da rede (tabela 9.17). Contudo, possui um total de 81 profissionais, 18 de nível superior, 26 de nível técnico e 37 de outros níveis. Destaca-se que possui 6 médicos (clínico geral, médico da família e ginecologistas/obstetras), além de ocupações nas áreas de odontologia, fisioterapia, fonoaudiologia, enfermagem e psicologia, bem como 23 ACS's, componentes das Equipes Saúde da Família. Do total de 81 profissionais, todos fazem atendimento ao SUS. Os médicos representam 7,4% do total de profissionais com 100% atuando no SUS. A relação médicos por mil habitantes é 0,86, bastante inferior à média estadual que registrou, em dezembro de 2013, 1,47 médicos por mil habitantes.

Tabela 9.17 Ocupações na área da saúde, segundo CBO2002-MG - Tiradentes - 2013

Ocupações	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS
Pessoal da Saúde - Nível Superior	18	18	-
Clínico Geral	2	2	-
Enfermeiro	3	3	-
Fisioterapeuta	3	3	-
Fonoaudiólogo	1	1	-
Ginecol. Obstetra	2	2	-
Médico da Família	2	2	-
Nutricionista	4	4	-
Cirurgião Dentista	3	2	-
Psicólogo	1	1	-
Pessoal da Saúde - Nível Técnico/Auxiliar	26	26	-
Auxiliar de Enfermagem	7	7	-
Técnico de Enfermagem	19	19	-
Pessoal da Saúde - Outros Níveis	37	37	-
Agente Comunitário da Saúde	23	23	-
Agente de Saúde Pública	6	6	-
Pessoal Administrativo	8	8	-
Total	81		

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Os equipamentos ambulatoriais e seu quantitativo estão em conformidade com o tamanho da rede de saúde em Tiradentes (tabela 9.18). O município possui nítida superioridade de equipamentos utilizados pelo setor privado. Assim, a escassez de recursos materiais oferecida pelo SUS em Tiradentes pode ser um dos fatores que impede de se atingir bons padrões de resolutividade na atenção básica. Observa-se, também, baixo número de equipamentos completos de odontologia disponíveis no município. Desta forma, o sistema Municipal de saúde é restrito à atenção básica, e exige o deslocamento de outros pacientes para outros municípios, além daquele que constitui referência microrregional e macrorregional, encarecendo os procedimentos para o setor público.

Tabela 9.18 Equipamentos ambulatoriais existentes em Tiradentes - dez/2013

Equipamentos	Existentes	Em uso	Disponíveis ao SUS
Equipamentos por Métodos Gráficos	2	2	1
Eletrocardiógrafo	2	2	1
Equipamentos de Manutenção da Vida	19	14	7
Desfibrilador	2	2	2
Monitor de ECG	1	1	1
Monitor de Pressão Não-Invasivo	5	-	1
Reanimador Pulmonar/AMBU	10	10	2
Respirador/Ventilador	1	1	1
Outros Equipamentos	8	8	2
Aparelho de Diatermia por Ultrassom/Ondas Curtas	2	2	1
Aparelho de Eletroestimulação	6	6	1
Equipamentos de Odontologia	15	13	13
Equipo Odontológico Completo	2	2	2
Compressor Odontológico	1	1	1
Fotopolimerizador	2	2	2
Caneta de Alta Rotação	2	2	2
Caneta de Baixa Rotação	4	2	2
Amalgamador	2	2	2
Aparelho de Profilaxia c/Jato de Bicarbonato	2	2	2
Total	44	37	23

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Na tentativa de comparar a estrutura de equipamentos de Tiradentes com outros semelhantes, em termos populacionais, a situação é muito mais modesta em Santa Cruz de Minas e muito superior em Nazareno, que possui um hospital geral, dentre outros estabelecimentos.

Tiradentes reduziu a mortalidade infantil de 38,0 óbitos em menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos, em 2009, para 12,5 óbitos, em 2010 (tabela 9.19), ou seja, um declínio de 67,1% no período. Em 2011 há um leve incremento, com 13,0 óbitos por mil nascidos vivos, o que não afeta o perfil de forte decréscimo desse indicador. Analisando a estrutura dos óbitos até 1 ano, observa-se a prevalência, em todo o período, daqueles ocorridos no período perinatal, ou seja, na primeira semana de vida dos recém-nascidos.

Tabela 9.19 Taxa de mortalidade infantil na microrregião geográfica de São João del Rey, 2009 a 2011

Município	Ano		
	2009	2010	2011
Conceição da Barra de Minas	-	25,6	-
Coronel Xavier Chaves	54,1	47,6	27,8
Dores de Campos	8,7	24,8	11,1
Lagoa Dourada	41,1	20,3	13,5
Madre de Deus de Minas	21,3	20,8	19,2
Nazareno	21,7	-	-
Piedade do Rio Grande	-	20,0	-
Prados	-	28,6	9,2
Resende Costa	22,7	-	15,5
Ritápolis	-	-	-
Santa Cruz de Minas	25,0	18,5	12,7
Santana do Garambéu	28,6	0,0	32,3
São João del Rey	13,0	14,9	7,9
São Tiago	33,3	8,1	15,2
Tiradentes	38,0	12,5	13,0

Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013 (IMRS)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Esse resultado vem refletir questões relativas ao acesso e qualidade dos recursos disponíveis para a atenção à saúde da gestante e da criança, que com certeza ainda não têm sido suficientes. A redução da mortalidade no período pós-neonatal, característica da mortalidade infantil no município, dentre outros fatores, é fruto das condições de desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental do município. Grande parte dos municípios da Microrregião de São João Del Rey também reduziu as respectivas taxas de mortalidade infantil, com exceção de Santana de Garambéu.

A proporção de gestantes que fizeram sete ou mais consultas pré-natais também é importante para medir problemas de acesso e a qualidade do atendimento prestado. A tabela 9.20 mostra que a significativa queda nas taxas de nascidos vivos, mesmo com cobertura adequada de atendimento às gestantes em Tiradentes, é descendente no período 2005-2011, o que merece atenção das autoridades sanitárias. Comparativamente a outros municípios da microrregião, em 2011 Tiradentes encontrava-se em posição menos favorável que os municípios de Coronel Xavier Chaves, Ritápolis e São João Del Rey.

Tabela 9.20 Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram sete ou mais consultas de pré-natal na microrregião geográfica de São João del Rey – 2005 a 2011.

Nome do Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Conceição da Barra de Minas	65,04	70,51	72,32	61,9	61	51,3	59,5
Coronel Xavier Chaves	88	85,71	80,65	16,3	35,1	33,3	27,8
Dores de Campos	58,59	69,57	62,5	77,6	79,1	81	78,9
Lagoa Dourada	59,78	52,5	54,35	51,5	41,1	55,4	60,1
Madre de Deus de Minas	16,84	19,1	19,05	45,7	48,9	60,4	55,8
Nazareno	60	65,81	76,7	72	80,4	71,6	77,2
Piedade do Rio Grande	54,29	67,21	64,47	50,9	66,7	76	79,5
Prados	74,07	85,48	66,67	48,3	49,4	59	61,5
Resende Costa	63,58	59,4	55,78	52,9	43,9	65,8	62
Ritápolis	38,18	46,15	23,26	29,8	28,9	42,3	40,4
Santa Cruz de Minas	57,41	53,85	51,92	41,9	47,5	56,5	50,6
Santana do Garambéu	54,76	52,87	42,31	77,3	57,1	78,6	90,3
São João del Rey	19,64	39,89	35,8	36	35,2	38,7	47,1
São Tiago	73,91	92,86	69,23	53,8	60	57,7	65,9
Tiradentes	65,73	65,44	66,2	33,3	44,3	57,5	50,6

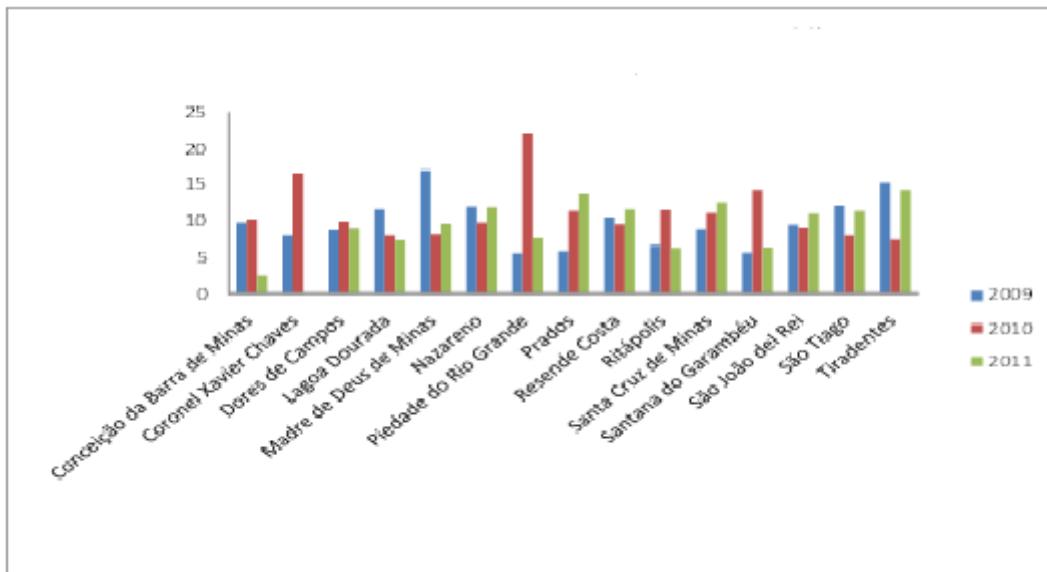
Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013 (IMRS)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Ao indicador acima, agrega-se a proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer¹¹¹ na microrregião de São João Del Rey no período 2009-2011, (gráfico 9.5), revelando que Tiradentes registrou em 2011 o maior percentual (14,29%) da Microrregião. O baixo peso ao nascer é resultado da diminuição do crescimento intrauterino ou do nascimento prematuro, representando importante fator de risco para a morbidade/mortalidade neonatal e infantil. Trata-se de um indicador que prediz a sobrevivência infantil, pois quanto menor peso ao nascer maior será a probabilidade de ocorrência de morte precoce. Destaca-se que nos países desenvolvidos essa proporção gira em torno de 6,0%, sendo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) aceita valores abaixo de 10%.

¹¹¹ Considera-se de baixo peso, menos que 2,5 KG.

Gráfico 9.5 Proporção de nascidos vivos com baixo peso na Microrregião Geográfica de São João del Rey, 2009 a 2011



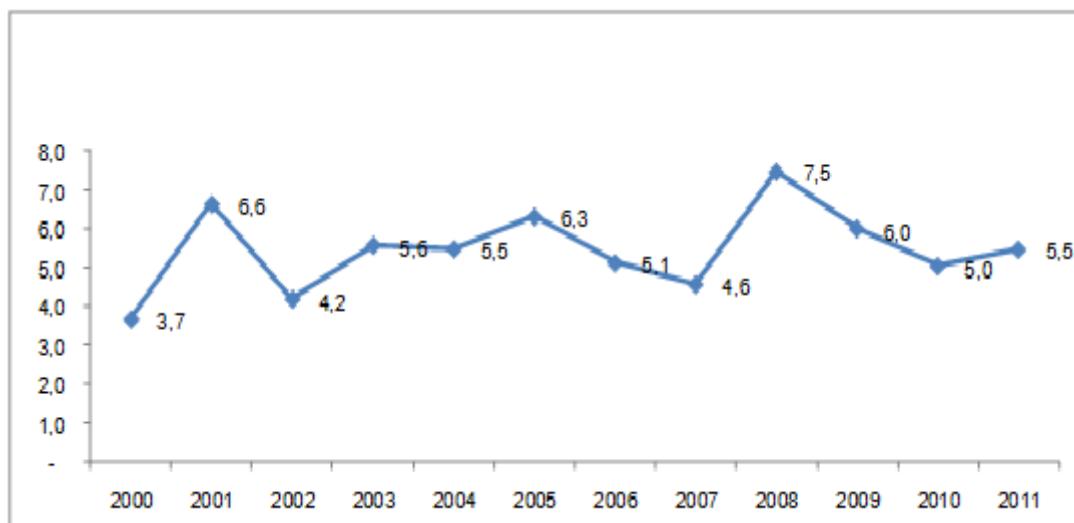
FJP/ índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A taxa bruta de mortalidade¹¹², em Tiradentes, oscilou entre 2000 e 2011, registrando o menor valor em 2000, quando atingiu 3,5 óbitos por mil habitantes e picos 6,6, 6,3 e 7,5 óbitos por mil habitantes em 2001, 2005 e 2008 (gráfico 9.6). Em 2010 cai a 5,0, abaixo de Minas Gerais (6,2) e do Brasil (5,9) nesse ano, mas não retoma os níveis de 2000. De acordo com Alves (2008), o declínio das taxas de mortalidade é fruto da junção de dois fatores, um que está ligado à melhoria do padrão de vida da população em função do desenvolvimento das forças produtivas e outro relacionado às contribuições das inovações médicas, dos programas de saúde pública, do acesso ao saneamento básico e da melhoria da higiene pessoal.

¹¹² Mede o nº total de óbitos por mil habitantes, em um espaço geográfico.

Gráfico 9.6 Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes) em Tiradentes/MG – 2000 a 2011



Fontes: Secretaria de Estado da Saúde de MG (SES) /Superintendência de Epidemiologia, IBGE/Censos Demográficos de 2000 e 2010, FJP/CEPP/IMRS.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A incidência da mortalidade geral, descrita por faixa etária, acompanha, também, o ciclo de vida, incidindo preponderantemente nas pessoas idosas, conforme demonstra a tabela 9.21. 54,9% dos óbitos em Tiradentes contemplaram pessoas acima de 60 anos, em 2010 (12,8%, entre 60 e 69 anos; 12,8%, entre 70 e 79 anos e 33,3%, de 80 anos e mais).

Tabela 9.21 Mortalidade proporcional, por local de residência, segundo capítulo 010/CID e faixa etária, em Tiradentes/MG – 2011

Capítulo CID-10	Faixa etária (em anos)									Total
	- de 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	60 a 69	70 a 79	80 e +	
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,7 2,6
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23,1 7,7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,7 2,6
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	14,3	-	-	-	2,6
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,7 2,6
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	25,0	14,3	80,0	60,0	23,1	30,8
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	28,6	20,0	40,0	15,4	17,9
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	-	-	-	25,0	28,6	-	-	7,7	10,3
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	-	25,0	-	-	-	-	2,6
XVII. Malformações e anomalias cromossômicas	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	2,6
XVIII. Sintomas e achados anormais exames clínicos e laboratoriais	-	-	100,0	-	-	14,3	-	-	7,7	7,7
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	100,0	-	100,0	25,0	-	-	-	-	10,3
Total	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/DATASUS

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

As doenças do aparelho circulatório (30,8%) constituíram as maiores causas dos óbitos, seguidas pelas doenças do aparelho respiratório (17,9%), causas externas (10,3%), doenças do aparelho digestivo (13,3%) e pelas doenças respiratórias (10,9%). As doenças circulatórias incidiram predominantemente nos óbitos relativos às faixas etárias de 40 anos e mais, notadamente na população de 60 anos e mais. As doenças respiratórias foram predominantes nas faixas etárias de 50 a 59 anos, de 60 a 69 anos e de 70 a 79 anos. As enfermidades do aparelho respiratório incidiram especialmente nos óbitos das faixas etárias superiores. As doenças relacionadas às causas externas acometeram, com maior intensidade, os jovens entre de 10 a 29 anos.

As causas externas de morbidade e mortalidade abrangem as lesões decorrentes de acidentes (relacionados ao trânsito, afogamento, envenenamento,

quedas ou queimaduras) e de violências (agressões/homicídios, suicídios, tentativas de suicídio, abusos físicos, sexuais e psicológicos), complicações de assistência médica e cirúrgica, efeitos adversos de drogas, dentre outras, as quais se impõem como importante desafio aos gestores de saúde pública. No Brasil, atualmente, as causas externas representam a terceira causa mais frequente de morte. Em Tiradentes o fenômeno repete-se e foram responsáveis, em 2011, por 100% dos óbitos ocorridos nas faixas etárias entre 10 e 14 anos e na de 20 a 29 anos. Pesquisas realizadas têm demonstrado que as mortes por causas externas, atingem, notadamente, grupos populacionais jovens, mais vulneráveis e de baixo poder aquisitivo.

Destacam-se também, os óbitos originados por causas mal definidas, que constituem a 5^a maior causa dos óbitos ocorridos no município em 2011. As mortes por causas mal definidas estão inseridas no capítulo XVIII da CID-10, denominado “sintomas, sinais e achados anormais nos exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte”; a bem da verdade, percentuais elevados de mortes por causas mal definidas sugerem a ocorrência de deficiências, sejam nas declarações de causa morte, sejam nos procedimentos de registro, coleta, crítica e análise das informações de mortalidade. Portanto, a frequência de causas mal definidas é função das distorções de recursos médicos assistenciais, dentre eles do diagnóstico, do descaso no preenchimento dos atestados de óbitos, da utilização de termos imprecisos, dentre outros.

A tabela 9.22 mostra a evolução dos óbitos por causas mal definidas na microrregião de São João Del Rey; em Tiradentes, em 2005 os óbitos por causas mal definidas representaram 2,5%, chegando a aumentar significativamente nos anos de 2008, 2009 e 2010, notadamente, quando atinge 17,1%, retornando a 7,7% em 2011. Os percentuais de óbitos por causas mal definidas são relevantes na maioria dos municípios da microrregião, destacando, em 2011, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Piedade do Rio Grande, Ritápolis e São Thiago.

Tabela 9.22 Proporção de óbitos por causas mal definidas na microrregião geográfica de São João del Rey – 2005 a 2011

Nome do Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Conceição da Barra de Minas	34,8	32,0	29,4	19,2	4,0	3,3	–
Coronel Xavier Chaves	–	–	–	8,3	14,3	3,3	16,1
Dores de Campos	16,7	2,0	4,5	14,3	12,5	14,9	9,2
Lagoa Dourada	5,3	7,8	8,2	7,0	9,0	6,6	13,0
Madre de Deus de Minas	3,5	3,3	4,0	3,3	7,5	2,6	8,7
Nazareno	9,5	12,7	9,4	13,0	5,3	4,6	9,1
Piedade do Rio Grande	–	7,7	–	2,3	8,6	17,4	9,1
Prados	7,0	–	–	10,9	9,3	3,5	14,0
Resende Costa	4,4	–	2,2	1,2	3,9	2,1	5,3
Ritápolis	7,5	11,1	11,1	16,7	4,8	10,5	14,3
Santa Cruz de Minas	9,3	4,4	20,5	2,7	17,0	2,4	7,3
Santana do Garambeú	22,2	–	–	–	–	–	–
São João del Rey	10,0	12,6	11,0	11,7	10,4	11,2	9,7
São Tiago	14,1	10,3	5,3	9,3	11,5	12,5	11,6
Tiradentes	2,5	3,0	3,3	8,0	9,8	17,1	7,7

Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013 (IMRS)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Em observância às diretrizes operacionais do Pacto da Vida, em Defesa do SUS e de Gestão, estabelecidas pelo Ministério da Saúde em 2006, todo município deve assumir a gestão e execução das ações de vigilância em saúde, realizadas na esfera local, abrangendo as ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental de acordo com as normas legais e pontuações estabelecidas.

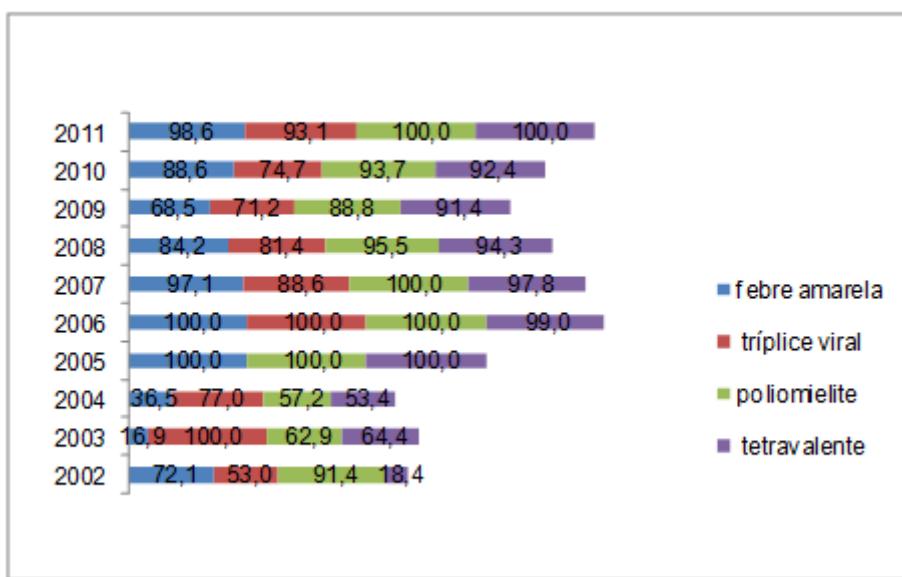
Sobre as atividades inerentes à vigilância sanitária e epidemiológica, Tiradentes acompanha as normas do Ministério da Saúde, contando com um quadro de profissionais especializados.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) é instrumento de grande relevância no controle das doenças transmissíveis que podem ser evitadas por meio de imunizações. A vigilância epidemiológica constitui estratégia complementar para o controle de todas as doenças, sendo que, a partir de um caso suspeito, são desenvolvidas ações no intuito de impedir o aparecimento de novos casos, interrompendo o processo de transmissão (MORAES *et al.*; 2003).

Com relação à cobertura vacinal de Tiradentes (gráfico 9.7) dos principais imunobiológicos, em crianças menores de 1 ano, observa-se, trajetória diversa em todo o período. Somente em 2005 e 2006 os imunobiológicos do calendário obrigatório atingem a cobertura de 95,0%, resultado este passível de melhoria imediata, para que não comprometa as ações de saúde do município.

Finalmente, a tabela 9.23 indica que a cobertura da condicionalidade saúde do PBF em Tiradentes está muito próxima de 100%, ao contrário de outros municípios da microrregião de São João Del Rey.

Gráfico 9.7 Cobertura vacinal segundo principais imunobiológicos em Tiradentes/MG – 2002 a 2011



Fontes: Secretaria de Estado da Saúde/Superintendência Epidemiologia, IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010, FJP/CPA/IMRS

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Tabela 9.23 População atendida pelo Programa Saúde da Família (PSF) na Microrregião de São João del Rey – 2005 - 2011

Nome do Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Conceição da Barra de Minas	86,4	86,6	86,8	86,9	87,1	87,3	87,4
Coronel Xavier Chaves	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Dores de Campos	78,2	77,4	76,6	75,8	75,0	74,2	73,6
Lagoa Dourada	29,1	38,5	57,4	59,4	85,0	84,5	84,0
Madre de Deus de Minas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nazareno	53,0	90,0	89,2	88,3	87,5	86,8	86,2
Piedade do Rio Grande	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Prados	85,7	85,0	84,3	100,0	100,0	100,0	100,0
Resende Costa	32,5	37,7	32,1	31,9	31,8	31,6	31,5
Ritápolis	66,7	100,0	100,0	100,0	80,9	70,1	70,6
Santa Cruz de Minas	38,6	91,6	90,6	89,6	70,2	43,9	43,5
Santana do Garambéu	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
São João del Rey	29,6	28,7	33,4	33,1	37,0	44,6	49,4
São Tiago	99,4	96,4	98,8	98,5	98,3	98,0	97,8
Tiradentes	72,6	100,0	100,0	100,0	100,0	99,1	97,8

Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013 (IMRS)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

9.4.4 Manifestações das oficinas de participação popular

As oficinas de participação popular para o presente Plano Diretor realizaram-se em oito localidades¹¹³ de Tiradentes nos períodos: 10 a 13/04 e 17 a 21/04. Todos os temas tratados no Plano Diretor foram apresentados à população que participou das discussões, muito contribuindo para elaboração do trabalho.

Na Oficina Urbana Oeste, foi mencionado que os serviços ofertados na Unidade Mista são, de modo geral, de boa qualidade e que os usuários têm um bom atendimento, por parte da equipe Saúde da Família. Contudo, não há um médico de plantão 24 horas, fora do período dos eventos. A equipe do PSF, por sua vez, atende as consultas marcadas; as emergências constituem um problema para o município. Da mesma forma, há demora na realização de exames e consultas especializadas. Também existem problemas relativos à falta de aparelhagem e equipamentos de

¹¹³Urbana Oeste (Candonga, Mococa, Pacu e Santíssima Trindade); Urbana Centro (Canjica e Centro); Águas Santas; César de Pina; Urbana Leste (Cascalho, Parque das Abelhas, Cuiabá e Prainha); Urbana Sul (Alto da Torre, Parque dos Bandeirantes, Várzea de Baixo, Pau de Óleo); Caixa d'água e Elvas.

saúde básicos no município. Dentre as sugestões, a população deseja a contratação de médico 24 horas.

Na Oficina Urbana Centro, a comunidade reconhece que o espaço da Unidade Mista de Saúde é bom e que os profissionais do PSF são eficientes. Mencionaram-se os bons serviços executados pela Vigilância Sanitária e nas Campanhas de Vacinação. Relativamente aos pontos negativos, citou-se a demora e o mau atendimento, notadamente das atendentes nos equipamentos de São João del Rey direcionados à população de Tiradentes. A falta de médicos para as equipes do PSF, bem como a escassez de materiais, medicamentos e equipamentos básicos (exames) e a falta de manutenção de veículo para realizar o transporte de pacientes constituem grandes problemas. Também a farmácia e o consórcio SISVER funcionam precariamente. As sugestões apontam para a contratação de um médico 24 horas, além da promoção de melhorias no funcionamento da farmácia e de maior cuidado na manutenção da frota.

Na Oficina Urbana Leste, as ações realizadas pelas equipes do PSF, de modo geral, são consideradas satisfatórias, destacando o trabalho realizado pelos ACSs e o bom funcionamento da farmácia. Contudo, não existe um plantão médico, a ambulância da prefeitura não está sempre disponível, mau uso do carro da saúde para outras finalidades, o serviço de odontologia deixa a desejar e possui poucos instrumentos, destacando a falta de um aparelho de Raios X. Da mesma forma, há muito absenteísmo dos médicos da Unidade Mista. De acordo com a população, faltam procedimentos de fiscalização, coordenação e gestão na área de Saúde. As sugestões indicam que a população necessita ser mais informada sobre as ações do SUS, que o município deveria dispor de uns plantonistas 24 horas, de formação generalista e que a vigilância sanitária necessita ser mais atuante e controlar os animais soltos pelo município.

Na Oficina Urbana Sul, a comunidade reconhece os bons espaços físicos das Unidades Básicas de Saúde, que abrigam boas equipes do PSF. Os serviços oferecidos nas campanhas de vacinação e no fornecimento de remédios, no transporte de pacientes são considerados bons. No entanto, o serviço de Vigilância Sanitária tem-se mostrado falhos, as fiscalizações efetuadas na rede hoteleira e em bares e restaurantes tem sido insuficientes, o controle de zoonose é precário, além de

se conviver com esgoto a céu aberto. As reivindicações são no sentido de melhorar os serviços de vigilância sanitária e implantação urgente de rede de esgoto, além da contratação de um médico plantonista 24 horas.

Em Águas Santas, a Unidade Básica de Saúde atende bem as demandas da população. Há algumas reclamações sobre discriminação a favor de César de Pina, em seu detrimento. Faltam pediatras no município, o que constitui um problema no atendimento a crianças que precisam ser deslocadas para São João Del Rey.

Na Caixa D'Água da Esperança, a comunidade mencionou que a Unidade Básica de Saúde oferece bons serviços. Os acamados são visitados periodicamente pelos enfermeiros e pelos ACS's. Os problemas estão relacionados a dificuldade de obtenção de remédios, a falta de médicos na comunidade e no município bem como no atendimento em São João Del Rey, além de se conviver com esgoto a céu aberto na comunidade. As sugestões dizem respeito a implementação da rede de esgoto, contratação de um médico 24 horas, bem como a reposição de estoque dos medicamentos.

Em César de Pina, a estrutura física e os procedimentos realizados no Posto de Saúde (controle de pressão arterial, curativos, vacinação, dentre outros,) atendem a população. Contudo, admitem que Águas Santas deva ter seu próprio Posto de Saúde. Mencionaram que é difícil conseguir consultas na Unidade Mista de Saúde, dada à insuficiência de médicos. Reclamaram dos poluentes liberados pela Melt Metias e Ligas S.A., do odor ruim originário da granja existente na comunidade, da ausência de serviços da Vigilância Sanitária e dos baixos salários dos profissionais da saúde. As solicitações relacionam-se à construção de uma Unidade Básica de Saúde, contratação de mais médicos, colocação de filtros de poluentes na Melt Metais e Ligas S.A. e ações efetivas da Vigilância Sanitária na granja.

9.4.5 Conclusões

O sistema de atenção à saúde no município de Tiradentes encontra-se bem estruturado no Departamento Municipal de Saúde, conforme organograma apresentado. No entanto, a par de possuir número suficiente de equipamentos (3 UBS.

um Posto de Saúde e uma Unidade Mista de Saúde), os profissionais de formação médica são insuficientes para o atendimento da população. Da mesma forma, o Sistema de Vigilância Sanitária tem sido pouco eficaz, talvez, em parte, pela insuficiência, também, de profissionais. Relativamente ao número existente de materiais e equipamentos de Atenção Primária à Saúde, o município deveria envidar esforços no sentido de sua ampliação. As ações (consultas e exames) de média complexidade realizadas fora do município também não estão a contento, conforme opinião generalizada da população.

Particularmente, a atenção à saúde em Tiradentes está necessitando de ações mais efetivas de gestão, planejamento, controle e avaliação. Grande parte dos problemas apontados pela população seria solucionada por meio desses instrumentos de gestão. As equipes do PSF são bastante reconhecidas pela população, mas algumas ações relativas à atenção à gestante e ao bebê, às campanhas de vacinação, dentre outras, deveriam ser mais enfatizadas, considerando, inclusive, os indicadores de mortalidade de bebês cujas mães foram atendidas pelo menos em sete consultas de pré-natal e o percentual de nascidos com baixo peso.

9.5 Assistência social

9.5.1 A política de assistência social

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a política de assistência social vem aperfeiçoando-se no que se refere à sua consolidação, somando avanços em sua gestão, no financiamento, controle e participação social, que se concretizaram também em progressos na área de regulação. A aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), em 2005 constituem marcos do início do processo de implantação do SUAS no país.

Um grande avanço nos últimos anos foi a promulgação da Lei nº 12.435, de 06/07/2011, a qual definiu a organização e gestão das ações no SUAS e do Decreto nº 7.788, de 15/08/2012, que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência

Social (FNAS). “Com a nova Lei, O Sistema único de Assistência Social – SUAS passa a integrar plenamente o escopo da Lei Orgânica da Assistência Social.” (LOAS).

Esse novo dispositivo é de imensa relevância para o setor, já que inclui as unidades, serviços e programas do SUAS na legislação nacional. Além de outros avanços, esta normativa veio autorizar a utilização dos recursos do co-financiamento federal para o pagamento de profissionais das equipes de referência¹¹⁴. Da mesma forma, o Decreto nº 7.788, de 15/08/2012 inovou, trazendo algumas modificações importantes no campo de financiamento, principalmente ao prever a utilização de repasse fundo a fundo de recursos do co-financiamento federal para despesas que possuem natureza de investimento, destinadas à estruturação da rede de serviços socioassistenciais.

O modelo de proteção social instituído, não contributivo, diz respeito a um conjunto de estratégias públicas que garantam o cumprimento dos direitos sociais e que asseguram a qualquer cidadão o livre acesso a serviços, programas, projetos e benefícios, independentemente de qualquer contribuição ou pagamento. Assim, a Política de Assistência Social é estabelecida como direito do cidadão e dever do Estado, possui caráter não contributivo e deve ser implementada de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

O SUAS é um novo modelo de gestão que disciplina a operacionalização da gestão da política de assistência social, tendo como diretrizes básicas a descentralização política administrativa e o comando único em cada esfera, a participação da população, por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle social, além da primazia da responsabilidade do estado na condução da política. Pressupõe um pacto federativo, com definição de competências dos entes federados, níveis de gestão, uma nova lógica de organização das ações, por grau de complexidade, por território, considerando regiões e porte dos municípios, com vistas a viabilizar o funcionamento do sistema descentralizado, participativo e a regulação em todo o território nacional. Dessa forma, prevê a oferta de serviços e benefícios, com referência no território e centralidade na família, considerando as

¹¹⁴ Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social de 28/11/2011.

particularidades das regiões e tamanho dos municípios. Nessa concepção, há a exigência de órgãos públicos gestores que exerçam as funções preconizadas pela política, com recursos humanos públicos, gestão democrática e transparência dos fundos (SPOSATI, 2009).

Estabelece a concepção de proteção social hierarquizada, distinguindo-a proteção social básica (baixa complexidade) e a proteção social especial (média e alta complexidade). A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e tem como público alvo pessoas em situação de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza, privação e ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais ou de pertencimento. Engloba ações de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹¹⁵ e o Programa Bolsa Família (PBF)¹¹⁶. A proteção social especial¹¹⁷ tem como objetivo enfrentar situações de risco onde os vínculos foram seriamente ameaçados (média complexidade) ou rompidos (alta complexidade), visando restaurar direitos violados e oferecer condições dignas de vida.

A oferta dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais deve ser organizada de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou em outras unidades básicas, governamentais ou não governamentais, conveniadas. A par desta determinação, o CRAS é equipamento público estatal, instrumento indispensável ao sistema de proteção social de base territorial. Deve estar localizado em áreas de maior vulnerabilidade social, servindo de referência a famílias e indivíduos; é considerado a porta de entrada da rede de proteção social básica do

¹¹⁵ O BPC está previsto na CF/88 e é uma garantia de renda (1 salário mínimo mensal) a todos os idosos e pessoas portadoras de deficiências (incapacitadas para uma vida independente e para o trabalho) com renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo.

¹¹⁶ O PBF tem como objetivo garantir uma renda mínima a todas as famílias em condição de pobreza e de extrema pobreza; é um programa de transferência condicionada de renda, não contributivo, dirigido à população pobre independente de sua capacidade para o trabalho ou de afirmação de mérito. Voltado especialmente às famílias que possuem crianças e adolescentes, cujos membros adultos estão em idade economicamente ativa, participam ou não do mercado de trabalho, mas que recebem renda insatisfatória via inserção no mercado de trabalho.

¹¹⁷ A média complexidade contempla os serviços de cuidados domiciliares com idosos e pessoas com deficiência, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, vítimas de violência, orientação e apoio sócio familiar e plantão social. A proteção social especial de alta complexidade contempla os acolhimentos realizados por instituições nas modalidades de abrigos, casas de passagem, albergues e instituições de longa permanência.

SUAS. Este equipamento, dado o papel que desempenha no SUAS, além de a necessidade de estar localizado em áreas que concentram famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social (famílias referenciadas) deve se ajustar a alguns requisitos mínimos estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tais como estrutura física, funcionamento, atividades desenvolvidas e recursos humanos, de acordo com o porte do município. A estrutura física relaciona-se ao espaço físico que viabilize a execução de trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)¹¹⁸, com acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência; as atividades realizadas vinculam-se a disponibilização efetiva do PAIF, em consonância com as orientações técnicas da Proteção Social Básica, preconizadas na PNAS; horário de funcionamento refere-se ao patamar mínimo estipulado para unidades e repartições públicas, ou seja, cinco dias de funcionamento por semana e oito horas por dia; os recursos humanos dizem respeito às equipes de referência constituídas por profissionais com a formação e no quantitativo mínimo constante da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

Além do Serviço de Proteção Integral às Famílias (PAIF) que constitui oferta obrigatória e exclusiva do CRAS e de outros serviços socioassistenciais de proteção social básica, compete ao CRAS a função de gestão territorial que abrange a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica que lhe é referenciada, a promoção da articulação intersetorial de suas ações com outras políticas públicas e a vigilância social. Desta forma, de acordo com orientações técnicas do MDS, um CRAS localizado em um município de pequeno porte I, como Tiradentes, é considerado suficiente para executar suas funções, quando atende as seguintes especificações, consideradas no quadro 9.1.

¹¹⁸ O PAIF oferta ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social e tem como objetivos: o fortalecimento da função protetiva da família, a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitário, a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, a promoção do acesso aos demais serviços setoriais e o apoio às famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados especiais.

Quadro 9.1 Requisitos necessários ou suficientes ao CRAS dos municípios de “pequeno porte I” segundo o Ministério do Desenvolvimento Social

Estrutura Física	Local de recepção
	Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual.
	Sala para reunião com grupos de famílias com capacidade superior a 15 pessoas.
	um banheiro
	Condições de acessibilidade para idosos e pessoas com deficiências.
	Não compartilhado com ONG'S, Associações Comunitárias e estruturas administrativas, tais como Secretarias Municipais de Assistência Social ou outras Secretarias Municipais e/ou Estaduais, Prefeituras, Subprefeituras, dentre outras.
Atividades desenvolvidas	Visitas Domiciliares.
	Acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF.
	Orientação/acompanhamento para inserção no BPC
	Orientação/encaminhamento para inserção de famílias no Cad. Único.
	Realização de grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias por ciclo de vida ou intergeracionais.
Funcionamento	8 horas por dia e 5 horas por semana.
Recursos Humanos	Dois profissionais de nível superior, um deles coordenador com vínculo empregatício estatutário.
	Um Assistente Social
	Dois profissionais de nível médio.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. Censo CRAS de 2009.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Vale destacar que, dentre as atividades desenvolvidas pelo CRAS, três relacionam-se aos programas de transferência de renda do Governo Federal: PBF, BPC e Cadastro Único. Compete ao CRAS o encaminhamento e orientação das famílias para inserção no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Cadastro Único é um instrumento que permite a identificação e a caracterização das famílias de baixa renda, (aqueelas possuem renda per capita mensal de até meio salário mínimo e renda total familiar mensal de até três salários mínimos); a partir dos dados cadastrados e atualizados, o poder público das três esferas formula e implementa políticas específicas¹¹⁹. Da mesma forma, cabe às equipes de referência do CRAS o acompanhamento e orientações relativas ao

¹¹⁹ As famílias beneficiárias do PBF e de demais programas sociais são selecionadas a partir dos dados consolidados no Cadastro Único. É coordenado pelo MDS.

descumprimento das condicionalidades do PBF e orientações e encaminhamentos para inserção no BPC.

O MDS criou o Índice de Gestão Descentralizada (IGD-M) que é calculado em todos os municípios no intuito de retratar a qualidade da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família (PBF) refletindo os compromissos assumidos pelo município quando aderiram ao programa, bem como a gestão do cadastro único e das condicionalidades do PBF; com base nesse indicador é repassado um montante de recursos destinados à gestão do PBF¹²⁰.

Os serviços de proteção social de média complexidade são desenvolvidos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que podem ter abrangência local ou regional, neste último caso, aglutinando uma série de municípios.

O SUAS dispõe ainda sobre os níveis de gestão municipal, elencando os requisitos e as prerrogativas de cada nível de habilitação; tem-se assim, a gestão inicial, básica e plena. A gestão inicial é de responsabilidade municipal, mas exige que os municípios atendam a requisitos mínimos, como a existência e funcionamento de conselho, fundo e planos municipais de assistência social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos financeiros próprios. No nível básico, o município assume, com autonomia, a gestão da proteção social básica; na gestão plena, o município assume a gestão total das ações sócio assistenciais¹²¹.

A política de Assistência Social é financiada pelas três esferas do governo, que devem alocar recursos financeiros de seus tesouros nos Fundos de Assistência Social, constituídos como unidades orçamentárias das secretarias de assistência social. Os financiamentos ocorrem de forma direta aos beneficiários de programas por meio da destinação de recursos próprios e de forma indireta à rede socioassistencial. O repasse de recursos fundo a fundo constitui-se em um repasse

¹²⁰ O IGD é composto de 4 sub-índices que avaliam a qualidade das informações constantes no Cadastro Único (taxa de cobertura do cadastro), atualização dos dados do Cadastro Único (taxa de atualização de cadastros), informações relativas ao cumprimento das condicionalidades da educação (taxa de crianças com informação de frequência escolar) e informações sobre o cumprimento das condicionalidades de saúde (taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde).

¹²¹ Para a habilitação do município nos níveis de gestão básica e plena, são requeridos uma série de documentos comprobatórios que devem ser buscados no item 2.5 da BOB/SUAS.

automático do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Estaduais e Municipais e do Distrito Federal, assim como dos Fundos Estaduais para os Fundos Municipais de Assistência Social para co-financiamento das ações socioassistenciais.

Conclusivamente pode-se dizer que grande esforço vem sendo empreendido, desde 2004, pelos órgãos gestores, comunidades acadêmicas e profissionais da área, no sentido de consolidar a política de assistência em todas as unidades e municípios da Federação.

Inúmeros desafios têm condicionado a sua implantação, o maior deles, a resistência da abordagem assistencialista, que é necessário identificar e erradicar. No entanto, grandes avanços são observados a despeito dessa dificuldade, bem como daquelas originárias da aplicação de alguns aspectos técnicos da política.

A aprovação da Lei nº 12.435/11 veio permitir a concretização de mecanismos importantes que de certa forma consagram grandes inovações que foram pactuadas, tais como o repasse fundo a fundo, a democratização e unificação da gestão de informações, a instituição de serviços sociais continuados, a implantação da política nacional de educação permanente, dentre outras. (RAMOS, Maria; 2012). Por outro lado, tem sido tributado ao SUAS a ampliação dos direitos de proteção social no país, baseado na erradicação da miséria, no desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias, do protagonismo do usuário e do fortalecimento do controle social.

9.5.2 A política de assistência social em Tiradentes

O município de Tiradentes é de pequeno porte I¹²² pelas dimensões de sua população (6.873 hab. em 2010), portanto, colocando-se muito próximo do 1º quartil deste porte populacional (20 mil hab.); pertence à regional sediada em São João del Rey. Foi habilitado na gestão básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2010 e já deveria estar cumprindo com todos os requisitos desse nível de gestão e assumir determinadas responsabilidades, para ter direito a certas

¹²² Conforme estabelecido pela Política de Assistência Social (PNAS) /2004, os municípios são classificados conforme a população residente: pequeno porte I, até 20 000 hab; pequeno porte II, de 20 001 a 50 000 hab.; médio porte, de 50 001 a 100 000 hab.; grande porte, de 100 001 a 900 000 hab. e metrópole, mais de 900 000 hab.

prerrogativas, conforme determina a norma legal. No entanto, o Departamento de Assistência Social começou a ser estruturado, de acordo com a legislação, em janeiro de 2013, com a posse do novo prefeito e do chefe de departamento. Na outra gestão, a assistência social não tinha espaço físico, funcionava no gabinete do prefeito com uma servidora que fazia a ponte entre a comunidade e o mesmo. As demandas resumiam-se em solicitações de medicamentos, exames e cestas básicas.

O CRAS, embora tenha sido implantado em 2010, funcionava precariamente, muito distante das atividades de sua competência, já que a política de assistência social estava em completo desacordo com o que apregoava a legislação. A comunidade conhecia o espaço físico do CRAS, mas ignorava o seu conteúdo, já que desconheciam os princípios, diretrizes e fundamentos da política de assistência social. Ainda perdurava a ideia de que as questões sociais eram enfrentadas por ações de benevolência ou favor. Até meados de 2013 o CRAS funcionava no bairro Cascalho; no final desse ano, passou a se localizar em um prédio da prefeitura, no Centro Histórico, compartilhado com o Departamento de Assistência Social, ao lado do Conselho Tutelar. No entanto, ainda não está em consonância com as normas técnicas do MDS: não poderia estar compartilhado com o Departamento de Assistência Social, não está localizado em área de vulnerabilidade social, a estrutura física deixa muito a desejar, completamente inacessível aos idosos e pessoas com deficiências. A escolha do local levou em conta o fato de o prédio ser público¹²³bem como a legislação que prevê a utilização do co-financiamento em reformas de imóveis dessa natureza jurídica. O Departamento Municipal de Assistência Social espera que a sua mudança vá facilitar o acesso da população, já que Tiradentes é um município pequeno, contudo o local e a estrutura física inviabilizam o princípio da territorialidade e de todas as normas técnicas do MDS¹²⁴.

O CRAS já iniciou suas atividades e tem buscado recursos para a compra de equipamentos no intuito de oferecer um serviço de maior qualidade. Possui equipe de referência e tanto ela como o chefe de departamento da área têm participado de treinamentos e capacitações oferecidas pela Regional de São João del

¹²³ A escassez de recursos inviabilizou, naquele momento, o contrato de locação em área de vulnerabilidade social.

¹²⁴ Para maiores detalhes: Orientações Técnicas- Centro de Referência de Assistência Social - Brasília, 2011.

Rey e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE-MG). Está sendo realizado um trabalho conjunto com a comunidade, envolvendo também as áreas da educação e da saúde; nos dizeres do Departamento Municipal, está se fazendo um trabalho de “educação social” com a comunidade, quando são abordados esclarecimentos acerca das questões básicas relativas à política de assistência social. Tem-se tentado sensibilizar, também, a administração e a Câmara municipal, para o novo conteúdo da assistência social.

A população tem insistido na busca de remédios e exames no Departamento de Assistência Social, o que vem demonstrar total desconhecimento do conteúdo básico da política de assistência social. Assim, o Departamento Municipal proibiu a concessão de remédios, exames, óculos e próteses dentárias, que devem ser providenciados pelo Departamento de Saúde. Da mesma forma, tem insistido no fato de que as cestas básicas não podem ser distribuídas aleatoriamente, com indicação do prefeito, de vereadores, dentre outros.

O município de Tiradentes foi filiado ao Colegiado de Gestores da Assistência Social de Minas Gerais (COGEMAS- MG), neste mandato, já tendo o gestor representado os municípios de pequeno porte I na Conferência Nacional dos Gestores de Assistência Social, em abril/2013, em São Paulo.

O CRAS tem funcionado com uma equipe composta por três técnicas de nível superior, duas com formação em assistência social, uma delas coordenadora, e uma psicóloga, um técnico de nível médio e um de ensino fundamental; o de nível médio é responsável pelo acompanhamento das condicionalidades do PBF. Os contratos de trabalho de quase toda equipe iriam se extinguir em abril de 2014, o que motivou a realização de concurso público em meados de 2013. Logo, a equipe de referência do CRAS já está constituída, com a observação de que o único funcionário do departamento com formação em assistência social precisou ser remanejado para o CRAS, atendendo o dispositivo legal de existência de pelo menos um assistente social na equipe desse equipamento. Dessa forma, o gestor entende que precisa de suporte no departamento, tendo solicitado mais funcionários à gestão municipal. O CRAS não desenvolve todas as atividades constantes no PAIF, mas segundo informações do órgão gestor, são realizados acompanhamento das famílias por meio de visitas domiciliares, acompanhamento e orientações relativas ao Cadastro Único para

Programas Sociais (CadÚnico), ao BPC e às condicionalidades do PBF, além de esporadicamente algumas reuniões socioeduactivas.

Segundo informações do órgão, o mesmo tem se debruçado sobre a legislação da assistência social e está ciente de suas responsabilidades. Assim, é de seu conhecimento que os co-financiamentos federal e estadual estão condicionados a uma série de normativas que envolvem o cumprimento da legislação, exigindo uma contrapartida, de que a assistência social possui uma Lei Orgânica e outros vários dispositivos que devem ser obedecidos. Assim, está sendo elaborado o Plano Municipal de Assistência Social, apesar de o município não dispor de um diagnóstico social. O fundo municipal também já está sendo preparado para funcionar como unidade orçamentária.¹²⁵ O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) foi constituído, assim como outros conselhos vinculados à área da assistência social, embora estejam ainda em precário funcionamento.¹²⁶ O município possui o Cadastro Único, e tem-se a informação de que os benefícios concedidos, tanto no âmbito federal, estadual e municipal destinam-se às famílias cadastradas. Da mesma forma, sabe-se da importância de sua atualização, tanto para ampliar os beneficiários dos programas, bem como para assegurar o aumento dos repasses do governo federal.

O órgão gestor possui computadores com acesso a internet e tem atualizado sistematicamente os aplicativos do MDS e da SEDESE-MG, mas não possui sistema de avaliação e monitoramento.

Foi disciplinado o uso do veículo adquirido, em 2012, com recursos do IGD. De acordo como o órgão gestor, o mesmo está sendo muito útil nos trabalhos realizados pelo CRAS nos distritos e zonas rurais (Águas Santas, César de Pina, Caixa D'Água da Esperança e Elvas), uma vez que está sendo programada, a partir do 2014, a instalação do CRAS itinerante, uma vez por mês, em cada um desses locais.

¹²⁵ Uma funcionária da SEDESE-MG veio ao município fazer alguns esclarecimentos sobre a necessidade da existência do fundo como unidade orçamentária.

¹²⁶ Todo Conselho é paritário e possui membros do governo municipal e da sociedade civil, assim, o município vem encontrando dificuldade na composição dos membros da sociedade civil, que engloba representantes de entidades e organizações de assistência social de atendimento, assessoramento e defesa de direitos, representantes de usuários e/ou organizações de usuários e representantes de profissionais da área. Como Tiradentes é um município pequeno, possuindo poucas entidades sociassistenciais, os membros componentes da sociedade civil são sempre os mesmos em cada Conselho da área.

Vale destacar a realização, em 09/08/2013, da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social do município, antecedida por 7 miniconferências, uma vez que o município foi dividido em 7 polos, incluindo a população urbana e rural. Apesar de toda a população ter sido convidada, somente os presidentes de associações, líderes comunitários e os movimentos religiosos compareceram. Merece destacar que Prados, município semelhante em termos populacionais, realizou, neste mesmo período, a 7ª Conferência. Considerando que as mesmas são realizadas a cada 2 anos, Tiradentes encontra-se bastante atrasada em termos de política de assistência social.

O município possui duas entidades socioassistenciais conveniadas, o Lar dos Idosos e a APAE, embora possa contar com o trabalho de associações religiosas, em especial com os Vicentinos que têm realizado um trabalho volumoso e de qualidade nesta área; a APAE recebe subvenção mensal da prefeitura de cerca de R\$3.000 reais, bem como transporte e merenda escolar, além de possuir um grupo de associados que contribuem financeiramente. Vem prestando serviços de educação infantil, saúde e assistência social, atendendo todas as pessoas deficientes do município. Possui um psicopedagogo, um terapeuta ocupacional, um fonoaudiólogo, um fisioterapeuta e um pedagogo¹²⁷, dentre outros funcionários. Foi relatado que a questão odontológica é um problema no município. Não existe Conselho de Pessoa com Deficiência. As crianças entre 6 e 14 anos passam um período na APAE e outro na escola (política de inclusão). Nesta gestão tem havido diálogo com a educação, o que não existia na anterior.

O Lar dos Idosos foi criado em 1954 pela comunidade espírita de São João del Rey. Possui 18 internos, com 65 anos e mais, sendo 5 acamados. Recebe subvenção da Prefeitura Municipal; a metade das despesas é custeada pelos próprios abrigados, que recebem o Benefício de Prestação Continuada do governo federal. Grupos específicos (motoqueiros, pessoas de outros municípios) e parcela da população também fazem suas contribuições, sejam em produtos de higiene ou recursos financeiros, dentre outros. Possui atualmente 12 funcionários (enfermeira-chefe, nutricionista, técnicos de enfermagem, faxineiro, pessoal de cozinha, cuidadores, contando com um médico voluntário). Não possui fisioterapeuta, psicólogo e não dispõem de veículo para transporte dos abrigados. O abrigo será ampliado, no

¹²⁷ Não possui assistente social

mesmo terreno, por um grupo de pessoas de fora do município; atualmente a capacidade instalada comporta 19 pessoas, que passará para 26, após a reforma. O Conselho Municipal do Idoso, embora já constituído não está em funcionamento.

De acordo com informações do Departamento Municipal de Assistência Social, os maiores problemas do município estão relacionados à drogadição, bebida alcoólica e violência doméstica e as áreas de maior vulnerabilidade social são as relativas aos bairros Várzea de Baixo, Mococa e Alto da Torre. Não existem atividades extra aula para crianças e adolescentes, constituindo o grupo etário de maior vulnerabilidade social (bebidas e drogas).

O Conselho Tutelar é atuante, mas tem se ressentido com falta de apoio do governo municipal no que se refere aos encaminhamentos realizados e o próprio descaso no que se refere à estruturação e manutenção do equipamento. A falta de atuação do Conselho Municipal de Criança e Adolescente (CMDCA), que não possui um plano de ação para seu público alvo e do gestor municipal de assistência social, são sérios problemas enfrentados pelo Conselho Tutelar. As ocorrências são diárias, enfrentando problemas que envolvem a violência doméstica, drogas, descompromisso dos pais com filhos e algumas intercorrência na escola Estadual Basílio da Gama, muitas delas, fora de alcance da atuação do Conselho Tutelar.¹²⁸ O conselho possui 6 conselheiras, que se alternam nos plantões diurnos e noturnos. As crianças e adolescentes, quando retirados dos pais por algum motivo (maus tratos, bebidas e drogas) são levadas para a Casa Lar, localizada no município de Santa Cruz de Minas. Observou-se, nos contatos com as profissionais desse conselho, desconhecimento relativo às funções do CRAS, bem como a insistência na manutenção de certo continuísmo de suas ações pretéritas, principalmente nas questões relativas aos encaminhamentos.

9.5.3 Os números da assistência social em Tiradentes

Tiradentes é um dos municípios da Microrregião de São João del Rey e, sempre que possível, os programas sociais, com co-financiamento federal,

¹²⁸ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar só pode intervir na escola nas seguintes situações: evasão escolar, alto índice de repetência e maus tratos (alunos).

patrocinados pelo MDS em Tiradentes serão analisados, comparativamente aos municípios que compõem esta região¹²⁹.

Tabela 9.24 Informações Básicas dos municípios da Microrregião de São João del Rey

Município	Porte	Gestão (2013)	População CENSO/2010	IDH M 2010	Média de pessoas p/domicílio (2010)	Transferência Constitucional (em R\$ - 2013)
Conceição da Barra de Minas	Pequeno I	Básica	3.954	0,69	3,3	5.911.632,68
Coronel Xavier Chaves	Pequeno I	Básica	3.301	0,68	3,3	5.894.459,87
Dores de Campos	Pequeno I	Básica	9.299	0,69	3,1	7.249.562,35
Lagoa Dourada	Pequeno I	Básica	12.256	0,68	3,7	12.215.088,66
Madre de Deus de Minas	Pequeno I	Básica	4.904	0,70	3,2	6.212.874,38
Nazareno	Pequeno I	Básica	7.954	0,69	3,2	7.142.156,17
Piedade do Rio Grande	Pequeno I	Básica	4.709	0,68	2,9	6.052.566,47
Prados	Pequeno I	Básica	8.391	0,69	3,2	7.167.871,40
Resende Costa	Pequeno I	Básica	10.913	0,69	3,1	9.605.811,45
Ritápolis	Pequeno I	Inicial	4.925	0,65	2,8	6.068.582,99
Santa Cruz de Minas	Pequeno I	Inicial	7.865	0,71	3,1	6.325.330,36
Santana do Garambeú	Pequeno I	Básica	2.234	0,67	3,4	6.209.285,35
São João del Rey	Médio	Plena	84.469	0,76	3,1	35.209.385,27
São Tiago	Pequeno I	Básica	10.561	0,66	3,2	8.431.922,49
Tiradentes	Pequeno I	Básica	6.961	0,74	3,00	6.817.081,28

Fonte: MDS - Relatório de Programas e Ações MDS.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A tabela 9.24 indica que a maioria dos municípios da microrregião de São João del Rey é de pequeno porte I, com exceção de São João del Rey, de médio porte, e que a gestão do SUAS é, predominantemente, a básica. Isto significa que esses municípios devem, dentre outras atividades, ofertar o Serviço de Proteção Integral das Famílias (PAIF) programas, serviços e benefícios de proteção social básica a quem dela necessitar.

Dentre os municípios, destaca-se que Tiradentes apresenta o 2º maior Índice de Desenvolvimento Humano (0,74) da microrregião, perdendo apenas por São João del Rey (0,76).

¹²⁹ A Microrregião de São João del Rey é composta pelos seguintes municípios: Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritápolis, Santa Cruz de Minas Santana do Garambeú, São João del Rey, São Tiago e Tiradentes.

As transferências constitucionais são aproximadas às de Santa Cruz de Minas, Ritápolis, Prados e Madre de Deus de Minas, muito em função do tamanho populacional, e são provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FDEX), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Tabela 9.25 Número de famílias pobres na Microrregião de São João del Rey, segundo o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal e o Perfil do Programa Bolsa Família

Municípios	Perfil CadÚnico		Perfil Bolsa família	
	Número total	Perfil CadÚnico / População 2010	Número total	Perfil PBF / População 2010
Conceição da Barra de Minas	522	13,2	297	7,5
Coronel Xavier Chaves	436	13,2	314	9,5
Dores de Campos	911	9,8	465	5,0
Lagoa Dourada	1.410	11,5	928	7,6
Madre de Deus de Minas	688	14,0	452	9,2
Nazareno	1.094	13,8	696	8,8
Piedade do Rio Grande	749	15,9	464	9,9
Prados	1.119	13,3	595	7,1
Resende Costa	1.148	10,5	705	6,5
Ritápolis	727	14,8	426	8,6
Santa Cruz de Minas	868	11,0	469	6,0
Santana do Garambeú	347	15,5	240	10,7
São João del Rey	7.349	8,7	4.070	4,8
São Tiago	1.333	12,6	741	7,0
Tiradentes	671	9,6	344	4,9

Fonte: MDS - Relatório de Programas e Ações MDS.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

No que se refere às estimativas de famílias pobres na microrregião, a tabela 9.25 traz as informações. Com relação ao CadÚnico, os menores percentuais são observados em São João del Rey, seguido por Tiradentes; quanto ao número de famílias pobres – perfil Programa Bolsa família (PBF), Tiradentes está na quarta melhor posição bem como o terceiro quanto à média de pessoas por domicílio.

Tiradentes apresenta a maior renda per capita da região (tabela 9.26), o que reflete a sua expressividade no setor de serviços (turismo), bem como sua reduzida população. Contudo, observando o coeficiente de Gini, que é um indicador usado para aferir o grau de concentração de renda, Tiradentes é município mais desigual da Microrregião de São João del Rey, destacando que o coeficiente de Gini apresenta dados entre os números 0 e 1, em que zero corresponde a uma completa igualdade na renda (todos detêm a mesma renda per capita) e 1 corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detém toda a renda e os demais nada têm). No entanto, está entre os municípios que asseguram os menores percentuais de pessoas em extrema pobreza (1,43%) e pobres (7,07%).

Tabela 9.26 Indicadores de renda, pobreza e desigualdade nos municípios da Microrregião de São João del Rey/MG - 2010

Especificação	Renda per capita (em R\$)	% de extremamente pobres	% de pobres	Índice de Gini
Conceição da Barra de Minas	511,91	2,14	11,85	0,49
Coronel Xavier Chaves	518,32	5,22	16,30	0,50
Dores de Campos	520,98	0,90	6,64	0,40
Lagoa Dourada	522,62	1,77	18,33	0,53
Madre de Deus de Minas	508,21	3,39	16,79	0,51
Nazareno	491,13	1,34	14,70	0,47
Piedade do Rio Grande	428,95	5,46	19,21	0,45
Prados	485,20	1,32	13,40	0,48
Resende Costa	580,00	1,32	9,27	0,48
Ritápolis	453,87	1,89	11,96	0,44
Santa Cruz de Minas	485,28	2,15	8,45	0,39
Santana do Garambú	452,48	6,38	21,99	0,54
São João del Rey	764,74	1,46	7,22	0,52
São Tiago	486,69	1,14	10,99	0,44
Tiradentes	802,39	1,43	7,07	0,57

Fonte: FJP/IPEA/ Atlas do Desenvolvimento Humano/ Perfil Municipal

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Os dados da tabela 9.27 vêm corroborar a informação de que Tiradentes, dentre os municípios de sua microrregião é o mais desigual em termos de distribuição de renda. Assim, do total da riqueza gerada no município, 63,4% é

apropriada pelos 20% mais ricos da população e 3,89% pelos 20% mais pobres. Santa Cruz de Minas e Dores de Campos, que apresentaram os menores coeficientes de Gini, 0,39 e 0,40, respectivamente, são os menos desiguais; no 1º, 45,25% da renda é apropriada pelos 20% mais ricos e 6% pelos 20% mais pobres; no 2º, a renda apropriada pelos 20% mais ricos perfaz 46,39% e 6,19% pelos 20% mais pobres.

Tabela 9.27 Porcentagem da renda apropriada por estratos da população nos municípios da Microrregião de São João del Rey/MG – 2010

Especificação	20% mais pobres	40% mais pobres	60% mais pobres	80% mais pobres	20% mais ricos
Conceição da Barra de Minas	4,95	14,07	26,88	45,02	54,98
Coronel Xavier Chaves	3,82	12,10	25,46	45,24	54,76
Dores de Campos	6,19	17,54	33,12	53,61	46,39
Lagoa Dourada	4,19	12,35	24,97	42,90	57,10
Madre de Deus de Minas	4,19	12,61	25,00	43,43	56,57
Nazareno	4,98	13,69	26,77	47,36	52,64
Piedade do Rio Grande	4,27	13,51	27,41	49,38	50,62
Prados	5,24	14,75	27,87	46,89	53,51
Resende Costa	4,71	13,53	27,10	46,14	53,86
Ritápolis	5,68	15,46	29,94	51,12	48,88
Santa Cruz de Minas	6,00	17,06	33,12	54,75	45,25
Santana do Gartambéu	3,85	11,21	23,07	42,02	57,98
São João del Rey	4,13	12,21	24,46	42,64	57,36
São Tiago	5,45	15,32	29,37	49,52	50,58
Tiradentes	3,89	10,96	21,48	36,66	63,34

Fonte: FJP/IPEA/ Atlas do Desenvolvimento Humano/ Perfil Municipal

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A tabela 9.28 especifica alguns aspectos relacionados às vulnerabilidades sociais. Vulnerabilidade social é um conceito multideterminado relacionado à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Refere-se ao resultado de algum processo proeminente de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, originário de fatores, tais como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano, ou cultural, dentre outros, que gera fragilidade dos atores no meio social (XIMENES, 2014). Assim,

O exame da vulnerabilidade social diz respeito à densidade e à intensidade de condições que portam pessoas e famílias para reagir e enfrentar um risco, ou mesmo, de sofrer menos danos em face de um risco. Seria a vivência de um quase risco. O olhar da vulnerabilidade não pode ser só da precariedade, mas também o dimensionamento da capacidade ou, como tenho preferido, da resiliência, isto é da capacidade de resistência a confrontos e conflitos. (SPOSATI;p.35,2009).

Tabela 9.28 Aspectos relacionados à vulnerabilidade social nos municípios da Microrregião de São João del Rey/MG – 2010

Municípios	Família			Trabalho e Renda		Moradia
	% de mães chefes de família sem o ensino fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	% de crianças extremamente pobres	% de vulneráveis à pobreza	% de pessoas de 18 anos ou mais s/ens. fund. comp. e em ocupação informal	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário Inadequados
Conceição da Barra de Minas	28,62	1,70	3,83	35,50	52,44	1,14
Coronel Xavier Chaves	13,88	1,18	9,06	39,65	51,96	0,64
Dores de Campos	11,86	1,32	2,21	26,66	42,75	0,60
Lagoa Dourada	12,79	1,41	2,98	42,24	57,56	0,81
Madre de Deus de Minas	11,71	5,54	4,91	41,40	46,64	0,60
Nazareno	18,43	3,33	2,48	40,40	43,01	0,07
Piedade do Rio Grande	12,41	3,79	10,99	43,44	58,36	2,89
Prados	13,07	2,93	3,48	41,52	48,30	0,87
Resende Costa	21,96	1,43	2,71	31,42	51,11	0,53
Ritápolis	16,54	4,69	2,48	42,37	56,29	0,17
Santa Cruz de Minas	14,79	1,51	3,88	28,55	40,66	0,19
Santana do Garambéu	12,72	5,95	12,85	51,57	52,96	1,04
São João del Rey	9,62	2,04	2,26	24,15	32,00	1,29
São Tiago	17,68	2,19	2,54	34,90	49,95	0,63
Tiradentes	14,30	1,09	2,92	26,66	36,21	0,74

Fonte: FJP/IPEA/Atlas de Desenvolvimento Social/Perfil Municipal

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A tabela 9.28 dispõe de um conjunto de aspectos precários à vida das famílias; como se pode observar, no conjunto dos municípios da Microrregião de São João del Rey, Tiradentes é um dos que se encontra com maiores vantagens; dentre todos os municípios é o que registrou, em 2010, a menor taxa de mortalidade infantil (11,00), o menor contingente de crianças de 5 a 6 anos fora da escola (5,68%), o

menor percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos (1,09%) e o 2º menor percentual de pessoas vulneráveis à pobreza (26,66%) e de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal (36,21%). Os outros aspectos encontram-se abaixo da média dos níveis observados pelos demais municípios.

Com relação à população economicamente ativa¹³⁰ de Tiradentes, destaca-se que não é muito significativa a taxa de atividade relativa ao número de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos (tabela 9.29). Do total (9,31%) da população residente, nesta faixa etária, 4,05 estão na PEA e 3,20% efetivamente ocupadas. Já na faixa etária superior, de 15 a 19 anos, 52,44% corresponde a taxa de atividade nessa faixa etária, sendo que os ocupados perfazem o total de 48,20%.

Chama atenção fato de que 52,4 % do total da população residente de 15 a 19 anos estão na PEA e 48,2% efetivamente ocupadas. Provavelmente estes adolescentes estão ocupados em bares, restaurantes e pousadas do município, em empregos informais.

¹³⁰ A população economicamente ativa (PEA) refere-se a uma parcela do contingente populacional, que trabalha ou que esteja procurando emprego em determinado período de referência. A PEA é uma parcela da população em idade ativa (PIA), que corresponde às pessoas de 10 anos ou mais.

Tabela 9.29 População Economicamente Ativa (PEA) e População Ocupada (PO), por faixa etária, na semana de referência em Tiradentes/MG - 2010

Faixa Etária (em anos)	Total de Pessoas c/10 anos e mais	Total da PEA	Total PEA ocupadas	Total PEA /Total de pessoas c/10 anos e mais (%)	Total PEA ocupadas/ Total de Pessoas (%)
10	134	-	-	-	-
11	117	-	-	-	-
12	127	4	4	3,15	3,15
13	90	6	6	6,67	6,67
14	100	13	8	13,00	8,00
15	104	34	32	32,69	30,77
16	125	49	46	39,20	36,80
17	116	69	66	59,48	56,90
18	124	74	69	59,68	55,65
19	126	85	75	67,46	59,52
10 a 14	568	23	18	4,05	3,17
15 a 17	345	152	144	44,06	41,74
15 a 19	595	312	287	52,44	48,24
20 a 24	546	440	415	80,59	76,01
25 a 29	611	506	491	82,82	80,36
30 a 34	625	524	521	83,84	83,36
35 a 39	570	494	484	86,67	84,91
40 a 44	564	445	436	78,90	77,30
45 a 49	499	370	357	74,15	71,54
50 a 54	416	284	284	68,27	68,27
55 a 59	373	226	219	60,59	58,71
60 a 69 s	429	138	138	32,17	32,17
70 ou mais	306	39	39	12,75	12,75
Total	6102	3801	3689	62,29	60,46

Fonte: Censo Demográfico 2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Tiradentes possuía, em dezembro de 2013, 376 famílias beneficiárias do Programa Bolsa família (PBF), o que significa que a cobertura do programa, considerando o Perfil Bolsa Família naquele período, era de 109,3%; contudo, com relação ao Perfil CadÚnico, a cobertura situou-se em 56,0%¹³¹. Por conta do corte da renda per capita do PBF ser baixo e bastante inferior ao do CadÚnico, o PBF deixa de fora cerca de 50% de famílias pobres.

¹³¹ Há duas estimativas de famílias pobres; o CadÚnico considera o nº de 671 e o PBF 344. famílias .

Analisando a evolução do número médio de famílias beneficiárias na microrregião de São João del Rey no período 2004/2012, observam-se tendências diversas, embora em quase a maioria dos municípios os dados sejam crescentes até 2009, quando decrescem até 2012. Destaca-se que o aumento do número de famílias (tabela 9.30) ocorrido em 2009 está em consonância com a expansão do Programa realizada pelo MDS.

Tabela 9.30 Número médio de famílias beneficiárias do PBF nos municípios da Microrregião de São João del Rey – 2007 a 2013

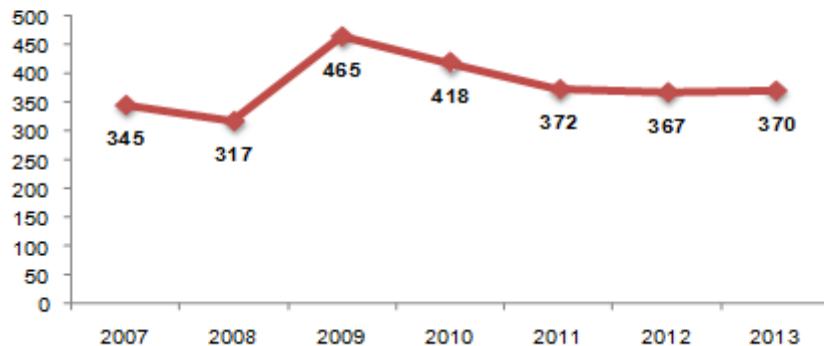
Municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Conceição da Barra de Minas	342	335	361	322	347	369	345
Coronel Xavier Chaves	157	144	140	153	153	147	144
Dores de Campos	576	540	531	361	287	250	250
Lagoa Dourada	773	750	576	557	640	769	733
Madre de Deus de Minas	405	362	412	404	414	395	390
Nazareno	747	678	758	725	698	786	786
Piedade do Rio Grande	425	407	375	354	342	328	306
Prados	524	249	237	250	227	217	225
Resende Costa	679	694	644	654	624	617	468
Ritápolis	396	342	315	400	404	439	430
Santa Cruz de Minas	542	478	571	481	438	445	423
Santana do Garambéu	194	179	179	194	228	235	234
São João del Rey	4196	4184	4717	4026	4151	4331	4.233
São Tiago	587	419	422	435	399	383	345
Tiradentes	345	317	465	418	372	367	370

Fonte: MDS – Matriz de Informações Sociais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Em Tiradentes o número médio de beneficiários do PBF atinge o máximo em 2009 (475 famílias), a partir daí registra, nos anos subsequentes, cerca de 370 famílias conforme pode se observar no gráfico 9.8.

Gráfico 9.8 Número médio de famílias beneficiárias do PBF – Tiradentes/MG - 2007 a 2013.



Fonte: MDS/Matriz de Informações Sociais

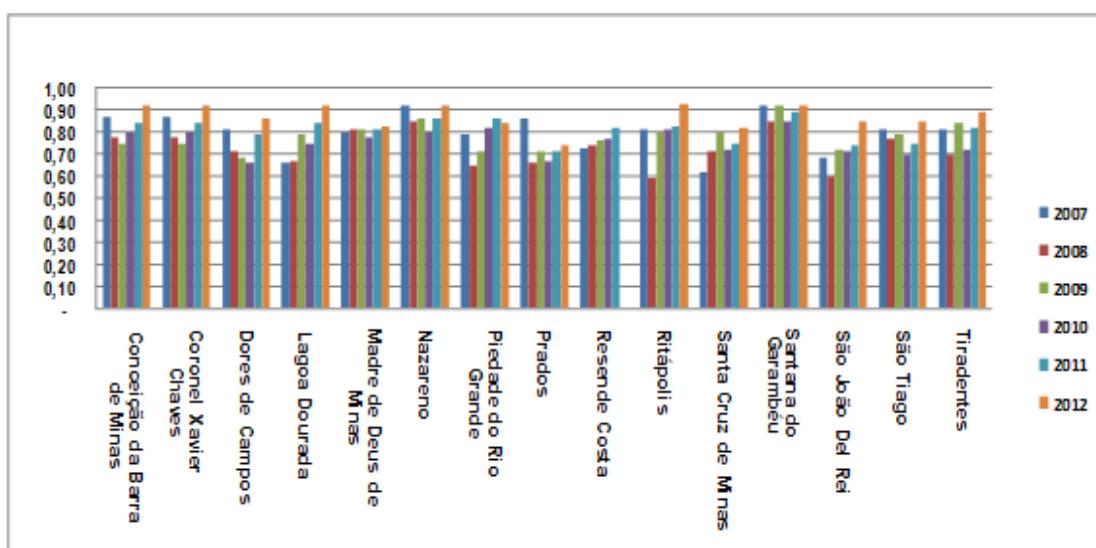
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

O Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M), conforme mencionado anteriormente, é um indicador que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal, além de refletir os compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão ao Bolsa Família. Com base nesse indicador, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa recursos aos municípios para que façam a gestão do Programa. É importante observar que quanto maior o valor do IGD, maior será o valor do recurso transferido ao município.

Com relação à evolução do Índice de Gestão Descentralizada do PBF na microrregião de São João del Rey (gráfico 9.9), observa-se que somente o município de Madre de Deus de Minas o mantém estabilizado no período em análise, em torno de 0,80. Contudo, Nazareno e Santana do Garambáu são os únicos que conseguem ultrapassar, em todo o período, o nível de 0,80.

Os dados de Tiradentes (gráfico 9.10) indicam que a gestão do PBF não tem sido uniforme: após o crescimento observado em 2009 registra recuos nos anos subsequentes, atingindo, em 2013, resultado inferior ao do ano anterior.

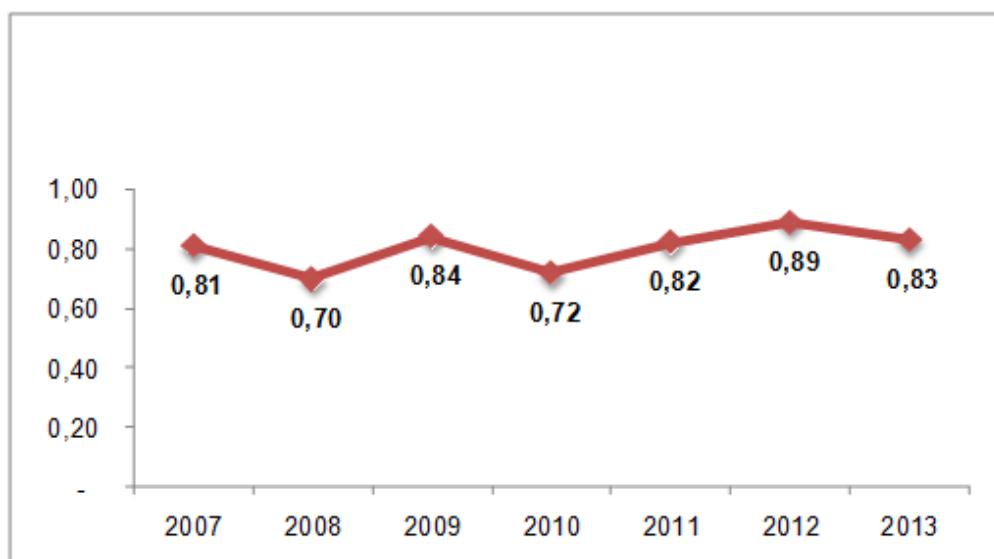
**Gráfico 9.9 Índice de Gestão Descentralizada – IGDM do Programa Bolsa Família
- PBF nos municípios da microrregião geográfica de São João del Rey – 2007 a 2012**



Fonte: MDS/Matriz de Informações Sociais.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

**Gráfico 9.10 Índice de Gestão Descentralizada – IGDM do Programa Bolsa Família - PBF do município de Tiradentes/MG (IGD M)
2007 a 2013**



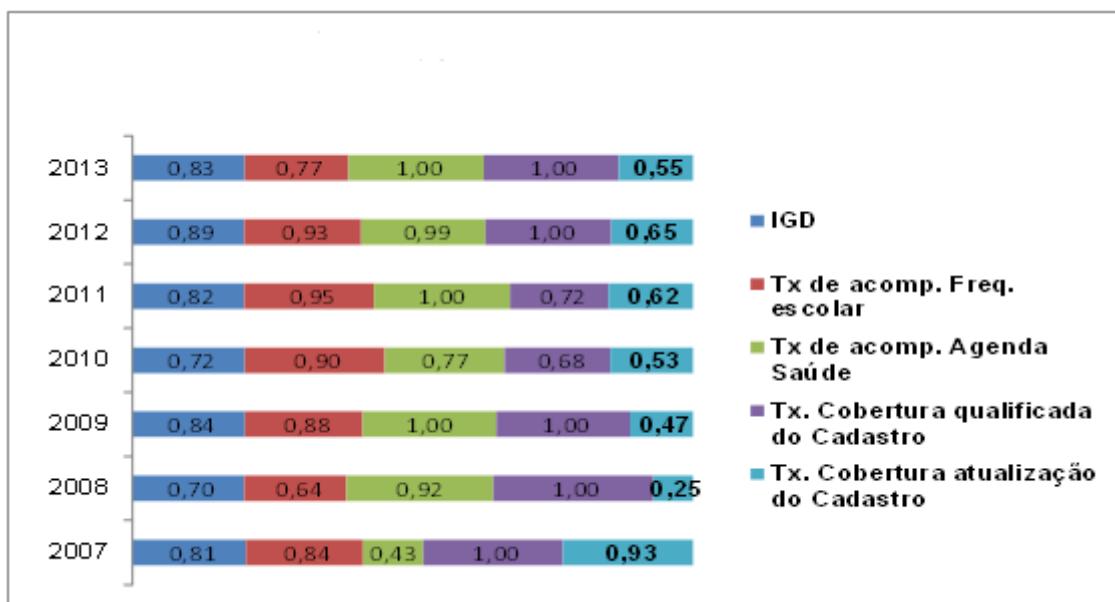
Fonte: MDS/Matriz de Informações Sociais.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Comparativamente aos anos anteriores, o IGD-M de 2012 foi o que apresentou o melhor patamar (0,89); desmembrando-o, o acompanhamento da frequência escolar, da Agenda Saúde, a cobertura qualificada e atualização de cadastro registraram, respectivamente, 0,93, 0,99, 1,00 e 0,65. Assim, o gráfico 4 sinaliza que para obtenção de um nível superior de recursos, esforços devem ser efetivados pelo município notadamente na atualização do cadastro, além de recuperar o acompanhamento da frequência escolar.

Analizando os componentes do IGD-M de Tiradentes em 2013 (gráfico 9.11), observa-se que o IGD-M de 0,83 resultou notadamente do mau desempenho na gestão do Cadastro Único, notadamente em sua atualização. Destacam-se os excelentes resultados verificados no acompanhamento da Agenda Saúde e na cobertura qualificada do cadastro; a taxa de acompanhamento escolar está abaixo da maioria dos municípios da microrregião de São Del Rei (gráfico 9.12).

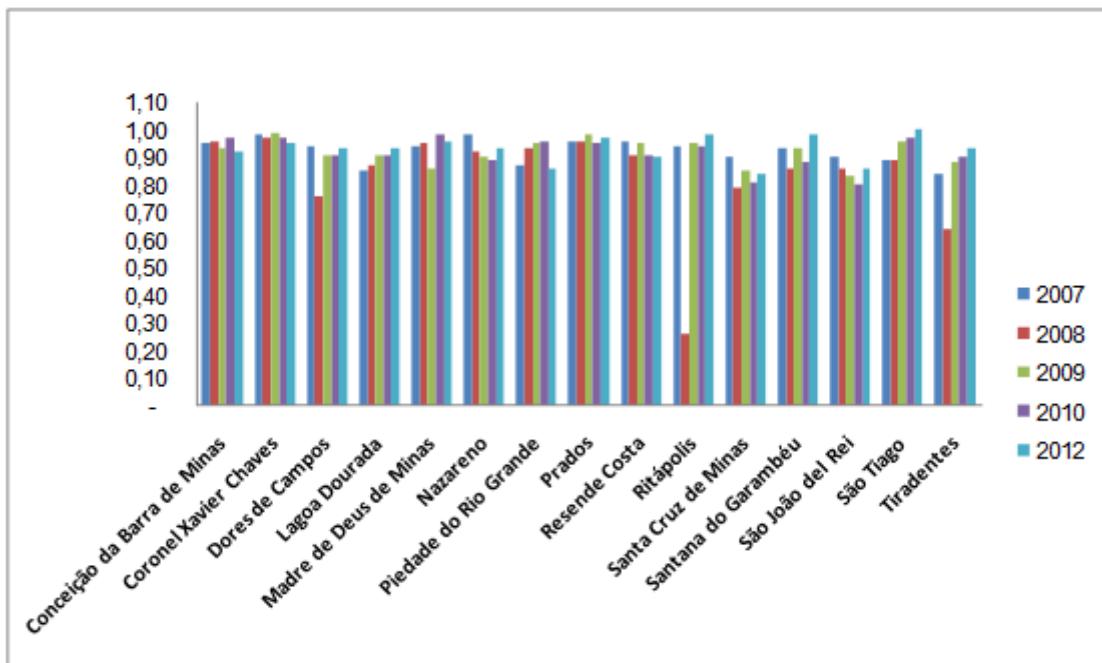
Gráfico 9.11 Índice de Gestão Descentralizada (IGD M) e seus componentes em Tiradentes/MG - 2007 a 2013



Fonte: MDS/ Matriz de Informações Sociais.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Gráfico 9.12 Taxa de frequência escolar nos municípios da Microrregião Geográfica de São João del Rey/MG - 2007 a 2012



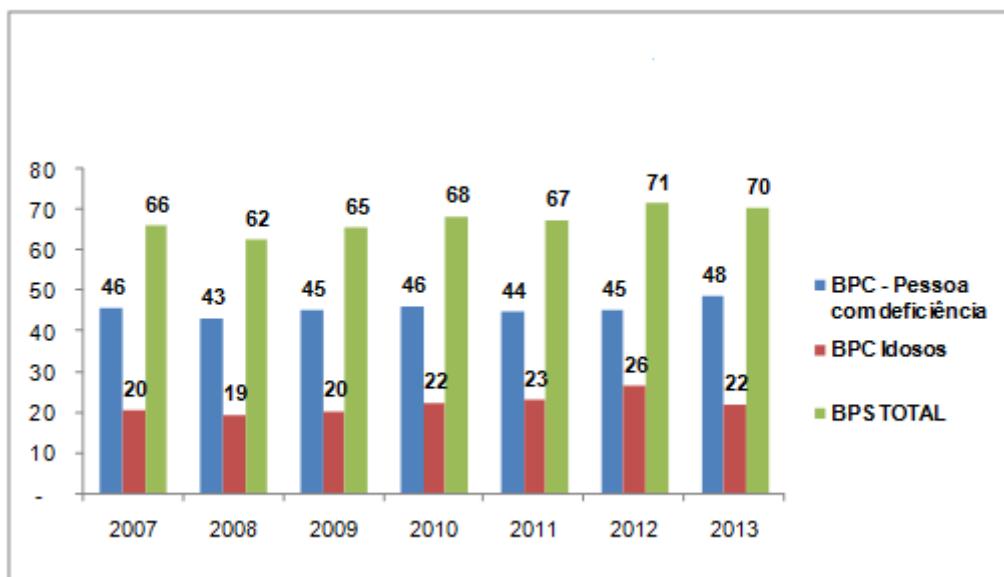
Fonte: MDS/ Matriz de Informações Sociais.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Outro programa federal, não contributivo, de transferência de renda é o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), que transfere um salário mínimo para pessoas idosas e com deficiências, incapacitadas para o trabalho e que vivem em domicílios com renda per capita abaixo de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

O número de beneficiários do BPC em Tiradentes é ascendente em todo o período: vale a pena destacar que o número de beneficiários com deficiências é superior ao de idosos, a exemplo de Minas Gerais; desta forma, o número médio dos idosos é praticamente a metade dos portadores de deficiências (gráfico 9.13).

Gráfico 9.13 Número médio de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC – Tiradentes/MG – 2007 a 2013



Fonte: MDS/ Matriz de Informações Sociais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Para analisar os repasses do governo federal em Tiradentes selecionou-se o município de Piedade do Rio Grande no intuito de fazer algumas comparações, já que ambos os municípios estão na gestão básica do SUAS e possuem quantitativo semelhante de famílias pobres.

Como pode ser visualizado na tabela 9.31, Tiradentes recebe um valor maior relativo aos repasses do PBF. No entanto, são significativamente superiores os repasses do BPC, notadamente direcionados às pessoas com deficiência. O co-financiamento do PAIF é idêntico para os dois municípios. Observando outros municípios da microrregião de São João del Rey, na Gestão Básica e beneficiados pelos recursos do PAIF, como Nazareno, Prados, São Tiago, dentre outros, estes recebem co-financiamento para o desenvolvimento de outras ações do sistema de proteção social básico, tais como, serviços executados por equipes volantes e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Tabela 9.31 Transferência de renda e co-financiamento federal em Tiradentes/MG e Nazareno/MG – 2013

Programas, Benefícios e Serviços	Tiradentes		Piedade do Rio Grande	
	Recurso (\$)	(%)	Recurso (\$)	(%)
Programa Bolsa Família	498.328,00	42,78	404.740,00	30,4
Benefício de Prestação Continuada/ pessoas c/ deficiências	393.238,89	33,76	636.642,00	47,88
Benefício de Prestação Continuada/ idosos	248.824,33	21,36	271.878,00	20,45
Renda Mensal vitalícia	24.408,00	2,10	16.272,00	1,22
Total dos Programas de Transferência de Renda	1.164.799,22	100,00	1.329.532,00	100,00
Serviço de Proteção Integral às Famílias (PAIF)	58.500,00	100,00	58.500,00	100,00
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	-	-	-	-
Total da Proteção Social Básica	58.500,00	100	58.500,00	100,00

Fonte: MDS/ Relatório de Programas e Ações do MDS

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

9.5.4 Manifestações das oficinas de participação popular

As oficinas de participação popular realizaram-se em oito localidades¹³² de Tiradentes nos períodos 10 a 13/04 e 17 a 21/04. Todos os temas tratados no Plano Diretor foram apresentados à população que participou das discussões, muito contribuindo para elaboração do trabalho.

Na Oficina Urbana Oeste não se apontou um ponto positivo na área. Os aspectos negativos dizem respeito à baixa atuação do CRAS, à falta de espaços para crianças e adolescentes, ao pior problema (droga) do município, que já está presente nas escolas, e à convivência de crianças com pais drogados. Como proposta, foi dito que é necessária a realização de um trabalho com os pais, que são omissos com os filhos. Por outro lado, os moradores querem um CRAS mais atuante.

Na Oficina Urbana Centro, a atuação dos Vicentinos, do Abrigo dos Idosos e da APAE são consideradas entidades que engrandecem a assistência social, dado o alto nível de trabalho desenvolvido. Consideram o Conselho Tutelar atuante, mas o CRAS não tem realizado um bom trabalho. As piores vulnerabilidades apontadas estão relacionadas às drogas, à falta de moradias para pessoas carentes.

¹³² Urbana Oeste (Candonga, Mococa, Pacu e Santíssima Trindade); Urbana Centro (Canjica e Centro); Águas Santas; César de Pina; Urbana Leste (Cascalho, Parque das Abelhas, Cuiabá e Prainha); Urbana Sul (Alto da Torre, Parque dos Bandeirantes, Várzea de Baixo, Pau de Óleo); Caixa D'Água e Elvas.

Dentre as propostas, figura a melhor atuação do CRAS, buscando funcionamento adequado e autonomia.

Em Águas Santas, esperavam receber o CRAS itinerante mais vezes. Os piores problemas dizem respeito à baixa participação da população nas Associações Comunitárias, a falta de atividades para crianças e adolescentes, que acabam entrando no mundo da droga e o desconhecimento acerca das competências dos departamentos municipais, notadamente o da Assistência Social.

Na Oficina Urbana Sul, foi mencionado que não há miséria em Tiradentes. Os problemas existem e estão relacionados à falta de espaços e atividades para adolescentes. Seriam eles as drogas, a prostituição na infância, a gravidez na adolescência e a violência doméstica.

Na Caixa D'Água da Esperança e em César de Pina, a população desconhece problemas na comunidade, como o SUAS atua e as funções do CRAS.

Na Urbana Leste, foi relatado que a assistência social iniciou-se neste mandato com o gestor da área. Antes perdurava o assistencialismo e a vontade do prefeito e correligionários. No entanto, reconhecem a importância da área dado o estado penoso de parcela da população: sem casas, moradores de casarões abandonados, mal alimentados, alcoólatras, dentre outros. A população é completamente desinformada; não sabe de seus direitos. A política de assistência social deveria ser mais divulgada.

9.5.5 Conclusões

O ano de 2013 é deveras relevante para Tiradentes no que se refere ao início da implantação do SUAS. Como todo começo, vários são os desafios a serem enfrentados pela gestão municipal e pelo órgão gestor. A população, no geral, desconhece a política, seus fundamentos, direitos e deveres e clama pela política no sentido de dirimir os muitos problemas sociais do município. A par de Tiradentes não apresentar um número de famílias pobres volumoso, as vulnerabilidades estão presentes e bastante visíveis pela população. Assim, compete ao órgão gestor estruturar o SUAS nos moldes estabelecidos pelas legislações e oferecendo à população um equipamento público (CRAS) nos moldes que o MDS idealizou, já que,

até o momento, ele vem cumprindo de modo insuficiente suas funções no município. Somente o PAIF vem sendo desenvolvido em Tiradentes. Demais ações de proteção social básica devem também ser ofertadas, conforme determinação legal. Deve-se ter em mente que o aumento dos co-financiamentos é função do nº de atividades desenvolvidas. Finalmente, devem-se envidar esforços no sentido de romper com todas as práticas clientelistas. O sistema em vigor amplia o acesso às demais políticas públicas e o usufruto dos direitos sociais.

A busca de efetividade das ações da assistência social passa também pela integração intersetorial, especialmente com a educação e a saúde, no atendimento a crianças, adolescentes, com foco nos territórios onde se identificam as vulnerabilidades. A grande desigualdade social na cidade, e o seu caráter de cidade turística, que recebe visitantes de todos os lugares ao longo do ano, tem consequências sérias para esse público, vulnerável a vários tipos de apelos e agravos que precisa de ações preventivas articuladas com as áreas sociais.

9.6 Habitação

O presente tópico visa analisar a situação atual das condições de moradia em Tiradentes e seus condicionantes, especialmente no território urbano, bem como a presença de programas e políticas habitacionais de iniciativa do poder público local. Fundamentam esse tópico levantamentos de campo feitos pela equipe do Plano Diretor, dados do trabalho Déficit Habitacional Municipal no Brasil – 2010, (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013), documentos de referência da política nacional de habitação, além de estudos sobre a questão habitacional e evolução urbana em Tiradentes.

9.6.1 A política habitacional no Brasil

A questão habitacional começa a ser problematizada pelas administrações públicas no Brasil a partir do amplo processo de urbanização ocorrido na década de 1930. A década de 1930 foi um marco importante na história brasileira devido a um conjunto de transformações sociais, políticas e econômicas que propiciaram a inserção de novos atores ao Estado-nação. O desenvolvimento urbano-industrial contribuiu para o deslocamento maciço de famílias que migraram do campo

para a cidade, aumentando as demandas por moradias, sobretudo, para famílias de baixa renda.

As principais iniciativas ocorreram com a implantação da Fundação Casa Popular em 1946, mas sem êxitos consideráveis devido aos recursos escassos. No período ditatorial, as ações concernentes à política habitacional concentraram-se no Banco Nacional de Habitação (BNH). De acordo com Bonduki (2008) o BNH foi uma resposta à forte crise de moradia presente no país que se urbanizava celeradamente, além da estratégia do governo em obter o apoio das massas populares urbanas. Por outro lado, conforme colocado pelo Plano Nacional de Habitação (2004), o BNH foi pioneiro na criação de um sistema de financiamento, por meio, principalmente do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), com o qual conseguiu obter um montante expressivo para o investimento habitacional.

Após a extinção do Banco Nacional de Habitação não houve ações expressivas na condução da política habitacional, sendo retomada, principalmente, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988. Com a promulgação da CF 1988 ampliou-se o processo de descentralização político-administrativa, o qual colocou em evidência as capacidades institucionais da gestão subnacional. Este processo resultou em mudanças estruturais nos mecanismos de gestão e implementação de programas e políticas frente à ampliação da agenda e obtenção de novas responsabilidades. Contudo, conforme observado por Akaishi “a descentralização de competências aos governos locais não foi acompanhada na diferenciação no tratamento relacionado à desigual capacidade institucional dos municípios brasileiros” (AKAISHI, 2011, p.47).

Na década de 1990, as atribuições passam a ser de responsabilidade, principalmente, dos estados e municípios. A esfera federal exerceu um papel coadjuvante, ampliando, portanto, a autonomia e as iniciativas locais na definição de agendas e implementação de políticas. Neste contexto, observa-se que a descentralização passou a ser sinônimo de municipalização, por meio, principalmente do esvaziamento da União frente às responsabilidades e ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação. Conforme destacado pela Política Nacional de Habitação (PNH) (2004), a atuação da União se ancorava no controle da linha de crédito, uma

vez que os recursos federais eram centrais no enfrentamento dos problemas habitacionais no estado.

A partir de 2003, a política habitacional brasileira passa a ter mudanças importantes. Primeiro, a criação do Ministério das Cidades composta pela Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e Secretaria Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana. De acordo com a PNH (2004), a reunião destas secretarias no âmbito do Ministério das Cidades faz com que o direito à habitação não passe a ser concebido de forma isolada e sim integrado a um pressuposto de desenvolvimento urbano integrado, no qual se inclui o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, equipamentos e serviços urbanos e sociais, enfim o direito à moradia passa também pelo direito à cidade (PNH, p.12, 2004).

Em segundo lugar, tem-se a implementação da Política Nacional de Habitação de 2004, cujas diretrizes passam a ter como foco a população de baixa renda. Ao referenciar a habitação no escopo dos direitos sociais (artigo 6º da CF 1988), bem como dos direitos humanos, conforme previsto pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, abre-se todo um leque de mudanças conceituais e operacionais na forma de gestão dos serviços. Todavia, vale reiterar que o processo de reconhecimento da habitação como um direito social no Brasil é bastante recente. Trata-se de um processo gradual e com expressivas lacunas, tendo em vista a dívida social acumulada durante várias décadas, resultante das significativas desigualdades sociais.

Conforme exposto pela Política Nacional de Habitação (2004), a efetivação da PNH ocorre por meio dos seguintes instrumentos:

- a) Sistema Nacional de Habitação (SNH), que define o escopo do desenho institucional, desenvolve a articulação entre os três níveis de governo e iniciativa privada e define as regras da articulação financeira entre os atores envolvidos. O SNH é responsável também por dois outros dois subsistemas: o de Habitação de Interesse Social e o de Habitação de Mercado.
- b) Desenvolvimento Institucional, que tem como linha de atuação a viabilização da descentralização político-administrativa, visa dotar os

agentes públicos (estados, distrito federal e municípios) de capacidades institucionais para a implementação de serviços e políticas habitacionais,

- c) Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação, que complementa o Desenvolvimento Institucional.
- d) Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), que estabelece metas de médio e longo prazo, diretrizes e linhas de financiamento a serem implementados, a partir das prioridades regionais (PNH, p.29, 2004).

O objetivo principal do PLANHAB é “universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão brasileiro”, para tanto, as diretrizes, estratégias e metas para a consecução deste objetivo estão dispostas por meio de quatro eixos estruturadores: modelo de financiamento e subsídio; política urbana e fundiária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil (PLANHAB, 2009, p. 9). Para cada eixo estruturador são estabelecidos um objetivo geral e as respectivas estratégias.

A Política Nacional de Habitação (2004), por meio de suas normatizações (Lei Federal 11.124/2005) e diretrizes, instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O SNHIS foi o primeiro projeto de iniciativa popular apresentado ao Congresso em 1991. De acordo com o Ministério das Cidades, este sistema tem por objetivo: “implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe quase a totalidade do déficit habitacional do país.”. Conforme Akaishi (2011), para a adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e seus respectivos recursos concentrados no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), os estados e municípios devem cumprir os seguintes requisitos:

- a) Constituir Fundo de Habitação de Interesse Social, gerido por conselho gestor com representação dos segmentos sociais ligados à área de habitação.
- b) Elaborar Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS) em sua esfera de gestão.

A participação dos agentes subnacionais no SNHIS e também na gestão da política habitacional tem como pré-requisito o desenvolvimento das chamadas capacidades institucionais. Segundo Putnam (2006), a capacidade

institucional tem como pressuposto a capacidade da instituição, serviço ou política de bem conduzir seus negócios internos, tendo em vista a sensibilidade e eficiência para com as demandas sociais dos cidadãos. Cabe ressaltar que o desenvolvimento institucional é um contínuo processo calcado na eficiência e eficácia, bem como num engajamento em uma mudança de paradigma no que se refere a construção de um valor público, a partir de mudanças nas condições de vida do público-alvo. Para tanto, torna-se necessária a participação dos atores envolvidos no processo de concepção, gestão e avaliação da política. No caso da PNH (2004), trata-se de uma ampla participação entre governo e sociedade civil, através da administração direta, conselho e fundo.

9.6.2 A Institucionalidade da política habitacional em Tiradentes

De acordo com a pesquisa “Capacidades Administrativas, Déficit e Efetividade na Política Habitacional” (ARRECHE, 2007), foi constatado que a existência de setores, burocracias e recursos municipais no âmbito das políticas habitacionais são categorias centrais na regularidade, provisão e avaliação de serviços e programas habitacionais. Contudo, de acordo com esta pesquisa, 23,2% (1.287) dos municípios brasileiros não dispunham em 2004 de capacidades institucionais, devido principalmente, a inexistência de órgãos e setores específicos para o desenvolvimento de políticas habitacionais.

Conforme destacado por Arretche (2007), essa é uma característica presente em muitos municípios mineiros, tendo em vista que 275 municípios de Minas Gerais não possuíam em 2004 de nenhum tipo de instrumento da política habitacional, dentre eles, órgão, conselho, cadastro, fundo, plano, consórcio. Na pesquisa supracitada, em referência à distribuição dos municípios brasileiros quanto à presença de instrumentos referentes às capacidades administrativas no âmbito da política habitacional, prevalecem municípios - 1.694 - que possuem somente o cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais.

É interessante observar o quanto o porte populacional do município influencia nas capacidades institucionais referentes aos serviços, programas e políticas habitacionais. Nesse sentido, a descentralização de competências não é

diretamente proporcional às condições financeiras, políticas e instrumentais dos municípios, principalmente, quando se trata de municípios pequenos, fatores estes que acarretam a reduzida capacidade institucional no âmbito das políticas habitacionais.

O município de Tiradentes está incluído no percentual atinente à falta de instrumentos da política habitacional. Constatou-se nos levantamentos de campo para o presente Plano Diretor, realizados em agosto de 2013, a ausência de um órgão específico para lidar com as questões habitacionais, que são tratadas diretamente no gabinete do prefeito. Esta característica reflete a presença de ações esparsas, com fortes desafios quanto à capacidade administrativa no que tange à formulação, gestão, captação de recursos e avaliação dos programas habitacionais, bem como do próprio monitoramento do déficit habitacional no município. Embora haja um levantamento das famílias interessadas em participar de programas habitacionais, percebe-se que os programas de habitação social são bastante incipientes em Tiradentes.

O Fundo de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS) – instrumentos essenciais para a institucionalização local da política de habitação – estão ausentes. Este é um dado que ilustra as dificuldades dos municípios pequenos em atenderem aos pré-requisitos para a participação de projetos e acesso aos recursos. “Não por acaso, dados de julho de 2011 do SNH mostram que 5.127 municípios ainda não entregaram o PLHIS ao Ministério das Cidades/Caixa.” (AKAISHI, 2011, p. 45).

A par desses fatores, a inadequação fundiária no município de Tiradentes, que atinge não só os domicílios de baixa renda, é um fator impeditivo para o repasse de recursos dos programas habitacionais federais. Até o momento não se registraram medidas efetivas na direção de regularização dos imóveis.

Em Tiradentes, a única iniciativa pública de um projeto de habitação de interesse social registrada foi a construção de um conjunto habitacional com 23 unidades residenciais, denominado Antônio Lucas da Costa, localizado no bairro Cuiabá. Foi construído por meio dos recursos do Programa Lares Gerais e entregue à população em 2010. À época de sua construção, formou-se um conselho temporário para a distribuição das casas e estabelecidos critérios para contemplar as famílias inscritas, segundo a presidente desse conselho. Houve 117 inscrições, tendo sido

dada preferência para deficientes, mães chefes de família que não tinham imóvel, maior tempo de residência no município e idosos.

Há a intenção da atual administração municipal em realizar um censo social para fundamentar a implantação de um cadastro para habitação popular. Na atual gestão, a prefeitura municipal de Tiradentes previu a utilização de duas áreas, a primeira para a concessão de 40 lotes de 200 m² e a outra destinada para projetos do Programa Minha Casa Minha Vida.

A atual Lei de Uso e Ocupação do Solo, de janeiro de 2004, anterior, portanto, à implementação da Política Nacional de Habitação e do PLANAHAB, prevê as zonas de reestruturação que seriam...

...as regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe o interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida e integração urbanas, estando sujeitas a critérios especiais para o parcelamento e nova ocupação do solo. (Lei nº 1.955/04, art. 35)

O art. 36 da mesma lei faz menção à habitação de interesse social ao incluí-la como objetivo das “zonas de integração”,

...constituídas das regiões desocupadas pertencentes ao Poder Público, nas quais há o interesse público em ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária ou em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social.

Tais dispositivos são precursores de um zoneamento de interesse social, a ser previsto na versão do Plano Diretor ora elaborado e que significa um passo a mais na institucionalização de uma política habitacional em Tiradentes.

9.6.3 Características socioespaciais de Tiradentes

O município de Tiradentes, com as atividades turísticas que se expandiram especialmente a partir dos anos 90, apresentou incremento dos investimentos em infraestrutura, particularmente em hotelaria e restaurantes, e intensa valorização imobiliária. Segundo Campos (2006), a atividade turística trouxe muitos

imigrantes oriundos, principalmente, de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, além de muitos estrangeiros que passaram a residir principalmente na parte mais valorizada do município (imóveis do Centro Histórico). Esta característica contribuiu para significativas alterações na dinâmica socioespacial, uma vez que muitos tiradentinos com baixa qualificação, com empregos temporários e precários e, consequentemente, com recursos escassos, não conseguiram competir com ofertas desses imigrantes na compra de imóveis do centro histórico, episódio que culminou na mudança de muitos moradores para a periferia do município.

A distribuição da população e das atividades produtivas no solo urbano segue a regra do poder aquisitivo: quem tem mais dinheiro melhor se localiza na estrutura das cidades em relação ao emprego, à oferta de serviços urbanos. (CAMPOS, p. 101, 2006).

Ainda segundo esse autor, citando reportagem da revista Veja:

...80% do casario do núcleo histórico de Tiradentes pertencem aos “ETs” (extra tiradentinos), onde a valorização dos imóveis aumentou 400% em 10 anos, sendo que a maioria não é mais de uso residencial (p.74). As imobiliárias da cidade trabalham, atualmente, com preços em torno de R\$500 mil para imóveis nos bairros imediatos ao Centro e de até mais de R\$1 milhão no próprio Centro. (Revista Veja, 2002 *apud* CAMPOS, p. 8, 2013)

Registram-se também casos de moradores que passaram a alugar as suas respectivas residências para fins de turismo. Esta afirmativa pode ser ilustrada ao se verificar que, dentre os 3.162 domicílios recenseados no ano de 2010 em Tiradentes, 762 domicílios particulares não estavam ocupados (tabela 9.31) o que pode estar relacionado às residências que são utilizadas para fins do turismo, bem como para especulação imobiliária.

Tabela 9.31 Domicílios Recenseados de Tiradentes/MG, em números absolutos e percentuais –2010

Total	Domicílios Particulares		Domicílios Coletivos*	Média de moradores em domicílios particulares ocupados
	Ocupados	Não Ocupados		
3.162	2.308	762	92	2,98
100,0	73,0	24,1	2,9	

Fonte: Censo Demográfico 2010

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Essa alteração socioespacial tem a ver, em primeiro lugar com o processo de crescimento desordenado da cidade decorrente, em larga medida, de uma clara distinção entre centro e periferia, por meio, da concentração de renda referencialmente localizada.

A dualidade identidade-estranhamento entre os habitantes da cidade transforma também o espaço urbano. Desse modo, Tiradentes conheceu, nas últimas décadas, uma periferia que cresceu populacional e espacialmente, além de um centro que se sofisticou e encareceu, ao se consolidar continuamente como a “alma” da cidade, como a expressão do orgulho de manter um patrimônio que é admirado e, obviamente, consumido (CAMPOS, p.164, 2006)

Campos (2006) argumenta que o crescimento das chamadas “residências secundárias” nas periferias das cidades históricas resulta no aumento da demanda por habitações adequadas e consequentemente, na instalação de infraestrutura (urbanização, saneamento básico, mobilidade urbana). Nas cidades históricas o crescimento da mancha urbana apresenta peculiaridades no que se refere ao crescimento dos bairros periféricos em função da proibição de construções no centro histórico.

O rápido adensamento populacional ocorrido, especialmente na década de 1990, nos bairros Alto da Torre, Mococa e Várzea de Baixo, caracterizados por uma infraestrutura precária e concentração de domicílios deficitários e inadequados, é reflexo desses processos de expansão desordenada do território da sede do município.

9.6.4 Déficit habitacional

Entende-se por déficit habitacional as insuficiências e deficiências relacionadas ao estoque de moradias. Trata-se de uma categoria ampla, pois diz respeito às condições de habitabilidade e de vida, bem como da oferta de serviços e políticas. O déficit habitacional é formado por quatro grandes componentes: domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo de domicílios alugados¹³³. (Ministério das Cidades, Fundação João Pinheiro: 2013)

O estudo “Déficit Habitacional Municipal 2010”¹³⁴ registrou, para o Brasil, 6,490 milhões de unidades, correspondendo a 12,1% dos domicílios do país. (2013, p.28). Como forma de reduzir esse déficit foi criado em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual representou uma importante iniciativa no acesso de famílias que recebem até dez salários mínimos à casa própria, através do estabelecimento de um patamar de subsídio direto, proporcional à renda familiar.

De acordo com Cardoso (2013), este programa tem por objetivo a ampliação do mercado habitacional, cuja meta inicial era a construção de 1 milhão de moradias em curto prazo. Segundo este autor, a prioridade no número de construções destina-se a famílias com rendimento até três salários mínimos e famílias com rendimento de 3 a 6 salários mínimos, por meio da construção de 400 mil unidades para cada faixa de renda. Por último, tem-se o investimento de 200 mil domicílios para famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos.

Mesmo com a magnitude do Programa Minha Casa Minha Vida, percebe-se a sua insuficiência frente ao elevado contingente de famílias que se encontram em situação de déficit habitacional. Este fator se deve, em larga medida, ao amplo espaço do mercado imobiliário no acesso à moradia, por meio de um crescimento exorbitante nos aluguéis, na especulação imobiliária e nas prestações. Deste modo, a relação entre déficit habitacional e capital imobiliário é assimétrica, tendo em vista a predominância do mercado imobiliário no acesso de famílias com alto poder aquisitivo à casa própria, em detrimento de milhares de famílias de baixa renda. Nesse sentido, sem um expressivo processo de regulação do mercado imobiliário,

¹³³ O componente “coabitação familiar” não foi considerado neste Plano Diretor.

¹³⁴ Trabalho conjunto da Secretaria Nacional de Habitação com a Fundação João Pinheiro, baseado no Censo Demográfico de 2010

concomitante com o aperfeiçoamento das políticas habitacionais destinadas, principalmente, para a população de baixa renda, a redução do déficit habitacional se tornará cada vez mais difícil de alcançar.

Os estudos referentes ao déficit habitacional destacam a sua prevalência em áreas metropolitanas, devido à alta densidade populacional e consequentemente, à concentração de problemas relativos ao acesso a serviços e políticas. Contudo, torna-se oportuno também investigar os resultados e características do déficit habitacional em municípios pequenos, tendo em vista os escassos instrumentos das políticas, programas e serviços habitacionais (órgão, cadastro, conselho, fundo, consórcio). Além disso, conforme destacado por Arretche (2007), 1.242 e 1.630 municípios brasileiros em 2004 situavam-se, respectivamente, nos grupos que não possuíam um setor específico para a habitação ou dispunham somente do levantamento das famílias interessadas em participarem de programas habitacionais.

Conforme exposto na tabela 9.32, percebe-se que, independentemente do nível de análise – Minas Gerais, microrregião de São João del Rey e município de Tiradentes – o déficit habitacional se concentra, principalmente, na área urbana, refletindo o grau de urbanização da população brasileira. Das 286 residências em situação de déficit habitacional no município de Tiradentes, 245 estão localizadas na área urbana, enquanto 41 estão situadas na zona rural.

Tabela 9.32 Déficit Habitacional Urbano e Rural – Tiradentes, São João del Rey, Minas Gerais – Ano 2010

Unidade Territorial	Déficit Habitacional Urbano	Déficit Habitacional Rural
Tiradentes	245	41
Microrregião de São João del Rey	4.886	376
Minas Gerais	507.756	49.615

Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Em números absolutos, o município de Tiradentes possui um déficit habitacional de 286 residências (tabela 9.33), o que representa 12,4% do número total de domicílios particulares ocupados. Vale destacar que o percentual do déficit

habitacional relativo¹³⁵ de Tiradentes é maior do que o da microrregião de São João del Rey e também do Estado de Minas Gerais e, até mesmo, alguns décimos acima do déficit do país.

Tabela 9.33 Déficit Habitacional Total e Relativo - Tiradentes, São João del Rey, Minas Gerais – Ano 2010

Unidade Territorial	Déficit Habitacional Total	Déficit Habitacional Total Relativo
Tiradentes	286	12,4
Microrregião de São João del Rey	5.262	9,1
Minas Gerais	557.371	9,2

Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil - Belo Horizonte, 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Conforme relatado anteriormente o déficit habitacional refere-se a um conjunto de indicadores que combinados refletem as características do acesso à moradia.

No primeiro componente destacam-se construções precárias, normalmente, sem paredes de alvenaria e em condições de insalubridade, o que resulta no déficit devido à necessidade de reposição destas moradias.

Outro componente refere-se ao número de domicílios improvisados, ou seja, de moradias alternativas localizadas em áreas sem fins residenciais, por exemplo, embaixo de viadutos, pontes, etc.

A coabitação familiar faz alusão à quantidade de familiares secundários que residem com a família principal em uma mesma residência, mas, que, a priori, não têm condições financeiras de custear um imóvel particular.

O ônus excessivo com aluguel reflete o comprometimento, em mais de 30%, da renda de famílias que recebem até três salários mínimos com esse item.

E, por último tem-se o adensamento excessivo de domicílios alugados – ou o número médio (acima de três) de moradores por dormitório.

¹³⁵Considera-se déficit habitacional relativo a proporção correspondente do déficit em relação ao número total de domicílios existentes.

É pertinente observar o quanto o déficit habitacional está relacionado, em grande medida, com famílias de baixa renda, bem como à insuficiência de programas e políticas habitacionais para este público. Em Tiradentes, cerca de 69,5% do déficit habitacional total diz respeito a famílias cuja renda familiar total é de 0 a 3 salários mínimos (tabela 9.34 e gráfico 9.14).

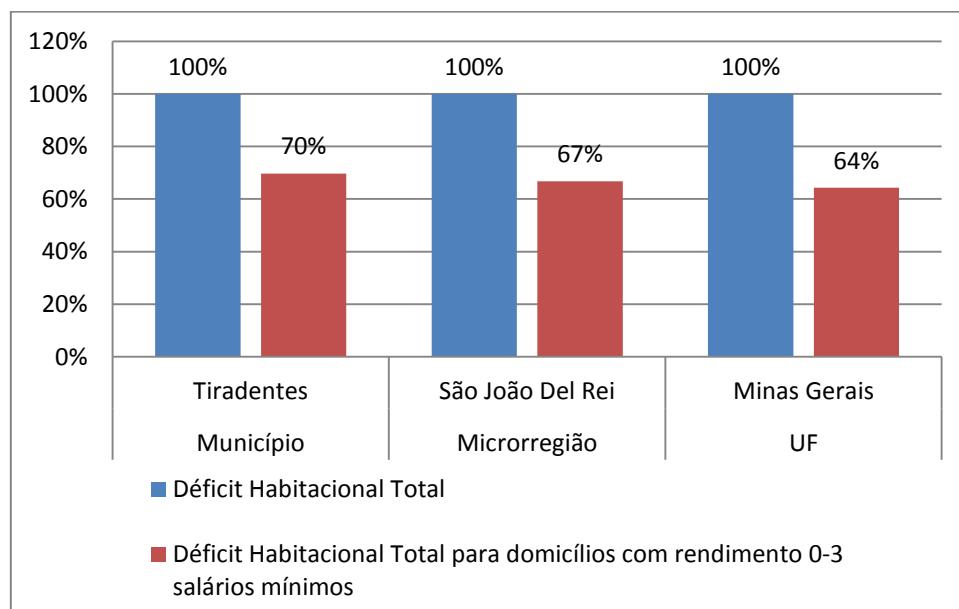
Tabela 9.34 Déficit Habitacional Total para Domicílios com rendimento de 0 a 3 salários mínimos. Ano – 2010

Unidade Territorial	Déficit Habitacional Total	
	Geral	Domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos
Tiradentes	286	199
Microrregião de São João del Rey	5.262	3.511
Minas Gerais	557.371	358.522

Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Gráfico 9.14 Proporção entre déficit habitacional total e déficit habitacional para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos – 2010



Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Ao desagregar o déficit habitacional de acordo com os componentes destacados acima, nota-se uma alta porcentagem do “ônus excessivo com aluguel” nos três níveis de análise: Tiradentes, 50%; microrregião de São João del Rey, 48% e Minas Gerais, 39%. Este componente concentra-se principalmente nos núcleos familiares que recebem entre 0 a 3 salários mínimos.

Num universo de 286 residências, ter metade em situação de ônus excessivo com aluguel constitui-se em um importante desafio para a administração municipal. A ausência de uma política local de habitação e de recursos institucionais adequados para postular projetos no nível federal, associada à intensa especulação imobiliária no município, configuram importantes entraves no processo de democratização do acesso à moradia, sobretudo, para famílias com baixo poder aquisitivo. Estes dados refletem a necessidade de criação e aperfeiçoamento de programas, políticas e serviços habitacionais voltados, principalmente, para este público-alvo, tendo em vista que mais de 30% da renda familiar é despendida para o pagamento do aluguel. Trata-se de uma relação causal em que o elevado custeio com pagamento de aluguel reduz a qualidade de vida dos tiradentinos, que cada vez mais passam a residir na periferia do município, contribuindo para o crescimento desordenado da cidade, sem a adequada capacidade do poder público de se fazer presente nesses territórios.

Tabela 9.35 Componentes do déficit habitacional – Minas Gerais, microrregião de São João del Rey, Tiradentes – 2010

Unidade Territorial	Domicílios Precários Urbano	Domicílios Precários Urbano para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Ônus Excessivo com aluguel total	Ônus excessivo com aluguel Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos	Adensamento excessivo de domicílios alugados Total	Adensamento excessivo de domicílios alugados Total com rendimento 0-3 salários mínimos
Tiradentes	9	9	142	142	19	4
Microrregião São João del Rei	57	43	2.527	2.443	114	84
Minas Gerais	20.494	14.536	215.986	208.694	28.658	18.380

Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

9.6.5 Inadequação habitacional

Segundo a Fundação João Pinheiro (2013), a inadequação habitacional é formada por um conjunto de variáveis que dizem respeito às condições inadequadas de habitação. A inadequação não se refere às residências que necessitam ser repostas, mas, às que não oferecem condições desejáveis de habitação na área urbana. Vale destacar também que na inadequação habitacional estão excluídos os domicílios considerados anteriormente em alguma categoria do déficit habitacional.

Os componentes da inadequação habitacional são: infraestrutura urbana, composta por iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo; presença de sanitário exclusivo e adensamento excessivo de domicílios próprios, representado pelo número médio (acima de três) de moradores de domicílios próprios por dormitório.

Nos cálculos relacionados à inadequação habitacional, um domicílio pode aparecer em mais de um componente, neste caso ele pode estar inserido tanto na ausência de infraestrutura urbana quanto na falta de sanitário exclusivo, deste modo, os resultados devem ser analisados no interior de cada componente.

Conforme a tabela 9.36, há um total de 166 domicílios no município de Tiradentes que apresenta algum componente da inadequação habitacional. Como no déficit habitacional, percebe-se a estreita relação entre inadequação e baixa renda -

em Tiradentes, 47% dos domicílios que se encontram em situação de inadequação por algum componente referem-se a famílias que recebem entre 0 a 3 salários mínimos. Ressalte-se que os percentuais do município de Tiradentes nesse aspecto são melhores do que a microrregião de São João del Rey (68%) e Minas Gerais (67,8%).

Tabela 9.36 Número de domicílios urbanos inadequados segundo algum componente total com rendimento 0-3 salários mínimos – Ano 2010

Unidade territorial	Inadequação (pelo menos um componente) de domicílios urbanos		
	Total	Total para domicílios sem rendimento	Total para domicílios com rendimento 0-3 salários mínimos
Tiradentes	166	3	77
Microrregião de São João del Rey	9.325	139	6340
Minas Gerais	756.363	21.243	513.228

Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

O componente infraestrutura urbana representa o principal indicador da inadequação habitacional, tendo em vista a possibilidade de se analisar as condições de habitabilidade da população relacionada com a oferta de serviços no âmbito do saneamento básico, abastecimento de água, fornecimento de luz elétrica e coleta de lixo. Trata-se de serviços públicos indispensáveis para o bom ordenamento social e para condições dignas de moradia, de salubridade, qualidade de vida e bem-estar social.

Nos três níveis de análise (município, microrregião e estado) observa-se a prevalência da inadequação no esgotamento sanitário e a baixa incidência de inadequação no fornecimento de luz elétrica. No município de Tiradentes, há em torno de 153 domicílios inadequados, e por outro lado, uma cobertura de 100% no fornecimento de luz elétrica. Quanto ao abastecimento de água, há 54 residências com problemas no acesso à água potável e 03 residências sem coleta de lixo (tabela 9.37 e gráfico 9.15).

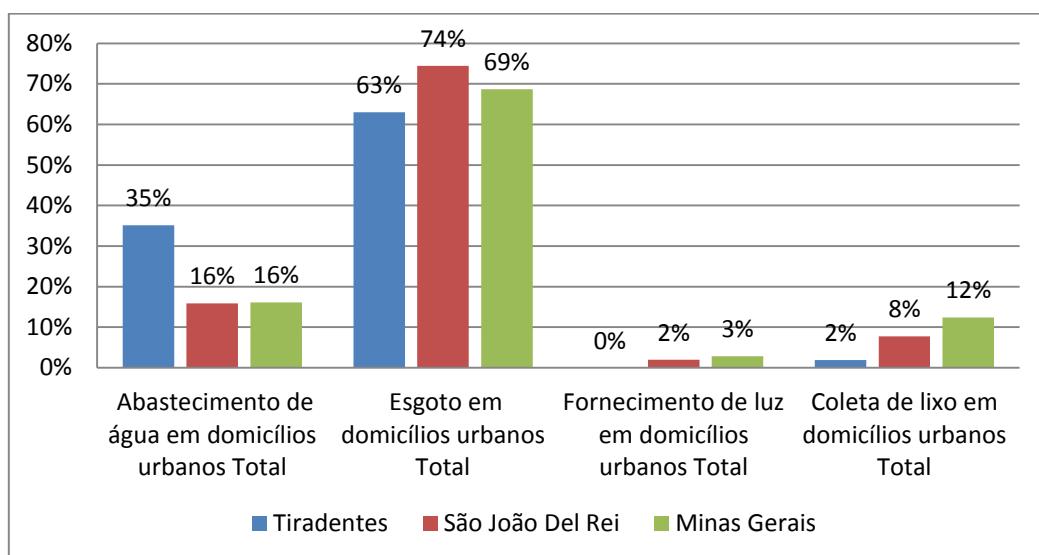
Tabela 9.37 Número total de domicílios inadequados segundo infraestrutura urbana – abastecimento de água, esgoto, luz e coleta de lixo – 2010

Unidade territorial	Tipo de inadequação em domicílios urbanos				
	Abastecimento de água	Esgotamento Sanitário	Iluminação Elétrica	Coleta de Lixo	Total
Tiradentes	54	96	0	3	153
São João del Rey	1576	7392	192	767	9927
Minas Gerais	130870	557809	23069	100550	812297

Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Gráfico 9.15 Inadequação Habitacional em infraestrutura urbana – iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo - 2010



Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

9.6.6 Conclusões

O presente trabalho procurou demonstrar a importância da capacidade institucional na provisão de serviços, programas e políticas habitacionais. Deste modo, as implicações da ausência de instrumentos da política habitacional (órgão, conselho, cadastro, fundo, plano, consórcio), a especulação imobiliária e o crescimento desordenado da periferia caracterizam-se como os principais entraves na

democratização de acesso ao direito à moradia de qualidade no município de Tiradentes.

O porte do município é uma variável importante ao se analisar as administrações públicas. Nesse sentido, a pequena extensão dos municípios resultaria, a priori, em reduzidas intervenções urbanas – de construção de moradias, melhorias habitacionais e de regularização fundiária. Contudo, a maioria destes municípios não conta com amplos instrumentos e recursos institucionais, não há amplos mecanismos de participação e muito menos instrumentos específicos de financiamento e captação de recursos (ARRECHE, p. 80, 2007). Estes fatores dificultam a construção de uma institucionalidade democrática e moderna consonante os anseios e necessidades da população.

A descentralização político-administrativa ao referendar certos tipos de preceitos e práticas a serem incorporadas pelas administrações locais conforme suas respectivas especificidades e capacidades pode representar um importante mecanismo de aperfeiçoamento das instituições e nos processos de equidade social. Deste modo, no momento em que a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a Política Nacional de Habitação de 2004 reconhece a habitação como um direito de cidadania ocorre, a princípio, uma responsabilização mútua e dialógica entre os três entes federativos na consecução progressiva do direito à moradia adequada.

Contudo, no interior das relações institucionais, governamentais e municipais há assimetrias de várias ordens (poder, recursos, capacidades) e acúmulo de funções e responsabilidades, principalmente dos municípios. Nesse sentido, ao se verificar as características (ou ausência) das políticas habitacionais nos municípios percebem-se os numerosos desafios na efetivação do direito à habitação.

Durante o trabalho, verificou-se o quanto a habitação deve ser pensada em conjunto com as outras políticas e temáticas, assim sendo, o direito a habitação se aproxima de forma contundente ao direito à cidade. Não há como pensar na habitação sem fazer referência a infraestrutura básica (saneamento básico, abastecimento de água, fornecimento de luz), a escolas próximas, a centros de saúde, a equipamentos culturais e esportivos, etc. Deste modo, a habitação digna em conjunto com os outros serviços e temáticas deve ser concebida como um pré-requisito das alterações nas condições de vida e, posteriormente, na qualidade de vida dos cidadãos.

Por conseguinte, Tiradentes, por ser um município pequeno, não está isento de responsabilidades quanto à melhoria no acesso da população aos programas habitacionais e na redução do déficit e inadequação habitacional. O déficit habitacional total no município de 286 domicílios e inadequação de 166 residências - número elevado considerando um universo de 2.308 domicílios ocupados no ano de 2010.

10 SEGURANÇA PÚBLICA

10.1 Introdução

A preservação da paz social requer mecanismos que garantam os direitos individuais e coletivos, a segurança pública, bem como o enfrentamento de calamidades, considerando a exposição de pessoas ao perigo.

Este conjunto, inserido no âmbito da defesa social, é portador de importantes aspectos a serem considerados na construção de planos diretores para municípios, notadamente na definição de objetivos, metas, diretrizes e prioridades a serem nestes inseridos e é, portanto, considerado neste estudo para Tiradentes.

É relevante destacar, neste contexto, que o governo do estado de Minas Gerais reformulou, a partir de 2003, o seu sistema de gestão em segurança pública, adotando um modelo estratégico que considera um conceito mais amplo e integrado de defesa social. Segundo Rocha, Barreto Júnior e Gontijo (200?), trata-se de “um modelo de gestão que visa articular a atuação dos órgãos de Segurança Pública e Defesa Social, de maneira a assegurar a efetividade da intervenção pública sobre o fenômeno da violência e da criminalidade e contribuir para a qualidade de vida da população”.

Naquele ano, foi criada a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) em substituição ás extintas Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Direitos Humanos, e instituído um modelo que promovia a integração dos órgãos de segurança pública do estado, importante eixo estruturador da política estadual de segurança pública. A lei de criação desta secretaria determina lhes sejam subordinadas operacionalmente a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar. Preserva, no entanto, a autonomia administrativa e financeira destas instituições, bem como a da Defensoria Pública, posto ser este último, órgão público independente. Operacionalmente Ficaram subordinados da mesma forma à mencionada secretaria, o sistema prisional e o de atendimento e acatelamento de adolescentes infratores (MINAS GERAIS, 2003).

Assim, a criação da secretaria permitiu a reunião e vinculação em uma mesma pasta das “ações relacionadas a prevenção da criminalidade, a integração

operacional dos órgãos de Defesa Social, a custódia, a educação e reinserção social dos indivíduos privados de liberdade, a defensoria pública dos direitos individuais e coletivos e ao enfrentamento de calamidades” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2011). Este novo modelo propõe:

(...) um novo arranjo institucional, baseado em mecanismos de governança colegiada e de gestão integrada de ações e informações, e que prevê a articulação horizontal e sistêmica dos órgãos envolvidos, por meio do compartilhamento de informações e do alinhamento estratégico e operacional, na busca de objetivos comuns e do alcance de resultados efetivos para a segurança da sociedade (ROCHA, BARRETO JÚNIOR E GONTIJO; 200?).

A nova estratégia buscou ampliar, portanto, o foco de atuação em relação à segurança pública, que além da atuação integrada das Polícias militar e civil buscou incorporar “a atuação de outros órgãos ou áreas responsáveis pela proteção social e pelo ciclo de justiça, tais como o Corpo de Bombeiros Militar, sistema Prisional, Sistema Socioeducativo e Defensoria Pública”, conforme destacam Rocha, Barreto Júnior e Gontijo; (200?). Esta estratégia adotada permite por meio da Secretaria de Defesa Social, “articular ações preventivas às de enfrentamento da violência e criminalidade dentro de uma ótica de promoção e defesa de direitos”, conforme enfatizam estes autores.

Tiradentes, como município mineiro, é alcançado por este novo modelo adotado para o estado.

Outro tema importante que merece tratamento neste estudo refere-se à necessária tutela estatal aos conflitos que se verificam na vida em sociedade. O princípio da inafastabilidade do acesso à justiça contemplado no art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988 assegura às pessoas, naturais ou jurídicas, o acesso ao poder judiciário. Nesse sentido e posta a relevância deste direito constitucional, a estrutura para acesso da sociedade de Tiradentes ao poder judiciário é também objeto considerado neste trabalho.

Nesse sentido, observado o escopo apresentado relativo à defesa social e ao acesso à justiça, nas seções seguintes são contemplados para o município de Tiradentes:

- a) a segurança pública no município, com ênfase nos seus índices de criminalidade, na estratégia e estrutura para promovê-la, incluindo o modelo integrado proposto pelo governo do estado aplicado no município, bem como o envolvimento da prefeitura municipal e da comunidade local de forma direta ou indireta nesta temática;
- b) a defesa civil no município;
- c) a estrutura de acesso à justiça disponível para sociedade local, no próprio município e região; e
- d) a estrutura para o cumprimento de pena existente.

10.2 Segurança pública

Segurança é uma garantia individual e coletiva e também um direito social previsto respectivamente, nos artigos 5º e 6º do Capítulo II da Constituição Federal de 1988. A mesma Carta Magna, no caput do art. 144, define segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, a ser exercida pelas polícias e pelo Corpo de Bombeiros Militar com o objetivo de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, definição esta reproduzida na Constituição do estado de Minas Gerais. A inserção do Corpo de Bombeiros Militar será tratada em seção específica sobre defesa civil.

Inserida no contexto de defesa social, a segurança pública inclui, não apenas a atividade policial, mas também a tutela jurisdicional, a exposição das pessoas ao perigo e a defesa do Estado. Esta é essencial para a sociedade e exige para sua promoção e preservação envolvimento dos governos em todos os seus níveis, da população, da sociedade civil organizada e demais organizações civis, empresariais ou não.

Cerqueira et all. (2007) alertam que a violência e a criminalidade impõem custos à sociedade: custos com sistemas de saúde, justiça e previdência social, custos com segurança pública, custos de segurança privada (sem finalidade produtiva) e, em situações extremas, custo de desmobilização de capital pelo abandono de atividade produtiva e seu deslocamento para outras regiões. Santos e Kassouf (2008) reforçam que violência e criminalidade provocam perda de atratividade de novos investimentos.

Para Tiradentes, merece atenção especial a cadeia produtiva do turismo, dada sua relevância na geração de empregos no município. Argumenta Braggio (2007) que há uma relação intrínseca entre turismo e segurança pública, que aponta a segurança pública como “elemento indissociável da rede de ofertas e serviços imbrincados ao atendimento turístico” e alerta: “Quando o destino turístico começa a incorporar vulnerabilidades – e as redes de informação se encarregam de acentuá-las - o turista antevê riscos e tende a mudar sua rota” (BRAGGIO, 2007, p.17). Conclui este autor em seus estudos¹³⁶:

A fragilidade das estruturas urbanas no que se refere à segurança pode resultar no declínio do turismo, desta forma comprometendo a manutenção das atividades que sustentam a economia da cidade. Há que se reconhecer que, além de agente de uma série de reflexos sociais negativos, os impactos da violência sobre o movimento de turistas são ameaças à estabilidade da economia local, traduzidas em prejuízos econômicos e na inviabilidade da principal fonte geradora de emprego e renda do município.” (BRAGGIO, 2007, p. 73)

Em Tiradentes, cabe observar, a cadeia produtiva do turismo se constitui a maior geradora de empregos no município.

Aguiar, Martins e Cardoso (2003, p. 309, apud Baggio, 2007, p. 15) alertam que “a segurança, condição básica para a qualidade na receptividade de um núcleo receptor, deve apresentar-se como uma extensão dos serviços garantidos aos moradores” e ressaltam a impossibilidade de oferta de segurança pública, em sentido amplo, ao turista se esta não for oferecida também à população.

Considerada a segurança pública em Tiradentes, são abordados a seguir as taxas de criminalidade, a estrutura e estratégia para o seu combate e prevenção neste município, bem como as iniciativas da sua prefeitura nesse sentido, a existência de conselhos e fundos municipais diretamente relacionados à segurança pública ou cuja atuação possa contribuir, mesmo que de forma indireta, para a prevenção da violência e criminalidade, além de abordagem sucinta sobre a segurança do patrimônio tombado no município.

¹³⁶ BRAGGIO, Laércio Antônio concluiu em 2007 estudos sobre turismo e segurança pública utilizando como referência o município de Camboriú (SC), destino turístico internacional de significativa procura no Brasil.

10.2.1 Criminalidade em Tiradentes

A análise da situação de criminalidade em Tiradentes foi realizada a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidades Sociais (IMRS) relativos ao período de 2001 a 2010 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011), além de dados, também publicados pela Fundação João Pinheiro (2012), sobre a criminalidade violenta em Minas Gerais.

A situação da criminalidade em Tiradentes para o período 2001 a 2010 pode ser observada a partir da tabela 10.1 e dos gráficos 10.1 e 10.2.

A tabela 10.1 apresenta as taxas de criminalidade para dois grandes grupos de crimes: crimes violentos e crimes de menor potencial ofensivo. O primeiro é detalhado por categorias, com taxas relativas a homicídios, crimes violentos contra o patrimônio e crimes violentos contra a pessoa.

Em Tiradentes os crimes que apresentam maiores índices de incidência são os de menor potencial ofensivo, cujo pico de incidência ocorre em 2004, quando sua taxa de criminalidade alcançou 4.165,18 crimes por cem mil habitantes. A partir deste ano verifica-se queda destas taxas em todo o período abordado, com expressiva redução em 2009, quando ocorreram 101 crimes por cem mil habitantes. Mesmo com tendência de queda, suas taxas de criminalidade verificada ao longo do período, mantém índices significativamente acima dos demais.

As taxas de crimes violentos, de maneira geral, tem seu ápice em 2003, ano a partir do qual sofrem queda expressiva. Entre estes, conforme mostra o gráfico 10.1, é significativa a situação dos crimes violentos contra o patrimônio, que envolvem ocorrências classificadas como roubo e roubo a mão armada. Com tendência de queda a partir de 2003, suas taxas sofreram aumento em 2007 (91,7 crimes por cem mil habitantes) para retomar a partir do ano seguinte esta tendência de redução. Os crimes violentos contra as pessoas que detinham uma taxa de 213,09 crimes por cem mil habitantes em 2003, alcançam o ano de 2010 com uma taxa de 57,46 crimes por cem mil habitantes, revelando queda significativa no período 2001 - 2010. Os homicídios mostram as menores taxas entre os crimes violentos (tabela 10.1) e tendência decrescente semelhante à constatada para os crimes violentos contra o

patrimônio a partir de 2003 (gráfico 10.1), com taxas, no entanto, significativamente inferiores.

Tabela 10.1 Taxas de criminalidade (anual por 100 mil habitantes) – Tiradentes/MG - 2001 -2010 (1)

Anos	Taxas de crimes violentos				Taxa de crimes de menor potencial ofensivo (6)
	Taxa de crimes violentos (Global) (2)	Taxa de Homicídios (3)	Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (4)	Taxas de crimes violentos contra a pessoa (5)	
2001	153,29	16,71	102,19	51,1	2.043,89
2002	16,71	0	16,71	0	2.957,35
2003	278,65	48,25	213,09	65,57	3.655,28
2004	209,06	15,78	160,82	48,25	4.165,18
2005	142,01	0	78,9	63,12	3.455,64
2006	77,42	0	30,97	46,45	3.359,90
2007	121,55	14,91	91,17	30,39	2.187,99
2008	44,74	0	44,74	0	2028,01
2009	58,54	14,64	43,91	14,64	101
2010	71,83	0	57,46	14,37	0

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), 2011.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP).

(1) A composição da taxa de um determinado crime é o produto do número de ocorrência registrada pela PMMG, multiplicado por uma constante (neste caso 100 000), dividido pela população da área representada na variável, ou seja, para este estudo, a população de Tiradentes.

(2) Ocorrências registradas pela PMMG e classificadas como homicídio, homicídio tentado, estupro e roubo à mão armada, considerada a caracterização determinada pelo Código Penal Brasileiro;

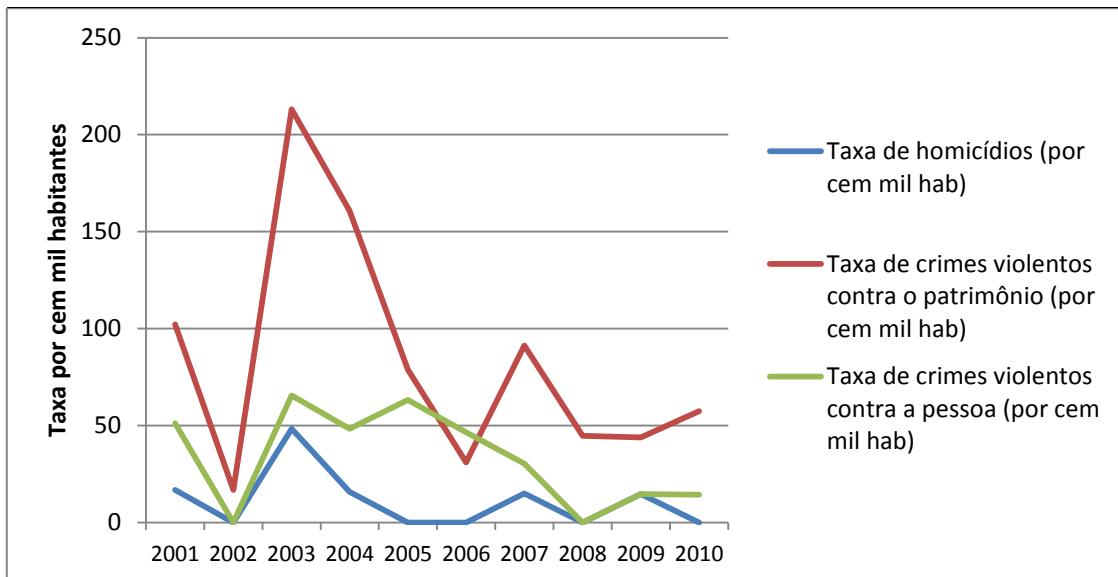
(3) Ocorrências classificadas como homicídios consumados, observada a caracterização determinada pelo Código Penal Brasileiro;

(4) Ocorrências registradas pela PMMG e classificadas como roubo e roubo a mão armada, observada a caracterização determinada no Código Penal Brasileiro;

(5) Ocorrências registradas pela PMMG e classificada como homicídio, homicídio tentado e estupro, observada a caracterização determinada no Código Penal Brasileiro;

(6) Ocorrências policiais relativas a furto e substância entorpecentes (drogas ilícitas). Dados de 2010 não disponíveis no IMRS 2011.

Gráfico 10.1 Taxa anual por 100 mil habitantes de crimes violentos por categoria em Tiradentes/MG - 2001 - 2010

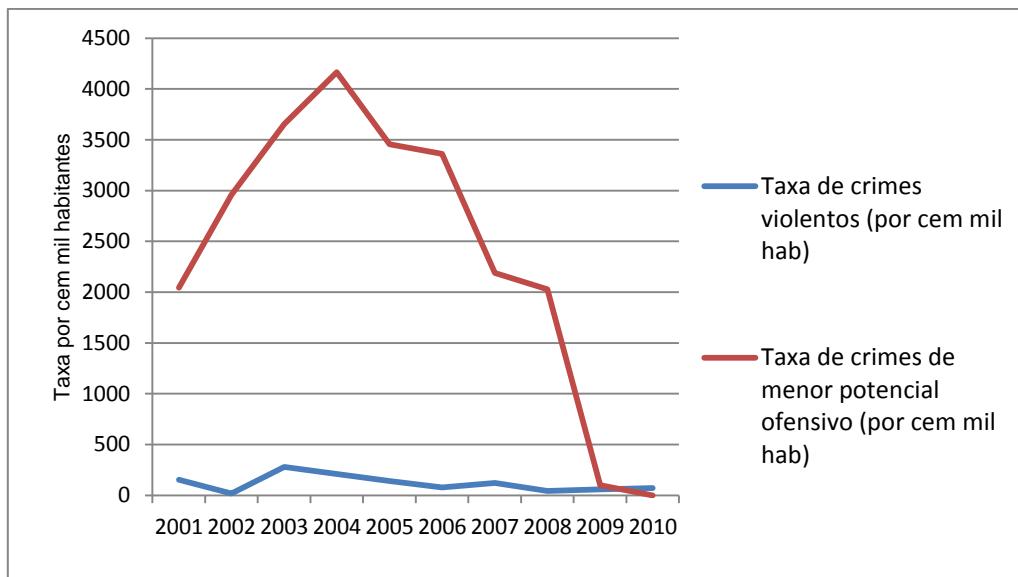


Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), 2011

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

O gráfico 10.2 permite a visualização comparativa da evolução das taxas de criminalidade entre crimes violentos e crimes de menor potencial ofensivo no período 2001 - 2010 e a constatação da significativa superioridade de ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo em relação a crimes violentos. Os crimes de menor potencial ofensivo vale salientar, se referem a furtos e ocorrências envolvendo substâncias entorpecentes (drogas).

Gráfico 10.2 Taxa anual por 100 mil habitantes de crimes violentos e de menor potencial ofensivo em Tiradentes/MG - 2000 - 2010



Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), 2011

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

Pela leitura do gráfico 10.1 e da tabela 10.1 é possível verificar que a trajetória da curva de criminalidade violenta em Tiradentes é marcada, sobretudo pela taxa de crimes violentos contra o patrimônio, seguida pela taxa de crimes violentos contra a pessoa.

Considerados os crimes de menor potencial ofensivo, estes, em conjunto com os crimes violentos contra o patrimônio, apresentam em Tiradentes supremacia significativa em relação aos demais e merecem, portanto, atenção especial, sem que, no entanto, ocorra descuido em relação aos demais grupos, notadamente crimes violentos contra a pessoa que apresentam elevação nos seus índices ao final do período analisado.

A tabela 10.2 apresenta as taxas anuais de criminalidade violenta em Minas Gerais para o mesmo período de análise proposta para Tiradentes. A observação dessa tabela e da tabela 10.1 referente ao município permite verificar que os índices de criminalidade violenta em Tiradentes são inferiores às do estado e mostram, como em Minas Gerais, taxas decrescentes a partir de 2003. É possível que

as reformulações efetuadas pelo governo do estado em relação ao modelo de gestão em segurança pública a partir daquele ano, tenham trazido impacto positivo para o município.

Tabela 10.2 Taxa anual por 100 mil habitantes de crimes violentos (1) em Minas Gerais – 2001 – 2010

Anos	Crimes violentos (2)
2001	366,2
2002	434
2003	541,6
2004	539,1
2005	521
2006	467,4
2007	430,8
2008	350
2009	294
2010	250,5

Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informação (CEI). Perfil de Minas Gerais 2011. Belo Horizonte: CEI, 2012.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

(1) A composição da taxa de um determinado crime é o produto do número de ocorrência registrada pela PMMG, multiplicado por uma constante (neste caso 100 000), dividido pela população da área representada na variável, ou seja, para este estudo, a população de Minas Gerais.

(2) Ocorrências registradas pela PMMG e classificadas como homicídio, homicídio tentado, estupro e roubo à mão armada, considerada a caracterização determinada pelo Código Penal Brasileiro.

10.2.2 Estrutura e estratégias para o combate e prevenção da criminalidade no município

O modelo de gestão da segurança pública adotado pelo governo a partir de 2003 para o estado de Minas Gerais utiliza a metodologia de Integração da Gestão em Segurança Pública (IGESP) que

consiste na gestão integrada de ações desenvolvidas pelas instituições que compõe o Sistema de Defesa Social (...)¹³⁷ e tem como pilares a ação orientada para a gestão por resultados, solução de problemas e mobilização de rede”, ações estas que se baseiam no “compartilhamento de informações e na implementação de ações

¹³⁷ Secretaria de Estado de Defesa Social; Polícia Militar de Minas Gerais; Polícia Civil de Minas Gerais; Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

conjuntas capazes de agregar a diversidade de fenômenos que compõem o problema da criminalidade, violência, sinistros e agravos à saúde por causas externas (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL; POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS; POLÍCIA CÍVIL DE MINAS GERAIS; CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS, 2012).

Assim, o governo do estado buscou desenvolver ações no sentido integrar as polícias militar e civil, numa visão de sinergia entre estes órgãos a partir de um modelo de gestão do trabalho integrado destas organizações. Nesse processo, como estratégia, promoveu-se a coincidência das áreas geográficas de atuação policial e o estabelecimento de mecanismos para a definição conjunta dos objetivos, estratégias e metas de enfrentamento à criminalidade. Este modelo, que promove, portanto, a integração dos organismos policiais por meio da justaposição das circunscrições das polícias civil e militar e privilegia todo o planejamento e ações policiais por região geográfica, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos trabalhos e atividades operacionais de forma integrada num mesmo território, conta com três níveis de sobreposição: Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP); Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública (ACISP); e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). O desenvolvimento desta metodologia de trabalho integrado das ações tático-operacionais dos órgãos de defesa social exige, ainda, o compartilhamento de dados e análise integrada relacionada à diversidade dos fenômenos já mencionados.

O modelo de integração apontado exige a correspondência entre unidades das polícias civil e militar nas áreas geográficas integradas, permitindo-lhes operar em conjunto, observando a justaposição territorial de atuação e correspondências estruturais estabelecidas.

Nesse sentido, o quadro 10.1 mostra a estrutura territorial integrada da 13^a Região Integrada de Segurança Pública (13^a RISP), onde se insere o município de Tiradentes com destaque para as frações de polícia e delegacia de polícia cível situadas no município.

Quadro 10.1 Estrutura territorial integrada das polícias civil e militar do estado de Minas Gerais da 13ª Região Integrada de Segurança Pública (13ª RISP)

Áreas territoriais integradas	Estrutura de polícia	Característica
13ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP)	13º Departamento de Polícia Civil - Barbacena	Nível estratégico e o mais abrangente das áreas integradas. Coordena a área de comando da região integrada de segurança pública. Há correspondência entre um Comando Regional da Polícia Militar com um Departamento de Polícia Civil.
	13ª Região de Polícia Militar - Barbacena	
Área de Coordenação Integrada de Segurança Pública (ACISP) – 61ª ACISP	3ª Delegacia Regional de Polícia Civil – São João del Rey	Nível tático da região integrada de segurança pública. São subdivididas em AISPs que, sempre que possível, respeitam divisões administrativas dos municípios. Compatibilizam um Batalhão da Polícia Militar e uma Delegacia Regional da Polícia Civil.
	38º Batalhão de Polícia Militar – sediado em São João del Rey	
Área Integrada de Segurança Pública (AISP) - 366ª AISP	16ª Delegacia de Polícia Civil - Tiradentes	Têm caráter operacional. Abrigam unidades da polícia militar e civil, com responsabilidade compartilhada quanto ao planejamento, execução, controle, supervisão e monitoramento e avaliação das ações locais de segurança pública. A gestão integrada por meio das ASIP parte do pressuposto de que um problema local para ter solução mais adequada requer uma gestão local, que considere as especificidades socioeconômicas e culturais de cada área. É focada na comunidade local e pressupõe que as ações policiais devem ter cunho participativo.
	190ª Companhia da polícia Militar- sediado em Tiradentes. Possui quatro Pelotões: - 1º Pelotão – Tiradentes (1) - 2º Pelotão – Barroso (2) - 3º Pelotão – Resende Costa (3) - 4º Pelotão – Prados (4)	

Fonte: Polícia Civil de Minas Gerais. Resolução PCMG nº 7196, de 29 de dezembro de 2009; Polícia Militar de Minas Gerais. Resolução nº 4004, de 22 de dezembro de 2009. Polícia Militar de Minas Gerais. Sítio institucional da Polícia Militar de Minas Gerais e da Polícia Civil de Minas Gerais na Internet – acesso em 24 de julho de 2013. Entrevistas realizadas com o comando da Polícia Militar de Minas Gerais em Tiradentes.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

- (1) Composto por três destacamentos: frações de Polícia Militar situados em Tiradentes, Ritápolis e São Thiago;
- (2) Possui um único destacamento: fração única de polícia Militar com sede em Barroso;
- (3) Composto por três destacamentos: frações de Polícia Militar situadas em Resende Costa, Lagos Dourada e Coronel Chaves;
- (4) Composto por dois destacamentos: frações de Polícia Militar situadas em Prados e Dores de Campos.

O município é a sede da 366ª AISP e tem, portanto, instalada na cidade uma Delegacia de Polícia Civil e é sede da 190ª Companhia de Polícia Militar, esta estruturada em quatro pelotões, entre os quais o 1º Pelotão, composto por três destacamentos, um destes, responsável pelo policiamento de Tiradentes.

O efetivo de militares previstos para o destacamento de Tiradentes é de 24 militares, incluindo um oficial. O quadro existente é, no entanto, de 20 policiais

militares, quadro este, conforme informou a Polícia Militar no município, suficiente para atender às necessidades locais fora dos períodos de ocorrência de eventos na cidade.

O quadro 10.2 mostra o efetivo de militares da 190^a Companhia de Polícia Militar, detalhado por frações de polícia e localizados por município, com destaque para o 12º situado em Tiradentes.

Quadro 10.2 Efetivo de militares por fração existente na 190^a Companhia de Polícia Militar de Minas Gerais – julho 2013

Frações	Municípios			Total
1º Pelotão - Tiradentes Efetivo	Tiradentes 20*	Ritápolis 7*	São Tiago 11*	Total 38
2º Pelotão - Barroso Efetivo	Barroso 28*	- -	- -	28
3 Pelotão – Resende Costa Efetivo	Resende Costa 16	Lagoa Dourada 8	Cel. Xavier Chaves 7*	31
4º Pelotão - Prados Efetivo	Prados 14	Dores de Campos 9	- -	23
Total Geral				120

Fonte: 190^a Companhia de Polícia militar de Minas Gerais. Tiradentes, jul. 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

*Há, nesta fração, militar liberado para curso de treinamento.

Quando ocorrem eventos, este contingente de militares torna-se insuficiente e requer esforços no sentido de supri-la. O primeiro esforço realizado é o deslocamento de militares de outras frações de Polícia Militar pertencentes à própria 190^a Companhia. Caso este esforço não atenda às necessidades, é realizado um segundo, com a solicitação de deslocamento de militares pertencentes ao 38º Batalhão de Polícia Militar, sediado em São João del Rey.

As distâncias geográficas entre o 1º Pelotão da 190^a Companhia de Polícia Militar, sediado em Tiradentes, suas frações, outras frações da 190^a Companhia e outras unidades da Polícia Militar pode ser observada no quadro 10.3. Verifica-se a grande proximidade do 1º Pelotão com a sede do Batalhão ao qual pertence a 190^a Companhia, o que facilita, em casos de necessidade ou urgência, o rápido deslocamento de militares, viaturas e equipamentos de São João del Rey para Tiradentes.

Quadro 10.3 Distâncias geográficas aproximadas entre a sede do 1º Pelotão do 190^a Companhia de Polícia Militar, em Tiradentes/MG, suas frações, outras frações da própria Companhia e outras unidades da Policia Militar de Minas Gerais

Unidades de frações da Policia Militar de Minas Gerais	Distância geográfica em quilômetros
Comando Geral da Policia Militar de Minas Gerias – Sede em Belo Horizonte	191
13 ^a Região de Polícia Militar – Sede em Barbacena	54,9
38º Batalhão de Polícia Militar – São João del Rey	15,7
Frações do 1º Pelotão da 190 ^a Companhia de Polícia Militar – Sede em Tiradentes:	
- Destacamento de Tiradentes	-
- Destacamento de Ritápolis	26,5
- Destacamento de São Tiago	53,5
2º Pelotão da 190 ^a companha de Polícia Militar – Sede em Barroso:	
- Destacamento de Barroso	29,2
3º Pelotão da 190 ^a Companhia de Policia Militar – Sede em Resende Costa:	
- Destacamento de Resende Costa	40,5
- Destacamento de Lagoa Dourada	40,7
- Destacamento de Coronel Xavier Chaves	22,2
4º Pelotão da 190 ^a Companhia de Polícia Milita – Sede em Prados:	
- Destacamento de Prados	32,4
- Dores de Campos	34,5

Fonte: Google Maps (2013)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

O 1º Pelotão conta com uma frota de sete veículos, três viaturas próprias, três terceirizadas e uma motocicleta. Uma das viaturas esta baixada. Segundo informações do seu comandante a frota é suficiente, apresenta bom estado de uso e atende ás necessidades.

Diversas ações e operações são realizadas rotineiramente pela polícia militar no município. Entre estas se destacam:

- a) Patrulha da madrugada: policiamento ostensivo realizado diariamente a partir da meia noite;

- b) Patrulha rural: patrulhamento ostensivo rural que abrange sítios, fazendas e residências rurais. Inclui levar orientações aos cidadãos que residem em zona rural visando à sua maior segurança;
- c) Patrulhamento escolar: realizado no período letivo junto às escolas do município;
- d) Participações em reuniões nas escolas, com pais e professores: escuta-os nessas reuniões, transmite-lhes orientações, alerta-os sobre responsabilidades destes e capta informações que auxiliem a polícia no seu trabalho;
- e) Monitoramento por meio de 15 câmaras instaladas pela Prefeitura, em funcionamento na cidade;

Além destas ações, a Polícia Militar realiza no município outras de cunho social com o objetivo de aproximar a Polícia Militar do cidadão local. Entre estas podem ser citadas: vinda da Banda da Polícia Militar de Barbacena para tocar nas escolas e no abrigo para idosos; ação cívico-social no dia das crianças com a presença da Banda da Polícia Militar de Barbacena, apresentação do canil da Polícia Militar de Barbacena, apresentação da trupe de militares – grupo de teatro de militares de Barbacena, corte de cabelo gratuito, rua do lazer, medição e pressão arterial; e palestras sobre saúde bucal e sobre o uso de substâncias ilícitas – drogas.

Duas outras estratégias relacionadas à segurança pública foram tentadas pelo 1º Pelotão em Tiradentes, sem sucesso: a implantação na cidade da “Rede de Vizinhos Protegidos” e da “Rede de Comércio Protegido”. Ambas constituem programas testados e implantados com sucesso, pela Polícia Militar de Minas Gerais, em outras realidades.

A primeira busca o apoio dos moradores dos bairros com o objetivo de inibir a ação de criminosos, aproximando de forma direta e constante a comunidade da polícia Militar, a partir de uma estratégia que aproxima vizinhos que se integram a uma rede solidária de proteção e a Polícia Militar, criando-se uma comunicação mais próxima entre municípios e polícia, reforçando sua presença junto às comunidades. Os integrantes da rede passam a ser agentes de sua própria segurança, tornando-se uma “câmara viva” que repassa informações diretas para a Polícia militar, que como

resposta atua pontualmente. As atividades requerem estratégias simples e bem organizadas, eficientes, de baixo custo e portadoras de valor social elevado. O 1º Pelotão promoveu reunião com os presidentes de associações de bairros de Tiradentes propondo a implantação da “Rede de Vizinhos Protegidos”. Estes se comprometeram em encaminhar a proposta aos moradores dos bairros e retornar resposta à Polícia Militar para continuidade do processo até sua implantação. Não ocorreu, no entanto, devolução de resposta pelos presidentes das associações de bairro e a concretização da ação proposta encontra-se paralisada.

A “Rede de Comércios Protegidos” utiliza a mesma estratégia da “Rede de Vizinhos Protegidos”, voltado, no entanto, para comerciantes vizinhos de uma mesma área geográfica. Comerciantes se reúnem em uma rede de solidariedade, com o apoio da Polícia Militar de Minas Gerais, desenvolvendo mecanismos de autoproteção com o objetivo de prevenção do crime ou a desmotivação de um possível comportamento desviante. Como os “vizinhos protegidos”, os comerciantes e seus funcionários em interação e de forma solidária atuam com “câmeras vivas” e em parceria com a Polícia Militar. Como suporte a esta rede pode ser criada uma rede de monitoramento por câmeras. Além das câmeras internas instaladas nos estabelecimentos comerciais, podem ser instaladas câmeras voltadas para monitoramento externo por grupos de estabelecimentos, colocadas de forma estratégica, observadas orientações da Polícia militar. Instaladas dessa forma estas câmeras tendem a inibir a ação de criminosos e infratores. Várias reuniões foram feitas com os comerciantes do centro histórico de Tiradentes para a implantação desta Rede. Estes comerciantes manifestaram, inicialmente, entusiasmo com a estratégia, indicando possibilidade de sucesso da iniciativa. A efetivação, no entanto, esbarrou em dificuldades relacionadas ao fato de as edificações onde se encontrarem instalados os estabelecimentos comerciais serem tombados pelo Patrimônio Histórico. Um exemplo é a necessidade de adaptação da placa modelo “Comércios Protegidos” que deveria ser afixada na fachada externa do estabelecimento, cujo tamanho teria que ser significativamente reduzido, dificultando sua pronta visualização, um dos mecanismos importantes da estratégia para a inibição da prática de crimes e pequenos delitos. Diante das dificuldades, mesmo que superáveis, segundo a Polícia Militar, os comerciantes se desmotivaram e a iniciativa não logrou sucesso.

Quanto à Polícia Civil tem instalada no município a 16^a Delegacia de Polícia Civil, vinculada à 3^a Delegacia Regional de Polícia Civil e conta com um efetivo de seis policiais civis: um delegado, três detetives investigadores e dois escrivães. Segundo informações obtidas nesta delegacia, este efetivo é suficiente para as necessidades da cidade.

Conforme verificado, a 16^a delegacia de Polícia Civil possui duas viaturas policiais para o seu trabalho, uma, no entanto, baixada e a outra operando com falta de equipamentos¹³⁸. Há, portanto, necessidade de repor a viatura baixada e de melhorar as condições operacionais daquela disponível.

Esta delegacia atua na apuração de infrações penais, excetuando-se as militares, e no exercício da polícia judiciária sujeitas a atuação policial civil, nos limites da circunscrição geográfica sob sua responsabilidade, no espaço territorial da 366^a AISP, no qual deve se integrar nos trabalhos e atividades operacionais com a Polícia Militar. Não há no município delegacias especializadas.

As duas polícias ocupam espaço físico em um mesmo prédio, localizado no centro histórico do município. Esta edificação onde estão instaladas oferece condições precárias para a realização atividades administrativas e operacionais das duas polícias, dificultando a realização do trabalho policial. Foi elaborado um projeto para a ampliação do espaço físico, não concretizado, considerando tratara-se de edificação situada em área tombada pelo patrimônio histórico. A solução considerada pelas polícias como a mais satisfatória é a construção de um novo prédio, adequado às necessidades das polícias civil e militar, em local mais adequado. Outra solução apontada constitui a identificação de outro local, locado ou não, para a reinstalação destas instituições policiais no município.

Sobre sua integração operacional local, foi informado, que esta em andamento o processo de integração de sistemas de informação (boletim de ocorrência; inquérito; comunicação de serviços) para compartilhamento de informações.

Quanto ao efetivo policial total, o número recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) é de 1 para 250 habitantes. Tiradentes possui

¹³⁸ Dado de julho de 2013..

7.002 habitante, um efetivo constatado de 20 policiais militares e seis policiais civis, totalizando 26 policiais, o que significa 1 policial para 269 habitantes, número superior, portanto, ao recomendado pela ONU.

Há, ainda, previsão de instalação no Centro Histórico do município de câmeras do Programa Olho Vivo. Este programa constitui política pública sustentada pela Lei Estadual nº 15.435, de 11 de janeiro de 2005, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança (MINAS GERAIS, 2005), já implantada em Belo Horizonte, sua região metropolitana e em outros municípios do estado. O presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), de acordo com notícia publicada em 25 de outubro de 2011, informou, ao participar do 2º Seminário Igreja e Bens Culturais – Evangelização e Preservação, que seis cidades coloniais mineiras receberiam câmeras de monitoramento do Programa Olho Vivo para vigilância dos seus centros históricos (WERNEK;2012). É fato, também, que em reunião do escalão superior da Defesa Civil de Minas Gerais na 13ª RISP, com a presença do secretário de estado, do comandante geral da Polícia Militar, do chefe da Policia Civil do estado e representantes das polícias mineiras e do Ministério Público, realizada em Barbacena no dia 27 de novembro de 2012, para discutir e propor ações de enfrentamento da criminalidade nos municípios sob sua responsabilidade, ficou acertado que, entre outras cidades, Tiradentes receberia novas câmeras de vídeo-monitoramento, com previsão de instalação e funcionamento para o final do primeiro semestre de 2013 (13ª RISP: DEFESA SOCIAL DEFINE AÇÕES PARA ENFRENTAR CRIMINALIDADE, 2012). Esta previsão não havia se concretizado até julho de 2013.

Esta estratégia de segurança pública consiste na presença ocular da Policia Militar por meio da instalação de câmaras de vídeo monitoramento com um ângulo de 360 graus em pontos estratégicos deste centro histórico, monitoradas pela unidade de Policia Militar instalada no município. Cabe observar que já existe instalado no município um sistema de vídeo monitoramento por câmeras, custeado pela Prefeitura Municipal. As câmeras do Programa Olho Vivo, no entanto, são mais eficientes dadas a sua maior nitidez e cobertura angular de 360 graus, cobertura esta não inteiramente realizada pelas câmeras já instaladas. Segundo o comando do 1º Pelotão, a utilização de câmaras de segurança, permite o monitoramento da

segurança, inibe a ação de criminosos e o cometimento de pequenos delitos e facilitam a apuração de crimes.

Foi constatado, ainda, que a Lei Orgânica do município, garante em seu art. 145, parágrafo único, a gratuidade dos transportes coletivos municipais ao policial militar ou civil que estiver em serviço.

10.2.3 Prefeitura, conselhos municipais e segurança pública em Tiradentes

O Ministério da Justiça (2005, p.15) afirma “uma nova realidade quanto à segurança pública no Brasil: os municípios [...] estão assumindo, cada vez mais, um conjunto de iniciativas e responsabilidades, seja na formação das Guardas Municipais, seja no desenvolvimento de programas municipais de segurança”. Este ministério alerta os municípios para a “Necessidade de adaptar suas estruturas administrativas para as tarefas de gestão em segurança pública”. Sugere, nesse sentido, além da possibilidade de estruturação pelos municípios de fundos municipais de segurança pública que reúnam recursos orçamentários e extra orçamentários, inclusive doações particulares, como forma a induzir “uma dinâmica virtuosa na distribuição dos recursos”, a existência nestes de uma estrutura básica de gestão em segurança pública, vinculada ao chefe do poder executivo, que possa articular diferentes secretarias, com o objetivo de implantar um plano de segurança pública “por sobre a estrutura fragmentadas de secretarias e departamentos”, considerando que esta temática envolve diretamente áreas como educação, esporte, lazer ou planejamento urbano (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2005).

Nesse contexto, deve ser considerando, ainda, que a segurança pública não constitui um problema apenas policial, é também responsabilidade das comunidades, das organizações de maneira geral, além dos governos em todas as suas esferas. Ressalta-se a intersetoridade das soluções relacionadas à segurança pública e a importância da participação da sociedade no aperfeiçoamento de políticas públicas a esta relacionadas direta ou indiretamente, em especial diante de um cenário de constantes mudanças da própria sociedade, das carências sociais, orçamentárias e financeiras, da capacidade de gestão, bem como do aumento da violência e da sensação de insegurança, entre outros fatores.

Verifica-se em Tiradentes que sua prefeitura apresenta poucas iniciativas em relação à segurança pública e não possui estruturas administrativas adaptadas para a gestão nesta área. Estas estruturas são necessárias para se desenvolver e implantar um plano de segurança pública para o município.

Uma iniciativa positiva da prefeitura é a mencionada instalação no município de 15 câmaras de vídeo-monitoramento, cujo acompanhamento é feito pela Polícia Militar de Minas Gerais. Além dessa, a prefeitura custeia despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros para manutenção das polícias civil e militares instaladas no município, observados convênios firmados com essas instituições. O esforço orçamentário e o gasto per capita no período 2001 a 2010, calculados a partir dos gastos orçamentários realizados nas sub funções Policiamento e Defesa Civil apresentados nas prestações de contas anuais do município, podem ser observados na tabela 10.3. A respeito de gastos específicos com segurança pública, a Associação Mineira de Municípios (AMM), considerando que tais despesas são de competência e obrigação exclusiva do estado e o seu impacto financeiro negativo nas finanças municipais, propõe que estas sejam assumidas integralmente pelo estado, bem como o estabelecimento de dispositivo legal que não permitam a celebração de convênios nas áreas de segurança pública que onerem os municípios (ASSOCIAÇÃO MINEIRA DOS MUNICÍPIOS, 2013).

Tabela 10.3 Gastos per capita e esforço orçamentário com segurança pública em Tiradentes/MG – 2001 a 2010

Ano	Gastos Per Capita (R\$ de dez./2010/hab.) (1)	Esforço orçamentário (%)
2001	7,77	0,62
2002	8,24	0,57
2003	7,85	0,76
2004	6,87	0,65
2005	8,89	0,67
2006	11,24	0,8
2007	12,18	0,81
2008	11,00	0,67
2009	10,08	0,64
2010	9,09	0,53

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJ), Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), 2011

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJ)/ Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

(1) Os valores anuais correntes foram convertidos em valores de dezembro de 2010

Observada a tabela 10.3, os maiores gastos com segurança pública ocorreram nos anos de 2006 e 2007 e representaram, respectivamente, 0,80% e 0,81% do orçamento daquele ano e o menor no ano mais recente de 2010, que alcançou 0,53% do orçamento municipal, ou seja, R\$9,09 por habitante. Pode ser observado que a partir de 2008 os gastos com segurança pública realizados pelo município apresentam queda. Verifica-se a pouca representatividade dos gastos com segurança pública no município, fato comum na esfera municipal, posto ser a segurança pública competência central do estado.

Há percepção de autoridades e dirigentes de entidades locais quanto à importância da existência de uma guarda municipal em Tiradentes. Embora esta possibilidade seja prevista na Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Município não a menciona. Além disso, segundo a prefeitura municipal, viabilizar sua criação implica no equacionamento de disponibilidade orçamentária e financeira, necessários para investimentos na sua implantação e realização de despesas continuadas para sua manutenção.

O município também não tem institucionalizado um Fundo Municipal de Segurança Pública. Trata-se de entidade contábil, sem personalidade jurídica, que

reúne recursos de diversas origens, orçamentários ou não, com o objetivo de financiar ações e projetos relacionados à segurança pública no município, tais como políticas públicas de prevenção à violência, equipamentos, viaturas policiais, cursos voltados para questão da violência e criminalidade, aprimoramento dos serviços prestados pela guarda municipal, caso exista, apoio às forças de segurança pública estadual, investimentos em tecnologia, como câmeras de segurança pública, entre outras. Quanto aos recursos, esse fundo pode contar com recursos como: dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento municipal; recursos oriundos de repasses pelo Fundo Nacional de Segurança Pública; transferências orçamentárias oriundas de entidades públicas; doações, auxílios, contribuições e legados a ele destinados; receitas de convênios, acordos ou instrumentos congêneres; e outros recursos não onerosos aos cofres públicos.

Foi constatado, ainda, que o município não possui um Conselho Municipal de Segurança Pública. Este tipo de conselho, de composição paritária, é um instrumento de comunicação entre sociedade civil organizada, comunidade e poder público que representa uma estratégia importante para a definição das políticas municipais de segurança pública e implantação de ações que visem a prevenção da violência e da criminalidade.

Vale ressaltar, sobre o acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que este é restrito aos municípios que preencham pelo menos uma das seguintes condicionantes: a) que tenham instituído o Plano Local de Segurança Pública; b) que mantenham guarda municipal; b) que realizem ações de policiamento comunitário; ou d) que instituam Conselho de Segurança Pública Municipal (BRASIL, 2001). Tiradentes não se enquadra em nenhuma dessas condicionantes.

A questão violência, proteção e bem estar envolvendo o idoso, a criança e o adolescente, bem como o uso de substâncias entorpecentes que causam dependência física ou psíquica, são temas verificados na pauta de interesse da sociedade de Tiradentes. Sua Lei Orgânica inclui entre aqueles que devem receber assistência social prioritariamente, as crianças e adolescentes abandonados e os idosos e aponta como dever do poder público assegurar com absoluta prioridade à criança e ao adolescente uma série de direitos, entre os quais “coloca-los a salvo de

toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e Opressão” (TIRADENTES, 2008).

Esta garantia de absoluta prioridade comprehende, de acordo com o art. 131, § 1º, desta lei, entre outras “a destinação de recursos públicos para ações de preservação ao uso tóxico e drogas afins”. Além deste, o art. 119 determina, entre seus itens de interesse, a inclusão no currículo das escolas municipais de conteúdos programáticos sobre a prevenção do uso de drogas. Estabelece também a mesma lei, como uma das diretrizes para a proteção à infância e à adolescência, a organização de ações envolvendo a participação da sociedade civil. Determina ainda que programas relativos à defesa e vigilância dos direitos da criança e do adolescente deverão prever estímulo à criação de centros de defesa destes direitos geridos pela sociedade civil, bem como o recebimento e encaminhamento, pelo poder Público, de denúncia de violência contra este público.

Sobre o idoso, a Lei Orgânica, em seu art. 133, determina a responsabilidade do município quanto a promoção de condições que assegurem amparo à pessoa idosa, garantindo-lhe respeito à dignidade e bem-estar.

Na direção apontada pela Lei Orgânica, Tiradentes institucionalizou conselhos municipais, com participação paritária, como mecanismo para efetivar a participação da sociedade civil em políticas e ações voltadas para o idoso, a criança e o adolescente, e o uso de drogas e entorpecentes. Estes conselhos, se efetivadas suas atuações, contribuem em alguma medida para a prevenção à ocorrência de violência e criminalidade, incluindo pequenos delitos, ou para a sua mitigação em relação ao público que busca atender.

É importante destacar que a lei que define a estrutura organizacional da prefeitura municipal de Tiradentes buscou garantir a participação da sociedade civil no debate sobre problemas locais e sobre alternativas para o seu enfrentamento a partir de dispositivo que insere nesta estrutura o que denomina “Órgãos Colegiados de Aconselhamento[...], representados na forma de Conselhos Municipais”. (TIRADENTES, 2013).

A lei que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente criou em 1998 o Conselho Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (TIRADENTES, 1998).

O CMDCA é um órgão deliberativo e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente a quem cabe, entre outras competências, a formulação da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definição de prioridades e controle das ações de execução, opinar na formulação das políticas sociais básicas destinadas a este público e organização e coordenação do processo de escolha do Conselho Tutelar.

O Conselho Tutelar é órgão municipal colegiado, permanente e autônomo, não jurisdicional, ou seja, não pertencente ao poder judiciário, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A Lei Orçamentária Municipal (LOA) deve incluir recursos necessários ao seu funcionamento, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é “destinado a repassar recursos e oferecer financiamentos para programas de atendimento à criança e ao adolescente” (TIRADENTES, 1998). É constituído pelos seguintes recursos, conforme a lei que o institui:

- a) Dotação consignada anualmente ao Orçamento do Município para atividades vinculadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) Doações de pessoas físicas e jurídicas previstas no art. 60 do estatuto da Criança e do Adolescente, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- d) Valores provenientes de multa decorrentes de condenações em ações cíveis ou de imposições de penalidades administrativas prevista na Lei Federal nº 8.069/90;

- e) Outros recursos que lhe forem destinados, resultantes de depósitos e aplicações de capitais.

O Conselho Municipal do Idoso (CMI) foi criado em 2011 e constitui órgão, paritário, deliberativo e controlador das ações, em todos os níveis, dirigidas à proteção e à defesa dos direitos do idoso, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela coordenação e articulação da política municipal do idoso. Não possui, ainda, regimento interno. Embora criado, este conselho não está ativo (TIRADENTES, 2011 a).

A preocupação com o uso de substâncias entorpecentes relaciona-se à dependência que causam, bem como ao tráfico destas e sua relação com o cometimento de crimes violentos e de menor potencial ofensivo, bem como pequenos delitos, envolvendo principalmente a população mais jovem. O contexto do tráfico de drogas envolve não apenas sua produção e comercialização, mas também violência física, prostituição, inclusive infantil, corrupção e indução de indivíduos a atos de delinquência para angariar recursos para sustentar o vício adquirido. Em face desta preocupação foi instituído em 2011 o Conselho Municipal Antidrogas (COMAD). Este conselho se constitui:

órgão de orientação normativa e de coordenação geral das atividades relacionadas com o combate ao tráfico, o uso de entorpecentes e substância psicoativas, lícita, e ilícitas que determinem dependência física ou psíquica, bem como das atividades de recuperação de dependentes, no município de Tiradentes [...] (TIRADENTES, 2011 b).

Nesse sentido, entre outras, é sua competência a formulação, juntamente com o setor municipal responsável pela saúde, da política municipal antidrogas, harmonizando-a com o sistema nacional e estadual de prevenção, tratamento, recuperação de dependentes, fiscalização e repressão ao uso de substância psicoativo, lícitas e ilícitas, bem como a coordenação das ações dos setores relacionados à prevenção, tratamento, fiscalização e repreensão ao uso e abuso de substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas, que atuam no município, sempre em consonância com as ações do Conselho Estadual e o Conselho Nacional Antidrogas (TIRADENTES, 2011 b).

A lei de criação do COMAD determina que este conselho, em conjunto com o setor municipal responsável pela saúde, deve apresentar anualmente um Plano Municipal de Prevenção, Tratamento, Fiscalização, e Repreensão ao Uso e Abuso de Substâncias Psicoativas, Lícitas e Ilícitas a ser divulgado na comunidade.

Vale ressaltar que participam deste conselho representantes dos setores municipais de saúde e educação, representantes das Polícias Civil e Militar locais, da assistência social do município, bem como da área de esporte, lazer e cultura, representantes indicados pelas unidades que prestam apoio e assistência aos usuários ou dependentes de drogas e seus familiares, profissionais médico e farmacêutico indicados pela classe e advogado indicado pelo poder executivo.

O suporte técnico e administrativo ao funcionamento do COMAD é do setor responsável pela saúde, inclusive no tocante a instalações, equipamentos e recursos humano, conforme determina o art. 5º da lei que o cria.

Este conselho, embora institucionalizado, não teve criado e aprovado o seu regimento interno e não se encontra ativo.

A situação real dos conselhos municipais foi também abordada nos capítulos que tratam das políticas setoriais, em especial quanto ao desenvolvimento social.

10.2.4 Segurança do patrimônio histórico no município

Uma preocupação da comunidade de Tiradentes e das autoridades locais é a segurança do patrimônio histórico, quanto a roubos de peças históricas, risco de incêndios e depredação do patrimônio tombado.

Para a proteção do patrimônio histórico quanto a roubo, há prédios que possuem sistemas de alarmes, outros que não os possui e a existência de alarmes que não funcionam. Alguns prédios históricos têm vigilância privada, como é o caso do Museu da Liturgia e do Museu Padre Toledo.

O sistema de câmeras de vídeo monitoramento mantido pela prefeitura, que inclui câmeras instaladas no centro histórico, cuja responsabilidade pelo monitoramento é da Polícia Militar, contribui para a segurança do patrimônio histórico.

A restauração de três capelas e de uma igreja (Igreja de São João Evangelista) vem minimizar o risco de incêndio e roubo. Na restauração são considerados sistemas de proteção contra roubo e descargas elétricas, com a instalação de para-raios. Há um projeto do Iphan para a instalação de sistemas de segurança em 100 igrejas, sete delas em Tiradentes. A parte física das restaurações está concluída. Não há, no entanto, previsão para a instalação de equipamentos de segurança como alarmes, câmeras e detectores de fumaça preventivos de incêndios.

Uma preocupação local, quanto ao patrimônio histórico tombado, é a realização de grandes eventos no município. Estes eventos, em número representativo, acontecem durante todo o ano e não há uma política de segurança planejada para este patrimônio quando da sua ocorrência. Questões relacionadas à segurança do patrimônio histórico são discutidas na ocasião da realização de cada evento.

Aspecto positivo quanto à segurança do patrimônio tombado é a rede de hidrômetros instalada em Tiradentes.

No Centro Histórico, em toda a sua área, está instalada uma rede de 21 hidrantes de coluna. De acordo com informação prestada pelos Bombeiros Voluntários de Tiradentes, esta rede foi obtida por meio de negociação desta instituição com a Copasa, que instalou um hidrante para cada monumento tombado na cidade, com o objetivo de proporcionar-lhes melhor proteção. Segundo avaliação do 2º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar, sediado em São João del Rey, esta rede é bem distribuída e atende adequadamente à sua finalidade. Este equipamento público é recurso imprescindível para a segurança em casos de focos de incêndio ou de incêndios consumados, considerada a alta carga de incêndio de que são portadoras as edificações tombadas e a consequente necessidade de recursos imediatos e agilidade para o seu combate, caso ocorram, evitando-se riscos de maiores danos ao patrimônio tombado.

10.3 Estrutura para acesso das pessoas naturais e jurídicas do município à justiça e para o cumprimento de pena

O acesso à justiça estadual e federal pelos municípios de Tiradentes e pessoas jurídicas neste instaladas se dá em São João del Rey, município distante 15,7 Km.

Tiradentes pertence à Comarca de São João del Rey. De entrância especial, instalada em 09 de abril de 1892, possui um Juizado Especial e uma Central de Conciliações e cinco varas: Vara de Família e Sucessões; 1^a Vara Cível; 1^a Vara Criminal e da Infância e da Juventude; 2^a Vara Cível; e 2^a Vara Criminal e de Execuções Criminais.

Em Tiradentes encontra-se instalado e funcionando um Juizado de Conciliação, vinculado ao Juizado Especial do foro de São João del Rey, destinado a conciliar pequenos litígios com relação a direitos disponíveis, a exemplo de litígios entre vizinhos, questões patrimoniais, etc.. Tem instalado, ainda, um cartório de ofício do registro civil com atribuição notarial. Cartórios como este são organizações de caráter técnico e administrativo, portanto instrumentais, destinados a garantir a publicidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (BRASIL, 1994). Sua existência no município é, portanto, relevante.

Também a Defensoria Pública se encontra em São João del Rey. Trata-se de órgão público independente, pois tem autonomia funcional, administrativa e orçamentária, essencial à função jurisdicional do Estado e permanente, que presta assistência jurídica integral e gratuita a cidadãos que não possuem recursos para arcar com honorários advocatícios e custas para proposição de ação ou de defesa em um processo judicial, extrajudicial ou de aconselhamento jurídico. A defensoria pública pode prestar assistência, independentemente de insuficiência econômica, como nos casos de curadoria especial ou crianças desamparadas em situação de risco, observadas as normas legais e os atos administrativos pertinentes (DEFENSORIA PÚBLICA, 2013).

A Defensoria Pública estadual conta com quatro defensores públicos para todos os municípios da comarca e o acesso a este órgão para atendimento em São João del Rey, se dá por meio de um sistema de senhas disponíveis na Unidade

de Atendimento Integrado (UAI)¹³⁹ do governo de Minas Gerais, instaladas neste município.

Conforme a Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública será estadual e federal. A Defensoria Pública da União não tem unidade em São João del Rey. Estas são encontradas em Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora e Governador Valadares.

O acesso à justiça federal também se dá em São João del Rey, inclusive a justiça trabalhista. Esta instalada em São João del Rey, desde 31 de março de 2006, uma subseção judiciária do Tribunal Regional Federal da 1^a Região, que atende 29 municípios, entre os quais Tiradentes. Quanto à justiça do trabalho, São João del Rey sedia uma vara do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho – 3^a Região – Minas Gerais, com jurisdição sobre 16 municípios, incluindo Tiradentes.

Quanto à estrutura para o cumprimento de pena, não existem em Tiradentes unidade prisional e unidade de internação de adolescentes infratores. Há unidade prisional em São João del Rey que atende a todos os municípios da comarca, inclusive Tiradentes, e de outras comarcas próximas.

Encontram-se instaladas, também no mesmo município de São João del Rey, desde 2005, centros de reintegração da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), feminina e masculina, que atendem aos detentos em regime fechado e semiaberto. A partir de um método sustentado em três pilares – trabalho, educação e religiosidade -, com o objetivo de recuperar presidiários, estes participam de diferentes atividades educativas como palestras, encontros e oficinas, religiosas como cultos, e laborais como tarefas de manutenção, conservação da limpeza do espaço físico da associação, entre outras. A APAC Feminina atende mulheres em regime fechado, semiaberto e aberto.

Há ainda, na mesma cidade, a Casa do Albergado. Segundo informações colhidas em Tiradentes, a APAC masculina e o Albergue funcionam

¹³⁹ As UAI's são unidades integradas de atendimento criadas pelo governo de Minas Gerais com o objetivo de facilitar a relação do estado com o cidadão, com as empresas e com o próprio estado, por meio de serviços e processos reunidos em um único local, integrados de forma a desburocratizar serviço público, agrupando, no mesmo local, órgãos públicos das três esferas de governo (municipal; estadual; e federal).

fisicamente no mesmo local e atendem encarcerados em regime de detenção aberta e semiaberta.

10.4 Defesa civil em Tiradentes

Defesa civil pode ser entendida como “conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social” (BRASIL, 2010). Ocorre de forma multisectorial, nos níveis federal, estadual e municipal de governo e com participação da comunidade. Atua na ocorrência desastres naturais (incêndios florestais; secas; deslizamentos; vendavais; chuva de granizo, etc.) ou anormalidades sociais provocadas pelo homem, que apresentem risco para o ecossistema, o patrimônio e a vidas da população. No contexto de desastres, segundo o Ministério da Integração Nacional (2013), a realidade brasileira “pode ser caracterizada pela Frequência dos desastres cílicos [...] e um crescente aumento dos desastres humanos, devido ao crescimento urbano desordenado, às migrações internas e ao fenômeno da urbanização acelerada sem disponibilidade dos serviços”.

No Brasil, a proteção e defesa civil encontram-se organizada a partir do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), que tem por órgão centralizador desse sistema a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) do Ministério da Integração Nacional. Esta secretaria é responsável pela coordenação das ações de proteção e defesa civil em todo o território brasileiro. Os municípios integram o sistema nacional por meio de coordenadorias municipais de defesa civil, cuja atuação é fundamental, uma vez que os desastres ocorrem no município.

O município de Tiradentes, por meio da Lei Municipal nº 2754, de 14 de dezembro de 2012, criou a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), “diretamente subordinada ao prefeito municipal ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil nos períodos de normalidade e anormalidade” (TIRADENTES, 2012). Determina esta lei em seu art. 3º, que esta coordenadoria deverá manter estreito intercâmbio com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa Civil, e a inclui, conforme art. 4º, como órgão integrante do Sistema Nacional de [Proteção e] Defesa

Civil (Tiradentes, 2012). A existência e o funcionamento dessa coordenadoria municipal são condições para a habilitação do município para o recebimento de transferências federais destinadas a ações de defesa civil.

O COMDEC do município, cujo coordenador é indicado pelo chefe do executivo municipal, inclui em sua composição, o Conselho Municipal de Defesa Civil, de caráter paritário, que deverá ser integrado, por representantes do executivo municipal, da Câmara de Vereadores do município, de órgãos não governamentais (Paróquia de Tiradentes, ASSET, Aliança Municipal Espírita e um representante de igreja evangélica), das Polícias Militar e Civil de Minas Gerais, do Corpo de Bombeiros Militar do estado e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes, do Exército Brasileiro, de cada uma das associações de moradores dos bairros e distritos do município, do Instituto Estadual de Floresta (IEF) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A mesma lei que cria esta COMDEC em Tiradentes determina a obrigatoriedade de inclusão nos currículos escolares dos estabelecimentos escolares de ensino da prefeitura, de noções gerais sobre procedimentos de defesa civil. Este fato demonstra a preocupação do município com o aspecto educativo relacionado à defesa civil.

O município tem também uma Comissão Municipal de Defesa Civil, composta por servidores municipais, nomeadas pelo prefeito municipal, por meio de portaria (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES, 2013). Esta Comissão é acionada, normalmente, em épocas de chuva. Desenvolve trabalhos no sentido de retirar pessoas das casas construídas em locais que apresentam situação de risco ou moradias em situação de risco e proporciona suporte emergencial a população quando necessário e faz trabalho preventivo, como, por exemplo, expedir alertas quanto à ocorrência de períodos chuvosos.

A prefeitura elabora planos de ação para períodos de enchentes. Caracterizados pela objetividade, revelam-se relevantes para o desenvolvimento de ações emergenciais no município. Constitui uma relação de ações, indicativos, estratégias e mediadas a serem tomadas por ocasião das chuvas. Identifica os bairros críticos de alagamentos (exemplos: Várzea de Baixo; Cuiabá e Candonga), define locais de alojamento, estimativa do número possível de famílias e de pessoas a serem

atendidas, estratégias de atendimento, necessidade de veículos e materiais diversos e locais de entrega de doações.

Considerando que o rio das Mortes corta os municípios de Tiradentes, São João del Rey e Santa Cruz de Minas, são feitas reuniões conjuntas entre suas prefeituras e o Corpo de Bombeiros Militar, com o fito de discutir problemas de enchentes e deslizamentos provocados pelas chuvas. Nos períodos mais críticos estas reuniões podem ser semanais e, por vezes, é convocada por um dos mencionados prefeitos por meio da Associação dos Municípios do Campo das Vertentes (AMVER).

O período das queimadas, que ocorre em épocas de seca (maio a agosto), é motivo de preocupação. Exige ação da Defesa Civil e envolve também o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Polícia do Meio Ambiente da Polícia Militar de Minas Gerais, situada em São João del Rey, o Corpo de Bombeiros Voluntários do município, o Departamento do Meio Ambiente do Município e sua Defesa Civil.

Como pode ser constatado, atuam no município o Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes e o Corpo Bombeiros Militar de Minas Gerais, instituições destacadas em seguida.

10.4.1 Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes

Trata-se de instituição sem fins lucrativos fundada em 1992, cujo estatuto foi aprovado em assembleia realizada no dia 02 de setembro de 1994. Declarada de utilidade pública municipal em Tiradentes pela Lei nº 1187, sancionada em 12 de setembro de 1995, funciona em sede própria situada na Praça da estação nº 20, no mesmo município. De acordo com o seu estatuto “tem por finalidade a proteção e salvamento do patrimônio natural, histórico e humano do município, nos casos de incêndio, sinistros, calamidades públicas como enchentes, desmoronamentos, bem como promover a doação ou distribuição de medicamentos e alimentos para flagelados e carentes e prestar socorro e resgate em casos de acidentes” (ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, 1994). Seu quadro de sócios, cuja idade deve ser superior a dezoito anos, se limita a 30 (trinta) vagas. Em julho de 2013 este quadro era de menos de 20 brigadistas. Possuem duas categorias de

sócios: sócios contribuintes: contribuem para a manutenção da sociedade, seus equipamentos e promoções sociais, pagando uma mensalidade estipulada pela Assembleia Geral; e sócios beneméritos: aqueles que fizerem contribuições vultosas em espécie ou equipamentos ou que prestar relevantes serviços à sociedade, com admissão a critério da Assembleia Geral. Pelo seu estatuto a associação deverá sempre convidar técnicos do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para ministrar cursos e treinamento anuais para os membros da sociedade. Estatutariamente, “Sua atuação restringe-se ao município de Tiradentes, a exceção da área de Proteção Ambiental da Serra de São José, que poderá avançar sobre o território de Prados, Coronel Xavier Chaves, Santa Cruz de Minas e São João del Rey” (ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, 1994). Há previsão no estatuto para a promoção em conjunto com a Prefeitura Municipal da Semana de Prevenção Contra Incêndio e da utilização do nome fantasia, pelo qual é conhecida, “Brigada de Combate a Incêndios de Tiradentes”.

A sociedade, além das contribuições dos sócios, conta para sua manutenção com subvenção mensal da prefeitura municipal de Tiradentes, concedida em lei municipal.

Além da sede própria a sociedade conta com 4 (quatro) veículos para desenvolver suas atividades:

- Um caminhão auto bomba, ano 1972, cedido pelo estado de Minas Gerais em comodato;
- Um veículo fusca Volkswagen, fabricado na década de 70, doado pelo IPHAN, para apoio: utilizado para levar os brigadistas ao local onde atuarão;
- Uma caminhonete F1000 1996, também utilizada para levar os brigadistas ao local onde atuarão;
- Uma ambulância MB180 Mercedes Bens, adquirida com recursos próprios.

Está em processo de aquisição¹⁴⁰ um veículo auto bomba moderno, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), observado projeto apresentado a este banco em julho de 2012 (SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TIRADENTES, 2012). Este veículo atende às características históricas, arquitetônicas e geográficas de Tiradentes. É o primeiro caminhão auto-bomba adaptado para o patrimônio histórico no Brasil. Seu valor estimado é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

A sociedade faz reuniões semanais que ocorrem todas as quartas-feiras á noite com frequência média de 60% dos brigadistas. Há plantões aos domingos no horário de 09h00 ás 17h00, com a presença de dois brigadistas e nos fins de semana (de sexta feira a domingo), quando da realização de eventos (Carnaval, Festival Gastronômico, Encontro de Motociclistas, Jubileu da Santíssima Trindade, entre outros), com escala de serviço. Também durante as atividades de um torneio de FUTSAL promovido pela prefeitura municipal no período de janeiro a julho, de 2^a a 6^a feira à noite, fica de plantão uma dupla de bombeiros voluntários.

Os meses maio a novembro, período de seca, é de significativa atividade para os brigadistas, em razão da ocorrência incêndios florestais, em especial na Serra de São José, motivo de grande preocupação. Contata-se que o trabalho do Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes contribuiu para a redução de focos de incêndio, que põem em risco a “vida” na Serra de São José.

Verificou-se que, além de combate a incêndios, os brigadistas apoiam a comunidade quando há enchentes, desmoronamentos e acidentes diversos, inclusive automobilísticos ou com animais, participam ativamente de todos os eventos/festivais realizados em Tiradentes, contribuindo para a segurança tanto dos visitantes quanto da população local.

A sociedade já recebeu dois prêmios. O primeiro em 1995, na categoria “Educação Patrimonial – Área Ambiental” pelo seu histórico, organização, objetivo e atividades desempenhadas. O segundo em 2004 – “Serra de São José um Monumento Natural – Proteção do patrimônio Natural e Arqueológico” – pelo desenvolvimento de ações visando a preservação da área de proteção ambiental da

¹⁴⁰ Informação obtida junto à prefeitura municipal de Tiradentes e ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes em julho de 2013.

serra, realizada com recursos próprios, doações e campanhas organizadas pelos voluntários.

Foi constatado, portanto, o comprometimento e a intensa atuação dos Bombeiros Voluntários em Tiradentes, com contribuição relevante para o município e a comunidade local.

10.4.2 Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) tem como competência “a coordenação e execução de ações de defesa civil, a preservação e combate a incêndios, perícias de incêndio, busca e salvamento e estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndios ou qualquer tipo de catástrofe” (MINAS GERAIS, 2012, p.77).

O município de Tiradentes é atendido pelo 2º Pelotão de Bombeiros Militar, sediado em São João del Rey, fração pertencente à 2ª Companhia de Bombeiros Militar, com sede em Barbacena, esta, por sua vez, subordinada ao 4º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado em Juiz de Fora. Este pelotão atende a quinze municípios, além de Tiradentes: Andrelândia; Conceição da Barra de Minas; Coronel Xavier Chaves; Dores de Campos; Lagoa Dourada; Madre de Deus de Minas; Nazareno; Prados; Resende Costa; Ritápolis; Santa Cruz de Minas; São Tiago; São Vicente de Minas e São João del Rey; Tiradentes. Para atender a estes municípios tem um efetivo previsto de 57 militares. O efetivo existente em julho de 2013 era de 54 Bombeiros, com um claro, portanto, de 3 militares. Deste quadro existente (54) há militares dispensados de atividades operacionais, significando que o pelotão conta com 49 militares efetivamente trabalhando em serviço operacional, incluindo o seu comandante. Há ainda previsão de militares que deverão realizar curso de formação para sargento em 2014. Nove militares na graduação de Cabo estarão aptos a fazê-lo, o que ampliará o claro no efetivo de militares.

Quanto a equipamentos, além de diversos materiais operacionais, a unidade conta com os seguintes veículos: dois veículos auto-bomba tanque (ABT); duas unidades de resgate (UR); um veículo auto-salvamento (AS); carro categoria “C” equipado com material de salvamento; um veículo auto-salvamento leve (ASL); carro

categoria “B” equipado com material de salvamento; dois veículos auto-prevenção e fiscalização (APF); uma moto-bombeiro (MB); e dois barcos. O pelotão atende ainda a demanda de pousos e decolagens do aeroporto de São João del Rey, com empenhos semanais aos sábados por força de convênio.

Foi constatado interesse do Corpo de Bombeiros Militar em instalar um posto avançado do 2º Pelotão sediado em São João del Rey, no município de Tiradentes. As características do município, o seu alto risco de incêndio, devido a carga incêndio alta e à dificuldade em se chegar até algumas edificações, em razão do tipo de calçamento das ruas do Centro Histórico, em pedras do tipo “placas de pedras” ou “pedras em laje”, feito em 1979, justifica a instalação desta fração de Bombeiros Militar, com efeitos positivos para a preservação do patrimônio nacional. Verifica-se que a maior parte do casario e de suas edificações religiosas foi construída nas primeiras décadas do século XVIII, permanecendo a configuração da época até os dias atuais. A maior parte destas edificações possui, portanto, mais de 300 anos e para sua construção foram utilizados materiais como “pau a pique”, pedra e madeira. Tanto a estrutura quanto o piso e o forro destas edificações são de material combustível (madeira), apresentando, portanto alta carga de incêndio. Além desta atuação preventiva na proteção e conservação do sítio histórico, este posto avançado atuaria em ocorrências de resgate e salvamento no município.

A instalação deste posto avançado esbarra, no entanto, na limitação de recursos humanos (militares) especializados, credenciados para diversas áreas de atuação. Seria necessário para sua instalação o deslocamento de 3 (três) militares dedicados até 20 horas diárias ao posto, disponibilidade esta não existente.

Quanto às instalações, foi sugerida a possibilidade de compartilhamento pelo Corpo de Bombeiros Militar, das dependências utilizadas pelos Bombeiros Voluntários do município, o que deve ser verificado junto à instituição de Tiradentes. A concretização dessa possibilidade passa, portanto, por negociação e assinatura de convênio tripartite entre o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes e Prefeitura Municipal, esta para a viabilização de recursos para a manutenção da unidade avançada. A participação da prefeitura local nesse contexto é fundamental para a concretização da instalação do posto avançado, dado a expectativa do Corpo de Bombeiros Militar de que o custeio

desta unidade (combustível; material de consumo; água; energia elétrica; telefone; internet) deverá ser de responsabilidade do município.

Segundo informações do 2º Pelotão, as ocorrências de maiores índices estatísticos são acidentes com motocicletas, acidentes automobilísticos, prevenção e vistoria, bem como ocorrências sazonais do período chuvoso e de estiagem. Destaca que no período chuvoso de 2012 foi necessário recorrer a reforços do 4º Batalhão de Bombeiros Militar para atender à demanda do período.

As ocorrências verificadas junto ao Corpo de Bombeiros Militar podem ser observadas na tabela 10.4, que apresenta dados da região atendida pelo 2º Pelotão, incluindo Tiradentes, e aqueles específicos de Tiradentes.

Desconsiderando atividades com palestras, demonstrações, e outras semelhantes, o maior número de ações em Tiradentes são aquelas de prevenção e vistoria, seguidas de salvamentos e resgates e, por último, incêndios. Comparando as ações de prevenção e vistoria realizadas em Tiradentes com o universo consolidado na região de atuação do 2º Pelotão, o município detém 12% dessas ações, percentual expressivo se considerado a relevância dessas ações e a abrangência de atendimento do batalhão que se estende a 15 municípios. Verifica-se, no entanto, queda significativa em 2012 em relação a 2011 destas ações preventivas. Foram realizadas 151 ações preventivas e de vistoria em 2011 e 65 em 2012, ou seja, se verifica queda de 56,95% para 2012.

Tabela 10.4 Ocorrências da Região da atuação do 2º Pelotão de Bombeiros Militar e de Tiradentes, por grupo de natureza – 2011 – 2013

Especificação	Totais de ocorrências da Região de atuação do 2º Pelotão						Totais de ocorrências do município de Tiradentes					
	2011		2012		2013 (1)		2011		2012		2013 (1)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Incêndio	284	4,46	231	4,04	109	3,16	20	3,16	11	5,16	7	5,47
Salvamento e resgate	3317	52	3112	54,5	1630	47,3	53	16,3	57	26,8	23	18
Prevenção e vistoria	1253	19,7	1089	19,1	935	27,1	151	47,6	65	30,5	69	53,9
Outras (2)	1520	23,9	1284	22,5	772	22,4	93	29,3	80	37,6	29	22,7
Total	6374	100	5716	100	3446	100	317	100	213	100	128	100

Fonte: 2º Pelotão de Bombeiros Militar – Tiradentes – MG: Estatísticas de ocorrências – dados primários

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

(1) Dados de julho de 2013

(2) Referem-se a palestras, demonstrações realizadas, reuniões, etc.

A ocorrência de salvamentos e resgates em Tiradentes aumentou em 2012, comparativamente com 2011. Estas representam, no entanto, apenas 1,6% e 1,83%, respectivamente, das ocorrências em 2011 e 2012, das de mesma natureza nesses anos, na região de atuação do 2º Pelotão.

Quanto às ocorrências de incêndios, representam, em relação à região abrangida pelo 2º Pelotão, 7,04% em 2011 e 4,76% em 2012, das ocorrências de mesma natureza nestes anos. Vale destacar que os números dessas ocorrências em Tiradentes e na região diminuíram em 2012 comparativamente com 2011. Na região foi registrada uma queda de 18,66% em 2012, enquanto Tiradentes, ao apresentar queda no número de registros, de 20 em 2011 para 11 em 2012, alcançou redução de 45% no número de ocorrências, resultado expressivo para o município.

10.5 Conclusões

A partir dos levantamentos e oficinas comunitárias realizadas em Tiradentes, bem como pesquisas e estudos técnicos realizados pela FJP foram verificadas situações relativas à segurança pública, defesa social, acesso à justiça, que merecem considerações.

Sobre os índices de criminalidade no município: considerado o período analisado (2001 – 2010), estes índices apresentam tendência de queda. Entre os crimes praticados no município o que apresenta índices mais significativos são os de menor potencial ofensivo que envolve furtos e ocorrências relacionadas a substâncias entorpecentes, seguido dos índices de crimes violentos contra o patrimônio, que incluem roubo e roubo a mão armada. Os crimes violentos contra a pessoa são os de menor incidência. Mesmo apresentando tendência de queda no período analisado, os índices de criminalidade no município devem ser monitorados permanentemente e suas causas identificadas.

Estrutura para a segurança pública no município: Tiradentes é a sede da 366^a AISP e tem instaladas em sua sede uma Delegacia de Polícia Civil e é sede da 190^a Companhia de Polícia Militar, estruturada em quatro pelotões, composto por três destacamentos, um dos quais responde pelo policiamento do município. O efetivo de militares existente é suficiente para o atendimento do município em períodos de não ocorrência de eventos. Na ocorrência de eventos o contingente local não é suficiente e são requisitados militares de outros destacamentos e mesmo de outras Companhias da PMMG como reforço. Aspecto positivo é a proximidade entre a sede da 190^a Companhia e a sede do batalhão ao qual pertence, localizado em São João del Rey, facilitador para o rápido deslocamento de militares em casos de necessidade ou urgência. Quanto ao efetivo da Polícia Civil apresenta número menor, seis policiais, número este, no entanto, suficiente para as necessidades do município, conforme informado. Sobre a frota de veículos existente para a realização dos trabalhos policiais, aquela à disposição da PMMG é suficiente e apresenta bom estado de uso, enquanto os veículos à disposição da Polícia Civil são insuficientes e apresentam deficiência em viatura com falta de equipamentos necessários ao trabalho policial. Merece destaque a situação das instalações ocupadas pelas polícias militar e civil. O prédio que ocupam, situado no centro histórico, oferece condições precárias para o seu funcionamento operacional e administrativo, prejudicando o trabalho policial. Nesse sentido, é necessário e urgente viabilizar a reinstalação destas unidades policiais em local adequado às suas atividades.

Estratégias, ações e operações para a segurança pública no município: a PMMG para a realização de sua missão institucional no município realiza uma série de estratégias, ações e operações a destacar: patrulhamento na

madrugada, patrulhamento rural, patrulhamento escolar, em períodos letivos, participação em reuniões nas escolas, além do monitoramento por videocâmeras instaladas no município pela Prefeitura Municipal. Há previsão de instalação na cidade de câmeras de monitoramento do Programa Olho Vivo para a vigilância do centro histórico. Considerada a demora na sua concretização, cabe gestão das autoridades locais junto ao estado no sentido de efetivar sua implantação. A PMMG realiza no município outras ações, esta de cunho social que buscam aproximar a Polícia Militar do município. Duas outras estratégias, conforme informado pela Polícia Militar em Tiradentes, foram tentadas sem sucesso: a implantação da “Rede de Vizinhos Protegidos” e da “Rede de Comércio Protegido”, programas testados e implantados em outros municípios com sucesso. Sugestão a ser considerada é a de envidar novos esforços no sentido de propor às comunidades de bairro e comerciantes locais e viabilizar estas estratégias de segurança pública, ação preventiva que inibe o cometimento de crimes e pequenos delitos.

Conselho Municipal Antidrogas (COMAD): considerada a preocupação da comunidade local com o uso de substância entorpecentes, com a dependência que causam, bem como com tráfico destas substâncias no município e sua relação com o cometimento de crimes e pequenos delitos, foi institucionalizado no município o COMAD. Verifica-se, no entanto que este não se encontra ativado. Note-se que este Conselho, por sua lei de criação, é responsável, em conjunto com a secretaria Municipal de Saúde, pelo Plano Municipal de Prevenção, Tratamento, Fiscalização e Repreensão ao Uso e Abuso de Substâncias Psicoativas, Lícitas e Ilícitas. Este conselho deve ser ativado.

Estrutura municipal na prefeitura para a segurança pública: o município não tem Plano de Segurança Pública e tampouco estrutura básica para a gestão em segurança pública vinculada ao prefeito, a exemplo de uma Coordenadoria Municipal de Segurança Pública, essencial para se desenvolver e implantar, considerada a intersetorialidade das soluções que se relacionam a esta política. Não possui também Conselho e Fundo Municipal destinados ao atendimento da segurança pública em Tiradentes, bem como Guarda Municipal, cuja viabilização implica equacionamento de disponibilidade orçamentária e financeira para implantação e manutenção. Cabe reforçar que a instituição do Plano local de Segurança Pública, do Conselho Municipal de Segurança Pública Municipal e da manutenção de uma Guarda

Municipal, além da realização de ações de policiamento comunitário representam condicionantes de enquadramento para acesso ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Deve, pois o município preencher pelo menos uma delas para obter este acesso. Sobre o Plano é necessário ressaltar a importância da participação dos diversos atores locais no seu desenvolvimento, a exemplo, entre outros, das polícias Militar e Civil, comunidade e empresariado local, escolas, poder público municipal, Corpo de Bombeiros Militar, Corpo de Bombeiros Voluntários, Iphan, diversas outras instituições e interessados no tema. É necessário verificar a real viabilidade de implantação destas estratégias em Tiradentes.

Segurança do patrimônio histórico quando da realização de eventos: não há uma política de segurança planejada para o patrimônio histórico relacionado à ocorrência de eventos realizados durante todo o ano. Considerada a recorrência destes eventos as questões relacionadas à sua segurança merecem ser discutidas para o estabelecimento de política de segurança planejada relacionada a medidas efetivas para proteção do patrimônio histórico a serem aplicadas quando da realização de eventos.

Corpo de Bombeiros Militar: é necessário viabilizar a implantação no município de unidade desta corporação, especialmente considerada a alta carga de incêndio das edificações tombadas no município, o que implica necessidade de mobilização imediata de recursos e agilidade para o seu combate caso ocorram, além de facilitar ações de prevenção no município.

Corpo de Bombeiros Voluntários: cabe destacar a atuação e importância desta instituição para o município. Exemplos de sua atuação são as atividades que desenvolvem em ocorrências de incêndios florestais na Serra de São José, apoio à comunidade quando da ocorrência de enchentes, desmoronamentos e acidentes, bem como participação nos eventos realizados no município, prestando contribuição para a segurança de visitantes e munícipes.

Segurança pública na região: considerando que o município é influenciado pelo que acontece no âmbito regional, é importante manter estreito e cordial relacionamento com as autoridades policiais locais e regionais e com os municípios vizinhos, criando fóruns de discussão sobre questões comuns que os afetam em relação à segurança pública e defesa civil, com o objetivo de definir ações comuns que busquem a combate e a redução da criminalidade e à defesa civil.

11 AMBIENTE INSTITUCIONAL DA POLÍTICA URBANA E DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA

11.1 O Plano Diretor no contexto pós-constitucional

Esta análise visa elucidar os princípios, diretrizes e instrumentos que nortearam a proposta nacional e estadual, em seus textos constitucionais, da política urbana e criação dos planos diretores municipais participativos; e que permitiram estimular o processo de gestão democrática e participativa. Ela aborda também as vantagens do associativismo municipal como estratégia adequada para a promoção do fortalecimento da capacidade de gestão do governo local e para a sustentação do processo planejado de descentralização. O papel das associações microrregionais de municípios será mostrado.

11.1.1 A redefinição da política urbana no contexto federal

A Constituição Federal de 1988 trouxe para a sociedade brasileira um princípio básico para a equidade urbana e a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização: o princípio da função social da cidade e da propriedade. Esse princípio, afirmado em nossa carta magna, fruto da mobilização da sociedade e de um processo de luta dos movimentos sociais envolvidos com a reforma urbana, passou a compor um capítulo específico da nossa Constituição Federal: o da política urbana. Além desse princípio, o texto constitucional afirmou o papel protagonista dos municípios enquanto principais atores da política de desenvolvimento e gestão urbanos e elegeu o plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, com elaboração compulsória para os municípios com mais de vinte mil habitantes¹⁴¹ (SANTOS JÚNIOR; SILVA; SANT'ANA, 2011a, p.13-16).

O objetivo principal do plano diretor, de definir a função social da cidade e da propriedade urbana, garantindo o acesso a terra urbanizada e regularizada a todos os segmentos sociais; de garantir o direito à moradia e aos serviços urbanos a todos os cidadãos, bem como de implementar uma gestão democrática e participativa,

¹⁴¹ Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/plano_diretor.pdf>.e no site: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 07/08/2012.

pode ser atingido a partir da utilização dos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade, criado em 2001. Esses instrumentos dependem, por sua vez, de processos inovadores de gestão nos municípios.

Os municípios apresentam muitas dificuldades para implementar seus planos diretores. A maioria não apresenta uma estrutura administrativa adequada para o exercício do planejamento urbano, no que se refere aos recursos técnicos, humanos, tecnológicos e materiais. Existe ainda uma baixa difusão dos conselhos de participação e controle social, voltados para uma cultura participativa de construção e implantação da política de desenvolvimento urbano.

A política de apoio à elaboração e revisão de planos diretores coordenada e executada pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) do Ministério das Cidades (criado em 2003) visa: estimular os municípios a executarem práticas participativas de gestão e planejamento territorial; proporcionar condições para a formulação e articulação das políticas urbanas que garantam melhores condições de vida da população; e promover o desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e voltado para a redução das desigualdades sociais.

A SNPU instituiu um programa de apoio aos municípios para a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade e elaboração e revisão dos planos diretores. Trata-se do Programa de Fortalecimento da Gestão Urbana, criado para fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional. Está subdividido em sete ações, que se efetivam por meio de apoio à capacitação e assistência técnica aos municípios. A Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa é uma dessas sete ações.

A Constituição Federal (CF) de 1988 é a primeira constituição brasileira a incluir a política urbana em seus artigos 182 e 183. A aprovação do Estatuto da Cidade (EC), em 2001, traduziu novo marco jurídico-urbanístico brasileiro, que regulamenta os artigos sobre política urbana da Constituição Federal e consolida a função social da propriedade e da cidade e a gestão democrática, definindo o plano diretor municipal como o instrumento por excelência para isso (FUNDAÇÃO JOÃO PIHEIRO, 2008, p.1-13).

O EC instituiu os princípios da sustentabilidade, da gestão democrática do acesso à terra e da participação popular, consolidando a elaboração dos planos diretores municipais como instrumento por excelência para se alcançar a “cidade inclusiva”, mais justa e mais humana, equilibrando eficiência e equidade e sobrepondo direitos aos privilégios.

A criação do Ministério das Cidades (MCidades), na primeira fase do governo Lula (2003/2006), vem apoiando a formulação de uma política nacional de desenvolvimento urbano, enfatizando a elaboração dos planos diretores municipais obrigatórios para municípios com população acima de 20.000 habitantes, ou aqueles integrantes de regiões metropolitanas.

São três os principais fundamentos legais do plano diretor: a Constituição Federal de 1988, que define o plano diretor como instrumento da política urbana, o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10/07/2001), que regulamenta os artigos sobre política urbana da Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica Municipal, lei maior do município.

Segundo a CF de 1988, que consagra a autonomia municipal com relação à política urbana, fica definido, em seu art. 182, § 1º, Capítulo II - Da Política Urbana: "O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", "[...] e tem como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes".

O Estatuto da Cidade (EC) estabelece diretrizes gerais para a política urbana (art. 2º), assim como as condições para a elaboração do Plano Diretor (art. 40, 41 e 42), fundamentadas no desenvolvimento sustentável, na qualidade de vida e na inclusão social, com tratamento de áreas urbanas e das áreas rurais, estabelecendo a sua obrigatoriedade para municípios com mais de 20.000 habitantes (art. 41). Enfatiza o cumprimento da função social, que diz respeito à utilização de cada propriedade segundo não apenas o interesse individual, mas, acima deste, o interesse coletivo (art. 39). Cria instrumentos para a implementação da política urbana (art. 4º); institui a obrigatoriedade da participação da população na elaboração e na implantação do plano diretor (art. 40, 43 e 44). Define prazos para os municípios elaborarem seus planos diretores (art. 50), expirados em outubro de 2006.

No artigo 43, o EC define, dentre outros, como instrumentos para a gestão democrática um órgão colegiado (conselho) para coordenação, implementação e monitoramento do plano diretor, debates e consultas públicas, conferências municipais e audiências públicas para validação das discussões, propostas e da lei correspondente. Prevê, ainda, sua revisão de 10 em 10 anos e estabelece sanções ao prefeito que descumprir os prazos estabelecidos, ou usar indevidamente os recursos oriundos da aplicação dos instrumentos previstos como improbidade administrativa (art. 52).

A partir de 2009 três leis alteraram o EC:¹⁴²: a Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; a Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC); e a Lei 12.836, de 2 de julho de 2013.

A Lei 11.977/2009 alterou o inciso V do art. 4º do Estatuto das Cidades, incluindo a alínea u) legitimação de posse.

A Lei 12.608/2012 alterou o inciso VI do art. 2º acrescentando a alínea h) a exposição da população a riscos de desastres. Essa mesma lei alterou também o art.41 incluindo o inciso VI- incluídas no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

A Lei 12.608/2012 incluiu os art. 42-A e 42-B, conforme se segue.

Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter:

¹⁴² Lei 10 257 de 10 de Julho de 2001 do Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 27/08/2013.

I - parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e a contribuir para a geração de emprego e renda;

II - mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

III - planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastre;

IV - medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres; e

V - diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, se houver, observadas a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e demais normas federais e estaduais pertinentes, e previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, onde o uso habitacional for permitido.

§1º A identificação e o mapeamento de áreas de risco levarão em conta as cartas geotécnicas.

§2º O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

§3º Os municípios adequarão o plano diretor às disposições deste artigo, por ocasião de sua revisão, observados os prazos legais.

§4º Os municípios enquadrados no inciso VI do art. 41 desta Lei e que não tenham plano diretor aprovado terão o prazo de 5 (cinco) anos para o seu encaminhamento para aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 42-B. Os municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo:

I - demarcação do novo perímetro urbano;

II - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos ao controle especial em função de ameaça de desastres naturais;

III - definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais;

IV - definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda;

V - a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido;

VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e

VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.

§1º O projeto específico de que trata o caput deste artigo deverá ser instituído por lei municipal e atender às diretrizes do plano diretor, quando houver.

§2º Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no caput, o município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata o caput deste artigo.

§3º A aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano ficará condicionada à existência do projeto específico e deverá obedecer às suas disposições.

A Lei 12.836/2013 alterou o art. 2º do Estatuto da Cidade incluindo o inciso XVII – “estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais”.

Essa mesma Lei 12.836/2013 alterou o art. 32 incluindo em seu parágrafo §2º o inciso III – “a concessão de incentivos a operações urbanas que

utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas”.

E finalmente, a Lei 12.836/2013 alterou ainda o art. 33 incluindo os incisos seguintes:

VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I, II e III do § 2º do art. 32 desta Lei;

VIII - natureza dos incentivos a serem concedidos aos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, uma vez atendido o disposto no inciso III do § 2º do art.32 desta lei.

A elaboração dos planos diretores é também fundamentada nas resoluções do Conselho Nacional de Cidades, o ConCidades. O ConCidades delibera acerca das mais diversas matérias relativas à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e às ações e programas desenvolvidos pelo MCidades por meio de suas resoluções, fruto do debate político e técnico realizado pelos conselheiros.

A criação do ConCidades, no ano de 2004, traduz um importante instrumento de gestão democrática da PNDU, em processo de construção. Ele é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do MCidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução¹⁴³ (BRASIL, 2012).

O ConCidades viabiliza o debate em torno da política urbana de forma continuada, respeitando a autonomia e as especificidades dos segmentos que o compõem, tais como: setor produtivo; organizações sociais; ONGs; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; entidades sindicais e órgãos governamentais.

Atualmente, o ConCidades é constituído por 86 titulares – 49 representantes de segmentos da sociedade civil e 37 dos poderes públicos federal,

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/o-conselho-das-cidades>>. Acesso em: 06 ago. 2012

estadual e municipal – além de 86 suplentes, com mandato de dois anos. A composição do ConCidades inclui, ainda, 09 observadores representantes dos governos estaduais, que possuírem Conselho das Cidades, em sua respectiva unidade da Federação.

Na atuação do ConCidades, uma das principais lições aprendidas é que a democracia muda de qualidade quando o poder público se une à experiência acumulada da sociedade civil organizada e potencializa a sua participação na elaboração e execução dos programas e das políticas públicas.

A Resolução nº 25 de 18/03/2005, dentre outros pontos, destaca que no processo participativo de elaboração do plano diretor a promoção das ações de sensibilização, mobilização e capacitação, devem ser voltadas, preferencialmente, para as lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais especializados, entre outros atores sociais. E que esse processo deve ser articulado e integrado ao processo participativo de elaboração do orçamento, bem como levar em conta as proposições oriundas de processos democráticos tais como conferências, congressos da cidade, fóruns e conselhos. Ressalta ainda que a coordenação do processo participativo de elaboração do plano diretor deve ser compartilhada, por meio da efetiva participação de poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo, desde a elaboração até a definição dos mecanismos para a tomada de decisões (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2008, p. 60-63).

A Resolução nº 34 de 01 de Julho de 2005, dentre outros pontos, define no artigo 6º que o Sistema de Acompanhamento e Controle Social deverá prever instâncias de planejamento e gestão democrática para implementar e rever o plano diretor; apoiar e estimular o processo de gestão democrática e participativa, assegurando uma gestão integrada com envolvimento dos poderes executivo, legislativo, judiciário e a sociedade civil e monitorar a aplicação dos instrumentos do plano Diretor e do Estatuto da Cidade especialmente daqueles previstos pelo art.182, § 4º, da Constituição Federal de 1988.

Conforme o artigo 7º da Resolução nº 34, o plano diretor deverá definir os instrumentos de gestão democrática do Sistema de Acompanhamento e Controle Social, sua finalidade, requisitos e procedimentos adotados para aplicação, tais como: o Conselho da Cidade ou similar com representação do governo, sociedade civil e das

diversas regiões do município, conforme estabelecido na Resolução nº 13 do ConCidades; conferências municipais; audiências públicas das diversas regiões do município; consultas públicas; iniciativa popular; plebiscito e referendo.

No contexto pós-constitucional, que prosseguiu com a elaboração das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais, o processo da descentralização e municipalização das políticas públicas se encontra em fase de implementação.

O novo quadro constitucional sinaliza a criação de um novo estilo de planejamento, que incorpore a participação da sociedade organizada estabelecendo uma sintonia fina entre os níveis de governo, em busca da melhoria da qualidade de gestão dos serviços públicos. Ao atribuir aos municípios um papel relevante no contexto da Federação, a CF de 1988 aponta para a necessidade de a União e os estados promoverem políticas responsáveis de descentralização, conferindo aos municípios competências e autonomia para a gestão de serviços públicos, ainda hoje prestados pelos demais níveis de governo. Em função desse novo quadro, as questões ligadas à descentralização e à participação passam a ocupar lugar cada vez mais proeminente no discurso político dos anos recentes e, também, nos estudos técnicos referentes à administração municipal (MINAS GERAIS, 1993, p.7).

11.1.2 O papel do governo de Minas Gerais em relação à política de desenvolvimento urbano

O art. 231 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada em 21 de setembro de 1989, estabelece que o estado para fomentar o desenvolvimento econômico, observados os princípios da Constituição da República e os da constituição minera, estabelecerá e executará o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que será proposto pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e aprovado em lei.¹⁴⁴

Segundo o artigo 244 da Constituição Estadual que aborda o tema da política urbana, compete ao estado participar do processo de execução das diretrizes

¹⁴⁴ Disponível em:
<<http://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>>. Acesso em: 26/07/2012.

dos planos diretores. As atividades e serviços a cargo do estado e de suas entidades de administração indireta, no âmbito urbano, serão articulados com os do município, visando harmonizar e racionalizar a execução das diretrizes do respectivo plano diretor, em favor do objetivo comum de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e de garantir o bem-estar de seus habitantes. Essa articulação será incumbência de órgão constituído, paritariamente, por representantes dos poderes públicos estadual e municipal.

Conforme o artigo 245, § 1º e § 3º, o estado assistirá os municípios que o solicitarem na elaboração dos planos diretores. Adotar-se-á o mapeamento geológico básico como subsídio técnico para a planificação do uso e ocupação do solo urbano. Na liberação de recursos do erário estadual e na concessão de outros benefícios em favor de objetivos de desenvolvimento urbano e social, o estado atenderá, prioritariamente, ao município já dotado de plano diretor, incluídas, entre suas diretrizes, as de:

- a) ordenamento do território, sob os requisitos de zoneamento, uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;
- b) aprovação e fiscalização de edificações, observadas as condições geológicas, minerais e hídricas e respeitado o patrimônio cultural a que se refere o art. 208, entre outros requisitos compatibilizados com o disposto do inciso II do artigo 245;
- c) preservação do meio ambiente e da cultura;
- d) garantia do saneamento básico;
- e) urbanização, regularização e titulação das áreas deterioradas, preferencialmente sem remoção dos moradores;
- f) participação das entidades comunitárias no planejamento e controle da execução dos programas a elas pertinentes;
- g) manutenção de sistemas de limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação final do lixo urbano;
- h) reserva de áreas urbanas para implantação de projetos de cunho social.

Portanto, no que concerne ao turismo, o artigo 242 da constituição mineira define que o estado apoiará e incentivará o turismo como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento, social e cultural. De acordo com o artigo 243, o estado juntamente com o órgão colegiado representativo dos segmentos do setor, definirá a política estadual de turismo observadas, dentre outras, as seguintes diretrizes e ações:

- a) estímulo à produção artesanal típica de cada região do estado, mediante política de redução ou de isenção de tarifas devidas por serviços estaduais, conforme especificação em lei;
- b) apoio a programas de orientação e divulgação do turismo regional e ao desenvolvimento de projetos turísticos municipais;
- c) criação de fundo de assistência ao turismo, em benefício das cidades históricas, estâncias hidrominerais e outras localidades com reconhecido potencial turístico desprovidas de recursos;
- d) regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico;
- e) manutenção e aparelhamento das estâncias hidrominerais;
- f) proteção do patrimônio ecológico e histórico-cultural do estado;
- g) apoio à iniciativa privada no desenvolvimento de programas de lazer e entretenimento para a população;
- h) apoio a eventos turísticos, na forma da lei;
- i) promoção da educação para o turismo em todos os níveis educacionais.

A Lei Delegada 180/2011 de 20/01/2011 dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. De acordo com o artigo 157 dessa lei, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU), tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do estado relativas

à política de desenvolvimento regional e urbano. Dentre suas competências, destacam as seguintes¹⁴⁵:

- a) formular planos, programas, propostas e estratégias em sua área de competência, em articulação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais órgãos e entidades da administração pública, observadas as diretrizes governamentais;
- b) coordenar a política estadual de desenvolvimento regional e urbano, promover e supervisionar sua execução;
- c) formular planos e programas de habitação de interesse social, de saneamento básico e ambiental, urbanos e rurais, e de apoio à infraestrutura urbana;
- d) desenvolver estratégias de desenvolvimento regional, notadamente por meio de planejamento territorial;
- e) apoiar o associativismo municipal e a integração dos municípios de uma mesma microrregião;
- f) prestar assistência técnica aos municípios, em temas específicos de sua competência;
- g) difundir os instrumentos de planejamento e gestão de cidades;
- h) elaborar, direta ou indiretamente, em temas específicos de sua competência, estudos, pesquisas, programas e projetos voltados para o desenvolvimento municipal e regional ou contratar a sua realização;
- i) fornecer o suporte técnico, logístico e administrativo para o regular funcionamento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e do grupo coordenador do Fundo Estadual de Habitação;

¹⁴⁵ Disponível em: <<http://www.urbano.mg.gov.br/images/stories/legis/lei-delegada-180- 2011.pdf>>. Acesso em: 06/08/2012. Lei Delegada 180/2011. Dispõe sobre a estrutura da administração do Poder Executivo de MG.

- j) integrar programas, projetos e atividades federais, estaduais e municipais de desenvolvimento regional e urbano, de infraestrutura urbana, de saneamento básico e ambiental, bem como de habitação de interesse social, urbanos e rurais;
- k) desenvolver, na sua área de competência, ações para a estruturação de consórcios públicos e parcerias no âmbito estadual e apoiar os Municípios para a consecução de tal finalidade;
- l) articular-se com os municípios e com órgãos e entidades competentes para a viabilização de infraestrutura e a regularização urbanística de vilas e favelas, com vistas à execução direta ou indireta.

De acordo com o artigo 159 da Lei Delegada 180/2011, integram a área de competência da SEDRU por subordinação administrativa: o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; e por vinculação: a autarquia Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (DETEL), a autarquia especial Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE) e as empresas: Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa -MG).

Em 2010, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) desenvolveu o Sistema de Informações de Planos Diretores, buscando trazer ao estado e à sociedade o conhecimento e a análise dos conteúdos, processos de elaboração e implementação dos planos diretores mineiros. Essa iniciativa permite conhecer o planejamento municipal de longo prazo e as prioridades dos municípios, para que se possa, notavelmente: acompanhar com transparência a implementação do que foi planejado; conhecer os planos diretores permitindo ao Governo Estadual articular suas ações com o planejamento municipal e avaliar como esse planejamento vem sendo realizado pelas prefeituras municipais. Desse modo, a SEDRU coopera para a democratização do acesso às informações referentes aos planos diretores mineiros, difundindo a aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão de cidades aos cidadãos e municiando o estado com informações estratégicas,

a fim de possibilitar o alinhamento de suas ações às demandas municipais¹⁴⁶ (MINAS GERAIS, 2012a).

O plano diretor se constitui como um instrumento de planejamento que permite aos municípios pactuarem, de forma democrática, suas diretrizes e prioridades para o desenvolvimento urbano. Ele deve indicar os objetivos a alcançar, explicitar as estratégias e instrumentos para atingir esses objetivos. Enquanto lei municipal, o plano diretor deverá estabelecer como a propriedade cumprirá sua função social, tendo em vista o bem coletivo e o desenvolvimento sustentável das cidades (MINAS GERAIS, 2012e).

A SEDRU está implementando uma série de programas, como por exemplo: Cidades: Espaços de Integração; Saneamento para Todos; Morar em Minas; Urbanize Minas: Planejamento e Infraestrutura; Associativismo Municipal: Fortalecendo a Rede de Cidades e Apoio à Administração Pública (MINAS GERAIS, 2012d).

O Programa Associativismo Municipal tem por objetivo empreender ações de capacitação, instrumentalização, elaboração de estudos de viabilidade, com o intuito de fortalecer e desenvolver as associações microrregionais existentes e de fomentar a criação, implementação e estruturação de consórcios públicos intermunicipais. Visa igualmente à ampliação da integração socioeconômica e a capacitação - técnica e administrativa - dos municípios mineiros com o objetivo de otimizar as políticas públicas.

O Programa Apoio à Administração Pública busca desenvolver ações administrativas e financeiras visando a garantir recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais necessários à implementação das políticas públicas a cargo do estado de Minas Gerais.

Como determina o artigo 4º da Lei Delegada n. 119, de 27 de janeiro de 2007, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (CONEDRU) faz parte da área de competência da SEDRU, com importante atuação

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www.urbano.mg.gov.br/apresentacao>>. Acesso em: 13/8/2012. No site da SEDRU existem outros links utilizados na presente seção sobre programas e ações de governo, os planos diretores e sistema de informações de planos diretores. Veja: <http://www.urbano.mg.gov.br/programas-e-acoes-de-governo>. Acesso em: 13/8/2012.

no processo de institucionalização de uma política participativa de desenvolvimento urbano-regional do governo de Minas Gerais. Na condição de órgão colegiado¹⁴⁷, ele é deliberativo e consultivo e seu novo regulamento foi estabelecido pelo Decreto 44.612, de 10 de setembro de 2007. (MINAS GERAIS, 2012 f).

Dentre as competências do CONEDRU, destacam-se as seguintes (MINAS GERAIS, 2012b):

- a. recomendar programas, instrumentos, normas e prioridades da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano;
- b. acompanhar e avaliar a implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano, de forma intersetorial, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;
- c. emitir orientações e recomendações sobre a aplicação do Estatuto das Cidades e demais atos normativos relacionados com o desenvolvimento urbano, respeitadas as competências dos órgãos federais;
- d. definir metodologias, procedimentos e instrumentos para o trabalho de orientação aos municípios visando à sua correta adequação às normas do Estatuto das Cidades, principalmente as relativas aos planos diretores municipais e à ordenação harmoniosa e equilibrada das funções urbanas;
- e. definir diretrizes para o processo participativo de elaboração e revisão dos planos diretores;
- f. propor a articulação entre os planos diretores municipais e a aplicação de recursos que tenham impacto sobre o desenvolvimento urbano;

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/#>>. Acesso em 13/08/2012. Nesse site do CONEDRU veja outros links: <http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/page/institucional/competencias-125> e <<http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/page/institucional/estrutura-127>>. Acesso em: 13/08/2012.

- g. propor a criação de mecanismos de articulação intersetorial entre os programas estaduais que tenham impacto sobre o desenvolvimento regional e urbano;
- h. promover a cooperação entre os municípios, o estado e a sociedade civil organizada na formulação e execução da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano;
- b) incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento de conselhos municipais afetos à política de desenvolvimento urbano;
- c) estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de rede entre as câmaras regionais do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e os conselhos municipais, visando fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável;
- d) promover, quando necessário, a realização de seminários ou encontros regionais e municipais sobre temas de sua agenda;
- e) encaminhar ao Conselho Nacional das Cidades propostas e sugestões relativas a normas federais de desenvolvimento urbano e à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- f) propor a edição de normas estaduais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente;
- g) convocar e organizar a Conferência Estadual das Cidades.

Na estrutura orgânica do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (CONEDRU), o Plenário é a Instância máxima de deliberação do conselho. É constituído pelos membros indicados do segmento poder público estadual e municipal e eleitos do segmento poder público municipal e sociedade civil¹⁴⁸ (MINAS GERAIS, 2012c).

As Câmaras Setoriais permanentes propõem políticas, dentro das respectivas áreas de especialidade, emitem pareceres sobre matérias de sua

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/page/institucional/estrutura-127>>. Acesso em 13/08/2012.

especialidade, mediante solicitação das autoridades constantes do regimento e submetem à apreciação da presidência do conselho os assuntos de sua especialidade, quando necessário ou conveniente, além de exercer outras atribuições previstas no regimento interno. Essas Câmaras Setoriais tem por finalidades o debate, a análise e o encaminhamento de proposições sobre diretrizes, medidas e políticas relativas à habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana, planejamento e gestão do solo urbano e desenvolvimento regional.

Haverá uma Câmara Regional para cada Região Administrativa do estado, e elas se reunirão em entidades que firmarem convênio com a SEDRU com tal finalidade. A forma de eleição dos membros das Câmaras Regionais será definida pelo Plenário do CONEDRU. Essas câmaras poderão ser compostas, no máximo, por 35 membros e sua composição seguirá a seguinte proporcionalidade: 52% de representantes da sociedade civil divididos nos setores: movimentos sociais e populares, profissionais e acadêmicos, ONGs, empresários e trabalhadores; 13% do poder público municipal e 35% do poder público estadual.

No que concerne às competências das Câmaras Regionais, destacam-se as seguintes:

- a. encaminhar ao Plenário propostas de orientações e recomendações sobre a aplicação do Estatuto das Cidades e dos demais atos normativos relacionados com o desenvolvimento urbano;
- b. monitorar junto ao sistema de acompanhamento municipal, de que trata o inciso III do art. 42 do Estatuto da Cidade, a implementação dos planos diretores;
- c. identificar eventuais dificuldades na implementação dos planos diretores municipais e encaminhar ao Plenário propostas de assessoramento técnico e outras ações;
- d. estimular e acompanhar a gestão associada dos serviços públicos e das funções públicas de interesse comum.

11.1.2.1 O processo de fortalecimento das associações microrregionais de municípios em Minas Gerais e o papel da Associação Mineira de Municípios (AMM)

O Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal (Prodemu), criado pelo Decreto 32 790 de 17/07/1991, tinha por objetivo promover o fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais no âmbito dos municípios e de suas relações com os demais níveis de governo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1991).

O associativismo municipal se apresentava, na época, como estratégia adequada para a promoção do fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais e da descentralização responsável e eficaz. Buscava-se um associativismo que permitisse transformar-se num fórum técnico e político, apoiar a modernização das administrações municipais e sistematizar as demandas locais e microrregionais.

Dessa maneira, estariam criadas as condições para um planejamento regional mais democrático e eficaz. Prefeitos, associações microrregionais, vereadores, deputados, lideranças comunitárias e empresários formulariam propostas de desenvolvimento local e microrregional que deveriam ser negociadas com o governo do estado, responsável último pela formatação das políticas de desenvolvimento regional.

A descentralização passaria pela articulação político-administrativa entre o governo do estado e o governo municipal, em vista do estabelecimento das políticas diferenciadas, incrementais e compensatórias, definidas caso a caso, segundo critérios transparentes de distribuição de recursos e responsabilidades, com o objetivo central de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto, o associativismo municipal se emergia como estratégia central, não somente para o fortalecimento da capacidade de gestão dos governos Locais, como para a democratização do planejamento regional e para a sustentação do processo planejado de descentralização.

Ele se tornava uma estratégia viável para se atingir os objetivos do Prodemu porque o estado de Minas Gerais possuía uma grande base territorial com diferenças regionais acentuadas e um número expressivo de municípios.

O eixo central dessa estratégia era o diálogo técnico e político, permanente, entre os órgãos do estado e os governos locais, representados pelas associações microrregionais de municípios. Essas deveriam desenvolver um trabalho conjunto entre prefeitos e vereadores, deputados e demais lideranças comunitárias, na defesa dos interesses locais e microrregionais.

A estrutura administrativa do Prodemu respondia aos objetivos expressos no programa. Neste sentido, o decreto previa linhas programáticas que visavam a capacitação institucional das associações microrregionais de municípios e das prefeituras municipais participantes. O conselho diretor criado com representantes do governo do estado e dos governos locais se encarregava das questões relativas à descentralização político-administrativa e ao desenvolvimento municipal e microrregional.

Dentro dessa estratégia, pressupunham-se associações microrregionais com capacidade de prestar serviços às prefeituras associadas e de promover a articulação entre elas, com a participação de órgãos regionalizados do governo do estado, lideranças comunitárias, empresariais e políticas, visando a elaboração conjunta de demandas no âmbito do Conselho Diretor do Prodemu.

A institucionalização do Prodemu se concretizaria por meio de projetos de interesse do estado e dos municípios, dentro das quatro linhas programáticas: a) a capacitação institucional das associações microrregionais de municípios; b) a implantação do Sistema de Informações Municipais; c) a capacitação e desenvolvimento de recursos humanos; d) a orientação técnica para elaboração e implantação de planos, programas e projetos de interesse municipal.

No que concerne à primeira linha programática, planejava-se a capacitação em termos de recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros buscando consolidar em cada espaço microrregional do estado, núcleos eficientes e eficazes de assistência técnica aos municípios e de interlocução técnica e política com os demais níveis de governo.

Na etapa de formatação dessa primeira linha programática, para cada uma das associações microrregionais de municípios seria indicado um perfil adequado em termos de recursos humanos, técnicos e financeiros, os planos de ação das

associações para atendimento das demandas emergentes dos governos locais, os planos de ação das prefeituras, sistematizados e priorizados no âmbito das associações microrregionais de municípios.

Os resultados obtidos nas negociações governamentais, tendo em vista a estruturação dos escritórios técnicos das associações microrregionais levariam, sem dúvida, à adequação do processo de implementação dos planos de ação dessas associações.

Em médio e longo prazo, pretendia-se que por meio desse projeto de capacitação Institucional das associações microrregionais de municípios, os escritórios técnicos das associações tivessem autonomia para apoiar os governos locais no processo de desenvolvimento municipal e microrregional; e que pudessem elaborar com outras associações limítrofes demandas regionais sistematizadas subsidiando, assim, as políticas de desenvolvimento dos governos estadual e federal.

Caberia, pois, às associações microrregionais de municípios, por meio das prefeituras que as integrassem, em trabalho conjunto com as lideranças: comunitárias, empresariais, políticas locais e regionais, transformar as demandas de natureza local e microrregional em planos de ação. Esses, por sua vez, tornar-se-iam programas e projetos passíveis de serem executados com aporte de recursos locais, de outros níveis de governo, de bancos de fomento, empresas privadas e entidades diversas da sociedade civil. Esses planos de ação seriam o resultado da compatibilização dos planos municipais de ação elaborados pelas prefeituras e realizados pelas associações microrregionais de municípios.

As atividades das associações microrregionais estão diretamente vinculadas ao fim que foram instituídas, ou seja, auxiliar e suprir a carência de seus municípios afiliados. Essas associações têm como finalidade ampliar e fortalecer as capacidades administrativas, econômicas e sociais dos municípios, prestando-lhes assistência técnica, objetivos que coadunam com estes projetos (ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS, 201-, v 1).

Dentro desse enfoque, as associações microrregionais podem ser identificadas como unidades de gestão compartilhada de funções públicas de

interesse comum, entre os municípios limítrofes e o estado, visando superar os desafios da gestão local e promover o desenvolvimento das regiões mineiras.

Essas entidades microrregionais de planejamento e de gestão compartilhada poderiam integrar o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum, com observância da autonomia municipal.

Neste sentido, o estado de Minas Gerais vem compatibilizando com as microrregiões, a implantação e execução de ações de desenvolvimento, articulando a sua organização administrativa regional de seus órgãos da administração direta e indireta com estas instituições, fortalecendo assim o poder municipal.

Dessa forma, as associações microrregionais com maior flexibilidade de gestão e planejamento podem se estabelecer como uma parceira dos municípios, atendendo suas necessidades de maneira mais próxima.

A Associação Mineira dos Municípios (AMM) é uma entidade política, apartidária e de utilidade pública, que congrega todos os municípios do estado de Minas Gerais. Ela tem por missão defender os interesses e os direitos dos municípios, a fim de capacitá-los para uma gestão eficiente, tornando-os independentes (ASSOCIAÇÃO MINEIRA DOS MUNICÍPIOS, 2013)¹⁴⁹. Desenvolve suas ações em articulação com os governos estadual e federal, as associações microrregionais de municípios, bem como as diversas instituições da sociedade civil. Tem capacidade para prestar consultoria nas áreas relativas à saúde, jurídica, social, educação, economia, contábil, finanças, captação de recursos e ao meio ambiente.

De acordo com o artigo 14 do Estatuto Social da Associação Mineira de Municípios (AMM) são considerados os órgãos de deliberação, execução, fiscalização e consultivo dessa associação a Assembleia Geral, o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo. A Assembleia é o órgão máximo da AMM. Segundo o artigo 31, a Associação terá um Conselho Consultivo composto pelo presidente do Conselho Diretor da AMM e pelos presidentes das associações microrregionais de municípios. O artigo 35 aponta que o presidente do Conselho Diretor poderá criar

¹⁴⁹ Disponível nos sites: <<http://portalamm.org.br/index.php/estatuto/94-estatuto>>.
<<http://portalamm.org.br/files/AMM/Estatuto.pdf>>. Acesso em: 26/07/2013.

assessorias técnicas de apoio aos municípios, competindo-lhes atuar de forma a propiciar a melhoria da administração municipal.¹⁵⁰

São consideradas as principais finalidades da AMM:

- a) propugnar pela formação e pela prática de uma doutrina municipalista no estado e no país, que busque o bem dos municípios e os interesses do estado e da Federação bem como o desenvolvimento nacional;
- b) cooperar com o poder público nos níveis municipal, estadual e federal e com as instituições particulares para a melhoria das condições de vida da população do interior do estado, por meio do desenvolvimento econômico, social e técnico dos municípios mineiros;
- c) pugnar pela integral aplicação dos dispositivos consubstanciados na carta de princípios, direitos e reivindicações municipais e das recomendações aprovadas nos congressos nacionais e estaduais de municípios.

A AMM exercerá suas atribuições diretamente ou por meio de convênios, ajustes, contratos ou acordos. Dentre suas atribuições destacam-se as seguintes:

- a) promover atividades de coordenação, orientação, integração e planejamento, estabelecendo programas que visam o fomento e desenvolvimento dos municípios mineiros;
- b) realizar estudos e pesquisas, reunir dados e manter serviços estatísticos e de informações sobre o municipalismo;
- c) promover a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de pessoal relacionado à administração pública municipal;
- d) fomentar o assessoramento e a criação de associações microrregionais de municípios que esforcem pela prestação de

¹⁵⁰ Informação disponível em: <<http://portalamm.org.br/index.php/estatuto/94-estatuto>>. Acesso em: 26/07/2013.

serviços e assistência técnica, auditoria, consultoria, elaboração, análise, avaliação e execução de projeto e forma cooperativa;

- e) proporcionar, diretamente ou por meio das associações microrregionais, orientação quanto às fontes de linhas de crédito e outros recursos e sua conveniente utilização pelos municípios;
- f) organizar, periodicamente, encontros regionais de prefeitos e membros dos legislativos municipais, nas diferentes zonas fisiográficas do Estado para intercâmbio e discussão de temas de interesse comum.

A Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes (AMVER) se enquadra na categoria de Sócio Efetivo da AMM e corresponde à região do município de Tiradentes.

11.1.2.2 A Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes (AMVER)

A AMVER, fundada em 28 de abril de 1976, é uma pessoa jurídica de direito privado, entidade civil de fins não econômicos, apolítica e apartidária, constituída por prazo indeterminado. Ela tem por objetivo promover a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem. A AMVER tem sede e foro no município de São João del Rey e poderá firmar parcerias com entidades públicas da administração direta ou indireta e com entidades privadas de qualquer natureza¹⁵¹ (AMVER, 2013).

Dentro da estrutura organizacional da AMVER, a associação é formada pela Assembleia Geral, a Diretoria Executiva, a Secretaria Executiva, o Conselho Fiscal, o Controle Interno e quatro departamentos: o Administrativo, o Técnico, o Jurídico, o de Engenharia e o Operacional. A Assembleia Geral, órgão deliberativo e soberano, é constituída pelos municípios associados, devidamente representados pelos respectivos prefeitos municipais. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral

¹⁵¹ Disponível no Estatuto do site da AMVER, no link transparência em : <<http://www.amver.org.br/Imagens/gestor/file/EstatutoAMVER2013.pdf>>. Acesso em: 13/08/2013.

juntamente com a Diretoria Executiva. Os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente prefeitos municipais.

A AMVER é constituída geograficamente pelos municípios de: Andrelândia, Barroso, Carrancas, Conceição de Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Itutinga, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritápolis, Santa Cruz de Minas, São João del Rey, São Tiago, São Vicente de Minas e Tiradentes.

Para ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, prestando-lhes assistência técnica de natureza contábil, jurídica e administrativa, a AMVER deverá notadamente:

- a) assessorar a administração pública municipal na microrregião, com o objetivo de fomentar, promover e proporcionar a viabilidade da modernização das administrações públicas locais, com a capacitação dos servidores públicos municipais, referentes a atuação dos poderes executivo e legislativo em relação à eficiência do controle interno, organização dos serviços e ações junto à comunidade local e regional;
- b) assessorar e sugerir a adoção de normas sobre a legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a sua uniformização nos municípios associados;
- c) assessorar e cooperar com o legislativo municipal, em suas atividades constitucionais;
- d) promover o desenvolvimento socioeconômico da microrregião, por meio de parcerias com entidades públicas e privadas;
- e) assessorar os municípios filiados na elaboração e na execução de planos, programas e projetos, visando a captação de recursos e a celebração de convênios, bem como no alinhamento estratégico com os governos federal e estadual, para permitir mais eficiência na aplicação dos recursos públicos;

- f) prestar assessoria técnica e jurídica permanente aos municípios membros, nas áreas de educação, saúde, assistência social, obras de infraestrutura, saneamento básico, habitação, meio ambiente, cultura, esporte, turismo, lazer, agricultura, indústria, comércio, abastecimento, transportes e comunicações;
- g) organizar e promover reuniões, cursos, palestras, debates, seminários e congressos de capacitação para gestores municipais, agentes políticos e servidores públicos, sobre temas da administração pública;
- h) incentivar e promover o desenvolvimento dos sistemas de informações contábeis, financeiras, administrativas e operacionais dos municípios filiados por meio de programa de informatização padronizado.

A AMVER deverá ainda coordenar medidas para:

- a) estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo com órgãos e entidades públicas e privadas das demais esferas de Governo e o consórcio entre os municípios associados para a realização de ações, iniciativas e serviços de interesse das comunidades da microrregião;
- b) apoiar os Sistemas Federal e Estadual de Planejamento na microrregião;
- c) institucionalizar o planejamento nos níveis municipal e microrregional, como processo contínuo e permanente em vista da promoção do desenvolvimento; e,
- d) elaborar e implantar planos municipais e microrregionais de desenvolvimento integrado.

Para auxiliar as atividades fins dos municípios associados, a AMVER deverá:

- a) assessorar na promoção da conservação e o bom uso dos recursos naturais renováveis;

- b) assessorar o sistema intermunicipal de transporte e comunicações na microrregião, dentro das possibilidades estruturais da associação;
- c) assessorar os municípios na promoção, divulgação e conservação do patrimônio artístico, cultural, histórico e paisagístico da microrregião;
- d) assessorar na promoção do desenvolvimento agropecuário, industrial e do bem estar econômico e social da população rural da microrregião; e
- e) assessorar nas ações de promoção da transparência e controle social.

Para promover o estabelecimento de cooperação intermunicipal e intergovernamental, a AMVER deverá desenvolver as seguintes atividades:

- a) divulgar, na microrregião, as normas e exigências dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira nos municípios;
- b) conjugar recursos técnicos e financeiros da União, estado e municípios associados, mediante acordos, convênios ou contratos, para solução de problemas socioeconômicos comuns;
- c) reivindicar a descentralização dos serviços públicos federais e estaduais, para melhor atendimento;
- d) promover o intercâmbio administrativo e técnico no plano intermunicipal integrado;
- e) assessorar na elaboração de estudos e levantamentos sobre os problemas e potencialidades da microrregião, que indiquem prioridades para atendimento pelos poderes públicos.

Em 2009, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) por meio do Programa de Fortalecimento Técnico-institucional das Associações Microrregionais de Municípios celebrou dois convênios com a Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes (AMVER), alocando recursos para atendimento a demandas.

Segundo a entrevista realizada, em 15 de julho de 2013 com o gerente geral de planejamento e operações da Associação Mineira de Municípios (AMM) são as próprias 42 associações microrregionais de municípios que definem suas demandas ou prioridades microrregionais para serem atendidas pelos recursos financeiros alocados pelo estado de Minas Gerais. A prefeitura de Tiradentes não é ainda filiada à AMM que, no momento, se esforça por essa filiação.

11.1.3 O processo de participação comunitária e controle social

Na Resolução nº 13 de 16 de Junho de 2004 do Conselho das Cidades o artigo 1º define as diretrizes e recomendações aos atores sociais e governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a criação de Conselhos Estaduais e Municipais da Cidade. No art. 1º, incisos I, recomenda-se que todos os atores (governamentais e não governamentais) precisam empenhar-se na construção de uma cultura democrática e participativa, visando alcançar os objetivos mencionados dessa Resolução Nº13. A atribuição principal de um conselho é a de avaliar, propor, debater e aprovar a política de desenvolvimento urbano em conjunto – governo e sociedade civil – em cada esfera da Federação¹⁵².

Segundo o art. 1º, incisos V, VI e VII o Conselho da Cidade local ou equivalente a ser criado nas Unidades da Federação deverá referenciar-se nas diretrizes e princípios aprovados na Conferência Nacional das Cidades. A realização de conferências municipais e estaduais será um referencial importante para a discussão da política a nível local, elegendo assim os membros do novo conselho de forma democrática. A composição do novo conselho poderá, a partir de uma análise dos atores existentes em cada lugar, contemplar a representação de todos os segmentos sociais existentes. Poderá seguir os segmentos designados no ConCidades, eleitos na Conferência Nacional das Cidades.

A fim de manter a articulação dos conselhos municipais com o nacional, os municípios devem estar atentos para a criação de seu conselho nos principais aspectos: primeiro na estrutura da composição, respeitando os segmentos e a

¹⁵²Disponível em:

<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Resolucoes/resolucao-13-2004.pdf>>. Acesso em: 27/08/2012.Trata da Resolução n.13 do Conselho das Cidades.

proporcionalidade definida pelas Conferências Nacionais das Cidades; segundo nos princípios, nas diretrizes e nas atribuições, também definidas pelo Conselho das Cidades em âmbito nacional e pelas Conferências Nacionais; terceiro na garantia da integração entre as políticas setoriais de desenvolvimento urbano, dentre as quais se podem destacar da habitação, do saneamento, do transporte e mobilidade urbana e do planejamento do solo urbano, dentre outras¹⁵³ (BRASIL, 2009).

Com relação à estrutura de composição, a 2ª Conferência Nacional das Cidades deliberou que os conselhos estaduais e municipais das cidades devem garantir a proporcionalidade de 60% dos membros da sociedade civil e 40% do poder público, entretanto, tal deliberação não se trata de uma imposição. Os segmentos devem seguir, se possível, os mesmos componentes do conselho em âmbito nacional que são: poder público, entidades de movimentos populares, empresariais, de trabalhadores, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e organizações não-governamentais. A eleição das entidades integrantes de cada segmento ocorrerá de acordo com aquelas existentes no município.

A elaboração do instrumento legal de criação do Conselho Municipal da Cidade deve pressupor a participação da sociedade, não se restringindo ao mero cumprimento de uma burocracia por parte do governo local. A estrutura e a organização dos conselhos devem expressar o consenso de todos os segmentos da sociedade e também do poder público local. Tão importante quanto a lei e ou decreto de criação dos conselhos é garantir o processo participativo e democrático desde o princípio, o que implica permitir a todos os segmentos que irão compô-lo decidirem sobre sua estrutura, objetivos, composição. Para isto, seria apropriado realizar as audiências públicas, ou outros instrumentos de mobilização social, com os segmentos sociais interessados no assunto para iniciar as discussões.

A avaliação dos planos diretores, no que se refere à gestão democrática, indica que houve uma ampla criação e/ou institucionalização de Conselhos Municipais da Cidade por parte dos municípios brasileiros. De fato, dos mecanismos e instrumentos de participação previstos pelo Estatuto da Cidade, os órgãos colegiados de gestão da política urbana foram os incorporados com maior

¹⁵³ Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/conselhos-municipais/592-conselhos-municipais>>. Acesso em: 27/08/2012 . Trata dos conselhos municipais no site do Conselho das Cidades.

frequência pelos planos diretores. Percebe-se que em todos os estados da Federação e na maior parte dos municípios, criaram-se ou previram-se a criação de órgãos colegiados do tipo Conselho da Cidade, Conselho de Política Urbana ou similar. Em vários casos os municípios, além dos Conselhos das Cidades, previram ou mantiveram a existência de conselhos setoriais vinculados à política urbana (de habitação, saneamento e mobilidade etc.). É importante que esses conselhos trabalhem de forma articulada para se evitar o risco de fragmentação da participação em torno da política de desenvolvimento urbano¹⁵⁴ (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011b, p. 46-47).

A maioria dos Conselhos das Cidades que foram criados necessita ser regulamentada, sendo inclusive não definida a sua composição. Apesar dessa limitação, é notável a importância da instituição do Conselho da Cidade, como espaço público fundamental, para assegurar a participação dos diversos segmentos da sociedade na elaboração e implementação das políticas urbanas municipais.

Quanto à questão orçamentária, percebe-se que a maioria dos planos diretores não instituiu mecanismos e instrumentos de democratização do orçamento municipal, contrariando a diretriz do Estatuto da Cidade que estabelece a obrigatoriedade da realização de debates, audiências e consultas públicas como condição para aprovação do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. Nos casos dos planos que avançaram nesse tema, vale destacar a instituição de audiências públicas, a consulta prévia ao Conselho da Cidade e o Orçamento Participativo (OP).

Com efeito, há a necessidade de se aprofundar a discussão nos municípios acerca da gestão democrática das cidades, de forma a dar efetividade e resultados aos canais de participação instituídos. É necessário incorporar a população, em especial os segmentos populares historicamente excluídos dos processos

¹⁵⁴ Veja a publicação em livro eletrônico intitulado: os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Essa publicação é fruto de um projeto de avaliação qualitativa de Planos Diretores em todo Brasil com a participação do Ministério das Cidades, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). Acesse o site: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/plano_diretor.pdf>. Acesso em: 07/08/2012.

decisórios, na discussão dos programas e projetos urbanos e no processo de gestão das cidades.

O plano diretor, para que seja de fato uma ferramenta útil, deve dialogar com a cidade real, com os problemas urbanos e com a efetiva capacidade de gestão do município. De nada adianta uma ferramenta sofisticada se a prefeitura não souber operá-la. Ele tem que ser legítimo, durável, ou seja, um plano da cidade e da sociedade. Assim, é fundamental que haja o controle social e os processos participativos associados ao plano diretor, tanto no seu processo de elaboração quanto na sua implementação.

11.2 A prática da gestão urbana e do planejamento municipal de Tiradentes

Essa seção tem por objetivo mostrar os principais instrumentos, atividades e ações da prefeitura municipal de Tiradentes que possam servir de subsídios de informações para o processo de elaboração, implementação e monitoramento do plano diretor, a partir de uma análise da sua Lei Orgânica.

11.2.1 A Lei Orgânica do município de Tiradentes

Segundo o artigo 9º da Lei Orgânica compete ao município de Tiradentes prover tudo quanto respeite ao seu interesse local, tendo como objetivos o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantia do bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe uma pluralidade de atribuições. No seu inciso XIII define que ele deverá associar-se para a realização de obras e serviços de interesse comum, mediante convênio ou consórcio, com a União, o estado, municípios e entidades particulares ou ainda, participar, autorizado por lei, da criação de entidades intermunicipais para a sua realização. Pelo inciso XX, deverá ainda promover e incentivar o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

O artigo 95 elucida que as leis de iniciativa do poder executivo estabelecerão o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual. Fica, pois, garantida a participação popular a partir de reuniões com elementos da comunidade, representantes das associações do município, nas etapas de elaboração,

definição, acompanhamento e avaliação desse Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, compatível com o Plano Plurianual, compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluirá despesas correntes e de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária (art.97).

A Lei Orçamentária assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-arquitetônico do município (art.101).

No capítulo I (Da Ordem Social) do Título IV da Lei Orgânica do município de Tiradentes existe uma pluralidade de dispositivos concernentes à saúde, ao saneamento básico, à assistência social, à educação, à cultura, ao meio ambiente, ao desporto e lazer e ao tema da família, criança, adolescente, idoso e portador de deficiência.

A política urbana é tratada no capítulo da Ordem Econômica do Título IV da Lei Orgânica de Tiradentes. Pelo artigo 135, a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretriz geral fixada em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

De acordo com o artigo 136, o pleno desenvolvimento das funções sociais das áreas urbanas municipais e a garantia do bem-estar de sua população, objetivos da política urbana executada pelo poder público, serão assegurados mediante:

- I - a formulação e execução do planejamento urbano;
- II - o cumprimento da função social da propriedade;
- III - a distribuição espacial adequada da população, das atividades socioeconômicas, da infraestrutura básica e dos equipamentos urbanos e comunitários;
- IV - a integração e complementaridade das atividades urbanas e rurais, no âmbito da área polarizada pelo município;

V - a participação comunitária no planejamento e controle da execução de programas que lhes forem pertinentes.

O artigo 137 define que são instrumentos do planejamento urbano, entre outros:

- I - Plano diretor;
- II - Legislação de parcelamento, ocupação e uso do solo, de edificações e de posturas;
- III - Legislação financeira e tributária especialmente o imposto predial e territorial progressivo e a contribuição de melhoria;
- IV - transferência de direito de construir;
- V - parcelamento ou edificação compulsório;
- VI - concessão de direito real de uso;
- VII - servidão administrativa;
- VIII - tombamento;
- IX - desapropriação por interesse social, necessidade ou utilidade pública;
- X - fundos destinados ao desenvolvimento urbano.

Na promoção do desenvolvimento urbano, pelo artigo 138, observar-se-á:

- I - ordenação do crescimento das áreas urbanas;
- II - indução à ocupação do solo urbano edificável ocioso ou subutilizado;
- III - adensamento condicionado à adequada disponibilidade de equipamentos urbanos e comunitários;
- IV - proteção, preservação e recuperação do meio-ambiente, do patrimônio histórico, cultural, artístico e arqueológico;
- V - garantia do acesso adequado ao portador de deficiência física, aos bens e serviços coletivos, logradouros e edifícios públicos, bem como edificações destinadas ao uso industrial, comercial e de serviços, e residencial multifamiliar.

Segundo o artigo 139, o plano diretor, aprovado pela maioria dos membros da Câmara, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de

expansão urbana, que contempla as diretrizes de uso e ocupação do solo, de preservação do patrimônio histórico, arquitetônico, ambiental e cultural. No § 1º destaca-se que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Os objetivos específicos do plano diretor, elucidados pelo artigo 140, são os seguintes:

- I - estabelecer parâmetro de equilíbrio ambiental e mecanismos de controle para seu cumprimento;
- II - fixar padrões de urbanização, adaptados aos aspectos físicos do território e sociais da população;
- III - instituir referenciais de desempenho dos serviços urbanos, assegurando programas de estímulo ao desenvolvimento;
- IV - identificar vocações e potencialidades econômicas, estimulando a criação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- V - definir fatores sociais de promoção e participação da cultura;
- VI - prover o poder executivo de padrões apropriados de gestão urbana, de acordo com os princípios da função social da cidade;
- VII - fixar os parâmetros de avaliação permanente da evolução urbana.

Conforme o artigo 141, o plano diretor definirá áreas especiais, tais como:

- I - áreas de urbanização preferencial;
- II - áreas de reurbanização;
- III - áreas de urbanização restritas;
- IV - áreas de regularização;
- V - áreas destinadas à implantação de programas habitacionais;
- VI - área de transferência do direito de construir.

Os parágrafos 1º a 5º do art.141 definem cada uma dessas áreas e seus tipos de ocupações.

A operacionalização do plano diretor dá-se mediante a implantação de sistema de planejamento e informações objetivando a monitoração, a avaliação e o controle das ações e diretrizes setoriais (art.144).

Outros dispositivos são mencionados no capítulo da Ordem Econômica do Título IV da Lei Orgânica de Tiradentes relativos ao transporte público e sistema viário, à habitação, ao abastecimento alimentar, à política rural, ao desenvolvimento econômico e ao tema turismo.

11.3 Recomendações

As propostas ou recomendações do presente diagnóstico da análise institucional foram agrupadas em temas relativos aos programas, ações e atividades nos níveis federal e estadual; aos aspectos da gestão urbana e do planejamento municipal e ao processo de participação comunitária e controle social.

11.3.1 Recomendações relativas aos programas, ações e atividades nos níveis federal e estadual

São as seguintes as recomendações referentes a este item:

- A prefeitura de Tiradentes deveria se beneficiar das ações do Programa de Fortalecimento da Gestão Urbana da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU). Esse programa visa fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios com o foco no planejamento e na gestão urbana participativa.
- Implantar e consolidar o Sistema de Acompanhamento e Controle Social em Tiradentes em cumprimento às determinações da Resolução nº 34 e do Estatuto da Cidade. Esse sistema prevê instâncias de planejamento e gestão democrática para implementar e rever o plano diretor, apoiando e estimulando o processo de gestão democrática e participativa.
- Alinhar as demandas municipais às ações do estado por meio de apoio e de orientação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento

Regional e Política Urbana (SEDRU) e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (CONEDRU). Participar dos programas, ações e atividades desses órgãos relativos ao planejamento e gestão urbana, ao associativismo municipal, aos consórcios públicos e à estruturação e fortalecimento do Conselho Municipal.

- Articular, por meio do plano diretor, as intervenções de caráter regional com as intervenções de caráter local.
- Buscar as vantagens de participação da prefeitura no Programa Associativismo Municipal da SEDRU que enfatiza notadamente a estruturação dos consórcios públicos intermunicipais e parcerias, bem como a capacitação técnica e administrativa das prefeituras municipais.
- Estabelecer maior articulação e parceria com a Câmara Regional do CONEDRU que atua na Região Administrativa do estado e na Microrregião dos Campos das Vertentes onde se insere o município de Tiradentes. Essa câmara é responsável pelo monitoramento, implementação dos planos diretores e acompanhamento da gestão associada dos serviços públicos de interesse comum. O CONEDRU busca também incentivar os mecanismos de participação e controle social por meio dessa Câmara Regional e do Conselho da Cidade.
- Buscar as vantagens do associativismo municipal como estratégia adequada para a promoção do fortalecimento da capacidade de gestão do governo local e para a sustentação do processo planejado de descentralização.
- Desenvolver um trabalho de articulação entre a prefeitura de Tiradentes e a Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes (AMVER) envolvendo os deputados, vereadores, lideranças comunitárias e empresários na defesa dos interesses locais.
- Estabelecer o canal de articulação com a AMVER, já que essa entidade se enquadra na categoria de sócio efetivo da AMM. Apropriar o máximo possível das ações e atividades da AMVER

sobretudo no que se refere à modernização da administração municipal; à capacitação dos servidores públicos municipais; ao assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos; à assessoria técnica e jurídica permanente nas áreas das políticas públicas; enfim ao assessoramento de promoção da transparência e controle social.

- Tirar proveito das vantagens oferecidas pela Associação Mineira dos Municípios (AMM).

11.3.2 Recomendações concernentes à prática da gestão urbana e do planejamento municipal

As recomendações deste item referem-se basicamente a recomendações para a estrutura organizacional da prefeitura:

- Ajustar a estrutura organizacional da prefeitura com as ações e atividades decorrentes do processo de elaboração, implementação e monitoramento do plano diretor. Seria importante que a partir da elaboração, se desenvolvesse o processo de modernização administrativa da prefeitura para permitir sua internalização do conteúdo técnico-jurídico e da efetividade desse plano, bem como a melhoria do seu desempenho institucional. Sabe-se que a maioria dos municípios não apresenta uma estrutura administrativa adequada para o exercício do planejamento urbano em matéria de recursos técnicos, humanos, materiais e tecnológicos.
- Criar na prefeitura uma equipe técnica multidisciplinar de planejamento municipal para acompanhar e opinar sobre o processo de implementação e monitoramento do plano diretor. Essa equipe teria uma função fundamental no processo permanente de modernização administrativa, estabelecendo um diálogo técnico-político e uma interlocução com os órgãos públicos, o empresariado, os atores sociais e o Conselho da Cidade.

- Seria interessante avaliar a criação na estrutura organizacional da prefeitura de um setor como uma Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Territorial que teria a função e atribuição de articular as políticas públicas e urbanas com os demais setores, contribuindo para a concepção e implementação dessas políticas de forma mais eficaz, eficiente e efetiva. Essa secretaria contaria com o apoio e a orientação da equipe técnica multidisciplinar de planejamento e do Conselho da Cidade, em busca do planejamento e da gestão urbana participativos.
- Informatizar as atividades meio e as atividades finalísticas da prefeitura para permitir seu melhor desempenho institucional. Utilizar também os recursos do geoprocessamento no procedimento da informatização.

11.3.3 Recomendações relativas ao processo de participação comunitária e controle social

São as seguintes as recomendações referentes a este item:

- Incorporar a população nos processos decisórios dos programas e projetos urbanos e no processo de gestão democrática da cidade de Tiradentes. A população deverá empenhar-se na construção de uma cultura democrática e participativa.
- Instituir mecanismos e instrumentos de democratização do orçamento municipal, observando a diretriz do Estatuto da Cidade que estabelece a obrigatoriedade da realização de debates, audiências e consultas públicas como condição para aprovação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.
- Rever e ajustar a estrutura e organização do Conselho da Cidade de Tiradentes às recomendações da Resolução nº 13 do Conselho das Cidades e das Conferências Nacionais das Cidades e fortalecer o

seu papel. A articulação do Conselho da Cidade com os Conselhos Municipais é de fundamental importância para evitar a fragmentação das políticas.

- Identificar e qualificar os estoques do capital social da cidade, buscando aumentar a representatividade dos atores sociais/segmentos sociais da cidade na estrutura de composição do Conselho da Cidade.
- Fortalecer o controle social e o planejamento participativo envolvendo todos os atores sociais, em busca de um pacto social pelo desenvolvimento urbano.

11.4 Diagnóstico institucional da estrutura do município de Tiradentes

O presente diagnóstico tem como objetivo conhecer a estrutura administrativa organizacional do município de Tiradentes em um primeiro momento. O segundo estágio seria avaliar em que nível de funcionamento se encontra esta estrutura. A partir desta avaliação, apresentar proposta de revisão de forma a atender a gestão do Plano Diretor em elaboração.

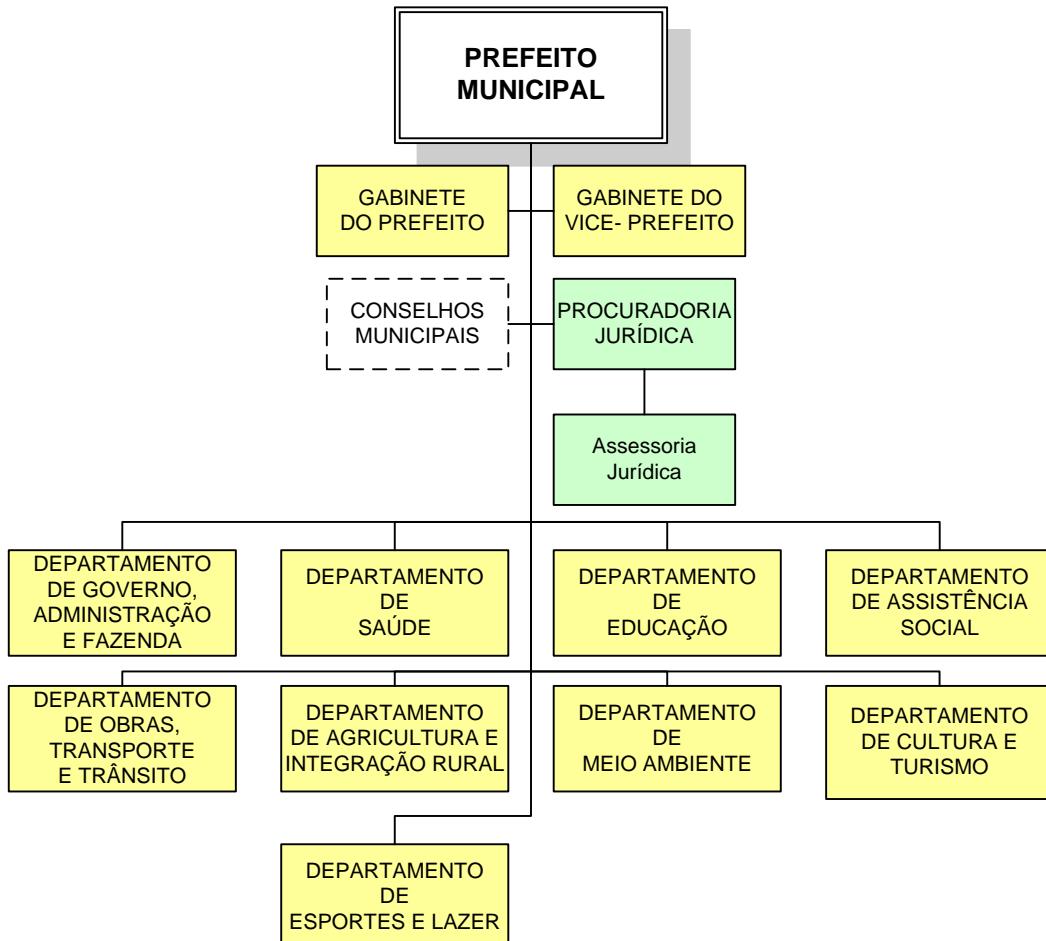
11.4.1 Questões relevantes apontadas na estrutura vigente

A estrutura organizacional da prefeitura municipal de Tiradentes foi estabelecida por meio da Lei Municipal nº 2.771, de 24 de janeiro de 2013, e abrange os seguintes órgãos, hierarquicamente subordinados ao prefeito municipal:

- a) Órgãos colegiados de aconselhamento;
- b) Órgãos de assistência imediata e assessoramento; e
- c) Órgãos de administração geral.

Esta estrutura foi analisada considerando os órgãos existentes, as atividades por eles desenvolvidas e se os mesmos atendem às necessárias exigidas para a implantação e manutenção do Plano Diretor proposto para o município.

Figura 11.1 Estrutura organizacional da prefeitura de Tiradentes/MG – 2013



Fonte: Prefeitura Municipal de Tiradentes

A figura 11.1 apresenta a estrutura organizacional vigente da prefeitura de Tiradentes. Pode-se observar que é uma estrutura simples, composta por basicamente três níveis hierárquicos. A estrutura operacional do gabinete do prefeito conta com a procuradoria jurídica e a participação dos conselhos municipais. Com relação às atividades finalísticas, estas são estruturadas em nove departamentos, a saber:

- Governança, administração e fazenda;
- Saúde;
- Educação;
- Assistência social;

- Obras, transporte e transito;
- Agricultura e integração rural,
- Meio ambiente,
- Cultura e turismo;
- Esportes e lazer

11.4.2 Comentários relativo à estrutura organizacional

A estrutura física da prefeitura de Tiradentes oferece todas as condições de conforto e segurança para o atendimento ao cidadão. Entretanto, seu conjunto pode abrigar apenas o executivo, as assessorias e as atividades meio. As atividades que demandam maior fluxo de pessoas no atendimento ao cidadão, como saúde e educação, se encontram em edificações separadas, o que é perfeitamente admissível, entretanto, com o controle dos recursos humanos centralizado no setor de administração.

Quanto à estrutura organizacional, embora recente, poderia sofrer algumas alterações buscando maior independência, agilidade e controle nas decisões dos órgãos.

Seria interessante que a divisão em departamentos na estrutura atual seja transformada em secretarias, dada a importância turística e a visibilidade do município para o Brasil e o exterior, o que daria às secretarias um *status* necessário aos órgãos para negociações com entes nacionais e internacionais para a captação de recursos para investimentos em infraestrutura e para o atendimento às demandas de município.

Alguns departamentos estão agrupados independentemente das suas atribuições, o que se reflete no acúmulo de funções em diferentes níveis, tendo como consequência pequena autonomia de decisões a elas definidas dentro da estrutura.

O Plano Diretor exige uma área bem dimensionada para abrigar a execução de atividades de planejamento, do controle do espaço urbano e o acompanhamento de projetos, com recursos humanos compatíveis com suas necessidades, como analisado nas seções que tratam do ambiente institucional da

política urbana. Da mesma maneira, é importante adequar o espaço físico que abrigará essa atividade.

Quanto às atividades de arrecadação tributária municipal, estas deveriam estar dimensionadas, tanto física quanto em recursos humanos treinados para exercer as atividades pertinentes à área. Os recursos tecnológicos devem estar atualizados para responder pelas questões de cadastro imobiliário e fornecer subsídios para a área de arrecadação, além de propiciar maior eficiência na fiscalização, tanto dos tributos relativos à Imposto Territorial Urbano (IPTU), quanto do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O Código Tributário Nacional, em seu art. 145, estabelece a competência dos municípios em instituir tributos, ou seja, impostos, taxas e contribuição de melhoria, cujo valor arrecadado irá compor o orçamento municipal destinado a cobrir as despesas realizadas.

Por outro lado, a Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2.000 em seu art. 11 determina a obrigatoriedade do município em instituir, prever e efetivamente arrecadar todos os tributos de sua competência, sob pena de lhe ser vedado o recebimento de transferências voluntárias, por ser considerado “renúncia de receita” do município para cobrança de tributos de sua competência.

Verifica-se em Tiradentes a necessidade de se adequar o planejamento fiscal e tributário, a fim de atualizar a arrecadação de tributos próprios e evitar inúmeros problemas de gestão, fazendo com que o município fique refém das transferências governamentais compulsórias (IPI, IR, ICMS, IPVA e outros). Nesse sentido, é fundamental a revisão e atualização do cadastro técnico municipal e de sua planta genérica de valores.

O departamento de governança, administração e fazenda deveria responder apenas pelas suas atribuições, devendo o setor de administração estar focado apenas na sua responsabilidade com a normatização, na utilização dos recursos humanos e operacionais de todos os outros órgãos.

De modo geral, é importante uma redefinição de funções e uma maior estruturação de todos os departamentos, de maneira a dota-los dos recursos necessários ao seu funcionamento e efetividade no cumprimento de suas atribuições,

sejam eles humanos, materiais, financeiros, de capacitação e tecnológicos. E, ainda, dar mais clareza às atribuições de cada um, para que atuem de forma complementar.

A estrutura pode ser enxuta para determinados órgãos, cujas atividades não extrapolam os limites do município, mas deverá ser mais bem estruturada para o atendimento ao público flutuante presente com muita frequência, nos eventos turísticos, tornando esta população bem acima da população residente no município.

Em síntese, sugere-se uma reestruturação administrativa para a prefeitura municipal, considerando os modelos atuais de gestão pública, de forma a aproximar essa estrutura e o seu funcionamento da realidade do município, assim como com a implementação e gestão do Plano Diretor em desenvolvimento, em suas diversas diretrizes para as políticas públicas locais.

11.4.3 Recomendações relativas a recursos humanos e materiais

Avaliando o quadro de servidores do município e diante das informações obtidas em relação ao quadro efetivo e contratos temporários, foram traçadas algumas considerações.

O quadro 11.1 descreve o quantitativo de servidores distribuídos nos diversos departamentos na atual estrutura, com um total de 417 servidores.

Quadro 11.1 Quantitativo de servidores por local de trabalho na Prefeitura de Tiradentes/MG - 2013

Local	Número de servidores
Gabinete do Prefeito	5
Departamento. Municipal de Fazenda e Administração	26
Departamento. Municipal de Obras e Transporte	70
Departamento. Municipal de Turismo	5
Departamento. Municipal de Educação	81
FUNDEB - professores do magistério	80
Departamento. Municipal de Assistência Social	15
Conselho Tutelar	6
Fundo Municipal de Saúde	107
Departamento. Municipal de Cultura	5
Departamento. Municipal de Meio Ambiente	3
Departamento. Municipal de Esporte e Lazer	6
Departamento. Municipal de Agricultura	8
Total de Servidores Municipais	417

Fonte: Palestra “Planejamento e Administração Participativa” proferida pelo Sr. prefeito, por ocasião da prestação de contas do exercício 2013

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)/Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP)

A elaboração de um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR disponibiliza ao gestor público os instrumentos necessários para definir as políticas, diretrizes e modelos de gestão de seus recursos humanos, que sejam condizentes com o momento, a cultura e as perspectivas da organização e de seus servidores.

Observa-se em Tiradentes a necessidade de elaboração de um novo PCCR, como forma de suprir as necessidades da administração municipal com recursos humanos concursados, em substituição aos cargos ocupados por contratos temporários, atendendo à Constituição Federal de 1988. Por outro lado, este novo plano procurará atender à expectativa do servidor público de “enxergar possibilidades e perspectivas de evolução profissional dentro de sua carreira” e ainda, ter a garantia de uma aposentadoria segura e digna.

A aplicação de avaliação de desempenho dos servidores efetivos deve estar contemplado no plano de cargos e carreiras do município e tem por objetivo mensurar o grau de comprometimento do servidor na condução das atividades

definidas dentro do cargo que ocupa, assim como constitui um importante instrumento institucional e qualitativo de gestão das pessoas e com as pessoas.

Observa-se também a necessidade de uma melhor estruturação da área de recursos materiais do município, necessitando ainda de redimensionamento de quadros, planejamento e controle desses recursos, contribuindo para maior celeridade nas atividades de compras, patrimônio, almoxarifado e licitações.

REFERÊNCIAS

Registram-se aqui as referencias utilizadas no desenvolvimento dos trabalhos, as quais se complementam com aquelas existentes no bojo dos textos de cada capítulo.

Perfil demográfico de Tiradentes

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F.. **A Demografia Brasileira e o Declínio da Fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 22, n.2, p. 351-369, jul./dez. 2005.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (2008). **Situação Mundial da Infância 2008. Caderno Brasil.** Fundo das Nações Unidas para a Infância.

KIELING, R. I. (2009). **Janela de oportunidade demográfica: um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia. UFRGS, 102f.

MASON, A. (2005). **Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries.** Disponível em:
http://www.un.org/esa/population/meetings/Proceedings_EGM_Mex_2005/mason.pdf.
Acesso em 31/03/2014.

RIOS-NETO, E. L. G. (2005). **Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.22, n.2, p.371-408, jul/dez.

Evolução histórica do município

A festa de Tiradentes. Diário do Comércio, 4 de junho de 1939, nº 373.

BOTELHO, Tarcísio R. **Revitalização de Centros Urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís.** apud Neves, Rodrigo. **História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012).** São João del Rey: Universidade Federal de São João del Rey, 2013. Dissertação de Mestrado em História.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil.** Revista do Patrimônio, n.34, 2012, p. 147-166.

FONSECA, Márcia Cecília Londres. **O patrimônio em processo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC, SPHAN, 1997.

FUNDACÃO JOÃO PINHEIRO. **Microrregião do Campo das Vertentes. Acervo histórico e artístico. Turismo e Artesanato. II. Tiradentes.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, s/d.

FUNDACÃO JOÃO PINHEIRO. **Círculo do Ouro. Campo das Vertentes. Plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

NEVES, Rodrigo. **História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012).** São João del Rey: Universidade Federal de São João del Rey, 2013. Dissertação de Mestrado em História.

NUCCI, Celso, SÁVIO, Eugênio, SCALZO, Marília. **Uma história de amor à música. São João del Rey, Prados, Tiradentes.** São Paulo: Bei Editora, 2012.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Turismo cultural em Tiradentes – estudo de metodologia aplicada.** São Paulo: Manole, 2000.

INSTITUTO DE ESTUDOS PRÓ-CIDADANIA/PRÓ-CITTÀ. **Museu da Liturgia – pesquisa histórica. Relatório técnico final.** Belo Horizonte: 2011.

Dimensão físico-territorial

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Brasília, 2012.

Brasil. **Implementação de ações em áreas urbanas centrais e cidades históricas: manual de orientação.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Ministério das Cidades. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei N. 10.257, de 10 de Julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 10 de Julho de 2001. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm.

BRASIL. **Plano Diretor Participativo – Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos.** Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

CERQUEIRA, Letícia M. **Patrimônio cultural, políticas urbanas e de preservação: os casos de Diamantina e Tiradentes.** Belo Horizonte: UFMG, 2006 (Dissertação de mestrado).

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FERNANDES, Edesio e COPELLO, Maria Mercedes Maldonado. **El derecho y la política de suelo en América Latina: Nuevos paradigmas y posibilidades de acción**. Lincoln Institute of Land Policy, 2009. Disponível em http://www.lincolninst.edu/pubs/1679_El-derecho-y-la-pol%C3%ADtica-de-suelo-en-Am%C3%A9rica-Latina--Nuevos-paradigmas-y-posibilidades-de-acci%C3%B3n. Acesso em abril de 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camillo Penna. **Plano Diretor participativo: Conceituação e referências para elaboração**. Belo Horizonte, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Círculo do Ouro – Campo das Vertentes: Plano de Organização Espacial e Preservação do Centro Histórico de Tiradentes**. Belo Horizonte, 1980.

IPHAN. **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Cadernos Técnicos 9. Brasília, 2014.

IPHAN. **Fundamentos e Proposta de Critérios e Normas de Intervenção**. Tiradentes, 1997.

IPHAN. **Proposta de Critérios e Normas de Proteção para o Sítio Histórico de Tiradentes**. Tiradentes, 1997.

SÉTIMO FÓRUM URBANO MUNDIAL. **Declaração de Medellin**. Disponível em <http://unhabitat.org/7th-world-urban-forum-medellin-declaration/>. Acesso em abril de 2014.

TECTRAN – Técnicos em Transportes. **Plano de Mobilidade Urbana de Tiradentes**. Belo Horizonte, 2012.

TIRADENTES. **Lei municipal nº 1.955, de 20 de janeiro de 2004**. Regulamenta o uso e ocupação do solo. Tiradentes, 1995.

TIRADENTES. **Lei municipal nº 1.956, de 20 de janeiro de 2004**. Regulamenta o código de obras. Tiradentes, 1995.

TIRADENTES. Poder Legislativo Municipal. **Lei Orgânica do Município de Tiradentes**. 4.ed.atual. Tiradentes, março 1990. Promulgada pela Mesa Diretora em 17 de março de 1990. Realizada pela legislatura 2005/2008.

VALLE, Maria Izabel Marques. **A participação social na elaboração de planos diretores em municípios de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho/FJP. Belo Horizonte, 2007.

VALLE, Maria Izabel Marques e CAMBRAIA, Maria Aparecida Seabra de Carvalho. **A política urbana como política pública e a exigência constitucional da participação popular – o processo de elaboração dos planos diretores**

participativos. Artigo apresentado no XVI Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI). Disponível em www.conpedi.org.br. Belo Horizonte, 2007.

Meio ambiente

IGAM. Qualidade das águas superficiais de Minas Gerais em 2013 – Resumo Executivo. Belo Horizonte, 2014.;

CRUZ, Luiz. Artigo disponível em www.gazetadesaojoaodelrei.com.br/cidade.htm. Acesso em março 2014.

EMBRAPA SOLOS. Levantamento de Reconhecimento de Média Intensidade dos Solos da Zona Campos das Vertentes/MG. Rio de Janeiro, 2006.

NAIME *et al.* **Aptidão Agrícola das terras da Zona Campos das Vertentes.** 2006.

www.semad.mg.gov.br Acesso em março 2014.

www.ief.mg.gov.br Acesso em março 2014.

www.igam.mg.gov.br Acesso em março 2014.

www.feam.mg.gov.br Acesso em março 2014.

Desenvolvimento econômico

AFONSO, J.R.; CASTRO, K. P. IPTU: **O tributo esquecido.** In Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil. Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. V9, 2013. Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2013. Disponível em:
<http://multimidia.fnp.org.br/index.php/documentos?download=151:anuario-multi-cidades-financas-dos-municipios-do-brasil-ano-9-2013> Acesso em: 08 abr. 2014.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil (Finbra).** Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/sobre>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. **Finanças dos municípios mineiros: diversidade e indicadores.** Belo Horizonte, 1998. 120 p. Disponível em:
www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=53290. Acesso em: 20 mar. 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) 2013. Belo Horizonte: FJP/CEPP/CPA, 2013. Disponível em:
<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/indicadores-sociais/-imrs-indice-mineiro-de-responsabilidade-social> Acesso em: 12 ago. 2013.

IBGE. Censo Agropecuário de 2006 – Agricultura Familiar. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm>. Acesso em: 28 jan. 2014.

IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default.shtm>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

IBGE. Produção da Pecuária Municipal (PPM). Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2012/default.shtm>>. Acesso em: 07 dez. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas do desenvolvimento econômico no Brasil, 2013. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: www.pnud.org.br/2013/download Acesso em: 29 jun. 2013.

REZENDE, J. B. Administração pública em municípios de pequeno porte do sul de Minas Gerais: velhas questões, modernas leis e práticas patrimonialistas. (Tese de Doutorado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Departamento de Economia e Administração. Lavras, MG. 2011. Disponível em: <http://bdtd.ufla.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3571>. Acesso em: 10 out. 2011.

SANTOS, D. S.; WANDERLEY, C. B. Impactos quantitativos do turismo nas finanças municipais. In: Seminário de Economia de Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://www.sebh.ecn.br/seminario_6/sebh_artigo_Burian.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

TIRADENTES. Portal da Transparência. Disponível em:
<<http://pt.tiradentes.mg.gov.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo; Observatório do Turismo de Minas Gerais. Síntese dos destinos indutores: Tiradentes. Disponível em:
<https://www.dropbox.com/s/5svm47tdkncyu8o/S%C3%ADntese%20dos%20Destinos%20Indutores.zip>. Acesso em: 30 jan. 2014.

Turismo

BRASIL. Ministério do Turismo. Institucional. Brasília (DF), 2013. Disponível em:
<<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Institucional**. Brasília (DF), 2014. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual de orientações para cadastramento dos prestadores de serviços turísticos no Ministério do Turismo**. Brasília (DF), 2011. Disponível em: http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/_jsp/jsp/manuais/manual-usuario-cadastur.pdf Acesso: 07 mar. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Apoio a Administração Pública**. Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/programas/programas-especiais/1149> Acesso em: 23 out. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Conselho Estadual de Turismo**. Belo Horizonte, 2013b. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/institucional/composicao-dos-conselhos-estaduais>>. Acesso em: 22 out. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Destino Minas**. Belo Horizonte, 2013c. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/estruturadores/1144>>. Acesso em: 23 out. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Diretrizes da Política Pública de Turismo do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/institucional/politica-institucional-de-turismo>>. Acesso em: 25 out. 2013

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Estruturação Desenvolvimento e Promoção do Turismo Mineiro**. Belo Horizonte, 2013d. Disponível em <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/associados/1141>>. Acesso em: 23 out. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Estruturação dos Atrativos e Destinos Turísticos**. Belo Horizonte, 2014a. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/estruturadores/3306-estruturadores/1120-estruturação-dos-atrativos-e-destinos-turísticos>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **ICMS Turístico**. Belo Horizonte, 2013e. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/icms-turistico>>. Acesso em: 24 out. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Institucional**. Belo Horizonte, 2013f. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/institucional/politica-institucional-de-turismo>>. Acesso: 22 out. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Linhas de Financiamento**. Belo Horizonte, 2014b. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/linhas-de-financiamento/linhas-de-financiamento>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Linhas de financiamento.** Belo Horizonte, 2014c. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/linhas-de-financiamento-outubro-2011.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Minas Criativa.** Belo Horizonte, 2014d. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/estruturadores/3306-estruturadores/1121-minas-criativa>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **O que é um Circuito Turístico?** Belo Horizonte, 2013g. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>>. Acesso em: 23 out. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Qual é a Política Pública de Turismo do Estado de MG?** Belo Horizonte, 2014e. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/duvidas-frequentes/214-qual-e-a-politica-publica-de-turismo-do-estado-de-mg>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Resolução SETUR nº 09, de 25 de agosto de 2010.** Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://circuitoquimaraesrosa.com.br/noticias/Resolucao.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Síntese dos Destinos Indutores – Tiradentes.** Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/observatoriourismomg/?page_id=423>. Acesso em: 07 mar. 2014.

Cultura, esporte e lazer

BOAVENTURA, Maria José. **O gosto da memória – receitas através de gerações.** Tiradentes: IHGT, 2013.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Brasília, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) 2013.** Belo Horizonte: FJP/CEPP/CPA, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Lei Robin Hood.** Belo Horizonte: FJP/CEPP/CPA , 2014.

GUIMARÃES, Aline Fernandes. **Construção e reconstrução de práticas culturais em Tiradentes MG: as relações entre turistas e nativos em uma cidade histórica mineira.** (Dissertação de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local). Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2010.

IHGT. **Lendas de Tiradentes – histórias da gente e da cidade contadas através de gerações.** Tiradentes: 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS PRÓ-CIDADANIA/PRÓ-CITTÀ. **Museu da liturgia – pesquisa histórica. Relatório técnico final.** Belo Horizonte: 2011.

NUCCI, Celso, SÁVIO, Eugênio, SCALZO, Marília. **Uma história de amor à música: São João del Rey, Prados, Tiradentes.** São Paulo: Bei Editora, 2012.

O Artesanato em Tiradentes e em João Pessoa: diferenças estruturais ou estruturantes? Estudo contratado pela prefeitura de Tiradentes, 2011.

RAUSELL et all. **La cultura com factor de innovación económica y social.** Universitat de València, Institut Interuniversitario de Desarollo Local, 2012.

Revista CPC, São Paulo, n.11, p. 01-102, nov. 2010/abr. 2011.

RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. **Festas Juninas, Festas de São João - Origens, Tradições e História.** São Paulo: Publishing Solutions, 2008.

SILVA, Thales Ferreira. **Patrimônio, turismo e gentrificação: o enobrecimento excludente de Tiradentes.** (Monografia de Graduação em Turismo). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Belo Horizonte, 2010.

TIRADENTES. Poder legislativo Municipal. **Lei Orgânica do Município de Tiradentes.** 4.ed.atual. Tiradentes, março 1990. Promulgada pela Mesa Diretora em 17 de março de 1990. Realizada pela legislatura 2005/2008.

<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc> Acesso em 02/04/2014.

<http://www.cultura.mg.gov.br/territoriодacultura/index.php/sobre-o-programa> Acesso em 02/03/2014.

<http://ihgt.blogspot.com.br/2009/02/restauracao-do-orgao-da-matriz-de.html> Acesso em 23/04/2014.

<http://www.gazetadesaojoaodelrei.com.br/site/2013/10/coral-de-tiradentes-se-apresenta-no-yves-alves> Acesso em 23/04/2014.

<http://www.gazetadesaojoaodelrei.com.br/site/2013/10/coral-de-tiradentes-se-apresenta-no-yves-alves/> Acesso em 23/04/2014.

<http://www.esportes.mg.gov.br/> Acesso em março 2014.

<http://www.esporte.gov.br/> Acesso em abril 2014.

[Observatório da Cultura - Walquíria Domingues em 25/10/ 2011](http://www.esporte.gov.br/) Acesso em 24/03/2014.

Desenvolvimento social

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Federalismo e Políticas Sociais.** In AFFONSO, Rui B.A. e SILVA, Pedro L. B. (orgs) **Federalismo no Brasil. Descentralização e Políticas Sociais.** São Paulo: Fundap, 1996.

ALWANG, Jeffrey; SIEGEL, Paul B.; JØRGENSEN, Steen. **Vulnerability: a view from different disciplines.** Social Protection. Discussion Paper Series n. 0115, Washington. World Bank: jun. 2001.

ARRETCHÉ, Marta T. S. **Mitos da Descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 31(4) julho 1996, p. 44-66.

ARRETCHÉ, Marta T. S. **Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 40, vol 14, janeiro-março, 1999: 111-142.

ARRETCHÉ, Marta T.S. **Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia.** São Paulo em perspectiva, v.18, n.2, 2004, p. 16-7

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política de Educação Infantil no Brasil: Relatório de avaliação.** Brasília: MEC, SEB; Unesco, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação /INEP. **Censo Escolar 2011 e 2012:** Brasília: INEP, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e da Gestão.** v1 e v2. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2488 de 21 de Outubro de 2011.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html
Acesso em: 15 de abril. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo Suas 2009 Cras.** Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil: balanço e desafios.** Brasília: MDS, SAGI. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Loas. Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei nº 12.435/2011. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2004.

BRONZO, Carla. **Programas de Proteção Social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção.** (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2005.

BRONZO, Carla. **Território como categoria de análise e como unidade de intervenção nas políticas públicas.** In: FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre. (Org.). **Gestão e Avaliação de Políticas Sociais.** Belo Horizonte: PUCMINAS, 2007, p. 91-114

BRONZO, Carla e VEIGA, Laura. **Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática.** Serviço Social e Sociedade, n. 92, 2007, p. 5-21

BRONZO, Carla e VEIGA, Laura da. **Vulnerabilidades e territórios: possibilidades e limites para a intervenção pública.** In CATTANI, A.D., DIAZ, L.M. e COHEN, N. (orgs) **A construção da justiça social na América Latina.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013, p. 241-262.

CASTRO, Jorge A. de; RIBEIRO, José A. C. **As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios.** In: IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise. Introdução.** Brasília: IPEA, 17 , 2009, p. 17-73

CEPAL. **Panorama social da América Latina.** Chile: Cepal, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIOS DE SAÚDE. **Atenção primária e promoção da saúde.** Para entender a gestão do SUS. v1,v2, e v3. CONASS. Brasília: 2011.

CORBUCCI, Paulo Roberto et al. **Vinte anos da Constituição Federal de 1988: avanços e desafios na educação brasileira.** In IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** n.17. Brasília, 2009.

COSTA, Bruno L. D.; LADEIRA, Carla B. **Exclusão social.** In: Di GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco A. (Org.). **Dicionário de políticas públicas.** São Paulo: Fundap, 2013. v. 1, p. 348-353.

DRAIBE, Sônia M. **Repensando a política social: dos anos 80 do início dos 90.** In SOLA, Lourdes e PAULANI, Leda (org.). **Lições da década de 80.** São Paulo: Ed. USP, 1995.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias do Welfare State.** Lua Nova, n.24, setembro 1991.

FILGUEIRA, Fernando. **Tipos de welfare y reformas sociales en America Latina: eficiencia, residualismo e ciudadania estratificada.** In MELO, Marcus A. (org) **Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil.** Recife: Ed. Masangana: 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS).
2010. Edição 2013. Versão eletrônica disponível em:
<www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cpa/4-imrs-2013>. Acesso em fevereiro de 2014.

HOLZMANN, Robert; JØRGENSEN, Steen. **Manejo social del riesgo: un nuevo marco conceptual para la protección social y más allá.** BIRD. Documento de Trabajo n. 0006, Washington D.C., fev. 2000.

HULME, David; MOORE, Karen; SHEPHERD, Andrew. **Chronic poverty: meanings and analytical frameworks.** Working Paper, 2. Londres: Chronic Poverty Research. Nov. 2001.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** n. 17, Brasília: Ipea, 2009. 4 v.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** n. 19, Brasília: Ipea, 2010.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: desafios e debates.** In Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO). **Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil.** Brasília: MDS, 2009, p. 57-86.

KLISBERG, Bernardo. **Pobreza: uma questão inadiável.** Brasília: ENAP, 1994.

LUPTON, Ruth; POWER, Anne. **Social exclusion and neighbourhoods.** In: HILLS, John et al. (Ed.). **Understanding social exclusion.** Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 118-140.

ORTUNO, Alessandro; DI GIOVANNI, Geraldo. **Política social.** In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de políticas públicas.** São Paulo: Fundap, 2013, p. 271-274.

PNUD/IPEA/FJP. **Atlas de desenvolvimento humano municipal.** Brasília: Pnud, 2013.

RACZYNSKI, Dagmar. **La crisis de los viejos modelos de protección social en América Latina: nuevas alternativas para enfrentar la pobreza.** In: TOKMAN, Victor E.; O'DONELL, Guillermo (Org.). **Pobreza y desigualdad en América Latina: temas y nuevos desafíos.** Buenos Aires: Paidós, 1999, p. 171-202.

REPETTO, Fabián. **La dimensión política de la coordinación de programas y políticas sociales: una aproximación teórica y algunas referencias prácticas en América Latina.** In: REPETTO, Fabián (Ed.). **La gerencia social ante los nuevos retos del desarrollo social en América Latina.** Guatemala: Indes/BID, 2005, p. 39-100.

RICHARDSON, Liz; MUMFORD, Katharine. **Community, neighbourhood, and social infrastructure.** In: HILLS, John et al. (Ed.). **Understanding social exclusion.** Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 202-225

ROCHA, Sônia. **Transferencias de Renda no Brasil - o fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SILVA, M.; YASBECK, M.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera M. R. **Focalização.** In: Di GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco A. (Org.). **Dicionário de políticas públicas.** São Paulo: Fundap, 2013. v. 1. , p. 375-377.

VEIGA, Laura da et all. **Os desafios de combinar universalismo e seletividade para o alcance da proteção social para populações vulneráveis.** In: Congresso Internacional da ALAS, XIX, 2013, Santiago do Chile. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl.biblioteca/gt/GT8/GT8>.

VEIGA, Laura; COSTA, Bruno L. D.; CARNEIRO, Carla B. **Os desafios da inclusão social: programas de assistência para a infância e juventude vulnerabilizadas na administração municipal de Belo Horizonte.** In: JACOBI, Pedro; PINHO, José A. (Org.). **Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 119-159.

Segurança pública

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Defesa Social.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2011.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DOS MUNICÍPIOS. **Manual de gestão pública municipal.** Belo Horizonte: Abril educação, 2013(?).

BRAGGIO, Laércio Antônio. **Turismo e segurança pública.** (Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação Balneário Camboriú. Camboriú, Santa Catarina, 2007.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Brasília, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.** Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10201.htm. Acesso em: 05 set. de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.157, de 4 de agosto de 2010.** Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema nacional de Defesa Civil (SINDEC),

sobre o estado de calamidade pública, sobre as transferência de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.defesacivil.mg.gov.br/attachments/article/57/Decreto_7257_04Ago2010.pdf>. Acesso em: 16 set. de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8935, de 18 de novembro de 1994.** Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispendo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos Cartórios). Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8935.htm>. Acesso em: 17 set. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui Código de Transito Brasileiro. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm>. Acesso em: 11 set. 2013.

DEFENSORIA PÚBLICA. **O perfil da instituição.** Disponível em: <http://www.defensoriapublica.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2657&Itemid=134>. Acesso em: 24 jul. 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Estudos Econômicos e Sociais. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), DATAGERAIS.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Estatística e Informação. **Perfil de Minas Gerais 2011.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2012.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <www.maps.google.com.br>. Acesso em: 7 out. de 2013.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais **Constituição do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.almg.gob.br>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

MINAS GERAIS. **Lei delegada 56 de 29 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Secretaria de estado da Defesa Social e dá outras providências. Belo Horizonte: Minas Gerais, 30 jan. 2003, p.4 (Diário do Executivo).

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 15435, de 11 de janeiro de 2005.** Disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/um:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:2005-01-01-11:15435>>. Acesso em: 12 set. 2013.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/sede/apresenacao>>. Acesso em: 16 set. 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA). **Guia pra a prevenção do crime e da violência nos municípios.** Brasília, 2005.

13ª RISP: Defesa Social Define Ações para Enfrentar Criminalidade. Rádio Muriaé, Muriaé, 28 nov. 2012. Disponível em:
<http://www.tadiomuriae.com.br/conteudo/noticias/index.php>. Acesso em: 06 set. 2013.

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Resolução PCMG nº 7.196, de 29 de dezembro de 2009**, que dispõe sobre as unidades policiais civis, de âmbito territorial e atuação especializada, que integram a estrutura orgânica da Policia Civil do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Minas Gerais, 15 de janeiro de 2010.

POLICIA CÍVIL DO ESTADO DE NINAS GERAIS. **Resolução conjunta nº 39/06, de 05 de julho de 2008.** Dispõe sobre a instituição das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) para todo território do Estado de Minas Gerais. Disponível em:
<http://www.pc.mg.gov.br/internas/legislação/php>. Acesso em: 31 jan. 2011.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Resolução nº 4004, de 22 de janeiro de 2009.** Altera o Detalhamento e Desdobramento do Quadro de Organização e Distribuição da Policia Militar de Minas Gerais (CC/QOD) e o Plano de Articulação, aprovados respectivamente pela Lei nº 16678, de 10 de janeiro de 2007 e pela Resolução 3960, de 11 de fevereiro de 2008. Belo Horizonte: Boletim Especial da Polícia Militar, n 2, p. 1-104, jan.2009.

SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TIRADENTES. **Ata de aprovação do estatuto social da Sociedade de Bombeiros Voluntários de Tiradentes.** Tiradentes, 1994.

SANTOS, Marcelo Justus dos; KASSOUF, Ana Lúcia. **Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias.** Economia, Brasília, v.9, n.2, p. 343-372, maio/ago. 2008. Disponível em:
http://www.anpec.org.br/revistavol19n2343_372.pdf. Acesso em: 3 set. 2010.

SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TIRADENTES. **Caderno de Planejamento, monitoramento e avaliação - Programa de desenvolvimento Integrado (PDI II): projeto de apoio ao corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes para a aquisição de veículo auto-bomba.** Tiradentes, 2012.

ROCHA, Geórgia Ribeiro; BARRETO JUNIOR, Jesus Trindade; GONTIJO, Ricardo Franco. **Modelo de gestão integrada do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 201?. Disponível em:
www.consad.org.br/sites/1504/00000808.doc. Acesso em: 18 mai. 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL; POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINMAS GERAIS; POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERASI; CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Resolução conjunta nº 154, de 28 de fevereiro de 2012.** Dispõe sobre a metodologia de Integração da Gestão em Segurança Pública (IGESP) e institui comissão para o planejamento e o

monitoramento da execução da metodologia IGESP no âmbito do Sistema Integrado de Defesa Social. Belo Horizonte, 2012.

TIRADENTES. Poder Legislativo Municipal. **Lei Orgânica do Município de Tiradentes**. 4.ed.atual. Tiradentes, março 1990. Promulgada pela Mesa Diretora em 17 de março de 1990. Realizada pela legislatura 2005/2008.

TIRADENTES. **Lei n° 1.450, de 23 de julho de 1998**. Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Tiradentes, 2008.

TIRADENTES. **Lei nº 1.187, de 12 de setembro de 1995**. Considera como de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes (SCBVT). Tiradentes, 1995.

TIRADENTES. **Lei municipal n° 2618, de 15 de setembro de 2011**. Cria o Conselho Municipal do Idoso e da outras providências. Tiradentes, 2011 a.

TIRADENTES. **Lei municipal nº 2619, de 15 de setembro de 2011**. Cria o Conselho Municipal Antidrogas e dá outras providências. Tiradentes, 2011 b.

TIRADENTES. **Lei municipal nº 2667, de 10 de fevereiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão de subvenções, auxílios financeiros e contribuições para o exercício de 2012. Tiradentes, 2012.

TIRADENTES. **Lei Municipal nº 2771, de 24 de janeiro de 2013**. Estabelece a estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Tiradentes e dá outras providências. Tiradentes, 2013

Werneck, Gustavo. **Câmeras vão proteger patrimônio histórico em Minas**. Belo Horizonte: Estado de Minas, 25 out. 2012. Disponível em:
http://em.com.br/app/noticia/gerais/2-12/10/25/interna_gerais,325467/cameras-vao-proteger-patrimonio-historico-em-minas.shtml. Acesso em: 12 set. 2013.

Ambiente institucional da política urbana e diagnóstico institucional da estrutura organizacional da prefeitura

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. **Estatuto**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://portalamm.org.br/index.php/estatuto/94-estatuto>. Acesso em 26 Jul.2013.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. **Estatuto Social**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://portalamm.org.br/files/AMM/Estatuto.pdf>. Acesso em: 26 jul.2013.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. **Manual de gestão pública municipal**. Belo Horizonte, 201(?)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES. Transparência AMVER. **7ª Alteração Estatutária.** 2013. Disponível em: <http://www.amver.org.br/Imagens/gestor/file/Estatuto%20AMVER%202013.pdf>. Acesso: 13 ago. 2013.

BRASIL. **Lei N. 10.257, de 10 de Julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 10 de Julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acessos em: 26/07/2012 e 27/08/2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Conselho das Cidades. Conselhos Municipais.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cidados.gov.br/index.php/o-conselho-das-cidades>. Acesso em: 06/08/2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. **Resolução n. 13, de 16 de Junho de 2004.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cidados.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Resolucoes/resolucao-13-2004.pdf>. Acesso em: 27/08/2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Secretaria Federal de Controle Interno.. Gestão de Recursos Federais. **Manual para os agentes municipais.** Brasília, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento Municipal. **Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal - PRODEMU: descentralização, participação e fortalecimento dos governos locais.** Belo Horizonte. 1991.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camillo Penna. **Plano Diretor participativo: Conceituação e referências para elaboração.** Belo Horizonte, 2008.

MINAS GERAIS. **Lei Delegada 180/2011 de 20/01/2011** (texto atualizado). Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte. 2011. Disponível em: <http://www.urbano.mg.gov.br/images/stories/legis/lei-delegada-180- 2011.pdf>. Acesso em: 06/08/2012.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais.** 14. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>. Acesso em: 26/07/2012.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal (Prodemu). **Plano Diretor: Metodologia de Elaboração e Implementação de Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal. Plano Diretor Urbano.** Belo Horizonte, 1993.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. **Programas e Ações do Governo.** Belo Horizonte, 2012d. Disponível em:

<<http://www.urbano.mg.gov.br/programas-e-acoes-de-governo>>. Acesso em: 13/08/2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. **Apresentação**. Belo Horizonte, 2012a. Disponível em: <<http://www.urbano.mg.gov.br/apresentacao>>. Acesso em: 13/8/2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. **Sobre os Planos Diretores**. Belo Horizonte, 2012e. Disponível em: <<http://www.urbano.mg.gov.br/sobre-os-planos-diretores>>. Acesso em: 13/08/2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. **Competências**. Belo Horizonte, 2012b. Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/page/institucional/competencias-125>>. Acesso em 13/08/2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. **Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. Estrutura**. Belo Horizonte, 2012f . Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/#>>. Acesso em 13/8/2012

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. **Programa de Fortalecimento Técnico Institucional das Associações Microrregionais de Municípios**. Belo Horizonte, 2009.

SANTOS JÚNIOR Orlando Alves; MONTANDON Daniel Todtmann. **Síntese, Desafios e Recomendações**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs). **Os Planos Diretores Municipais Pós-estatuto da Cidade: Balanço Crítico e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011b. Capítulo I, p. 27-56. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/plano_diretor.pdf>

SANTOS JÚNIOR Orlando Alves; SILVA Renata Helena; SANT'ANA Marcel Claudio. **Introdução**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs). **Os Planos Diretores Municipais Pós-estatuto da Cidade: Balanço Crítico e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011a. pp. 13-26. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/plano_diretor.pdf>. Acesso em: 07/08/2012.

TIRADENTES. Poder Legislativo Municipal. **Lei Orgânica do Município de Tiradentes**. 4.ed.atual. Tiradentes, março 1990. Promulgada pela Mesa Diretora em 17 de março de 1990. Realizada pela legislatura 2005/2008.